

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Amanda Monteiro Diniz Carneiro

A construção da imagem feminina nas organizações armadas argentinas (1960-1980)

Juiz de Fora

2023

Amanda Monteiro Diniz Carneiro

A construção da imagem feminina nas organizações armadas argentinas (1960-1980)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito final à obtenção do grau de Doutora em História.

Área de concentração: História, cultura e poder
Linha de pesquisa: Narrativas, imagens e sociabilidades

Orientadora: Dra. Fernanda do Nascimento Thomaz

Juiz de Fora

2023

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Monteiro Diniz Carneiro, Amanda.

A A construção da imagem feminina nas organizações armadas argentinas (1960-1980) / Amanda Monteiro Diniz Carneiro. -- 2023271.

271 f. : il.

Orientadora: Fernanda do Nascimento Thomaz do Nascimento Thomaz

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, 2023271.

1. Organizações armadas. 2. Mulheres militantes. 3. Assimetrias de gênero. I. do Nascimento Thomaz, Fernanda do Nascimento Thomaz, orient. II. Título.

Amanda Monteiro Diniz Carneiro

A construção da imagem feminina nas organizações armadas argentinas (1960-1980)

**Tese apresentada ao
Programa de Pós-
graduação em
História
da Universidade
Federal de Juiz de Fora
como requisito parcial
à obtenção do título de
Doutora em História.
Área de
concentração: História,
Cultura e
Poder.**

Aprovada em 15 de Agosto de 2023.

**Prof.^a Dr.^a Fernanda do Nascimento Thomaz - Orientadora
Universidade Federal de Juiz de Fora**

**Prof. Dr. Fernando Perlatto Bom Jardim
Universidade Federal de Juiz de Fora**

**Prof.^a Dr.^a Marcella Beraldo de Oliveira
Universidade Federal de Juiz de Fora**

**Prof.^a Dr.^a Elisa de Campos Borges
Universidade Federal Fluminense**

**Prof.^a Dr.^a Samantha Viz Quadrat
Universidade Federal Fluminense**

Juiz de Fora, 28/08/2023.



Documento assinado eletronicamente por Elisa de Campos Borges, Usuário Externo, em 28/08/2023, às 16:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por Fernando Perlatto Bom Jardim, Professor(a), em 28/08/2023, às 18:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de](#)

[2020](#).



Documento assinado eletronicamente por Samantha Viz Quadrat, Usuário Externo, em 05/09/2023, às 14:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por Fernanda do Nascimento Thomaz, Professor(a), em 05/09/2023, às 16:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de](#)

[2020](#).



Documento assinado eletronicamente por Marcella Beraldo de Oliveira, Professor(a), em 06/09/2023, às 14:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador 1435782 e o código CRC 7FC6BF36.

Às mulheres argentinas que enfrentaram o processo estrutural de desigualdade de gênero e entregaram suas vidas por acreditar na construção de um país mais justo e igualitário.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, à professora Fernanda do Nascimento Thomaz, minha orientadora; sem você jamais conseguiria concluir esta tese. Muito obrigada por ter me acolhido desde o início com tanto carinho e dedicação, por ter paciência nos momentos de dificuldade e por sempre se colocar ao meu lado. Agradeço também por me libertar intelectualmente e me ajudar a superar a insegurança.

À Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento dos quatro anos de bolsa, que foram fundamentais para a concretização desta pesquisa.

À professora Elisa de Campos Borges, por me ensinar a amar a América Latina e sempre acreditar no meu potencial, desde os tempos da graduação. Jamais esquecerei sua generosidade e carinho. Obrigada por aceitar o convite para participar da banca de defesa desta tese.

À professora Keila Auxiliadora de Carvalho, por todo o apoio e incentivo, principalmente por me salvar na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) quando a Elisa se mudou para o Rio de Janeiro.

Às professoras Marcella Beraldo de Oliveira e Samantha Viz Quadrat, que aceitaram o convite de participação na minha banca de qualificação e contribuíram significativamente para a concretização desta tese. Agradeço também por terem aceitado o convite de participação na banca de defesa.

Ao professor Fernando Perlatto Bom Jardim, que também aceitou compor a banca de defesa desta tese.

Aos meus pais, Marilene e Jorge, pelo apoio incondicional e pelo exemplo de luta e perseverança. Sem vocês jamais teria conseguido concluir esta pesquisa.

À minha irmã, Avana, pela torcida.

Ao meu sobrinho Lucas, que compartilhou comigo a árdua experiência da escrita de uma tese em tempos de pandemia.

Ao Breno, que me acompanha desde a graduação em História. Muito obrigada pelo constante incentivo, pela paciência em me ouvir por várias horas e por discutir comigo questões infundáveis sobre gênero. Obrigada por me ensinar a ser resiliente e forte nos momentos de desesperança. Nunca esquecerei da sua torcida no processo seletivo do doutorado. Obrigada por sempre acreditar em mim e por lutar comigo. Obrigada pelo carinho e por todo o amor que me manteve viva e me ajudou a suportar todas as dificuldades do processo solitário de escrita na pandemia. Sem você, certamente não teria conseguido.

À minha amiga Ana Cláudia, que compartilhou comigo as dificuldades do universo acadêmico e me acolheu com todo carinho em sua casa em Juiz Fora.

À minha amiga Malena, por toda generosidade, acolhida e apoio. Obrigada pelo enorme carinho e preocupação com a minha chegada na madrugada em Ezeiza. Agradeço também por me apresentar uma Argentina que jamais conheceria sem você!

A todos e todas que contribuíram para que esta tese se concretizasse.

RESUMO

Na Argentina, os anos de 1960 e 70 foram marcados por intensa agitação política e social. Em razão do processo de violência, institucionalizado por uma sucessão de governos autoritários, a luta armada foi considerada legítima por boa parte da sociedade, sendo vista como a única alternativa para a solução dos problemas econômicos, políticos e sociais do país. Foi nesse cenário que ocorreu a eclosão de inúmeras organizações armadas, a exemplo dos Montoneros e do Partido Revolucionario de los trabajadores/Ejército Revolucionario del Pueblo. Essas organizações atraíram um grande número de pessoas, incluindo jovens ligados a movimentos estudantis e trabalhadores industriais. A presença das mulheres nessas organizações também foi muito significativa, pois superava parâmetros de atuação política feminina anteriores. A presente pesquisa analisa de forma paralela as tensões entre a construção da imagem feminina elaborada pela imprensa das referidas organizações armadas e as experiências vivenciadas pelas mulheres em suas militâncias entre os anos de 1960 e 80. Confrontar a produção documental das organizações com os depoimentos de mulheres militantes nos possibilita compreender as experiências vividas para além das narrativas consolidadas pela imprensa. Ao desenvolver esta reflexão, explicitamos conflitos e tensões que se apresentaram entre o limite do que foi imposto e o que de fato ocorria. Nesse sentido, esta tese busca repensar a trajetória das mulheres nas organizações armadas a partir de suas próprias experiências, trazendo à tona conflitos e estratégias utilizadas por elas para lidar com as mais diversas formas de assimetrias de gênero.

Palavras-chave: Organizações armadas. Mulheres militantes. Assimetrias de gênero.

RESUMEN

En Argentina, las décadas de 1960 y 70 estuvieron marcadas por una intensa agitación política y social. Debido al proceso de violencia institucionalizado por una sucesión de gobiernos autoritarios, la lucha armada fue considerada legítima por gran parte de la sociedad, siendo vista como la única alternativa para la solución de los problemas económicos, políticos y sociales del país. Fue en este escenario que surgieron numerosas organizaciones armadas, como los Montoneros y el Partido Revolucionario de los trabajadores/Ejército Revolucionario del Pueblo. Estas organizaciones atrajeron a un gran número de personas, incluidos jóvenes vinculados a movimientos estudiantiles y trabajadores industriales. La presencia de mujeres en estas organizaciones también fue muy significativa, pues superó los parámetros anteriores de la actividad política femenina. La presente investigación analiza, en paralelo, las tensiones entre la construcción de la imagen femenina elaborada por la prensa de las mencionadas organizaciones armadas y las experiencias vividas por las mujeres en su militancia entre las décadas de 1960 y 80. Comparar la producción documental de las organizaciones con los testimonios de mujeres militantes permite comprender las experiencias vividas más allá de las narrativas consolidadas por la prensa. Al desarrollar esta reflexión, explicitamos los conflictos y tensiones que se presentaban entre el límite de lo impuesto y lo efectivamente ocurrido. En este sentido, esta tesis busca repensar la trayectoria de las mujeres en las organizaciones armadas desde sus propias experiencias, sacando a la luz los conflictos y las estrategias utilizadas por ellas para enfrentar las más diversas formas de asimetrías de género.

Palabras llave: Organizaciones armadas. Mujeres militantes. Asimetrías de género.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa político da Argentina.....	12
Figura 2 – Ilustração da revista <i>Evita Montonera</i>	92
Figura 3 – Ilustração da revista <i>Evita Montonera</i>	92
Figura 4 – Ilustração da revista <i>Estrella Roja</i>	94
Figura 5 – Ilustração da revista <i>El Combatiente</i>	96
Figura 6 – Ilustração da revista <i>Cine Argentino</i>	159
Figura 7 – Ilustração da revista <i>Ondania</i>	159
Figura 8 – Ilustração da revista <i>Evita Montonera</i>	165
Figura 9 – Ilustração da revista <i>Evita Montonera</i>	167
Figura 10 – Ilustração da revista <i>El Descamisado Extra</i>	172
Figura 11 – Ilustração da Revista <i>El Combatiente</i>	178
Figura 12 – Ilustração de mulher vietnamita com bebê e fuzil	183

LISTA DE SIGLAS

ESMA	Escola Superior de Mecânica da Armada
FIP	Frente de Izquierda Popular
FRIP	Frente Revolucionario Indoamericano Popular
FLM	Frente de Luta pela Mujer
MOFEP	Movimento Feminista Popular
PRT/ERP	Partido Revolucionário dos trabalhadores/Exército Revolucionário do Povo
PO	Palavra Obrera
UFA	União Feminista Argentina

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 A CONSTRUÇÃO DE MOVIMENTOS DE MULHERES E A CONQUISTA DE DIREITOS NA SOCIEDADE ARGENTINA.....	26
1.1 MULHERES DE LUTA: VIVÊNCIAS E REALIDADES DAS MULHERES ARGENTINAS NO INÍCIO DO SÉCULO XX.....	26
1.2 O PERONISMO E A CONQUISTA DOS PRIMEIROS DIREITOS DAS MULHERES	43
1.3 O CONTEXTO ARGENTINO PÓS-1955 E A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA FEMININA.....	55
1.4 A DÉCADA DE 1970: RESISTÊNCIA E LUTA FEMININA.....	65
1.5 A FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES FEMINISTAS ARGENTINAS.....	74
2 A FORMAÇÃO/CONSOLIDAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES ARMADAS E A CONDUTA DA(S) MULHER(ES) MILITANTE(S).....	81
2.1 OS IDEAIS DA NOVA ESQUERDA E O LUGAR DAS MULHERES NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES ARMADAS	81
2.2 A DÉCADA DE 1970 E A INSERÇÃO FEMININA NAS ORGANIZAÇÕES ARMADAS ARGENTINAS.....	106
2.3 AS ORIGENS DA ORGANIZAÇÃO ARMADA MONTONEROS E A MILITÂNCIA FEMININA.....	117
2.4 A FUNDAÇÃO DO PARTIDO REVOLUCIONARIO DE LOS TRABAJADORES/EJÉRCITO REVOLUCIONARIO DEL PUEBLO E A MILITÂNCIA FEMININA.....	130
3 IDEALIZAÇÃO, REPRESENTAÇÃO E LIMITES DA ATUAÇÃO FEMININA NAS ORGANIZAÇÕES ARMADAS.....	142
3.1 JUVENTUDE E MILITÂNCIA FEMININA: UM DIÁLOGO COM A AMÉRICA LATINA.....	142
3.2 EVA PERÓN E A CONSTRUÇÃO DA MILITÂNCIA FEMININA EM MONTONEROS.....	155
3.3 A MULHER VIETNAMITA E A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM FEMININA NO PRT/ERP.....	174
3.4 EXPERIÊNCIAS FEMININAS E CONFLITOS ESTRUTURAIS NAS ORGANIZAÇÕES ARMADAS	185
4 A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DA MULHER MILITANTE A PARTIR DE SUAS PRÓPRIAS NARRATIVAS	195
4.1 A VIOLÊNCIA QUE SOFREMO NA PELE: UMA NARRAÇÃO NO FEMININO.....	195

	SUMÁRIO	
ARMADAS ARGENTINAS		209
4.3 QUEM CONDUZ A “ORGA”? ASSIMETRIAS DE GÊNERO NAS ORGANIZAÇÕES ARMADAS		226
4.4 O QUE É SER MULHER NA LUTA ARMADA? AS VÁRIAS IDENTIDADES DA MULHER MILITANTE		236
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....		245
REFERÊNCIAS		250

Figura 1 – Mapa político da Argentina¹

Fonte: Di Tella, 2010, p. 15.

¹ DI TELLA, Torcuato S. *História social da Argentina contemporânea*. Brasília: FUNAG, 2010.

INTRODUÇÃO

Sempre me incomodou ouvir a história da humanidade no masculino. Ao estudar sobre o processo de ditaduras civis-militares na América Latina, ainda no curso de graduação em História, lembro-me de referências sempre no masculino. Esta situação me trouxe grande inquietação e um forte estímulo para estudar e entender melhor todo esse processo. Comecei por pesquisar as realidades das mulheres latino-americanas, que é também a minha realidade.

Estudar a América Latina sempre foi um propósito pessoal, primeiro para conhecer as origens da história em que estava inserida, sobretudo a parte mais sombria, que causa indignação, a realidade das mazelas sociais e, depois, pela admiração que sentia por sujeitos e sujeitas que lutaram contra processos autoritários e antidemocráticos presentes na América Latina a partir da segunda metade do século XX. Um terceiro motivo, que não se separa do primeiro, é recuperar histórias que foram estrategicamente esquecidas em razão de questões políticas, que ecoam fortemente em disputas do presente. Como já é sabido, existem grandes conflitos em torno das memórias para se compreender a história do período das ditaduras. Esquerda e direita disputam constantemente o que deve ser lembrado e esquecido. Sei que o ofício de uma historiadora é analisar as fontes com rigor, dedicação e bastante cuidado, tentando aproximar-se ao máximo do vivido, entretanto, sabemos que é impossível renunciar às nossas posições políticas e que a nossa produção de conhecimento é inerente ao nosso ser. Como afirmou Reinhart Koselleck, “toda afirmação histórica está associada a um determinado ponto de vista”². Nessa acepção, é incoerente considerarmos a possibilidade de neutralidade científica.

A história da Argentina chamou minha atenção pela sucessão de golpes civis militares – foram seis de 1930 a 1976 – e pela grande inserção e luta das mulheres nos mais diversos espaços sociais. O direito ao voto feminino, por exemplo, só foi aprovado no ano de 1947, tardiamente em relação a outros países latino-americanos. Entretanto, a realidade argentina mostrava mulheres atuantes e resistentes, independentemente de todo o processo de opressão de gênero.

Ao aprofundar os estudos sobre as mulheres, descobri, a partir de consultas a materiais bibliográficos e análise de fontes documentais, que os grupos armados também foram espaços de grande participação feminina. Para se ter uma ideia, na organização Montoneros, as mulheres representavam uma média de 30% do total de integrantes³; no Partido Revolucionário de los

² KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006, p. 161.

³ PERDÍA, Roberto. *Montoneros el peronismo combatiente en primera persona*. Buenos Aires: Planeta, 2013.

Trabajadores/Ejército Revolucionario del Pueblo (PRT/ERP), correspondiam a 40%⁴. A partir daí, compreender o universo dessas duas organizações armadas se tornou importante, principalmente no sentido de mostrar que esses também foram espaços de luta das mulheres e que a “convencional masculinização” dos grupos armados foi, na verdade, um processo político de construção social, que deixou para trás muitas discussões e nuances. Como nos lembra Judith Butler:

(...) os sujeitos jurídicos são invariavelmente produzidos por vias de práticas de exclusão que não “aparecem”, uma vez estabelecida a estrutura jurídica da política. Em outras palavras, a construção política do sujeito procede vinculada a certos objetivos de legitimação e de exclusão, e essas operações políticas são efetivamente ocultas e naturalizadas por uma análise política que toma as estruturas jurídicas como seu fundamento.⁵

Dessa maneira, a naturalização das organizações armadas como espaços de atuação exclusivamente masculina ocultou a ideia de que as mulheres também compartilharam daquelas experiências. Sobre a naturalização do homem como representante universal, afirma Butler: “Homens não nasceram com a faculdade do universal e as mulheres, ao nascer não foram reduzidas ao particular. O universal é apropriado pelo homem. Trata-se de um ato criminoso. Trata-se de um ato levado a cabo no âmbito dos conceitos, da filosofia e da política”⁶.

Essas construções sociais de realidades assimétricas de gênero são fundamentadas e reproduzidas a partir da linguagem, que transforma situações de desigualdade e opressão em naturais. Neste ponto de vista, torna-se fundamental visualizarmos a linguagem como algo a ser desnaturalizado, uma vez que mascara relações de poder e violência.

Cada uma dessas constatações me estimulou ainda mais no propósito de entender melhor as particularidades das atuações das mulheres nos espaços políticos argentinos. Em um primeiro momento, fiz um mapeamento da bibliografia⁷ que discute as organizações armadas

⁴ POZZI, Pablo. *Por las sendas argentinas: el PRT-ERP, la guerrilla marxista*. Buenos Aires: Imago Mundi, 2004.

⁵ BUTLER, Judith. *Problemas de género: Feminismo e subversão das identidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 19.

⁶ BUTLER, 2003, p. 169.

⁷ A bibliografia principal que discute as referidas organizações e que tivemos acesso são: ANZORENA, Oscar R. *Tiempo de violencia y utopia*. Buenos Aires: Contrapunto, 1988; CALVEIRO, Pilar. *Politica y/o violencia. Una aproximación de la guerrilla de los años 70*. Buenos Aires: Norma, 2013; CAPEROCHIPI, Macarena Orellana. Utopías generacionales: de la radicalización política a la lucha armada. Jóvenes en el surgimiento del PRT-ERP (Argentina), Mir (Chile) y Mln-tupamaros (Uruguay). 1960-1970. *Revista Divergencia*, n. 2, p. 91-110, 2012; CARNOVALE, Vera. La guerra revolucionaria del PRT-ERP. *Sociohistórica*, La Plata, n. 27, p. 41-75, 2010; CORMICK, Federico. Fracción Roja Debate y ruptura en el PRT-ERP. *El topo blindado*, Buenos Aires, 2012; GILLESPIE, Richard. *Soldados de Perón*. Buenos Aires: Grijalbo, 1998; MATTINI, Luis. *Hombres y mujeres del PRT-ERP de Tucumán a la Tablada*. Buenos Aires: Editorial de la Campana, 1988; PERDÍA, Roberto. *Montoneros el peronismo combatiente en primera persona*. Buenos Aires: Planeta, 2013; POZZI, Pablo. *Por las sendas argentinas: el PRT-ERP, la guerrilla marxista*. Buenos Aires: Imago Mundi, 2004; SARLO, Beatriz. *A paixão e a exceção*: Borges, Eva Perón, Montoneros. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2005. PERDÍA, Roberto. *Montoneros: el peronismo combatiente en primera persona*. Buenos Aires: Planeta, 2013.

Montoneros e PRT/ERP; depois, concentrei-me na busca por materiais diversos⁸ que evidenciavam a participação das mulheres nas referidas organizações armadas.

Na Argentina, os anos de 1960 e 70 foram marcados por intensa agitação política e social. Abarcaram uma ditadura civil-militar em 1966, o retorno de Perón do exílio em 1973 e a ditadura civil-militar de 1976. Nesse contexto, a desilusão e o descontentamento político afetavam grande parte da juventude da época, fomentando um processo de resistência e busca por transformação em toda a estrutura social. Para muitos jovens ligados a movimentos estudantis e trabalhadores industriais, a luta armada foi considerada legítima em razão do processo de violência institucionalizado e era vista por muitos como a única alternativa para a solução dos problemas econômicos, políticos e sociais. As circunstâncias da Revolução Cubana também confirmavam a legitimidade da via armada, uma vez que representava um exemplo concreto de sucesso contra o processo imperialista. Por essa razão, tornou-se uma esperança para a transformação estrutural almejada. Foi nesse cenário que muitas organizações armadas se formaram na Argentina, a exemplo de Montoneros e PRT/ERP.

⁸ Chamo de materiais diversos a bibliografia que versa sobre o processo de participação feminina nas organizações armadas e também todas as fontes analisadas nesta pesquisa sob a perspectiva de gênero, citadas posteriormente nesta introdução. Os principais estudos sobre a participação feminina nas organizações armadas que tive acesso são: ANDÚJAR, Andrea. *Historia, memoria y género: testimonios de militancia*. In: DOMINGUEZ, Nora et al. *Historia, género y política en los '70*. Buenos Aires: Feminaria, 2005; BARRANCOS, Dora. *Mujeres en la sociedad argentina*. Buenos Aires: Sudamericana, 2010; BARRANCOS, Dora. *Mujeres, entre la casa y la plaza*. Buenos Aires: Sudamericana, 2008. CALVERA, Leonor. *Mujeres y feminismo en la Argentina*. Buenos Aires: Grupo Editor Latino-Americano, 1990; DIANA, Marta. *Mujeres guerrilleras*. Buenos Aires: Planeta, 1997; FERRO, Lilian. *Mujeres y participación política en los 70. El caso de Santa Fe*. In: DOMINGUEZ, Nora et al. *Historia, género y política en los '70*. Buenos Aires: Feminaria, 2005; GARBERO, Vanesa. *¿Lo personal es político? Mujeres: militancia y feminismo en los setenta en Argentina*. *Revista Universitaria Digital de Ciencias Sociales*, 2012; GARRIDO, Hilda Beatriz; SCHWARTZ, Alejandra Giselle. *Las mujeres en las organizaciones armadas de los '70 Montoneros*. *Género*, Niterói, v. 8, n. 2, p. 103-128, 2008; GRAMMÁTICO, Karin. *Las mujeres políticas y las feministas en los tempranos setenta: ¿Un diálogo (im)posible?* In: DOMINGUEZ, Nora et al. *Historia, género y política en los '70*. Buenos Aires: Feminaria Editora, 2005; GRAMMÁTICO, Karin. *Mujeres montoneras: una historia de la agrupación Evita*. Buenos Aires: Luxemburg, 2011; MARTÍNEZ Paola. *Género, política y revolución en los años setenta: mujeres del PRT-ERP*. Ituzaingó: Maipue, 2015; NOGUERA, Ana. *La participación de las mujeres en la lucha armada. Córdoba, Argentina, 1970-1973. Taller (Segunda Época)*, Buenos Aires, v. 2, n. 2, 2013; PASQUALI, Laura. *Mandatos y voluntades: aspectos de la militancia de mujeres en la guerrilla*. *Revista Temas de Mujeres*, Tucumán, n. 4, p. 49-75, 2008; OBERTI, Alejandra. *Las Revolucionarias: militancia, vida cotidiana y afetividad en los setenta*. Buenos Aires: Edhasa, 2015; SAIDON, Gabriela. *La Montonera: Biografía de Norma Arrostito*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2005; SEPÚLVEDA, Patricia Graciela. *Mujeres insurrectas: condición femenina y militancia en los 70*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2015; VASSALLO, Alejandra. *Entre o conflito e a negociação. Os feminismos argentinos no início do Conselho Nacional de Mulheres 1900-1910*. In: LOZANO, Fernanda Gil; INI, María Gabriela; PITA, Valeria Silvina et al. *História de las mujeres en la Argentina*. Buenos Aires: Taurus, 2000; VELASCO, Lucia Rayas. *Armadas: un análisis de género desde el cuerpo de las mujeres combatientes*. Dissertação (Mestrado em Estudos de Gênero) Programa Interdisciplinario de Estudios de la Mujer, Centro de Estudios Sociológicos, El Colegio de México, México, 2005; WOLFF, Cristina Scheibe. *Gênero e maternidade nos movimentos de resistência contra as ditaduras no Cone Sul, América do Sul*. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2016; WOLFF, Cristina Scheibe. *O gênero da esquerda em tempos de ditadura*. In: WOLFF, Cristina Scheibe et al. *Gênero, feminismos e ditaduras no cone sul*. Florianópolis: Mulheres, 2010; WOLFF, Cristina Scheibe. *Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul, 1968-1985*. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 27, n. 54, p. 19-38, 2007.

Montoneros foi uma organização proveniente do peronismo e do Movimento de Sacerdotes para o Terceiro Mundo⁹. Apresentou-se como organização política apenas em maio de 1970. Contudo, de acordo com Gillespie, desde meados dos anos de 1960 já se preparava através de treinamentos e acumulação de recursos¹⁰. Era constituída, em sua maioria, por jovens que tinham a pretensão de transformar a Argentina em um país socialista nacional, adequado às suas próprias necessidades. Seus principais objetivos eram o desenvolvimento nacional, a justiça social e o poder popular. Nessa perspectiva, pode-se perceber que os objetivos do grupo convergiam com os princípios da política peronista; por esse motivo, entendiam que Perón era o único com condições de liderar a revolução que desejavam. O grupo atuou em assaltos a bancos, sequestros, entre outras ações, com o objetivo de arrecadar dinheiro e armas para, segundo eles, serem usados na construção de uma nação livre, justa e soberana. Em inúmeras ocasiões o dinheiro arrecadado foi usado para ajudar pessoas necessitadas.

O PRT/ERP foi uma organização de vertente marxista. Formou-se em 1965, com a fusão de dois grupos: FRIP (Frente Revolucionario Indoamericano Popular), vinculada aos trabalhadores açucareiros do noroeste argentino; e PO (Palabra Obrera), organização trotskista com atuação entre estudantes universitários e trabalhadores industriais em Buenos Aires, Córdoba, Tucumán e Rosário. No entanto, o PRT/ERP se consolidou apenas em 1970, a partir de “rachas” causados dentro da organização, principalmente por causa da questão militar (adesão ou não da luta armada). Dessa forma, em 1970, no V Congresso do PRT, foi fundado o PRT/ERP (com a adesão da luta armada). De acordo com Pozzi¹¹, a organização era constituída principalmente por jovens estudantes e trabalhadores de todas as idades, inspirados principalmente na revolução contra o imperialismo. Tinham como objetivo principal vencer o imperialismo e instaurar um sistema socialista na Argentina. O grupo realizou diversas ações armadas, tais como: ataques a quartéis militares; desarmamento de policiais; roubo; assassinatos de repressores e empresários; sequestros; atentados com explosivos; entre outras. Assim como os Montoneros, o PRT/ERP também revertia o dinheiro arrecadado em suas operações em ajuda a pessoas pobres e se posicionava como uma organização responsável por

⁹ Criado em 1967, o Movimento de Sacerdotes para o Terceiro Mundo foi anunciado pelo documento *Bispos del tercer mundo* na Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino Americano, em Medellín, em 1968. Da mesma forma que a Teologia da Libertação, concentra-se na premissa da libertação dos pobres e oprimidos das “injustas condições” políticas, econômicas e sociais. Foi uma agrupação composta exclusivamente por sacerdotes cujo objetivo principal era a conscientização do povo argentino no que tange à situação de injustiça que se vivia no país (ANDREO, Igor Luis. O alvorecer da Teologia da Libertação na Argentina e no México: ensaio para um estudo comparativo. *Revista História Comparada*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 1-10, 2009. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/RevistaHistoriaComparada/article/view/119>. Acesso em: 3 de jun. 2016).

¹⁰ GILLESPIE, Richard. *Soldados de Perón*. Buenos Aires: Grijalbo, 1998.

¹¹ POZZI, 2004.

trazer justiça, igualdade e liberdade. Acreditavam que o povo argentino se encontrava sob dependência de grandes capitalistas, usurpadores do poder do povo.

O presente estudo analisa, de forma paralela, as tensões entre a construção da imagem feminina elaborada pela imprensa das organizações armadas e as experiências vivenciadas pelas mulheres em suas militâncias. Partindo desse pressuposto, a pergunta que norteia nossa pesquisa é a seguinte: a imagem feminina construída por Montoneros e PRT/ERP corresponde às experiências vivenciadas pelas militantes? A partir desta, pensamos nos demais questionamentos, entre os quais podemos destacar: com base nas publicações apresentadas pela imprensa das organizações, havia diferença em relação à atuação de homens e mulheres? Como as organizações armadas lidaram com o processo estrutural de desigualdade de gênero presente na sociedade? Até que ponto este processo foi reproduzido no interior das organizações? De que maneira as militantes resistiram a atribuições impostas em função de questões de gênero? E, por fim: o que é ser mulher e militante política? Esta questão perpassa as discussões de todos os capítulos. Através dela, explicitamos as especificidades da condição feminina e salientamos desigualdades impostas a partir dos processos de hierarquização de gênero.

O problema de pesquisa foi pensado a partir do questionamento das fontes acerca dos motivos que levaram a imprensa a criar normas para a militância feminina. A preocupação em destacar o lugar da mulher e do homem nas organizações demonstra que existiam diferentes condições no processo de atuação política. Dessa maneira, a nossa hipótese é que havia uma pretensão, por parte das organizações, de controlar a militância feminina através do estabelecimento de regras de comportamento. Em vista disso, confrontar a produção documental das organizações com os depoimentos de mulheres militantes nos possibilita compreender as experiências vividas para além das narrativas consolidadas pela imprensa. Também nos ajuda a desconstruir noções universalizantes de comportamento na militância, enfatizando as particularidades e a diversidade das atuações em cada momento. Ao desenvolver esta reflexão, conflitos e tensões se apresentam entre o limite daquilo que era imposto e o que de fato ocorria. Nesse sentido, esta tese busca repensar a trajetória das mulheres nas organizações armadas a partir de suas próprias experiências, trazendo à tona conflitos e estratégias utilizadas para lidar com as mais diversas formas de assimetrias de gênero.

Para responder às referidas questões, utilizamos, além da leitura e análise da vasta bibliografia sobre o assunto, fontes primárias que fundamentam nossas reflexões: as revistas *Evita Montonera*, *El Descamisado* e *La Causa Peronista*, produzidas por Montoneros; a revista *Estrella Roja* e o periódico *El Combatiente*, produzidos pelo PRT/ERP. Essas publicações

encontram-se disponíveis na página *on-line El Topo Blindado*¹². Além dessas fontes, analisamos também o documento *Moral y proletarización*¹³ e a revista feminista *Persona Primera Época*¹⁴.

A revista *Evita Montonera* foi publicada clandestinamente entre os anos de 1974 e 1979. Foi a publicação oficial da organização Montoneros e surgiu depois que as revistas *El Descamisado* e *La Causa Peronista* foram censuradas. Teve uma produção de vinte e cinco números. A revista *La Causa Peronista* publicou apenas nove números, tendo sido organizada também no ano de 1974.

A revista *Estrella Roja* foi organizada a partir de abril de 1971, após a criação do Ejército Revolucionario del Pueblo. Surgiu depois do *V Congreso*, o qual deu origem à organização PRT/ERP. Produziu mais de noventa números. *El Combatiente*, por sua vez, teve suas publicações entre março de 1968 e novembro de 1981. O referido periódico foi fundado por decisão do *IV Congreso* do Partido. Produziu mais de duzentos números.

O documento *Moral y proletarización* foi publicado pela primeira vez em 1972, entre as páginas 15 e 35 da revista *Gaviota Blindada* de número 0. O documento era uma espécie de manual de militância do PRT/ERP. Embora o documento tenha sido assinado por Julio Parra, pseudônimo de Luis Ortolani, de acordo com informações da revista *Políticas de la Memoria*, a publicação foi realizada por militantes do PRT/ERP na prisão de Rawson.

A revista feminista *Persona Primera Época* foi publicada nos anos de 1974 e 1975 sob direção de Maria Helena Odone. Surgiu a partir das organizações Movimento de Libertação feminina (MLF) e União Feminista Argentina (UFA). Seu objetivo era difundir críticas contra a dominação masculina.

O recorte cronológico da referida pesquisa se inicia em 1960 e termina em 1980, baseando-se no período de organização e consolidação dos grupos, além de demarcar também o momento de maior inserção feminina em grupos armados na Argentina. No entanto, algumas questões do período anterior também serão salientadas, visto que são imprescindíveis para a compreensão da inserção das mulheres nos espaços da política e também para o entendimento

¹² EL TOPO BLINDADO. *El topo blindado*: Centro de documentación de las organizaciones político-militares argentinas, 2010. Disponível em: <https://eltopoblindado.com/>. Acesso em 23 de fev. 2023.

¹³ O documento *Moral y Proletarización* se encontra disponível na revista online *Políticas de la Memoria* n° 5, 2004. Disponível em: <https://ojs.politicadela memoria.cedinci.org/index.php/PM/article/view/111/105>. Acesso em 23 de fev. 2023.

¹⁴ A Revista *Persona* se encontra disponível na página online *Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas* (CEDINCI). (cf. CEDINCI. *America Lee*. 2019. Disponível em: <https://americalee.cedinci.org/portfolio-items/persona/>. Acesso em 23 de fev. 2023).

dos processos que contribuíram para a radicalização da luta por parte das organizações políticas argentinas.

Os relatos de militantes de grupos armados que apresentaremos nesta pesquisa foram retirados das seguintes obras: *Mujeres guerrilleras*, de Marta Diana; *La Montonera, biografía de Norma Arrostito*, por Gabriela Saidón; *Mujeres montoneras*, de Karin Grammático; além de *Relatos de militancia femenina en los años 70, cuando todo pareció a punto de cambiar*; *Mujeres insurrectas: condición femenina y militancia en los 70*; e *La maternidad y los hijos: un foco de tensión para la militancia femenina. Análisis de un grupo de militantes de organizaciones político-armadas de los años '70 en Argentina*, de Patricia Graciela Sepúlveda; e *La participación de las mujeres en la lucha armada. Córdoba, Argentina, 1970-1973*, de Ana Noguera. Consultamos também *Memória de mulheres*, o volume 5 de “Cuadernos de la memoria”, organizado por María Rosa Gómez para o Instituto Espacio para la Memoria; *Historia, género y política en los '70*, organizado por Nora Domínguez, Andrea Andújar e María Inés Rodríguez; *Memórias das mulheres do exílio*, organizado por Albertina de OliveiraCosta, Valentina da Rocha Lima, Norma Marzola e Maria Teresa Porciuncula Moraes; *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*, organizado por Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff; *La participación femenina en las organizaciones armadas de los años 70 e Nuevas militancias, antiguas contradicciones... la militancia femenina en el ERP, una primera aproximación*, de Paola Martínez; *Las mujeres en las organizaciones armadas de los '70. Los Montoneros*, de Hilda Beatriz Garrido e Alejandra Giselle Schwartz; bem como as obras de Laura Pasquali *Mandatos y voluntades: aspectos de la militancia de mujeres en la guerrilla e Recordar y contar desde el género. Reflexiones sobre los relatos de mujeres*.

Utilizamos, ainda, artigo de Luciana Seminara e Cristina Viano, “Las dos Verónicas y los múltiples senderos de la militancia: de las organizaciones revolucionarias de los años 70 al feminismo”, compilado por Andrea Andújar na obra *De minifaldas, militancias y revoluciones: exploraciones sobre los 70 en la Argentina*; as produções de Alejandra Oberti *También nosotras seremos como el Che* e *Las Revolucionarias: militância, vida cotidiana y afetividad en los setenta*; a obra *Putas y guerrilleras*, de Mirian Lewin e Olga Wornat; o trabalho de Analía Aucía, intitulado “Género, violencia sexual y contextos repressivos”, publicado na obra *Grietas en el silencio. Una investigación sobre la violencia sexual en el marco del terrorismo de Estado*; “Jugarse al cristo:” *mandatos y construcción identitaria en el Partido Revolucionario de los Trabajadores-Ejército Revolucionario del Pueblo (PRT-ERP)*, de Vera Carnovale; a obra “... y nadie quería saber”. *Relatos sobre violencia contra las mujeres en el terrorismo de Estado en Argentina*, de Claudia Bacci, María Capurro Robles, Alejandra Oberti e Susana

Skura; e, por fim, *Mujer política. Su construcción subjetiva desde la militancia montonera*. Norma Arrostito, de Claudia Bacci, Leandro Crespo e Diego Basanta.

É importante ressaltarmos que o processo de busca por depoimentos de militantes de organizações armadas foi um grande desafio. Primeiro, pela própria estrutura das organizações, com suas atuações na clandestinidade. No caso de dados referentes às mulheres, essa dificuldade se intensificou ainda mais, uma vez que os próprios grupos reproduziam espaços masculinizados, ocultando a participação feminina. Segundo, pelo grande número de desaparecimentos de pessoas, principalmente a partir da violência do processo da última ditadura civil-militar argentina, em 1976. Nesse sentido, os relatos presentes nesta pesquisa foram recolhidos a partir do mapeamento de trabalhos já realizados por outros pesquisadores. Partindo desse princípio, nossa análise se tornou ainda mais desafiadora, uma vez que o procedimento de coleta de depoimentos é extremamente enriquecedor, desde a organização dos questionamentos até o processo de percepção de elementos que ultrapassam as falas propriamente ditas, como, por exemplo, expressões, silenciamentos e outros elementos perceptíveis a partir da exposição do depoente.

Apesar de todas as dificuldades e desafios, consideramos que a pesquisa deveria ser levada adiante, até mesmo para repensarmos silenciamentos impostos e, principalmente, para reconhecermos as singularidades das narrativas das mulheres que militaram em organizações armadas. A busca por esses casos se faz importante no sentido de reconhecer injustiças históricas que interferem diretamente no presente. Contudo, situações inesperadas ocorreram. Passamos pela avassaladora experiência de uma pandemia. Foram intensos os impactos da covid-19 no processo de construção desta tese. Em um primeiro momento, senti uma enorme insegurança para dar continuidade ao que tinha me proposto a fazer. A pandemia havia alterado subitamente projetos e expectativas idealizadas por anos. O sonho de conhecer de perto a realidade argentina foi se perdendo sem que nada pudesse ser feito. Desenvolver uma pesquisa dessa envergadura estando no Brasil era a maior de todas as minhas dificuldades. Ademais, ao refletir acerca de tudo que se passava à minha volta, os problemas relacionados à viabilidade da pesquisa se tornaram pequenos. Todos os dias recebíamos notícias de numerosas mortes no país. Nunca havíamos vivido nada parecido, tudo era novo, principalmente para a ciência. Cientistas do mundo inteiro lutavam para salvar a humanidade e, como se não bastasse tudo isso, no Brasil vivíamos tempos ainda mais difíceis. O presidente eleito no ano de 2018, Jair Messias Bolsonaro, assumia uma postura negacionista em relação à doença. Em suas manifestações, incentivava a população a boicotar medidas de segurança e a utilizar tratamentos sem validação científica, além de descredibilizar a importância da vacina.

Em consequência das limitações desse cenário, a pesquisa foi sendo cuidadosamente adaptada. O planejamento de visitas em arquivos e bibliotecas foram substituídos pela análise da documentação digitalizada; as possibilidades de entrevistar militantes de organizações armadas foram substituídas por relatos presentes em trabalhos de outros pesquisadores; o sonho de conhecer movimentos e manifestações culturais foi substituído por materiais disponíveis na internet.

Assim, além da análise minuciosa dos depoimentos em conjunto com todo o acervo bibliográfico, a pesquisa se apoiou também em filtros críticos que dizem respeito a cuidados que devem ser levados em consideração ao trabalharmos com a memória. Nas palavras de Pierre Nora, “a memória é um fenômeno sempre atual, vivido no eterno presente” e a história, por sua vez, “(...) é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais”¹⁵. Nessa lógica, faz-se necessário termos em mente que a escrita da história, por mais comprometida que seja, é sempre problemática, uma vez que trabalhamos com relatos que são influenciados pelo presente, o tempo de narração. Nesse sentido, afirma Beatriz Sarlo: “A narração inscreve a experiência numa temporalidade que não é a de seu acontecer, mas de sua lembrança. A narração também funda uma temporalidade, que a cada repetição e a cada variante torna a se atualizar”¹⁶. Entretanto, apesar de todos os cuidados a serem considerados ao se trabalhar com memórias, sabemos que a análise dos depoimentos é essencial para a promoção de debates e reflexões sobre o passado, pois é capaz de promover processos plurais de construção histórica, envolvendo sujeitos diversos¹⁷.

Para dar conta das indagações referentes às mulheres nos espaços sociais masculinizados, recorreremos à categoria de gênero como uma ferramenta metodológica, que nos possibilita visualizar as mulheres e suas atuações independentemente de construções estabelecidas e “naturalizadas” socialmente. Joan Scott nos lembra que o gênero é um “elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos. (...) uma forma primeira de significar as relações de poder”¹⁸. Ainda segundo a autora, o gênero nos abre possibilidades de decodificar sentidos e compreender relações complexas entre diversas formas de interação humana. Nessa perspectiva, entendemos o gênero como uma

¹⁵ NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993. p. 9. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>. Acesso em 4 de mar. 2016.

¹⁶ SARLO, Beatriz. *A paixão e a exceção*: Borges, Eva Perón, Montoneros. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2005, p. 25.

¹⁷ JELIN, Elisabeth. *Los trabajos de la memoria*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2002.

¹⁸ SCOTT, Joan. [1989]. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

ferramenta útil para a análise histórica na medida em que tem o papel de incluir sujeitos e contribuir para uma compreensão mais ampliada dos processos e fenômenos sociais¹⁹. A ocultação de sujeitos não adiciona nenhuma vantagem à escrita da história, apenas nos aproxima de modelos de dominação e opressão social das classes dominantes²⁰.

Contudo, como o gênero, o sexo também é uma construção social. Como nos lembra Butler: “Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado ‘sexo’ seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero se revela absolutamente nenhuma”²¹.

Nesse sentido, entendemos o sexo e o gênero como elementos indissociáveis, que são constantemente moldados pela experiência consolidada em cada espaço social. Em razão disso, o gênero não deve ser constituído como uma identidade estável, e sim como uma identidade constituída no tempo e no espaço por meio de um conjunto de atos repetitivos que correspondem à ideia do que é natural²². Logo, como salienta Butler, “(...) o sexo é uma interpretação política e cultural do corpo”²³. Assim, a ideia de um sistema binário restrita a um campo limitado de possibilidades se revela inexequível em relação à complexidade dos comportamentos e das experiências humanas, tendo em vista que o gênero não tem uma essência; é múltiplo, infinito e complexo. Nessa perspectiva, Butler conclui:

O fato de a realidade do gênero ser criada mediante performances sociais contínuas significa que as próprias noções de sexo essencial e de masculinidade ou feminilidade verdadeiras ou permanentes também são constituídas, como parte da estratégia que oculta o caráter performativo de gênero e as possibilidades performativas de proliferação das configurações de gênero fora das estruturas restritivas da dominação masculinista e da heterossexualidade compulsória²⁴.

Além disso, é importante ressaltar que as relações de gênero são atravessadas por diferentes situações sociais que implicam maior ou menor poder. Segundo Anne McClintock, “o poder raramente é atribuído por igual, diferentes situações sociais são sobredeterminadas pela raça, pelo gênero, pela classe ou por cada uma dessas categorias por sua vez”²⁵. Dessa maneira, o processo de formação de gênero é intrínseco ao processo de institucionalização das

¹⁹ PASQUALI, Laura. Mandatos y voluntades: aspectos de la militancia de mujeres en la guerrilla. *Revista Temas de Mujeres*, Tucumán, n. 4, p. 49-75, 2008. Disponível em: <http://ojs.filo.unt.edu.ar/index.php/temasdemujeres/article/view/23>. Acesso em 4 de mar. 2016.

²⁰ RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história: descobrindo historicamente o gênero. *CNT Compostela*, p. 7-58, 2012. Disponível em: <http://www.cntgaliza.org/files/rago%20genero%20e%20historia%20web.pdf>. Acesso em 15 de jul. 2014.

²¹ BUTLER, 2003, p. 25.

²² Idem, *ibidem*.

²³ Idem, *ibidem*, p. 165.

²⁴ BUTLER, 2003, p. 201.

²⁵ MCCLINTOCK, Anne. *Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Campinas: Unicamp, 2010, p. 80.

hierarquias de raça e classe²⁶. Logo, é um equívoco pensar em uma noção singular acerca do feminino, sem considerar variações de classe, raça, etnia e outros eixos de relações de poder que marcam as experiências dos sujeitos.

A categoria “experiência” também é uma ferramenta importante para esta pesquisa. Pensar a experiência como algo construído historicamente e não como uma realidade dada é fundamental para o desvelamento de sistemas de opressão naturalizados. Os sujeitos não são totalmente autônomos em suas experiências, estão sempre agindo de acordo com práticas sociais, que são conformadas por ideias, instituições e conceitos, legitimados no tempo-espaço em que estão inseridos. Para Scott:

(...) precisamos dar conta dos processos históricos que, através do discurso, posicionam sujeitos e produzem suas experiências. Não são os indivíduos que têm experiência, mas os sujeitos é que são constituídos através da experiência. A experiência, de acordo com essa definição, torna-se, não a origem de nossa explicação, não a evidência autorizada (porque vista ou sentida) que fundamenta o conhecimento, mas sim aquilo que buscamos explicar, aquilo sobre o qual se produz conhecimento. Pensar a experiência dessa forma é historicizá-la, assim como as identidades que ela produz²⁷.

A experiência vista como algo incontestável, ou seja, como algo pronto e acabado, exclui a possibilidade de desvendarmos como, nas palavras de Scott, “a visão de um sujeito é estruturada acerca da linguagem (ou discurso) e história”, além disso, como opera e “constitui sujeitos que veem e agem no mundo”²⁸.

Outra categoria indispensável para refletir as problemáticas apresentadas na pesquisa se refere à masculinidade. Esta categoria nos permite pensar que os “papéis masculinos” não são uma entidade fixa no corpo ou em traços da personalidade dos sujeitos. São práticas construídas a partir de relações sociais que podem se diferenciar a partir dos cenários e das temporalidades em que os sujeitos se encontram inseridos²⁹. Assim, a categoria “masculinidades” não pode ser pensada de forma invariável e universal. Sobre o assunto, afirma Kimmel:

(...) as masculinidades são socialmente construídas, e não uma propriedade de algum tipo de essência eterna, nem mítica, tampouco biológica. Pressuponho que masculinidades (1) variam de cultura a cultura, (2) variam em qualquer cultura no transcorrer de um certo período de tempo, (3) variam em qualquer cultura através de

²⁶ OYÈRÓNKÉ, Oyèwùmí. *A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

²⁷ SCOTT, Joan. Experiência. In: SILVA, Alcione Leite da; LAGO, Mara Coelho de Souza; RAMOS, Tânia Regina Oliveira (Orgs.). *Falas de gênero: teorias, análises, leituras*. Florianópolis: Mulheres, 1999, p. 21-55. Disponível em: http://historiacultural.mpbn.net.com.br/feminismo/Joan_Scott-Experiencia.pdf. Acesso em 23 de fev. 2022.

²⁸ SCOTT, 1999, p. 26.

²⁹ CONNELL, R.; MESSERSCHMIDT, J. W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Estudos Feministas*, Florianópolis, n. 21, v. 1, 2013.

um conjunto de outras variáveis, outros lugares potenciais de identidade e (4) variam no decorrer da vida de qualquer homem individual.³⁰

Dessa forma, a compreensão de que padrões de masculinidades são socialmente construídos nos permite identificar processos de hierarquização de gênero que dizem respeito a relações de poder, violência e desigualdades diversas. Além disso, essa compreensão também nos abre possibilidades de visualizarmos a pluralidade das experiências humanas independentemente de sistemas pré-estabelecidos.

Todos esses debates, que trazem para discussão singularidades imperceptíveis dentro de abordagens universais, caminham na mesma direção das perspectivas decoloniais. Essas perspectivas oferecem potencialidades para o desenvolvimento de narrativas com preocupações voltadas para a identificação de relações de opressão entre o colonizador e o colonizado. Legitimam, assim, a construção de novas epistemologias, valorizando saberes não hegemônicos, provenientes, por exemplo, dos países “periferizados”. Nesse sentido, as perspectivas decoloniais são fundamentais para a problematização das relações coloniais de poder que persistem até os nossos dias atuais. Como salienta Talíria Petrone, no prefácio da obra *Feminismo para os 99%: um manifesto*, apesar do rompimento com os regimes coloniais, grupos sociais minoritários, brancos e proprietários, assumiram o poder nos contextos latino-americanos e não romperam com as tradições desses regimes³¹.

Desse modo, esta pesquisa se encontra desafiada a refletir a partir dessas perspectivas, rompendo com modelos ocidentais pré-estabelecidos e com pretensões universalizantes. Desconstruir binarismos, essencialismos e apostar na linguagem, considerando o lugar de enunciação da fala, são práticas fundamentais para pensar nos diferentes saberes em diversos contextos geopolíticos³². Assim, a proposta é ampliar nossas lentes e aprofundar análises nas singularidades do universo feminino latino-americano, desconstruindo teorias eurocêntricas, hierarquizantes e racistas. Como nos lembra Talíria Petrone, a imposição de um modelo de ser humano universal moderno, que corresponde ao homem branco, patriarcal, heterossexual, cristão, proprietário, foi consolidada pelo sistema capitalista e deixa de fora diversos sujeitos, em especial as mulheres³³.

³⁰ KIMMEL, M. S. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. *Horizontes antropológicos*, Porto Alegre, ano 4, n. 9, 1998, p. 105. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71831998000200007>. Acesso em 23 de fev. 2022.

³¹ PETRONE, Talíria. Prefácio. In: ARRUZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. *Feminismo para os 99%: um manifesto*. São Paulo: Boitempo, 2019, p. 17.

³² COSTA, Cláudia Lima. Debate colonialidade do gênero e feminismos descoloniais. *Estudos Feministas*, vol. 22, n. 3, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/qNnTL8TXntRD55pTsqWVq7g/>. Acesso em 23 de fev. 2022.

³³ PETRONE, 2019, p. 16.

Finalmente, para atender aos objetivos propostos, organizamos a presente tese em quatro capítulos.

No primeiro, apresentaremos uma contextualização da condição da mulher na sociedade argentina. Nossa análise destaca situações vivenciadas pelas mulheres desde o início do século XX até os anos de 1970. Abordaremos a atuação delas nos espaços públicos, suas conquistas, desafios e as várias formas de opressão instaladas e naturalizadas pela sociedade. Explicitaremos também o processo de formação das principais organizações feministas dos anos 1970, engendrado pela resistência das mulheres em relação às condições de desigualdade de gênero.

No segundo capítulo, discutiremos o processo de inserção feminina nas organizações armadas sem perder de vista o contexto argentino e as especificidades do processo de formação e consolidação de Montoneros e PRT/ERP. Simultaneamente a isso, desenvolveremos um debate situando conflitos gerados entre a atuação das mulheres e os padrões de comportamento masculinizados consolidados pelas referidas organizações. Nosso objetivo é mostrar como os estereótipos construídos sobre a imagem feminina e masculina estavam diretamente ligados às relações de poder estabelecidas no interior dessas organizações.

No terceiro capítulo, analisaremos a juventude como categoria, no sentido de entender as especificidades do público que integrou as organizações armadas estudadas. Nessa lógica, apresentaremos as contradições existentes entre as propostas da luta política da chamada Nova Esquerda que, por um lado, apresentava-se como o “novo e moderno” em termos de rompimento com a velha forma de fazer política, mas que, por outro, mantinha padrões “conservadores” em relação a questões de gênero. Para dar visibilidade às desigualdades de gênero praticadas, apresentaremos a construção da imagem da “mulher militante” criada pelas próprias organizações.

No quarto e último capítulo, discutiremos as várias formas peculiares de violência projetadas sobre os corpos das mulheres em razão da condição social feminina. A partir dessas reflexões, explicitaremos uma imagem feminina sempre em construção, que se reinventa e se transforma a partir das experiências históricas vivenciadas. Assim, fecharemos o capítulo apresentando a narração de distintas vozes femininas que deram significado à ideia do que é ser mulher na luta armada.

1 A CONSTRUÇÃO DE MOVIMENTOS DE MULHERES E A CONQUISTA DE DIREITOS NA SOCIEDADE ARGENTINA

No presente capítulo, abordaremos a participação das mulheres nos espaços públicos e suas conquistas em relação ao processo de desigualdade de gênero instalado na sociedade argentina. Com o objetivo de compreender como se deu a resistência feminina a esse processo, nossa análise se inicia nos primeiros anos do século XX³⁴ e se estende até a década de 1970. Além disso, discutiremos também o processo de formação das principais organizações feministas e seus impactos em relação a alterações nas condições assimétricas de gênero.

1.1 MULHERES DE LUTA: VIVÊNCIAS E REALIDADES DAS MULHERES ARGENTINAS NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Em conformidade com a análise de Mirta Lobato³⁵, em fins do século XIX e início do XX, com o processo de difusão do setor industrial na Argentina, muitas mulheres se integraram ao trabalho nos espaços públicos. Suas experiências contribuíram com a desconstrução da ideia de que o lugar da “mulher” era dentro de casa. Para Lobato: “Desde fins do século XIX, as mulheres se integraram no trabalho assalariado fora do lar e, em particular, no trabalho fabril. Se empregaram nas grandes fábricas do setor de alimentação, na indústria da carne, nas fábricas de cigarro e de fósforo e na indústria têxtil”³⁶ (tradução nossa)³⁷.

Entretanto, a ocupação desses espaços públicos por parte de algumas mulheres, apesar de evidenciar a condição de subordinação feminina ao poder masculino e estimular discussões e questionamentos, não proporcionou grandes transformações a essa realidade, tendo em vista que, nas fábricas, a divisão sexual do trabalho marcava claramente o estado de desigualdade entre homens e mulheres.³⁸

Nesse sentido, torna-se imprescindível a compreensão do contexto argentino para pensarmos as peculiaridades dos movimentos de mulheres em oposição ao sistema patriarcal. Essa perspectiva é fundamental para não visualizarmos as lutas e resistências das mulheres

³⁴ Momento em que o debate sobre a condição feminina começa a se desenvolver na Argentina.

³⁵ LOBATO, Mirta Zaida. Lenguaje laboral y de género en el trabajo industrial primera mitad del siglo XX. In: LOZANO, Fernanda Gil; INI, María Gabriela; PITA, Valeria Silvina et al. *Historia de las mujeres en la Argentina*. Buenos Aires: Taurus, 2000. p. 6-294.

³⁶ LOBATO, 2000, p. 91.

³⁷ “Desde fines del siglo XIX, las mujeres se integraron en el trabajo asalariado fuera del hogar y, en particular, en el trabajo fabril. Se emplearon en las grandes fábricas del rubro alimentación, en la industria de la carne, en las fábricas de cigarrillos y de fósforos, en la industria textil”.

³⁸ LOBATO, op. cit.

como algo universal, a exemplo das ondas feministas como precursoras de todo e qualquer processo de resistência contra a opressão de gênero. Por outro lado, entendemos que as ondas feministas também influenciaram processos de lutas das mulheres, porém, não fundaram formas de resistência vividas pelas mais diversas mulheres argentinas, até porque suas realidades são distintas em relação à agenda feminista do Norte global. Nessa direção, a análise de Ballestrin acerca dos feminismos subalternos é primordial, pois expõe a problemática de “silenciamento de várias expressões do feminismo”³⁹ em benefício de um feminismo elitista universal. De acordo com Ballestrin, o antagonismo entre os feminismos “é acentuado a partir da interiorização de marcadores como classe, etnia e nacionalidade – que andam sob a ótica interseccional ao lado das questões de gênero”⁴⁰. Dessa maneira, é impossível perceber as práticas de resistência das mulheres argentinas contra o sistema de dominação masculina sem considerarmos o meio em que estão inseridas, ponderando principalmente suas distintas realidades dentro do mesmo país.

Para Lobato, o setor que mais teve concentração de mulheres na Argentina foi a indústria têxtil, principalmente no período entre guerras (1918-1939). Segundo ela, “(...) as numerosas companhias da Capital Federal e do primeiro cordão industrial de sua periferia tinham 80 por cento de seu pessoal constituído por mulheres”⁴¹ (tradução nossa)⁴².

Contudo, a ocupação desses espaços por parte das mulheres trouxe uma série de significados sociais, inclusive a construção de estereótipos negativos relacionados à imagem da mulher trabalhadora. Segundo Lobato, “(...) a imagem do corpo belo e harmônico competia com a da pobre trabalhadora esquelética, possuidora e portadora de um corpo carente de atrativos que se associava ao trabalho industrial feminino”⁴³ (tradução nossa)⁴⁴. Essa concepção também nos revela a importância de pensar a complexidade da discussão sobre gênero e sexualidade⁴⁵. Apenas o corpo da “mulher trabalhadora” fazia alusão à sujeira, ao que não é belo, atrativo e

³⁹ BALLESTRIN, Luciana. Feminismos subalternos. *Estudos Feministas*, Florianópolis, n. 25, v. 3, p. 1035-1054, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/gW3NgWK4bpj9VHJCNTxx96n/>. Acesso em 23 de fev. 2022.

⁴⁰ BALLESTRIN, 2017.

⁴¹ LOBATO, 2000, p. 94.

⁴² “(...) *las numerosas compañías de la Capital Federal y del primer cordón industrial de su periferia tenían el 80 por ciento de su personal constituido por mujeres*”.

⁴³ LOBATO, op. cit., p. 100.

⁴⁴ “(...) *La imagen del cuerpo bello y armónico competía con la de la pobre obrera esquelética, poseedora y portadora de un cuerpo carente de atractivos que se asociaba al trabajo industrial femenino*”.

⁴⁵ Estamos nos referindo à ideia de sexualidade que ultrapassa o “estrito espectro do ato sexual”; à sexualidade que está nas mais diversas experiências vivenciadas no nosso cotidiano, como por exemplo: nossas crenças, valores, corpo, vestuário etc. (cf. TEMALE, Sylvia. Researching and theorizing sexualities in Africa. *Sexuality and politics: regional dialogues from the Global South*. Rio de Janeiro: Sexuality Policy Watch, 2015. p. 16-62. Disponível em: <https://www.sxpolitics.org/sexuality-and-politics/pdfs/volume1/2.pdf>. Acesso em 04 de mar. 2022).

harmônico, trazendo à tona uma ideia pré-estabelecida do que deveria ser o corpo feminino e de que forma deveria ser o comportamento da “mulher”. Assim, torna-se indispensável uma análise atenciosa e crítica dessas categorias, que nos permitam distanciar de interpretações universais impregnadas sobre os “corpos das mulheres”. Entender que situações como essas são construídas e legitimadas por distintas instituições sociais é fundamental para identificar relações de poder e de violência naturalizadas historicamente.

Para Alejandra Vassallo, as várias formas de restrição à participação política das mulheres estimulou a formação de mais de 250 organizações feministas entre fins do século XIX e início do XX⁴⁶. O *Consejo Nacional de Mujeres de la República Argentina* (Conselho Nacional de Mulheres da República Argentina) surgiu nesse contexto. Com pretensões de um acionar político nacional e internacional, a referida organização se apresentou no ano de 1900 como uma proposta de representação feminina coletiva de grupos diversos, tendo sido formada principalmente por mulheres pertencentes a setores médios e altos. O Conselho fazia parte de uma rede internacional de mulheres que formavam instituições similares em outros países e debatiam sobre as problemáticas feministas do mundo. Todas essas organizações, juntas, formavam o Conselho Internacional da Mulher que havia sido criado em Washington, em 1889⁴⁷. No entanto, é importante destacar que o Conselho argentino se estabeleceu dentro das suas especificidades. Como nos lembra Marcela Vignoli, “(...) a incorporação do Conselho Argentino ao internacional não significou que se adotaram seus postulados. (...) Inclusive por momentos, o Conselho argentino pareceu ir na contramão do seu par internacional”⁴⁸ (tradução nossa)⁴⁹.

A partir dessa organização, pode-se compreender alguns dos significados construídos acerca do feminismo argentino naquela época. Segundo Vassallo, nenhum setor do Conselho se declarou como emancipacionista nem questionou de forma absoluta as desigualdades entre homens e mulheres; todas as tendências estiveram de acordo com definições voltadas para a construção social tradicional da mulher, sempre ligada ao âmbito doméstico. Reconheciam o

⁴⁶ VASSALLO, Alejandra. Entre o conflito e a negociação. Os feminismos argentinos no início do Conselho Nacional de Mulheres 1900-1910. In: LOZANO, Fernanda Gil; INI, María Gabriela; PITA, Valeria Silvina et al. *Historia de las mujeres en la Argentina*. Buenos Aires: Taurus, 2000. p. 172-191.

⁴⁷ VIGNOLI, Marcela. El Consejo Nacional de la Mujer en Argentina y su dimensión internacional, 1900-1910. *Travesía*, San Miguel de Tucumán, v. 20, n. 2, p. 121-147, 2018. Disponível em: http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2314-27072018000200006. Acesso em 17 de jun. 2020.

⁴⁸ VIGNOLI, 2018, p. 122.

⁴⁹ “(...) la incorporación del Consejo Argentino al internacional no significó que se adoptaran sus postulados. (...) Incluso por momentos, el Consejo argentino, pareció ir a contramano de su par internacional”.

direito à educação como algo fundamental para que as mulheres fossem instruídas para exercer a maternidade e colaborar com a família e a sociedade⁵⁰.

A perspectiva do Conselho é muito importante para a compreensão da complexidade das discussões feministas no contexto argentino, até mesmo pela sua expressividade em termos de adesões. Entretanto, essas discussões devem ser pensadas a partir de tensões e conflitos que se traduzem, muitas vezes, em modificações de práticas políticas e assumem múltiplos significados, afastando-se de versões homogêneas. Assim, o Conselho deve ser visualizado como uma das realidades e não como a realidade feminista da época. Vale destacar também que muitas organizações se apresentaram críticas ao processo de desigualdade de gênero e não se assumiram como organizações feministas. Nesse sentido, pode-se perceber como os significados construídos em torno dessas discussões são amplos e impossíveis de serem entendidos a partir de esquemas simplistas de generalizações.

De acordo com Dora Barrancos⁵¹, no ano de 1896 o socialismo se originou na Argentina como força partidária; suas propostas previam mudanças drásticas no regime de governo. Seu programa contemplava uma robusta ação educativa e cultural para a elevação intelectual de todos os trabalhadores e trabalhadoras. Além disso, previa a extensão do direito de cidadania às mulheres. Foi a primeira força partidária que apoiou a participação política feminina na Argentina. Em razão disso, contou com um grande número de simpatizantes mulheres, principalmente em Buenos Aires, onde conseguiu maior representação nos órgãos legislativos. Em 1902, foi organizado, na mesma cidade, o Centro Socialista Feminino, que colocou em debate questões sobre a situação subalterna das mulheres. Inclusive, a *Ley de Trabajo de Mujeres y Menores*, nº 5.291, que versa sobre a proteção ao trabalho das mulheres e crianças nas fábricas, foi sancionada no ano de 1907 e se tratou de um projeto apresentado pelo Centro Socialista Feminino⁵² e levado para votação pelo deputado Alfredo Lorenzo Ramón Palacios⁵³. Sobre a referida lei, afirma Mirta Lobato:

(...) foi instituída a jornada de oito horas, o descanso dominical, a proteção da moralidade e da saúde das mulheres, a proibição de contratação de mulheres em setores perigosos e insalubres; o trabalho noturno foi proibido, foi estabelecido um

⁵⁰ VASSALLO, 2000.

⁵¹ BARRANCOS, Dora. *Mujeres en la sociedad argentina*. Buenos Aires: Sudamericana, 2010.

⁵² CALVERA, Leonor. *Mujeres y feminismo em la Argentina*. Buenos Aires: Grupo Editor Latino-Americano, 1990.

⁵³ Alfredo Lorenzo Ramón Palacios foi um dos fundadores do Partido Socialista na Argentina. Era escritor e tinha formação em direito. Em 1904 foi eleito como o primeiro deputado socialista no Congresso Nacional Argentino. Apoiou a reforma universitária de 1918 e lutou pela soberania das Ilhas Malvinas (MINISTÉRIO DE CULTURA ARGENTINA. Alfredo Palacios, el primer diputado socialista electo en América Latina. *Ministério de Cultura Argentina*, Buenos Aires, 20 de abr. 2020. Disponível em: <https://www.cultura.gob.ar/alfredo-palacios-el-primer-diputado-socialista-electo-en-america-latin-8939/>. Acesso em 23 de fev. 2022).

horário para a mãe amamentar seus filhos e um período de não trabalho, pré e pós-parto, que na prática era restrito porque não havia garantia de renda para a mãe trabalhadora. A lei de 1907 foi modificada em 1924, quando se estabeleceu que nas empresas com mais de cinquenta trabalhadores deveriam ser instalados berçários e proibida a dispensa por gravidez. Mas foi somente com a lei promulgada em 1934 e a criação do Fundo de Maternidade que se tentou resolver essa tensão entre emprego e maternidade, estabelecendo licenças remuneradas pré e pós-parto⁵⁴ (tradução nossa).⁵⁵

Outra lei, também apresentada pelo então deputado Alfredo Palacios, foi a de nº 9.143, também conhecida como *Ley Palácios*, que tratava da penalização da exploração das mulheres e crianças⁵⁶. De acordo com informação do *site* do Partido Socialista, foi a primeira lei na América que protegia vítimas de exploração sexual⁵⁷. Palacios era conhecido por defender melhores condições sociais para classes desfavorecidas e por fazer oposição a ideias conservadoras⁵⁸. Em razão de tudo isso, incomodava-se com a situação degradante das mulheres da época. Nas palavras de Amoretti, Palacios se preocupava “extremamente com a marginalização que sofriam as trabalhadoras e seus filhos, que viviam condições deploráveis de maus-tratos, opressão, exploração (...), não consideradas como elo mais fraco na cadeia de produção capitalista pela elite”⁵⁹ (tradução nossa)⁶⁰.

Sua relação de defesa dos direitos das mulheres também estava ligada com a influência de representantes da luta feminina, como é o caso de Alicia Moreau de Justo⁶¹, que também atuava no Partido Socialista.

⁵⁴ LOBATO, 2000, p. 106-107.

⁵⁵ “(...) se establecía la jornada de ocho horas, el descanso dominical, el resguardo de la moralidad y la salud de las mujeres, la prohibición de contratar personal femenino en las industrias peligrosas e insalubres; se prohibía el trabajo nocturno, se establecía un tiempo para que la madre pudiera amamantar a sus hijos y un período de no trabajo, pre y posparto que en la práctica se restringía pues no se garantizaban los ingresos a la madre obrera. La ley de 1907 fue modificada en 1924, cuando se estableció que en las empresas de más de cincuenta obreras debían instalarse salas cuna y se prohibió el despido por embarazo. Pero fue recién con la ley sancionada en 1934 y la creación de la Caja de Maternidad que se intentó resolver esa tensión entre empleo y maternidad al establecer la licencia pre y posparto con goce de salarios”.

⁵⁶ CALVERA, 1990.

⁵⁷ PARTIDO SOCIALISTA. A 103 años de la primera ley contra la trata de personas. *Partido Socialista*, Buenos Aires, 23 de set. 2016. Disponível em: <http://www.partidosocialista.org.ar/a-103-anos-de-la-primer-ley-contra-la-trata-de-personas/>. Acesso em 23 de fev. 2022.

⁵⁸ De acordo com Esteban Amoretti, os conservadores da época valorizavam bens materiais (vacas, terra e derivados da produção agroexportadora) em detrimento do valor humano (AMORETTI, Esteban Abel. El socialismo y el metodismo como tradiciones históricas en la Argentina. Expresiones nacionales de una genuina preocupación por los pobres. *Revista de Ciencia Política de la Ciudad de Buenos Aires a la Aldea Global*, n. 40, ago. 2020. Disponível em: <https://www.revcienciapolitica.com.ar/num40art13.php>. Acesso em 12 de mai. 2020).

⁵⁹ AMORETTI, 2020.

⁶⁰ “Se preocupará sobremanera por la marginalidad que sufrirán las trabajadoras y sus hijos, quienes acarrearán condiciones deplorables de maltrato, opresión, explotación y hacinamiento, no consideradas por ese entonces como el eslabón más débil en la cadena de producción capitalista por la élite”.

⁶¹ Alicia Moreau de Justo nasceu em Londres em 1885. Foi a segunda mulher a se formar em medicina na Argentina e se especializou em enfermidades femininas, realizando atendimentos gratuitos. Teve grande destaque em pautas do feminismo e do socialismo argentino nos primeiros anos do século XX. Em 1902, participou da fundação do Centro Socialista Feminista e da Unión Gremial Femenina. Em 1932, esteve envolvida na formulação do projeto sobre voto feminino, que foi aprovado na Câmara de Deputados e rejeitado no senado (AMORETTI,

Nesse mesmo contexto, surgiam também as propostas do anarquismo, que se expandiram principalmente entre os trabalhadores menos qualificados. Segundo Barrancos⁶², o anarquismo foi uma das vertentes que mais alcançou adesão entre as classes trabalhadoras argentinas até, aproximadamente, 1915. Diferentemente do socialismo, que previa mudanças drásticas no regime de governo, mas não a sua exclusão, a proposta anarquista era pautada na destruição total do Estado e de suas instituições. Além disso, previa também a destruição de instituições religiosas. Nessa lógica, para os anarquistas daquela época, apenas a ação revolucionária solucionaria os problemas sociais. Logo, a síntese do seu programa libertário era: “Nem Deus, nem pátria, nem patrão”⁶³.

Ademais, assim como os socialistas, os anarquistas também questionaram as hierarquias de gênero. Defendiam a libertação dos oprimidos, entre eles as mulheres. Foram importantes no processo de conscientização feminina em relação às suas condições de subordinação. Desse modo, as ideias anarquistas conquistaram muitas mulheres, que levantaram bandeiras de libertação contra a opressão masculina, lutaram contra os valores tradicionais do casamento, pela liberdade sexual e pela modificação das condições de subordinação doméstica feminina. A atuação dessas ativistas ocorria de várias formas, inclusive através de propagandas e ações diretas para auxiliar a causa do proletariado.

O periódico *La Voz de la Mujer*⁶⁴ exemplifica um pouco da atuação feminina no período. Foi uma publicação que surgiu a partir de 1896. Suas páginas alertavam sobre a tirania sofrida pelas mulheres, além de questionar a irracionalidade das doutrinas religiosas e romper com a ordem de subordinação do gênero feminino⁶⁵. Sobre a referida publicação, afirma Calvera:

La Voz de la Mujer, de virulenta crítica ao patriarcado – inclusive aos homens do anarquismo de cujo seio havia saído-, até o aparecimento de *Vida Femenina – Revista de la mujer inteligente*, dirigida por Maria L. Berrondo, folhetos, folhas soltas, artigos em jornais, revistas e periódicos foram apresentando a intensa atividade das mulheres. (...) os testemunhos escritos refletiam a amplitude dos conflitos feministas. Seus

2020; MUSEO CASA ROSADA. Alicia Moreau de Justo. *Argentina.gob.ar*, Buenos Aires, s/d. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/secretariageneral/museo-casa-rosada/iconos-argentinos/moreau-de-justo>. Acesso em 12 de mai. 2020).

⁶² BARRANCOS, 2010.

⁶³ Idem, ibidem.

⁶⁴ *La voz de la mujer* foi um periódico escrito por mulheres que circulou na Argentina entre os anos de 1896 e 1897. Foi pioneiro na luta pela emancipação feminina, era voltado exclusivamente para a pauta de conscientização da mulher em relação às condições históricas de dominação (cf. SOUZA, Ingrid Souza Ladeira de. *La voz de la mujer: um periódico de mulheres para mulheres (Argentina-1896-1897)*. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 29., 2017, Brasília. *Anais* [...]. Brasília: UnB, 2017, p. 1-10. Disponível em: https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502636598_ARQUIVO_TrabalhoCompletoANPUH-IngridSouzaLadeiradeSouza.pdf. Acesso em 15 de jul. 2020).

⁶⁵ BARRANCOS, Dora. *Mujeres, entre la casa y la plaza*. Buenos Aires: Sudamericana, 2008.

pequenos avanços, suas prisões, seus projetos, suas alegrias, suas muitas frustrações ficaram ali documentados⁶⁶ (tradução nossa)⁶⁷.

De acordo com Marcela Nari⁶⁸, nas primeiras décadas do século XX, expandiram-se muitos agrupamentos femininos de orientação anarquista, principalmente nas cidades de Buenos Aires e Rosário. Posteriormente, estenderam-se para vários lugares, inclusive para cidades do interior. Embora defendessem a libertação das mulheres, as anarquistas não concordavam com todas as propostas do feminismo⁶⁹, uma vez que as interpretavam como uma rebeldia própria de mulheres burguesas. Assim, as anarquistas se esforçavam para que não fossem confundidas com as feministas, pois, para elas, representavam valores burgueses e lutavam por direitos que faziam parte do regime que, por sua vez, o anarquismo queria aniquilar⁷⁰. Nesse sentido, como salienta Nari, as anarquistas lutavam “(...) entre dois fogos: por um lado, a denúncia do ‘machismo’ de seus companheiros de ideais; por outro, o enfrentamento com as ‘feministas’ burguesas ou socialistas, sempre reformistas”⁷¹ (tradução nossa)⁷². Enfim, para as anarquistas, as feministas estavam distantes das realidades das mulheres das classes trabalhadoras e por essa razão as elegeram como burguesas.

As anarquistas consideravam a maternidade como uma esperança para a transformação social. De acordo com Marcela Nari:

Para as anarquistas, a maternidade era fundamental. Nela estava o potencial do poder social das mulheres. Este forte apelo às mães na luta não afastou as pregações e os esforços dirigidos às operárias, nem as fez esquecer a exploração econômica e sexual exercida pelos homens independentemente de sua classe social. Mas na maternidade se depositaram profundas esperanças de minar, desde a primeira pedra, uma sociedade injusta: “... cada filho que uma mulher educada racionalmente dá à vida será, sem

⁶⁶ CALVERA, 1990, p. 23-24.

⁶⁷ “*La voz de la Mujer, de virulenta crítica al patriarcado –incluso a los varones del anarquismo de cuyo seno había salido- hasta la aparición de vida femenina-* Revista de la mujer inteligente, dirigida por María L. Berrondo, folletos, hojas sueltas, artículos en diarios, revistas y periódicos fueron recogiendo la intensa actividad de las mujeres. (...) los testimonios escritos reflejan los estadios de las bregas feministas. (...) sus pequeños avances, sus detenciones, sus proyectos, sus alegrías, sus muchas frustraciones han quedado allí documentados”.

⁶⁸ NARI, Marcela María Alejandra. Maternidad, política y feminismo. In: LOZANO, Fernanda Gil; INI, María Gabriela; PITA, Valeria Silvina et al. *Historia de las mujeres en la Argentina*. Buenos Aires: Taurus, 2000. p. 192- 214

⁶⁹ A ideia de feminismo não deve ser analisada de forma homogênea. Cada uma das organizações, de acordo com seu contexto político, defendia e/ou rejeitava práticas para construir suas próprias identidades. Podemos citar como exemplo o ponto de vista de Cecilia Grierson, uma das fundadoras do Conselho Nacional de Mulheres, que qualificava os movimentos sufragistas e emancipacionistas como exagerados e errôneos. Em razão disso, acreditava que o movimento feminista deveria ser desvinculado desses movimentos (VASSALLO, 2000).

⁷⁰ SOUZA, 2017.

⁷¹ NARI, 2000, p. 203.

⁷² “(...) entre dos fuegos: por un lado, la denuncia del ‘machismo’ de sus compañeros de ideales; por otro, el enfrentamiento con las ‘feministas’ burguesas o socialistas, siempre reformistas”.

dúvida, uma força propulsora do futuro, um alavanca formidável do presente”⁷³ (tradução nossa)⁷⁴.

Podemos notar que o anarquismo, apesar de defender a luta das mulheres contra o sistema de dominação social, não deixava de exercer controle sobre os corpos femininos, na medida em que estabelecia condutas para o exercício da maternidade. De acordo com o entendimento anarquista, apenas o filho da mulher educada racionalmente mudaria a realidade da sociedade injusta. Ainda segundo Nari:

A maternidade tinha menos a ver com a quantidade de filhos do que com a qualidade do cuidado: “[Os] noventa por cento das mulheres acreditam que cumpriam seu dever de maternidade atuando como máquinas incansáveis de parir filhos [sem levar em conta a] grave responsabilidade que demanda a delicada missão da maternidade”⁷⁵ (tradução nossa)⁷⁶.

Contudo, apesar do controle exercido sobre os corpos femininos, o anarquismo, mesmo que indiretamente, acabou contribuindo em alguma medida para que as mulheres pudessem escolher ter ou não filhos, conferindo a elas um mínimo de autonomia. Foram um dos primeiros movimentos a promover métodos e técnicas anticonceptivas para estimular a redução de nascimentos. Os espermicidas de aplicação local foram um dos métodos anticonceptivos criados por ativistas. Nas palavras de Barrancos:

A proposta anarquista argentina se distinguiu pela excelente aceitação das medidas sobre anticoncepção e sua divulgação, aspecto que não foi compartilhado pelas outras forças sociais próximas ao proletariado. Era comum que os centros anarquistas, além de instruir seus participantes, não apenas com a doutrina, mas também com a ciência e a literatura, disseminassem o conhecimento sobre maneiras de evitar os nascimentos. Nesse aspecto, as mulheres anarquistas eram uma vanguarda feminista, embora ocupassem posições “contrafeministas”⁷⁷ (tradução nossa)⁷⁸.

⁷³ NARI, 2000, p. 203.

⁷⁴ “Para las anarquistas, la maternidad era fundamental. En ella radicaba la potencialidad del poder social de las mujeres. Esta apelación fuerte a las madres en la lucha no desplazaba las prédicas y los esfuerzos destinados a las obreras de los talleres, ni las hacía olvidar la explotación económica y sexual ejercida por los varones cualquiera que fuera su clase social. Pero en la maternidad se depositaban profundas esperanzas de socavar, desde la primera piedra, una sociedad injusta: ‘... cada hijo que dé a la vida una mujer educada racionalmente, será, no lo dudéis, una fuerza propulsora del porvenir, una palanca formidable del presente’”.

⁷⁵ NARI, op. Cit., p. 204.

⁷⁶ “La maternidad tenía menos que ver con la cantidad de hijos que con la calidad del cuidado: ‘[El] noventa por ciento de las mujeres creen cumplir el deber de maternidad haciendo de incansables máquinas de parir hijos [sin tener en cuenta la] grave responsabilidad que dimana de la delicada misión de la maternidad’”.

⁷⁷ BARRANCOS, 2010.

⁷⁸ “La cuenca anarquista argentina se distinguió por la aventajada aceptación de las medidas sobre anticoncepción y su divulgación, un aspecto que no era compartido por las otras fuerzas sociales próximas al proletariado. Fué comun que los centros anarquistas, además del derrame de instrucción que ponía a los asistentes en contacto, no sólo con la doctrina sino también con la ciencia y la literatura, diseminaran conocimiento sobre las formas de evitar los nacimientos. En este aspecto las mujeres anarquistas resultaron una vanguardia... feminista, aunque mantuvieran posiciones ‘contrafeministas’”.

Vale destacar que, além da restrita divulgação das técnicas anticoncepcionais na sociedade, a maioria delas eram falíveis. No início do século XX, mulheres de todas as classes sociais recorriam ao aborto, medida extremamente penalizada pela sociedade argentina. O aborto era proibido e criminalizado não apenas pela igreja e pela lei, mas também pela própria medicina. Dessa maneira, as mulheres que recorriam à técnica de interrupção da gravidez corriam enormes riscos de saúde, tendo em vista as péssimas condições em que os procedimentos ocorriam⁷⁹. Nessa perspectiva, Barrancos nos lembra que nem mesmo as feministas defenderam a tese do aborto:

É necessário admitir que nem a briga anticonceptiva nem a demanda de descriminação do aborto foram incorporadas à agenda feminista dos anos 20; provavelmente se pode contar nos dedos as feministas que se animavam em defender publicamente estas posições⁸⁰ (tradução nossa)⁸¹.

A discussão da proibição do aborto nos leva a perceber mais uma das formas de controle dos corpos femininos. Como vimos, essa não era uma iniciativa exclusiva de instituições religiosas; áreas como o direito e medicina também contribuíram com a proposta de regulação desses corpos. Nesse sentido, o controle deve ser entendido como algo complexo, que se encontra pulverizado, sendo praticado a partir das várias instituições sociais, e não exclusivamente por uma única unidade de poder. Partindo dessa lógica, a análise de Foucault acerca dos mecanismos de micropoder é bastante útil para compreendermos as articulações do controle social. Segundo o autor, pequenos mecanismos de poder são exercidos pelas instituições sociais e envolvem todas as pessoas. Assim, o poder não é algo que interfere na vida dos indivíduos apenas de forma vertical, mas sim de forma circular, envolvendo os sujeitos em diversos processos de controle e regulação⁸². Para Foucault:

A análise em termos de poder não deve postular, como dados iniciais, a soberania do Estado, a forma da lei ou a unidade global da dominação; estas são apenas e, antes de mais nada, suas formas terminais. Parece-me que se deve compreender o poder, primeiro, como a multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização (...). O poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares⁸³.

Nessa perspectiva, podemos compreender uma das bases da dominação social feminina. De acordo com Rulian Emmerick, a partir da Era Moderna o corpo e a sexualidade ficaram

⁷⁹ BARRANCOS, 2010, p. 131-132.

⁸⁰ Idem, *ibidem*, p. 152.

⁸¹ “*Es necesario admitir que ni la brega anticonceptiva ni la demanda de despenalización del aborto fueron incorporadas a la agenda feminista de los años 20; probablemente se contaran con los dedos las feministas que se animaban a defender publicamente estas posiciones*”.

⁸² FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

⁸³ FOUCAULT, 1988, p. 88-89.

subordinados à cientificidade. Sendo assim, tornou-se objeto de intervenção médica e judiciária, com elaborações teóricas que culminaram em concepções discriminatórias. À vista disso, o “feminino” foi construído ideologicamente como algo inferior, perigoso e diabólico, representação que, nesse sentido, justificaria seu controle e domesticação⁸⁴. Portanto, torna-se imprescindível considerarmos o corpo, como nos orienta Oyèrónké, “como o alicerce sobre o qual a sociedade está fundada”⁸⁵, na medida em que, a partir dos corpos – os quais sejam masculinos, femininos, ricos, pobres – se pode compreender diferenças e hierarquias conformadas socialmente e em distintas temporalidades.

Como destaca Oyèrónké, a partir de desconstruções de ideias naturalizadas pode-se perceber formulações masculinizadas legitimadas pelas sociedades ocidentais. Para ela, a contribuição do discurso feminista nesse contexto é fundamental, uma vez que:

(...) explicita a natureza generificada (e, portanto, corporificada) e androcêntrica de todas as instituições e discursos ocidentais. As lentes feministas desnudam o homem de ideias para todos verem. Mesmo os discursos como os da ciência, considerados objetivos, foram mostrados como masculinamente tendenciosos.⁸⁶

Assim, é possível perceber algumas das razões pelas quais as demandas anticonceptivas e de discriminação do aborto não foram incorporadas à agenda feminista dos anos de 1920. Naquele momento, muitas mulheres começavam a questionar formas de dominação “institucionalizadas”. A forte articulação de mecanismos de poder agia naturalizando regras sociais hierárquicas, e o feminino foi visto em muitos momentos como sinônimo de inferioridade e ignorância. Nesse cenário, a busca pela emancipação dos corpos era algo que ainda se encontrava distante das discussões e lutas feministas. No que diz respeito ao trabalho fabril no início do século XX, por exemplo, Mirta Lobato enfatiza que as experiências de homens e mulheres eram distintas, e que normas e valores foram se consolidando a partir das ideias que se tinha de práticas de trabalho feminino e masculino. Essas ideias, por sua vez, foram legitimadas por diferentes instituições:

(...) a experiência industrial foi deixando marcas profundas nas práticas e nas ideias que homens e mulheres tinham sobre o trabalho. Na fábrica, como na escola e na família, se inculcam certas normas e valores que, com o tempo, são considerados naturais. As práticas cotidianas e a linguagem de todos os dias estruturam a percepção concreta e simbólica da vida social e se diferenciam em cada momento histórico.

⁸⁴ EMMERICK, Rulian. *Corpo e poder: um olhar sobre a o aborto à luz dos direitos humanos e da democracia*. 2007. 200 f. Dissertação (Mestrado em Teoria do Estado e Direito Constitucional) – Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/teste/arqs/cp063091.pdf>. Acesso em 15 de jul. 2021.

⁸⁵ OYÈRÓNKÉ, Oyèwùmí. *A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021, p. 28.

⁸⁶ OYÈRÓNKÉ, 2021, p. 34.

Quando o sistema de fábrica de difundiu na Argentina de fins do século XIX, os homens e mulheres que se incorporaram no trabalho fabril outorgaram, a partir dessa experiência, diferentes significados aos trabalhos industriais. A divisão sexual do trabalho começou a ser percebida como um estado de desigualdade e como uma dupla forma de submissão para as mulheres; por outro lado, para os homens foi o motor que os tornou sujeitos de direito⁸⁷ (tradução nossa)⁸⁸.

Lobato enfatiza que, na primeira metade do século XX, foi criada uma cultura em que discursos e práticas legitimavam publicamente desigualdades e formas de discriminação contra o trabalho das mulheres, principalmente nas fábricas. Para ela:

(...) nas fábricas, foi se conformando um conjunto de crenças, ideologias e valores sobre os papéis produtivos de homens e mulheres, constituindo uma cultura onde determinados discursos e práticas deram legitimidade pública às desigualdades e à discriminação. As relações que se estabeleceram nos espaços produtivos geraram um processo conflitivo que acentuou as assimetrias entre mulheres e homens. (...) foi se consolidando durante a primeira metade do século 20 um conjunto de noções básicas que se tornaram um substrato comum para classificar e qualificar o trabalho de homens e mulheres⁸⁹ (tradução nossa).⁹⁰

Além disso, a autora afirma que o trabalho das mulheres, apesar das variações entre as diversas fábricas, muitas vezes continuava sendo identificado com práticas do âmbito doméstico, confirmando, assim, a lógica de que a mulher devia “reinar no lar” e que o espaço público era reservado aos homens. Ainda nas palavras de Lobato:

(...) O ingresso das mulheres nas fábricas se deu em um contexto discursivo e prático em que sua própria vivência como mulher trabalhadora se confundia com as imagens que se formavam em torno do ideal materno, da família e do lar como centrais na vida feminina. (...) os discursos veiculados na imprensa e nas ações práticas de diversas instituições enfatizaram que as mulheres se realizavam na maternidade; a mulher trabalhadora era uma espécie de híbrido degenerado e potencialmente degenerativo. Ao integrar-se ao trabalho industrial, ao obter um salário para ela e sua família, a

⁸⁷ LOBATO, 2000, p. 92.

⁸⁸ “(...) *la experiencia industrial fue dejando huellas profundas en las prácticas y en las ideas que sobre el trabajo tenían varones y mujeres. En la fábrica, como en la escuela y en la familia, se inculcan ciertas normas y valores que, con el tiempo, son considerados naturales. Las prácticas cotidianas y el lenguaje de todos los días estructuran la percepción concreta y simbólica de la vida social y se diferencian en cada momento histórico. Cuando el sistema de fábrica se difundió en la Argentina de fines del siglo XIX, los hombres y mujeres que se incorporaron en el trabajo fabril otorgaron, a partir de esa experiencia, diferentes significados a las labores industriales. La división sexual del trabajo comenzó a ser percibida como un estado de desigualdad y como una doble forma de sometimiento para las mujeres; en cambio, para los hombres fue el motor que los convirtió en sujetos de derecho*”.⁸⁹ LOBATO, op. cit., p. 94-95.

⁹⁰ “(...) *en las fábricas se fue conformando un conjunto de creencias, ideologías y valores sobre los roles productivos de hombres y mujeres, constituyendo una cultura donde ciertos discursos y prácticas otorgaron legitimidad pública a las desigualdades y a la discriminación. Las relaciones que se establecían en los espacios productivos generaban un conflictivo proceso que acentuaba las asimetrías entre mujeres y varones. (...) se fue consolidando durante la primera mitad del siglo XX un conjunto de nociones básicas que se convirtió en un sustrato común para clasificar y calificar el trabajo de hombres y mujeres*”.

mulher trabalhadora tornou-se um elemento desintegrador da união familiar⁹¹ (tradução nossa)⁹².

Considerando a noção de que as mulheres desregulavam a ordem familiar ao ingressarem no mercado de trabalho, pode-se deduzir que o homem era responsável por prover o sustento da família. Sobre o assunto, salienta Lobato:

A associação mulher-mãe-casa se construiu em um longo processo em paralelo à associação homem-sustento familiar, que foi mais ampla, pois toda a sociedade pensava que a obrigação do homem era cuidar de sua família por meio das energias despendidas fora de casa⁹³ (tradução nossa)⁹⁴.

Dessa maneira, os homens tinham o privilégio de se apresentarem como representantes universais dos espaços públicos e, assim, adquiriam vantagens nos principais locais de decisão da sociedade. Eram eles que tinham mais conhecimento, que participavam de decisões políticas, que tinham dinheiro, bens... Enfim, eram eles que tinham mais poder. Em razão de tudo isso, a dependência feminina e a autonomia masculina se escancaravam em vários aspectos do cotidiano. Às mulheres, eram atribuídas debilidades físicas, intelectuais e um enorme sentimentalismo, como se fossem naturais à essência feminina. Essas naturalizações justificavam todo o processo de exploração e violência sobre as mulheres em espaços domésticos e públicos.

Muitos preconceitos foram disseminados sobre o trabalho feminino nas fábricas. Dessa maneira, a partir dos anos de 1910, um grande número de mulheres ingressou nos serviços de telefonia que, apesar de também serem mal vistos pela sociedade, eram considerados “melhores” quando comparados ao trabalho nas indústrias⁹⁵.

Além dos problemas em relação ao aspecto moral, essas mulheres enfrentaram uma série de dificuldades no mercado de trabalho. Muitas estavam vinculadas ao fato de terem menos oportunidades de qualificação que os homens e, às vezes, mesmo com qualificação não alcançavam a mesma valorização. Essa situação, ao longo do tempo, resultou em um sistema

⁹¹ LOBATO, 2000. p. 95-96.

⁹² “(...) *El ingreso de las mujeres en las fábricas se producía en un contexto discursivo y práctico en el que se mezclaba su propia experiencia como mujer trabajadora con las imágenes que se conformaban alrededor del ideal maternal, la familia y el hogar como centrales en la vida femenina. (...) Los discursos diseminados en la prensa y en las acciones prácticas de diversas instituciones enfatizaban que la mujer se realizaba en la maternidad; la mujer obrera era una especie de híbrido degenerado y potencialmente degenerador. Al integrarse en el trabajo industrial, al procurarse para ella y su familia un salario, la mujer obrera se convertía en un elemento disgregador de la unión del hogar*”.

⁹³ LOBATO, op. cit., p. 97.

⁹⁴ “*La asociación mujer-madre-hogar se fue edificando en un largo proceso de manera paralela a la asociación varón-sustento familiar, que era más amplia, ya que toda la sociedad pensaba que la obligación del varón era velar por su familia por medio de las energías gastadas fuera del hogar*”.

⁹⁵ LOBATO, op. cit.

diferenciado de remunerações pela prestação do mesmo serviço. Para ilustrar essa questão, Lobato nos apresenta um exemplo que ocorria no setor industrial da carne.

As palavras aparentemente neutras *peón*, *peón práctico*, *semicalificado* y *calificado*, estavam carregadas de conteúdo de gênero no exercício cotidiano das atividades fabris. Tanto homens quanto mulheres podiam obter essa qualificação e em teoria eram iguais, mas quando se estabeleciam os salários para cada uma dessas categorias, saltavam as diferenças na valorização do trabalho realizado por homens e mulheres⁹⁶ (tradução nossa, grifos da autora)⁹⁷.

Mirta Lobato apresenta, ainda, alguns números oficiais sobre a diferença salarial entre homens e mulheres. Segundo a autora:

(...) a diferença salarial entre homens e mulheres era grande: os salários das mulheres eram 30 a 50 por cento mais baixos do que os dos homens. Por exemplo, em 1914, um homem ganhava um salário médio diário de 3,81 pesos e uma mulher, 2,38; em 1917, 3,70 e 2,26; em 1922, 6,50 e 4,02; em 1929, 6,65 e 4,05 pesos, respectivamente⁹⁸ (tradução nossa)⁹⁹.

Percebemos, assim, como o mercado de trabalho também criava e reproduzia assimetrias de gênero. Uma outra dificuldade enfrentada pelas mulheres nesse âmbito foi a exposição das trabalhadoras ao abuso sexual. Conforme análise de Karin Grammático, “(...) aodesaparecer os bordéis, as fábricas se constituíram como lugares perigosos de primeira ordem.(...) De forma incipiente, as trabalhadoras se aproximavam, no imaginário social, ao perigo dasprostitutas”¹⁰⁰ (tradução nossa)¹⁰¹. Desse modo, de acordo com o imaginário social, essas situações poderiam ser evitadas se as mulheres permanecessem em seus respectivos lares. Nessesentido, as situações de abuso e violência, na maioria das vezes, não eram vistas como problemas; não se considerava o ambiente de trabalho um perigo para as mulheres. Esta situaçãode percalços no mercado de trabalho, vai ao encontro do censo do ano de 1914, em que 68% das mulheres foram registradas sem profissão ou ofício¹⁰².

⁹⁶ LOBATO, 2000, p. 102.

⁹⁷ “*Las palabras peón, peón práctico, semicalificado y calificado, aparentemente neutrales, se cargaban de contenidos de género en el ejercicio cotidiano de las actividades fabriles. Tanto hombres como mujeres podían obtener esa calificación y en teoría eran iguales, pero cuando se establecían los salarios para cada una de esas categorías saltaban las diferencias en la valoración del trabajo realizado por hombres y por mujeres*”.

⁹⁸ LOBATO, op. cit., p. 104.

⁹⁹ “*(...) la brecha salarial existente entre hombres y mujeres era amplia: los salarios femeninos eran entre un 30 y un 50 por ciento inferiores a los masculinos. Por ejemplo, en 1914 un varón ganaba un salario diario promedio de 3,81 pesos y una mujer, 2,38; en 1917, 3,70 y 2,26; en 1922, 6,50 y 4,02; en 1929, 6,65 y 4,05 pesos, respectivamente*”.

¹⁰⁰ GRAMMÁTICO, Karin. Obreras, prostitutas y mal venéreo: un Estado en busca de la profilaxis In: LOZANO, Fernanda Gil; INI, María Gabriela; PITA, Valeria Silvina et al. *Historia de las mujeres en la Argentina*. Buenos Aires: Taurus, 2000, p. 121-122.

¹⁰¹ “*(...) al desaparecer los burdeles, las fábricas se erigieron como lugares peligrosos de primer orden. (...) De manera incipiente las obreras se acercaban, en el imaginario social, al peligro de las prostitutas*”.

¹⁰² BARRANCOS, 2010.

Nessa perspectiva, como explicam Flávia Biroli e Luis Felipe Miguel, as mulheres, diferentemente dos homens, são expostas a inúmeras pressões e constrangimentos nos locais de trabalho. Segundo eles:

(...) Em conjunto, a vigência dos estereótipos, as estruturas de autoridade ainda dominadas pelos homens e as múltiplas responsabilidades adicionais, que são típicas da condição feminina nas sociedades marcadas pelo sexismo, tornam a experiência do trabalho assalariado mais penosa para as mulheres do que para os homens, o que, de formas diferentes, ocorre em todos os níveis das hierarquias de ocupações¹⁰³.

Ezequiel Adamovsky¹⁰⁴ acrescenta que, além das dificuldades no campo trabalhista, as mulheres não tinham sequer direito à participação no processo político do país, que também não era considerado “assunto de mulher”.

Entretanto, todos esses obstáculos enfrentados pelas mulheres geraram demandas por resistência. Dessa forma, a “primeira oportunidade importante que teve o feminismo argentino de mostrar suas novas forças foi o Primeiro Congresso Feminino de 1910”¹⁰⁵ (tradução nossa)¹⁰⁶. Organizado entre os dias 18 e 23 de maio de 1910, pelo Centro de Universitárias Argentinas, pelo Centro Socialista Feminino e pela liga das mulheres livres-pensadoras¹⁰⁷, discutiu e divulgou muitas demandas das lutas femininas. Entre elas, podemos citar:

(...) a solicitação de medidas de proteção às mães trabalhadoras e a seus filhos pequenos, a modificação do Código Civil eliminando as normas que determinavam a inferioridade das mulheres, o direito a que os descendentes extramatrimoniais conhecessem a identidade paterna, o direito ao sufrágio, a extensão da educação elementar a todas as crianças do país, o amparo às trabalhadoras¹⁰⁸ (tradução nossa)¹⁰⁹.

Embora entendamos a importância da divulgação das demandas femininas a partir do Primeiro Congresso, é importante destacarmos que não deixam de reforçar a lógica de dominação patriarcal, uma vez que assumem demandas dos espaços domésticos como exclusividade das mulheres. Como podemos observar na citação acima, uma das solicitações das mulheres que participaram do congresso foi a proteção dos filhos pequenos, como se esta fosse uma demanda exclusiva das mulheres. Nessa perspectiva, podemos notar que ainda

¹⁰³ BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. *Feminismo e política*. São Paulo: Boitempo, 2014.

¹⁰⁴ ADAMOVSKY, Ezequiel. *Historia de las clases populares en la Argentina (1880-2003)*. 2. ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2012.

¹⁰⁵ BARRANCOS, 2008, p. 74-75.

¹⁰⁶ “La primera oportunidad importante que tuvo el feminismo argentino de mostrar sus tempranas fuerzas fue por ocasión del Primer Congreso femenino de 1910”.

¹⁰⁷ BARRANCOS, 2010; CALVERA, 1990.

¹⁰⁸ BARRANCOS, 2008, p.77-78.

¹⁰⁹ “(...) la solicitud de medidas de protección a las madres trabajadoras y sus hijos pequeños, la modificación del Código Civil eliminando las normas que determinaban la inferioridad de las mujeres, el derecho a que los vástagos extramatrimoniales conocieran la identidad paterna, pelo derecho al sufragio, la extensión de la educación elemental a todos los niños del país, el amparo a las trabajadoras”.

compreendiam a criação e educação dos filhos como uma responsabilidade apenas das mulheres.

De acordo com Alicia Palermo, no início do século XX, as participações das mulheres em congressos, debates e eventos universitários foram muito importantes para a construção de discussões a favor de demandas feministas, tendo sido, inclusive, um importante antecedente para a consolidação dos estudos de gênero na Argentina¹¹⁰. No entanto, como nos lembra Luciana Carreño, a presença das mulheres no ensino superior era escassa, principalmente em organizações estudantis. Os cursos de medicina concentravam maior número de mulheres em razão da continuidade das funções de cuidado. Na universidade, as relações de desigualdade de gênero também as condicionavam a espaços de subordinação. Segundo Carreño, essas relações definiam acessos a “determinadas carreiras e a possibilidades de formar ou não parte de uma cátedra ou de ascender em diferentes hierarquias”¹¹¹. Apesar dessas discrepâncias e do número praticamente inexistente¹¹² de mulheres nas universidades no início do século XX, é importante ressaltar que conseguiram levar adiante suas propostas e abriram novos espaços de debate acerca das desigualdades presentes na sociedade. Nessa perspectiva, criaram bases para o desenvolvimento da luta por direitos políticos, que se fez presente nos momentos posteriores.

Além disso, Luciana Carreño destaca também a importância dos congressos universitários para conformação da identidade estudantil da América do Sul. A partir desses eventos, reafirmavam práticas, valores e modelos de comportamento. Assim, a condição estudantil foi se consolidando como um *status* diferenciado dentro da sociedade. Nesse cenário, o acesso das mulheres a esses espaços se torna mais legítimo, na medida em que aspectos de integração, crítica e debate oriundos do mundo universitário se apresentam.

Conforme análise de Calvera¹¹³, na década de 1920 o movimento feminista ganhou intensa importância não só na Argentina, mas em muitos países da Europa e no norte da América. De acordo com Barrancos¹¹⁴, em 1914, com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, muitas mulheres ocuparam postos considerados de exclusividade masculina, colocando em evidência suas capacidades e desconstruindo discursos hierarquizantes de gênero. Ao finalizar o conflito, uma série de movimentos de mulheres se organizaram e exigiram igualdade de

¹¹⁰ PALERMO, Alicia Itatí. El acceso de las mujeres a la Educación Universitaria. *Revista Argentina de Sociología*. v. 4, n. 7, 2006, pp. 11-46. Disponível em: <http://www.scielo.org.ar/pdf/ras/v4n7/v4n7a02.pdf>. Acesso em 25 de jun. 2023.

¹¹¹ CARREÑO, Luciana. Los caminos de la Reforma Universitaria. Sociabilidad y vida estudiantil en los centros de estudiantes de la Universidad de Buenos Aires (1900-1918). *Quinto Sol*, v. 22, n. 1, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.19137/qs.v22i1.1231>. Acesso em 25 de jun. 2023.

¹¹² PALERMO, 2006.

¹¹³ CALVERA, 1990.

¹¹⁴ BARRANCOS, 2010.

direitos entre homens e mulheres. Assim, vários países instituíram o voto feminino e ampliaram suas prerrogativas.

Os direitos femininos não foram alcançados harmoniosamente; em muitos países ocorreram conflitos intensos¹¹⁵. Além disso, não houve uma aparição ordenada dos direitos civis, políticos e sociais. Em alguns lugares, por exemplo, os direitos políticos demoraram muito para serem outorgados, em outros, foram concedidos mais rapidamente em detrimento dos demais direitos¹¹⁶.

Na Argentina, o voto feminino só foi instituído no ano de 1947, porém, desde a década de 1920, as feministas argentinas já tinham organização e lutavam por seus direitos¹¹⁷. Como explica Barrancos, os anos de 1920 “estiveram entre os mais interessantes em matéria de afirmação do feminismo, de aumento das demandas de direitos das mulheres e de obtenção da primeira reforma civil importante”¹¹⁸ (tradução nossa)¹¹⁹. Nesse período, vários organismos feministas foram criados, dentre eles: a *União Feminista Nacional*, fundada por Alicia Moreau; o *Partido Feminista Nacional*, criado por Julieta Lanteri e outras feministas; além da *Asociación Pro Derechos de la Mujer*, dirigida por Elvira Rawson.

Essas associações estavam inseridas no contexto da Onda Pró-Sufrágio, iniciada com o término da Primeira Guerra Mundial. A criação de partidos feministas foi uma experiência vivenciada por boa parte das sociedades latino-americanas, sobretudo na década de 1920¹²⁰.

Embora os anos 20 tenham sido de extrema importância, principalmente no aspecto do desenvolvimento das organizações feministas, é importante ressaltar que foi no ano de 1919 que o primeiro projeto de lei do sufrágio feminino foi levado à câmara para votação. Apesar de não ter sido aprovado naquele momento, podemos perceber como as movimentações favoráveis aos direitos femininos estavam bem estruturadas nos primeiros anos do século XX.

Por fim, foi também nos anos de 1920 que a lei 11.357 foi aprovada, a qual “significou a aquisição da ‘capacidade civil plena’ por parte das mulheres”¹²¹ (tradução nossa)¹²². A partir de então, as mulheres não precisavam mais pedir autorização ao marido para estudar, trabalhar e administrar seus bens adquiridos antes do casamento. O projeto foi apresentado inicialmente em setembro de 1924 pelos deputados socialistas Juan B. Justo e Mario Bravo. Abrangia,

¹¹⁵ CALVERA, 1990.

¹¹⁶ BARRANCOS, 2010.

¹¹⁷ CALVERA, op. cit.

¹¹⁸ BARRANCOS, 2008, p. 94.

¹¹⁹ “Estuvieron entre los más interesantes en materia de afirmación del feminismo, de aumento de la demanda de los derechos de las mujeres y de obtención de la primera reforma civil importante”.

¹²⁰ BARRANCOS, 2010.

¹²¹ Idem, ibidem, p.139.

¹²² “Significó la adquisición de la ‘capacidad civil plena’ por parte de las mujeres”.

inicialmente, apenas as mulheres solteiras, divorciadas e viúvas, no entanto, antes da sua aprovação, em 1926, a lei foi ampliada para mulheres casadas¹²³.

Nos anos de 1930, a sociedade argentina se modificou notavelmente. Com o advento das duas guerras mundiais, a produção interna, principalmente de bens manufaturados, cresce de forma significativa¹²⁴. Assim, as importações foram substituídas por muitos desses bens, desencadeando o desenvolvimento das indústrias em detrimento das importações¹²⁵. Foi nesse contexto que surgiram os primeiros eletrodomésticos, que aos poucos foram se incorporando nos lares das mulheres de classe média e aliviando suas tarefas¹²⁶. Nesse sentido, com o crescimento da demanda de trabalho nas indústrias, surgia uma alta participação de assalariados, e tanto homens quanto mulheres se incorporaram no trabalho das novas fábricas. Esse processo, no entanto, intensificou-se mais a partir da década de 1940, com a chegada de Perón¹²⁷ ao poder, na medida em que estimulou o processo de industrialização e a proteção por lei aos trabalhadores.

Entretanto, ainda na década de 1930, projetos de enorme significado para as mulheres (como o do sufrágio e do divórcio), foram votados favoravelmente pela Câmara dos Deputados. Apesar de não encontrarem o mesmo apoio no Senado, onde as representações conservadoras se destacavam, é importante observarmos como a luta pelos direitos femininos se desenvolvia e ganhava força com o passar dos anos¹²⁸. Além disso, outras questões de grande importância para a agenda feminina se apresentaram na referida década. Como afirma Barrancos:

(...) uma delas se refere ao início do fundo de maternidade, que protegia as mães trabalhadoras, permitindo-lhes compensações pelo distanciamento das tarefas laborais devido à gravidez. Se iniciou assim a proteção legal da maternidade para trabalhadoras empregadas com fundos que beneficiavam as interessadas, as empresas e o próprio Estado. Outro feito de grande significado ocorreu em 1936, a raiz da lei que terminou com a prostituição regulamentada no país¹²⁹ (tradução nossa)¹³⁰.

Além dos aspectos citados, é importante ressaltar que uma série de transformações ocorreram em relação à moral feminina. À medida que se aproximava a década de 1940, as

¹²³ BARRANCOS, 2010.

¹²⁴ Idem, *ibidem*.

¹²⁵ JAMES, Daniel. *Resistencia e integración: el peronismo y la clase trabajadora argentina (1946-1976)*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2010.

¹²⁶ BARRANCOS, *op. cit.*

¹²⁷ Mais adiante, falaremos de forma mais específica do peronismo na argentina.

¹²⁸ BARRANCOS, 2010.

¹²⁹ BARRANCOS, 2008, p. 110-111.

¹³⁰ “(...) una de ellas se refiere al inicio de la caja de maternidad, que protegía a las madres trabajadoras permitiéndoles compensaciones por el alejamiento de las tareas laborales debido al embarazo. Se inició así la protección legal de la maternidad para las obreras y empleadas con fondos que aportaban las interesadas, las empresas y el propio Estado. Otro hecho de gran significado ocurrió en 1936 a raíz de la ley que terminó con la prostitución reglamentada en nuestro país”.

modas se fizeram mais ousadas. A redução do tamanho das saias e o ajustamento dos bustos realçando os corpos femininos são alguns exemplos. Também os cabelos se fizeram mais soltos e as propagandas publicitárias passaram a mostrar os corpos femininos com mais liberdade, em atitudes eróticas, distanciando-se dos modos ditados de comportamento feminino¹³¹.

Contudo, antes de adentrarmos nas discussões sobre as mulheres nos anos de 1940, faz-se necessário compreendermos um pouco do contexto político da época e da inserção do peronismo no poder, tendo em vista que foi nesse período que conquistas importantes dos direitos femininos ocorreram.

1.2 O PERONISMO E A CONQUISTA DOS PRIMEIROS DIREITOS DAS MULHERES

Conforme análise de Barrancos¹³² e Adamovsky¹³³, o surgimento do peronismo está diretamente ligado à instabilidade política da década de 1930. Para os referidos autores, a prática da fraude eleitoral e a violência política fizeram parte do cotidiano argentino até o início da década de 1940. Nesse contexto, o peronismo encontrou um terreno fértil para se desenvolver, por um lado, através da ampliação do trabalho, proporcionada pelo desenvolvimento do mercado interno em razão dos anos de guerra e, por outro, pelos intensos problemas vivenciados, sobretudo, por parte das classes trabalhadoras, que sofriam intensamente com a falta de direitos trabalhistas. Para Barrancos, o cargo de Perón, “(...) à frente da secretaria de trabalho e previdência e sua proverbial inteligência, havia o alertado acerca da necessidade de criar vínculo entre os interesses da nação e os das classes trabalhadoras”¹³⁴ (tradução nossa)¹³⁵.

Nesse sentido, a inserção de Juan Domingo Perón na política começou a partir da década de 1940, inicialmente como diretor do Departamento Nacional do Trabalho, em seguida transformado em Secretaria de Trabalho e Previdência Social. Posteriormente, tornou-se vice-presidente do regime militar instaurado em 1943, resultado de um golpe sobre o então governo de Ramón Castillo (1942-1943). Esse golpe colocou fim à chamada Década Infame¹³⁶. A

¹³¹ BARRANCOS, 2008.

¹³² Idem, 2010.

¹³³ ADAMOVSKY, 2012.

¹³⁴ BARRANCOS, op. cit., p. 157-158.

¹³⁵ “(...) *al frente de la Secretaría de Trabajo y Previsión y su proverbial inteligencia lo habían alertado acerca de la necesidad de hallar un vínculo entre los intereses de la nación y los de las clases trabajadoras*”.

¹³⁶ A Década Infame compreende o período de 1930 a 1943. Foi assim chamada em virtude da grande corrupção e das enormes fraudes eleitorais que ocorriam com frequência. Sobre o assunto, afirma Daniel James: “*En la ‘década infame’, que en rigor se extendió desde 1930 hasta el golpe militar de 1943, se asistió a la reimposición y el mantenimiento del poder político de la elite conservadora mediante un sistema de fraude y corrupción*”.

década em questão está diretamente ligada ao sucesso da política de Perón, principalmente no que se refere ao apoio das camadas mais pauperizadas, uma vez que, em virtude do histórico de desfavorecimento dos referidos setores e o “exclusivo” favorecimento daqueles segmentos com maior poder aquisitivo, Perón – com a inserção de políticas voltadas para o social – ganhou apoio e sucesso político. Esse sucesso pode ser ilustrado pelo dia 17 de outubro de 1945, quando Perón foi libertado da prisão na ilha Martín García. Uma multidão de trabalhadores e dirigentes sindicais se mobilizou exigindo sua libertação. Segundo Adamovsky¹³⁷, essa multidão foi mobilizada espontaneamente, sem nenhum tipo de articulação. Era um número bastante expressivo de pessoas, nunca visto no centro da cidade. Nesse sentido, a solução foi a libertação do coronel, que apareceu na sacada da Casa Rosada às 23h10min e foi extremamente ovacionado pelo povo.

Em 1946, Perón se candidatou à presidência da Argentina, enfrentando o candidato José P. Tamborini e seu vice, Enrique Mosca. Para fazer frente e impedir que Perón saísse vencedor, foi organizada uma aliança eleitoral entre a Unión Cívica Radical e os partidos socialista, comunista e democrata progressista. No entanto, a aliança não surtiu efeito: em 24 de fevereiro de 1946, Perón foi eleito presidente da Argentina com 52,4% dos votos¹³⁸. Logo, foi presidente na Argentina nos períodos de 1946 a 1955 e 1973 a 1974.

Com a sustentação dada pelo voto, de acordo com James,¹³⁹ nenhum outro presidente colocou em prática na Argentina uma política voltada para as questões sociais e para as classes trabalhadoras como Perón o fez. A política desenvolvida na Década Infame, ao contrário, era voltada exclusivamente para as classes altas¹⁴⁰. A classe trabalhadora era reprimida e explorada em todas as suas formas¹⁴¹. No que se refere à caracterização entre os anos de 1930 a 1943, como Década Infame, os pontos de vista de Adamovsky e James são convergentes, como podemos notar pela seguinte passagem:

A “década infame” – como se chamou naquela época – esteve marcada por medidas invariavelmente a favor das classes altas, negócios que beneficiaram os interesses imperialistas britânicos, escândalos de corrupção e uma intensa repressão dirigida às organizações operárias e de esquerda. Centenas de referentes sindicais e quadros

institucionalizados. Era la época del ‘ya votaste, rajá pronto para tu casa’, impuesto por los matones a sueldo de los comités conservadores” (JAMES, 2010, p. 28).

¹³⁷ ADAMOVSKY, 2012.

¹³⁸ Idem, *ibidem*.

¹³⁹ JAMES, 2010.

¹⁴⁰ As classes altas e a elite a que nos referimos ao longo do texto é constituída, principalmente, por grupos empresariais, banqueiros e corporações estrangeiras.

¹⁴¹ JAMES, *op. cit.*

políticos, especialmente comunistas e anarquistas foram encarcerados e muitos outros deportados. A prática da tortura se estendeu e aperfeiçoou¹⁴² (tradução nossa)¹⁴³.

A partir das explanações dos referidos autores, podemos notar que as condições de vida dos trabalhadores não eram nem um pouco favoráveis. Em virtude de todas as fraudes no sistema eleitoral e da hierarquia e valores impostos pela elite, podemos questionar até que ponto tinham inserção e atuação políticas. Os trabalhadores não tinham direito nem mesmo a lutar por melhorias em suas condições, visto que a repressão era forte e que a classe não contava com nenhum apoio político¹⁴⁴.

Perón, ainda no Ministério do Trabalho, concentrou-se em atender demandas específicas da classe trabalhadora, estabelecendo, assim, uma legislação de proteção contra toda exploração exercida, até então, pelas classes dominantes. O aumento de salários e a melhoria de condições da atividade entre trabalhadores urbanos e rurais, entre outras vantagens, são exemplos da atuação de Perón no Ministério do Trabalho. Quando assume a presidência em 1946, as medidas de apoio aos são ainda mais intensificadas. Adamovsky cita algumas delas:

A ação decisiva de Perón também resultou na expansão de benefícios de aposentadoria, melhores indenizações por acidentes de trabalho, bônus, maior quantidade de dias de férias pagas e novas cláusulas de defesa da estabilidade para vários sindicatos. Por outra parte, foi disposta a criação de um novo foro judicial, com tribunais do trabalho a cargo de juízes especialmente dedicados a proteger os direitos dos trabalhadores¹⁴⁵ (tradução nossa)¹⁴⁶.

Ainda segundo o autor:

A lei de Associações Profissionais de outubro de 1945 outorgou também aos trabalhadores amplos direitos de sindicalização, incluindo a proteção dos delegados e afiliados contra qualquer represália dos patrões. Para os trabalhadores rurais as novidades foram inclusive mais importantes. O Estatuto do Peão promulgado pela STP estendia direitos básicos para um setor que havia estado tradicionalmente

¹⁴² ADAMOVSKY, 2012, p. 152-153.

¹⁴³ *“La ‘década infame’ – como se la conoció entonces – estuvo marcada por medidas invariablemente a favor de las clases altas, negociados que beneficiaron a los intereses imperialista británicos, escándalos de corrupción y una intensa represión dirigida a las organizaciones obreras y de izquierda. Centenas de referentes sindicales y cuadros políticos, especialmente comunistas y anarquistas fueron encarcelados y muchos otros deportados. La práctica de la tortura se extendió y perfeccionó”.*

¹⁴⁴ JAMES, 2010.

¹⁴⁵ ADAMOVSKY, 2012, p. 173.

¹⁴⁶ *“La acción decidida de Perón se tradujo asimismo en la expansión de beneficios jubilatorios, mejores indemnizaciones por accidentes de trabajo, aguinaldos, más cantidad de días de vacaciones pagas y nuevas cláusulas de defensa de la estabilidad para varios gremios. Por otra parte, se dispuso la creación de un nuevo fuero judicial, con tribunales del trabajo a cargo de jueces especialmente dedicados a proteger los derechos de los trabajadores”.*

desprotegido. O congelamento dos arrendamentos disposto por Perón beneficiou também aos chacareiros sem-terra¹⁴⁷ (tradução nossa)¹⁴⁸.

Os direitos trabalhistas conquistados com o apoio de Perón não explicam, isoladamente, o forte apoio recebido pelos trabalhadores. Questões que ultrapassavam os ganhos materiais também se faziam presentes na referida conjuntura e a mudaram profundamente. A inserção social dos indivíduos das classes menos favorecidas (que eram oprimidos, explorados, excluídos e humilhados) na sociedade, como pessoas de respeito e dignidade como quaisquer outras, era inédita na história da Argentina¹⁴⁹. Os indivíduos pobres que constituíam a sociedade e que viviam nas periferias agora podiam ocupar os espaços públicos argentinos sem pedir permissão à “elite”, pois eram legitimados pela política inclusiva de Perón.

As músicas, as roupas, o comportamento e os demais hábitos desses indivíduos eram valorizados e aceitos no novo contexto social. Sua cultura e identidade eram afirmadas e colocadas em prática nos mais diversos ambientes públicos. Adamovsky assim descreve as mudanças que ocorreram com a presença de Perón na política: “Ali estavam eles, tocando na rádio sua música, ocupando o espaço público com seu aspecto ‘indecente’, trazendo à luz suas experiências de vida, impondo um presidente desprezado por quase todas as outras classes”¹⁵⁰ (tradução nossa)¹⁵¹. O autor prossegue com a caracterização, contextualizando a intensificação das mudanças em diversos aspectos: “(...) Ali estavam eles, fazendo-se presentes sem pedidos de desculpas, como uma revanche desse mundo plebeu tão largamente reprimido, ignorado e excluído” (tradução nossa)¹⁵².

No discurso abaixo, proferido na Plaza de Mayo, podemos perceber aspectos da relação de proximidade de Perón com o povo:

15 de abril de 1953 - Discurso de Juan Domingo Perón Companheiros: Faz tempo venho dizendo que está chegando a hora dos povos. E eu me sinto imensamente feliz frente a esta grandiosa assembleia, porque observo que este povo é digno dessa hora e porque vejo que este povo está capacitado para realizar o que essa hora impõe aos países. Os homens que, como eu, vivem somente para o povo, necessitam dessa solidariedade. Por isso sempre que falei ao povo, mais do que ordens, tenho dado conselhos. Um presidente que aconselha, mais do que presidente é um amigo, e isso

¹⁴⁷ ADAMOVSKY, 2012, p. 174.

¹⁴⁸ “La ley de Asociaciones Profesionales de octubre de 1945, otorgó también a los trabajadores amplios derechos de sindicalización, incluyendo la protección de los delegados e afiliados contra cualquier represalia de la patronal. Para los trabajadores rurales las novedades fueron incluso más importantes. El Estatuto del Peón promulgado por la STP extendía derechos básicos para un sector que había estado tradicionalmente desprotegido. El congelamiento de los arrendamientos dispuesto por Perón benefició también a los chacareros sin tierra”.

¹⁴⁹ ADAMOVSKY, op. cit.

¹⁵⁰ Idem, ibidem, p. 193-194.

¹⁵¹ “Allí estaban ellos, sonando en la radio con su música, ocupando el espacio público con su aspecto ‘indecente’ trayendo a la luz sus experiencias de vida, imponiendo un presidente despreciado por casi todas las otras clases”. ¹⁵² “Allí estaban ellos haciéndose presentes sin pedidos de disculpas, como una revanche de ese mundo plebeyo tan largamente reprimido, ignorado y excluido”.

é, precisamente, o que eu quero ser do meu povo: um amigo. Cumprindo sempre a primeira verdade estabelecida no nosso catecismo peronista, que diz que a verdadeira democracia consiste em que o governo faça somente o que o povo quer e defenda um só interesse: o do povo¹⁵³ (tradução nossa)¹⁵⁴.

Dessa forma, Perón inova em vários aspectos sociais, trazendo à tona, não apenas no discurso, mas também na prática, a minimização das diferenças entre as classes sociais até então separadas rigidamente em termos de direitos sociais e acesso aos bens públicos. De acordo com Daniel James, o sucesso de Perón com os trabalhadores se explica em virtude de “(...) sua capacidade para fazer uma refundição do problema total da cidadania em uma nova forma de caráter social. O discurso peronista negou a validade da separação formulada pelo liberalismo”¹⁵⁵ (tradução nossa)¹⁵⁶.

Além de tudo isso, é importante destacar que Perón não foi alheio quanto à situação das mulheres trabalhadoras; ainda no cargo de secretário de Trabalho e Previdência Social, “(...) criou a Divisão de Trabalho e Assistência à mulher, repartição inédita até esse momento em nosso aparato estatal”¹⁵⁷ (tradução nossa)¹⁵⁸.

Nessa perspectiva, no primeiro governo de Perón (1946-52), concomitantemente às várias mudanças ocorridas, principalmente no que tange ao social, as mulheres adquiriram direitos nunca obtidos anteriormente. Desde então, puderam participar dos espaços da política e, ainda, deveriam receber o mesmo pagamento pelo mesmo serviço prestado, sem diferenciação de gênero. Segundo Barrancos, “foi considerável a expansão da educação formal das mulheres. O nível secundário se ampliou com um grande número de estabelecimentos e com novas modalidades de formação técnica e comercial para ambos os sexos”¹⁵⁹ (tradução

¹⁵³ ARGENTINA. Presidente (1946-1955: Juan Domingo Perón). *Discurso de Juan Domingo Perón en Plaza de Mayo – 15 de abril de 1953*. Buenos Aires, 15 de abr. 1953. Disponível em: <https://www.elhistoriador.com.ar/discurso-de-juan-domingo-peron-en-plaza-de-mayo-15-de-abril-de-1953/>. Acesso em 12 de fev. 2016.

¹⁵⁴ “*Compañeros: Desde hace tiempo vengo diciendo que está llegando la hora de los pueblos. Y me siento inmensamente feliz frente a esta grandiosa asamblea, porque observo que este pueblo es digno de esa hora y porque veo que este pueblo está capacitado para realizar lo que esa hora impone a los países. Los hombres que, como yo, viven solamente para el pueblo, necesitan de esa solidaridad. Por eso siempre que yo he hablado al pueblo, más que órdenes, he impartido consejos. Un presidente que aconseja, más que presidente es un amigo, y eso es, precisamente, lo que yo quiero ser de mi pueblo: un amigo. Cumpliendo siempre la primera verdad establecida en nuestro catecismo peronista, que dice que la verdadera democracia consiste en que el gobierno haga solamente lo que el pueblo quiere y defienda un solo interés: el del pueblo*”.

¹⁵⁵ ADAMOVSKY, 2012, p. 29-30.

¹⁵⁶ “(...) su capacidad para refundir el problema total de la ciudadanía en un molde nuevo de carácter social. El discurso peronista negó la validez de la separación formulada por el liberalismo”.

¹⁵⁷ BARRANCOS, 2010, p. 158.

¹⁵⁸ “(...) creó la División de Trabajo y Asistencia a la Mujer, repartición inédita hasta ese momento en nuestro aparato estatal”.

¹⁵⁹ BARRANCOS, op. cit., p. 206.

nossa)¹⁶⁰. Desse modo, na década peronista as cifras de matrículas femininas aumentaram consideravelmente. Entretanto, faz-se importante ressaltar que o peronismo não significou uma “feminização” do poder, nem uma mudança radical das atribuições que convencionalmente se havia naturalizado para homens e mulheres.

Na universidade também ocorreram muitas modificações durante o período peronista e o número de matrículas dos estudantes triplicou. De acordo com Pablo Buchbinder, “(...) foi o período que assistiu ao início da conformação do sistema universitário de massas na Argentina. Desde então o crescimento do número de estudantes foi constante até (...) a ditadura instaurada em 1976”¹⁶¹ (tradução nossa)¹⁶². Nesse contexto, o ingresso feminino na universidade também aumentou. De acordo com cifras apresentadas por Palermo, entre os anos de 1941 até 1945, 2824 mulheres receberam títulos nas universidades nacionais argentinas. Já no período peronista, que se estendeu do ano de 1946 até 1955, esse número chegou a 5763¹⁶³.

No entanto, é importante salientar que o peronismo provocou mudanças estruturais nos aspectos de autonomia dos movimentos estudantis. Segundo Buchbinder, “(...) da década de 1880 até meados de 1940, com exceções marcadas obviamente nos períodos de governo militar e intervenções, a universidade havia conservado cotas relativamente consideráveis de autonomia. O peronismo quebrou de maneira radical com esta situação”¹⁶⁴ (tradução nossa)¹⁶⁵.

Contudo, a perda de autonomia dos movimentos estudantis não significou uma estagnação em suas lutas políticas. Muitas organizações universitárias resistiram. Para Buchbinder, essa resistência e protagonismo dos estudantes contra o peronismo proporcionou-lhes, em 1955, autonomia para sugestão de candidatos à reitoria da Universidade de Buenos Aires.¹⁶⁶

Todo esse contexto de envolvimento dos movimentos estudantis com projetos de transformação social, que transcendia questões propriamente universitárias, criava um ambiente favorável à incorporação feminina nas universidades. Para Carreño, nos meios estudantis

¹⁶⁰ “*Fue considerable la expansión de la educación formal de las mujeres. El nivel secundario se amplió con un gran número de establecimientos y con nuevas modalidades de formación técnica y comercial para los jóvenes de ambos sexos*”.

¹⁶¹ BUCHBINDER, Pablo. El movimiento estudiantil argentino: aportes para una visión global de su evolución en el siglo XX. *Archivos*, n. 12, 2018, p. 27.

¹⁶² “*(...) fue el período que asistió al inicio de la conformación del sistema universitario de masas en la Argentina. Desde entonces el crecimiento del número de estudiantes fue constante hasta (...) la ditadura instaurada en 1976*”.

¹⁶³ PALERMO, 2006.

¹⁶⁴ BUCHBINDER, 2018, p. 26.

¹⁶⁵ “*(...) da década de 1880 hasta mediados de 1940, con excepciones marcadas obviamente en los períodos de gobierno militar e intervenciones, la universidad había conservado cuotas relativamente considerables de autonomía. El peronismo quebro de manera radical con esta situación.*”

¹⁶⁶ BUCHBINDER, op. cit.

havia posicionamentos contrários a injustiças sociais naturalizadas pela sociedade¹⁶⁷. Assim, muitas mulheres viviam experiências de maior liberdade nesses espaços e assumiam suas próprias posições políticas. Foi esse ambiente político universitário, que levou muitas mulheres a se envolverem em organizações de esquerda nos anos de 1960 e 1970.

Como vimos anteriormente, apesar da apresentação de vários projetos para aprovação do voto feminino, até 1947 nenhum deles obteve êxito no Senado. No entanto, várias manifestações se apresentavam a favor da aprovação do sufrágio feminino, principalmente por alguns representantes socialistas e liberais do Congresso da Nação. Entre as manifestações favoráveis se destacava o discurso que criticava o fato de que homens analfabetos pudessem votar e muitas mulheres, com elevado grau de conhecimento, fossem proibidas de exercer seu direito político. Por outro lado, muitas representações foram contrárias ao voto feminino, como sustenta Barrancos:

(...) a mais grave voz opositora foi a do deputado Francisco Uriburu, quem disse que outorgar o sufrágio feminino é “fomentar a dissolução da família com germes da anarquia, é diminuir o poder marital já debilitado pela ação econômica da mulher, é propor a diminuição dos matrimônios”. Assegurou que estender os direitos políticos às mulheres implicava “a supressão do privilégio de sua debilidade”¹⁶⁸ (tradução nossa)¹⁶⁹.

Nesse contexto, torna-se importante nos reportarmos a Eva Duarte Perón¹⁷⁰, que influenciou significativamente a ascensão das mulheres na sociedade argentina. Diferentemente das primeiras damas da época, Evita, como era chamada, tinha muito interesse nos assuntos do Estado. Queria participar ativamente das demandas oriundas do governo e contribuiu intensamente para a luta das mulheres e a defesa do direito ao voto feminino. No discurso a seguir, pronunciado em 23 de setembro de 1947, na Plaza de Mayo, quando foi sancionada a

¹⁶⁷ CARREÑO, Luciana. Los caminos de la Reforma Universitaria. Sociabilidad y vida estudiantil en los centros de estudiantes de la Universidad de Buenos Aires (1900-1918). *Quinto Sol*, v. 22, n. 1, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.19137/qs.v22i1.1231>. Acesso em 25 de jun. 2023.

¹⁶⁸ BARRANCOS, 2010, p. 162.

¹⁶⁹ “(...) *la más grave voz opositora fue la del diputado Francisco Uriburu, quién dijo que outorgar el sufragio femenino es ‘fomentar la disolución de la familia con gérmenes de anarquía, es disminuir el poder marital ya socavado por la acción económica de la mujer, es propender a la disminución de los matrimonios’. Aseguró que tender a los derechos políticos de las mujeres implicaba ‘la supresión del privilegio de su debilidad’*”.

¹⁷⁰ Eva Duarte Perón nasceu em 1919 e se casou com Perón em 1945. A partir desse momento, tornou-se uma importante líder política. Criou o Partido Peronista Feminino e a Fundação Eva Perón, além de participar ativamente de decisões políticas na Argentina (ADAMOVSKY, 2012). Para Barrancos: “*La figura de Eva constituye una excepcionalidad en varios sentidos. Nacida en un hogar humilde y de una relación ilegítima, transitó un camino ascensional que no fue perdonado por sus detractores. El provincial encuentro con el coronel Perón cambió de raíz su vida, e también la de la sociedad argentina, pero debe reconocérsele una intuición profunda y una gran sagacidad. No puede comprendérsela fuera de la relación con Perón porque sin éste no hubiera tenido lugar su acción y tampoco hubiera debenido un mito para las masas populares*” (2008, p. 120).

lei do voto feminino, podemos perceber como Evita se relacionava com as mulheres e como as estimulou à luta por seus direitos:

Mulheres da minha Pátria: Recebo neste instante, das mãos do Governo da Nação, a lei que consagra nossos direitos cívicos. E a recebo, perante vocês, com a certeza de que o faço em nome e representando todas as mulheres argentinas. Sinto, jubilosamente, que tremem minhas mãos no contato com o louro que proclama a vitória. Aqui está, minhas irmãs, resumida na letra apertada de poucos artigos uma longa história de luta, tropeços e esperanças. Por isso há nela crispções de indignação, sombras de acasos ameaçadores, mas também alegre despertar de aurorastrunfais!... É este último, que traduz a vitória da mulher sobre as incompreensões, asnegações e os interesses criados das castas repudiadas por nosso despertar nacional, só foi possível no ambiente de justiça, de recuperação e de saneamento da Pátria, queestimula e inspira a obra de governo do general Perón, líder do povo argentino¹⁷¹ (tradução nossa)¹⁷².

Na mesma lógica do discurso acima, segue citação do livro *La Razón de Mi Vida*, escrito por Eva Perón e publicado em setembro de 1951:

Hoje a mulher argentina pode votar e... eu não vou repetir a frase de um político que ao oferecer a seus concidadãos uma lei eleitoral disse demasiado solenemente: — “saiba o povo votar!” Não. Eu acredito que o povo sempre soube votar. O mal é que nem sempre lhe foi possível votar. Com a mulher sucede o mesmo. E saberá votar. Ainda que não seja fundamental no movimento feminino, o voto é seu instrumento poderoso e com ele as mulheres do mundo temos que conquistar todos nossos direitos... ou melhor dizendo o grande direito de ser simplesmente mulheres e poder cumprir assim, em forma total e absoluta, a missão que como mulheres devemos cumprir na humanidade¹⁷³ (tradução nossa)¹⁷⁴.

De acordo com Adamovsky¹⁷⁵, Evita não era ovacionada apenas pelas mulheres; os trabalhadores das fábricas e a maioria das pessoas pobres tinham enorme respeito e admiração por ela. Não apenas por suas contribuições e atenção a esses indivíduos, mas também pelo fato

¹⁷¹ ARGENTINA. Maria Eva Duarte de Perón, primeira-dama (1946-1955: Juan Domingo Perón). *Discurso pronunciado el 23 de septiembre de 1947 en Plaza de Mayo con motivo de la sanción de la ley que otorgó el derecho al voto a la mujer argentina*. Buenos Aires, 23 de set. 1947. Disponível em: <https://www.elhistoriador.com.ar/anuncio-de-la-ley-del-voto-femenino-evita/>. Acesso em 15 de mar. 2016.

¹⁷² “*Mujeres de mi Patria: Recibo en este instante, de manos del Gobierno de la Nación, la ley que consagra nuestros derechos cívicos. Y la recibo, ante vosotras, con la certeza de que lo hago, en nombre y representación de todas las mujeres argentinas. Sintiendo, jubilosamente, que me tiemblan las manos al contacto del laurel que proclama la victoria. Aquí está, hermanas mías, resumida en la letra apertada de pocos artículos una larga historia de lucha, tropiezos y esperanzas. ¡Por eso hay en ella crispaciones de indignación, sombras de ocasos amenazadores, pero también, alegre despertar de auroras triunfales!... Y esto último, que traduce la victoria de la mujer sobre las incompreensiones, las negaciones y los intereses creados de las castas repudiadas por nuestro despertar nacional, sólo ha sido posible en el ambiente de justicia, de recuperación y de saneamiento de la Patria, que estimula e inspira la obra de gobierno del general Perón, líder del pueblo argentino*”.

¹⁷³ PERÓN, Maria Eva Duarte de. *La Razon de Mi Vida*. Buenos Aires: Peuser, 1951, p. 198.

¹⁷⁴ “*Hoy la mujer argentina puede votar y... yo no voy a repetir la frase de un político que al ofrecer a sus conciudadanos una ley electoral dijo demasiado solemnemente: — “¡Sepa el pueblo votar!” No. Yo creo que el pueblo siempre supo votar. Lo malo es que no siempre le fué posible votar. Con la mujer sucede lo mismo. Y sabrá votar. Aunque no es fundamental en el movimiento femenino, el voto es su instrumento poderoso y con él las mujeres del mundo tenemos que conquistar todos nuestros derechos... o mejor dicho el gran derecho de ser simplemente mujeres y poder cumplir así, en forma total y absoluta, la misión que como mujeres debemos cumplir en la humanidad*”.

¹⁷⁵ ADAMOVSKY, 2012.

de se identificarem com ela em virtude da sua origem modesta. Em meados de 1948, Eva Perón organizou a Fundação Eva Perón, com o objetivo de levar ajuda social aos pobres e necessitados. Adamovsky esclarece que a Fundação era “(...) Uma estrutura paraestatal de grande envergadura, que conseguiu levar ajuda social – de remédios, óculos e presentes para crianças, até a construção de escolas, moradias, hospitais e provedorias – aos mais humildes em todos os cantos do país”¹⁷⁶ (tradução nossa)¹⁷⁷.

Segundo Adamovsky,¹⁷⁸ em 1949, Eva criou o Partido Peronista Feminino (PPF), composto apenas por mulheres. Seu objetivo era manter sempre ativa a luta pelos direitos femininos. Para Calvera, a criação do Partido foi uma das ações mais originais e significativas de Eva Perón. Em suas palavras, o PPF foi:

(...) o primeiro partido político feminino oficial de mulheres de que se tem notícia. E, junto com ele, sua organização em “unidades básicas”. Estes centros políticos do partido, que vinham a substituir os velhos e desacreditados comitês, logo deixaram para trás sua função cultural para converter-se em lugares de ajuda e ação social. As unidades básicas cresceram e se expandiram, se apresentavam em cada província, em cada localidade, em cada bairro. Nelas, as mulheres cumpriram um rol fundamental para convertê-los em nervos e sangue do movimento peronista¹⁷⁹ (tradução nossa)¹⁸⁰.

De acordo com Dora Barrancos:

Nos grandes centros urbanos, as unidades básicas do Partido Peronista Feminino ofereciam treinamento em datilografia e taquigrafia, mas sua competência fundamental foi a capacitação das mulheres em habilidades manuais. Os cursos de corte e confecção, de tecidos e de trabalhos em telar não faltaram em quase nenhuma dessas experiências¹⁸¹ (tradução nossa)¹⁸².

Como se pode observar, as unidades básicas do Partido Peronista Feminino reforçavam os modelos tradicionais de gênero, conduzindo as mulheres ao desenvolvimento de tarefas domésticas. Nessa concepção, a experiência das mulheres no partido significava uma espécie de extensão das tarefas domésticas em uma proporção maior, no espaço público. Entretanto,

¹⁷⁶ ADAMOVSKY, 2012, p. 217.

¹⁷⁷ “(...) una estructura paraestatal de gran envergadura, con la que consiguió llevar ayuda social – desde remedios, anteojos y regalos para niños, hasta la construcción de escuelas, viviendas, hospitales y proveedurías – a los más humildes en todos los rincones del país”.

¹⁷⁸ ADAMOVSKY, op. cit.

¹⁷⁹ CALVERA, 1990, p. 28.

¹⁸⁰ “(...) el primer partido político oficial de mujeres de que se tenga noticia. Y junto con ello su nucleamiento en ‘unidades básicas’. Estos centros políticos del partido, que venían a sustituir a los viejos e desacreditados comités, prontamente dejaron atrás su función cultural para convertirse en lugares de ayuda y acción social. Las unidades básicas crecieron y se expandieron; las había en cada provincia, en cada localidad, en cada barrio. En ellas, las mujeres cumplieron un rol fundamental para convertirlos en los nervios e la sangre del movimiento peronista”.

¹⁸¹ BARRANCOS, 2010, p. 186.

¹⁸² “En los grandes centros urbanos, las unidades básicas femeninas ofrecían entrenamiento en dactilografía y taquigrafía, pero una competencia fundamental resultó la capacitación de las mujeres en habilidades manuales. Los cursos de corte e confección, de tejidos e trabajo en telar no faltaron en casi ninguna de esas experiencias”.

como nos alerta Barrancos, essa “(...) tendência de conformação de uma meritocracia ‘feminil (...)’”¹⁸³ (tradução nossa)¹⁸⁴ não foi uma exclusividade do peronismo. Historicamente, a esquerda, sobretudo o Partido Socialista, havia integrado militantes e simpatizantes “(...) sobre a base das instruções que modelava as atividades próprias do gênero”¹⁸⁵.

Além disso, a participação das mulheres no partido envolvia uma série de problemas. Tinham que lidar com diversas formas de discriminação, visto que estavam inseridas em uma sociedade em que as atividades políticas eram estritamente reservadas aos homens. Ademais, a grande maioria dessas mulheres tinha de conciliar a vida no lar com a atuação no partido, já que as tarefas de casa eram reservadas exclusivamente a elas. Com a morte de Evita, em 1952, o partido foi se desintegrando até acabar. Perón não o apoiava; ao contrário, nutria antipatia pela legenda. Embora algumas mulheres tentassem organizá-lo, foi inevitável que Perón o desautorizasse¹⁸⁶.

Contudo, apesar de toda a atuação na luta pelo reconhecimento dos direitos femininos, principalmente na luta pelo voto, Evita não rompeu totalmente com as estruturas tradicionais que mantinham a mulher no espaço privado. Nessa lógica, de acordo com Gené, “as tensões entre o apelo à atividade política e a permanência no lar se resolveram na definição da prática política feminina como assistencialismo e ajuda social o que não colocava contradições com as tarefas domésticas”¹⁸⁷ (tradução nossa)¹⁸⁸. Ainda segundo a mesma autora:

(...) O direito de voto, apesar de abrir um espaço de participação inédito para as mulheres, não significou de fato afirmar a autonomia e transgredir os limites do modelo feminino tradicional. ‘As diferenças naturalizadas entre homem e mulher não eram questionadas para nada’ - afirma Lila Caimari - ‘já que o estímulo à participação da mulher em assuntos políticos ficava sempre submetido à tutela masculina’ e, em última instância, o modelo de submissão ao marido reaparecia quando apresentava-se como simples instrumento ao serviço da missão extraordinária de Perón¹⁸⁹ (tradução nossa)¹⁹⁰.

¹⁸³ BARRANCOS, 2010, p. 186.

¹⁸⁴ “*Tendencia a la conformación de una meritocracia ‘femenil’*”.

¹⁸⁵ “*Sobre la base de la instrucción que modelaba las actividades propias del género*”.

¹⁸⁶ ADAMOVSKY, 2012.

¹⁸⁷ GENÉ, Marcela. *Un mundo feliz: imágenes de los trabajadores en el primer peronismo. 1946-1955*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2005, p. 52.

¹⁸⁸ “*Las tensiones entre la apelación a la actividad política y la permanencia en el hogar se resolvieron en la definición de la práctica política femenina como asistencialismo y “ayuda social” que no planteaba contradicciones con las tareas domésticas*”.

¹⁸⁹ GENÉ, op. cit., p. 53.

¹⁹⁰ “*(...) el derecho a voto, si bien abrió un espacio de participación inédito para las mujeres, no significó de hecho afirmar la autonomía y transgredir los límites del modelo femenino tradicional. ‘Las diferencias de naturaleza entre el hombre y la mujer no eran cuestionadas en absoluto’ – sostiene Lila Caimari – ‘ya que el estímulo a la participación de la mujer en asuntos políticos quedaba siempre sometido a la tutela masculina’ y en última instancia el modelo de sumisión al marido reaparecía cuando se presentaba como simple instrumento al servicio de la misión extraordinaria de Perón*”.

Desse modo, se a própria Evita tinha certo grau de subordinação em relação a Perón, as coisas não podiam ser tão diferentes: ela reproduzia essa subordinação direcionada a outras mulheres. Assim, apontava: “(...) eu penso que nenhum movimento feminista alcançará no mundo glória e eternidade se não se entregar à causa de um homem”¹⁹¹ (tradução nossa)¹⁹². A partir dessa afirmação, pode-se notar como Evita visualizava as mulheres sempre dependentes das ações dos homens. Para Adamovsky, “Evita fez todo o possível para deixar claro que se subordinaria ao líder masculino e que as mulheres deviam ser 'instrumentos' da política que ele indicasse”¹⁹³ (tradução nossa)¹⁹⁴. Sobre o assunto, afirma Evita:

O homem pode viver exclusivamente para si mesmo. A mulher não. Se uma mulher vive para si mesma, eu creio que não é mulher ou não pode dizer que viva... Por isso tenho medo da masculinização das mulheres. Quando chegam a isso, então se tornam egoístas ainda mais que os homens, porque nós mulheres levamos as coisas mais a sério que os homens¹⁹⁵ (tradução nossa)¹⁹⁶.

Como podemos observar, Eva Perón enfatiza diferenças que são vistas por ela como naturais à mulher. O aspecto do sentimentalismo feminino fica claro em suas afirmações, ela o entende como se estivesse contido na essência feminina. Partindo desse pressuposto, as mulheres deviam renunciar a viver desde si mesmas, por amor a um homem.

Nesse contexto, Barrancos¹⁹⁷ afirma que as posições de Eva Perón eram uma espécie de paradoxo entre autonomia e dependência, na medida em que, por um lado, desenvolvia uma retórica conservadora estritamente agregada ao estereótipo feminino, principalmente quando recordava as sagradas funções maternas e os valores fundamentais do lar e, por outro, exigia maior disponibilidade das mulheres para militar a favor de Perón e ocupar “postos de luta”, abandonando até mesmo as funções e os deveres domésticos. Para Barrancos:

Esse contraponto entre as obrigações públicas e domésticas das mulheres, e o distanciamento de qualquer pressuposto feminista, foi constante em sua retórica. Mas, seu impulso resultou decisivo para aumentar de modo notável a participação das seguidoras do regime na arena política, posto que, se deve a Eva a origem do segmento

¹⁹¹ PERÓN, 1951, p. 48.

¹⁹² “(...) yo pienso que tal vez ningún movimiento feminista alcanzará en el mundo gloria y eternidad si no se entrega a la causa de un hombre”.

¹⁹³ ADAMOVSKY, 2012, p. 221.

¹⁹⁴ “Evita hizo todo lo posible para dejar en claro que ella se subordinaría al líder masculino y que las mujeres debían ser ‘instrumentos’ de la política que el indicara”.

¹⁹⁵ PERÓN, 1951, p. 218.

¹⁹⁶ “El hombre puede vivir exclusivamente para sí mismo. La mujer no. Si una mujer vive para sí misma, yo creo que no es mujer o no puede decirse que viva... Por eso le tengo miedo a la ‘masculinización’ de las mujeres. Cuando llegan a eso, entonces se hacen egoístas aun más que los hombres, porque las mujeres llevamos las cosas más a la tremenda que los hombres”.

¹⁹⁷ BARRANCOS, 2010.

de representação própria no seio do Partido Justicialista: a rama feminina¹⁹⁸ (tradução nossa)¹⁹⁹.

Assim, no ano de 1951, na primeira eleição em que as mulheres votaram e foram votadas, as câmaras apresentaram um número de mulheres próximo aos 30%, circunstância quase inédita na experiência mundial do período²⁰⁰. Nessa perspectiva, é importante salientar que, embora em muitos momentos Evita tenha reforçado alguns aspectos da dominação masculina, por outro lado, contribuiu de forma significativa para transformações nas relações de gênero. Conforme aponta Barrancos: “(...) Evita autorizava os desafios de milhares de mulheres que davam um passo para construir a independência e para mostrar uma vida amatória mais autônoma”²⁰¹ (tradução nossa)²⁰². Além disso, sua forte articulação no campo da política tornou esses espaços legítimos às mulheres.

Ademais, devido ao aumento da socialização feminina em ambientes extra domésticos, estimulado principalmente pelas condutas de Evita, a exigente moral sexual das mulheres se transformou bastante. Tornou-se comum o distanciamento de grande parte delas de suas famílias para encontrar amigas, o uso de calças foi validado como um novo vestuário feminino, além da maior liberdade por parte das mulheres para experimentar sensações mais eróticas. Todas essas modificações constituíram uma marca dos anos peronistas. Para alguns dos opositores do regime, Evita havia contribuído com a instauração da desonra na vida republicana²⁰³.

Por fim, considerando todo o panorama apresentado acima, Barrancos²⁰⁴ salienta que o processo de inserção de Eva Perón na política é algo estritamente complexo, tendo em vista que grande parte do apoio solicitado a Perón também se dirigia a ela. Isso ocorria haja vista o sentimento de milhares de homens que se identificavam com sua figura, não apenas quanto ao seu referencial de mãe, mas a um sujeito político encarnado em um ser feminino. Em linhas gerais, essa foi uma das maiores contribuições em termos de empoderamento feminino na época, uma vez que um extenso imaginário discriminava as mulheres, principalmente no

¹⁹⁸ BARRANCOS, 2008, p. 123-124.

¹⁹⁹ “*Ese contrapunto entre las obligaciones públicas y domésticas de las mujeres, y el alejamiento de cualquier presupuesto liberador feminista, fue constante en su retórica. Pero, su impulso resultó decisivo para aumentar de modo notable la participación de las seguidoras del régimen en la arena política, puesto que se le debe a Eva haber originado un segmento de representación propia en el seno del Partido Justicialista: la rama femenina*”.

²⁰⁰ BARRANCOS, op. cit.

²⁰¹ Idem, ibidem, p. 129.

²⁰² “*Evita autorizaba los desafíos de miles de mujeres que daban un paso para construir independencia y para asomar a una vida amatoria más autónoma*”.

²⁰³ BARRANCOS, 2008.

²⁰⁴ Idem, ibidem.

exercício de funções políticas. Essa discriminação está ligada a uma naturalização dos espaços da política como exclusivamente masculinos. Assim, como nos alerta Biroli, “(...) a construção social da política como esfera masculina inibem, entre as mulheres a vontade de participar”.²⁰⁵

Para ela, o campo político:

(...) constituído historicamente como um ambiente masculino, trabalha contra as mulheres (bem como os integrantes de outros grupos em posição de subalternidade), impondo a elas maiores obstáculos para que cheguem às posições de maior prestígio e influência, mesmo depois de terem alcançado cargos por meio do voto²⁰⁶.

Nesse sentido, podemos compreender a complexidade do processo de inserção das mulheres nas esferas políticas. Mesmo com a legitimidade dada pelo voto, suas carreiras são mais onerosas em relação aos homens, em virtude principalmente de estereótipos de gênero, reproduzidos pelas instituições e naturalizados pelos sujeitos.

A seguir, apresentamos o contexto posterior à conquista dos primeiros direitos femininos, destacando principalmente aspectos da atuação das mulheres nas esferas políticas.

1.3 O CONTEXTO ARGENTINO PÓS-1955 E A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA FEMININA

Como vimos, os anos de 1946 até 1955 foram marcados pelas duas primeiras presidências de Perón. De acordo com Sebastián Carassai, esse período deixou marcas indeléveis na política argentina, tanto para simpatizantes quanto para detratores²⁰⁷. Em seus governos, além de outras medidas, impulsionou o desenvolvimento da indústria nacional e criou medidas favoráveis aos trabalhadores. Para Capelato, o governo peronista se caracteriza, por um lado, por um viés autoritário e, por outro, por seu caráter democrático. Autoritário, no sentido de intervir em relações sociais sob a justificativa de garantir a ordem. Democrático, por proporcionar certa expressão política aos trabalhadores dos sindicatos legalizados e melhorias de condições de vida dos mesmos²⁰⁸.

Alejandro Horowicz salienta que, desde a vitória eleitoral de Perón, em 1946, alguns setores da oposição já articulavam um golpe de Estado²⁰⁹. Além disso, no fim dos anos de 1940, o governo peronista começou a lidar com o processo de diminuição da prosperidade

²⁰⁵ BIROLI; MIGUEL, 2014, p. 94.

²⁰⁶ Idem, *ibidem*, p. 107.

²⁰⁷ CARASSAI, Sebastián. *Los años setenta de la gente común: la naturalización de la violencia*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2015.

²⁰⁸ CAPELATO, Maria Helena. Populismo latino-americano em discussão. In: FERREIRA, Jorge. *O populismo e sua história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

²⁰⁹ HOROWICZ, Alejandro. *Los cuatro peronismos*. Buenos Aires: Edhasa, 2015.

econômica²¹⁰ e aumento da inflação que, segundo Di Tella, gerou protestos no ambiente sindical²¹¹. Esse cenário criou um clima politicamente desfavorável a Perón e a oposição ao seu governo se ampliou. A Igreja Católica, por exemplo, que havia se aliado ao peronismo no início do seu primeiro governo, afastou-se principalmente com a sanção da lei do divórcio e a eliminação da educação religiosa como matéria obrigatória, em 1954. Assim, os antigos dirigentes do antiperonismo foram articulando ações e construindo uma atmosfera de crise ao governo de Perón. Esse processo resultou no golpe civil-militar de 1955.

Em 16 de setembro 1955, instaurou-se na Argentina o período denominado Revolução Libertadora. Perón foi destituído do poder através de um golpe civil-militar liderado pelos generais Eduardo Lonardi e Pedro Eugenio Aramburu. O golpe é considerado civil-militar em virtude da participação de múltiplos setores civis, tais como a Igreja, as entidades patronais, os principais partidos políticos (socialistas e comunistas), os setores de classe média, incluindo estudantes universitários e escritores importantes do momento. Um número grande de pessoas invadiu as ruas, em diferentes ocasiões, para manifestar seu apoio à Revolução Libertadora²¹². De acordo com Di Tella²¹³, o novo regime tinha como principal meta acabar de vez com o peronismo em todas as suas formas. Os líderes do movimento acreditavam que, excluindo todos os elementos peronistas da sociedade, alcançariam tal meta. Di Tella²¹⁴ explica que, para eles e parte da sociedade civil que acompanhava o movimento, o peronismo era uma criação manipuladora que se fazia presente em razão da propaganda e da corrupção oficial. Dessa forma, o partido que representava o peronismo (Partido Justicialista) foi proscrito. Perón foi exilado, os principais líderes sindicais perderam seus cargos e alguns foram encarcerados. Houve a proibição de todos os elementos da propaganda peronista, tais como imagens, símbolos, signos, expressões significativas, doutrinas, artigos e obras artísticas, sob a justificativa de que se destinavam a enganar os cidadãos. O decreto-lei n.º. 4.161, de 1956²¹⁵, legalizava todas essas medidas e ainda proibia a utilização de imagens de Eva Duarte Perón e do próprio Perón, bem como a menção a seus nomes:

²¹⁰ Nos referimos à prosperidade econômica causada pelo processo de substituição das importações e ao saldo favorável na venda de carnes e cereais com a Europa, em razão das guerras mundiais (DI TELLA, Torcuato S. *História social da Argentina contemporânea*. Brasília: FUNAG, 2010).

²¹¹ DI TELLA, 2010.

²¹² ADAMOVSKY, 2012.

²¹³ DI TELLA, 2010.

²¹⁴ Idem, *ibidem*.

²¹⁵ ARGENTINA. *Decreto-ley 4.161, del 5 de marzo de 1956*. Prohibición de elementos de afirmación ideológica o de propaganda peronista. Buenos Aires, 1956. Disponível em: <https://www.elhistoriador.com.ar/decreto-ley-4161-del-5-de-marzo-de-1956-prohibicion-de-elementos-de-afirmacion-ideologica-o-de-propaganda-peronista/>. Acesso em 11 de jun. 2015.

Considerar-se-á especialmente violatória desta disposição a utilização da fotografia retrato ou escultura dos funcionários peronistas ou seus parentes, o escudo e a bandeira peronista, o nome próprio do presidente deposto ou de seus parentes, as expressões "peronismo", "peronista", "justicialismo", "justicialista", "terceira posição", a abreviatura PP, as datas exaltadas pelo regime deposto, as composições musicais "Marcha de los Muchachos Peronistas" e "Evita Capitana" ou fragmentos, e os discursos do presidente deposto ou sua esposa ou fragmentos deles (tradução nossa)²¹⁶.

Diante da perspectiva antiperonista, a classe trabalhadora se viu obrigada a construir as bases da sua autonomia sindical. Até o momento, Perón, através do Estado, controlava todos os sindicatos que, em consequência disso, não tinham qualquer autonomia. De acordo com Torre, o sindicalismo deveria “(...) Ter-se comportado como uma instituição dotada de certa autonomia; mas durante os anos peronistas, mais do que representante dos trabalhadores perante o estado, se comportou como representante do estado perante os trabalhadores”²¹⁷ (tradução nossa)²¹⁸.

A partir do referido golpe, a situação da classe trabalhadora se tornou difícil, na medida em que o novo Estado não estava preocupado em dar continuidade à política assistencialista de Perón, nem mesmo a negociar direitos sociais com as classes trabalhadoras. O trabalho nas fábricas, por exemplo, era organizado de forma a favorecer a classe patronal, o que se traduziu em muitas horas de trabalho, salários baixos, estímulo à grande produção e poucos direitos aos trabalhadores. Segundo James: “Concretamente, a política do novo governo com a classe trabalhadora seguiu três linhas principais. Antes de mais nada tentou se proscriver legalmente um estrato inteiro de dirigentes sindicais peronistas para afastá-los de toda futura atividade”²¹⁹. A segunda linha diz respeito a “(...) uma persistente política de repressão e intimidação do sindicalismo e seus ativistas no plano mais popular e básico (...)”²²⁰ (tradução nossa)²²¹. Por último, o governo e os empregadores se concentraram no tema da produtividade, explorando e

²¹⁶ “Se considerará especialmente violatoria de esta disposición la utilización de la fotografía retrato o escultura de los funcionarios peronistas o sus parientes, el escudo y la bandera peronista, el nombre propio del presidente depuesto el de sus parientes, las expresiones ‘peronismo’, ‘peronista’, ‘justicialismo’, ‘justicialista’, ‘tercera posición’, la abreviatura PP, las fechas exaltadas por el régimen depuesto, las composiciones musicales ‘Marcha de los Muchachos Peronista’ y ‘Evita Capitana’ o fragmentos de las mismas, y los discursos del presidente depuesto o su esposa o fragmentos de los mismos” (ARGENTINA, 1956).

²¹⁷ TORRE, Juan Carlos. *Ensayos sobre movimiento obrero y peronismo*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2012, p. 236.

²¹⁸ “(...) haber se comportado como una institución dotada de cierta autonomía; pero durante los años peronistas, más que representante de los trabajadores ante el estado, se comportó como representante del estado ante los trabajadores”.

²¹⁹ “Concretamente, la política del nuevo gobierno con la clase trabajadora siguió tres líneas principales. Ante todo se intentó proscribir legalmente un estrato entero de dirigentes sindicales peronistas para apártalos de toda la futura actividad”.

²²⁰ JAMES, 2010, p. 82-83.

²²¹ “(...) una persistente política de represión e intimidación del sindicalismo y sus activistas en el plano más popular y básico (...)”.

exigindo cada vez mais dos trabalhadores, “(...) processo que marchou de mãos dadas com uma tentativa de frear os salários e reestruturar o funcionamento do sistema de negociações coletivas”²²² (tradução nossa)²²³.

A partir da situação socioeconômica e da falta de autonomia política da classe trabalhadora, a resistência peronista foi sendo gestada, sempre com o apoio de Perón no exílio. Adamovsky afirma que, “(...) Como várias linhas e comandos tentaram conduzir a resistência, Perón se propôs organizá-los, enviando diretrizes do exílio e designando John William Cooke como seu ‘sucessor’ e representante único no país”²²⁴.

Inicialmente, a resistência foi colocada em prática a partir das ações dos trabalhadores nos próprios campos de trabalho. Foram adotados desde os métodos mais tradicionais, como as greves, até os mais radicalizados, como a destruição de máquinas e detonação de canos²²⁵. De acordo com James²²⁶, as lutas salariais de fins de 1956 contribuíram para o desenvolvimento do movimento de resistência. A greve dos metalúrgicos foi a manifestação mais radical do momento, tendo uma duração de mais de seis semanas, desencadeada pela oferta de apenas 20% de aumento dos salários básicos. Posteriormente, o foco foi a libertação dos trabalhadores presos e a recontração de trabalhadores despedidos.

No entanto, a situação se radicalizava cada vez mais. No ano de 1957 ocorreu a reformulação da Constituição de 1949, com a previsão de que o partido peronista, sob qualquer nome adotado, ficaria excluído das novas eleições. Essa eleição serviria também como meio de acessar e medir opiniões após a implantação da Revolução Libertadora²²⁷. Diante disso, Perón fez um pacto com Arturo Frondizi²²⁸, juntamente com seus representantes. O pacto estabelecia que Perón daria seus votos a Frondizi; em troca, o partido peronista seria legalizado e os sindicatos retornariam às mãos dos antigos peronistas. Em 1958, Arturo Frondizi triunfou nas eleições. Era visível a contribuição do pacto feito com Perón. Como esclarece Di Tella: “A

²²² JAMES, 2010, p. 82-83.

²²³ “(...) *proceso que marchou de la mano con un intento de frenar los salarios y reestructurar el funcionamiento del sistema de negociaciones colectivas*”.

²²⁴ ADAMOVSKY, 2012, p. 234.

²²⁵ Idem, *ibidem*.

²²⁶ JAMES, 2010.

²²⁷ DI TELLA, 2010.

²²⁸ Arturo Frondizi nasceu em 28 de outubro de 1908 em Corrientes, província argentina situada a 917 quilômetros da capital Buenos Aires. Em 1923, sua família se instalou em Buenos Aires por motivos de trabalho. Quatro anos mais tarde, em 1927, Arturo se ingressou na faculdade de direito, diante de uma brilhante carreira, em 1930, se graduou com diploma de honra. No início de 1935, foi designado delegado do Comitê Capital do partido político União Cívica Radical. Foi eleito deputado nos anos de 1946 e 1948. Por fim, em 1º de maio de 1958, com 49 anos de idade, assumiu a presidência da República na Argentina (DI TELLA, 2010).

vitória da UCRI²²⁹, dado esse pacto, era inevitável. A ordem de Perón para que se votassem em Frondizi, prevista há algum tempo, foi formalmente anunciada poucos dias antes da votação para impedir algum veto por parte dos setores mais antiperonistas do governo²³⁰.

Ainda segundo Di Tella²³¹, após ganhar as eleições, Frondizi se encarregou de cumprir sua parte no pacto. Assim, o partido, os símbolos e os antigos líderes sindicais peronistas foram legalizados. Além disso, ainda houve aumento dos salários.

De acordo com Adamovsky²³², Arturo Frondizi se apresentava como um “ferrenho” nacionalista de esquerda, condenando a ação imperialista em todas as suas formas. Por essa razão, atraiu diversos setores de intelectuais de esquerda e muitos nacionalistas. Entretanto, em 1959, ocorreu uma mudança radical em seu governo devido aos fortes estímulos de empresas estrangeiras para a abertura do capital. Os princípios frondizistas, desse modo, mudaram radicalmente no que tange à economia. O Estado desenvolveu políticas de abertura ao capital internacional e estabeleceu contratos com multinacionais de diferentes países, entre os quais Estados Unidos e Alemanha, além de outros países europeus. Foram desenvolvidas atividades petroquímicas e siderúrgicas, entre outras²³³.

Assim, conforme a visão de Adamovsky e Di Tella, com a inserção das multinacionais no país, a situação dos trabalhadores se deteriorou, visto que a incorporação da tecnologia propiciou a diminuição de empregos e o aumento da exploração patronal.

Além dessa medida, que rompia com todos os princípios defendidos pelo então governo, Frondizi anunciou um plano econômico respaldado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) que se resumia a uma desvalorização do peso, ao congelamento dos salários e ao incremento de tarifas nos serviços públicos. Em adição a tudo isso, tinha a intenção de privatizar alguns órgãos do Estado²³⁴. Enfim, com o objetivo de reduzir a inflação, o governo ainda alterou demandas salariais.

Diante de toda essa situação, a resistência se fez presente. Em janeiro de 1959, nove mil operários ocuparam o frigorífico Lisandro de la Torre (um dos organismos que concorria à privatização) e muitos outros trabalhadores contribuíram com a manifestação marchando pelas ruas. As greves e sabotagens proliferaram em todo o país. O governo, por sua vez, usou de

²²⁹ Segundo Di Tella (2010), a União Cívica Radical (UCR) era vista como a principal força dentro do espectro antiperonista. A partir de divergências internas, o partido foi dividido entre um setor dirigido por Arturo Frondizi, denominado UCR Intransigente (UCRI), e outro, liderado por Ricardo Balbín, que adotou o nome de UCR do Povo (UCRP).

²³⁰ DI TELLA, 2010, p. 242.

²³¹ Idem, *ibidem*.

²³² ADAMOVSKY, 2012.

²³³ Idem, *ibidem*.

²³⁴ Idem, *ibidem*.

medidas repressivas para estabelecer a ordem. Essas ações afastaram o governo ainda mais do peronismo. A forte repressão aos movimentos sociais e aos trabalhadores foi o principal componente da ruptura em questão. Na ala sindical, a resistência peronista se fortaleceu, tornando-se constantes as ações de sabotagens e greves violentas. Em virtude de todo esse cenário, o governo reagiu violentamente, reprimindo ainda mais a população²³⁵.

Em 29 de março de 1962, Arturo Frondizi sofreu um golpe de Estado. Grande parte da direita, incluindo alguns militares, estava insatisfeita com as medidas adotadas por ele, inclusive com a legalização do Partido Justicialista e as negociações e brechas entre seu governo e o peronismo. Essa insatisfação se intensificou com o triunfo do peronismo nas eleições legislativas e provinciais de 1962, na maioria do território argentino. O objetivo dos militares era convocar eleições em breve e restaurar a antiga configuração partidária sem o peronismo. Nessa lógica, Arturo Frondizi foi destituído do poder e José María Guido, presidente provisório do Senado, assumiu a presidência²³⁶.

No ano posterior, 1963, foram realizadas eleições presidenciais com restrições claras ao partido peronista. O vencedor foi Arturo Umberto Illia, candidato da União Cívica Radical (UCR). O então governo presidiu a Argentina no período de 1963 a 1966, quando foi substituído pelo general Juan Carlos Onganía, através de um golpe civil-militar. Logo no início do governo de Artur Illia, as greves e as manifestações já se faziam constantes. O governo respondia com medidas repressivas. Assim, inúmeras formas de terror foram instauradas contra os trabalhadores, pelo setor patronal, com o apoio do presidente.

Em 1966, o general Juan Carlos Onganía assumiu o poder a partir da autodenominada Revolução Argentina. Seu governo foi marcado por um forte autoritarismo e pelo rechaço às classes trabalhadoras. Para César Tcach, seu governo tinha uma fascinação pela técnica e eficácia, de modo que buscava um processo de modernização autoritária²³⁷. Foi extremamente radical e conservador nos aspectos da cultura e da educação. De acordo com Tcach:

As minissaias, cabelos compridos, o uso de calça por mulheres e o beijo em praça pública foram censurados como sintomas da desintegração espiritual da nação. O sufocamento cultural favoreceu a emigração de cientistas e acadêmicos para o exterior, fenômeno que ficou conhecido como “fuga de cérebros”. Seu lugar foi ocupado por setores clericais e conservadores²³⁸ (tradução nossa)²³⁹.

²³⁵ DI TELLA, 2010.

²³⁶ ADAMOVSKY, 2012.

²³⁷ TCACH, César. Golpes, proscriciones y partidos políticos. In: JAMES, Daniel. *Nueva historia argentina: violencia, proscrición y autoritarismo: 1955-1976*. Tomo 9. Buenos Aires: Sudamericana, 2007.

²³⁸ TCACH, 2007, p. 52.

²³⁹ “Las minifaldas, el pelo largo, el uso de pantalones en las mujeres o el besarse en una plaza fueron censurados como síntomas de la desintegración espiritual de la nación. La asfixia cultural favoreció la emigración de

Ainda de acordo com a análise de César Teach, no aspecto econômico, os salários foram congelados e as negociações coletivas suspensas até 1968. O peso foi desvalorizado em 40% e houve grande inserção do capital estrangeiro no país. Com tudo isso, o Estado conseguiu realizar grandes obras de infraestrutura e transmitir a ideia de uma exitosa gestão. No entanto, setores industriais, pequenos e médios comerciantes, bem como trabalhadores, encontravam-se em situações extremamente precárias. Diante dessa situação, diversos desses setores se uniram e foram se organizando para enfrentar a ditadura de Onganía, inclusive setores da juventude (estudantes universitários), que se viam representados por figuras como Che Guevara²⁴⁰.

Nesse contexto de intensa agitação política e social, uma grande movimentação de mulheres se apresentava, não apenas nos movimentos feministas, mas em várias esferas da política. Como vimos anteriormente, desde os anos 1940, muitas mulheres já se inseriam nos espaços públicos, diferentemente dos anos anteriores à década de 1920, em que essa inserção era bastante limitada.

A partir de 1955, a participação das mulheres nesses espaços se intensificou ainda mais e elas passaram a ocupar de forma generalizada espaços públicos da sociedade. Com o fim dos dois governos de Perón e o golpe, muitas mulheres se juntaram à resistência peronista. Em muitos momentos encheram as ruas, exercendo seus papéis no embate político e lutando por seus objetivos e propostas de mudança. Segundo Adamovsky:

As mulheres não ficaram atrás: além de estarem junto aos homens em várias dessas ações, protagonizaram algumas próprias, como a manifestação em que marcharam por Rosario levantando as saias e gritando “Destes ventres saem os filhos de Perón!”. Iniciou-se assim um longo período de intensas lutas que se conhece como a Resistência Peronista²⁴¹ (tradução nossa)²⁴².

Além disso, muitas mulheres participaram de atividades clandestinas. Podemos citar, como exemplo, as tarefas de sabotagens tão comuns nas seções fabris dedicadas à produção de bens alimentícios. Além desse tipo de ação, várias outras foram desenvolvidas no período denominado “resistência peronista”²⁴³.

científicos y académicos al exterior, fenómeno que fue conocido como "fuga de cerebros". Su lugar fue ocupado por sectores clericales y conservadores.”

²⁴⁰ DI TELLA, 2010.

²⁴¹ ADAMOVSKY, 2012, p. 232.

²⁴² “Las mujeres no se quedaron atrás: además de estar junto con los varones en varias de estas acciones, protagonizaron algunas propias, como la manifestación en la que marcharon por Rosario levantándose las faldas y gritando ‘¡De estos vientres salen los hijos de Perón!’. Se inició así un largo período de intensas luchas que se conoce como la Resistencia Peronista”.

²⁴³ BARRANCOS, 2010.

A participação das mulheres na política foi muito grande, sobretudo a partir dos governos de Perón, quando mudanças significativas ocorreram, as quais deram às mulheres possibilidades concretas de luta. O direito ao voto é um exemplo: as mulheres podiam atuar ativamente na política do país, escolhendo seus representantes e contribuindo para as mudanças que acreditavam ser necessárias. Por conseguinte, com a queda de Perón, muitas mulheres envolvidas na política também sofreram consequências da ditadura de 1955. De acordo com Barrancos:

Durante os anos posteriores à queda de Perón do regime quase não houve margens de tolerância para quem havia sido colocado no terreno da oposição. Muitos partidários haviam ido parar na prisão, e entre eles, um certo número de mulheres, em sua maioria ex legisladoras e dirigentes. Se havia milhares de entristecidas pela queda do peronismo, também suas inimigas somavam milhares; as católicas haviam se unido com as liberais, socialistas e comunistas na oposição à tirania- como costumavam dizer. Provavelmente foram a metade do público que havia se mobilizado no momento do triunfo da Revolução Libertadora²⁴⁴ (tradução nossa)²⁴⁵.

Mediante o exposto, podemos perceber como as mulheres estavam envolvidas nos espaços da política, não apenas dentro do peronismo, mas em distintos âmbitos de luta.

Uma outra consideração importante, no aspecto que diz respeito à ocupação dos espaços públicos pelas mulheres, refere-se à inserção nas universidades. De acordo com Barrancos, durante o peronismo, as universidades haviam sofrido intensas perseguições e perdido, além da sua autonomia, importantes acadêmicos. No entanto, a partir dos anos de 1960, essa situação começou a se modificar e uma grande renovação do conhecimento se apresentou, juntamente com o estímulo à pesquisa e à criação de novos cursos. Em consequência disso, e devido à ampliação dos cursos de ensino básico, colocados em prática no governo de Perón (aos quais nos referimos anteriormente), ocorreu um ingresso massivo de mulheres nas universidades. Porém, é importante ressaltar que a maior parte delas eram de classe média urbana, enquanto apenas uma proporção ínfima era oriunda de setores populares, graças à gratuidade do ensino²⁴⁶.

Contudo, embora nas décadas de 1960 e 1970 houvesse uma participação mais igualitária de homens e mulheres nos espaços públicos, na maior parte dos casos, foram os homens que ocuparam funções de liderança nos movimentos estudantis e, também, os melhores cargos nos meios profissionais, tanto em termos de valorização quanto de melhor

²⁴⁴ BARRANCOS, 2010, p. 209.

²⁴⁵ “Durante los años posteriores a la caída del régimen casi no hubo márgenes de tolerancia para quienes habían sido colocados en el terreno de la oposición. Muchos partidarios habían ido a parar a la cárcel, y entre éstos, un cierto número de mujeres, en su mayoría ex legisladoras y dirigentes. Si había millares de entristecidas por la caída del peronismo, también sus enemigas sumaban millares; las católicas se habían unido a las liberales, socialistas y comunistas en la oposición a la tiranía- como se solía decir. Probablemente fueran la mitad del público que se había movilizado al momento del triunfo de la llamada Revolución Libertadora”.

²⁴⁶ BARRANCOS, op. cit.

remuneração²⁴⁷. Esse aspecto permanece, por sua vez, semelhante até os dias atuais, tendo em vista que, como afirmam Biroli e Miguel, “(...) tempo de estudo não tem correspondido a posições melhores nem equânimes para as mulheres no mercado de trabalho, comparativamente aos homens. (...) o rendimento mensal de trabalhadores homens é, por sua vez, quase o dobro do das mulheres”.²⁴⁸ Assim, na mesma lógica, Barrancos afirma que:

As mudanças entre os anos de 1960 e 1970 foram muito significativas, e podem apreciar-se com esse dado: se no início dos anos de 1960 a matrícula feminina de todas as universidades argentinas se aproximava aos 30 por cento, uma década mais tarde essa proporção havia subido para cerca de 44 por cento. A mudança radical que produziu a maior participação das mulheres (...) esteve longe de representar reconhecimento. A maior quantidade dos cargos docentes seguiu sendo patrimônio de varões – as mulheres pululavam nos escalões iniciais da docência –; também as melhores oportunidades formativas, bolsas e estímulos à pesquisa recaíam a favor daqueles, e desde logo também lhes pertenciam os postos decisivos da condução universitária, salvo contadíssimas exceções. Quando a feroz ditadura chegou em 1976, nenhuma mulher havia alcançado, todavia, a reitoria de nenhuma universidade pública²⁴⁹ (tradução nossa)²⁵⁰.

Ademais, salienta-se ainda que, mesmo com todas essas mudanças, quase não se alterou a condição da mulher como a protagonista do lar. Normalmente, as mulheres que atuavam nos espaços públicos tinham também como exclusividade o cuidado e manutenção do lar, exercendo, assim, nas palavras de Biroli, “uma dupla jornada de trabalho, tendo reduzido seu tempo para outras atividades (...)”²⁵¹. Ainda para Biroli e Miguel:

A falta de creches e de políticas adequadas para a conciliação entre a rotina de trabalho e o cuidado dos filhos pequenos penaliza as mulheres, muito mais do que os homens, em sociedades nas quais a divisão dos papéis permanece atada a compreensões convencionais do feminino e do masculino²⁵².

Assim, os autores explicam:

A reflexão crítica sobre a dualidade entre a esfera pública e a esfera privada, (...) expõe as relações de poder em dimensões da vida cotidiana que não estão no escopo das

²⁴⁷ BARRANCOS, 2008.

²⁴⁸ BIROLI; MIGUEL, 2014, p. 10.

²⁴⁹ BARRANCOS, op. cit., p. 142.

²⁵⁰ “Los cambios entre los años 60 y 70 fueron muy significativos, y pueden apreciar se con este dato: si a inicios de los años 60 la ma matrícula femenina de todas las universidades argentinas se aproximaba al 30 por ciento, una década más tarde esa proporción había subido a cerca del 44 por ciento. El cambio radical que produjo la mayor participación de las mujeres, (...) estuvo lejos de representar reconocimiento. La mayor cantidad de los cargos docentes siguió siendo patrimonio de los varones- las mujeres pululaban en los escalones iniciales de la docencia—, también las mejo res oportunidades formativas, becas y estímulos para la investigación recaían en favor de aquéllos, y desde luego también les pertenecían los puestos decisivos de la conducción universitaria, salvo contadisimas excepciones. Cuando la feroz dictadura llegó en 1976, ninguna mujer había alcanzado, todavia, el rectorado de ninguna universidad pública”.

²⁵¹ BIROLI; MIGUEL, 2014, p. 94.

²⁵² Idem, ibidem, p. 11.

reflexões de boa parte da teoria política, o que é fundamental à própria definição do político no feminismo²⁵³.

Nessa perspectiva, o acesso das mulheres a âmbitos de poder na sociedade se apresenta limitado em razão de todo um sistema assimétrico de gênero. As funções sociais atribuídas às mulheres as mantêm sempre em um estado de oneração extra em relação aos homens. Nesse cenário, são eles que ocupam as vagas de maior poder e decisão. Trata-se, portanto, de estereótipos totalmente desvantajosos conferidos às mulheres e que as mantêm sob a dominação masculina em dimensões diversas.

Apesar das problemáticas apresentadas, podemos observar que a década de 1960 trouxe inúmeras modificações no que tange à condição feminina. As relações entre homens e mulheres e os papéis sociais estabelecidos para cada um deles começaram a ser questionados pela geração mais jovem: a “moral tradicional” foi criticada em todas as suas formas. Assuntos como igualdade de gênero, subordinação das mulheres ao poder masculino, repressão sexual feminina e todas as formas de discriminação da mulher estavam na ordem do dia.

Por essa razão, mesmo em um dos governos considerados mais conservadores e violentos antes da ditadura de 1976, do general Juan Carlos Onganía, foi aprovada a lei nº. 11.711, que contribuiu para a ampliação dos direitos femininos. Como evidencia Barrancos, o contexto internacional também teve sua parcela de contribuição, tendo em vista que desde o ano de 1948, com a Convenção Interamericana sobre a Concessão dos Direitos Civis da Mulher e a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a condição da mulher se modificava²⁵⁴.

Entretanto, mesmo considerando a importância dessas influências externas, Barrancos considera que a Argentina também havia se modificado internamente. Os próprios juristas, considerados conservadores, concordavam que algumas questões da sociedade conjugal deveriam se modificar, o que significava ampliar o regime das mulheres em matéria de bens²⁵⁵. Assim, no ano de 1968, Guillermo Borda, ministro de interior de Onganía, promulgou a lei nº. 11.711, “(...) que dispõe que cada cônjuge tenha plenas faculdades para administração e disposição de seus bens próprios e dos adquiridos com seu trabalho pessoal ou por qualquer outro título legítimo”²⁵⁶. Desse modo, iniciou-se o regime de administração separada de bens, em que:

Nenhum dos cônjuges possa administrar ou dispor dos bens que há adquirido o outro, posto que constituem administrações separadas e autônomas. Sem embargo, há

²⁵³ BIROLI; MIGUEL, 2014, p. 13.

²⁵⁴ BARRANCOS, 2010.

²⁵⁵ Idem, *ibidem*.

²⁵⁶ Idem, *ibidem*, p. 236.

limitações nessa normativa. Quando se trata de uma propriedade do lar conjugal, é necessário o consentimento formal de ambos os cônjuges, e isso se estende a circunstâncias em que se dispõem tanto de bens imóveis quanto móveis, que são registrados²⁵⁷ (tradução nossa)²⁵⁸.

Nesse contexto, seguiram avançando os questionamentos das inúmeras formas de discriminação das mulheres. Na próxima seção, vamos apresentar o contexto de lutas e resistências feminina a partir dos anos de 1970.

1.4 A DÉCADA DE 1970: RESISTÊNCIA E LUTA FEMININA

As críticas ao sistema de dominação masculina perpassaram vários países do Cone Sul, assumindo diferentes matizes de acordo com as distintas especificidades de cada lugar. Para entendermos os referidos debates e questionamentos com mais profundidade, iremos nos reportar a acontecimentos de âmbito mundial, tais como as chamadas ondas feministas²⁵⁹, que, de acordo com Maria Joana Pedro, impactaram de forma significativa muitos países, inclusive os do Cone Sul, a partir dos anos 1970²⁶⁰. Para a referida autora, a segunda onda feminista, iniciada nos Estados Unidos e nos países da Europa Ocidental, assumiu em cada lugar uma configuração específica.

Para Biroli, *O segundo sexo*, livro de Simone de Beauvoir publicado em 1949, representou o ponto de partida incontornável do feminismo contemporâneo²⁶¹. Segundo ela:

O segundo sexo teve importância por contribuir para a redefinição das fronteiras da política, indicando a profunda imbricação entre o pessoal e o social, o público e o privado. Abrindo caminho, enfim, para o provocativo slogan “o pessoal é político”, que seria a marca do movimento feminista a partir dos anos de 1960²⁶².

²⁵⁷ BARRANCOS, 2010, p. 236-237.

²⁵⁸ “Ninguno de los cónyuges puede administrar o disponer de los bienes que ha adquirido el otro, puesto que constituyen administraciones separadas y autónomas. Sin embargo, hay limitaciones a esta normativa. Cuando se trata de una propiedad que es sede del hogar conyugal, es necesario el asentimiento formal de ambos conyuges, y esto se extiende a las circunstancias en las que se disponen o se gravan tanto bienes inmuebles como muebles, que son registrables”.

²⁵⁹ De acordo com Pedro (2010), a Primeira Onda Feminista esteve centrada principalmente na reivindicação de direitos políticos, como o de votar e ser eleita. A Segunda Onda surgiu, por sua vez, após a Segunda Guerra Mundial e tinha como prioridade as lutas pelo direito ao corpo, ao prazer e contra o patriarcado. Uma das palavras de ordem era: “o privado é político”.

²⁶⁰ PEDRO, Maria Joana. Narrativas do feminismo em países do Cone Sul (1960-1989). In: PEDRO, Maria Joana; WOLFF, Cristina Scheibe et al. *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Mulheres, 2010. p. 115-137.

²⁶¹ BIROLI; MIGUEL, 2014.

²⁶² Idem, *ibidem*, p. 28.

Dessa maneira, as feministas da segunda onda se diferenciam daquelas da primeira em razão de “se aproximarem de um discurso desde as mulheres, sobre as mulheres e para as mulheres”²⁶³ (tradução nossa)²⁶⁴. Nessa lógica, como explica Felitti,

(...) a diferença do feminismo das décadas anteriores articulado em torno dos direitos que deviam corresponder a função maternal, a União Feminista Argentina e o Movimento de Libertação Feminina²⁶⁵, pensavam as mulheres como sujeitos autônomos e individuais, além de sua posição relacional²⁶⁶ (tradução nossa)²⁶⁷.

Nessa perspectiva, “as campanhas pela liberalização do aborto, o questionamento a heteronormatividade e as demandas em relação à anticoncepção e o livre gozo da sexualidade foram algumas das consignas que caracterizaram a ‘segunda onda’”²⁶⁸ (tradução nossa)²⁶⁹. Nesse sentido, como salienta Felitti, as discussões oriundas da segunda onda implicaram em uma importante afronta aos poderes públicos, posto que haviam influído nos corpos femininos, outrora receptáculos passivos de suas políticas²⁷⁰.

Mas será que podemos atribuir todas as críticas, discussões, ações e o próprio movimento de resistência das mulheres em seu cotidiano contra as mais diversas formas de opressão exclusivamente às ondas feministas? Será que o feminismo do Norte consegue responder a todas as questões do feminismo latino-americano?

Embora reconheçamos a importância dessas discussões e questionamentos, é importante salientar que, antes dessa onda, muitas mulheres já estavam inseridas na luta política, antes mesmo do contato com o feminismo do Norte. Além disso, a própria aproximação do feminismo, em alguns casos, foi propiciada a partir da atuação política²⁷¹.

²⁶³ BELLUCCI, Mabel; RAPISARDI, Flavio. Identidad: diversidad y desigualdad en las luchas políticas del presente. In: *Teoría y filosofía política: la recuperación de los clásicos en el debate latinoamericano*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2001. p. 43.

²⁶⁴ “(...) se acercan a un discurso desde las mujeres, sobre las mujeres y para las mujeres”.

²⁶⁵ A União Feminista Argentina (UFA) e o Movimento de Libertação Feminina (MLF) foram organizações feministas que surgiram na Argentina a partir dos anos de 1970. Mais adiante, abordaremos essas organizações.

²⁶⁶ FELITTI, Karina. Sexualidad y reproducción en la agenda feminista de la segunda ola en la Argentina (1970-1986). *Estudios Sociológicos*, Distrito Federal – México, vol. XXVIII, n. 84, p. 791-812, set.-dez. 2010, p. 795. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=59820671005>. Acesso em 01 de mar. 2022.

²⁶⁷ “A diferencia del feminismo de las décadas anteriores, articulado em torno a los derechos que debían corresponder a la función maternal, la UFA y el MLF pensaban a las mujeres como sujetos autónomos y individuales, más allá de su posición relacional”.

²⁶⁸ FELITTI, 2010, p. 791.

²⁶⁹ “Las campañas por la liberalización del aborto, el cuestionamiento a la heteronormatividad y las demandas en re-lación con la anticoncepción y el libre gozo de la sexualidad fueron algunas de las consignas que caracterizaron esta ‘segunda ola’”.

²⁷⁰ FELITTI, op. cit.

²⁷¹ GRAMMÁTICO, Karin. Las mujeres políticas y las feministas en los tempranos setenta: ¿Un diálogo (im)posible? In: DOMINGUEZ, Nora et al. *Historia, género y política en los ‘70*. Buenos Aires: Feminaria, 2005. p. 19-38.

Ademais, o *slogan* “O pessoal é político” ou “O privado é político”, símbolo da segunda onda feminista, fazia-se presente no contexto argentino muito antes da sua ascensão em 1960, quando, por exemplo, as mulheres anarquistas e socialistas, no início do século XX, reconheciam que deveriam lutar contra a dominação masculina a partir de situações de opressão vivenciadas por elas nos espaços privados e também no interior das organizações em que militavam.

Posteriormente, podemos visualizar esse processo de compartilhamentos de experiências individuais em espaços coletivos a partir da Agrupação Evita, frente feminina desenvolvida no grupo Montoneros em 1973. Em vários momentos, muitas das suas integrantes compartilhavam experiências pessoais com o grupo. Sobre o compartilhamento de vivências na Agrupação Evita, afirma Andújar:

(...) a Agrupación Evita foi uma experiência coletiva de crescimento coletivo, de nos conhecermos e reconhecernos, de discutir entre nós, com as companheiras dos bairros, os problemas que iam surgindo como mães, como esposas, como militantes, como trabalhadoras. Fomos vendo que tínhamos reivindicações. E como não nos vemos como mulheres que tínhamos essas reivindicações e não tomar consciência dessa discriminação dentro de um processo que falava de mudança, de transformação, de Igualdade?²⁷² (tradução nossa)²⁷³.

Nesse sentido, é importante destacar, como nos lembra Oyèrónké, que as teorias ocidentais não podem se tornar as únicas ferramentas possíveis de análise para todos os tipos de experiência, como se pudessem definir todos os seres humanos²⁷⁴. Nessa perspectiva, torna-se incoerente conferir apenas às ondas feministas a validação de todo o processo de questionamento e luta das mulheres argentinas e latino-americanas contra a dominação masculina. Esse tipo de análise homogeneiza realidades históricas e sociais peculiares. Para Oyèrónké:

(...) a categorização das mulheres nos discursos feministas como um grupo homogêneo, bioanatomicamente determinado, sempre constituído como desempoderado e vitimizado, não reflete o fato de que as relações de gênero são relações sociais e, portanto, historicamente fundamentadas e culturalmente vinculadas. (...) o gênero é uma construção social, então devemos examinar os vários locais culturais/arquitetônicos onde foi construído, e devemos reconhecer que vários

²⁷² ANDÚJAR, Andrea. Historia, memoria y género: testimonios de militancia. In: DOMINGUEZ, Nora et al. *Historia, género y política en los '70*. Buenos Aires: Feminaria, 2005, p. 499.

²⁷³ “(...) *la Agrupación Evita fue una experiencia colectiva de crecimiento colectivo, de conocernos y reconocernos, de discutir entre nosotras, con las compañeras de los barrios, los problemas que iban surgiendo como madres, como esposas, como militantes, como trabajadoras. Fuimos viendo que teníamos reivindicaciones. ¿Y cómo no ver nosotras como mujeres que teníamos estas reivindicaciones y no tomar conciencia de esta discriminación en medio de un proceso que hablaba de cambio, de transformación, de Igualdad?*”.

²⁷⁴ OYÈRÓNKÉ, 2021.

atores localizados (agregados, grupos, partes interessadas) faziam parte da construção²⁷⁵.

Nesse contexto, ao supor que a organização social de um local seja universal ou, mesmo, que as experiências do Norte sejam capazes de explicar todas as outras experiências mundo afora, comprometemos totalmente a compreensão do nosso estudo.

Além de todo o processo de questionamento à subordinação feminina, durante os anos de 1960 emergiu uma acentuada preocupação com a explosão demográfica; assim, o aparecimento e a comercialização da pílula anticoncepcional se generalizaram na América Latina. Esse fato proporcionou às mulheres mais autonomia e independência²⁷⁶. Sobre o uso de métodos anticoncepcionais na Argentina, Felitti afirma:

Na Argentina dos sessenta, as mulheres dos sectores médios urbanos atravessavam um período de grandes mudanças que incluía melhorias em sua situação jurídica, una crescente participação laboral, educativa e política, e novas pautas em relação com a reprodução e a sexualidade, evidenciadas em um uso crescente de métodos anticoncepcionais modernos, como a pílula e o DIU, e uma maior aceitação do sexo antes do matrimônio. Estas transformações resultavam evidentes na moda, as posturas, os consumos, e aspiração à conformação do protótipo da jovem “independente” nos anos sessenta e a moça “livre”, “rebelde” y “emancipada” da década seguinte, definindo assim um novo sentido comum sobre a condição femininae seus modelos²⁷⁷ (tradução nossa)²⁷⁸.

Em consonância com as análises de Ferro e Felitti, Barrancos afirma que a pílula anticoncepcional se apresentou como um notável “(...) auxílio da libertação da moral sexual feminina”²⁷⁹ (tradução nossa)²⁸⁰. Para ela:

(...) os métodos anticoncepcionais com que se contava até os anos 60 eram por completo falíveis, desde o coito interrompido até o diafragma, talvez as técnicas mais empregadas junto com o preservativo masculino até o aparecimento dos fármacos. A Argentina se incorporava assim a uma era revolucionária, apesar de que a consciência

²⁷⁵ OYÈRÓNKÉ, 2021, p. 39.

²⁷⁶ FERRO, Lilian. Mujeres y participación política en los 70. El caso de Santa Fe. In: DOMINGUEZ, Nora et al. *Historia, género y política en los '70*. Buenos Aires: Feminaria, 2005. p. 190-208.

²⁷⁷ FELITTI, 2010, p. 792.

²⁷⁸ “En la Argentina de los años sesenta, las mujeres de los sectores medios urbanos atravesaban un periodo de grandes cambios que incluían una mejora en su situación jurídica, una creciente participación laboral, educativa y política, y nuevas pautas en relación con la reproducción y la sexualidad, evidenciadas en un uso creciente de métodos anticonceptivos modernos, como la píldora y el Diu, y una mayor aceptación del sexo antes del matrimonio. Estas transformaciones resultaban evidentes en la moda, las posturas, los consumos, y auspiciaron la conformación del prototipo de la joven ‘independiente’ en los años sesenta y la muchacha ‘liberada’, ‘rebelde’ y ‘emancipada’ de la década siguiente, definiendo así un nuevo sentido común sobre la condición femenina y sus modelos”.

²⁷⁹ BARRANCOS, 2008, p. 138.

²⁸⁰ “(...) auxílio de la libertación de la moral sexual femenina”.

da época estava longe de registra-la, tão preocupada pela outra revolução, a “social”²⁸¹ (tradução nossa)²⁸².

De acordo com Felitti, a preocupação de muitas mulheres com a revolução social em detrimento da revolução sexual foi algo muito comum entre militantes da esquerda peronista e das agrupações marxistas. Para a autora, essas mulheres acreditavam que o feminismo constituía uma distração no caminho da revolução social, era uma espécie de particularismo que contrariava a mudança radical que se planejava. No entanto, apesar de tudo isso, também ocorreram os casos de “dupla militância”, sob a convicção de que a melhoria na situação das mulheres não seria possível a menos que o modelo de sociedade fosse transformado radicalmente²⁸³.

A partir desse contexto e levando em consideração a conjuntura do país, as mulheres se envolveram cada vez mais em espaços públicos, principalmente em grupos revolucionários²⁸⁴. Sua presença massiva nesses espaços deixava clara a ruptura com as normas tradicionais, que estabeleciam espaços diferenciados para homens e mulheres e a subordinação feminina ao poder masculino. De acordo com Marta Diana, as mulheres, antes dos anos 1940, estavam muito mais subordinadas ao poder masculino: se queriam sair, sempre tinham que estar acompanhadas; não podiam usar maquiagem e nem andar de bicicleta. Segundo ela, tudo isso fazia parte da escravidão feminina: passavam-se do poder autoritário do pai ao poder do marido ou dos irmãos²⁸⁵.

Dessa maneira, além dos estímulos do cenário internacional, o próprio contexto argentino de instabilidade e intensa mobilização social, marcado pela sucessão de processos ditatoriais, legitimou o acesso das mulheres aos espaços da política. Diante disso, Felitti afirma que “o feminismo dos anos setenta situou suas demandas em um contexto particular, marcado pela multiplicação de projetos revolucionários e sua resposta: uma crescente e sangrenta repressão estatal”²⁸⁶ (tradução nossa)²⁸⁷.

De acordo com Adamovsky, Etulain e James, a falta de liberdade política, resultado do governo coercitivo de Onganía, e a exploração dos trabalhadores legitimada pelo Estado foram

²⁸¹ BARRANCOS, 2008, p. 138.

²⁸² “(...) *os métodos anticoncepcionais com que se contava hasta los años 60 eran por completo falibles, desde el coitus interruptus hasta el diafragma, tal vez las técnicas más empleadas junto con el preservativo masculino hasta la aparición de los fármacos. La Argentina se incorporaba así a una era revolucionaria, aunque la conciencia de la época estaba lejos de registrarla, tan preocupada por la otra revolución, la ‘social’*”.

²⁸³ FELITTI, 2010.

²⁸⁴ FERRO, 2005.

²⁸⁵ DIANA, Marta. *Mujeres guerrilleras*. Buenos Aires: Planeta, 1997.

²⁸⁶ FELITTI, 2010, p. 792-793.

²⁸⁷ “*El feminismo de los años setenta situó sus demandas en un contexto político particular, marcado por la multiplicación de proyectos revolucionarios y su respuesta: una creciente y sangrienta represión*”.

alguns dos aspectos que levaram à reunião de vários setores sociais contra o regime, incluindo universitários, intelectuais e trabalhadores, reforçando, assim, o sentimento de luta e rechaço ao governo²⁸⁸.

Além disso, desde o ano de 1964, quando Perón foi impedido de voltar²⁸⁹ à Argentina, ainda no governo de Arturo Umberto Illia, já se desenvolvia uma resistência contra o caráter autoritário e violento que se fortalecia no país. Nessa perspectiva, com o radicalismo das medidas colocadas em prática por Onganía, a situação, que já era grave, tornou-se insustentável.

O exemplo prático do rechaço e a resistência ao governo coercitivo foram as mobilizações chamadas *las puebladas*. Essas manifestações reuniam vários setores sociais, com destaque para estudantes e trabalhadores. Os pequenos comerciantes, as mulheres e os profissionais de diferentes áreas também se fizeram presentes. Essas manifestações provocaram fortes enfrentamentos com as forças do Estado, chegando ao nível de haver rebeliões envolvendo cidades inteiras. Entre 1969 e 1973 ocorreram pelo menos quinze *puebladas*, incluindo ainda outros episódios menores²⁹⁰. Contudo, a *pueblada* de maior repercussão ocorreu nos dias 29 e 30 de maio de 1969, em Córdoba, e ficou conhecida como *Cordobazo*. Sobre o assunto, afirma Ezequiel Adamovsky:

(...) O Cordobazo de 29 e 30 de maio de 1969, derivou em uma verdadeira insurreição popular. Os atores decisivos desta revolta foram os operários das automotrices e da rede de energia elétrica, e os estudantes. Os primeiros vinham acumulando motivos para o descontentamento. (...) os estudantes não tinham menos motivos para detestar a ditadura. (...) Onganía tinha colocado a Universidade sob o férreo controle do regime²⁹¹ (tradução nossa)²⁹².

O autor prossegue:

Perante a convocatória de uma greve geral decretada por ambas CGT para o dia 29, representantes de SMATA, luz y fuerza e outros sindicatos, junto a estudantes, decidiram marchar conjuntamente até o centro da cidade. (...) mas a polícia bloqueou o deslocamento, desatando a primeira repressão. (...) Os vizinhos demonstravam sua

²⁸⁸ ADAMOVSKY, 2012; JAMES, 2010; ETULAIN, Carlos Raul. *A esquerda e o peronismo*. 2001. 336 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

²⁸⁹ Em 17 de outubro de 1964, na comemoração do dia peronista, uma gravação foi reproduzida na *Plaza Onze*. Nela, Perón anunciava seu retorno ao país. Entretanto, a operação de retorno fracassou. Arturo Umberto Illia, com apoio do presidente do Brasil, Humberto Castello Branco, impediu a chegada do voo de Perón a Buenos Aires. Assim, depois de muitas horas e muitas tentativas de seguir viagem para a Argentina, o avião retornou à Espanha. Nesse contexto, Perón enviou sua esposa, Maria Estela Martínez, à Argentina. Ela visitou algumas províncias e se reuniu com líderes sindicais e políticos (ETULAIN, 2001).

²⁹⁰ ADAMOVSKY, 2012.

²⁹¹ Idem, *ibidem*, p. 270.

²⁹² “(...) *el Cordobazo de 29 y 30 de mayo de 1969, derivó en una verdadera insurrección popular. Los actores decisivos de esta gesta fueron los obreros de las automotrices y de la red de energía eléctrica, y los estudiantes. Los primeros venían acumulando motivos para el descontento. (...) los estudiantes no tenían menos motivos para detestar la dictadura. (...) Onganía había puesto ahora la Universidad bajo férreo control del régimen*”.

solidariedade saindo às ruas ou levando-lhes objetos para se defenderem da polícia. (...) Depois do meio-dia, a multidão rebelde ocupava toda a parte oeste de Córdoba. (...) Desde a Semana Trágica, não se via na Argentina uma insurreição de tal magnitude, com barricadas, franco-atiradores e enfrentamentos massivos. (...) No amanhecer do dia 30, no bairro Clínicas, os rebeldes ainda resistiam. Então o Exército lançou sua ofensiva final e conseguiu retomar o controle da cidade. O Cordobazo tinha acabado²⁹³ (tradução nossa)²⁹⁴.

Desse modo, o *Cordobazo* foi o momento de mais clara inserção dos jovens na política, sendo a primeira vez que se fizeram visíveis como atores políticos e sociais. Após o *Cordobazo*, entusiasmaram-se e um massivo alistamento em organizações de esquerda marcou esse período²⁹⁵. Os valores da esquerda tradicional, tais como o socialismo soviético, foram rejeitados, e uma nova perspectiva, ligada ao “socialismo nacional”, foi eleita pelos jovens de esquerda.

Os princípios de socialismo nacional, a luta pela liberdade política, a justiça social e a luta pelo desenvolvimento nacional contra o poder imperialista foram os fundamentos desse movimento. Os jovens se organizaram em numerosos grupos guerrilheiros²⁹⁶ nos fins da década de 1960 e início da década de 1970. Lutavam com violência contra um Estado que também se baseava na violência. Esses jovens estavam dispostos a pagar qualquer preço para alcançar seus objetivos, até mesmo com suas próprias vidas e com as dos seus opositores. As ações armadas desses grupos e a repressão do Estado alcançaram níveis sem precedentes²⁹⁷.

Dessa maneira, a ditadura de Onganía chegou ao seu auge de violência e mesmo assim não conseguiu controlar a eclosão dos mais diversos movimentos de resistência. Muito pelo contrário, a situação se radicalizava cada vez mais. No início do ano de 1970, surgiram várias organizações armadas. Do ponto de vista de Tcach, o rápido desenvolvimento das organizações armadas demonstrava de modo eloquente que a ditadura havia agravado o perigo que desejavam aniquilar. Além disso, salienta que o principal capital político de Onganía, a ordem e a eficácia, “caía por terra” depois do *Cordobazo*. Como se não bastasse tudo isso, o aparecimento público da organização armada Montoneros se deu com o assassinato do ex-presidente Pedro Eugênio

²⁹³ ADAMOVSKY, 2012, p. 272-273

²⁹⁴ “*Ante la convocatoria a una huelga general decretada por ambas CGT para el día 29, representantes de SMATA, luz e fuerza y otros gremios, junto a estudiantes, decidieron marchar conjuntamente al centro de la ciudad. (...) pero la policía les bloqueó el paso, desatando la primera represión. (...) Los vecinos les demostraban su solidaridad saliendo a las calles o alcanzándoles elementos para defenderles de la policía. (...) Pasado el mediodía, la multitud rebelde ocupaba toda la parte oeste de Córdoba. (...) Desde de la Semana Trágica, no se veía en la Argentina una insurrección de tal magnitud, con barricadas, francotiradores y enfrentamientos masivos. (...) Para el amanecer del día 30 en el barrio Clínicas los rebeldes todavía resistían. Entonces, el Ejército lanzó su ofensiva final y logro retomar el control de la ciudad. El Cordobazo había terminado*”.

²⁹⁵ ADAMOVSKY, op. cit.

²⁹⁶ No próximo capítulo, abordamos o desenvolvimento dessas organizações no contexto argentino.

²⁹⁷ ADAMOVSKY, op. cit.

Aramburu, em maio de 1970²⁹⁸. Nas palavras de Tcach, esse fato foi a “antessala de seu derrocamento”²⁹⁹ (tradução nossa)³⁰⁰. Diante desse cenário, a junta dos militares concluiu que seria impossível seguir com a mesma lógica.

Sendo assim, em meados de 1970, a junta de comandantes em chefe das forças armadas destituiu Onganía do poder e colocou em seu lugar o general Roberto Marcelo Levingston³⁰¹. Diferentemente de Onganía, Levingston tinha o objetivo de se aproximar politicamente do empresariado nacional. Por essa razão, promoveu medidas de cunho nacionalista com a ajuda de seu ministro da economia, Aldo Ferrer. Segundo Tcach, Aldo instrumentalizou disposições protecionistas e medidas de promoção industrial, fornecendo crédito para empresas nacionais³⁰², no entanto, não conseguiu respaldo político para desenvolver seus objetivos. Em 1971, um levante popular em Córdoba, conhecido como *viborazo*, corroborou ainda mais como processo de declínio do seu governo. Nesse sentido, diante de todo o processo de impopularidade e da intensa violência presente naquele contexto, o segundo governo da Revolução Argentina se deteriorava.

Em 1971, iniciava o terceiro e último governo da chamada Revolução Argentina. Em 27 de março, o general Alejandro Agustín Lanusse assumiu o poder. Para Tcach, seu projeto era fazer uma transição política que tivesse a inserção das Forças Armadas no futuro esquema nacional e um consenso de todas as forças políticas do país. Esse projeto ficou conhecido como o Grande Acordo Nacional (GAN)³⁰³. Do ponto de vista Camila Fontes de Souza, “(...) o acordo reconhecia que o retorno de um governo constitucional era o caminho necessário para evitar o acirramento de uma situação de guerra civil, frente à popularidade e o poder de atração das organizações armadas”³⁰⁴.

Contudo, o GAN não foi suficiente; a profunda crise política começava, nas palavras de Calveiro, “a ser um dado estável na realidade argentina”³⁰⁵. Além disso, segundo María Seoane, o Massacre de Trelew, também corroborou com o processo de derrocamento de Lanusse. Houve o “fuzilamento clandestino de dezenove presos políticos em poder da Marinha de Guerra,

²⁹⁸ No próximo capítulo aprofundaremos nesse assunto.

²⁹⁹ TCACH, 2007, p. 54.

³⁰⁰ “*antesala de su derrocamento*”.

³⁰¹ DI TELLA, 2010.

³⁰² TCACH, op. cit.

³⁰³ Idem, *ibidem*.

³⁰⁴ SOUZA, Camilla Fontes de. *La acción cambiante: da luta armada aos direitos humanos nos cartazes argentinos (1973-1984)*. 2013. 158 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-06012014-122402/publico/2013_CamillaFontesDeSouza.pdf. Acesso em 10 de fev. 2021.

³⁰⁵ CALVEIRO, Pilar. *Política y/o violencia*. Una aproximación de la guerrilla de los años 70. Buenos Aires: Norma, 2013, p. 35.

quando tentaram fugir do cárcere de Rawson, na Patagônia. A reação popular contra esse crime deu início ao fim do regime de Lanusse, acusado de comandar os assassinatos”³⁰⁶. Nesse sentido, tendo em vista o fracasso do projeto iniciado no ano de 1966, os militares optaram pelo retorno a um regime civil. No entanto, ficou acordado que Perón não poderia ser candidato, uma vez que não obedecia aos requisitos formais para se candidatar, já que residia na Espanha. Assim, através de uma aliança, Perón lançou o doutor Héctor José Cámpora³⁰⁷ às eleições, representando o peronismo. O resultado foi favorável a Perón e, assim, em 25 de maio de 1973, Cámpora assumiu a presidência argentina em um clima de intensa mobilização, sobretudo da esquerda peronista³⁰⁸.

No entanto, em poucos meses de governo, Cámpora renunciou e chamou novas eleições; o Partido Peronista anunciou a chapa Juan Domingo Perón presidente e Isabel Maria Estela Martínez, mais conhecida como Isabelita Perón³⁰⁹, vice-presidente. O resultado eleitoral foi bastante claro: com 62% dos votos, Perón foi eleito mais uma vez presidente da Argentina.

Diante de todo esse cenário de agitação política e, também, a partir das influências externas citadas anteriormente, a luta pelos direitos e pela emancipação feminina foram ganhando legitimidade. Nesse contexto, as condições estavam postas para o desenvolvimento das associações feministas argentinas em pleno processo de ditaduras.

³⁰⁶ SEOANE, María. Alejandro Agustín Lanusse. Buenos Aires (Argentina), 1918 – 1996. *Enciclopédia Latino Americana*, São Paulo, s/d. Disponível em: <https://latinoamericana.wiki.br/verbetes/l/lanusse-alejandro-agustin>. Acesso em: 11 de jun. 2020.

³⁰⁷ Héctor José Cámpora nasceu em 26 de março de 1909 na província de Buenos Aires chamada Mercedes, se formou odontologia pela Universidade de Córdoba. Foi deputado pela província de Buenos Aires (1946) e presidente da Câmara dos Deputados (1948-1953) (SEOANE, s/d).

³⁰⁸ Isabel Maria Estela Martínez nasceu na província de La Rioga, em 1931. Em 1956, conheceu Perón no Panamá. Foi sua secretária antes de se casar com ele, em 1960. Foi presidente da Argentina entre 1974 e 1976 (ETULAIN, 2001).

³⁰⁹ O peronismo englobava uma direita e uma esquerda com diferentes ideais. A direita peronista era constituída pela corrente sindical-burocrata e por grupos empresariais que se beneficiavam com a política protecionista e antiliberal estabelecida pelos governos de Perón (1946-1955, 1973-1974). Além desses, a direita era constituída também por organizações paramilitares que incitavam o terror em nome de uma bandeira peronista. Já a esquerda peronista era composta, em sua maioria, por jovens que acreditavam que a luta dos trabalhadores seria o alicerce principal para a batalha – inspirada na revolução e não na democracia – contra o imperialismo e o fim do capitalismo. Era caracterizada como um grupo que se sustentava na figura de Perón, mesmo que este não compartilhasse da sua posição ideológica. Dessa maneira, a esquerda se utilizava dos discursos peronistas a fim de alcançar o apoio das classes trabalhadoras para se legitimarem enquanto movimento social ou partidário (ROCHA, 2011).

1.5 A FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES FEMINISTAS ARGENTINAS

A década de 1970 marca o surgimento de muitas organizações feministas na Argentina. Segundo Barrancos, da primeira metade dos anos 1970 até o Golpe Civil Militar de 1976, foi intensa a formação e atuação dessas organizações no país³¹⁰.

Como vimos anteriormente, o feminismo argentino também centrava suas atividades nas reflexões coletivas a partir das vivências pessoais. Essas reflexões foram chamadas, pelas feministas da época, de grupos de autoconsciência. Esse processo de “conscienciação” predominou principalmente na União Feminista Argentina (UFA) e no Movimento de Libertação Feminina (MLF). Sobre o assunto, afirma Barrancos:

Algumas investigações mostram que as mulheres que reatualizaram o feminismo, quase a fins dos 60, empregaram um conceito pelo qual queriam distinguir-se dos outros movimentos sociais. Se tratava de fazer-se uma “consciência”, recusando a ideia de “conscientização” pela de “conscienciação” já que este significava um processo ativo que aludia centralmente ao eu reflexivo. Portanto as associações que se propunham estiveram dirigidas a formar uma razão crítica que pudesse sacudir a subordinada condição feminina, e para isso o melhor era proceder mediante grupos de reflexão³¹¹ (tradução nossa)³¹².

Em consonância com Barrancos, Felitti destaca:

Este neologismo foi criado para substituir o termo conscientizar, que a esquerda utilizava e que implicava um movimento de fora para dentro. Nos grupos feministas, em oposição, a reflexão devia surgir desde o pessoal para projetar-se ao espaço político. Como afirmava uma das publicações da UFA: “Irmã: dona de casa, estudante, trabalhadora, empregada profissional. NÃO ESTÁ SOZINHA. Seus problemas não são individuais: são parte da opressão da mulher...” (UFA, s/fa)³¹³ (tradução nossa)³¹⁴.

De acordo com Grammatico³¹⁵, em 1970, Nelly Bugallo, Leonor Calvera, María Luisa Bemberg e Gabriella Roncoroni de Christeller, entre outras, fundaram a *Unión Feminista Argentina* (UFA). Assim, foi organizada uma seção plenária para discutir estratégias feministas

³¹⁰ BARRANCOS, 2010.

³¹¹ Idem, ibidem, p. 239.

³¹² “*Algunas investigaciones muestran que las mujeres que reactualizaron el feminismo, casi a fines de los 60, emplearon un concepto con el que querían distinguirse de los otros movimientos sociales. Se trataba de hacerse de una “conciencia”, recusando la idea de “concientización” por la de “conscienciación” ya que éste sonaba a un proceso activo que aludía centralmente al yo reflexivo. Por lo tanto, las acciones que se proponían estuvieron dirigidas a formar una razón crítica que pudiera sacudir la subordinada condición femenina, y para ello lo mejor era proceder mediante grupos de reflexión*”.

³¹³ FELITTI, 2010, p. 794.

³¹⁴ “*Este neologismo fue creado para reemplazar el término conscientizar, que utilizaba la izquierda y que implicaba un movimiento de afuera hacia adentro. En los grupos feministas, en cambio, la reflexión debía surgir desde lo personal para proyectarse al espacio político. Como afirmaba uno de los volantes de la uFa: ‘Hermana: ama de casa, estudiante, obrera, empleada, profesional. NO ESTÁS SOLA. Tus problemas no son individuales: son parte de la opresión de la mujer...’ (UFA, s/fa)*”.

³¹⁵ GRAMMÁTICO, 2005.

e objetivos gerais. As integrantes da UFA realizavam os referidos grupos de “conscienciação” nos quais discutiam inúmeros textos vindos dos Estados Unidos³¹⁶.

Para Felitti³¹⁷, Bellucci e Rapisardi³¹⁸, a UFA foi um dos grupos mais paradigmáticos e visíveis da Argentina, tendo funcionado entre os anos de 1970 e 1976. Criou a publicação chamada *Nueva Mujer*, com o objetivo de divulgar as principais ideias do grupo³¹⁹ e se organizava como princípio federativo, através de uma estrutura não hierárquica. Segundo Vassallo, a UFA abriu caminho e funcionou como uma organização federativa para outros grupos, uma vez que, a partir da sua formação e organização, outras associações foram surgindo³²⁰. No entanto, em 1973, tensões internas produziram uma forte deserção de mulheres de suas filas e as poucas que permaneceram reforçaram o trabalho de “conscienciação”³²¹.

Em 1972, nasceu o Movimento de Libertação Feminina (MLF), liderado por Maria Elena Odone. Foi o grupo que mais lutou para instalar nas ruas o debate sobre o aborto. De acordo com Felitti, em várias ocasiões, a UFA atuou juntamente ao MLF³²². Após três anos, editaram a *Persona*, a primeira revista feminista da época³²³. De acordo com Barrancos, as reivindicações da revista *Persona* “(...) abordavam questões de estrita pertinência com a condição feminina, mais além das identidades de classe. Questionava o divórcio, denunciava a violência e os abusos que padeciam as mulheres em todos os segmentos sociais”³²⁴ (tradução nossa)³²⁵.

Nessa perspectiva, *Persona*, dirigida por Maria Helena Odone, surgiu a partir das organizações MLF e UFA e, no primeiro período, foi uma plataforma de encontro de militantes e um meio de difusão de ideias críticas contra a dominação masculina³²⁶. Como explica Catalina Trebisacce:

³¹⁶ PEDRO, 2010.

³¹⁷ FELITTI, 2010.

³¹⁸ BELLUCCI; RAPISARDI, 2001.

³¹⁹ BARRANCOS, 2010.

³²⁰ VASSALLO, Alejandra. ‘Las mujeres dicen basta’: Feminismo, movilización y política de los setenta. In: DOMINGUEZ, Nora et al. *Historia, género y política en los ‘70*. Buenos Aires: Feminaria Editora, 2005. p. 61-88.

³²¹ FELITTI, 2010.

³²² Idem, *ibidem*.

³²³ BELLUCCI; RAPISARDI, 2001.

³²⁴ BARRANCOS, 2010.

³²⁵ “(...) abordaban cuestiones de estricta pertinencia con la condición femenina, más allá de las identidades de clase. reclamava el divorcio y se denunciaban la violencia y los abusos que padecían las mujeres en todos los segmentos sociales”.

³²⁶ TREBISACCE, Catalina. *Persona* (Primera Época). *América Lee*, Buenos Aires, 2018. Disponível em: https://americalee.cedinci.org/wp-content/uploads/2018/06/PERSONA__PRESENTACION%c3%93N.pdf. Acesso em 1º de mar. 2022.

PERSONA teve três épocas, segundo a própria contabilidade da revista. A primeira entre 1974 e 1975, como publicação do Movimento de libertação Feminina (MLF). Logo, uma segunda etapa de boletins mais rústicos que saíram entre 1975-1976. Finalmente, uma terceira etapa, entre 1980-1983, como revista, primeiro, e logo como boletim da Organização Feminista Argentina (OFA). Todos estes empreendimentos estiveram dirigidos por María Elena Oddone, uma das figuras centrais do feminismo dos anos setenta (tradução nossa)³²⁷.

No primeiro número da *Persona*, podemos perceber uma grande preocupação em explicar a escolha estratégica do nome da revista. Nesse sentido, a opção pelo título tem como objetivo informar e desmistificar as naturalizações que se desenvolveram ao longo do tempo em torno do ser humano mulher. Segue, abaixo, um trecho do texto da revista:

(...) tem-se negado às mulheres a possibilidade de ser pessoas permitindo somente a socialização como objetos de e para o consumo. Por isso, como símbolo premonitório de nosso triunfal final, elegemos PERSONA como nome de nossa publicação que, esperamos, cumpra nosso propósito fundamental de informação e desmistificação referido ao ser humano mulher (tradução nossa)³²⁸.

Nessa mesma lógica, em outra passagem, a revista explica as dificuldades em que vivem as mulheres para se afirmarem enquanto pessoas na sociedade. Segue passagem:

(...) a mulher não tem confiança em si mesma, se encontra sem formação e com certa desorientação frente às dificuldades de ser plenamente pessoa na sociedade onde vive, posto que ser PESSOA parece não ser feminino. Em qualquer nível social onde se fale do tema da libertação da mulher, provoca um profundo rechaço, um temor a esse desconhecido, mas que se intui muito poderoso que é “A MULHER LIVRE”. Para a grande maioria, a mulher não deve se preocupar com outra tarefa que não seja sua tradicional função de mãe e esposa, que é como dizer, objeto útil. (...) querer ser PESSOA antes que mulher, significa que a mulher quer SER, viver sua condição humana, posto que as diferenças biológicas e psicológicas com o varão não justificam sua dependência. É certo que ela não é igual a ele, mas quando este fala de desigualdade, quase sempre se refere implicitamente a sua superioridade (tradução nossa)³²⁹.

³²⁷ “PERSONA tuvo tres épocas, según la propia contabilidad de la revista. La primera, entre 1974 y 1975, como publicación del Movimiento de Liberación Feminista (MLF). Luego, una segunda etapa de boletines más rústicos que salieron entre 1975-1976. Finalmente, una tercera etapa, entre 1980-1983, como revista, primero, y luego como boletín de la Organización Feminista Argentina (OFA). Todos estos emprendimientos estuvieron dirigidos por María Elena Oddone, una de las figuras centrales del feminismo de los años setenta” (TREBISACCE, 2018, p. 1).

³²⁸ “(...) nos han negado a las mujeres la posibilidad de ser “personas”, permitiendonos solamente la socialización como objetos de y para consumo. Por eso, como simbolo premonitório de nuestro triunfo final, elegimos PERSONA como nombre de nuestra publicación, que esperamos, cumpla nuestro propósito fundamental de información y desmistificación referido al ser humano mujer” (PERSONA PRIMERA ÉPOCA. América Lee, Buenos Aires, 1974, n. 0, p. 3. Disponível em: <https://americalee.cedinci.org/wp-content/uploads/2016/07/PERSONA-0.pdf>. Acesso em 15 de ago. 2016).

³²⁹ “(...) la mujer no tiene confianza en si misma, si encuentra sin formación y com certa desorientación frente a las dificultades de ser plenamente persona en la sociedad donde le toca vivir, puesto que ser PERSONA parece no ser femenino. En cualquier nivel social donde se hable del tema de la libertación de la mujer, provoca um profundo rechazo, um temor a eso desconocido pero que se intuye muy poderoso que es ‘LA MUJER LIBRE’. Para la gran mayoría la mujer no debe preocuparse de otra tarea que no sea su tradicional función de madre y esposa, que es como decir, objeto útil. (...) querer ser PERSONA antes que mujer, significa que la mujer quiere SER, vivir su condición humana, puesto que las diferencias biológicas y psicológicas con el varón no justifican su

Além disso, a referida revista também se mostra muito preocupada com as deturpações construídas a partir do conceito de feminismo. Dessa forma, salienta que um dos seus objetivos e compromissos é trazer a compreensão do feminismo de maneira coerente:

(...) É – será – tarefa de Persona dissipar, dentro da capacidade de nossos meios as capas que entorpecem o caminho da compreensão do feito feminista. Poderíamos dizer, agora o que o feminismo não admite, mas preferimos ressaltar que é um instrumento para conhecer a realidade, a realidade externa- social relacional- como a interna- psicológica, emocional, mental-. É uma ferramenta cujo funcionamento permite seccionar o histórico e o cotidiano de modo tal como nunca antes foi tentado. E esse corte põe em relevo estratos nada ou mal conhecidos, e desdobra o aparentemente conhecido dando-lhe uma localização distinta na ordem dos valores que manejamos (tradução nossa)³³⁰.

Ademais, a publicação ainda faz uma discussão da valorização do ser humano enquanto tal, rompendo, assim, com a lógica de divisão de gênero:

Traçar uma linha demarcatória entre ambos os sexos é ignorar a amplitude e mobilidade da vida humana e reduzi-la a uma limitadíssima visão maniqueísta. Igualdade de possibilidades para ambos os sexos desde o nascimento, passo fundamental para derrubar a arbitrariedade do sexismo. Igualdade de possibilidades que inclua educação não tendenciosa para mulheres e homens, expectativas similares para ambos os sexos e abertura para o ingresso de mulheres nos domínios criativos, legais, profissionais etc. Que os limites de ação sejam considerados pela capacidade de cada um como indivíduo, e não pelo que seu sexo parece impor-lhes (tradução nossa)³³¹.

O uso da expressão “gênero” no lugar de “sexo” não se apresenta no texto, porém, as discussões atreladas ao primeiro conceito estão presentes. A revista problematiza a condição social das mulheres, salientando que esta as penaliza intensamente, uma vez que se encontram isoladas em seus lares, cuidando de tudo (filhos, maridos e da própria casa). Dessa forma, com o acúmulo de tarefas, são impedidas de participar ativamente dos espaços públicos. Nessa lógica, entendem que o trabalho de casa é considerado estrategicamente uma tarefa natural para

dependencia. Es cierto que ella no es igual a él, pero cuando éste habla de desigualdad, casi siempre se refiere implícitamente a su superioridad” (PERSONA PRIMERA ÉPOCA, 1974, p. 8).

³³⁰ “É – será – tarea de persona disipar dentro de la capacidad de nuestro medios, las capas que entorpecen el camino de la comprensión del hecho feminista. Podríamos decir, por ahora lo que el feminismo no admite, pero preferimos resaltar que es un instrumento para conocer la realidad, la realidad externa – social, relacional– tanto como la realidad interna –psicológica, emocional, mental–. Es una herramienta cuyo funcionamiento permite seccionar lo histórico y lo cotidiano de modo tal como nunca antes fue intentado. Y éste corte pone de relieve estratos nada o mal conocidos, y desbroza lo aparentemente conocido dándole una ubicación distinta en el orden de los valores con los que nos manejamos” (PERSONA PRIMERA ÉPOCA, 1974, p. 4).

³³¹ “Trazar una línea demarcatoria entre ambos sexos es ignorar la amplitud y movilidad de la vida humana y reducirla a una limitadísima visión maniquea. Igualdad de posibilidades para ambos sexos desde el nacimiento, paso fundamental para derrubar la arbitrariedad del sexismo. Igualdad de posibilidades que incluya educación no tendenciosa para mujeres y varones, expectativas similares para ambos sexos y apertura para el ingreso de mujeres en los dominios creativos, legales, profesionales, etc. Y viceversa. Que los limites de acción estén diseñados por la capacidad de cada uno como individuo y no por los que su sexo parece imponerles” (PERSONA PRIMERA ÉPOCA, 1974, p. 8).

que não se reconheça a exploração que implica. Para elas, os meios de comunicação também legitimam essa ideia, apresentando as mulheres como rainhas do lar, para que não se deem conta da sua condição de escravização.

Nessa perspectiva, apesar de entenderem a importância do sufrágio feminino, fazem o alerta acerca da permanência da condição subalterna feminina. Segue passagem:

(...) a luta pelo sufrágio está muito longe de ser tudo o que se quer; em América Latina entre 1929 no Equador e 1961 no Paraguai, todos os países outorgaram o direito ao voto às mulheres, mas isso é um aspecto parcial. O profundo que há em tudo isso é a necessidade que tem as mulheres de se realizar como **peessoas**, de não ser a “boneca” vazia com que é possível entreter, nem uma coisa que os demais podem dispor, nem uma “menina” entre seus próprios filhos (tradução nossa)³³².

A discussão continua com apresentação de uma fundamentação aos problemas de falta de representação:

(...) É errôneo pensar que as mulheres tem maior representação agora que votam, que antes. A história assinala que nos últimos cem anos, o direito ao voto não mudou a condição das mulheres. Se este sistema de domínio e controle masculino em nossa sociedade é tão obvio; por que nunca foi reconhecido ou discutido? Acreditamos que tal discussão seria extremamente perigosa. Uma cultura nunca põe em tela de juízo seus fundamentos básicos e nem seus mais caros fanatismos. Por que ninguém assinala que os homens controlam o exército, a indústria, as universidades, as ciências, a administração política e as finanças? Por que todos os caminhos de poder de nossa cultura, incluindo as forças repressivas da polícia e do exército, estão totalmente em mãos masculinas? Dinheiro, armas a autoridade mesma, são território masculino. Até Deus é varão e branco (tradução nossa)³³³.

Por fim, a revista ainda esclarece que o problema individual não é uma exceção e, por isso, os depoimentos individuais têm uma enorme importância, maior até mesmo que a própria teoria. Nessa acepção, identificamos como o Movimento de Libertação Feminina e a União Feminista Argentina se movimentaram a partir do entendimento de que “o pessoal é político”, valorizando a experiência individual e a compreendendo como um processo de dominação social, e não como um problema de âmbito privado.

³³² “(...) la lucha por el sufragio está muy lejos de ser todo lo que se quiere; en América Latina entre 1929 en Ecuador y 1961 en Paraguay, todos los países otorgan el derecho al voto a las mujeres, pero esto es un aspecto parcial. Lo profundo que hay en todo eso es la necesidad que tienen las mujeres de realizarse como **personas**, de no ser la ‘muñeca’ vacía con que es posible entretenerse, ni la cosa que los demás pueden disponer, ni una ‘niña’ entre sus propios niños” (PERSONA PRIMERA ÉPOCA, 1974, p. 7).

³³³ “(...) Es erróneo pensar que las mujeres tienen mayor representación ahora que votan, que antes. La historia señala claramente que en los últimos cien años, el derecho al voto no cambió la condición de las mujeres. Si este sistema de dominio y control masculino en nuestra sociedad es tan obvio; ¿Porqué nunca ha sido reconocido o discutido? Creemos que tal discusión sería extremadamente peligrosa. Una cultura nunca pone en tela de juicio sus fundamentos básicos y ni sus más caros fanatismos. ¿Porqué nadie señala que los varones controlan el ejército, la industria, las universidades, las ciencias, la administración política e las finanzas? ¿Porqué todos los caminos del poder de nuestra cultura, incluyendo las fuerzas represivas de la policía e el ejército, están totalmente en manos masculinas? Dinero, armas, la autoridad misma, son territorio masculino. Hasta Dios es varón y blanco” (PERSONA PRIMERA ÉPOCA, 1974, p. 15).

Mediante o exposto e a partir da análise da referida publicação, podemos perceber como o movimento de mulheres na Argentina, principalmente a partir dos anos 1960, apresentava-se coerente com as ações de resistência ao processo de dominação de gênero.

Por fim, no ano de 1974, nasceu o Movimento Feminista Popular (MOFEP), oriundo da *Frente de Izquierda Popular* (FIP)³³⁴. De acordo com Barrancos, sempre houve no FIP um “fermento feminista”, apesar de rechaçar o nome de “feminismo” para dar conta de suas posições³³⁵. Nesse sentido, para Calvera, tanto a esquerda como a direita se apresentavam contra o feminismo³³⁶, pois, segundo a autora, “(...) a direita nos acusava de extremistas e polêmicas, e a esquerda de elitistas e burguesas”³³⁷ (tradução nossa)³³⁸.

Do ponto de vista de Andújar, D’Antonio, Lozano, Grammático e Rosa, o cruzamento entre o feminismo e organizações de esquerda não esteve isento de confrontos, uma vez que colocou em questão a distância que existia entre as discussões de desigualdade de gênero e as questões consideradas prioritárias para as organizações, como a contradição entre o capital e o trabalho. Muitas militantes políticas de grupos de esquerda compraram a ideia de que a luta contra a desigualdade e hierarquia social era uma reivindicação burguesa. Acreditavam que a igualdade de gênero ocorreria no interior das organizações revolucionárias e que, pós-revolução, alcançariam a igualdade plena. Por essa razão, a luta pela desigualdade de gênero poderia ser postergada naquele momento³³⁹.

No entanto, como veremos nos próximos capítulos, a prática da militância mostrou que as organizações não romperam com o processo de desigualdade e diversos pontos de tensão envolvendo a militância feminina³⁴⁰ foram gerados. Nesse sentido, muitas mulheres só descobriram a extensão estrutural da desigualdade de gênero a partir de suas militâncias nas organizações armadas.

Em 1975, com a Declaração do Ano Internacional da Mulher pela Organização das Nações Unidas (ONU), em muitos países surgiram organizações, encontros e discussões

³³⁴ A *Frente de Izquierda Popular* foi um agrupamento trotskista que se organizou através do princípio de “nacionalidade popular” no ano de 1970. Do seu interior surgiu o Movimento Feminista Popular em 1974 (BARRANCOS, 2010).

³³⁵ BARRANCOS, 2010.

³³⁶ CALVERA, 1990.

³³⁷ Idem, *ibidem*, p. 47.

³³⁸ “(...) *la derecha nos acusaba de extremistas y contestatarias, y la izquierda de elitistas y burguesas*”.

³³⁹ ANDÚJAR, Andreia; D’ANTONIO, Débora; LOZANO, Fernanda Gil; GRAMMÁTICO, Karin; ROSA, María Laura. *De minifaldas, militancias y revoluciones: exploraciones sobre los 70 en la Argentina*. Buenos Aires: Luxemburg, 2009, p. 12.

³⁴⁰ Os pontos de tensão foram gerados principalmente quando exerciam a maternidade e tinham que administrar sozinhas os espaços domésticos. Além disso, predominava, na maior parte das organizações armadas, um ponto de vista que considerava as mulheres menos preparadas para a militância.

feministas³⁴¹. Os grupos citados anteriormente, com exceção do MOFEP, uniram-se e formaram a *Frente de Luta pela Mujer* (FLM), que, segundo Grammático e Vassallo, levou adiante um interessante programa de propostas e atividades que se definia como a síntese de esforços e lutas dos cinco anos prévios³⁴². O programa incluía: salário para o trabalho doméstico; oportunidades iguais para o acesso à educação, formação técnica e emprego; anulação da legislação que proibia a difusão e uso de contraceptivos e aborto legal e gratuito, em hospitais públicos; não discriminação de mães solteiras e proteção a seus filhos; além de outras propostas.

Enfim, podemos constatar que as associações feministas contribuíram de forma significativa para alterações nas condições assimétricas de gênero, principalmente nos aspectos que dizem respeito à liberdade e à autonomia feminina. Dessa forma, as referidas associações se apresentam como espaços de ruptura com as lógicas de dominação consolidadas e legitimadas ao longo do tempo.

Além disso, é importante salientar também que o desenvolvimento do movimento feminista argentino proporcionou a continuidade pela busca de condições menos assimétricas de gênero nos anos posteriores

³⁴¹ WOLFF, Cristina Scheibe. O gênero da esquerda em tempos de ditadura. In: PEDRO, Maria Joana et al. *Gênero, feminismo e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Mulheres, 2010. p. 138- 155.

³⁴² VASSALLO, 2005; GRAMMÁTICO, 2005.

2 A FORMAÇÃO/CONSOLIDAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES ARMADAS E A CONDOTA DA(S) MULHER(ES) MILITANTE(S)

Neste capítulo, abordaremos o processo de formação e consolidação das organizações armadas nos anos 1970. O capítulo apresenta, portanto, diversas perspectivas que levaram as organizações a se radicalizarem e a defenderem a via armada como proposta política. Levando em consideração os espaços masculinizados construídos em torno dessas organizações, buscamos compreender como as mulheres se situavam nesse universo e exerciam suas duplas militâncias. Por um lado, lutavam contra o sistema de dominação de gênero, por outro, por justiça social e contra o sistema capitalista. Nessa lógica, buscamos identificar experiências de participação feminina nos grupos PRT/ERP e Montoneros, ressaltando principalmente desafios vivenciados pelas militantes em razão do compartilhamento de estereótipos de gênero no interior dessas organizações. Por fim, enfatizamos como as experiências de homens e mulheres foram marcadas por relações de poder oriundas de desigualdades estruturais.

2.1 OS IDEAIS DA NOVA ESQUERDA E O LUGAR DAS MULHERES NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES ARMADAS

A partir dos anos 1960, inúmeras organizações e grupos críticos às práticas tradicionais dos partidos comunistas e socialistas se apresentaram na América Latina. Eram formadas em sua maioria por jovens com objetivos voltados à valorização da ação direta sem intermediários. Nesse sentido, o confronto e a violência eram enaltecidos em detrimento do jogo político parlamentar burocrático e hierárquico, comuns nos partidos mais tradicionais de esquerda. Essas organizações, no entanto, não eram exclusividade da América Latina; estavam presentes em todo o mundo, na Espanha, na Itália, na Alemanha e até mesmo nos Estados Unidos. O caso do Vietnã³⁴³, nos anos 1960, e sua grande repercussão mundial também contribuiu com as propostas das referidas organizações, na medida em que projetava um contexto de “violência justa” do oprimido contra o opressor, ou seja, uma violência necessária à libertação da “violência do capital”.

³⁴³ Para os novos grupos de esquerda dos anos 60 e 70, a guerra do Vietnã (1959-1975) foi considerada um exemplo de sucesso da luta armada contra o imperialismo. A imagem do presidente do Vietnã do Norte, Ho Chi Minh, representava a tese de “violência justa”, de “libertação” da espoliação do imperialismo, responsável pelas enormes desigualdades sociais (ARAÚJO, Maria Paula. Esquerdas, juventude e radicalidade na América Latina nos anos 1960 e 1970. In: FICO, Carlos et al. *Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV, 2008. p. 247-273).

Para Ayerbe³⁴⁴, a radicalização da esquerda e o aparecimento de grupos armados estão diretamente ligados ao contexto de superação da crise pós-Segunda Guerra Mundial. A partir dos anos 1950, ocorreram inúmeras modificações na economia internacional, especialmente nos aspectos de competição por mercados. Essas modificações trouxeram impactos para América Latina, sobretudo aos países em desenvolvimento naquele momento, como é o caso, por exemplo, do Brasil e da Argentina, que tinham iniciado um processo de industrialização interna e foram bruscamente interrompidos pelas pressões externas em favor da abertura das economias à penetração do capital estrangeiro.

Nesse contexto, em razão de problemas de cunho econômico, político e social, decorrentes do impacto da entrada do capital estrangeiro, a busca por transformações sistemáticas nas estruturas políticas e sociais fomentou a formação de inúmeros grupos armados na América Latina. Sobre o assunto, afirma Araújo:

Esquerdas, juventude e radicalidade política estiveram fortemente vinculadas e, mais do que isso, deram uma marca inequívoca às décadas de 1960 e 1970 na América Latina. Em boa parte da região, essa conjugação se expressou na proposta política de luta armada. Muitos foram os países latino-americanos que, nas décadas de 1960, 1970 e até 1980, experimentaram a luta armada com o objetivo de uma revolução socialista: Venezuela, Guatemala, Peru, Colômbia, Nicarágua, Uruguai, Brasil, Argentina³⁴⁵.

Além disso, é importante ressaltar que, nas décadas de 1960 e 70, os países do Cone Sul³⁴⁶ viviam sob a emergência de ditaduras civis militares. Desse modo, podemos entender mais uma dimensão do radicalismo político da época. Foi nessa conjuntura que as ideias da chamada “Nova Esquerda³⁴⁷” foram legitimadas, juntamente com as propostas das Revoluções

³⁴⁴ AYERBE, Luis Fernando. *A Revolução Cubana*. São Paulo: Unesp, 2004.

³⁴⁵ ARAÚJO, 2008, p. 248.

³⁴⁶ Nos países do Cone Sul, as décadas de 1960 e 70 foram marcadas por ditaduras militares, inspiradas nas ideias e práticas de combate ao comunismo e pela teoria da Segurança Nacional, disseminadas pela Escola das Américas, com financiamento do governo dos Estados Unidos no Panamá (WOLFF, 2011, p. 31). De acordo com Wolff, esse processo atingiu os países do Cone Sul da seguinte forma: a Argentina sofreu golpes em 1966 e 1976, com processos de redemocratização em 1973 e 1983, respectivamente; o Brasil enfrentou um golpe em 1964, com a redemocratização se dando em 1985; o Chile sofreu um golpe em 1973, com a redemocratização em 1988 ou 1990 (dependendo da perspectiva); o Paraguai enfrentou o golpe em 1954 e a redemocratização só ocorreu em 1989; o Uruguai testemunhou um golpe em 1973, com redemocratização em 1985; e Bolívia sofreu o golpe em 1964, com a redemocratização se dando em 1982 (com interrupções).

³⁴⁷ De acordo com Araújo (2000), a expressão “Nova Esquerda” (*New Left*) se originou nos anos 1960, através de um grupo de historiadores ingleses oriundos do Partido Comunista Britânico, que incluía nomes como: Eric Hobsbawm, E. P. Thompson, Perry Anderson, Christopher Hill, entre outros. O referido grupo contribuiu tanto para a escrita da história quanto para o debate no interior do marxismo. A Nova Esquerda, embora crítica em relação aos partidos comunistas e socialistas, mantinha-se dentro dos paradigmas gerais do marxismo. Buscava, além disso, inspiração em outras fontes, como Trotski, Rosa Luxemburgo, Gramsci e Mao. Por não romper totalmente com o marxismo e procurar referências dentro desta cultura, intitulavam-se como “Nova Esquerda”. Dessa forma, a construção da Nova Esquerda se baseava em novas práticas e novos valores, em que o fundamental era a ação direta sem intermediários, o pragmatismo e o confronto. Era constituída em sua maioria por jovens que se organizaram em grupos críticos aos partidos socialistas e comunistas tradicionais (ARAÚJO, 2008).

Chinesa³⁴⁸ e Cubana³⁴⁹, tendo em vista que, naquele momento, representavam alternativas para superação das injustiças sociais que recaíam, sobretudo, nas camadas populares. Diferentemente das formas tradicionais de representação política, as referidas revoluções apontavam novos caminhos para transformações sociais e inspiravam jovens militantes. Segundo Araújo:

Na segunda metade do século XX, principalmente a partir dos anos 1960, ocorreu na América Latina, usando a expressão do historiador Jacob Gorender, uma “imersão geral na luta armada”, impulsionada em grande parte pelo sucesso da Revolução Cubana. A proliferação de organizações armadas, pelos diversos países da região, agia no sentido de confirmar o modelo cubano e reiterar como que uma vocação da América Latina para a guerrilha³⁵⁰.

Para Camila Fontes:

(...) nada teria o peso adquirido pela Revolução Cubana, como experiência revolucionária produtora de um horizonte de expectativas que justificaria a intensificação da mobilização e da ação política combativa e revolucionária. A Revolução Cubana alimentou a esperança e a expectativa de mudança radical, em oposição ao progressismo defendido pela esquerda tradicional³⁵¹.

Desse modo, a Revolução Cubana foi tomada como exemplo de sucesso para toda a América Latina. Para muitos, tornou-se uma espécie de esperança para a mudança, tendo em vista o fato de um pequeno grupo de guerrilheiros vencer as amarras de um governo repressivo

³⁴⁸ A Revolução Chinesa também trouxe contribuições no que tange à formação dos novos grupos de esquerda dos anos 60 e 70. A China, durante muitos anos, viveu sob domínio de países imperialistas ocidentais e do Japão. Lucros exorbitantes foram extraídos dos chineses, principalmente a partir de monopólios de comércio e de importação de drogas, como foi o caso do ópio. Depois de anos de exploração por potências imperialistas, Mao Tse Tung, com o apoio dos camponeses chineses, mudaria a história do país. Em 1927, liderou um levante armado e foi violentamente reprimido e perseguido pelas tropas lideradas por Chiang Kai-shek (líder do partido conservador chinês, Komintag). Contudo, com a invasão do Japão em 1937, a República Chinesa ruiu. Mao Tse Tung, com o apoio dos camponeses, organizou o exército vermelho e derrotou as tropas de Chiang Kai-shek e os invasores japoneses. Em 1º de outubro de 1949, Mao proclamou a República Popular Socialista da China (RATTNER, 2009). Todo esse contexto de guerrilha popular, em que os camponeses foram os protagonistas revolucionários, teve repercussão no mundo ocidental e vinha ao encontro dos anseios dos militantes de grupos armados das décadas de 1960 e 70. A Revolução Chinesa se apresentava como uma alternativa revolucionária para os países de industrialização precária e operariado reduzido, permitindo a revolução mesmo para países mais pobres em que a economia era essencialmente rural (ARAÚJO, 2008).

³⁴⁹ A Revolução Cubana ocorreu em 1959, em reação à ditadura de Fulgêncio Batista (1901-1973). O governo de Batista representava todas as formas de exploração social, tendo sido alicerçado pelo imperialismo dos Estados Unidos, que estimulava a corrupção e a desigualdade social. Segundo Reis (2011), Cuba vivia sob forte dependência política e econômica dos Estados Unidos. Economicamente, foi montada uma estrutura rigorosamente voltada ao mercado estadunidense. São exemplos dessa dependência econômica as grandes empresas de proprietários norte-americanos, muitas delas com o monopólio da produção açucareira, principal produto de exportação vendido ao mercado estadunidense praticamente com exclusividade e a preços vantajosos e preferenciais. A dominação estava presente ainda na propriedade dos cassinos, dos inúmeros hotéis, das grandes fábricas de automóveis, além da venda de terras e de imóveis a preços acessíveis. Toda essa conjuntura concentrava as formas de exploração e o acirramento das desigualdades sociais desenvolvidas pelos Estados Unidos e pelo ditador Fulgêncio Batista.

³⁵⁰ ARAÚJO, 2008, p. 259.

³⁵¹ FONTES, 2013, p. 44.

e antipopular. Representou a prática dos ideais da Nova Esquerda, nas palavras de Araújo, “a violência do oprimido contra o opressor, do colonizado contra o colonizador, do fraco contra o forte”³⁵². Nesse sentido, a violência passou a nortear as ações políticas e em consequência, as opções pela luta armada se afluíram em vários países latino-americanos.

Entretanto, quem seriam os atores dessa mudança? Quais sujeitos teriam o “direito” de participar desse processo de transformação social? Todas as pessoas poderiam lutar de forma igualitária, independentemente de gênero, classe e raça? Esses questionamentos são extremamente relevantes para a compreensão crítica da ideia de transformação social da Nova Esquerda. Será que todos os sujeitos dispunham de poder de decisão acerca do que realmente deveria ser transformado? Para compreender a complexidade desse processo, é necessário entender o contexto vivenciado pela geração dos anos 1960, os motivos que levaram a uma aposta na formação de organizações armadas e a estrutura de organização desses espaços, incluindo os “padrões” de militância que foram consolidados.

De acordo com Silva, o símbolo que representou melhor a proposta da “exportação da Revolução” foi Ernesto Che Guevara³⁵³, que deixou de assumir altos cargos no novo governo cubano, após 1959, para levar a revolução para outros povos. Segundo ela,

Em 1965, Guevara deixou Cuba e partiu em uma missão clandestina para dirigir um grupo de cubanos que apoiavam os revolucionários no Congo. Contudo, a iniciativa fracassou. Já em 1966, partiu rumo à selva boliviana, onde esperava contar com o apoio dos camponeses. No ano seguinte, fundou, na Bolívia, o Exército de Libertação Nacional (ELN), no qual militavam bolivianos, cubanos e peruanos, dispostos a espalhar a revolução pela América do Sul³⁵⁴.

Segundo Marchesi:

Os intercâmbios da esquerda armada no Cone Sul tenderam a se acelerar a partir da chegada de Ernesto Guevara à Bolívia e tenderam a se reduzir a partir do golpe de Estado de 1976 na Argentina. Ao longo do período, uma experiência compartilhada de exílio regional relacionada com crescentes níveis de coordenação repressiva a nível

³⁵² ARAÚJO, 2000, p. 39.

³⁵³ Para os militantes da Nova Esquerda, Ernesto Che Guevara se tornou um símbolo revolucionário. Sua noção particular de heroísmo, combate, ação e urgência revolucionária, na qual se justificava matar e morrer pela revolução, foi marcante. Assim, para eles, a violência revolucionária de Che humanizava, era pura, não corruptível, não seduzível pelo poder. Era a violência dos despossuídos, dos fracos e humildes que encontrava em Guevara sua própria expressão. Dessa forma, foi o grande exemplo e referência para milhares de jovens que, no mundo todo, ingressaram em organizações armadas (ARAÚJO, 2008). A partir do seu texto, intitulado “Guerra de guerrilhas, um método”, escrito em 1963, Guevara esclarece a importância da guerrilha e da participação das massas na luta armada. Segue fragmento do referido texto: “(...) Pelo caminho da polêmica, costuma-se criticar aqueles que querem adotar a guerra de guerrilhas, alegando que se esquecem da luta de massas. Pretender realizar este tipo de guerra sem o apoio da população é o prelúdio de um desastre inevitável. A guerrilha é a vanguarda combativa do povo, situada em um determinado lugar de um certo território, armada, disposta a realizar uma série de ações bélicas tendentes ao único fim estratégico possível: a tomada do poder. Está apoiada pelas massas camponesas e operárias da região e de todo o território em questão. Sem estas premissas não se pode admitir a guerra de guerrilhas” (GUEVARA, 1999, p. 275).

³⁵⁴ SILVA, 2014, p. 76.

continental, promoveu a circulação de militantes e ideias na região³⁵⁵ (tradução nossa)³⁵⁶.

É importante salientar que, desde o século XIX, os chamados *libertadores da América*, que lutavam contra o domínio espanhol, já haviam apresentado propostas de união dos povos latino-americanos. Para Silva, José Julián Martí Pérez:

(...) como outros líderes da independência da América Espanhola (como Simon Bolívar, por exemplo) concebeu a independência de Cuba intrinsecamente ligada a uma perspectiva latino-americanista e contribuiu para desenvolver uma consciência oposta ao imperialismo econômico desde uma posição democrático-revolucionária. Décadas depois de sua morte, os ideais de José Martí, em especial seu anti-imperialismo, serviram como inspiração para os líderes da Revolução Cubana, deflagrada em 1959 (...)³⁵⁷.

Nesse âmbito, a proposta de união da América Latina contra a dominação imperialista não era algo inédito, tendo sido ressignificada nos anos 1960 e 70 pelas esquerdas revolucionárias, que nesse novo contexto se relacionava à noção de terceiro-mundismo³⁵⁸. As teses terceiro-mundistas reivindicavam a independência em relação aos Estados Unidos e à União Soviética e valorizavam o potencial revolucionário e libertário dos países do Terceiro Mundo³⁵⁹.

No que se refere à legitimação da luta armada como estratégia da Nova Esquerda, Marchesi afirma:

Esta relação cara a cara entre militantes de diferentes países fortaleceram os laços de confiança e cultivou o desenvolvimento de uma cultura política comum. Além de aspectos ideológicos o principal elemento identitário desta cultura constituiu a opção pela luta armada como alternativa frente aos projetos de esquerda ensaiados previamente no cone sul. Além disso, dita cultura política esteve inspirada pelas ideias e estéticas de uma nova esquerda intelectual, cultural e artística que circulava na região e pelos novos significados acerca da noção de rebelião juvenil que circulavam a nível global nos fins dos 60. Ademais, expressou uma visão em que o político estava

³⁵⁵ MARCHESI, Aldo. Geografías de la protesta armada: nueva izquierda y latinoamericanismo en el cono sur. El ejemplo de la Junta de Coordinación Revolucionaria. *Revista Sociohistórica*, n. 25, 2008, p. 3.

³⁵⁶ “Los intercambios de dicha izquierda armada en el cono sur tendieron a acelerarse a partir de la llegada de Ernesto Guevara a Bolivia y tendieron a reducirse a partir del golpe de Estado de 1976 en Argentina. A lo largo del período una experiencia compartida de exilio regional relacionada con crecientes niveles de coordinación represiva a nivel continental promovió la circulación de militantes e ideas en la región”.

³⁵⁷ SILVA, Izabel Priscila Pimentel da. “Por ti, América”: luta armada, internacionalismo e latino americanismo na trajetória da Junta de Coordinación Revolucionaria. Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2016, p. 29.

³⁵⁸ O termo “Terceiro Mundo” surgiu no período da Guerra Fria para designar os países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, que apresentavam sérios problemas econômicos e profundas desigualdades sociais. A expressão foi oficialmente adotada em 1955, por ocasião da realização da Conferência de Bandung, na Indonésia, que reuniu países africanos e asiáticos. Nesta terminologia, o “Primeiro Mundo” seria formado pelos países desenvolvidos capitalistas e o “Segundo Mundo”, pelos países socialistas industrializados. Desde o fim da União Soviética, estes termos vêm gradativamente caindo em desuso (SILVA, 2016, p. 53).

³⁵⁹ SILVA, 2016.

fortemente ligado ao emocional, e associado a aspectos morais tais como o sacrifício, o valor e a vontade³⁶⁰ (tradução nossa)³⁶¹.

Nessa acepção, a Revolução Cubana foi responsável pela consolidação de uma nova perspectiva de esquerda: o castro-guevarismo³⁶². Jean Sales explica esta corrente da seguinte forma:

Usamos a expressão castro-guevarismo como conjunto de ideias oriundas de escritos de Che Guevara e discursos de Fidel Castro, que foram sistematizados por Régis Debray em seu livro “Revolução na revolução”. Em resumo tratava-se de mostrar que a luta armada, através da guerra de guerrilhas, era o método que deveria ser utilizado na América Latina dos anos sessenta para se fazer a revolução, o que podia prescindir da presença de um partido comunista e de outras condições preconizadas pelos marxistas³⁶³.

Dessa maneira, baseado no exemplo de Cuba, a via armada foi considerada uma opção possível para se chegar ao poder, atraindo militantes da nova esquerda latino-americana. A criação da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), como aponta Ayerbe³⁶⁴, foi uma das estratégias de exportação da via armada. Realizada em Havana, entre 31 de julho e 10 de agosto de 1967, representou um apoio a todas as organizações armadas latino-americanas, especialmente no que se refere ao treinamento militar e à cobertura de inteligência. De acordo com Adriane Vidal Costa, a conferência foi presidida por Haydée Santamaría e:

(...) teve como presidente de honra, apesar de ausente, Che Guevara. A conferência foi celebrada sob inspiração de Simon Bolívar, o grande homenageado do evento. Questionada sobre a escolha do Che como presidente de honra e a homenagem a Simón Bolívar como um grande feito simbólico, Haydée Santamaría respondeu: “Se Simón Bolívar inspirou esta conferência é porque foi uma conferência continental, foi uma conferência com todas as forças de esquerda, de todas as forças anti-imperialistas e nada melhor que Simón Bolívar para expressar essa conferência, ficando junto de nós: Simón Bolívar nunca esteve tão atual. (...) Quando a Conferência escolheu por aclamação o Che como Presidente de Honra significou que o Che, em qualquer parte que se encontre, continua o que Simón Bolívar começou. (...) Nós [cubanos] nos sentimos muito honrados, ainda que o Che não seja cubano, porque ele é mais que

³⁶⁰ MARCHESI, 2008, p. 34.

³⁶¹ “Esta relación cara a cara entre militantes de diferentes países fortaleció los lazos de confianza y cultivó el desarrollo de una cultura política común. Más allá de aspectos ideológicos el principal elemento identitario de esta cultura lo constituyó la opción por la lucha armada como alternativa frente a los proyectos de izquierda que se habían ensayado previamente en el cono sur. Asimismo, dicha cultura política estuvo inspirada por las ideas y estéticas de una nueva izquierda intelectual, cultural y artística que circulaba en la región y por los nuevos significados acerca de la noción de rebelión juvenil que circulaban a nivel global a fines de los 60. Asimismo, expresó una visión donde lo político estaba fuertemente atado a lo emocional, y asociado a aspectos morales tales como el sacrificio, el valor y la voluntad”.

³⁶² SILVA, 2016.

³⁶³ SALES, Jean Rodrigues. *O impacto da revolução cubana sobre as organizações comunistas brasileiras 1959-1974*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005, p. 40.

³⁶⁴ AYERBE, 2004.

cubano e mais que argentino: Che e Simón Bolívar estão indiscutivelmente unidos”. *Casa de las Américas*, Havana, nº 45, novembro/dezembro, 1967. p. (103 e 114)³⁶⁵.

Para Silva, a OLAS:

(...) afirmou a oposição da organização ao imperialismo estadunidense na América Latina e reforçou abertamente a opção pela luta armada como instrumento de emancipação dos povos latino-americanos. Em sua concepção os movimentos guerrilheiros deviam se espalhar como “ondas” (olas em espanhol), estendendo a revolução por todo o continente³⁶⁶.

Foi nesse contexto que Cuba treinou entre dois e três mil militantes de organizações armadas da América Latina³⁶⁷, inclusive militantes oriundos da organização armada Montoneros, da Argentina; do Movimento de Libertação Nacional Tupamaros, do Uruguai; da Vanguarda Popular Revolucionária, do Movimento Revolucionário Oito de Outubro e a Aliança Libertadora Nacional, do Brasil³⁶⁸.

Nessa perspectiva, as organizações armadas da década de 1970 construíram condutas de militância ligadas a um ideal de heroísmo revolucionário, inspiradas principalmente na figura de Ernesto Che Guevara. Um militante devia se sacrificar e se entregar absolutamente à causa da revolução; nada poderia ser mais importante que a luta revolucionária. Em fins dos anos 60, essa situação se acirrou ainda mais, em virtude principalmente da morte de Guevara na selva da Bolívia. De acordo com Silva³⁶⁹, a juventude radicalizada elevou “Che” ao patamar mais alto, de herói e mito, símbolo da luta dos povos latino-americanos. A seguir, reproduzimos a fala de Fidel a respeito de Che Guevara:

Se queremos um modelo de homem, um modelo de homem que não pertence a este tempo, um modelo de homem que pertence aos tempos futuros, de coração digo que esse modelo, sem uma só mancha em sua conduta, sem uma só mancha em sua atitude, sem uma só mancha em sua atuação... esse modelo é o Che (...). Che levou a sua mais alta expressão o estoicismo revolucionário, o espírito de sacrifício revolucionário, a combatividade do revolucionário (...) seu sangue foi vertido nesta terra quando o feriram em diversos combates; seu sangue pela redenção dos explorados e oprimidos, dos humildes e pobres. FIDEL CASTRO RUZ, La Habana, 18 de outubro de 1967³⁷⁰ (tradução nossa)³⁷¹.

³⁶⁵ COSTA, Adriane Vidal. *Intelectuais, política e literatura na América Latina: o debate sobre revolução e socialismo em Cortázar, García Márquez e Vargas Llosa (1958-2005)*. 2009. 413 f. Tese (Doutorado em história) – Departamento de História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009, p.77.

³⁶⁶ SILVA, Izabel Priscila Pimentel da. Nuestra América: a Revolução Cubana e o internacionalismo das esquerdas revolucionárias na América do Sul. In: SALES, Jean et al. *Revolução Cubana: Ecos, Dilemas e embates na América Latina*. Aracajú: IFS, 2019, p. 240-241.

³⁶⁷ Rollemberg, Denise. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001. p. 1-80.

³⁶⁸ AYERBE, 2004.

³⁶⁹ SILVA, 2014.

³⁷⁰ CASTRO apud CARNOVALE, 2018, p. 183.

³⁷¹ “Si queremos un modelo de hombre, un modelo de hombre que no pertenece a este tiempo, un modelo de hombre que pertenece a los tiempos futuros, de corazón digo que ese modelo, sin una sola mancha en su conducta,

A fala de Fidel expressa claramente o masculino como o modelo de representação da luta revolucionária. A noção de masculinidade é entendida como uma essência invariável, que carrega, por natureza, atributos como força, coragem, sacrifício. Por essa razão, apenas os homens seriam capazes de transformar a realidade social, exatamente por já nascerem com tais características, indispensáveis a essa luta, diferentemente das mulheres e até mesmo de outros homens que não se enquadrassem nesse padrão. Todavia, como esclarece Kimmel, as noções de masculinidade são construídas socialmente e podem mudar de acordo com a cultura, a temporalidade e através de um conjunto de outras variáveis³⁷². Além disso, são construídas a partir de desigualdades de gênero e também em “desigualdades baseadas em raça, etnicidade, sexualidade, idade etc.”³⁷³. Em função disso, podemos constatar como a consolidação da conduta da militância estava vinculada a um sistema velado de desigualdade em sua própria estrutura.

Declarações como a de Fidel Castro foram muito comuns, principalmente através da produção jornalística da época. Na década de 1970, com a radicalização política e o avanço da Nova Esquerda, jornais e revistas de organizações clandestinas, que defendiam a luta armada, circulavam intensamente³⁷⁴.

Partindo dessa compreensão, apresentamos algumas das fontes primárias que fundamentam nossas análises. A partir delas, podemos vislumbrar a construção das condutas eleitas para a militância nas organizações da Nova Esquerda. A compreensão do modelo da militância é importante por nos permitir perceber das relações de poder que se estabeleceram.

A primeira delas é a revista *Evita Montonera*, que foi publicada clandestinamente entre os anos de 1974 e 1979. Foi a revista oficial da organização Montoneros, surgindo depois que as revistas *El Descamisado* e *La Causa Peronista* foram censuradas. De acordo com Solange³⁷⁵,

sin una sola mancha en su actitud, sin una sola mancha en su actuación... ese modelo es el Che (...). Che llevó a su más alta expresión el estoicismo revolucionario, el espíritu de sacrificio revolucionario, la combatividad del revolucionario (...) sangre suya fue vertida en esta tierra cuando lo hirieron en diversos combates; sangre suya por la redención de los explotados y los oprimidos, de los humildes y los pobres. FIDEL CASTRO RUZ, La Habana, 18 de octubre de 1967”.

³⁷² KIMMEL, Michael S. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. *Horizontes antropológicos*, Porto Alegre, ano 4, n. 9, 1998. p. 103-117.

³⁷³ KIMMEL, 1998, p. 105.

³⁷⁴ SILVA, 2016.

³⁷⁵ CARRIZO, Yanina Solange. Análisis de la revista *Evita Montonera*. Qué vínculos se establecen entre las propuestas políticas-ideológicas de la revista y la organización de la imprenta clandestina en el sitio histórico “Casa Mariani - Teruggi”. In: FORO LATINOAMERICANO DE TRABAJO SOCIAL, 3., 2016, La Plata. *Anais [...]*. La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2016. Disponível em: <http://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/65338>. Acesso em 01 de mar. 2022.

a revista *Evita Montonera* foi muito importante para a divulgação de Montoneros, uma vez que suas publicações consolidaram identidades e os padrões da militância.

Em outubro do ano de 1975, a referida revista fez uma homenagem aos oito anos da morte de Ernesto Che Guevara. A partir dela, entendemos a importância da imagem de Guevara para a organização Montoneros, bem como para a legitimação da luta armada como meio de se chegar ao poder através da união latino-americana contra o imperialismo. A seguir, reproduzimos um trecho do texto em questão:

(...) O exemplo revolucionário do Che tem grande repercussão nos quadros do peronismo autenticamente julgado pela libertação nacional e latino-americana. (...) o Che aparece nesse momento como exemplo, e – apesar dessa derrota em Bolívia –, nos reafirma na convicção de que é necessário em nossa pátria e nosso Movimento, assumir a luta armada como a única forma eficaz de avançar para a libertação. (...) também nos afirma o Che que a estratégia de libertação não pode se fundamentar na libertação isolada de um país latino-americano. Que frente ao imperialismo yanqui como inimigo principal, só é possível uma estratégia latino-americana para a libertação definitiva. Porque América-latina é para o imperialismo um continente próprio, é uma área de reserva, e não pode tolerar que o que ocorreu em Cuba se repita em nenhum outro país³⁷⁶.

Assim, a figura do militante morto em combate não significava uma derrota; pelo contrário, revelava um herói honrado e a multiplicação de braços dispostos a empunhar armas³⁷⁷. Apresentava, também, a necessidade da radicalização das estratégias da luta armada para se libertarem do imperialismo. De acordo com Izabel Silva:

(...) a valorização da violência política foi adotada pelas esquerdas radicais latino-americanas e também nas lutas de libertação nacional na Ásia e na África. Um dos principais expoentes dessa concepção foi Frantz Fanon, um psiquiatra martinicano que serviu no Exército francês e presenciou as atrocidades da guerra colonial na Argélia. Seu livro *Os condenados da terra*, lançado em 1963, teve grande repercussão internacional ao apresentar a violência revolucionária como a única resposta possível e legítima à violência institucionalizada, ao colonialismo e às desigualdades sociais (tradução nossa)³⁷⁸.

³⁷⁶ “El ejemplo revolucionario del Che, tiene honda repercusión en los cuadros del peronismo autenticamente jugado por la libertación nacional y latino-americana. (...) El Che aparece en ese momento como ejemplo y – a pesar de esa derrota en Bolivia –, nos reafirma en la convicción de que es necesario en nuestra Patria y nuestro Movimiento, asumir la lucha armada como la única forma eficaz de avanzar hacia la libertación. (...) también nos reafirma el Che que la estrategia de Liberación no puede asentarse en la libertación aislada de un país latinoamericano. Que ante el imperialismo yanqui como enemigo principal, sólo es posible una estrategia latinoamericana para la Libertación definitiva. Porque Latinoamérica es para el imperialismo un continente propio, es un área de reserva, y no puede tolerar que lo de Cuba se repita en ningún otro país” (MONTONEROS. *Evita Montonera*. Buenos Aires, ano 1, n. 8, p. 19, out. 1975. (Disponível em: <https://web.archive.org/web/20180122014159/http://www.ruinasdigitales.com/revistas/Evita%20Montonera%2008.pdf>. Acesso em 16 de mar. 2020).

³⁷⁷ CARNOVALE, 2018.

³⁷⁸ SILVA, 2016, p. 54.

Desse modo, podemos notar como a figura masculina foi sendo construída como o modelo representativo da luta armada, que revela coragem, força, disposição e entusiasmo para lutar e entregar a própria vida pela revolução, modelo esse que se antagoniza ao feminino, representado como frágil, emotivo e inferior, incapaz de empreender um projeto revolucionário pela via armada.

Ernesto Che Guevara, em seu livro *Guerra de guerrilhas*, corrobora com a ideia de inferioridade feminina. Para ele, as mulheres até podiam combater ao lado dos homens, mas a sua função principal era “servir como mensageira, passar mensagens e armas pelas linhas inimigas, cozinhar, costurar e alfabetizar os camponeses”³⁷⁹. Sobre o assunto, afirma Paola Martínez:

(...) O ideário guevarista também retratava as mulheres como débeis. De fato, parecia que a única função das mulheres seriam aquelas puramente femininas como costurar uniformes ou preparar a comida. Se considerava que seriam mais ativas nas zonas independentes da guerrilha, onde se encarregariam da alfabetização, do desenvolvimento cultural e de tarefas sanitárias. Desde a perspectiva guevarista então, ainda que as mulheres assumissem o papel de acompanhar nas tarefas ao resto dos militantes e se dedicassem à docência, e ao cuidado das crianças e anciãos- tarefas derivadas da maternidade-, isto não significou que lhes atribuissem (ou que elas adotaram) um rol protagônico na frente de luta ou na tomada de decisões³⁸⁰ (tradução nossa)³⁸¹.

Nessa mesma direção, Ana Maria Araújo relata:³⁸²

As concepções do Che são duras de admitir para uma mulher e militante política: encontra-se nelas a reprodução da ideologia dominante do papel tradicional que ele designou às mulheres. Se o Che Guevara escreveu o que ele escreveu, isto é uma prova mais da força profunda, inconsciente e enraizada do machismo, mesmo nos maiores revolucionários³⁸³.

³⁷⁹ GUEVARA apud WOLFF, 2010, p. 151.

³⁸⁰ MARTÍNEZ Paola. *Género, política y revolución en los años setenta: mujeres del PRT-ERP*. Ituzaingó: Maipue, 2015, p. 86.

³⁸¹ “El ideario guevarista también retrataba a las mujeres como débiles. De hecho, pareciera que la única función de las mujeres en estos primeros intentos guerrilleros- serian aquellas puramente femeninas como coser uniformes o preparar la comida. Se consideraba que serian más activas en las zonas liberadas por la guerrilla, donde se en cargarían de la alfabetización, del desarrollo cultural y de tareas sanitarias. Desde la perspectiva guevarista entonces, aunque las mujeres tomaran el papel de acompañar en las tareas al resto de los militantes y se dedicaron a la docencia, y al cuidado de niños y ancianos -tareas derivadas de la maternidad-, esto no significo que se les asignara (o que ellas adoptaran) un rol protagónico en el frente de lucha o en la toma de decisiones”.

³⁸² De acordo com Wolff, Ana Maria Araújo, militante do movimento Tupamaro do Uruguai, em sua análise sobre as mulheres, apresenta a visão de Guevara em relação a elas (WOLFF, Cristina Scheibe. Machismo e feminismo nas trajetórias de militantes da esquerda armada no Cone Sul dos anos de 1970: um olhar do exílio. In: PEDRO, Joana Maria, WOLFF Cristina Scheibe et al. *Relações de poder e subjetividades*. Ponta Grossa, PR: Todapalavra, 2011. p. 31-48).

³⁸³ ARAÚJO apud WOLFF, 2011, p. 44.

Para Wolff, “a militância em organizações armadas era vista como algo ‘viril’, que exigia coragem e determinação, desprendimento e espírito de sacrifício, qualidades vistas em nossas sociedades como masculinas”³⁸⁴. Como nos lembra Connell e Messerschmidt:

Uma pessoa não é livre para adotar qualquer posição de gênero em interação, simplesmente como um movimento discursivo ou reflexivo. As possibilidades são massivamente limitadas pelos processos de incorporação, pelas histórias institucionais, pelas forças econômicas e pelas relações familiares e pessoais. Os custos de se fazerem determinadas escolhas discursivas podem ser muito altos – como mostrado pelos índices de suicídio dentre pessoas envolvidas em mudanças transexuais³⁸⁵.

Abaixo, em mais um fragmento da revista *Evita Montonera*, podemos perceber como a questão da virilidade era algo caro à organização:

(...) A morte do Caña é um episódio da guerra popular de libertação. Outros feitos como este sucederão. Mas o povo combatente que morre lutando é exemplo para os militantes, que ao se juntar ativamente a esta guerra, vão criando o exército peronista que derrotará definitivamente o imperialismo explorador em nossa pátria. O General Perón disse: "A vida é luta e quem renuncia à luta renuncia à vida". O Caña não renunciou à luta. Por isso o Caña vive. (...) O Caña morreu lutando como um montonero. (...) Mataram-no pelas costas enquanto lutava contra quatro policiais. (...) Era muito ágil, de físico e de mente³⁸⁶.

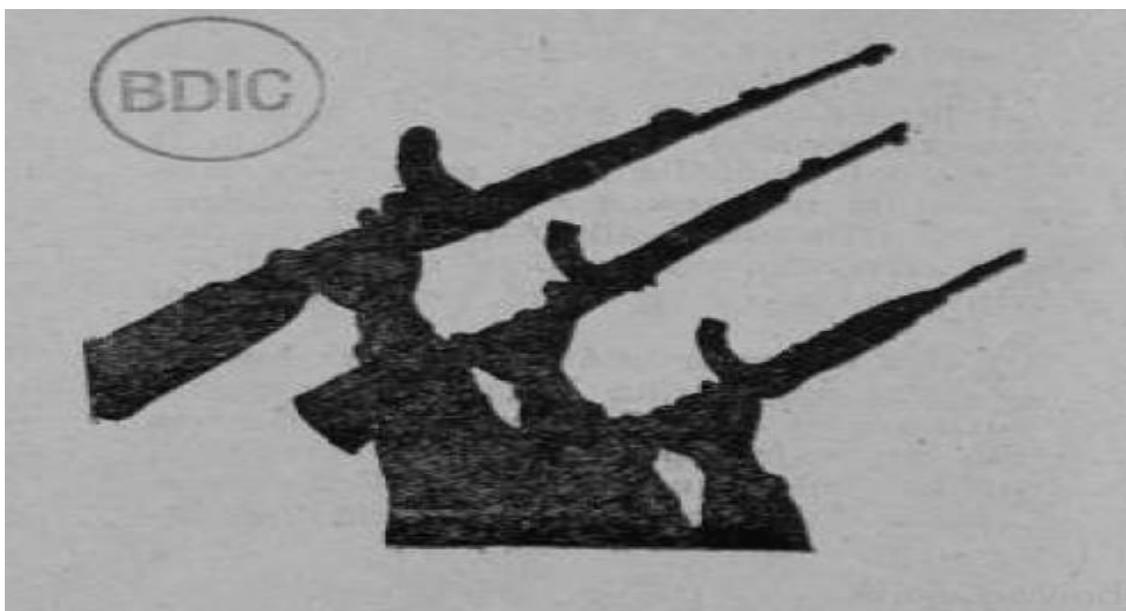
Além do texto publicado pela revista, constam as imagens seguintes, que reforçam a questão da legitimidade da luta armada com o predomínio do masculino, representando coragem e determinação para a luta.

³⁸⁴ WOLFF, Cristina Sheibe. Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul, 1968-1985. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, n. 54, p. 19-38, 2007, p. 23. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/6nTzhqFjZkMvtRV5d7ydHHr/>. Acesso em 03 de mar. 2022.

³⁸⁵ CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Estudos Feministas*. Florianópolis, 2013, p. 258.

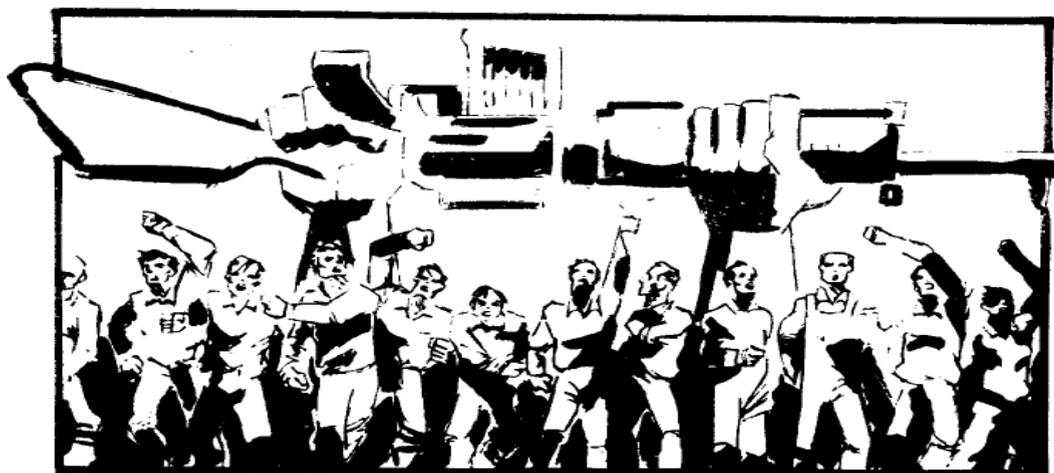
³⁸⁶ “*La muerte del Caña es un episodio de la guerra popular de liberación. Otros hechos como este sucederán. Pero los combatientes del pueblo que caen peleando son ejemplo para los militantes, que al sumarse activamente a esta guerra, van creando el ejército peronista que derrotará definitivamente al imperialismo explotador en nuestra patria. El General Perón dijo: ‘La vida es lucha y el que renuncia a la lucha renuncia a la vida’. El Caña no renunció a la lucha. Por eso el caña vive*” (MONTONEROS. *Evita Montonera*. Buenos Aires, ano 1, n. 2, p. 20-21, jan./fev. 1975. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20200816125507/http://www.ruinasdigitales.com/revistas/Evita%20Montonera%2002.pdf>. Acesso em: 16 de mar. 2020).

Figura 2 – Ilustração da revista *Evita Montonera*



Fonte: MONTONEROS, 1975, p. 22³⁸⁷.

Figura 3 – Ilustração da revista *Evita Montonera*



Fonte: MONTONEROS, 1976, p. 42³⁸⁸.

Podemos perceber também a tentativa de construir uma visão da morte como algo natural no processo revolucionário. A partir dessa interpretação, além de se distanciarem da

³⁸⁷ MONTONEROS. Rodolfo Rey Peronista e montonero. *Evita Montonera*, n. 2, 1975. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0B9MUX80k_Q05VjlfWG5taFOUVE/view?pli=1&resourcekey=0-We9ZbXFVEN7Rd3I6G_FnPA. Acesso em: Acesso em 16 de mar. 2020.

³⁸⁸ MONTONEROS. Quarta campanha militar del ejército montonero. *Evita Montonera*, n. 14, 1976. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0B9MUX80k_Q05N3kzOVNkeFRFMjg/view?resourcekey=0-vQHvf3_vzxlWoqnyQbsd_A. Acesso em: Acesso em 16 de mar. 2020.

ideia da morte como derrota, estimulavam os militantes a se entregarem de forma absoluta à causa revolucionária.

Outra fonte primária utilizada para esta pesquisa foi a revista *Estrella Roja*, que também elaborou publicações valorizando a luta armada como a forma mais eficaz para vencer o imperialismo. A revista *Estrella Roja* foi organizada a partir de abril de 1971, após a criação do *Ejército Revolucionario del Pueblo*. Surgiu depois do *V Congreso*, que deu origem à organização *Partido Revolucionario de los Trabajadores/Ejército Revolucionario del Pueblo* (PRT/ERP)³⁸⁹. Entre os anos de 1971 e 1977, a referida revista produziu mais de noventa números e pretendia alcançar principalmente leitores de classes populares³⁹⁰. De acordo com Martins, suas publicações apresentavam “(...) posicionamentos oficiais da organização, leituras do contexto, mas a preocupação era sempre de ordem mais prática e dizia respeito à posição específica da guerrilha”³⁹¹. A revista tinha como objetivo também divulgar e justificar as operações militares realizadas.

A persistência, a coragem, a virilidade e o sacrifício pela causa revolucionária são apresentados com frequência como qualidades masculinas em suas publicações. A imagem abaixo foi divulgada em todas as capas da revista, demonstrando a importância das armas no processo de luta revolucionária e a figura masculina como representante da revolução e das ações armadas.

³⁸⁹ Apresentamos o processo de formação do PRT/ERP na próxima seção.

³⁹⁰ SANTILLI, Sandra. La prensa clandestina: un estudio de caso sobre el PRT-ERP. *Revista Razón y Palabra*, Quito, v. 79, mai.-jul. 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1995/199524411026.pdf>. Acesso em 03 de mar. 2022.

³⁹¹ MARTINS, Ercilio da Silva. Das palavras às armas: PRT-ERP e Montoneros através da imprensa militante na Argentina das décadas de 1960 e 70. *Revista Epígrafe*, São Paulo, v. 6, n. 6, p. 43-66, 2018.

Figura 4 – Ilustração da revista *Estrella Roja*



Fonte: EJÉRCITO REVOLUCIONÁRIO DEL PUEBLO, 1971, p. 1³⁹².

No segundo número da revista, a mesma imagem vem acompanhada da seguinte citação:

Em qualquer lugar que nos surpreenda a morte, bem vinda seja, sempre que esse nosso grito de guerra chegue até um ouvido receptivo e outra mão se estenda para empunhar nossas armas, e outros homens se apresentem a entonar os cantos tristes com sons de metralhadoras e novos gritos de guerra e vitória... -CHE-. ATÉ A VITÓRIA SEMPRE!³⁹³

A partir da citação acima, identificamos mais uma semelhança em relação à revista *Evita Montonera*: a naturalização da violência com a disposição da entrega da própria vida pela causa revolucionária, bem como a representação do revolucionário na figura masculina para executar a ação armada. A menção a Che Guevara no fim do texto foi encontrada em várias outras publicações e também reforça a valorização da imagem masculina e estimulava a manutenção da luta.

Por fim, nossa última fonte primária, o periódico *El Combatiente*, também foi uma publicação do PRT/ERP. Suas publicações ocorreram entre março de 1968 e novembro de 1981. O referido periódico foi fundado por decisão do *IV Congresso* do Partido, com objetivo de divulgar suas ideias e cooptar novos militantes. Suas publicações foram organizadas

³⁹² EJERCITO REVOLUCIONARIO DEL PUEBLO. Capa. Estrella Roja, n. 1, ano 1971. Disponível em: <https://eltopoblindado.com/opm-marxistas/ejercito-revolucionario-del-pueblo-erp/estrella-roja-n-01/>. Acesso em: 16 de mar. 2020.

³⁹³ “En cualquier lugar que nos sorprenda la muerte, bienvenida sea, siempre que ése, nuestro grito de guerra haya llegado hasta un oído receptivo y otra mano se tienda para empuñar nuestras armas, y otros hombres se apresten a entonar los cantos luctuosos con tableteos de ametralladoras y nuevos gritos de guerra e victoria... -CHE-. HASTA LA VICTORIA SIEMPRE!” (EJÉRCITO REVOLUCIONÁRIO DEL PUEBLO. *Estrella Roja*. Buenos Aires, n. 2, p. 1, mai. 1971. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20151124014454/http://www.ruinasdigitales.com/revistas/EstrellaRoja%2002.pdf/>. Acesso em 16 de mar. 2020).

clandestinamente, exceto no período de junho a setembro de 1973, quando foi legalizado, no governo de Hector José Campora³⁹⁴. Seguindo a mesma lógica das revistas citadas anteriormente, o *El Combatiente* reforçava o modelo de militância voltado à virilidade. Aspectos como bravura, determinação e força eram evidenciados como atributos exclusivamente masculinos e imprescindíveis à luta. Conforme citação a seguir, do número 51 do referido periódico, que foi publicado em janeiro de 1971, observamos essas características:

Uma morte sombria, desconhecida, seguramente terrível. Mas ao mesmo tempo, uma morte gloriosa. Masetti, junto com Angel Bengochea e outros homens grandiosos nos ensinaram que neste país se podia e devia lutar, quando quase ninguém compreendia a necessidade da guerra revolucionária. Eles nos ensinaram que existem os que lutam e os que choram. Eles escolheram lutar. (...) Assim, como ele é um tanto brusco, um tanto duro, mas com um imenso coração para a gente de seu povo, que agora pergunta por ele. Um imenso coração revolucionário para entregar a qualquer momento. A bala inimiga o surpreendeu em movimento, lutando, de surpresa, enfrentando o cerco policial³⁹⁵.

Na mesma perspectiva da citação anterior, no número 63 do mesmo periódico, podemos notar o masculino como representante exclusivo da revolução. A imagem abaixo consta na capa do referido número.

³⁹⁴ SANTILLI, 2012.

³⁹⁵ “Una muerte oscura, desconocida, seguramente terrible. Pero al mismo tiempo, una muerte gloriosa. Masetti, junto con Angel Bengochea y otros hombres de esa talla nos enseñaron que em este país se podía y debía luchar, cuando casi nadie comprendía la necesidad de la guerra revolucionaria. Ellos nos enseñaron que existen los que luchan e que existen los que lloran. Ellos eligieron luchar. (...) Así, como es el, un tanto brusco, un tanto duro pero con un inmenso corazón para la gente de su Pueblo, que ahora pregunta por el, un inmenso corazón revolucionario para jugarlo a cada instante. Como lo hizo. La bala enemiga lo sorprendió en movimiento, peleando, como siempre pechando, enfrentando el cerco policial” (PARTIDO REVOLUCIONARIO DE LOS TRABAJADORES. *El Combatiente*. Buenos Aires, n. 51, p. 16, jan. 1971. Disponível em: <https://eltopoblado.com/opm-marxistas/partido-revolucionario-de-los-trabajadores-prt/prt-prensa-1968-1983/1971-el-combatiente-no-51/>. Acesso em 03 de mar. 2022).

Figura 5 – Ilustração da revista *El Combatiente*

Fonte: PARTIDO REVOLUCIONARIO DE LOS TRABAJADORES, 1971, p. 1³⁹⁶.

O texto e as figuras demonstram como a imagem do militante revolucionário foi sendo cuidadosamente construída, apresentando a grandiosidade dos homens militantes. O texto expressa admiração pelos militantes que morreram lutando pela revolução e confronta seus papéis com os homens que choram, expondo, assim, a bravura esperada por um revolucionário. No entanto, podemos perceber também o cuidado para que esse revolucionário não seja associado a um modelo de vilão, que apenas vibre com a violência e com as mortes. Desse modo, a busca pela consolidação de uma ideia da violência justa, isto é, da violência que o militante era obrigado a utilizar por não lhe restarem outras alternativas, também está presente no texto. Por fim, para que a imagem do militante não fosse confundida com a ideia do mal, é apresentada uma perspectiva que situa a violência da sua luta e a dureza de seus posicionamentos como condições inevitáveis para a salvação do seu povo. Para confirmar essa ideia, afirmam que o militante tinha um enorme coração e que se entregou à morte lutando pelo seu povo.

Diante do que foi exposto, cabe nos perguntarmos de que maneira as mulheres se situavam nesses espaços, reservados, dentro de uma lógica social, exclusivamente ao masculino. O questionamento é relevante em virtude da grande inserção de mulheres em grupos armados, principalmente a partir dos anos 1970³⁹⁷. Porém, o que nos inquieta, ao analisarmos as fontes, tanto da organização armada Montoneros quanto do PRT/ERP, é a representação hegemônica masculina nos aspectos que dizem respeito à revolução e às ações armadas. Para

³⁹⁶ PARTIDO REVOLUCIONARIO DE LOS TRABAJADORES. Capa. *El Combatiente*, n. 63, nov. 1971. Disponível em: <https://eltopoblindado.com/opm-marxistas/partido-revolucionario-de-los-trabajadores-prt/prt-prensa-1968-1983/1971-el-combatiente-no-63/>. Acesso em: Acesso em 16 de mar. 2020.

³⁹⁷ MARTÍNEZ, 2015; POZZI, 2004; WOLFF, 2007.

Wolff³⁹⁸, a virilidade era vista no sentido de atividade em contraposição à passividade que estava associada simbolicamente à feminilidade e à velhice:

Havia homens mais velhos, muitas vezes em papéis de liderança, como o Comandante Che Guevara, na Bolívia (embora sempre representado como um jovem...), Carlos Marighela (Ação Libertadora Nacional), no Brasil, Raul Sendic (Tupamaros), no Uruguai, Mario Roberto Santucho (Partido Revolucionário de los Trabajadores), na Argentina, entre outros. Normalmente, esses foram transformados em grandes heróis, todos com uma figura muito viril. Não eram mais jovens, mas também não eram velhos. Homens em sua plenitude, cumprindo seu papel de machos ao liderar, ao mostrar o caminho e não qualquer caminho, mas aquele da luta, do auto-sacrifício, da violência revolucionária³⁹⁹.

Nesse sentido, ainda de acordo com Wolff⁴⁰⁰, pode-se notar, nas memórias de muitas mulheres que integraram as filas de organizações armadas no Cone Sul, nos anos de 1960 e 70, um claro sentimento de amargura e frustração. Muitas diziam que os postos de direção eram quase sempre ocupados por homens e que raramente as mulheres os alcançavam. Tinham que provar constantemente que eram confiáveis, corajosas e fortes. Além disso, tinham que se desligar de qualquer representação feminina para que fossem levadas a sério. Nessa acepção, e a partir da análise de Miguel⁴⁰¹, entendemos que, em uma sociedade organizada sob a égide da dominação masculina, a posição das mulheres em relação aos homens é marcada pela subalternidade: “Mulheres possuem menos acesso às posições de poder e de controle dos bens materiais. Estão mais sujeitas à violência e à humilhação. O feminino transita na sociedade como inferior, frágil, pouco racional; é o ‘outro’ do universal masculino”⁴⁰².

Nessa mesma direção, conforme apontam Sepúlveda⁴⁰³ e Oberti⁴⁰⁴, o modelo de militância ideal, segundo organizações da nova esquerda argentina, deveria ser neutro em relação ao gênero. Contudo, na prática, o modelo que representou a revolução e a luta armada foi o masculino, estimulando a reprodução da desigualdade de gênero no interior das referidas organizações. Para Oberti, esses grupos insistiram em delimitar possibilidades e atributos para as mulheres, ficando, assim, claramente evidentes as assimetrias de gênero. Nesse entendimento:

³⁹⁸ WOLFF, 2010.

³⁹⁹ Idem, *ibidem*, p. 149.

⁴⁰⁰ Idem, 2011.

⁴⁰¹ MIGUEL, Luis Felipe. Gênero e representação política. In: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. *Feminismo e política*. São Paulo: Boitempo, 2014.

⁴⁰² MIGUEL, 2014, p. 102.

⁴⁰³ SEPÚLVEDA, Patricia Graciela. *Mujeres insurrectas: condición femenina y militancia en los 70*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2015.

⁴⁰⁴ OBERTI, Alejandra. *Las Revolucionarias: militancia, vida cotidiana y afetividad en los setenta*. Buenos Aires: Edhasa, 2015.

(...) na ordem doméstica ou nas tarefas da militância, a divisão do trabalho que descrevem os testemunhos significa tramas de autoridade e subordinação que se assemelham às da sociedade que criticavam. Porém, as mulheres habitaram o espaço doméstico e o da militância de modos diversos e produziram mudanças em ambos, ao passo que o exercício da violência representou uma presença no espaço público que não era habitual para seu gênero⁴⁰⁵ (tradução nossa)⁴⁰⁶.

Entretanto, apesar do avanço que significou a participação das mulheres em organizações armadas, bem como o rompimento com a lógica do espaço privado como o único permitido a elas, é importante destacar que ainda continuaram carregando o fardo da subalternidade. No depoimento a seguir, podemos notar que nem sempre as mulheres eram responsáveis por todas as obrigações de cunho doméstico, porém, as tarefas de maior prestígio e o processo de tomada de decisões eram atribuições masculinas. Segue depoimento de Vânia⁴⁰⁷, militante de uma organização armada:

Não é que as mulheres tivessem tarefas diferentes dos homens, não. Era um processo natural: no começo éramos todos iguais, mas no fim as mulheres ficavam no movimento estudantil. Nós participávamos das ações, mas os treinamentos para as mulheres eram menos intensivos. E além do mais, tínhamos a tarefa fundamental de manter as casas. Isso não estava escrito em parte nenhuma, mas na prática todas as mulheres faziam isso. Em relação às tarefas domésticas, todos os homens eram meio domésticos, lavavam pratos. Não era grande desdouro, não era essa a questão. Naquele esquema isto fazia parte do espírito revolucionário. A mulher deixou de ser virgem, o homem deixou de ser macho, lava pratos, faz comida, é bom cozinheiro. Eu acho que isso não era o fundamental. As análises, as grandes análises, a estratégia e a tática, isso era o que importava. E isso eram eles que faziam⁴⁰⁸.

O militante Raul Castillo⁴⁰⁹, que foi integrante da organização *Movimiento de Izquierda Revolucionária* (MIR) do Chile, admitia que, embora considerasse importante a presença das

⁴⁰⁵ OBERTI, 2015, p. 187.

⁴⁰⁶ “(...) en el orden doméstico o en las tareas de la militancia, la división del trabajo que describen los testimonios escenifica tramas de autoridad y subordinación que se asemejan a las de la sociedad que criticaban. Sin embargo, las mujeres habitaron el espacio doméstico y el de la militancia de modos diversos y produjeron cambios en uno y en otro, a la vez que el ejercicio de la violencia representó una presencia en el espacio público que no era habitual para su género”.

⁴⁰⁷ O depoimento de Vânia foi retirado do livro *Memórias das mulheres do exílio*, organizado por Albertina de Oliveira Costa; Valentina da Rocha Lima; Norma Marzola e Maria Teresa Porciuncula Moraes, e publicado no ano de 1980. Assim como Vânia, as outras depoentes do livro não assinaram seus nomes completos, constando apenas o primeiro nome ou um pseudônimo. De acordo com informações citadas pela própria depoente, sua militância ocorreu em uma organização armada no Brasil. Ela enfatiza que sua família tinha uma estrutura muito conservadora e que seu pai era repressivo e moralista. Era uma família de intelectuais que se interessava por política; queriam que Vânia tivesse uma profissão e, em razão disso, ela relata que não aprendeu a realizar tarefas domésticas.

⁴⁰⁸ COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma; MORAES, M. Teresa Porciuncula. (Org.) *Memórias das mulheres do exílio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

⁴⁰⁹ Raul Flores Castillo nasceu em Santiago, no dia 5 de agosto de 1952. A família era operária, e seu pai tinha grandes vínculos com o sindicato. Sua mãe vinha de uma família de esquerda, vinculada ao movimento operário do Norte. A partir dos 17 anos, começou a participar dos movimentos de esquerda. Foi militante do *Movimiento de Izquierda Revolucionária* (CASTILLO, Raul Flores. Depoimento. *Projeto Cone Sul: ditaduras, gênero e feminismos (1960-1990)*. Entrevista concedida a Joana Maria Pedro e Cristina Sheibe Wolff [digital]. Chile, 27 de

mulheres na organização, na prática, era difícil considerá-las como iguais. Na verdade, estavam sempre querendo conquistá-las⁴¹⁰. Desse modo, podemos perceber que o gênero tinha um peso desmedido nas relações entre militantes. Antes mesmo de qualquer atuação já existia um padrão comum de tratamento para as mulheres. Eram consideradas “diferentes” e, em razão disso, muitas vezes suas ações eram limitadas e direcionadas a certas funções, vistas como “mais apropriadas” ao feminino. Nesse sentido, os estereótipos criados a partir do feminino restringiram a manifestação de muitas competências das mulheres nos espaços da luta armada e da revolução, destinados constantemente ao masculino.

Uma militante⁴¹¹ do MIR da Bolívia afirma que, às mulheres, sempre designavam tarefas servis: “(...) eram as mulheres que serviam café nas reuniões, éramos as que davam recadinhos, éramos secretárias, mas não tínhamos voz nem voto nas decisões políticas”⁴¹². Para Miguel:

(...) apesar dos avanços da presença das mulheres na política nas últimas décadas, o discurso político delas continua carregando os signos de sua subalternidade social. A associação convencional entre a mulher e o cuidado repercute fortemente na ação no campo político, fazendo com que elas se dirijam de maneira prioritária para questões vinculadas a assistência social, família ou educação. As mulheres na política são incentivadas a se mover em um círculo reduzido de temáticas tidas como apropriadas e que, por mais relevantes que sejam em si mesmas, são consideradas menos importantes e contribuem para segregá-las nas posições menos centrais do campo. (...) Em suma, o campo político impõe às mulheres alternativas sempre onerosas, de forma bem mais pesada com que faz com seus competidores do sexo masculino⁴¹³.

Ademais, como nos lembra Wolff⁴¹⁴, as mulheres, ao escolherem o caminho da luta armada, além de perder seu nome, família, amigos de infância, profissão, trabalho, manias e outras infinitas coisas, como qualquer outro militante, incorporavam, muitas vezes, comportamentos atribuídos à masculinidade, pois deveriam se inspirar no modelo da revolução: o homem viril. Os homens, pelo contrário, ao escolherem participar da revolução, reforçavam o modelo de masculinidade e se espelhavam na figura de Che Guevara⁴¹⁵. Desse modo, em vários países do Cone Sul, mulheres participaram de organizações armadas, assumindo os mesmos riscos que os homens, participando de ações ousadas, como, por exemplo, sequestros

jun. 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/220939/Raul%20Flores%20Castillo%20.pdf>. Acesso em 03 de mar. 2022).

⁴¹⁰ WOLFF, 2010.

⁴¹¹ A militante revela seu depoimento em entrevista anônima a Cristina Scheibe Wolff e Joana Maria Pedro. Não foi possível encontrar referências sobre ela.

⁴¹² WOLFF, op. cit., p. 151.

⁴¹³ MIGUEL, 2014, p. 106-107.

⁴¹⁴ WOLFF, Cristina Sheibe. Narrativas da guerrilha no feminino (Cone Sul, 1960-1985). *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 13, n. 2, p. 124-130, mai.-ago. 2009.

⁴¹⁵ WOLFF, 2009.

e assaltos a bancos. Todavia, nem sempre foram consideradas militantes independentes de estereótipos de gênero⁴¹⁶.

Conforme afirma Miguel:

(...) Constituído historicamente como um ambiente masculino, o campo político trabalha contra as mulheres (bem como os integrantes de outros grupos em posição de subalternidade), impondo a elas maiores obstáculos para que cheguem às posições de maiores prestígios e influência⁴¹⁷.

Levando em consideração todo esse processo de hierarquia de gênero, uma estratégia utilizada por algumas mulheres foi a masculinização. Segundo Belej, Huerta, Martin e Silveira⁴¹⁸, a masculinização foi uma alternativa encontrada pelas mulheres para alcançar níveis de igualdade em relação aos homens, tendo em vista que, naquele momento, as discussões das relações de poder referentes ao gênero não eram tratadas nos grupos da Nova Esquerda. Esses debates eram vistos como práticas burguesas e antirrevolucionárias. Para Destuet e Valle⁴¹⁹, as reivindicações dos grupos estavam relacionadas com o social; outras questões, como a discussão de gênero, por exemplo, eram secundárias. Segundo as referidas autoras, as próprias mulheres demoraram muitos anos para perceber que as problemáticas de gênero estavam diretamente envolvidas em seus contextos de atuação. Nessa perspectiva, para se sentirem contextualizadas à realidade das organizações armadas, adotaram, muitas vezes, condutas masculinas em suas experiências. De acordo com Wolff:

Eleonora⁴²⁰ conta que, para ser uma das poucas dirigentes mulheres de sua organização “Eu me travesti de masculino. (...) Eu tinha atitudes masculinas, (...) Era decidida, determinada, forte, sabia atirar... (...) sendo que muitas mulheres sabiam issotudo. (...) Transava com vários homens”⁴²¹.

Como podemos notar, Eleonora se sentia útil na organização desempenhando “papéis masculinos”. Nessa perspectiva, seu comportamento pode ser compreendido como algo

⁴¹⁶ Idem, 2011.

⁴¹⁷ MIGUEL, 2014, p. 105.

⁴¹⁸ BELEJ, Cecilia; HUERTA, Silvia Escanilla; MARTÍN, Ana Laura; SILVEIRA, Alina. Muestra gráfica mujeres en acción. Política y feminismos en la década de 1970. In: DOMINGUEZ, Nora et al. *Historia, género y política en los '70*. Buenos Aires: Feminaria, 2005, p. 524-531.

⁴¹⁹ DESTUET, Graciela; VALLE, María Rosa. La visibilidad de la mujer en la creación política. In: DOMINGUEZ, Nora et al. *Historia, género y política en los '70*. Buenos Aires: Feminaria Editora, 2005. p. 407-432.

⁴²⁰ Eleonora Menicucci de Oliveira nasceu em Lavras, Minas Gerais, em 1944. É Professora de Ciências Humanas em Saúde da Universidade Federal de São Paulo, atuou em grupo clandestino durante a ditadura, sendo militante da POLOP e da POC. Reside em São Paulo (OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de. Mini-Biografia. Entrevista concedida a Joana Maria Pedro [digital]. Acervo LEGH/UFSC. Cárceres, MT, 14 de out. 2004. Disponível em: <https://archive.org/details/EntrevistaComEleonoraMenicucciDeOliveira>. Acesso em 03 de mar. 2022).

⁴²¹ WOLFF, 2009, p. 129.

estratégico, na medida em que, ao se “masculinizar”, sentia-se empoderada naquele espaço, onde ser forte, corajoso e viril eram atributos extremamente valorizados.

Em um outro depoimento citado por Wolff, Moriana Hernandez⁴²², que integrou o Partido Comunista do Uruguai, afirma: “Eu fui homem! De alguma maneira para dizer que nós, as militantes de esquerda dos 60, havíamos assumido a militância tal como nos havia sido dada. E é claro, a militância era uma militância masculina (...)”⁴²³.

O caso de Morina é semelhante ao de Eleonora, já que para participar ativamente do processo revolucionário era imprescindível utilizar armas, ser forte e corajoso. Assim, sentiam-se determinadas para atuarem de acordo com as condutas legitimadas pelas organizações. Dessa maneira, segundo Wolff, “(...) teriam que se provar capazes, talvez de maneira um pouco mais dura que seus companheiros homens, para quem a virilidade estaria já incorporada como um atributo de gênero. As mulheres teriam que se apropriar de atributos de gênero para se tornarem verdadeiras revolucionárias”⁴²⁴.

Partindo desse pressuposto, a análise de Judith Butler acerca dos *atos performativos* é fundamental para a compreensão dos papéis masculinizados assumidos por algumas mulheres. A incorporação de noções de masculinidade não deve ser entendida apenas como uma imitação do modelo-padrão masculino para ganhar aceitação e respeito entre seus companheiros homens, mas como uma estratégia de “sobrevivência” em termos de atuação política, em um espaço marcado pela valorização de ações violentas e no qual ser viril, corajoso e forte eram características imprescindíveis para a militância em organizações armadas. Dessa forma, ao pensar o gênero como performatividade, compreendemos a multiplicidade de possibilidades de ações dos sujeitos históricos, sem necessariamente tentar enquadrar esses sujeitos em esquemas binários, cujo resultado será sempre limitado. Nesse sentido, muitas mulheres performaram para além das normatizações disponíveis, não sendo, necessariamente, nem homens e nem mulheres. Não assumiram nenhuma posição essencialista, identificaram-se com algumas práticas em alguns momentos sem necessariamente se prender a elas permanentemente. Segundo Buther, “(...) o gênero é um projeto que tem como fim sua sobrevivência cultural, o

⁴²² Moriana Hernández nasceu em 1948, em Montevideu. Seu pai, o pintor Anhele Hernández, era secretário político do Partido Comunista em Tacuarembó e sua mãe, também militante comunista, havia sido secretária da Frente de Esquerda pela Libertação. Ainda jovem, passou a militar na Juventude Comunista do Uruguai e nas organizações estudantis de ensino médio e universitário. Sua militância a levou a ser presa durante a ditadura civil-militar uruguaia em 1975. De 1976 a 1984 foi para o exílio no México, onde se aproximou do feminismo. (GRAUER, Diego; CASARES, Rafael. Entrevista a Moriana Hernández. *Archivo Sociedades en Movimiento*. Uruguai, 31 de out. 2019. Disponível em: <https://asm.udelar.edu.uy/items/show/1852>. Acesso em 11 de nov. 2021).

⁴²³ WOLFF, op. cit., p. 125.

⁴²⁴ Idem, 2011, p. 47.

termo estratégia sugere mais propriamente a situação compulsória em que ocorrem, sempre e variadamente, as performances de gênero”⁴²⁵.

É importante destacar, como nos alerta Martínez⁴²⁶, que embora tenha havido inúmeros casos em que mulheres se masculinizaram para serem aceitas e respeitadas nos ambientes das organizações armadas, nem todas incorporaram comportamentos totalmente masculinizados. A referida autora enfatiza que os conceitos de masculinidades e feminilidades não podem ser categorias estáticas e universais, devendo ser analisados dentro do contexto de radicalização das ações em que as organizações vivem:

(...) as mulheres que participaram de [frentes militares], adotaram uma maneira distinta de fazer política, caracterizando-se pelo compromisso e a valentia, como seus companheiros. Entretanto, este novo estilo de fazer política, mais parecido ao do varão, não serve para justificar que foram vistas como masculinizadas⁴²⁷ (tradução nossa)⁴²⁸.

A autora prossegue com seu balanço, apresentando testemunhos de homens que interpretavam as ações das mulheres sem considerá-las inferiores em função de “estereótipos de gênero”. Na citação seguinte, Martínez apresenta um depoimento sobre a tenente Inés que, de acordo com relatos de militantes, era uma personalidade importante no PRT/ERP: “Dela – uma fazenda – saíram mais civis armados, entre eles, uma mulher que dava ordens, era muito firme e também muito simpática. Seus companheiros a tratavam respeitosamente de tenente, era Silvia Gatto⁴²⁹, a tenente Inés”⁴³⁰ (tradução nossa)⁴³¹.

Para Martínez:

O mito da masculinização aparece reiteradamente nos livros sobre guerrilha, ou seja, ao mostrar sua destreza e habilidades com as armas muitas foram vistas como “pseudohomens”: ou se fala de masculinização das mulheres para poder legitimar sua participação. Entretanto, (...) elas não se percebiam como masculinas, pelo contrário,

⁴²⁵ BUTLER, 2003, p. 199.

⁴²⁶ MARTÍNEZ, 2015.

⁴²⁷ Idem, ibidem, p. 164.

⁴²⁸ “(...) las mujeres que participaron de este frente, adoptaron una manera distinta de hacer política, caracterizándose por el compromiso y la valentía, al igual que sus compañeros. Sin embargo, este nuevo estilo de hacer política, más parecido al del varón, no sirve para justificar que fueran vistas como masculinizadas”.

⁴²⁹ Silvia Ana María Gatto, conhecida como a “La negra Ines” (por causa do seu longo cabelo preto), nasceu em Buenos Aires em 6 de fevereiro de 1951. Filha de mãe alemã e pai italiano formavam uma família de classe média. No início da década de 70 estudou História da Arte na faculdade de Filosofia e Letras da UBA, nesse âmbito, começou a militar no ERP, porém, mantinha uma posição crítica em relação a alguns alinhamentos da organização. (MENOSMALQUE Existen. *SILVIA GATTO*... 13 de março de 2021. Facebook: Grupo HEROES DEL PRT-ERP. Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/391023777997419/posts/1203357476764041/>. Acesso em 03 de mar. 2022).

⁴³⁰ MARTÍNEZ, 2015, p. 165.

⁴³¹ “De ella – una finca – salieron más civiles armados, entre ellos, una mujer que daba órdenes, era muy firme y también muy y simpática. Sus compañeros la tratan respetuosa- mente de teniente, era Silvia Gatto, la teniente Inés”.

sentiam que desde sua feminilidade, podiam contribuir com a luta revolucionária⁴³² (tradução nossa)⁴³³.

Além disso, muitas militantes declararam que a atuação em locais onde predominava a presença masculina não as masculinizou, mas reforçou ainda mais sua feminilidade⁴³⁴. Mónica⁴³⁵, entrevistada por Paola Martínez, afirma: “Eu estive em células onde era a única mulher, justamente no meio desse monte de ovos (risos) me parece que me reafirmava mais em meu lugar”⁴³⁶ (tradução nossa)⁴³⁷. Ainda de acordo com Martínez⁴³⁸, muitos homens afirmavam que as mulheres que desempenhavam ações nas frentes militares não eram, necessariamente, masculinizadas e que se impressionavam com a determinação que apresentavam, além de não se surpreenderem com o fato de muitos homens estarem obedecendo a ordens de mulheres.

Desse modo, é extremamente útil entendermos a questão da identidade como lugar político. Para Frederik Barth, “(...) alguns traços culturais são utilizados por atores como sinais e emblemas de diferença, outros são passados por alto, e em algumas relações diferenças radicais são desdenhadas e negadas”⁴³⁹ (tradução nossa)⁴⁴⁰. Assim, é importante enfatizar que as representações identitárias não expressam a totalidade das práticas sociais. Elas são direcionadas a determinados segmentos estrategicamente, por meio de relações de poder. Em consequência disso, traços culturais são excluídos em benefício de uma identidade que seja “conveniente” naquele contexto. Nessa mesma direção, Judith Butler afirma, que “(...) a construção política do sujeito procede vinculada a certos objetivos de legitimação e de exclusão, e essas operações políticas são efetivamente ocultas e naturalizadas por uma análise política

⁴³² MARTÍNEZ, op. cit., p. 172.

⁴³³ “*El mito de la masculinización aparece reiteradamente en los libros sobre guerrilla, es decir, al mostrar su destreza y habilidades con las armas muchas fueron vistas como ‘pseudohombres’ o se habla de una masculinización de las mujeres para poder legitimar su participación. Sin embargo, de acuerdo a lo expuesto por las entrevistadas, ellas no se perciben como masculinas, sino que sintieron que desde su femineidad, podían aportar en esta lucha revolucionaria como mujeres*”.

⁴³⁴ MARTÍNEZ, 2015.

⁴³⁵ Mónica, militante do PRT/ERP, desenvolveu sua militância a partir da frente estudantil da Universidade de La Plata. Sua família era muito comprometida politicamente. Em seu depoimento, relatou para Martínez que até sua avó, de 105 anos, colaborava nessa experiência (MARTÍNEZ, Paola. La participación femenina en las organizaciones armadas de los años 70. *Testimonios*, n. 2, p. 37-55, 2011. Disponível em: <https://revistas.unc.edu.ar/index.php/testimonios/article/view/31572>. Acesso em: 20 de fev. 2020). Paola Martínez não divulga o nome completo da depoente, apenas “Mónica”. Em razão disso, não foi possível buscar mais informações sobre ela.

⁴³⁶ MARTÍNEZ, 2015, p. 173.

⁴³⁷ “*Yo estuve en células donde era la única mujer, justamente en medio de ese montón de huevos (risas) me parece que me reafirmaba más en mi lugar a mi*”.

⁴³⁸ MARTÍNEZ, op. cit.

⁴³⁹ BARTH, Frederik. Introdução. In: *Los grupos étnicos y sus fronteras*. México: Fondo de Cultura Económica, 1976, p. 15.

⁴⁴⁰ “*(...) algunos rasgos culturales son utilizados por los actores como señales y emblemas de diferencia, otros son pasados por alto, y en algunas relaciones, diferencias radicales son desdenhadas y negadas*”.

que toma as estruturas jurídicas como seu fundamento”⁴⁴¹. Nessa perspectiva, para Butler, “homens e mulheres são categorias políticas, e não fatos naturais”⁴⁴².

No caso em referência, a identidade feminina foi utilizada como instrumento para reforçar a noção de feminilidade em um meio masculinizado. Dessa forma, os “traços diacríticos”, para usar a expressão de Barth⁴⁴³, são reafirmados através de valores compartilhados, realçando a diferença para enfatizar a identidade. Nesse contexto, a linguagem colabora intensamente nesse processo, pois, como afirma Butler, “(...) é investida do poder de criar o socialmente real por meio dos atos de locução dos sujeitos falantes. (...) é um conjunto de atos, repetidos ao longo do tempo, que produzem efeitos de realidade que acabam sendo percebidos como ‘fatos’”⁴⁴⁴. Em razão de tudo isso, é importante ressaltar que a realidade social não é estática, mas se modifica em decorrência de vários fatores. Assim, as experiências das mulheres nas organizações armadas nem sempre foram de submissão e, muitas vezes, mesmo sem aceitação em determinados contextos, redirecionaram seus objetivos e utilizaram estratégias, rompendo com práticas convencionalmente “esperadas” para mulheres.

De acordo com Butler:

(...) o eu de gênero permanente é estruturado por atos repetidos que buscam aproximar o ideal de uma base substancial de identidade, mas revelador, em sua descontinuidade ocasional, da falta de fundamento temporal e contingente dessa “base”. É precisamente nas relações arbitrárias entre esses atos que se encontram as possibilidades de transformação de gênero, na incapacidade de repetir, numa deformidade que denuncie o efeito fantasístico da identidade permanente como uma construção politicamente tênue⁴⁴⁵.

Na citação a seguir, Sepúlveda apresenta fragmentos de sua entrevista com Mercedes⁴⁴⁶, que fala a respeito da experiência da sua companheira de militância, Soledad, oficial no grupo Montoneros:

“Há uma coisa, a lenda que para ser Montonera teria que ser marimacho, não é assim, se há uma mina que era feminina era Soledad”. Continua Mercedes dizendo que ela não lembra de nenhuma companheira marimacho. (...) Descreve características da roupa que Soledad usava, “os toques” femininos, como uma pulseira de missangas “o auge da moda” e um anel com uma pedra enorme⁴⁴⁷ (tradução nossa)⁴⁴⁸.

⁴⁴¹ BUTLER, 2003, p. 19.

⁴⁴² Idem, ibidem, p. 168.

⁴⁴³ BARTH, 1976, p. 9-49.

⁴⁴⁴ BUTLER, op. cit., p. 167-168.

⁴⁴⁵ BUTLER, 2003, p. 201.

⁴⁴⁶ De acordo com Patricia Graciela Sepúlveda (2015), os nomes das militantes não são originais, foram mudados para resguardar sua privacidade.

⁴⁴⁷ SEPÚLVEDA, 2015, p. 55.

⁴⁴⁸ “*Hay una cosa, la leyenda que para ser Montonera había que ser marimacho, no es así, si hay una mina que era femenina era Soledad*’. Continúa Mercedes diciendo que ella no recuerda a ninguna compañera ‘marimacho’. (...) describe características de la ropa que Soledad usaba, ‘los toques’ femeninos, como una tobillera de mostacillas ‘el súmmum de la moda’ y un anillo con una piedra enorme”.

Assim sendo, a partir da análise dos referidos autores e depoimentos de ex-militantes, podemos constatar que as “categorias” de homem e mulher não podem ser analisadas de maneira homogênea, tendo em vista a diversidade dos sujeitos que integram e extrapolam cadauma delas. Quando analisamos os depoimentos sobre o processo de masculinização feminina nas organizações armadas, percebemos uma multiplicidade de interpretações, que deixam evidentes as particularidades e subjetividades das militantes. Logo, não é pertinente a utilização de um termo simples, como “mulher”, para explicar toda a pluralidade e complexidade dos sujeitos.

Sob o mesmo ponto de vista, afirma Monique Wittig:

(...) a categoria “mulher” assim como a categoria “homem” são categorias políticas e econômicas e não categorias eternas. (...) mulher não existe para nós, é apenas uma formação imaginária, enquanto “mulheres” são o produto de uma relação social. (...) Mulher não é cada uma de nós, mas sim a formação política e ideológica que nega “mulheres” (o produto de uma relação de exploração). (...) “mulher” existe para nos confundir, para ocultar a realidade de “mulheres”⁴⁴⁹.

Portanto, não podemos chegar a uma conclusão única acerca do processo de masculinização das mulheres nas organizações armadas. As experiências acerca desse processo devem ser vistas de maneira ampla e subjetiva, de modo que as singularidades desses sujeitos não sejam silenciadas. Para Luis Felipe Miguel, é comum que “grupos em posição subalterna, como é o caso das mulheres, [sejam] (...) reduzidos a uma essência simplificadora e estereotipada, que tanto nega a multiplicidade de suas experiências quanto naturaliza os efeitos da dominação”⁴⁵⁰.

Nessa perspectiva, torna-se imprescindível evidenciarmos as experiências da(s) mulhere(s) em suas particularidades, para que possamos identificar práticas alternativas, que em muitos momentos são ocultadas pela generalidade do termo “mulher”, bem como pelas formas de dominação de gênero. Para Butler, “se alguém é uma mulher não é tudo o que esse alguém é”⁴⁵¹. Além disso, o gênero estabelece interseções inseparáveis com estruturas políticas e sociais nas quais foi produzido e é mantido⁴⁵². Nesse sentido, Butler nos lembra que “(...) o gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diversos contextos históricos. (...) estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e

⁴⁴⁹ WITTIG, Monique. Não se nasce mulher. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 88.

⁴⁵⁰ MIGUEL, 2014, p. 83.

⁴⁵¹ BUTLER, 2003, p. 20.

⁴⁵² Idem, *ibidem*.

regionais de identidades discursivamente constituídas”⁴⁵³. Esse processo, por sua vez, é fluido e está em constante transformação. Logo, reunir toda a diversidade de vivências das mulheres por trás de uma base comum é restringir a exuberância da experiência humana, além de corroborar com projetos de dominação com fundamentos voltados à marginalização e à opressão de práticas alternativas a construções hegemônicas e universais.

Por fim, Butler esclarece que:

O gênero não deve ser constituído como uma identidade estável ou um *locus* de ação do qual decorrem vários atos; em vez disso, o gênero é uma identidade tenuamente constituída no tempo, instituído num espaço externo por meio de uma *repetição estilizada de atos*. O efeito do gênero se produz pela estilização do corpo e deve ser entendido, conseqüentemente, como a forma corriqueira pela qual os gestos, movimentos e estilos corporais de vários tipos constituem a ilusão de um eu permanente marcado pelo gênero. Essa formulação tira a concepção do gênero do solo de um modelo substancial da identidade, deslocando-a para um outro que requer concebê-lo como uma *temporalidade social* constituída⁴⁵⁴.

A partir dessa concepção, podemos perceber como as características e os estereótipos atribuídos ao gênero restringem intensamente as possibilidades de análise da diversidade dos sujeitos históricos, bem como as origens políticas dos discursos que resultam em formas de opressão social dos corpos que se deslocam da “coerência” compulsória do sistema binário e da dominação masculina.

Com o objetivo de compreender a(s) experiência(s) feminina(s) nas organizações armadas, apresentamos, na próxima seção, as razões pelas quais muitas mulheres se inseriram nesses espaços, principalmente a partir das décadas de 1960 e 1970.

2.2 A DÉCADA DE 1970 E A INSERÇÃO FEMININA NAS ORGANIZAÇÕES ARMADAS ARGENTINAS

A partir de meados do século XX, é possível notar a presença e atuação das mulheres nos mais diversos espaços públicos, rompendo com modelos femininos de décadas anteriores⁴⁵⁵. As funções delegadas socialmente às mulheres foram, aos poucos, sendo questionadas. Sobre o assunto, afirma Sepúlveda:

(...) Os costumes estavam mudando e no seio das famílias, sobretudo de classe média, deixava-se às jovens maiores espaços de liberdade e independência. O casamento deixou de ser a opção única e o convívio sem casar foi uma possibilidade.

⁴⁵³ Idem, *ibidem*, p. 20.

⁴⁵⁴ Idem, *ibidem*, p. 200, destaque nosso.

⁴⁵⁵ FERRO, 2005.

Questionaram-se os papéis de gênero, e as esperanças depositadas no casamento mudaram⁴⁵⁶ (tradução nossa)⁴⁵⁷.

No entanto, é importante ressaltar que essas modificações não ocorreram de forma abrupta. As gerações anteriores, embora em muitos momentos não tivessem conseguido alcançar ganhos como a geração dos 70, já apresentavam algumas formas de negação àquela ordem social. Como destaca Martínez⁴⁵⁸, a partir dos testemunhos de militantes de grupos de esquerda da década de 1970, a vontade de mudança e a forte vocação no âmbito social estiveram enraizadas na família de muitas militantes. Isso nos leva a pensar que as modificações que eclodiram nas décadas de 1960 e 1970 já estavam sendo gestadas, desde gerações anteriores, pelas mães e avós das militantes dos 70. Grande parte dessas militantes caracterizaram suas mães e avós como transgressoras da ordem social, uma vez que se destacaram e assumiram funções que não eram aceitas para mulheres naquele momento. Para Martínez, “(...) elas mesmas foram pioneiras em uma sociedade onde as mulheres não tinham experimentado o movimento de liberação feminina, que suas filhas militantes vivenciarão nos anos 70”⁴⁵⁹ (tradução nossa)⁴⁶⁰. Ainda segundo a autora:

Portanto, isto permite-nos entender por que na década de 70 encontramos com uma mulher transgressora que adota outra posição perante a vida, que sai da esfera doméstica irrompendo no âmbito público, que controla a reprodução sexual e faz surgir uma nova sexualidade. Podemos dizer que foram filhas ou netas de uma geração que já manifestava signos de uma mudança e questionamento aos velhos costumes e aos hábitos tradicionais. As mulheres dos anos 70 absorveram tudo isso, em meio a um clima de protesto em que predominava um questionamento geral ao sistema reinante. Em consequência, entendemos que as mulheres que ingressaram nessas organizações político-militares não poderiam tê-lo feito sem um convencimento político concreto nem uma experiência política prévia além de ter sido namoradas, esposas ou companheiras de homens comprometidos com o movimento⁴⁶¹ (tradução nossa)⁴⁶².

⁴⁵⁶ SEPÚLVEDA, Patricia Graciela. Relatos de militancia femenina em los años '70, cuando todo pareció a punto de cambiar. *Testimonios*, Rosário, n. 5, p. 66-89, 2016, p. 60. Disponível em: <https://revistas.unc.edu.ar/index.php/testimonios/article/view/18535>. Acesso em: 3 de jun. 2016.

⁴⁵⁷ “Las costumbres estaban cambiando y en el seno de las familias, sobre todo de clase media, se dejaba a las jóvenes mayores espacios de libertad e independencia. El matrimonio dejó de ser la opción única y la cohabitación fue una posibilidad. Se cuestionaron los roles de género y las esperanzas depositadas en el matrimonio, cambiaron”.

⁴⁵⁸ MARTÍNEZ, 2011.

⁴⁵⁹ Idem, ibidem, p. 54.

⁴⁶⁰ “(...) ellas mismas fueron pioneras en una sociedad donde las mujeres no habían experimentado el movimiento de liberación femenina, que sí vivirían sus hijas militantes en los años '70”.

⁴⁶¹ MARTÍNEZ, 2011, p. 54.

⁴⁶² “Por lo tanto esto nos permite entender por qué en la década del '70 nos encontramos con una mujer transgresora que adopta otra posición frente a la vida, que sale de la esfera doméstica irrompiendo en el ámbito público, que controla la reproducción sexual y hace surgir una nueva sexualidad. Podemos decir que fueron hijas o nietas de una generación que ya manifestaba signos de un cambio y cuestionamiento a las viejas costumbres y a los hábitos tradicionales. Las mujeres setentistas absorbieron todo eso, en medio de un clima contestatario en el que predominaba un cuestionamiento general al sistema reinante. En consecuencia, entendemos que las mujeres que ingresaron a estas organizaciones político-militares no lo podrían haber hecho sin un convencimiento político”.

Diante disso, podemos entender uma das razões que explicam o aparecimento e a atuação feminina nas organizações armadas, rompendo com a exclusividade masculina, principalmente a partir das décadas de 1960 e 70, quando a participação das mulheres alcançou números superiores se comparados a períodos anteriores⁴⁶³. No entanto, é importante ressaltar que o fato dessas mulheres serem namoradas, esposas ou companheiras de militantes, em alguns casos, não explica, isoladamente, suas inserções nesses espaços. Boa parte das mulheres que atuaram em organizações armadas tinham posicionamentos ligados a experiências pessoais e foram bastante claras com os fatores que as motivaram em suas filiações na luta armada. Sobre o assunto, afirma Wolff:

As mulheres que se fizeram guerrilheiras nas décadas de 1960 e 1970 na América do Sul, no entanto, como demonstram suas memórias, nem sempre se contentaram com o papel da companheira, fiel seguidora, elemento de ligação, provedora e enfermeira dos homens. Para isso muitas vezes tiveram de enfrentar as representações de gênero, as quais exigiam também uma imagem diferente dessas mulheres⁴⁶⁴.

O contexto vivenciado nas décadas de 1960 e 1970, de intensa radicalização política, também deve ser considerado como um dos fatores que influenciaram a inserção feminina em organizações armadas. Para Sepúlveda:

Um conjunto de experiências que se apresentaram por separado ou combinadas, nos relatos, destacou os efeitos das subjetividades militantes da política vivida sob governos ditatoriais ou eleitos com a exclusão do peronismo. Assim como também a experiência direta da injustiça social e a pobreza extrema em distintas zonas do nosso país, o conhecimento das experiências cubana, vietnamita e argelina, o encontro com os jovens que tinham diferentes formações políticas e ideológicas e inclusive a releitura da história nacional, sem esquecer a experiência católica terceiro-mundista, influenciaram as militantes⁴⁶⁵ (tradução nossa)⁴⁶⁶.

Sob o mesmo ponto de vista de Sepúlveda, podemos notar, nos relatos de algumas das ex-militantes de organizações armadas, um desconforto em relação à situação de pobreza

concreto ni una experiencia política previa más allá de haber sido novias, esposas o compañeras de varones comprometidos con el movimiento”.

⁴⁶³ De acordo com Wolff (2007), durante as décadas de 1960 e 1970, o número de mulheres militantes em organizações armadas ultrapassava em muito a participação em décadas anteriores nos partidos tradicionais de esquerda. A autora explica que essas organizações surgiram vinculadas principalmente aos movimentos estudantis universitários e secundaristas, além de ter influências da igreja católica. O número de mulheres universitárias era bem maior que em épocas anteriores.

⁴⁶⁴ WOLFF, 2007, p. 33.

⁴⁶⁵ SEPÚLVEDA, 2015, p. 48-49.

⁴⁶⁶ “*Un conjunto de experiencias que se presentaron por separado o combinadas en los relatos destacó los efectos en las subjetividades militantes de la política vivida bajo gobiernos dictatoriales o elegidos con exclusión del peronismo. Así como también la experiencia directa de la injusticia social y la pobreza extrema en distintas zonas de nuestro país, el conocimiento de las experiencias cubana, vietnamita y argelina, el encuentro con otros jóvenes que tenían diferentes formaciones políticas e ideológicas e incluso la relectura de la historia nacional, sin olvidar la experiencia católica tercermundista, influyeron en las militantes”.*

vivenciada pela população argentina e o caráter autoritário dos regimes políticos da época.

Segundo Teresa Meschiatti:⁴⁶⁷

Com respeito à realidade argentina de hoje, não posso falar porque não vivo no país. Me inteiro de algumas coisas que passam. De todo modo cada vez que viajei me senti muito triste ao ver a pobreza, a sujeira, a deterioração geral. Me parece que as condições pelas quais começamos a lutar estão intactas. O que nos moveu segue sendo o mesmo. Só tem que saber ver. Inclusive creio que está pior que antes, isso dizem as estatísticas que falam de milhares de pessoas que estão debaixo da linha da pobreza⁴⁶⁸ (tradução nossa)⁴⁶⁹.

Na citação a seguir, Meschiatti expressa os motivos que a levaram a ingressar em uma organização armada:

Desde criança estive a favor dos indefesos. As injustiças sociais me rebelavam. Quando entrei em Montoneros não sofri nenhum tipo de conflito com respeito aos métodos. Me parecia justo que se pretendesse reparar injustiças sociais tirando dos que tinham muito para repartir entre os que não tinham nada, ou que se matasse um torturador. O que não sei, é que o que haveria acontecido se eu tivesse tido que fazê-lo. Por outro lado, a história me demonstrava que as grandes mudanças haviam sido violentas, e de acordo com isso me parecia lógico que se criasse um exército popular para lutar contra os capitalistas. Por acaso eles entregariam voluntariamente o poder que detinham? Estava certa que não. O mais importante, no entanto, nisso de lutar, não era o apoio teórico, mas sim a bela utopia de uma sociedade melhor, justa e livre, onde homens e mulheres viveriam de outra maneira. E é somente por esse sonho que se pode entender a entrega a uma militância que foi muito dura e que levou a vida de muitos de nós⁴⁷⁰ (tradução nossa)⁴⁷¹.

⁴⁶⁷ O relato citado foi retirado do livro *Mujeres guerrilleras* (1997), de Marta Diana. Os nomes das militantes entrevistadas pela referida autora não são reais, nem “nomes de guerra”, mas inventados. As exceções são: Teresa Meschiatti, Liliana Callizo, Néida Augier e Graciela Daleo. Teresa Meschiatti, conhecida como “Tina”, nasceu em 1943, na Argentina. Seu pai era fotógrafo de nacionalidade italiana e sua mãe, dona de casa. Ela relatou para Diana, no momento da entrevista (década de 1990), que residia na Suíça. Foi militante montonera e finalizou o segundo grau entre os anos de 1950 e 1960. Nesta época, trabalhou como docente, atuando principalmente em igrejas nas vilas de emergência do Bajo Flores (local onde viviam pessoas de baixa renda). Relatou também que morou em uma casa que foi doada por Evita. No ano de 1967, trabalhou como fotógrafa para uma revista, trabalho que desenvolveu com o objetivo de mostrar as injustiças e a pobreza. Em 1976, foi sequestrada na cidade de Córdoba (DIANA, 1997).

⁴⁶⁸ MESCHIATTI apud DIANA, 1997, p. 55.

⁴⁶⁹ “*Con respecto a la realidad argentina de hoy, no puedo hablar porque no vivo en el país. Me entero de algunas cosas que pasan. De todos modos, cada vez que he viajado me he sentido muy triste al ver la pobreza, la Suciedad, el deterioro general. Me parece que las condiciones por las cuales nosotros empezamos a luchar están intactas. Lo que nos movió a nosotros sigue estando. Sólo hay que saberlo ver. Incluso creo que está peor que antes, eso lo dicen las estadísticas que hablan de miles de personas que están por debajo del umbral de la pobreza*”.

⁴⁷⁰ MESCHIATTI apud DIANA, 1997, p. 55.

⁴⁷¹ “*Desde chica estuve a favor de los indefensos. Las injusticias me rebe- a Cuando entré a Montoneros no sufrí ningún tipo de conflicto con respecto a los métodos. Me parece justo que se intenta reparar injusticias sociales sacando a los que tenían mucho para repartir entre los que no tenían nada, o que se matara a un torturador. Lo que no sé, es que me habría pasado si yo hubiera tenido que hacerlo. Por otro lado, la historia me demostraba que los grandes cambios habían sido violentos, y de acuerdo con eso, me parecía lógico que se creara un ejército popular para luchar contra los capitalistas. ¿Acaso entregarían ellos voluntariamente el poder que detentaban? Estaba segura de que no. Lo más importante, sin embargo, en esto de luchar, no era el apoyo teórico sino la bella utopía de una sociedad mejor, justa y libre, donde hombres y mujeres "nuevos" vivirían de otra manera. Y es solamente por ese sueño que se puede entender la entrega a una militancia que fue muy dura y que se llevó la vida de muchos de nosotros*”.

Diante dos depoimentos de Meschiatti, podemos perceber que o ingresso em organizações estava ligado a uma grande busca por transformação social, e que a militante teve motivos particulares para aderir à luta armada. Nesse sentido, é incoerente considerar que a incorporação das mulheres em organizações armadas se deu exclusivamente em razão da entrada dos seus companheiros, namorados ou maridos. Ao chegarmos a esse tipo de conclusão, anulamos todo o processo de subjetividade das militantes.

Na mesma perspectiva, afirma Wolff:

(...) naquele momento o projeto da luta armada assumia ares de discurso de uma geração, um projeto da juventude. É dessa forma que se pode explicar a presença das mulheres nestas “trincheiras”, pois ao contrário de outras gerações de estudantes universitários, naquela geração do final dos anos 1960, a proporção de mulheres universitárias era muito maior do que nas décadas anteriores. A juventude naquele momento se via e era vista como portadora da mudança, da semente de uma nova sociedade, da força, da virilidade, em suma, no sentido de atividade em contraposição à passividade (...)⁴⁷².

Ademais, para Sepúlveda:

A época esteve marcada pela sensação de eminência nas transformações revolucionárias. As mudanças se pensavam em todos os níveis (sexualidade, costumes mentalidades regimes políticos etc.). Entre os jovens universitários e intelectuais se observou uma valorização da política, fundamentalmente em seu caráter revolucionário, da opção violenta pela tomada do poder (...). O atraso e a dependência só se resolveriam com o advento do socialismo e o homem novo. Era momento de passar da simpatia à ação política; alguns se voltaram ao peronismo e outros, a grupos de esquerda não tradicional. (...) as experiências das lutas de libertação na Ásia e África e o triunfo da Revolução Cubana, se somou à deterioração dos partidos de esquerda tradicional, o que favoreceu o surgimento de grupos e organizações que deram forma à Nova Esquerda que incorporou o nacionalismo ao conjunto de ideias⁴⁷³ (tradução nossa)⁴⁷⁴.

Como podemos perceber, de fato havia uma mobilização muito grande em torno de um projeto de transformação social. Tanto homens quanto mulheres foram levados a participar ativamente. A via de transformação possível naquele contexto seria a luta armada, uma vez que a via democrática havia sido desgastada com o processo de persistência de golpes civis-militares presentes na Argentina e nos países do Cone Sul. Além disso, o sucesso da Revolução

⁴⁷² WOLFF, 2010, p. 149.

⁴⁷³ SEPÚLVEDA, 2015, p. 31-32.

⁴⁷⁴ “La época estuvo signada por la sensación de inminencia en las transformaciones revolucionarias. Los cambios se pensaban en todos los niveles (sexualidad, costumbres, mentalidades, regímenes políticos, etc.). Entre los jóvenes universitarios e intelectuales se observó una valorización de la política, fundamentalmente en su carácter revolucionario, de la opción violenta para la toma del poder (...). El atraso y la dependencia solo se resolverían con el advenimiento del socialismo y el hombre nuevo. Era momento de pasar de la simpatía a la acción política; algunos se volcaron al peronismo y otros, a grupos de izquierda no tradicional. (...) las experiencias de las luchas de liberación en Asia y África y al triunfo de la Revolución Cubana, se sumó el deterioro de los partidos de izquierda tradicional, lo que favoreció al surgimiento de grupos y organizaciones que dieron forma a la Nueva Izquierda quien incorporó el nacionalismo al conjunto de ideas”.

Cubana e outros processos revolucionários confirmavam ainda mais a escolha pelo caminho das armas.

Entretanto, a presença das mulheres nesses espaços só foi possível em virtude dos inúmeros processos de transformação que ocorriam naquele momento. Não apenas no aspecto da radicalização política, mas também nos aspectos da moral e dos costumes, a restrição das mulheres aos espaços domésticos começava a se modificar. Dessa maneira, a presença feminina em espaços públicos não era mais vista como um comportamento social desviante.

Por conseguinte, o número de mulheres no ensino secundário e universitário era muito superior ao de outras épocas e isso explicava a maior participação feminina em movimentos estudantis e em organizações políticas a partir de fins dos anos de 1960. Como afirma Wolff, “para a quase totalidade das mulheres entrevistadas que participaram de organizações ou iniciativas ligadas à esquerda, o movimento estudantil foi a porta de entrada na militância”⁴⁷⁵. Nesse sentido, a vinculação do movimento estudantil com as organizações da Nova Esquerda pode ser considerada mais um motivo que explica o grande envolvimento das mulheres nas organizações armadas.

Além disso, é importante destacar a grande vulnerabilidade dos militantes ao se envolverem em organizações armadas em pleno processo de ditadura. Em alguns países do Cone Sul, acredita-se, inclusive, que o número de mulheres era inferior quando comparado a outros, exatamente em razão do autoritarismo dos regimes civis-militares:

No Uruguai e na Argentina, os números de mulheres militantes nas organizações de guerrilha urbana, como Tupamaros e Montoneros, por exemplo, em torno de 30% são ligeiramente maiores do que aqueles que Ridente aponta para o Brasil. Todavia, naqueles países os números refletem movimentos que se articulam antes da ditadura e que tiveram existência aberta, enquanto no Brasil e no Paraguai, por exemplo, as organizações surgiram em uma escala muito menor e num sistema de extremo segredo e clandestinidade⁴⁷⁶.

Todavia, mesmo considerando as grandes transformações ocorridas a partir das décadas de 1960 e 1970, boa parte da sociedade ainda se apresentava de forma bastante conservadora e, mesmo com as legitimações de algumas ações femininas nos espaços públicos, muitas críticas ainda se faziam presentes em relação aos novos posicionamentos das mulheres. Para Andújar, “(...) era surpreendente para uma sociedade que por um lado levantava questões revolucionárias,

⁴⁷⁵ WOLFF, 2011, p. 47.

⁴⁷⁶ Idem, *ibidem*, p. 37-38.

mas que era absolutamente conservadora e pacata em questões de aborto, em questões da liberação da mulher, em questões de família”⁴⁷⁷ (tradução nossa)⁴⁷⁸.

Esses posicionamentos conservadores se fizeram presentes em diversos espaços sociais, inclusive em muitos grupos de esquerda. Nesse sentido, quando algumas ações rompiam com essa lógica conservadora, muitos impactos eram causados. Como destaca Diana, “os modelos estabelecidos produzem com sua conduta um impacto revulsivo nos que seguem as normas, ainda quando intimamente podem estar de acordo com a atitude do que se comporta diferente”⁴⁷⁹ (tradução nossa)⁴⁸⁰. Assim, muitos atos que transgrediam em alguns momentos as normas sociais eram compreendidos, mas não eram reproduzidas em virtude, principalmente, dos impactos sociais que podiam causar.

Nessa perspectiva, no que se refere à ruptura de normas conservadoras e suas consequências, afirma Grammatico:

Deixar a casa, sair à rua, encontrar outras pessoas, conversar, opinar, representavam atividades perturbadoras tanto para as mulheres quanto para seus maridos, ainda que por motivos diferentes. Eles temiam que o afastamento de suas mulheres dos seus lares minasse sua autoridade patriarcal. Elas temiam, além de algum castigo físico ou verbal de seus companheiros, as potencialidades que esse afastamento podia causar em suas vidas⁴⁸¹ (tradução nossa)⁴⁸².

Nessa lógica, a participação de mulheres em grupos guerrilheiros também rompia com as normas tradicionais estabelecidas. Era vista com estranheza pela sociedade, uma vez que tais ações eram reservadas “naturalmente” a homens. De acordo com Gringa:⁴⁸³

O impacto que produzíamos como mulheres militantes era grande, e isso notava-se nas notícias que publicavam nos jornais. Às vezes era simplesmente que os relatórios militares ou policiais exageravam, mas outras vezes acho que ficavam tão

⁴⁷⁷ ANDÚJAR, 2005, p. 512.

⁴⁷⁸ “(...) era sorprendente para una sociedad que por una parte se planteaba cuestiones revolucionarias, pero que era absolutamente conservadora y pacata en cuestiones del aborto, en cuestiones de la liberación de la mujer, en cuestiones de la familia”.

⁴⁷⁹ DIANA, 1997, p. 24.

⁴⁸⁰ “Los moldes establecidos produce con su conducta un impacto revulsivo en los que siguen las normas, aun cuando intimamente puedan estar de acuerdo con la actitud del que se comporta diferente”.

⁴⁸¹ GRAMMÁTICO, Karin. *Mujeres montoneras: una historia de la agrupación Evita*. Buenos Aires: Luxemburg, 2011, p. 92.

⁴⁸² “Dejar la casa, salir a calle, encontrarse con otras personas, conversar, opinar representaban actividades perturbadoras tanto para las mujeres como para sus maridos, aunque por motivos distintos. Ellos temían que el alejamiento de sus mujeres de sus hogares erosionara su autoridad patriarcal. Ellas temían, además de algún castigo físico o verbal por parte de sus compañeros, las potencialidades que ese alejamiento podía causar en sus vidas”.

⁴⁸³ O relato citado foi retirado do livro *Mujeres guerrilleras*, de Marta Diana (1997). Os nomes das militantes entrevistadas pela referida autora não são reais, nem “nomes de guerra”, MAS inventados. As exceções são: Teresa Meschiatti, Liliana Callizo, Nélide Augier e Graciela Daleo. Portanto, “Gringa” é um dos nomes inventados. Em seu relato para Marta Diana, conta que tinha 18 anos quando iniciou sua militância e estava na segunda etapa do ensino básico. Com o passar do tempo, ingressou no curso de Ciências Econômicas e depois passou a atuar na frente militar do PRT. Foi a partir daí que conheceu seu futuro companheiro.

impressionados que as testemunhas declaravam, por exemplo, que "uma mulher fortemente armada..." quando na verdade, às vezes nem sequer estávamos armados⁴⁸⁴ (tradução nossa)⁴⁸⁵.

Os grupos de esquerda da década de 1970 também reproduziam normas sociais conservadoras. Essa reprodução, em muitos momentos, não acontecia de forma explícita, mas estava presente em vários momentos no interior dessas organizações. A questão dos filhos de militantes, por exemplo, pode ilustrar a reprodução de espaços de dominação. Na maior parte dos relatos de militantes em que o pai e a mãe militavam, o cuidado dos filhos era atribuição apenas das mães. Abaixo, segue o relato da militante Alicia⁴⁸⁶, que aborda o referido assunto:

Nós vivíamos em casas operativas e mesmo que os companheiros tentassem ajudar ou dissessem que ajudavam, sempre o serviço da casa ficava para a mulher... a cozinha, a limpeza, o cuidado com as crianças... éramos nós as que estávamos carregando as crianças para todos os lados⁴⁸⁷ (tradução nossa)⁴⁸⁸.

Como podemos observar, os espaços domésticos continuavam sendo reservados às mulheres. Dessa forma, se quisessem militar, tinham que conseguir conciliar os dois planos: o doméstico e o político. Cristina⁴⁸⁹ relata a experiência de uma amiga que tinha que lidar com esses espaços:

Uma vez senti a reclamação de uma companheira. Ela tinha... tinha dois filhinhos. Ela e o parceiro... ele era o responsável pela regional. Então... ela também era militante e militante dirigente, dirigente importante. Mas chegam na casa e tinha acabado o gás. Quem é o responsável de comprar o gás? O homem ou a mulher? Sabiaque não podia levar esse tipo de problema para o companheiro⁴⁹⁰ (tradução nossa)⁴⁹¹.

⁴⁸⁴ GRINGA apud DIANA, 1997, p. 166.

⁴⁸⁵ "El impacto que producíamos como mujeres militantes era grande, y eso se notaba en las noticias que publicaban los diarios. A veces era que simplemente los partes militares o policiales exageraban, pero otras veces pienso en que se impresionaban tanto que los testigos declaraban, por ejemplo, 'que una mujer fuertemente armada...' cuando en realidad, a veces ni siquiera estábamos armados".

⁴⁸⁶ María Rosa Gómez explica que, em virtude de questões pessoais, que dizem respeito à privacidade das militantes, elas foram apresentadas apenas por seu primeiro nome. A única informação divulgada sobre a militante Alicia é que esteve presa em Trelew em 1972, quando ocorreu a fuga de presos políticos. O depoimento citado foi retirado do documento *Cuadernos de la memoria* (2011), organizado por María Rosa Gómez (GÓMEZ, María Rosa (Org.). *Cuadernos de la memoria: 5: Memoria de mujeres: relatos de militantes, ex-presas políticas, familiares de desaparecidos y exiliadas*. Buenos Aires: Instituto Espacio para la Memoria, 2011. Disponível em: <http://cdi.mecon.gov.ar/bases/doc/espmemoria/5.pdf>. Acesso em 3 de mar. 2022).

⁴⁸⁷ GÓMEZ, 2011, p. 28.

⁴⁸⁸ "Nosotros vivíamos en casas operativas y por más que los compañeros intentaban ayudar o decían que ayudaban, siempre el tema de la casa quedaba en la mujer... la cocina, la limpieza, el tema de los chicos... éramos nosotras las que estábamos cargando a los críos para todos lados".

⁴⁸⁹ O depoimento citado foi retirado da revista *Gênero*. As autoras não apresentam qual foi o modo escolhido para nomear as militantes entrevistadas nem apresentam qualquer informação sobre elas (GARRIDO, Hilda Beatriz; SCHWARTZ, Alejandra Giselle. Las mujeres en las organizaciones armadas de los '70 Montoneros. *Gênero*, Niterói, v. 8, n. 2, p. 103-128, 2008. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/30916/18005>. Acesso em 17 de jun. 2020).

⁴⁹⁰ GARRIDO; SCHWARTZ, 2008, p. 121.

⁴⁹¹ "Una vez sentí la queja de una compañera. Ella tenía... tenía dos hijitos. Ella y la pareja... él era el responsable de la regional. Entonces... ella también era militante y militante dirigente, dirigente importante. Pero llegamos a la

Por outro lado, podemos notar também a reprodução, pela própria mulher, da dominação masculina, quando reconhece que não podia levar problemas de cunho doméstico ao marido. Dessa maneira, legitima este tipo de dominação, na medida em que assume as demandas domésticas como uma obrigação exclusivamente feminina, sem fazer qualquer tipo de questionamento. Nesse sentido, o responsável pelo problema do gás não é pensado a partir de uma lógica de disponibilidade dos dois sujeitos responsáveis pela casa, mas pela condição feminina estabelecida socialmente, independentemente de qualquer outro fator. Nessa lógica, de acordo com Bourdieu⁴⁹², as próprias mulheres podem contribuir para a reprodução da dominação masculina, tendo em vista a incorporação e legitimação feminina ao domínio masculino estabelecido como “regra” social.

Além disso, outro aspecto de reprodução da lógica social no interior dos grupos de esquerda se refere ao cuidado dispensado às mulheres. Abaixo, um militante do PRT/ERP⁴⁹³ relata sobre o assunto:

Além disso, quando estava se fazendo algo em conjunto, aí é onde talvez se perceba o machismo. Por exemplo, quando você vai a uma ação e você talvez não pega na mão do companheiro, pega na mão da companheira, porque talvez você acredita que fisicamente não pode correr como você corre. Então aí é onde você vê um pouquinho de fraqueza, viu, entendeu? Eu acho que talvez aí as companheiras, você pegava na mão e dizia ‘tudo bem, vamos’⁴⁹⁴ (tradução nossa)⁴⁹⁵.

Outra situação de cuidado dispensado às mulheres se faz presente no relato de Elena, militante também citada por Diana⁴⁹⁶. Ela relata que atuava em uma frente militar e seu irmão mais velho, na publicação de jornais. Seu irmão, por sua vez, não concordava com sua participação na frente militar, achava que os riscos eram muito grandes neste âmbito. No

casa y no tenían gas. ¿Quién es el responsable de comprar gas? ¿El varón o la mujer?... Sabía que no podía llevarle al compañero ese nivel de problemática”.

⁴⁹² BOURDIEU, Pierre. *A dominação feminina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

⁴⁹³ O depoimento citado foi retirado da *Revista Tema de Mulheres*. A autora não nomeia os(as) militantes entrevistados(as). Utiliza as palavras “varão” e “mulher” para identificá-los(as). Não divulgou nenhuma informação sobre os depoentes, nem mesmo seus nomes (PASQUALI, Laura. Mandatos y voluntades: aspectos de la militancia de mujeres en la guerrilla. *Revista Temas de Mujeres*, Tucumán, v. 4, n. 4, p. 49-75, 2008. Disponível em: <http://ojs.filo.unt.edu.ar/index.php/temasdemujeres/article/view/23>. Acesso em 4 de mar. 2020).

⁴⁹⁴ PASQUALI, 2008, p. 62-63.

⁴⁹⁵ “*Aparte cuando se estaba haciendo algo en conjunto, ahí es donde se ve por ahí el machismo, por ejemplo cuando vos vas a una acción y vos a lo mejor no lo agarrás de la mano al compañero, la agarrás de la mano a la compañera, porque a lo mejor vos crees que físicamente no puede correr como corrés vos. Entonces ahí es dónde vos ves un poquito de debilidad, viste, ¿entendés? Yo creo que por ahí las compañeras, vos la agarrabas de la mano y decías ‘bueno, vamos’”.*

⁴⁹⁶ Elena relata para Diana que, apesar de ser oriunda de uma família de militantes, foi educada em um colégio de freiras. Seu pai era alcoólatra e bastante ausente, de modo que sua mãe assumiu todas as responsabilidades familiares. Trabalhou como professora de música para criar seus cinco filhos. Na época em que fez o relato (década de 1990), afirmou que sua mãe tinha se transformado em uma “Abuela de Plaza de Mayo”. Elena atuou inicialmente na frente de propaganda do PRT e depois passou a atuar na frente militar (DIANA, 1997, p. 196).

entanto, a militante entendia tal atitude como subestimação da sua capacidade, na medida em que essa preocupação era dispensada a ela apenas por sua condição feminina. No caso dos homens que atuavam nessa mesma frente, não se tinha nenhum tipo de preocupação com os riscos que corriam.

No entanto, “a condição social feminina” também foi utilizada com o objetivo de angariar benefícios nas organizações armadas. Para Noguera, a “utilização de estereótipos genéricos tradicionais, como a mãe, a puta ou a namorada, foi explorada pelas organizações para não levantar suspeitas à hora de checar objetivos, gerar distração ou facilitar o acesso a lugares e pessoas”⁴⁹⁷. Dessa maneira, a “condição social feminina” era tão “naturalizada” que se tornou uma estratégia de atuação para alguns grupos. Cristina, militante citada por Noguera⁴⁹⁸, relata que, se uma mulher levasse uma arma debaixo da manta de um bebê, ninguém desconfiaria de tal situação⁴⁹⁹.

Outro artifício em que a “condição feminina” foi utilizada como estratégia foi relatado pela militante Elena, citada por Diana, como reproduzido a seguir:

(...) Tomei um ônibus com meu bebê e uma bolsa cheia de armas e material. Fiquei presa em um pino e pararam o ônibus. Quando chegou a minha vez, eu, que não tinha documentos, pedi ao policial que esperasse um momentinho porque não os achava na bolsa. Eu enfiava a mão e simulava procurá-los, mas quando mexia na bolsa escutava-se o barulho dos ferros que levava. No fim, pedi-lhe desculpas e disse que não os achava, e entre a carinha de circunstância, o neném que chorava e o sorriso, não sei, tudo ficou por isso mesmo⁵⁰⁰ (tradução nossa)⁵⁰¹.

A respeito desse tipo de ocorrência, vários relatos foram encontrados: muitas mulheres conseguiram sair de situações difíceis utilizando a “condição feminina”.

Enfim, consideramos que, mesmo com todas as formas de hierarquização de gênero presentes no interior das organizações armadas da década de 1970, foram significativas as mudanças sociais, principalmente no que diz respeito aos espaços destinados tradicionalmente

⁴⁹⁷ NOGUERA, Ana. La participación de las mujeres en la lucha armada. Córdoba, Argentina, 1970-1973. *Taller* (Segunda Época), Buenos Aires, v. 2, n. 2, p. 9-22, jul. 2013, p. 19. Disponível em: https://ri.conicet.gov.ar/bitstream/handle/11336/101372/CONICET_Digital_Nro.4c6c4bc3-2689-4a94-a82a-cf0431700485_A-10-23.pdf?sequence=5&isAllowed=y. Acesso em 4 de mar. 2020.

⁴⁹⁸ Ana Noguera optou por apresentar as militantes entrevistadas com a identidade utilizada na militância. Dessa maneira, os nomes apresentados se referem aos seus “nomes de guerra”. De acordo com dados divulgados por Noguera, Cristina tinha 66 anos quando a entrevista foi realizada, em 2004 (NOGUERA, 2013). Ela foi militante do PRT-ERP.

⁴⁹⁹ NOGUERA, 2013, p. 19.

⁵⁰⁰ DIANA, 1997, p. 165.

⁵⁰¹ “Me subí a un colectivo con mi bebé y un bolso lleno de armas e material. Me agarra una pinza y paran el colectivo. Cuando me toca a mí, que no tenía documentos, le pido al policía que esperara un momentito porque no los encontraba en el bolso. Yo metía la mano y simulaba buscarlos, pero al revolver el bolso se escuchaba el ruido del ferrerío que llevaba. Al final le pedí disculpas y le dije que no los encontraba, y entre carita de circunstancias, y nene que lloraba, y sonrisa, no sé ahí quedo”.

às mulheres naquela sociedade. Para Noguera: “Tanto no ERP quanto em Montoneros podemos reconhecer uma ativa participação das mulheres que, no contexto da militância, quebraram os papéis tradicionais que as relegavam ao âmbito doméstico, para participar conscientemente na vida pública e política”⁵⁰² (tradução nossa)⁵⁰³.

Do mesmo modo, Martínez acredita que “(...) as militantes foram subversivas de uma ordem normativa hegemônica porque desafiaram e mexeram com as muitas facetas da identidade social esperada para uma mulher nos anos 1970 (mãe, esposa, entre outras)”⁵⁰⁴ (tradução nossa)⁵⁰⁵.

Para Diana:

A mulher sai do lar, do lugar socialmente atribuído, e assume um papel que não somente é público, mas excepcional. Passa a participar em ações políticas apoiadas nas armas. Não poderá sair de lá igual a como entrara. Nada mais será como antes. Isso não significa que se reconheça à mulher um papel igual ao do homem. Os comportamentos sociais milenares não mudam de repente (...)⁵⁰⁶ (tradução nossa)⁵⁰⁷.

Nessa perspectiva, entendemos que, mesmo com todas as limitações e dificuldades de atuação, as mulheres das décadas de 60 e 70 romperam com modelos de dominação compartilhados por muitos anos e ocuparam lugares de ação política até então exclusivos aos homens.

Desse modo, com o intuito de entender os locais ocupados por essas mulheres em organizações armadas abordaremos, nas duas últimas seções, os processos de formação dos grupos armados Montoneros e PRT/ERP. Como sabemos, apesar de haver muitas semelhanças entre as organizações armadas da década de 1970, é inegável que cada uma delas dispunha de singularidades. Nesse sentido, apresentamos as formas de articulação dessas organizações e as especificidades dos papéis desempenhados pelas mulheres militantes, tanto no grupo Montoneros quanto no PRT/ERP.

⁵⁰² NOGUERA, 2013, p. 22.

⁵⁰³ “*Tanto en el ERP como en Montoneros podemos reconocer una activa participación de las mujeres que, en el marco de la militancia, rompieron con los papeles tradicionales que las relegaban al ámbito doméstico, para participar conscientemente en la vida pública y política*”.

⁵⁰⁴ MARTÍNEZ, Paola. Aproximaciones a la construcción del devenir de la(s) mujer(es) y a la aparición de formas alternativas de subjetividad femenina en la historia reciente. *Memórias*, Bogotá, v. 13, n. 23, p. 67-69, 2015b, p. 78. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.16925/me.v13i23.1081>. Acesso em 4 de mar. 2020.

⁵⁰⁵ “*(...) las militantes fueron subversivas de un orden normativo hegemónico porque desafiaron y trastocaron las muchas facetas de la identidad social esperada para una mujer en los años 1970 (madre, esposa, entre otras)*”.

⁵⁰⁶ DIANA, 1997, p. 396.

⁵⁰⁷ “*La mujer sale del hogar, del lugar socialmente tiene asignado y asume un rol que no solamente es público, sino excepcional. Pasa a participar en acciones políticas que se apoyan en las armas. No podrá salir de allí igual que antes. Ya nada será como antes. Ello no significa que con eso se le reconozca a la mujer un papel igual al hombre. No se cambian de repente comportamientos sociales milenarios (...)*”.

2.3 AS ORIGENS DA ORGANIZAÇÃO ARMADA MONTONEROS E A MILITÂNCIA FEMININA

O Movimento de Sacerdotes para o Terceiro Mundo⁵⁰⁸ foi uma das principais bases de formação do grupo Montoneros, pois a maior parte de seus fundadores é proveniente desse universo católico. Dessa forma, a organização se consolidou e se desenvolveu com muitas marcas desse movimento. De acordo com Beatriz Sarlo⁵⁰⁹, “(...) os doze primeiros Montoneros (excluindo Norma Arrostito⁵¹⁰, que saíra do partido comunista) estão próximos ou provêm desse mundo católico convulsionado primeiro pelas encíclicas sociais de João XXIII e, em seguida, pela teologia da libertação⁵¹¹”⁵¹². Ainda segundo Sarlo, “(...) violência e pecado, teologia da violência e teologia do pecado, não é preciso mais nada: a organização Montoneros nasce desse cruzamento histórico da radicalização política com a radicalização religiosa”⁵¹³.

Nesse sentido, para entendermos a formação, a organização e o desenvolvimento do grupo Montoneros, torna-se imprescindível conhecermos as renovações e modificações da Igreja Católica em um espaço macro, que ultrapassa as especificidades da Argentina. As modificações ocorreram a partir de 1962, quando o papa João XXIII convocou o Concílio Vaticano II, com o objetivo de renovar a Igreja Católica. Segundo ele, a Igreja deveria ser adaptada às condições do momento. Seu propósito era aproximá-la dos homens, sem se importar com raça, posição social e hierarquia⁵¹⁴. Dessa forma, o Concílio Vaticano II e os

⁵⁰⁸ O Movimento de Sacerdotes para o Terceiro Mundo (MSTM) foi considerado o maior e mais influente movimento dentre aqueles ligados à Teologia da Libertação na Argentina (ANDREO, Igor Luis. O alvorecer da Teologia da Libertação na Argentina e no México: ensaio para um estudo comparativo. *Revista História Comparada*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 1-10, 2009. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/RevistaHistoriaComparada/article/view/119/pdf>. Acesso em 3 de jun. 2016). Em linhas gerais, foi uma agrupação composta exclusivamente por sacerdotes cujo objetivo principal era a conscientização do povo argentino no que tange à situação de injustiça que se vivia no país (MANGIONE, Mónica. *El Movimiento de Sacerdotes para el Tercer Mundo*. Santa Fé: Último Recurso, 2004).

⁵⁰⁹ Beatriz Sarlo fez parte da geração formada pelo peronismo na Argentina. A autora nasceu em Buenos Aires, em 1942, e estudou literatura. Desde 1978, dirige a revista *Punto de Vista*. Publicou livros no Brasil como: *Cenas da vida pós-moderna e Paisagens imaginárias* (SARLO, Beatriz. *A paixão e a exceção*: Borges, Eva Perón, Montoneros. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005).

⁵¹⁰ Norma Arrostito nasceu em Buenos Aires, em 1940, e teve rápida militância na *Federación Juvenil Comunista*, e na *Acción Revolucionaria Peronista*. Foi uma das fundadoras da organização Montoneros, cuja condução nacional integrou até 1975. Em 1976, foi sequestrada por um grupo de tarefas da *Escuela de Mecánica de la Armada* (ESMA). Acessamos estas informações na obra de Alejandra Oberti (OBERTI, 2015).

⁵¹¹ Teologia da Libertação é um termo que engloba uma multiplicidade de concepções teológicas, sociais, econômicas e políticas. Foi o principal e maior movimento de renovação católica ocorrido, sobretudo, na América Latina, a partir de 1969 (ANDREO, 2009).

⁵¹² SARLO, 2005, p. 169.

⁵¹³ Idem, *ibidem*, p. 173.

⁵¹⁴ MANGIONE, 2004.

documentos provenientes dele formalizaram novas orientações, voltadas principalmente a questões de igualdade social, e enfatizaram o repúdio a todas as formas de pobreza, à injustiça e à exploração social, estimuladas pelo poder e pela riqueza. Incitavam, desse modo, os cristãos em nome do amor ao próximo, à luta pela igualdade⁵¹⁵. Segundo autores como Andreo⁵¹⁶, Gotay⁵¹⁷ e Boff⁵¹⁸, o movimento oriundo da Igreja que mais influenciou a América Latina foi o denominado Teologia da Libertação. Essa influência está diretamente ligada ao contexto de exploração e dependência vivenciado pela América Latina nos fins da década de 1950 e início de 1960, com a recuperação das potências após as guerras mundiais. A respeito do contexto de surgimento da teologia da libertação na América Latina, Gotay afirma:

No início da década de 60, estão dadas na América Latina as condições materiais e teóricas apropriadas para que os cristãos participem em uma práxis política e social que os levaria a uma maior radicalização e a reformular os supostos teóricos com os quais iniciam sua estreia no processo político. Essa reformulação será colhida na teologia da libertação⁵¹⁹ (tradução nossa)⁵²⁰.

O autor ainda acrescenta:

É então no meio dessas condições históricas de crise, intensificação da miséria, sofrimento de operários camponeses e marginalizados, de exploração dos trabalhadores, de perseguição daqueles que querem construir um mundo melhor, de aumento da repressão para fazer possível a manutenção dos privilégios das oligarquias, da burguesia e das multinacionais estrangeiras, e de insurreição guerrilheira contra esse mundo, que os cristãos, sacerdotes, religiosos, pastores, teólogos e leigos levam a sério a nova compreensão de seu cristianismo – exposto pelos teólogos da vanguarda e que seria expressado parcialmente pelas encíclicas e os acordos como os de Vaticano II, a Conferência do CELAM em Medellín e outros – para se lançar à participação no processo de libertação⁵²¹ (tradução nossa)⁵²².

⁵¹⁵ GILLESPIE, Richard. *Soldados de Perón*. Buenos Aires: Grijalbo, 1998.

⁵¹⁶ ANDREO, 2009, p. 8.

⁵¹⁷ GOTAY, Samuel Silva. *El pensamiento cristiano revolucionario en América Latina y el Caribe*. Puerto Rico: Huracán, 1989.

⁵¹⁸ BOFF, Leonardo. O perene desafio da Teologia da Libertação. *Horizonte*, Belo Horizonte, v. 11, n. 32, p. 2175-5841, out.-dez. 2013. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/P.2175-5841.2013v11n32p1323/5840>. Acesso em 15 de jul. 2020.

⁵¹⁹ GOTAY, 1989, p. 28.

⁵²⁰ “En el inicio de la década del 60 se dan en América latina las condiciones materiales y teóricas apropiadas para que los cristianos participen en una praxis política y social que los llevaría a una mayor radicalización y a reformular los supuestos teóricos con los que inician su estreno en el proceso político. Esa reformulación se habrá de recoger en la teología de la Liberación”.

⁵²¹ GOTAY, 1989, p. 37.

⁵²² “Es entonces, en medio de estas condiciones históricas de crisis, intensificación de la miseria, sufrimiento de obreros campesinos y marginados, de explotación de los trabajadores, de persecución de aquellos que quieren construir un mundo mejor, de aumento de la represión para hacer posible el mantenimiento de los privilegios de las oligarquías, de la burguesía y de las multinacionales extranjeras, y de insurrección guerrillera contra ese mundo, que los cristianos, sacerdotes, religiosos, pastores, teólogos y laicos toman en serio la nueva comprensión de su cristianismo – expuesto por los teólogos de vanguardia y que habría de ser expresado parcialmente por las encíclicas y los acuerdos como los de Vaticano II, la conferencia del CELAM en Medellín y otros – para lanzarse a participar en el proceso de liberación”.

Diante do que foi abordado anteriormente é possível nos perguntarmos: de que maneira as mulheres participaram dos processos de renovação da Igreja Católica? Foram ouvidas? Os problemas de desigualdade de gênero foram considerados? Como nos lembra Marques, as mulheres sempre estiveram envolvidas em atividades eclesiais, entretanto, “(...) têm sido subjugadas às opiniões de homens, pois a elas não é facultado o acesso, por exemplo, ao sacerdócio”⁵²³.

Nesse contexto, embora os movimentos de renovação da Igreja tenham levantado bandeiras de igualdade social e repudiado as desigualdades, oriundas, segundo eles, dos estímulos do sistema capitalista, as formas de opressão vivenciadas pelas mulheres não foram levadas em consideração. As desigualdades sociais foram limitadas especificamente aos aspectos financeiros⁵²⁴. Para Gebara: “O Deus amante dos pobres, seu libertador, seu justiceiro, pouco olhava para as mulheres e suas formas particulares de sofrimento. Estupradas, exploradas no trabalho, violentadas, prostituídas, empobrecidas pelas guerras, não se sentiam dignas desse Deus amante”⁵²⁵.

Em razão de todo o processo de opressão feminina até mesmo no interior de movimentos críticos a formas de dominação social, surgiu o movimento denominado Teologia Feminista da Libertação. Este se organizou paralelamente ao campo da Teologia da Libertação, tendo se fundamentado em leituras teológicas que não oprimissem as mulheres, ou seja, em uma nova interpretação da Bíblia a partir de um olhar voltado para o gênero⁵²⁶. Segundo Gebara:

A expressão “teologia feminista” se impôs na década de 1970 através do trabalho de muitas autoras que tentaram denunciar a opressão religiosa das mulheres a partir da figura de Deus Pai plasmada no poder religioso das figuras masculinas. O livro de Mary Daly (1973) é considerado um clássico nessa temática⁵²⁷.

Assim, é importante destacar que, apesar de a Igreja Católica ter se renovado no aspecto político a partir dos anos de 1960, continuou reproduzindo discursos conservadores, principalmente no que se refere a padrões tradicionais de gênero, e a mulher continuou sendo vista como inferior em relação à supremacia da representação masculina. Ainda de acordo com Gebara:

⁵²³ MARQUES, Gabriela Miranda. *Mulheres, feminismos e igreja católica no Cone Sul: algumas relações (1970-1988)*. 2011. 202 f. Dissertação (Mestrado em História Cultural) – Departamento de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011, p. 46. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/95221>. Acesso em 09 de ago. 2021.

⁵²⁴ GEBARA, Ivone. A Teologia da Libertação e as mulheres. *Sociedade e Cultura*, Goiás, v. 23, p. 1-36, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fcs/article/view/61023>. Acesso em 03 de mar. 2022.

⁵²⁵ GEBARA, 2020, p. 13.

⁵²⁶ MARQUES, 2011.

⁵²⁷ GEBARA, 2020, p. 3.

O Cristianismo, da antiguidade até os nossos dias, mantém nos seus pilares antropológicos e filosóficos a supremacia da representação masculina e a redução das mulheres a auxiliares na história cristã. Esta supremacia, ainda que suavizada, manteve-se também na teologia da libertação⁵²⁸.

Nessa perspectiva, independentemente de serem consideradas inferiores em relação à predominância masculina, muitas mulheres não romperam com a Igreja; mesmo com críticas ao sistema de opressão ao feminino dentro da instituição, sentiam-se representadas em relação a outros aspectos. Segue, abaixo, trecho de uma carta que foi publicada na revista *Persona*. A autora se identificou pelo nome de Maria e como feminista católica:

(...) não é conveniente atacar a Igreja (por mais que sua hierarquia seja machista pois é distanciar do movimento de muitas mulheres cristãs. Por acaso Cristo não foi o primeiro feminista? Se não quiser publicar esta carta não importa. Era simplesmente para que soubesse como pensa uma feminista católica. María.⁵²⁹ (tradução nossa)⁵³⁰.

A partir da carta, podemos perceber como o fato de ser feminista não excluía a identificação com a Igreja. Podemos constatar também como se fazia presente a multiplicidade de vozes femininas em setores da Igreja e no feminismo. A formação de um movimento crítico à exploração das mulheres dentro da Igreja Católica, que se apresentava como um setor conservador em relação à dominação feminina, representa a complexidade das relações e vivências. Nas palavras de Gebara:

Não se trata apenas de questões pessoais pois, se assim fosse, bastaria que nos afastássemos das instituições religiosas. Trata-se de uma opção coletiva pela justiça e pela liberdade em nossas relações, sem as quais a humanidade perderia o sentido de sua existência. Trata-se de perceber, de forma crítica, a cumplicidade maior ou menor das instituições religiosas em manter privilégios e diferentes formas de violência⁵³¹.

No entanto, mesmo considerando todas as críticas em relação às hierarquias de gênero presentes no interior da Igreja, inclusive a importância da Teologia Feminista da Libertação naquele contexto, para Gebara, “(...) o discurso teológico bíblico continuou branco, colonialista e masculino nos seus fundamentos”⁵³².

Por outro lado, o contexto de exploração e desigualdade social vivenciado pela América Latina no início dos anos 1960 estimulou o surgimento de movimentos voltados a causas sociais. Assim, mesmo com a reprodução de sistemas de opressão social dentro desses

⁵²⁸ GEBARA, 2020, p. 18.

⁵²⁹ MARIA. [carta]. *Persona* (Primera Época). *América Lee*. Buenos Aires, 1974, n. 0 p. 27. Disponível em: <https://americalee.cedinci.org/wp-content/uploads/2016/07/PERSONA-3.pdf>. Acesso em 15 de ago. 2020.

⁵³⁰ “(...) no es conveniente atacar a la Iglesia (por más que su jerarquía es machista) pues es alejar del movimiento a muchas mujeres cristianas, ¿acaso Cristo no fue el primer Feminista? Si no quieres publicar esta carta no importa. Era simplemente para que supieras como piensa, una feminista católica. María”.

⁵³¹ GEBARA, Ivone. *O que é teologia feminista?* São Paulo: Primeiros Passos, 2017, p. 21.

⁵³² GEBARA, 2017, p. 19.

movimentos, a renovação da Igreja se apresentou muito coerente naquele momento, principalmente em sua relação com organizações armadas, que lutavam por transformações estruturais no sistema capitalista. É importante ressaltar também, como lembra Leonardo Boff, que a “Teologia da Libertação só podia surgir na América Latina, num continente onde as maiorias são cristãs e simultaneamente oprimidas e cuja fé foi, por séculos, vivida de forma a mantê-las na opressão e na resignação”⁵³³. Dessa forma, podemos notar que o contexto social da época foi fundamental para a disseminação e o desenvolvimento da Teologia da Libertação na América Latina.

Essa corrente teológica nasceu oficialmente em 1968, na Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, realizada em Medellín, na Colômbia. Entretanto, já havia nascido, na Argentina e em outros países, especificidades desse movimento antes desse período⁵³⁴. Em suma, a Teologia da Libertação foi uma adequação feita a partir de um âmbito mais geral – o Concílio Vaticano II, conforme apontamos –, levando em consideração o contexto latino-americano e suas particularidades.

De acordo com Boff⁵³⁵, a Teologia da Libertação se inscreve frente às várias formas de opressão, pleiteia a libertação concreta como consequência da teologia do Êxodo, da prática dos profetas, de Jesus e dos apóstolos. Desse modo, pensando na origem bíblica em que se inspirou a referida corrente, podemos entender ainda com mais clareza como essa teologia se adequava perfeitamente ao contexto de desigualdade social da América Latina.

Por fim, é importante destacar também que a Teologia da Libertação foi um movimento que emergiu da periferia, ao contrário de outras teorias que se ergueram a partir do mundo acadêmico ou de escritórios de grandes pensadores⁵³⁶.

O Movimento de Sacerdotes para o Terceiro Mundo foi, por sua vez, mais específico em relação à Teologia da Libertação e aos documentos do Vaticano II. Lembremo-nos, como vimos no capítulo anterior, que as políticas assistencialistas na Argentina chegaram ao fim a partir de 1955. Nesse sentido, a situação era de extrema miséria por parte das camadas mais desfavorecidas. É a partir desse contexto, concomitantemente às várias formas de resistência ao processo ditatorial instaurado e às ideias oriundas dos documentos do Vaticano II – que se identificam com o contexto de exploração vivido na Argentina –, que surge o Movimento de

⁵³³ BOFF, 2013, p. 1326.

⁵³⁴ ANDREO, 2009.

⁵³⁵ BOFF, op. cit.

⁵³⁶ GÓMEZ, Salustiano Alvarez. A Teologia da Libertação na América Latina. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v. 10, n. 13, p. 24-44, 2008. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/942/911>. Acesso em 17 de jun. 2020.

Sacerdotes para o Terceiro Mundo. No entanto, é importante ressaltar que o referido movimento, apesar de suas especificidades, deve ser analisado como parte de um processo mais amplo, sem perdermos de vista as modificações e renovações iniciadas com o Vaticano II.

Criado em 1967, o movimento em questão foi anunciado pelo documento *Bispos del Tercer Mundo*, na Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino Americano, em Medellín, em 1968. Segundo Gillespie⁵³⁷, os sacerdotes da Argentina se anteciparam na prática de algumas ideias dos documentos do Vaticano II, trabalhando entre os pobres.

Sobre a origem do Movimento de Sacerdotes para o Terceiro Mundo, Monica Mangione concorda com Gillespie e afirma:

Depois do primeiro Encontro Nacional em maio de 1968, fica organizado o Movimento de Sacerdotes para o Terceiro Mundo. Sua organização em nenhum momento tinha sido calculada ou planejada, mas se deu pela magnitude de respostas frente às adesões e aos pedidos que os sacerdotes de diferentes dioceses faziam⁵³⁸ (tradução nossa)⁵³⁹.

Ademais, o referido movimento tinha como objetivo inicial renovar as estruturas eclesiais e adaptá-las ao contexto vivido no período. Entretanto, com o seu desenvolvimento, ele vai ainda mais além, chegando a questionar as estruturas do sistema capitalista com pretensões de transformações revolucionárias das estruturas sociais. Dessa forma, alinha-se a questões políticas e, em muitos momentos, agrega-se ao peronismo e à guerrilha, vendo neles a única solução para dar conta das transformações sociais pretendidas⁵⁴⁰. Tendo em vista o contexto vivido no momento, em que não restavam opções democráticas para que as transformações sociais fossem colocadas em prática, a maior parte do movimento defendia a luta armada como única opção para a conclusão dos objetivos almejados. Andreo destaca que:

Quanto à opção pela via armada, o MSTM, majoritariamente, apoiava sua utilização até o momento em que se derrubasse o regime militar e Perón voltasse ao poder, enquanto setores minoritários defendiam a via não violenta ou a manutenção das armas até que o socialismo fosse instaurado⁵⁴¹.

⁵³⁷ GILLESPIE, 1998.

⁵³⁸ MANGIONE, 2004, p. 15.

⁵³⁹ “*Después del primer Encuentro Nacional en mayo de 1968, queda organizado el Movimiento de Sacerdotes para el Tercer Mundo. Cabe decir que su organización en ningún momento había sido calculada o planeada sino que se dio por la magnitud de respuestas frente a las adhesiones y los pedidos que los sacerdotes de diferentes diócesis hacían*”.

⁵⁴⁰ ANDREO, 2009; LENCI, María Laura. La radicalización de los católicos en la Argentina. Peronismo, cristianismo y revolución (1966-1971). *Cuadernos del CISH*, La Plata, n. 4, p.174-2000, 1998. Disponível em: http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.2716/pr.2716.pdf. Acesso em 17 de jun. 2020.

⁵⁴¹ ANDREO, 2009, p. 8.

Desse modo, todos os princípios almejados e defendidos pela Igreja convergiam diretamente para a luta dos jovens de fins da década de 1960 e início de 1970, que foram, por sua vez, influenciados e organizados no contexto de renovação da instituição. O Movimento de Sacerdotes para o Terceiro Mundo foi o que mais influenciou a formação dos jovens, inclusive do Montoneros. Partindo desse ponto, a igualdade, a luta contra a dependência do capital estrangeiro e a “justiça social” são as principais semelhanças entre as bandeiras das renovações da Igreja e dos grupos guerrilheiros surgidos no mesmo período, incluindo Montoneros. Sobre as mudanças ocorridas na Igreja e sua relação com os jovens, Gillespie afirma:

Em um país onde 90% da população estava batizada e 70% havia recebido a primeira comunhão, as ideias católico-radicalis minaram decisivamente a influência conservadora que a hierarquia eclesiástica exercia sobre milhares de jovens argentinos. Elas ainda despertaram a preocupação com os problemas e as mudanças sociais, legitimaram a ação revolucionária e levaram muitos para o Movimento Peronista⁵⁴² (tradução nossa)⁵⁴³.

O autor prossegue com seu balanço: “Contudo, as declarações mais radicais feitas em Medellín incitaram uma revolução teológica que se estendeu por amplos setores da Igreja Católica durante os anos sessenta e produziu um impacto particularmente forte nos jovens argentinos”⁵⁴⁴ (tradução nossa)⁵⁴⁵. Ainda para o autor, as influências teológicas mais radicais foram significativas para a formação do Montoneros.

No entanto, é importante ressaltarmos que, no Montoneros, a radicalização da luta pela via armada era um dilema. O grupo se dividia entre uma corrente a favor e outra contrária à referida via. Segundo Gillespie:

Juan Garcia Elorrio adotou o ponto de vista de Camilo Torres, segundo o qual a revolução não só está permitida, mas é obrigatória para todos os cristãos que vejam nela um jeito mais eficaz de fazer possível um maior amor para todos os homens, acrescentando que podia resultar às vezes necessariamente violenta por alguns corações serem tão insensíveis. Por outra parte, Carlos Mugica representou o ponto de vista mais geralmente aceito, rejeitando a participação dos sacerdotes nas lutas revolucionárias armadas e afirmando: Estou disposto a que me matem, mas não a matar⁵⁴⁶ (tradução nossa)⁵⁴⁷.

⁵⁴² GILLESPIE, 1998, p. 64.

⁵⁴³ “En un país donde el 90% de la población estaba bautizada y el 70% había recibido la primera comunión, las ideas católico-radicales socavaron decisivamente la influencia conservadora que la jerarquía eclesiástica ejercía sobre millares de jóvenes argentinos. Despertaron la preocupación por los problemas y cambios sociales, legitimaron la acción revolucionaria y encauzaron a muchos hacia el Movimiento Peronista”.

⁵⁴⁴ GILLESPIE, 1998, p. 82.

⁵⁴⁵ “Con todo, las declaraciones más radicales hechas en Medellín incitaron a una revolución teológica que se extendió por amplios sectores de la Iglesia Católica durante los años sesenta y produjo un impacto particularmente fuerte en los jóvenes argentinos”.

⁵⁴⁶ GILLESPIE, op. cit., p. 82.

⁵⁴⁷ “Juan García Elorrio adoptó el punto de vista de Camilo Torres, según el cual la revolución no sólo está permitida, sino que es obligatoria para todos los cristianos que vean en ella la manera más eficaz de hacer posible un mayor amor para todos los hombres, añadiendo que podía resultar a veces necesariamente violenta por ser

Nesse sentido, por mais que a luta armada tenha influenciado os grupos que estavam se formando naquele momento e que parte majoritária do Movimento de Sacerdotes para o Terceiro Mundo fosse a favor dela, não devemos generalizar que todos os sacerdotes fossem defensores ferrenhos dessa via. É necessário destacar que, mesmo com todo aquele contexto de repressão e luta por transformações sociais, muitos sacerdotes e pessoas envolvidas na Igreja não eram a favor da via armada e que todas essas especificidades também deram forma e delinearão a instauração do grupo. O padre Carlos Mugica, por exemplo, que era contrário à via armada, teve um papel fundamental na formação do Montoneros, uma vez que teve contato com boa parte dos fundadores do grupo, desenvolvendo trabalhos de cunho social. De acordo com Mangione: “Com Mugica compartilharam uma missão no interior, ao norte de nosso país, onde viram a miséria em que se encontravam os trabalhadores rurais da região. Lá fizeram trabalhos de construção e reconstrução de casas, pintura etc.”⁵⁴⁸ (tradução nossa)⁵⁴⁹. Dentre outras coisas, Mugica lhes ensinava que o cristianismo era impossível sem o amor aos pobres e aos perseguidos por sua defesa da justiça e sua luta contra a injustiça. Em várias ocasiões, Mugica levou os três fundadores do Montoneros (Fernando Abal Medina, Carlos Gustavo Ramus e Mario Eduardo Firmenich) para trabalhar com ele entre os *Chabolistas del Retiro*, em Buenos Aires⁵⁵⁰.

Entretanto, mesmo com todas as influências de Mugica contrárias à luta armada, parte dos fundadores do Montoneros, principalmente os que atuaram em experiências de trabalhos sociais e evangélicos, inspiraram-se também nas teses de Camilo Torres⁵⁵¹, que acreditava que o problema básico era político e a solução era a revolução política. Para dar conta da revolução política era necessário se preparar para a luta armada que era, para eles, uma resposta legítima à violência institucionalizada. A partir de então, romperam com suas organizações católicas seculares e passaram à clandestinidade⁵⁵². Em 1967, estabeleceram o Comando Camilo Torres

algunos corazones tan insensibles. Por otra parte, Carlos Mugica representó un punto de vista más generalmente aceptado, al rechazar la participación de los sacerdotes en las luchas revolucionarias armadas y al afirmar: Estoy dispuesto a que me maten, pero no a matar”.

⁵⁴⁸ MANGIONE, 2004, p. 20.

⁵⁴⁹ “Con Mugica compartieron una misión en el interior, en el Norte de nuestro país, donde vieron la miseria en la que se encontraban los hacheros de la zona. Allí, hicieron trabajos de construcción y reconstrucción de casas, pintura, etc.”.

⁵⁵⁰ GILLESPIE, 1998.

⁵⁵¹ Camilo Torres, capelão universitário na Colômbia e favorável à reforma agrária, começou um movimento político pela tomada do poder e socialização dos meios de produção, que o levaram à guerrilha da Frente de Libertação Nacional. Acreditava que a revolução não era somente permitida, mas obrigatória para os cristãos, tendo em vista que viam nela a única maneira eficaz e ampla de realizar o amor para todos (GOTAY, 1989, p. 54).⁵⁵² GILLESPIE, op. cit.

e se juntaram a Juan García Elorrio. Segundo Gillespie⁵⁵³, esse comando, ligado com o peronismo, o socialismo e a luta armada, era simplesmente um trampolim no caminho para a criação da organização Montoneros. Ainda de acordo com o autor, é a partir dessa união que surge a revista *Cristianismo y Revolución*, cujo objetivo principal era denunciar as ações de Juan Carlos Onganía (presidente no momento) e justificar o comando e suas ideias baseadas no cristianismo e na revolução. No que diz respeito ao comando Camilo Torres, María Laura Lenci destaca:

(...) Para 1967 este grupo de jovens, encabeçado pelo Diretor de Cristianismo e Revolución, Juan García Elorrio, forma o "Comando Camilo Torres". Esta organização pode ser interpretada como um dos núcleos fundacionais do que, com o passar do tempo, foi uma das organizações armadas mais importantes da América Latina: Montoneros⁵⁵⁴ (tradução nossa)⁵⁵⁵.

Como podemos observar, Montoneros absorveu, em seu processo de formação, muitas das ideias e práticas provenientes da versão mais radical da Igreja, que emergiu em fins da década de 1960. Essas ideias convergiam também com os princípios peronistas, correlacionados diretamente às preocupações voltadas para o social, isso porque as renovações da Igreja e o peronismo estavam muito sincronizados em relação às debilidades sociais presentes no período. Assim, podemos identificar o grupo Montoneros, em seus primeiros momentos, como o ponto de interseção entre o peronismo e a Igreja. Em virtude disso, a “justiça social”, o nacionalismo e a luta contra o capitalismo eram princípios comuns aos Montoneros, ao peronismo e à Igreja. De acordo com Gillespie: “Em virtude de seu compromisso com a justiça social e a causa popular, o catolicismo radical conduziu muitos jovens para o Movimento Peronista”⁵⁵⁶ (tradução nossa)⁵⁵⁷.

É nesse contexto que o grupo se funda, pautado em todos esses princípios, vinculado diretamente à Igreja e inspirado na luta armada e nas influências da Revolução Cubana.

No que diz respeito à atuação feminina no Montoneros, podemos afirmar, certamente, que foi muito intensa. Para Perdía, “a quantidade de vozes e a forma como as mulheres

⁵⁵³ Idem, *ibidem*.

⁵⁵⁴ LENCI, p. 177-178.

⁵⁵⁵ “(...) *Hacia 1967 este grupo de jóvenes, encabezado por el Director de Cristianismo y Revolución, Juan García Elorrio, forma el Comando Camilo Torres*”. Esta organización puede ser interpretada como uno de los núcleos fundacional de lo que con el correr del tiempo fue una de las organizaciones armadas más importante de América Latina: los Montoneros”.

⁵⁵⁶ GILLESPIE, 1998, p. 86.

⁵⁵⁷ “*En virtud de su compromiso con la justicia social y la causa popular, el catolicismo radical condujo a muchos jóvenes hacia el Movimiento Peronista*”.

participaram nas lutas de nossa geração é um dos aspectos mais significativos”⁵⁵⁸ (tradução nossa)⁵⁵⁹.

Desse modo, é importante apresentarmos alguns dados a respeito das mulheres. No entanto, devemos levar em consideração a dificuldade de estabelecer números com precisão, na medida em que o grupo sofreu baixas em vários momentos e passou por um período na clandestinidade. De acordo com Barrancos⁵⁶⁰, no período de formação, 20% do Montoneros era constituído por mulheres; dessa porcentagem, mais de 60% tinha até 30 anos. Para Perdía⁵⁶¹, no período seguinte, aproximadamente em 1973, não menos de um terço do grupo era formado por mulheres.

De acordo com relatos, podemos notar que as mulheres montoneras desempenharam diversos tipos de atividade no grupo. Conforme aponta Barrancos⁵⁶², as mulheres se encarregavam, sobretudo, de tarefas logísticas. Nas tarefas militares, o número de mulheres era inferior comparado ao dos homens; no entanto, no que se refere a funções de inteligência, havia equivalência nesses números. Nas atividades relacionadas à imprensa e à divulgação, o número de homens também superava o de mulheres.

Outra informação destacada por Barrancos⁵⁶³ se refere ao estado civil das mulheres que aderiram ao Montoneros. A maior parte das aderentes era solteira, mas também havia muitas casadas que, em sua maioria, aderiram ao grupo juntamente com seus companheiros. Teresa Meschiatti, citada por Diana, afirma que a organização era fechada e militarista e o que definia o poder era a coragem e a decisão de levar tarefas adiante, ou seja, atividades praticadas normalmente por homens. Nesse sentido, admite que existia um conceito “machista” de militância. Entretanto, enfatiza que, no seu ponto de vista, “a mulher deveria estar ao lado do homem, como as que lutaram ao lado dos nossos patriotas no século passado. Isso se deu plenamente com meu ‘cumpa’, que era um tipo adorável”⁵⁶⁴ (tradução nossa)⁵⁶⁵.

⁵⁵⁸ PERDÍA, 2013, p. 90.

⁵⁵⁹ “*La cantidad y forma en que participaron las mujeres en las luchas de nuestra generación es uno de sus aspectos más significativos. Cuantitativamente las mujeres significaban, aproximadamente, un tercio del conjunto de la militancia montonera*”.

⁵⁶⁰ BARRANCOS, 2010.

⁵⁶¹ PERDÍA, 2013.

⁵⁶² BARRANCOS, op. cit.

⁵⁶³ BARRANCOS, 2011.

⁵⁶⁴ DIANA, 1997, p. 44.

⁵⁶⁵ “*la mujer debe estar del lado del hombre, como aquellos que lucharon del lado de nuestros patriotas en el siglo pasado. Esto paso totalmente con mi 'cumpa', que era un tipo encantador*”.

Para algumas militantes, o cotidiano de violência das organizações armadas não era fácil. Desempenhar ações violentas utilizando as armas foi um problema relatado pela montonera Graciela Daleo (Viky)⁵⁶⁶, citada por Diana:

No meu caso há que acrescentar que sou mulher, que nós mulheres nos vemos menos nesse papel, e que eu tinha uma formação cristã que também pesava muito. (...) eu tinha ficado muito impressionada com as palavras do Che e aquilo de nos converter em frias máquinas de matar, ainda que naquela mesma mensagem estivesse o maravilhoso exemplo de humildade que nos dava o Che (...) ⁵⁶⁷ (tradução nossa) ⁵⁶⁸.

A partir do relato acima, percebemos, além da dificuldade apresentada pela militante para executar ações armadas, a legitimação, de certa forma, dos papéis estabelecidos socialmente para mulheres. Na verdade, a dificuldade de desempenhar ações violentas não era, exclusivamente, um problema específico das “mulheres”. Militantes com experiências diversas relatavam dificuldades para lidar com a constante violência das organizações armadas. Para alguns deles, por exemplo, lidar com a prisão e morte de companheiros não era uma tarefa fácil. Portanto, todas essas questões estavam diretamente relacionadas com o processo de violência, que era inerente a essas organizações e não necessariamente uma questão de ser ou não “mulher”.

De acordo com Miguel⁵⁶⁹: “Tudo foi curto, intenso, confuso e doloroso. Como foi a vida de muitos casais naquela época. Éramos quase meninos, vivendo uma militância em que víamos cair companheiros, presos ou mortos, constantemente, quando ainda não tínhamos amadurecido”⁵⁷⁰ (tradução nossa)⁵⁷¹.

Outra dificuldade relatada pelos militantes se refere às demandas de organização dos grupos armados, pela exigência quase absoluta de dedicação. Sobre o assunto, relata Graciela Daleo:

⁵⁶⁶ De acordo com Sepúlveda (2016), Graciela Beatriz Daleo, iniciou sua militância como missionária cristã no norte da província de Santa Fé com o padre Carlos Mugica. Nesse contexto, teve contato com outros jovens como Carlos Ramus e Mario Firmenich, que mais tarde se tornariam líderes da organização Montoneros. Apesar de sua longa carreira, chegou apenas ao nível de aspirante em meados de 1975, trabalhava na área de logística. Foi sequestrada em 18 de outubro de 1977 e detida por dois anos na ESMA. Recuperou a liberdade e viveu no exílio, voltou, testemunhou e durante o governo de Raúl Alfonsín teve que se exilar novamente (SEPÚLVEDA, 2016).

⁵⁶⁷ DALEO apud DIANA, 1997, p. 272.

⁵⁶⁸ “*En mi caso hay que agregar que soy mujer, que las mujeres nos vemos menos en ese papel, y que yo tenía una formación cristiana que también pesaba mucho. (...) yo me impresionara tanto con las palabras del Che y aquello de convertirnos en frías máquinas de matar, aunque en ese mismo mensaje estaba el maravilloso ejemplo de humildad que nos daba el Che (...)*”.

⁵⁶⁹ O relato de Miguel foi retirado do livro *Mujeres guerrilleras* (1997), de Marta Diana. “Miguel” é um dos nomes inventados. A autora não divulga suas informações pessoais.

⁵⁷⁰ MIGUEL apud DIANA, 1997, p. 298.

⁵⁷¹ “*Todo fue corto, intenso, confuso y doloroso. Como fue la vida de muchas parejas en esa época. Eramos unos chicos casi, viviendo una militancia en la que veíamos caer compañeros, presos o muertos, constantemente, cuando todavía no habíamos alcanzado a madurar*”.

A militância era como um útero que te continha de todas as formas, no político, no cultural, no afetivo. Todas as amizades eram de lá, os amores, os sonhos. (...) Nossa luta abrangia terrenos díspares no social, e no interior de cada um implicava a transformação em homens e mulheres novos⁵⁷² (tradução nossa)⁵⁷³.

A militante Laura⁵⁷⁴ fala a respeito dos poucos momentos de lazer que vivenciavam e da sua conciliação com outras atividades do grupo: “Geralmente não íamos a festas, mas quando íamos tratávamos de combiná-la com um trabalho político. Por exemplo, fomos de férias uns dias à costa para acampar, mas aproveitamos para fazer um seminário”⁵⁷⁵ (tradução nossa)⁵⁷⁶. Além disso, a mesma militante faz referência ao caso de uma companheira que perdeu seu avô e custou a conseguir se ausentar do grupo, em virtude de uma atividade que tinha que desenvolver. Segundo seu relato:

Tudo estava subordinado à política que seguíamos. Quando o avô de uma companheira morreu, ela pediu permissão para viajar ao interior. Mas naquele momento ela tinha uma tarefa designada. E se viajasse não faria. Se fazia, não ia no velório, e ela se importava. Discutiu-se, e finalmente foi... depois de cumprir a tarefa. E chegou tarde⁵⁷⁷ (tradução nossa)⁵⁷⁸.

Como podemos notar, militar em uma organização armada significava vivenciar situações extremas e correr riscos frequentemente. Os militantes tinham que se dedicar para cumprir as tarefas do grupo com eficiência, não apenas em função das exigências oriundas da organização, mas também em razão de suas exposições a situações de risco, pelo fato de militarem em organizações armadas.

Além disso, o militante deveria estar sempre preparado para situações imprevisíveis. Roberto Perdía⁵⁷⁹, militante montonero, relata que uma companheira foi surpreendida na casa

⁵⁷² DALEO apud DIANA, op. cit., p. 270.

⁵⁷³ “*La militancia era una especie de útero que te contenía en todos los terrenos: político, cultural, afectivo. Todas las amistades eran de ahí, los mores, los sueños. (...) Nuestra lucha abarcaba terrenos dispares en lo social, y en el interior de cada uno implicaba la transformación en hombres y mujeres nuevos*”.

⁵⁷⁴ O relato de Laura foi retirado do livro *Mujeres guerrilleras* (1997), de Marta Diana. O nome é inventado. De acordo com informações fornecidas no livro, a militante nasceu em uma Vila no interior e era oriunda de uma família de classe média. Estudou em um colégio de freiras e militou na *Acción Católica*. Envolveu-se principalmente com a proposta do Movimento de Sacerdotes para o Terceiro Mundo.

⁵⁷⁵ LAURA apud DIANA, op. cit., p. 132.

⁵⁷⁶ “*Generalmente no íbamos a fiestas, y en el caso de que lo hiciéramos tratábamos de combinarlo con un trabajo político. Por ejemplo, fuimos a veranear unos días en carpa a la costa, pero aprovechamos para hacer un seminario*”.

⁵⁷⁷ LAURA apud DIANA, 1997, p. 132.

⁵⁷⁸ “*Todo estaba subordinado a la política que seguíamos. Cuando el abuelo de una compañera murió, ella pidió permiso para viajar al interior. Pero, en ese momento ella tenía una tarea asignada. Si viajaba no la hacía. Si la hacía, no iba al velatorio, y a ella le importaba. Se discutió, y finalmente fue... después de cumplir la tarea. Vale decir, llegó tarde*”.

⁵⁷⁹ Roberto Cirilo Perdía nasceu em Rancagua, Buenos Aires, em 1941. Filho de agricultores, licenciou-se em Direito pela Universidade Católica Argentina, onde presidiu o *Centro de Estudiantes*. Trabalhou como bancário, fundou uma organização sindical e participou da greve bancária de 1959. Em abril de 1963 organizou, junto com

em que vivia com seu filho e marido. Para salvar a sua vida e a de seu filho, a única alternativa que teve foi usá-lo como estratégia, impondo-lhe um risco extremo:

Um casal morava com seu pequeno filho de uns quatro anos. Uma noite a casa foi cercada e começou um tiroteio. O marido tentou sair pelos fundos e mataram ele. Sua mulher abriu então a porta e saiu levando a criança diante dela, gritando que se rendia. O oficial ordenou levantar os braços. Ela continuou dizendo que se rendia, mas sem obedecer. Uma das mãos dela estava sobre o ombro da criança, a outra não se enxergava. O oficial insistiu. Ela continuou caminhando. Os militares estavam paralisados e não sabiam o que fazer. A mulher chegou a uns três metros do grupo, empurrou a criança no chão e disparou contra o oficial⁵⁸⁰ (tradução nossa)⁵⁸¹.

A partir desse relato, podemos perceber como o uso da violência naquele momento se tornou algo banalizado. Constantemente pessoas morriam. Muitos militantes relatam suas dificuldades para lidarem repetidamente com esse tipo de situação. A seguir, reproduzimos relato de Teresa Meschiatti (Tina), que enfatiza a intensidade de suas ações na militância:

Era uma época de intensa atividade militante. A vida com os “cumpas” era plena e para mim eram irmãos de sangue. Minha prática era muito profunda, mas eu não refletia sobre isso. Eu podia, eu fazia... vivia dessa maneira, sem refletir. (...) minha dedicação e minha entrega eram totais (...). (...) Foi assim desde que entrei na organização e cortei com tudo: família, universidade, amigos...⁵⁸² (tradução nossa)⁵⁸³.

Assim, além de conviverem com a violência, as militantes viveram momentos de restrição em relação à família e aos amigos, até mesmo em casos de problemas familiares e morte de entes estimados, como no depoimento de Laura. Ademais, podemos compreender também o valor desmedido dedicado à militância. A luta pela revolução e transformação social extrapolava a própria existência dos membros do grupo.

Dessa maneira, as militantes romperam com estereótipos e demonstraram suas capacidades independentemente de hierarquias de gênero. Além disso, é importante

Raimundo Ongaro e o sacerdote Rafael Yacuzzi, a Marcha da Fome do norte santafesino. Desde 1967 participou, junto com outros milhares de jovens, da experiência guerrilheira, primeiro das FAP (*Fuerzas Armadas Peronistas*) e, logo depois, do Montoneros. Roberto Perdía foi um dos integrantes da Condução Nacional de Montoneros. Fez parte da organização do projeto de contraofensiva do Montoneros em 1979 (PLANETA DE LIBROS. Roberto Perdía. *Planeta de Libros*. Buenos Aires: Grupo Planeta, s/d. Disponível em: <https://www.planetadelibros.com.ar/autor/roberto-perdia/000034882>. Acesso em 20 de out. 2021).

⁵⁸⁰ PERDÍA apud DIANA, 1997, p. 376.

⁵⁸¹ “*Un matrimonio vivía con su pequeño hijo de unos cuatro años. Una noche la casa fue rodeada y empezó un tiroteo. El marido intentó salir por el fondo y lo mataron en e lacto. Su mujer abrió entonces la puerta y salió llevando al niño delante de ella gritando que se rendía. El oficial al mando le ordenó levantar los brazos. Ella continuó diciendo que se rendía, pero sin obedecerle. Una de sus manos estaba sobre el hombro del niño, la otra no si veía. El oficial insistió. Ella continuó caminando. Los militares estaban paralizados y no sabían qué hacer. La mujer llegó a unos tres metros del grupo, empujó al niño al suelo y disparó contra el oficial*”.

⁵⁸² MESCHIATTI apud DIANA, 1997, p. 47.

⁵⁸³ “*Era una época de intensa actividad militante. La vida con los “cumpas” era plena y para mí eran Hermanos de sangre. Mi práctica era muy profunda, pero no meditaba. Yo podía, yo hacia... vivía de esa manera, sin reflexionar. (...) mi dedicación y mi entrega eran totales (...). (...) Así fue desde que entré en la organización y corte con todo: familia, Universidad, amigos...*”.

destacarmos também como a organização, mesmo com todas as especificidades e normas de condutas para os militantes, reunia uma grande diversidade de mulheres. Em virtude disso, é incoerente analisarmos todas as demandas das mulheres em uma mesma chave de compreensão. Para Miguel, “(...) tentar entender os problemas das mulheres como comuns a todas, sem levar em conta outros elementos como raça, classe, renda ou orientação sexual, seria silenciar sobre a multiplicidade de experiências específicas que compõem a condição feminina”⁵⁸⁴.

Por fim, podemos considerar que, embora se fizessem presentes, na sociedade e no interior da organização, estereótipos e assimetrias de gênero, as mulheres montoneras lutaram significativamente, trazendo grandes transformações nas lógicas sociais e rompendo com mitos da fragilidade feminina. Segundo Oberti, “(...) as mulheres se incorporaram em números significativos em todos os tipos de militância, produzindo, além de mudanças subjetivas nelas, mutações nos modos em que estes grupos se autorrepresentavam”⁵⁸⁵ (tradução nossa)⁵⁸⁶.

2.4 A FUNDAÇÃO DO PARTIDO REVOLUCIONARIO DE LOS TRABAJADORES/EJÉRCITO REVOLUCIONARIO DEL PUEBLO E A MILITÂNCIA FEMININA

O Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT) se formou em 1965, a partir da fusão de dois grupos: FRIP (*Frente Revolucionario Indoamericano Popular*), vinculada aos trabalhadores açucareiros do noroeste argentino e dirigida pelos irmãos Santucho (Mario Roberto, Francisco René e Oscar Asdrúbal); e PO (*Palabra Obrera*), organização trotskista com atuação entre estudantes universitários e trabalhadores industriais em Buenos Aires, Córdoba, Tucumán e Rosário, dirigida por Nahuel Moreno. A origem do PRT está diretamente ligada à conjuntura política da época, marcada por uma generalização de ações de protesto dos trabalhadores por motivos ligados às demandas sociais⁵⁸⁷. Ademais, a articulação entre a classe

⁵⁸⁴ MIGUEL, Luis Felipe. *A identidade e a diferença*. In: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. *Feminismo e política*. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 89.

⁵⁸⁵ OBERTI, Alejandra. Las mujeres en la política revolucionaria. El caso de PRT-ERP en la Argentina de los años '70. *INTERthesis*, Florianópolis, n. 1, v. 10, p. 6-36, jan.-jun. 2013, p. 13. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2013v10n1p6>. Acesso em 3 de jun. 2020

⁵⁸⁶ “(...) las mujeres se incorporaron en números significativos a todos los tipos de militancias, produciendo, además de cambios subjetivos en ellas, mutaciones en los modos en que estos grupos se autorepresentaban”.

⁵⁸⁷ RUPAR, Brenda. *Dirán hubo gigantes aquí: izquierda, peronismo y clase obrero en los '60 y '70*. Quilmes: Extramuros, 2017.

trabalhadora e diversas correntes da esquerda se deu a partir da tomada de estabelecimentos fabris, expressando um processo de radicalização de movimentos da classe operária⁵⁸⁸.

No ano de 1968, a partir de um processo de intensos debates acerca da adesão à luta armada, o PRT se dividiu, formando duas novas organizações. De um lado, formou-se o *PRT-La verdad*, que ficou sob direção de Nahuel Moreno e, de outro, o *PRT- El combatiente*, sob coordenação de Mario Roberto Santucho⁵⁸⁹. Como aponta Federico Cormick: “Despreendido de Moreno e seu grupo, o PRT – ‘El Combatiente’ manteve uma importante referência e vinculação com o trotskismo e sua internacional”⁵⁹⁰ (tradução nossa)⁵⁹¹. Porém, a influência do trotskismo não era exclusiva:

A recuperação do pensamento de Che Guevara e a influência da Revolução Cubana, que classificaram globalmente como “castrismo”, a contribuição dos vietnamitas Ho Chi Minh y Giap, e a reivindicação do maoísmo e la Revolução Chinesa, estavam presentes no ideário partidário. (...) Nesse sentido, apesar da importância do programa trotskista, se valorizou também a experiência prática da formação de um exército popular e a tomada do poder na China, e a estratégia prolongada de guerra popular do maoísmo⁵⁹² (tradução nossa)⁵⁹³.

Diante de todas essas influências e simultaneamente a acontecimentos internos, como por exemplo o *Cordobazo*, as discussões a respeito da adesão à luta armada se intensificaram cada vez mais. Assim, na *antessala do V Congreso*⁵⁹⁴, para utilizar a expressão de Federico Cormick, formaram-se três tendências políticas. São elas:

A tendência "proletária", liderada por Prada e Hugo González, foi a menor e mais crítica da luta armada e acabou se afastando do partido. A tendência "comunista" teve um pouco mais de peso, principalmente na direção, e foi liderada por Dabat, Prieto, "Che" Pereyra e "Vasco" Urretavizcaya; Crítico para a experiência recente do partido na luta armada, não se propunha abandoná-lo, mas discutir sua relação com as atividades de massa. Ambas as tendências acusaram Santucho e seus seguidores de excessivo "militarismo". Em contrapartida, a tendência "leninista", majoritária e tendo Santucho como referência máxima, reivindicava a atuação militar do partido,

⁵⁸⁸ Para saber mais sobre o assunto, consultar: O'DONNELL, Guillermo. Estado y Alianzas en la Argentina, 1956-1976. *Desarrollo Económico y Social*, Buenos Aires, v. 16, n. 64, p. 523-554, jan.-mar. 1977. Disponível em: http://ateneuquen.com.ar/wp-content/uploads/2016/11/ODonnell_1977_Estado-y-alianzas-en-la-Argentina-1956-1976.pdf. Acesso em 3 de jun. 2020.

⁵⁸⁹ RUPAR, 2017.

⁵⁹⁰ CORMICK, Federico. Fracción Roja Debate y ruptura en el PRT-ERP. *El topo blindado*, Buenos Aires, 2012, p. 18. Disponível em: <https://eltopoblindado.com/wp-content/uploads/2017/02/libroFR.pdf>. Acesso em 3 de jun. 2020.

⁵⁹¹ “Despreendido de Moreno y su grupo, el PRT – ‘El Combatiente’ mantuvo una importante referencia y vinculación con el trotskismo y su internacional”.

⁵⁹² CORMICK, 2012, p. 18-19.

⁵⁹³ “La recuperación del pensamiento del Che Guevara y la influencia de la revolución cubana, a lo que globalmente catalogaban como ‘castrismo’, el aporte de los vietnamitas Ho Chi Minh y Giap, y la reivindicación del maoísmo y la revolución china, estaban presentes en el ideario partidario. (...) En ese sentido, mientras tomaba principalmente el programa trotskista, valoraba la experiencia práctica de la formación de un ejército popular y la toma del poder en China, y la estrategia de guerra popular y prolongada del maoísmo”.

⁵⁹⁴ O *V Congreso* deu origem ao Exército Revolucionário do Povo, consolidando a utilização das armas dentro da organização política PRT/ERP.

propondo o aprofundamento da linha adotada e acusava as demais tendências de "sindicalistas", "neo-morenistas" e de se opor à luta armada⁵⁹⁵ (tradução nossa)⁵⁹⁶.

Nessa perspectiva, o Partido Revolucionário dos Trabalhadores/Exército Revolucionário do Povo (PRT/ERP) se consolidou em 1970. A partir do *V Congreso* do PRT, foi fundado o ERP (com a adesão da luta armada). Abaixo, seguem alguns trechos do comunicado do PRT emitido no ano de 1970, na ocasião do *V Congreso*:

RESOLUÇÃO DE FUNDAÇÃO DO EXÉRCITO REVOLUCIONÁRIO DO POVO
Considerando: Que no processo de guerra revolucionária iniciado em nosso país, nosso Partido começou a lutar com o objetivo de desorganizar as Forças Armadas do regime para possibilitar a insurreição vitoriosa do proletariado e do povo. Que as Forças Armadas do regime só podem ser derrotadas opondo-se a um exército revolucionário, que por sua natureza confere à força militar revolucionária um caráter diferente do Partido, devendo recrutar esse pessoal tanto dentro como fora do Partido. Que a constituição de um exército revolucionário nas condições atuais (fraqueza do nosso Partido, inexistência de um Estado Operário fronteiriço, carência de Forças Armadas importantes) será um prolongado processo político, social, técnico e militar que se desenvolverá "do pequeno ao grande". Que ao longo de um longo período, nossa guerra revolucionária adquirirá formas de guerrilha, urbana e rural, estendida a diferentes cidades e áreas camponesas, com rádios operacionais locais, a partir de cuja expansão e extensão política e militar será possível passar para a guerra de movimentos no campo e constituição de importantes unidades estratégicas nas cidades.

(...) Que o outro princípio fundamental da guerra revolucionária a ser aplicado por nossa força militar é a execução de operações militares com linha de massa, ou seja, orientada para a mobilização das massas e sua participação direta ou indireta na guerra.

O V Congreso do PRT resolve:

1º- Fundar o Exército Popular Revolucionário e dotá-lo de uma bandeira. 2º- Considerar o Exército Popular Revolucionário e os seus vários destacamentos armados como os instrumentos militares do Partido para a sua política na fase atual das classes e o embrião do futuro exército operário e popular revolucionário. 3º- Construir um Exército Popular Revolucionário incorporando todos aqueles elementos dispostos a lutar contra a ditadura militar e o imperialismo (que aceitam o programa do Exército) e utilizando na estrita seleção os critérios necessários de segurança, decisão, coragem, ódio moral e de classe à ditadura (...) ⁵⁹⁷ (tradução nossa) ⁵⁹⁸.

⁵⁹⁵ CORMICK, 2012, p. 22.

⁵⁹⁶ "La tendencia 'Proletaria', encabezada por Prada y Hugo González, era la más pequeña y la más crítica de la lucha armada y acabó por alejarse del partido. La tendencia 'Comunista' tenía algo más de peso, principalmente en la dirección, y estaba liderada por Dabat, Prieto, el 'Che' Pereyra y el 'Vasco' Urretavizcaya; crítica frente a la experiencia reciente del partido en la lucha armada, no planteaba abandonarla, sino discutir su relación con las actividades de masas. Ambas tendencias acusaban a Santucho y sus seguidores de excesivo 'militarismo'. En contraposición, la tendencia 'Leninista', mayoritaria y con Santucho como máximo referente, reivindicaba la actuación militar del partido, planteaba la profundización de la línea adoptada y acusaba a las otras tendencias de 'sindicalistas', 'neo-morenistas' y de oponerse a la lucha armada".

⁵⁹⁷ PARTIDO REVOLUCIONARIO DE LOS TRABAJADORES – Ejército Revolucionario del Pueblo.

Resoluciones del V Congreso del PRT (II). *Centro de Documentación de los Movimientos Armados* (CEDEMA). Buenos Aires, 30 de jul. 1970. Disponível em: www.cedema.org/ver.php?id=254. Acesso em 30 de nov. 2018.

⁵⁹⁸ "RESOLUCIÓN DE FUNDACION DEL EJÉRCITO REVOLUCIONARIO DEL PUEBLO

Considerando: Que en el proceso de guerra revolucionaria iniciado en nuestro país, nuestro Partido ha comenzado a combatir con el objetivo de desorganizar a las Fuerzas Armadas del régimen para hacer posible la insurrección victoriosa del proletariado y el pueblo. Que las Fuerzas Armadas del régimen sólo pueden ser

Ao analisarmos o comunicado, podemos perceber as justificativas da fundação do ERP e seus principais objetivos e pretensões futuras. Entretanto, é importante salientar que as decisões de adesão à luta armada não se iniciaram a partir do *V Congreso*. Como vimos, as discussões a respeito da luta armada eram bastante recorrentes, desde o processo de formação do PRT. De acordo com Anzorena⁵⁹⁹, a decisão da criação do ERP tinha, segundo a direção do PRT, antecedentes de velha data. Sobre o assunto, afirma:

Nos últimos meses de 1966, a base operária da Regional de Tucumán começou a levantar a possibilidade de avançar para a luta armada. Os companheiros que fizeram esta proposta vieram de vários anos de luta pacífica, predominantemente sindical: lideraram importantes mobilizações operárias e finalmente sofreram uma derrota brutal nesta área, apesar de terem começado a usar métodos cada vez mais violentos. A proposta da luta armada irrompe no PRT, não por meio de estudantes e intelectuais revolucionários influenciados pela experiência revolucionária de outros países. Nasce da experiência direta das massas trabalhadoras argentinas e se incorpora ao partido por sua vanguarda, que já percorreu o caminho da luta pacífica, iniciada com as greves atuais, pela participação nas eleições, que passou à ocupação de fábricas com refêns, a violentas manifestações de rua, até que, com todas as possibilidades legais fechadas com a assunção de Onganía, se orienta corretamente para a guerra revolucionária⁶⁰⁰ (tradução nossa)⁶⁰¹.

derrotadas oponiéndoseles un ejército revolucionario, el que por su naturaleza otorga la fuerza militar revolucionaria un carácter distinto al del Partido, debiendo reclutar aquella personal tanto dentro como fuera del Partido. Que la constitución de un ejército revolucionario en las presentes condiciones (debilidad de nuestro Partido, inexistencia de un Estado Obrero, fronterizo, carencia de Fuerzas Armadas importantes) será un proceso político, social, técnico y militar prolongado que se desarrollará de "lo pequeño a lo grande". Que durante toda una larga etapa, nuestra guerra revolucionaria adquirirá formas guerrilleras, urbanas y rurales, extendida a distintas ciudades y zonas campesinas, con radios operativos locales, sobre la base de cuya ampliación y extensión política y militar será posible pasar a la guerra de movimientos en el campo y a la constitución de importantes unidades estratégicas en las ciudades.

(...) Que el otro principio fundamental de guerra revolucionaria a aplicar por nuestra fuerza militar es la ejecución de las operaciones militares con una línea de masas, es decir, orientada hacia la movilización de las masas y su participación directa o indirecta en la guerra.

El V Congreso del PRT resuelve:

1º- Fundar el Ejército Revolucionario del Pueblo y dotarlo de una bandera. 2º- Considerar al Ejército Revolucionario del Pueblo y sus distintos destacamentos armados como los instrumentos militares del Partido para su política en la presente etapa de la lucha de clases y el embrión del futuro Ejército revolucionario obrero y popular. 3º- Construir un Ejército Revolucionario del Pueblo incorporando a él a todos aquellos elementos dispuestos a combatir contra la dictadura militar y el imperialismo (que acepten el programa del Ejército) y utilizando en la estricta selección necesaria criterios de seguridad, decisión, coraje, moral y odio de clase a la dictadura (...).

⁵⁹⁹ ANZORENA, Oscar R. *Tiempo de violencia y utopía*. Buenos Aires: Contrapunto, 1988.

⁶⁰⁰ ANZORENA, 1988, p. 133-134.

⁶⁰¹ “En los últimos meses de 1966, la base obrera de la Regional Tucumán comienza a plantear la necesidad de pasar a la lucha armada. Los compañeros que hacían este planteo venían de varios años de lucha pacífica, predominantemente sindical: habían dirigido importantes movilizaciones obreras y sufrido finalmente una brutal derrota en ese terreno, pese a haber comenzado a utilizar métodos crecientemente violentos. El planteo de la lucha armada irrumpe en el PRT entonces no a través de estudiantes e intelectuales revolucionarios influidos por la experiencia revolucionaria de otros países. Surge de la experiencia directa de las masas obreras argentinas y es incorporada al partido por su vanguardia, que ha recorrido previamente el camino de la lucha pacífica, que ha comenzado por las huelgas corrientes, por la participación en elecciones, que ha pasado a la ocupación de fábricas con reheres, a las manifestaciones callejeras violentas, hasta que, cerradas todas las posibilidades legales con la asunción de Onganía, se orienta correctamente hacia la guerra revolucionaria”.

Logo, podemos perceber como a classe trabalhadora teve importância fundamental no processo de adesão à luta armada. No entanto, é inegável que o processo de formação do PRT/ERP também tenha sido influenciado pela radicalização política da época⁶⁰². Para Mattini, a proposta da luta armada:

(...) partiu justamente dos setores dos trabalhadores açucareiros que tiveram uma experiência de luta legal, inclusive no campo eleitoral e principalmente sindical, tendo finalmente sofrido uma dura derrota. Isso mostra que, pelo menos no caso do PRT, a proposta da luta armada não surge do estridentismo estudantil, mas do fundo de uma das regiões mais oprimidas e negligenciadas do país⁶⁰³ (tradução nossa)⁶⁰⁴.

De acordo com Pozzi⁶⁰⁵, o PRT-ERP foi uma das principais organizações guerrilheiras da Argentina. Era constituído principalmente por jovens estudantes e trabalhadores de todas as idades, inspirados principalmente na revolução contra o imperialismo. Tinham como objetivo principal vencer o imperialismo e instaurar um sistema socialista na Argentina. Para fundamentar tais afirmações, apresentamos, a seguir, o programa da referida organização, emitido no mês de setembro de 1970:

PROGRAMA DO EXÉRCITO REVOLUCIONÁRIO DO POVO (ERP) queremos a libertação nacional e social de nossa pátria. Queremos: 1° - No político. (...) b) Estabelecimento de um sistema de governo de Democracia Social, Governo Revolucionário do Povo, dirigido pela classe trabalhadora. c) Julgamento de criminosos políticos, usurpadores de poder etc. d) Plena participação no poder de todo o povo, por meio de suas organizações de massa. 2° - No econômico. b) Expropriação sem pagamento e nacionalização de todas as empresas de capital imperialista e dos capitais nacionais que as sustentam. (...) d) Nacionalização do Comércio Exterior. e) Reforma Agrária (...) 3° - Socialmente. a) Reforma Urbana. Expropriação de todas as casas alugadas de propriedade de grandes capitalistas e entrega aos inquilinos. b) Alfabetização de toda a cidade, posterior estabelecimento do ensino médio obrigatório e abertura das universidades à cidade por meio de programas de bolsas massivas. c) Eliminação do desemprego e reabertura de fábricas encerradas na última década no interesse das grandes empresas, em detrimento dos trabalhadores e da população (...). 4. Nas Forças Armadas: a) Supressão do exército burguês, da polícia e de qualquer outro organismo repressivo e sua substituição pelo Exército Popular Revolucionário e pelas Milícias Armadas Populares, isto é, pelo povo em armas. b) Qualquer oficial militar ou patriota que abandone os órgãos repressivos tem a sua posição de combate na força militar popular e nela será incorporado respeitando o seu posto e antiguidade. ARGENTINOS: O Exército Popular Revolucionário convoca todos os patriotas a assumirem as suas responsabilidades, a ocuparem a sua posição de combate na nossa Guerra Popular Revolucionária, nesta guerra da Segunda Independência. O General San Martín e o Comandante Guevara são nossos maiores exemplos: seguir e imitar

⁶⁰² Para Pozzi (2004), a forte repressão, principalmente às mobilizações da classe trabalhadora, juntamente com os exemplos de Che Guevara na Bolívia, Camilo Torres na Colômbia e a Guerra do Vietnã, deram lugar a uma forte discussão em torno da necessidade de iniciar a luta armada na Argentina.

⁶⁰³ MATTINI, Luis. *Hombres y mujeres del PRT-ERP de Tucumán a la Tablada*. Buenos Aires: Editorial de la Campana, 1988, p. 43.

⁶⁰⁴ “(...) venía precisamente de los sectores obreros del azúcar que habían tenido una experiencia de lucha legal, incluso en el terreno electoral y principalmente sindical, ha biendo sufrido finalmente una dura derrota. Esto demuestra que por lo menos en el caso del PRT, la propuesta de la lucha armada no surge del estridentismo estudiantil, sino desde el fondo de una de las regiones más oprimidas y postergadas del país”.

⁶⁰⁵ POZZI, 2009.

seu pensamento e ação e o de nossos heróis e mártires do passado e do presente é a tarefa do momento. A VENCER OU MORRER PELA ARGENTINA!⁶⁰⁶ (tradução nossa)⁶⁰⁷.

Com base nos documentos, podemos perceber que o PRT-ERP se posicionava como uma organização responsável por trazer justiça, igualdade e liberdade, uma vez que, para eles, o povo argentino se encontrava sob dependência de grandes capitalistas, usurpadores do poder do povo. Além disso, é importante ressaltarmos a utilização do simbólico por parte do grupo. Com o objetivo de ganhar legitimidade e aumentar seus quadros de militantes, a organização, além de convocar o povo para a luta, agregava à suas publicações figuras como San Martín e Che Guevara como exemplos de luta pela independência. Nesse sentido, podemos dizer que o grupo saiu vitorioso, na medida em que se tornou aceito popularmente e aumentou suas filas de militantes.

Assim, a partir de 1975, o PRT-ERP tinha participação em mais de quatrocentas das principais fábricas da grande Buenos Aires. Obteve êxito na organização de grupos de trabalhadores industriais de Córdoba, metalúrgicos, trabalhadores da carne, petroquímicos de Rosário e petroleiros patagônicos. Além disso, tinha grupos muito ativos no movimento estudantil⁶⁰⁸.

De acordo com Anzorena, “(...) em pouco tempo o PRT/ERP se transformou na organização armada com maior atividade militar da Argentina, concentrando seu acionar nas

⁶⁰⁶ PROGRAMA DEL EJÉRCITO REVOLUCIONARIO DEL PUEBLO (ERP). Buenos Aires: *Centro de Documentación de los Movimientos Armados (CEDEMA)*. Buenos Aires, 1970. Disponível em: <http://www.cedema.org/ver.php?id=254>. Acesso em 30 de nov. 2018.

⁶⁰⁷ “PROGRAMA DEL EJÉRCITO REVOLUCIONARIO DEL PUEBLO (ERP) queremos la liberación nacional y social de nuestra patria. Queremos: 1°- En lo político. (...) b) Establecimiento de un sistema de gobierno de Democracia Social, Gobierno Revolucionario del Pueblo, dirigido por la clase obrera. c) Juzgamiento de los delincuentes políticos, usurpadores del poder, etc. d) Plena participación en el poder de todo el pueblo, a través de sus organismos de masas. 2°-En lo económico. (...) b) Expropiación sin pago y nacionalización de todas las empresas de capital imperialista y de los capitales nacionales que lo apoyen. (...) d) Nacionalización del Comercio Exterior. e) Reforma Agraria (...). 3°- En lo social. a) Reforma Urbana. Expropiación de todas las viviendas alquiladas, propiedad de grandes capitalistas, y entrega en propiedad a sus inquilinos. b) Alfabetización de todo el pueblo, establecimiento posterior de la enseñanza secundaria obligatoria y apertura de las universidades al pueblo mediante programas masivos de becas. c) Eliminación de la desocupación y reapertura de las fábricas cerradas en la última década por el interés de las grandes empresas, en perjuicio de obreros y poblaciones (...). 4. En lo militar: a) Supresión del ejército burgués, la policía y todo otro organismo represivo y su reemplazo por el Ejército Revolucionario del Pueblo y las Milicias Armadas Populares, es decir, por el pueblo en armas. b) Todo militar o funcionario patriota que abandone los órganos represivos tiene su puesto de lucha en la fuerza militar popular y será incorporado a ella respetando su grado y antigüedad. ARGENTINOS: El Ejército Revolucionario del Pueblo convoca a todos los patriotas a asumir sus responsabilidades, a ocupar su puesto de lucha en nuestra guerra revolucionaria del Pueblo, en esta guerra de la Segunda Independencia. El General San Martín y el Comandante Guevara son nuestros máximos ejemplos: seguir e imitar su pensamiento y acción y el de nuestros héroes y mártires del pasado y el presente es la tarea de la hora. ¡A VENCER O MORIR POR LA ARGENTINA!”.

⁶⁰⁸ POZZI, 2009.

ciudades de Rosário, Córdoba e Tucumán”⁶⁰⁹ (tradução nossa)⁶¹⁰. Para se ter uma ideia, em fins do ano de 1975, o PRT/ERP tinha mais de seis mil militantes. Destes, “45% procedia da classe trabalhadora (trabalhadores rurais, industriais e de construção), incluindo uma quantidade importante que provinha de famílias e ideários peronistas”⁶¹¹ (tradução nossa)⁶¹².

No que se refere à participação feminina na organização, é possível afirmar que, a partir de fins dos anos de 1960 e início dos 70, houve um aumento significativo em suas adesões⁶¹³. Para Pozzi, o aumento do número de mulheres não era exclusividade do PRT/ERP:

(...) A década de 1966 a 1976 viu um notável aumento da participação política das mulheres argentinas. Muitas mulheres se voltaram para o ativismo político, e todas as organizações armadas e partidos políticos de esquerda se beneficiaram de um influxo apreciável de novos militantes. Isso contribuiu para alterar as relações entre os gêneros e inclusive obrigou as diferentes organizações a ensaiar diferentes respostas às pressões da nova militância feminina⁶¹⁴ (tradução nossa)⁶¹⁵.

Entretanto, no início dos anos 1960, o número de mulheres no PRT era escasso e a maioria delas estavam ligadas aos movimentos estudantis⁶¹⁶. Através do depoimento⁶¹⁷ de uma militante do PRT/ERP, citada por Pozzi, podemos notar essa ligação das primeiras militantes com o movimento estudantil:

Tenho a impressão de que o PRT inicialmente, 68, 69, tem relativamente poucas mulheres militantes e a maioria da frente universitária. Por volta de 73, 74, isso mudou, há um percentual muito alto de participação feminina. A impressão que tenho em relação às outras forças políticas da época, é que o percentual de participação feminina no PRT é alto⁶¹⁸ (tradução nossa)⁶¹⁹.

De acordo com Martínez⁶²⁰, 1972 foi o ano de entrada massiva das mulheres no PRT/ERP na província de Buenos Aires. Ela explica o fato ao estabelecer uma relação com o

⁶⁰⁹ ANZORENA, 1988, p. 137.

⁶¹⁰ “(...) *en poco tiempo la organización guerrillera con mayor actividad militar en la Argentina. Son en las ciudades de Rosario, Córdoba y Tucumán donde se concentra la mayor parte de este accionar*”.

⁶¹¹ RUPAR, 2017, p. 207.

⁶¹² “45% procedía de la clase obrera (obreros rurales, industriales y de construcción), incluyendo una cantidad importante que provenía de familias e idearios peronistas”.

⁶¹³ POZZI, 2017.

⁶¹⁴ Idem, 2004.

⁶¹⁵ “(...) *La década de 1966 a 1976 vio un notable aumento en la participación política de las mujeres argentinas. Muchas mujeres se volcaron hacia el activismo político, y todas las organizaciones armadas y los partidos políticos de izquierda se beneficiaron de un flujo apreciable de nuevas militantes. Esto contribuyó a alterar las relaciones entre los géneros e inclusive obligó a las diferentes organizaciones a ensayar distintas respuestas ante las presiones de la nueva militancia femenina*”.

⁶¹⁶ POZZI, 2017.

⁶¹⁷ O referido autor não nomeia as militantes entrevistadas.

⁶¹⁸ POZZI, 2004, p. 235.

⁶¹⁹ “*Yo tengo la impresión de que el PRT inicialmente, 68, 69, tiene relativameme pocas mujeres militando dentro y la mayoría proveniente del frente universitario. Hacia el 73, 74, esto la cambiado, hay un porcentaje muy alto de participación de la mujer. La impresión que tengo yo en relación con otras fuerzas políticas de la época, el porcentaje de participación femenino en el PRT es elevado*”.

⁶²⁰ MARTÍNEZ, 2015.

processo de instabilidade política da época, que propiciou o aumento da atividade guerrilheira. Ainda para a mesma autora, no ano de 1975 aconteceu o inverso da situação. Em virtude do grande processo de militarização, o PRT/ERP se isolou da população, entendendo que o acionar militar era mais importante que o político: “Em consequência se produziu uma retração e desmobilização da sociedade, que deixou os guerrilheiros plenamente expostos às forças de segurança”⁶²¹ (tradução nossa)⁶²². Além disso, ressalta que a morte de Santucho, expoente máximo da organização, em 1976, também contribuiu para o declínio da entrada de militantes ao grupo.

Para Martínez, a inserção política das mulheres no PRT/ERP ocorreu por três vias:

Em primeiro lugar, as áreas relacionadas com a cultura (colégio, universidade, grupos de teatro), o que define a importância desta área como um dos lugares onde mais se difundiram as ideias da nova esquerda. Em segundo lugar, a adesão à organização ocorreu porque o grupo de amigos já havia ingressado anteriormente. Podemos considerar que houve um ingresso coletivo e não individual, pela qual pessoas que compartilhavam das mesmas ideias seguiram o caminho da militância. Em terceiro lugar, muito poucas afirmaram ter entrado porque o seu parceiro era membro do PRT-ERP. No entanto, algumas delas nos disseram que entrar no partido significava romper com seus parceiros, porque não concordavam com posições tão radicalizadas⁶²³ (tradução nossa)⁶²⁴.

É importante observar que a ideia da inserção feminina em organizações armadas a partir, necessariamente, da inserção de seus companheiros, mais uma vez é questionada. Na verdade, o relatado foi exatamente o contrário: muitas mulheres romperam relações com seus companheiros em razão das suas próprias decisões de incorporação em organizações armadas.

Dessa maneira, de acordo com os depoimentos coletados por Pozzi, no ano de 1975, 40% dos membros do grupo eram mulheres. Porém, o número das mesmas em órgãos de direção era extremamente escasso. Segundo Pozzi, “(...) apenas duas mulheres foram incorporadas ao Comitê Central: Lillana Delfino e Susana Gaggero de Pujals. Mesmo que houvesse mulheres

⁶²¹ Idem, *ibidem*, p. 46.

⁶²² “En consecuencia, se produjo un retraimiento y desmovilización de la población, que dejó a los guerrilleros plenamente expuestos frente a las fuerzas de seguridad”.

⁶²³ MARTÍNEZ, 2015, p. 64.

⁶²⁴ “En primer lugar, ámbitos relacionados con la cultura (escuela secundaria, universidad, grupos de teatro) lo que define la importancia de este ámbito como uno de los lugares donde las ideas de la nueva izquierda se propagaron más. En segundo lugar, el ingreso a la organización se produjo porque el grupo de amigos había ingresado previamente. Podemos plantear que existía un ingreso colectivo y no individual, por el cual gente que compartía las mismas ideas transitó el camino de la militancia. En tercer lugar, muy pocas de las entrevistadas afirmaron haber ingresado porque su compañero era un militante del PRT-ERP. Sin embargo, algunas de ellas nos comentaron que su ingreso al partido les significó romper con sus parejas, debido a que no estaban de acuerdo con posturas tan radicalizadas”.

nas frentes militares ou no ERP, a maioria delas atuava na Frente Jurídica ou nas frentes de massa (bairro, sindicato, villero)”⁶²⁵ (tradução nossa)⁶²⁶.

O autor ressalta que a incorporação dessas duas mulheres ao Comitê Central tem a ver com seus méritos e também com o fato de que eram esposas de membros de destaque do PRT/ERP. Lillana Delfino⁶²⁷ foi esposa de Santucho e Susana Gaggero de Pujals⁶²⁸ era viúva de Luis Pujals. De acordo com um ex-militante⁶²⁹ do PRT/ERP, que foi membro do Comitê Central, a razão da escassez de mulheres nesse espaço:

(...) era porque eram menos capazes. (...) essa capacidade diminuída obviamente não tinha nada a ver com um problema genético; tinha a ver com o fato de que em geral sua experiência política era muito menor. Em geral, um percentual muito alto de companheiras ingressaram na luta política por meio do parceiro e não por meio de experiências próprias. Então, bem, isso condicionou significativamente o desenvolvimento político que tinham. Pois bem, parece-me que esses foram os principais elementos que explicam a menor presença de companheiras nas estruturas de gestão. Em geral, a maioria das estruturas de gestão eram companheiros que tinham sua experiência política própria de distinta índole, sindicato estudantil ou política, então, bom, a experiência das companheiras era muito baixa⁶³⁰ (tradução nossa)⁶³¹.

⁶²⁵ POZZI, 2004, p. 218.

⁶²⁶ “(...) *sólo dos mujeres fueron incorporados al Comité Central: Lillana Delfino y Susana Gaggero de Pujals. Inclusive, si len había mujeres en los frentes militares o en el ERP, la mayoría de éstas militaban en el Frente Legal o en los frentes de masas (barrial, sindical, villero)*”.

⁶²⁷ Liliana Marta Delfino, conhecida pelos apelidos de “a alemã” e “Ana”, era psicóloga, nasceu em Rosário, província de Santa Fé, em 16 de junho de 1944 e foi sequestrada em 19 de julho de 1976, na cidade de Villa Martelli, província de Buenos Aires, permanecendo desaparecida desde então. Seu pai, Ángel Delfino, era um imigrante italiano, que se casou com Carlina Adelina Jedliczka, professora de Cañada de Gómez, com quem teve dois filhos: Liliana e Mario. Em 1961, Liliana obteve o diploma de professora e, no ano seguinte, iniciou os estudos de psicologia na Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Aires. Em 1968, Liliana se juntou à fração *PRT-El combatiente*, na oposição a Nahuel Moreno e a favor da luta armada. Ingressou na direção nacional do PRT e teve um relacionamento com Mário Roberto Santucho. Passou a lidar com a impressão e distribuição de material de propaganda, incluindo os jornais *El Combatiente e Estrella Roja* (cf. HEROES del PRT-ERP. Delfino Liliana Marta. *Heroes del PRT-ERP*. Argentina, 2021. Disponível em: <https://heroesdelprterp.blogspot.com/2020/08/delfino-liliana-marta.html>. Acesso em 20 de out. 2021).

⁶²⁸ Emilia Susana Gaggero Perez Pujals nasceu em 9 de março de 1943 na província de Entre Ríos. Cresceu em uma família católica de classe média; seu pai morreu quando era criança. Leitora ávida, começou a estudar psicologia na Faculdade de Filosofia e Letras de Rosário, da Universidade Nacional do Litoral. Seu irmão era militante do peronismo revolucionário, mas Susana não demonstrou interesse pela política até que começou a acompanhá-lo nas reuniões de grupos peronistas e se tornou uma admiradora da Revolução Cubana. Assim, passou a trabalhar no grupo estudantil trotskista avançado, que tinha como referência a *Palabra Obrera*. Ali, conheceu Luis Pujals, com quem se casou em meados da década de 1960 e com quem teve seu filho Enrique. Usava o nome de guerra “Laura”, era psicóloga e foi uma das integrantes do Comitê Central do PRT/ERP.

⁶²⁹ O autor não menciona o nome do militante.

⁶³⁰ POZZI, 2004, p. 218.

⁶³¹ “(...) *era porque eram menos capaces. (...) esa disminución de su capacidad obviamente no tenía que ver con un problema genético; tenía que ver con que en general su experiencia política era mucho menor. En general, un porcentaje muy alto era de compañeras que se sumaban a la lucha política a través de su compañero y no por experiencias propias. Entonces, bueno, eso condicionaba en forma importante el desarrollo político que tenían. Bueno, esos me parece que eran los elementos principales por los cuales disminuía la presencia de compañeras en las estructuras de dirección. En general la mayoría de las estructuras de dirección eran compañeros que tenían su experiencia política propia de distinta índole, sindical estudiantil o política. Entonces, bueno, la experiencia de las compañeras era mucho más baja*”.

A partir do relato acima, podemos perceber como as hierarquias de gênero estavam presentes na organização. O fato desse militante ter sido parte da direção geral do grupo e ter esse tipo de concepção a respeito da militância feminina é fundamental para considerarmos a vulnerabilidade da condição da mulher na organização. Além disso, a sua concepção diverge dos depoimentos de muitas militantes, que deixam claro seus motivos e posicionamentos a respeito de suas inserções na organização. Para Pozzi⁶³², a partir dos depoimentos coletados, foram poucas as ocasiões em que as mulheres se incorporaram através de seus maridos. Em alguns casos, ocorreu também a situação inversa: os maridos aderiram à organização em virtude da participação de suas esposas. Ademais, o que mais registrou como motivação foi a sensação de realização pessoal e o poder para escolher seus próprios destinos. O depoimento de Natalia⁶³³, citado por Martínez, representa bem essa ideia de realização: “Muitos abandonávamos a família, laços de sangue, nos dedicávamos à militância porque pensávamos realmente que isso ia servir para que o povo vivesse melhor”⁶³⁴ (tradução nossa)⁶³⁵. No mesmo sentido, Marta⁶³⁶, ex-militante do PRT/ERP, afirmou:

Eu queria a revolução, mas queria a revolução com tudo o que isso implicava, não só a mudança nas relações de produção. Para mim a revolução foi mais do que isso, era como se todos nós fôssemos bons, o mundo iria mudar completamente e que íamos descer a rua e íamos nos abraçar e as crianças iam estar bem ... era tudo. E os idosos teriam um lugar para estar e nós teríamos livros para ler, que o sol sempre nasceria, isso era. Foi a felicidade total⁶³⁷ (tradução nossa)⁶³⁸.

Marta⁶³⁹, outra militante do PRT/ERP, citada por Sepúlveda, explica também os motivos da sua luta e as justificativas pelas quais ingressou no grupo:

⁶³² POZZI, op. cit.

⁶³³ Paola Martínez não divulga o nome completo da depoente, apenas “Natalia”. Também não divulga nenhuma outra informação sobre a militância. Em razão disso, não foi possível buscar mais informações sobre ela.

⁶³⁴ NATALIA apud MARTÍNEZ, 2015, p. 72.

⁶³⁵ “*Muchos de nosotros abandonamos nuestra familia, los lazos de sangre, nos dedicamos a la militancia porque realmente pensábamos que eso ayudaría a la gente a vivir mejor.*”

⁶³⁶ Paola Martínez não divulga o nome completo da depoente. Divulga apenas que Marta fazia parte de uma família pertencente à classe trabalhadora. Seus pais tinham origem italiana e estudou Direito com muito esforço por parte de sua família.

⁶³⁷ MARTA apud MARTÍNEZ, 2015, p. 71.

⁶³⁸ “*Yo quería la revolución, pero quería la revolución con todo lo que eso implicaba, no solamente el cambio de las relaciones de producción. Para mí la revolución era más que eso, era como que todos íbamos a ser buenos, el mundo iba a cambiar completamente y que íbamos a ir por la calle y nos íbamos a abrazar y los chicos iban a estar bien... era todo. Y los viejitos iban a tener donde estar e íbamos a tener libros para ler, que iba salir el sol siempre, iso era. Era la felicidad total*”.

⁶³⁹ O depoimento de Marta foi citado por Patricia Graciela Sepúlveda em seu texto: “Relatos de militancia femenina en los años `70, cuando todo pareció a punto de cambiar” (2016). De acordo com Sepúlveda, alguns nomes de militantes não são originais, tendo sido mudados para resguardar sua privacidade. De acordo com informações divulgadas pela autora, Marta iniciou sua militância em fins dos anos de 1960 em distintos grupos de esquerda, até que se incorporou ao ERP. Esteve presa duas vezes, a primeira em 1972 e a segunda em 1975.

O que sentíamos é que havia uma situação que urgia, na mudança profunda radical, que havia condições reais, estávamos convencidos (...) estava a guerra de Vietnam, estava Cuba, havia coisas muito concretas. Então, tudo o que não fosse entrar nessa onda e começar com os "bifes" – os bifes eram os ferros (as armas) – era falar à toa. Nesse aspecto, era como se essa etapa já tivesse sido cumprida. A etapa legal, a etapa da militância política tradicional da esquerda, uma etapa que tinha se cumprido e era necessário passar a outra coisa. Isso era muito forte, sem muitas reflexões, não acredito que ninguém tenha tido muitas (...) com exceção das pessoas que elaboraram coisas, linhas (...) ⁶⁴⁰ (tradução nossa) ⁶⁴¹.

Através do relato acima, podemos entender as problematizações do contexto da época e as expectativas da militante em relação às mudanças, incluindo as condições que tornavam a sua luta concreta.

Uma outra questão frequente nos relatos das militantes foi a respeito de suas preferências de locais de atuação. Preferiam atuar nas frentes militares às de imprensa e divulgação, por exemplo. Negrita ⁶⁴², citada por Diana, declarou:

Trabalhei um tempo em documentação e depois passei para a frente militar, que é onde eu queria estar. Preferia esse nível porque ali me sentia útil. Medidas concretas para problemas concretos. Eu queria que as coisas mudassem e agindo militarmente sentia que lutava para isso. O outro parecia-me devagar e sem resultados ⁶⁴³ (tradução nossa) ⁶⁴⁴.

O relato demonstra que, mesmo vivenciando situações assimétricas de gênero, muitas militantes resistiam e ocupavam espaços “reservados ao masculino”, de forma que rompiam com estereótipos atribuídos a elas e exerciam sua luta como sujeitas políticas capazes de transformar a realidade em que viviam.

No que diz respeito à origem das militantes do PRT/ERP, tanto Martínez quanto Pozzi concordam que a maior parte delas procedia da classe média. Uma explicação para a predominância das mulheres de classe média em relação às de setores populares no PRT/ERP é o fato de os companheiros dessas últimas serem obstáculos para suas atuações ⁶⁴⁵. O resultado

⁶⁴⁰ MARTA apud SEPÚLVEDA, 2016, p. 76.

⁶⁴¹ “Lo que sentíamos es que había una situación que urgia en la realidad, en el cambio profundo radical, que había condiciones, estábamos convencidos (...) estaba la guerra de Vietnam, estaba Cuba, había cosas muy concretas. Entonces, todo lo que no era meterse en esa ola y empezar con los bifes – los bifes eran los fierros – era hablar al pedo. En ese aspecto, como que esa etapa se había cumplido. La etapa legal, la etapa de la militancia política tradicional de la izquierda, una etapa que se había cumplido y era necesario pasar a otra cosa. Eso era muy fuerte, sin demasiadas reflexiones, no creo que nadie haya tenido demasiadas (...) salvo la gente que elaboró cosas, líneas (...)”.

⁶⁴² O relato citado foi retirado do livro *Mujeres guerrilleras* (1997), de Marta Diana. A autora divulgou apenas que Negrita integrou a fração do ERP chamada “22 de Agosto”. Como o nome não é verdadeiro, não foi possível buscar mais informações sobre a militante.

⁶⁴³ NEGRITA apud DIANA, 1997, p. 171.

⁶⁴⁴ “Trabajé un tiempo en documentación y después pasé al frente militar, que es donde yo quería estar. Prefería ese nivel porque ahí me sentía útil. Medidas concretas para problemas concretos. Yo quería que las cosas cambiaran y actuando militarmente sentía que luchaba para eso. Lo otro me parecía lento y sin resultados”.

⁶⁴⁵ POZZI, 2004.

dos posicionamentos assimétricos de gênero por parte das classes trabalhadoras foi representado na porcentagem das mulheres dessa classe no PRT/ERP, de 1% no ano de 1973. Sobre o assunto, afirma Pozzi:

Um dos obstáculos para o desenvolvimento da questão da mulher no PRT-ERP foi sua orientação operária. Na prática, isso colidia com a orientação anterior e se prestava a níveis de discriminação de fato. O trabalhador argentino compartilha grande parte dos preconceitos sobre o gênero feminino e, em particular, mostra resistência à participação política de suas esposas, filhas ou namoradas. Estas, por sua vez, responderam rejeitando a militância de seus maridos e tentando contrastá-la com a vida familiar⁶⁴⁶ (tradução nossa)⁶⁴⁷.

Assim, muitas mulheres provenientes da classe trabalhadora não tinham nenhum tipo de conhecimento sobre a militância de seus maridos: “De acordo com a esposa de um trabalhador da carne, ela não sabia a que organização seu marido pertencia até que a polícia o prendeu. Disse que imaginava que seu marido fosse montonero”⁶⁴⁸ (tradução nossa)⁶⁴⁹.

A partir do que foi apresentado, podemos considerar que as mulheres do PRT/ERP assumiram uma dupla militância. Por um lado, lutaram por seus posicionamentos políticos e suas concepções a respeito do mundo em que viviam. Por outro, contra o sistema hierárquico de gênero, que se apresentava no interior da organização e na sociedade como um todo. Ainda assim, com todas as dificuldades, o número de mulheres incorporadas nas organizações armadas foi alto e suas participações, significativas.

⁶⁴⁶ Idem, *ibidem*, p. 222.

⁶⁴⁷ “Una de las trabas al desarrollo del tema de la mujer en el PRT-ERP era su orientación obrerista. En la práctica ésta chocaba con la orientación anterior y se prestaba a niveles de discriminación de hecho. El obrero argentino comparte la mayoría de los prejuicios sobre el género femenino y en particular muestra una resistencia a la participación política de sus esposas, hijas o novias. Estas, a su vez, respondían rechazando la militancia de los maridos e intentando contraponerla con la vida familiar”.

⁶⁴⁸ POZZI, 2004, p. 225.

⁶⁴⁹ “Según la esposa de un trabajador de la carne, no sabía a qué organización pertenecía su esposo hasta que la policía lo arrestó. Dijo que se imaginaba que su esposo era montonero”.

3 IDEALIZAÇÃO, REPRESENTAÇÃO E LIMITES DA ATUAÇÃO FEMININA NAS ORGANIZAÇÕES ARMADAS

No presente capítulo, abordaremos alguns dos limites estabelecidos à atuação feminina em virtude das hierarquizações de gênero reproduzidas nas organizações armadas. Assim, destacamos a importância de Eva Perón para a formação da identidade do grupo Montoneros e para a legitimação do comportamento feminino. Em seguida, examinamos a proposta de militância feminina construída pelo PRT/ERP.

Nessa perspectiva, apresentamos o empenho das referidas organizações em construir uma imagem particular da mulher militante. A discussão acerca da juventude é mobilizada com o intuito de pensar as contradições das referidas organizações, que defendem, por um lado, concepções do novo e do moderno, mas que, por outro, fomentam a manutenção de práticas conservadoras de opressão de gênero em seus espaços políticos. As definições de modelos de militância feminina mostram modos de traduzir diferenças nas relações de gênero. Nessa lógica, apenas as mulheres têm suas identidades políticas marcadas por determinações generificadas, ou seja, suas militâncias se encontram sempre atadas a atributos essencialistas construídos a partir de significados sociais da categoria mulher.

No caso do Montoneros, ainda existe uma outra contradição: a coexistência de duas Evitas. A Evita que é considerada o principal símbolo da revolução, colocada ao lado de referentes como Che Guevara; e a outra Evita, identificada como a mãe cuidadora da pátria peronista. Quando representa as mulheres montoneras, torna-se menos guerrilheira e mais mulher, de forma que seus atributos femininos realcem a ideia essencializante de mulher. Quando representa o símbolo da revolução, as ideias de sacrifício, luta e heroísmo são recuperadas para legitimar a militância armada do Montoneros. No caso do PRT/ERP, a mulher vietnamita é tomada como o principal referencial da militância feminina, exatamente em razão do seu papel de sustentação da família e do espaço doméstico. Por fim, encerramos o capítulo confrontando todos esses processos de fabricação de imagem feminina com formas diversas de resistência apresentadas pelas mulheres em suas experiências na militância.

3.1 JUVENTUDE E MILITÂNCIA FEMININA: UM DIÁLOGO COM A AMÉRICA LATINA

Quando falamos em juventude nos vem à mente um misto de ideias e sensações; ativamos simultaneamente uma rede de significados que construímos a partir de bases sociais.

Uma das formas comuns de identificar a juventude é a partir da lógica da faixa etária, ou seja, seria a etapa de transição entre a infância e a vida adulta⁶⁵⁰. Assim, podemos afirmar que existem algumas percepções do que é ser jovem na nossa sociedade. A partir da segunda metade do século XX, por exemplo, um dos traços distintivos da juventude era contestar os valores das gerações mais antigas. Nesse mesmo contexto, os jovens foram identificados como sonhadores, subversivos, delinquentes, rebeldes etc. Entretanto, é importante salientar que essas são apenas algumas das definições e qualificações da juventude a partir de uma determinada cultura e contexto. Pensar a juventude significa pensar o plural e refletir sobre suas diferenças⁶⁵¹.

Sendo assim, entendemos juventude como uma categoria social. Para Rossana Cruz, “a construção cultural da categoria ‘jovem’, como outras ‘qualificações’ sociais (mulheres e indígenas, entre outros) se encontra em fase aguda de recomposição, o que de nenhuma maneira significa que tenha permanecido até hoje imutável”⁶⁵² (tradução nossa)⁶⁵³. Nesse sentido, a categoria juventude não é neutra. Logo, pensar o grupo social dos jovens como uma continuidade temporal e a-histórica é um erro. Para entender as culturas juvenis é fundamental o reconhecimento de sua dinamicidade e descontinuidade⁶⁵⁴.

Além disso, como nos alerta Felícia Madeira, é extremamente problemático falarmos genericamente da juventude, inclusive dentro de uma mesma sociedade, na medida em que existem inúmeras especificidades sociais que tornam distintas as experiências dos sujeitos. Podemos pensar, por exemplo, que marcadores como gênero, idade, classe social, raça, entre outros, diferenciam totalmente a prática social de cada um desses indivíduos. Para a referida autora:

Os jovens estão divididos por sexo, em rurais, urbanos e metropolitanos; ricos, remediados e pobres; integrados e marginalizados; do Norte e do Sudeste; jovens filhas, jovens mães, trabalhadores, estudantes. Naturalmente cada uma das situações específicas vividas pelo jovem delimita a onipotência, as aspirações, os limites que os códigos sociais escritos e não-escritos determinam, o nível de conflito, a maior ou menor responsabilidade⁶⁵⁵.

⁶⁵⁰ MADEIRA, Felícia Reicher. Os jovens e as mudanças estruturais na década de 1970: questionando pressupostos e sugerindo pistas. *Cadernos de Pesquisa*, n. 58, p. 15-48, 1986. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1317>. Acesso em 1º de ago. 2022.

⁶⁵¹ SOUSA, Janice Tirelli Ponte de; GROPPPO, Luís Antonio Groppo (Org.). *Dilemas e contestações das juventudes no Brasil e no mundo*. Florianópolis: UFSC, 2011.

⁶⁵² CRUZ, Rossana Reguillo. *Emergencia de culturas juveniles*. Bogotá: Norma, 2000. p. 29.

⁶⁵³ “La construcción cultural de la categoría ‘joven’, al igual que otras ‘calificaciones’ sociales (mujeres e indígenas, entre otros) se encuentra en fase aguda de recomposición, lo que de ninguna manera significa que ha permanecido hasta hoy inmutable”.

⁶⁵⁴ CRUZ, 2000.

⁶⁵⁵ MADEIRA, 1986, p. 18.

Nem mesmo a faixa etária, que em alguns momentos nos dá uma impressão de precisão para definir juventude, consegue dar conta da complexidade envolvida na referida categoria. Em muitas circunstâncias, o “ser jovem” é muito mais um comportamento que necessariamente uma idade. Basta pensarmos em Che Guevara, que, quando foi assassinado, tinha 39 anos, mas que representava um dos maiores exemplos de juventude na América Latina. A partir daí, podemos perceber a complexidade do fenômeno da juventude, que trasborda qualquer construção homogênea e essencialista. Conforme destaca Marialice Foracchi:

não sendo possível de delimitação etária, a juventude representa, histórica e socialmente, uma categoria social gerada pelas tensões inerentes à crise do sistema. Sociologicamente representa um modo de realização da pessoa, um projeto de criação institucional, uma alternativa nova de existência social⁶⁵⁶.

Para Macarena Caperochipi,

(...) existem diversas juventudes com experiências e expectativas próprias do grupo com o qual se identificam, do espaço em que confluem. Nos interessa por tanto, dar conta que a categoria de juventude não se configure como um determinante biológico, ou seja, aquelas pessoas que se encontram entre os 15 e os 29 anos de idade, mas sim, como uma construção socio-cultural em constante movimento e que adquire nesta prática identitária o simbolismo que a define como tal ⁶⁵⁷ (tradução nossa)⁶⁵⁸.

Nessa mesma lógica, Marialice Foracchi afirma: “cada sociedade constitui o jovem à sua própria imagem. As representações que valoriza e as manipulações que estimula tendem, no geral, a fazê-lo agir dentro de limites que ela mesma estabelece e que são os limites de sua preservação”⁶⁵⁹.

Nesse sentido, nosso intuito neste capítulo é investigar o “setor” denominado “juventude” que exerce protagonismo político nos anos de 1960 e 1970 na América Latina. O cuidado para não reproduzirmos uma noção generalizante e universal é parte primordial dessa análise. Em virtude disso, fazemos algumas perguntas principais que norteiam e recortam especificidades contidas na categoria. Quem era a “juventude” dos anos de 1960 e 1970 na

⁶⁵⁶ FORACCHI, Marialice Mencarini. *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo. Pioneira/ Edusp, 1972, p. 160.

⁶⁵⁷ CAPEROCHIPPI, Macarena Orellana. Utopías generacionales. De la radicalización política a la lucha armada. Jóvenes en el surgimiento del PRT-ERP (Argentina), MIR (Chile) y MLN-Tupamaros (Uruguay). 1960-1970. *Revista Divergencia*, n. 2, p. 94, 2012. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4245702>. Acesso em 1º de ago. 2022.

⁶⁵⁸ “(...) existen diversas juventudes con experiencias y expectativas propias del grupo con el cual se identifican, del espacio en el que confluyen. Nos interesa por tanto, dar cuenta de que la categoría de juventud no se configura como un determinante biológico, vale decir aquellas personas que se encuentran entre los 15 y los 29 años de edad, sino que además como una construcción socio-cultural en constante movimiento y que adquire en esta práctica identitaria el simbolismo que la define como tal”.

⁶⁵⁹ FORACCHI, Marialice Mencarini. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977, p.12.

América Latina? O que era ser jovem nesse contexto? Qual era a origem social dessa juventude? Para respondermos a esses questionamentos, faz-se necessário respondermos a uma outra questão: quais as principais razões que explicam o protagonismo juvenil a partir de meados do século XX?

Diversos pesquisadores são unânimes em apontar para uma significativa alteração no comportamento social dos jovens no decorrer do século XX, quando, nesse contexto, foram influenciados pela indústria do entretenimento e passaram a resistir aos valores do mundo adulto e a questioná-los⁶⁶⁰.

Rafael Souza e Luiz Dias ressaltam que:

Em meados da década de 1950, o cinema e a música apresentam para o mundo uma nova maneira de ser jovem. No cinema, Marilyn Monroe e James Dean consolidavam um novo estilo de rebeldia e de protesto contra o mundo adulto. Na música Elvis Presley também cria um novo estilo de interpretação e escandaliza o mundo com sua dança. Os jovens ganham, assim, o mundo pela tela do cinema e pelas ondas do rádio e os problemas e inquietações dos jovens americanos logo passam a ser também os problemas de jovens de outros países⁶⁶¹.

Para Eric Hobsbawm, a cultura juvenil se configura como a matriz da revolução cultural que se experimenta no mundo, desde a segunda metade do século XX, nos modos e costumes, nos meios de gozar o lazer e nas artes comerciais, formando a atmosfera respirada por homens e mulheres urbanos. Segundo o autor, a juventude representava uma massa concentrada de poder de compra, de modo que o poder de mercado colaborou com a juventude para a descoberta de símbolos materiais e culturais de identidade. Entretanto, o que mais acentuou os contornos dessa identidade foi o abismo histórico que separava as gerações nascidas antes de 1925 das nascidas depois de 1950⁶⁶².

Desse modo, Hobsbawm sintetiza:

(...) o aumento de uma cultura juvenil específica, extraordinariamente forte, indicava uma profunda mudança na relação entre as gerações. A juventude, um grupo com consciência própria que se estende da puberdade até a metade da casa dos vinte, agora se tornava um agente social independente. Os acontecimentos políticos mais dramáticos, sobretudo nas décadas de 1970 e 1980, foram as mobilizações da faixa etária que, em países menos politizados, fazia a fortuna da indústria fonográfica, que tinha de 70% a 80% de sua produção – sobretudo de rock – vendida quase inteiramente a clientes entre as idades de 14 e 25 anos. A radicalização política dos anos 60, (...) foi dessa gente jovem, que rejeitava o status de crianças e mesmo de adolescentes,

⁶⁶⁰ DIAS, Luiz Antônio; SOUSA, Rafael Lopes de. Modos de ser da juventude ocidental. *Revista lumen et virtus*, n. 13 v. 6, p. 86-115, 2015. Disponível em: https://www.jackbran.com.br/lumen_et_virtus/numero_13/PDF/juventude_ocidental.pdf. Acesso em 1º de ago. 2022.

⁶⁶¹ DIAS; SOUSA, 2015, p. 98.

⁶⁶² HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX 1914- 1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

negando ao mesmo tempo humanidade plena a qualquer geração acima dos 30 anos de idade⁶⁶³.

Diante do exposto, podemos perceber como, ao longo do tempo, foi sendo construído um comportamento juvenil regulado por valores universalistas, possibilitando, assim, o surgimento de uma ideologia e cultura específicas da juventude.

O protagonismo juvenil na política se deu a partir de inúmeras manifestações, mais especificamente em meados da década de 1960, quando os protestos juvenis ganharam importância nas manchetes dos jornais. Segundo Souza e Dias, “(...) a luta contra as ditaduras no Terceiro Mundo, o engajamento contra as injustiças raciais nos Estados Unidos, as manifestações pelo fim da Guerra do Vietnã, os movimentos estudantis, Maio de 1968, (...) os festivais de música e o ‘amor livre’⁶⁶⁴ apontavam mudanças de comportamentos dos jovens. Em conformidade com os referidos autores, Marchesi afirma que a “(...) nova geração política constituída principalmente por jovens com menos de 30 anos em fins dos anos sessenta, desafiou as maneiras tradicionais de fazer política e promoveu novas formas de mobilização social, política e cultural”⁶⁶⁵ (tradução nossa)⁶⁶⁶.

Até aqui, vimos o quanto as novas formas de consumo e aceleração de modos de mercantilização já existentes influenciaram o contexto de construção da identidade juvenil e o seu protagonismo nos anos de 1960 e 1970. A maior parte dos pesquisadores que analisaram a questão apontam transformações no decorrer desse período como determinantes. O crescimento populacional da juventude em todo o mundo, a expansão da indústria de entretenimento e o gradativo aumento das influências femininas na vida social são algumas dessas transformações⁶⁶⁷. Mas será que esta explicação seria suficiente?

De acordo com Orivaldo Biagi, a presença social da juventude nas sociedades não nasceu nas décadas de 50 e 60, no cinema e na música. Desde o final do século XIX, já havia preocupação com o jovem, especialmente com relação à delinquência e à desordem social. Paralelamente a esse processo contra a delinquência, inúmeras políticas de valorização do

⁶⁶³ HOBBSBAWM, 1995, p. 317-318.

⁶⁶⁴ DIAS; SOUSA, 2015, p. 98.

⁶⁶⁵ MARCHESI, Aldo. Geografías de la protesta armada: nueva izquierda y latinoamericanismo en el cono sur. El ejemplo de la Junta de Coordinación Revolucionaria. *Revista Sociohistórica*, n. 25, 2008, p. 1.

⁶⁶⁶ “(...) nueva generación política constituída principalmente por jóvenes con menos de 30 años a fines de los sesentas, desafió las maneras tradicionales de hacer política y promovió nuevas formas de movilización, social, política y cultural”.

⁶⁶⁷ DIAS; SOUSA, 2015.

jovem como elemento vital para a sociedade foram colocadas em prática⁶⁶⁸. Nesse sentido, Biagi cita o exemplo do “(...) movimento conhecido como Juventude Hitlerista, que procurou valorizar as representações típicas de ‘beleza, força e futuro’ que a juventude deveria carregar”⁶⁶⁹. Ademais, a preocupação de “muitos pais com a dança ‘libidinosa’ que seus filhos executavam ao som das Big Bands de Jazz”⁶⁷⁰ marcaram os anos 30 e 40. Nessa perspectiva, segundo Biagi, as chamadas subculturas jovens já estavam presentes antes dos anos 60⁶⁷¹.

De acordo com as análises de Rafael Sousa e Luiz Dias, ainda na primeira metade do século XX, após a Primeira Guerra Mundial, o comportamento social da juventude já fazia oposição a valores defendidos pelas velhas gerações, tendo em vista “a morte de centenas de jovens em campos de batalha, enquanto as velhas gerações ficavam na retaguarda sem colocar a vida em risco. Isso gerou nos jovens um sentimento de repulsa contra tudo aquilo que representava o mundo dos adultos”⁶⁷².

Sousa e Dias enfatizam também o papel da escola moderna como fornecedora de elementos para o desenvolvimento de uma nova condição juvenil. Para eles, a escola moderna, a partir de sua organização – separação etária, período fixo de estudo etc. –, forneceu bases para o surgimento de grupos juvenis que desenvolveram uma ideologia de contestação aos valores previamente concebidos pelo mundo dos adultos. A família deixou de ser o centro de transmissão de conhecimento, uma vez que as novas exigências de técnica e especialização estavam fora do seu universo de saber. Além disso, o tempo de estudo nas escolas possibilitou um maior distanciamento em relação às famílias e, por sua vez, uma maior aproximação com outras culturas, tendo em vista o espaço de convivência dos mais diversos segmentos sociais no interior da escola. Dessa maneira, o contato persistente do jovem com outras culturas forneceu elementos para a formação de uma nova personalidade⁶⁷³. É a partir desse contexto que surge a necessidade, por parte dos jovens, de estabelecer representações juvenis em oposição ao mundo dos adultos. Para isso, recorrem, inclusive, a marcas visíveis da juventude veiculadas pelos meios de comunicação, que oferecem um corpo integrado de símbolos do que significa ser jovem⁶⁷⁴.

⁶⁶⁸ BIAGI, Orivaldo Leme. Juventude e rebeldia nos anos 60 e 70 do século XX – A problemática do conceito de contracultura. *Revista técnico-científica das Faculdades Atibaia*, v.1, n. 11, p. 93-112, 2017. Disponível em: <https://momentum.emnuvens.com.br/momentum/article/view/43>. Acesso em 1º de ago. 2022.

⁶⁶⁹ BIAGI, 2017, p. 102.

⁶⁷⁰ Idem, *ibidem*, p. 102.

⁶⁷¹ Idem, *ibidem*.

⁶⁷² DIAS; SOUSA, 2015, p. 96.

⁶⁷² HOBSBAWM, 1995.

⁶⁷³ DIAS; SOUSA, *op. cit.*

⁶⁷⁴ MADEIRA, 1986.

Nesse contexto, podemos perceber como a articulação da juventude com os movimentos estudantis é extremamente forte. Para Marialice Foracchi, o movimento estudantil pode ser considerado a forma predominante de contestação juvenil na sociedade moderna⁶⁷⁵. Na mesma direção, Rossana Cruz também afirma que o aparecimento dos jovens na cena pública contemporânea da América Latina está conectado com os movimentos estudantis⁶⁷⁶. Diante dessas constatações, retornamos à nossa indagação inicial: quem era a “juventude” dos anos 1960 e 1970 na América Latina?

De acordo com Macarena Caperochipi, experiências vividas na América Latina refletiram intensamente nos comportamentos da juventude. Figuras como Che Guevara, Fidel Castro e seus projetos com relação à luta armada renovaram totalmente as formas de fazer política⁶⁷⁷ e mais, transformaram-se na bandeira da juventude. Assim, a referência do adulto e suas formas tradicionais de fazer política pela via democrática foram negadas. Tudo isso ganhou legitimidade em razão do contexto vivido na região, como ressalta Rossana Cruz: “a incapacidade do sistema educativo do Estado para oferecer e garantir educação para todos, o crescimento do desemprego e da sobrevivência através da economia informal”⁶⁷⁸, além dos processos de dependência e subdesenvolvimento fomentados pelas ditaduras civis militares na região. Nessa perspectiva, a juventude buscou construir seus próprios “modelos” políticos. Nesta construção, a Revolução Cubana foi tomada como referência política da juventude da esquerda latino-americana⁶⁷⁹.

A partir daí, a eclosão de organizações armadas se fez presente na maior parte dos países do Cone Sul. Podemos citar, por exemplo, o *Movimiento de Izquierda Revolucionaria*, no Chile, o *Partido Revolucionario de los Trabajadores/ Ejército Revolucionario del Pueblo* e *Montoneros*, na Argentina, o *Movimiento de Libertación Nacional-Tupamaros*, no Uruguai, entre outras. Em cada um desses grupos é possível perceber características específicas de acordo com as particularidades de cada país. Porém, o que houve em comum em todas essas organizações foi a presença de jovens estudantes, universitários e secundários⁶⁸⁰. No Brasil, Marcelo Ridente também confirma essa informação. Segundo ele, a mobilização dos estudantes em organizações armadas foi extraordinária entre os anos de 1966 e 1968. Em seu ponto de

⁶⁷⁵ FORACCHI, 1972.

⁶⁷⁶ CRUZ, 2000.

⁶⁷⁷ CAPEROCHIPÍ, 2012.

⁶⁷⁸ CRUZ, op. cit., p. 27.

⁶⁷⁹ CAPEROCHIPÍ, op. cit.

⁶⁸⁰ Idem, *ibidem*.

vista, a militância nesses grupos tem relação direta com a participação juvenil nos movimentos sociais do período, favorecida pelo clima cultural dos anos 1960⁶⁸¹.

Em consonância com Ridente, Gabriel Teles acrescenta que, em diversos países, o grupo social dos estudantes buscou radicalizar suas demandas, aprofundando o questionamento da sociedade em seus diversos domínios e articulando suas reivindicações com mobilizações da classe trabalhadora⁶⁸². As universidades também sofreram influências dos processos repressivos instalados na América Latina, especialmente a partir do período das ditaduras. Esse contexto estimulou intensamente a luta dos estudantes, que passaram a repensar suas práticas sociais. Assim, como afirmam Anabela Ghilini e Nicolás Dip:

(...) antes de pensar uma estratégia particular para a universidade, muitos estudantes, docentes, intelectuais e militantes deram ênfase em como os “verdadeiros” problemas do país se relacionavam com controvérsias que a excediam, como o atraso das estruturas econômicas-sociais, a penetração imperialista (...) ⁶⁸³ (tradução nossa)⁶⁸⁴.

Agora que sabemos que boa parte da juventude latino-americana era constituída por estudantes, vamos entender melhor os movimentos estudantis no contexto argentino, quem eram os estudantes e quais eram as suas origens sociais.

De acordo com Martín Aveiro e Roberto Graboís, a partir do século XX cresce a quantidade de estudantes universitários na Argentina. Entretanto, as origens do movimento estudantil se remontam ao último terço do século XIX, a partir da nova composição da universidade, com os filhos de imigrantes e a nascente classe média⁶⁸⁵. Para os referidos autores, até 1966 pode-se dividir as agrupações estudantis em três grupos: reformistas, humanistas e integralistas. Depois desse ano, no entanto, devemos localizá-las diretamente com as políticas nacionais.

Essa modificação, após 1966, pode ser explicada a partir do protagonismo dos estudantes no que diz respeito aos papéis contestatórios ligados a ideias de transformação da sociedade. Como nos lembra Aveiro e Graboís, a Guerra do Vietnã, o movimento *hippie*, bem

⁶⁸¹ RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: UNESP, 1993.

⁶⁸² TELES, Gabriel. Movimento estudantil e lutas sociais na década de 60: a experiência do Cordobazo argentino (1969). *Revista Lutas Sociais*, n. 42 v. 23, p. 189-203, 2019. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/47446>. Acesso em 1º de ago. 2022.

⁶⁸³ DIP, Nicolás; GHILINI, Anabela. Experiencias de “peronización” en la Universidad de Buenos Aires entre la dictadura de Onganía y el gobierno de Cámpora (1966-1973). *Revista Izquierdas*, n. 25, p. 196-209, 2015. Disponível em: <https://journals.openedition.org/izquierdas/518?lang=en>. Acesso em 1º de ago. 2022.

⁶⁸⁴ “(...) antes de pensar una estrategia particular para la universidad, muchos estudiantes, docentes, intelectuales y militantes hicieron hincapié en que los “verdaderos” problemas del país se relacionaban con controversias que la excedían, como el atraso de las estructuras económicas-sociales, la penetración imperialista (...)”.

⁶⁸⁵ AVEIRO, Martín; GRABOIS, Roberto. El proceso de nacionalización del movimiento estudiantil argentino (1955 – 1970). *Revista Práxis Educativa*, n. 38 v. 16, p. 219-242, 2020. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/5998>. Acesso em 1º de ago. 2022.

como a independência de países da África tiveram grande acolhida na militância juvenil argentina, e esses acontecimentos realinharam as correntes estudantis em diferentes direções. Mas, apesar das diferenças, a militância juvenil tinha grande afinidade com os problemas da realidade nacional. Nas palavras de Marina Reta, os estudantes não se uniam apenas por sua condição de jovens, “(...) mas pela afinidade frente aos problemas da realidade. E, por sua vez, um ponto importante desta cultura e cosmovisão foi a sensibilidade social com os oprimidos, encontrando neles, outros olhos para olhar o mundo”⁶⁸⁶ (tradução nossa)⁶⁸⁷. A sensibilidade foi tão forte, nesse aspecto, que se tornou comum a prática de proletarização de alguns jovens. Conforme explica Macarena Caperochipi,

(...) a maioria dos jovens que envolveram nesta experiência eram estudantes, muitos deles universitários e que proviam das classes médias. Nesse sentido, é importante destacar a forma que a guerrilha influenciou a negação da classe social nos sujeitos juvenis, provocando processos de proletarização onde buscaram negar seu referente social mais próximo, inclusive as suas famílias⁶⁸⁸ (tradução nossa)⁶⁸⁹.

Na mesma vertente, Marina Reta salienta que havia a necessidade, por parte dos jovens, de romper com aspectos de “superioridade” da cultura burguesa:

a vontade de mudar a sociedade estava implícita não só no questionamento do sistema político vigente, mas também na necessidade de romper com o carácter burguês da universidade, que expressava um “compromisso militante” com os “interesses nacionais e populares”. Precisamente, se destacava esse carácter separado e artificial da universidade frente às massas, porque o perfil europeizante da universidade reformista havia criado uma intelectualidade inerte ante sua própria realidade, alijada dos problemas do homem comum, com uma atitude elitista que pretendia ser a vanguarda descolada do povo trabalhador, a que lhe pusera “o chapéu ideológico” ao peronismo⁶⁹⁰ (tradução nossa)⁶⁹¹.

⁶⁸⁶ RETA, Marina Alejandra. El Frente Estudiantil Nacional (FEN): juventud y estudiantado en el proceso contestatario de los años sesenta en Argentina. *Revista Antítesis*, n. 4, v. 2, p. 1077, 2009.

⁶⁸⁷ “(...) más bien por la afinidad frente a los problemas de la realidad de ese presente cambiante. Ya su vez, un punto importante de esta cultura y esta cosmovisión fue la sensibilidad social hacia los oprimidos, encontrando en ellos, otro ojo desde donde mirar el mundo”.

⁶⁸⁸ CAPEROCHIPÍ, 2012, p. 106-107, 2012.

⁶⁸⁹ “(...) la mayoría de los jóvenes que confluieron en esta experiencia eran estudiantes, muchos de ellos universitarios y que provenían de las clases medias. En este sentido, es importante destacar la forma en que la guerrilla llevó a una negación de la clase social en los sujetos juveniles, provocando procesos de proletarización donde ellos buscaron negar su referente social más próximo, incluso a sus familias”.

⁶⁹⁰ RETA, 2009, p. 1074.

⁶⁹¹ “(...) la voluntad de cambiar la sociedad llevaba implícito no sólo el cuestionamiento del sistema político vigente, sino también la necesidad de romper con el carácter burgués de la universidad, que expresara un ‘compromiso militante’ con los ‘intereses nacionales y populares’. Precisamente, se destacaba ese carácter separado y artificial de la universidad frente a las masas, porque el perfil europeizante de la universidad reformista había creado una intelectualidad inerte ante su propia realidad, alejada de los problemas del hombre común, con una actitud elitista que pretendía ser la vanguardia descolgada del pueblo trabajador, la que le pusiera ‘el sombrero ideológico’ al peronismo”.

Como se pode notar, a mobilização dos estudantes era intensa na Argentina. Essa mobilização irritava e preocupava os militares da “Revolução Argentina”⁶⁹². Em consequência de todo esse contexto de protagonismo político dos estudantes, houve uma grande intervenção nas universidades públicas nacionais. Através do Decreto nº. 16.912, as autoridades universitárias passaram a ser delegadas pelo poder executivo. Assim, anulava-se a autonomia universitária e seus respectivos organismos (Assembleia Universitária, Conselho Superior e Conselho Diretivo). A intervenção teve reação imediata; o epicentro da resistência ocorreu na Faculdade de Ciências Exatas e Naturais da Universidade de Buenos Aires, quando docentes e estudantes ocuparam o prédio da instituição no dia 29 de julho de 1966. O episódio ficou conhecido como a *Noche de los Bastones Largos*. Foram detidos mais de 150 estudantes e docentes. A polícia reprimiu, com bastões, numerosos universitários⁶⁹³.

Dessa forma, a partir de meados da década de 1960, a repressão sobre o movimento estudantil universitário se tornou constante e crescente. Para Califa e Millán,

(...) a repressão sobre as universidades públicas foi una resposta da ditadura à militância juvenil. O regime militar instaurou una lógica autoritária e prescritiva. Uma repressão difusa e reativa, tendente a desocupar as ruas e excluir o ativismo das facultades levadas a cabo preponderantemente pelas forças policiaes.⁶⁹⁴ (tradução nossa)⁶⁹⁵.

Em razão de todo esse processo autoritário e violento, o movimento estudantil se radicalizou intensamente, adotando ações violentas. Para Millán:

(...) Durante algunas etapas ou em determinadas cidades, as práticas violentas ocuparam quase a metade das formas de ação coletiva estudantil, assim deduzimos que por momentos várias formas do exercício da violência formavam parte dos hábitos da luta política, com limites porosos a respeito de formas pacíficas ou outras modalidades violentas⁶⁹⁶.

⁶⁹² “Revolução Argentina” foi o nome dado pelos próprios militares ao período de 1966 até 1973. Em 1966, o presidente Arturo Umberto Illia foi destituído do poder em razão de um golpe civil militar encabeçado pelo general Juan Carlos Onganía.

⁶⁹³ CALIFA, Juan Sebastián; MILLÁN, Mariano. La represión a las universidades y al movimiento estudiantil argentino entre los golpes de Estado de 1966 y 1976. *Revista de História Iberoamericana*, n. 2, v. 9, p. 10-38, 2016. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7052673>. Acesso em 1º de ago. 2022.

⁶⁹⁴ CALIFA; MILLÁN, 2016, p. 27.

⁶⁹⁵ “la represión sobre las universidades públicas fue una respuesta de la dictadura a la militancia juvenil. El régimen militar instauró una lógica autoritaria y proscriptiva. Primó una represión difusa y reactiva, tendiente a desalojar las calles y excluir el activismo de las facultades, llevada a cabo preponderantemente por las fuerzas policiales”.

⁶⁹⁶ MILLÁN, Mariano. El movimiento estudiantil y la violencia política en Argentina, 1966-1976. *Cuadernos de Marte*, n. 18, p. 129, 2020. Disponível em: <https://publicaciones.sociales.uba.ar/index.php/cuadernosdemarte/article/view/5659/html>. Acesso em 1º de ago. 2022.

Dessa maneira, podemos compreender a *Noche de los Bastones Largos* como um divisor de águas, visto que significou a radicalização das práticas políticas dos estudantes. A partir desse momento até a última ditadura, em 1976, as ações violentas se tornaram parte do cotidiano dos jovens argentinos. De acordo com Gabriel Telles, com os ataques às universidades, como foi o caso da *Noche de los Bastones Largos*, a oposição ao regime se tornou consensual entre estudantes, professores, técnicos, trabalhadores das universidades e pesquisadores⁶⁹⁷.

Segundo Maria Lígia Moraes, a juventude politizada e militante foi a principal vítima da repressão político-militar na América Latina. Para ela, a radicalização do movimento estudantil está diretamente ligada ao contexto de ditaduras civis militares⁶⁹⁸: “Na Argentina, cerca de setenta por cento dos quase 30 mil desaparecidos políticos tinha entre 16-30 anos” Além disso, apresenta uma outra novidade, que é compartilhada por todos os países da América Latina: “a presença feminina na vida política, quer seja na luta armada como posteriormente nos movimentos de direitos humanos e no feminismo”⁶⁹⁹.

A partir da apresentação destes dados, aprofundamos ainda mais na questão que foi elaborada no início da nossa análise: quem era a “juventude” dos anos de 1960 e 1970 na América Latina? Ao considerarmos a juventude como uma categoria social, conseguimos ampliar aspectos fundamentais para compreensão dos sujeitos e sujeitas envolvidos na referida categoria. Algumas pesquisadoras, como Rossana Cruz e Julia Insuela, reivindicam a ausência de reflexões e estudos sobre as mulheres dentro da categoria da juventude. Para elas, a grande maioria dos estudos produzidos na América Latina invisibiliza as diferenças de gênero. Sobre o assunto, afirma Rossana Cruz:

Salvo honrosas exceções, não se tem problematizado suficientemente o fato de que os grupos e coletivos juvenis, estejam formados em sua maioria por varões, resultando que quando há presença feminina, esta seja subsumida por um enfoque geral que não atende às diferenças de participação, representação e expressão entre elas e eles.⁷⁰⁰ (tradução nossa)⁷⁰¹.

Partindo dessa problematização, nos perguntamos: Por que tantas mulheres jovens latino-americanas se mobilizaram nesse período?

⁶⁹⁷ TELES, 2019.

⁶⁹⁸ MORAES, Maria Lygia Quartim de. Da luta armada ao feminismo: memórias dos anos 70 no Brasil. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 30., 2006, Caxambu/MG. *Anais [...]*. São Paulo: ANPOCS, 2006, p. 1-14. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-30-encontro/gt-26/gt09-16/3290-mmoraes-da-luta/file>. Acesso em 1º de ago. 2022.

⁶⁹⁹ MORAES, 2006, p. 2.

⁷⁰⁰ CRUZ, 2000, p. 91.

⁷⁰¹ “Salvo honrosas excepciones, no se ha problematizado suficientemente el hecho de que los grupos y colectivos juveniles, estén formados en su mayoría por varones, provocando que cuando hay presencia femenina, ésta sea subsumida por un enfoque general que no atiende a las diferencias de participación, representación y expresión entre ellas y ellos”.

De acordo com a análise de Julia Insuela, o principal motivo para tantas mulheres se mobilizarem reside em sua grande adesão às universidades. A integração das jovens no mundo universitário, cujo espaço era aberto e crítico, proporcionava uma reviravolta em suas vidas. Nesse sentido, possibilitou a muitas delas viverem as primeiras experiências e sensações de liberdade, permitindo, assim, que mudassem suas concepções e atitudes em relação ao mundo exterior⁷⁰².

O ponto de vista que articula a mobilização das mulheres com a universidade também é defendido por Cláudia Lago, Mara Coelho Lago e Monica Martinez. As autoras afirmam que:

Um dos aspectos que caracteriza o feminismo latino-americano é a vinculação e articulação de espaços de militância autônoma e também institucional com espaços dentro das universidades. (...) Nas universidades desenvolveram-se e se desenvolvem estudos que enfatizam a trajetória das mulheres no mundo público, o trabalho feminino, marcado pelas duplas ou triplas jornadas de trabalho e salários desiguais para as mesmas funções, a divisão desequilibrada de responsabilidades domésticas e com os filhos no mundo privado, a tutela jurídica das mulheres, do controle de suas sexualidades, entre outras temáticas⁷⁰³.

Silvia Federici, por sua vez, explica o protagonismo das mulheres através da perspectiva da crise econômica que envolveu a América Latina desde a metade da década de 1970, com as imposições do Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial. Segundo ela, a partir desse contexto, as mulheres formaram parte da resistência ao empobrecimento e ao desmantelamento do setor público, estimulado pela política de liberalização das importações⁷⁰⁴. Assim, em razão das consequências da agenda neoliberal e das sucessivas crises, as mulheres criaram formas mais autônomas de reprodução social. O resultado de tudo isso foi o aumento das participações políticas das mulheres. Nas palavras de Federici:

Como as participações políticas aumentaram, as mulheres se conscientizaram sobre a necessidade de autoeducação e formação política. Trata-se, agora, de elementos comuns na maioria das organizações de mulheres, porque elas se confrontam com forças sociais cuja lógica é moldada a nível internacional, o que requer uma compreensão das políticas internacionais. Combinadas com a autoconfiança adquirida por meio do ativismo social, tais práticas criaram novas formas de subjetividade que

⁷⁰² INSUELA, Julia Bianchi Reis. *Visões das mulheres militantes na luta armada: repressão imprensa e (auto) biografias (Brasil 1968/1971)*. 2011. 220 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Filosofia) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1478.pdf>. Acesso em 15 de jul. 2022.

⁷⁰³ LAGO, Cláudia; LAGO, Mara Coelho; MARTINEZ, Monica. *Situação dos Estudos de Gênero em Comunicação na América Latina: Breve Olhar a Partir do Brasil*. Disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4404339/mod_resource/content/1/America%20Latina%20-%20Revisado%20LLM.pdf. Acesso em 1º de ago. 2022.

⁷⁰⁴ FEDERICI, Silvia. Na luta para mudar o mundo: mulheres, reprodução e resistência na América Latina. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, n. 28, v. 2, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/MqrkMq7hHybFzZcgTwPbvq/?lang=pt>. Acesso em 1º de ago. 2022.

contrastam com a imagem, ainda propagada pelas instituições internacionais, da mulher camponesa – ancorada no passado, conhecedor apenas de práticas em vias de extinção. As mulheres camponesas na América do Sul estão longe de se preocupar apenas com seus direitos locais de cultivo e do bem-estar de suas famílias. Elas participam das assembleias onde as decisões são tomadas, desafiam o governo e a polícia, e se veem como as guardiãs da terra (...) ⁷⁰⁵.

Por fim, Dora Barrancos enfatiza o contexto dos feminismos para explicar o florescimento das mobilizações femininas no contexto político e social. Para Barrancos:

Os feminismos latino-americanos oferecem um divisor de águas específico, que não coincide com os feminismos norte-americanos e europeus, ainda que se assimila bastante. Em conjunto – estou longe de indicar um comportamento idêntico dos movimentos feministas em cada um dos países da região-, há um amplo ciclo que vai desde sua geminação nas décadas de 1900-1910 até os anos quarenta; logo sobrevém um certo estancamento ao que se seguiu um reflorescimento nos anos de 1970, com uma mudança notável da agenda que se observa sobretudo no desempenho das décadas oitenta e noventa ⁷⁰⁶.

Além de todas essas explicações, devemos pensar também nas peculiaridades de cada país. No caso argentino, por exemplo, o contexto político e social interferiu diretamente no cotidiano de muitas mulheres, que desde os anos 1940, com a consolidação do peronismo e a articulação da imagem de Eva Duarte Perón, viabilizou um conjunto diversificado de novas possibilidades e intervenções públicas para o feminino.

Nesse sentido, no próximo tópico, vamos apresentar relações estabelecidas pelos Montoneros a partir de interpretações da imagem de Eva Perón, isto é, as construções de todo um imaginário atrelado a Evita, que se transformará em condutas previstas para a atuação feminina na organização armada. É importante ressaltar que, apesar das idealizações da juventude no sentido de renovação de práticas conservadoras e criação de novas perspectivas de atuação política, houve uma preocupação por parte das organizações armadas em determinar modelos específicos de militância baseados em atributos de gênero. Essa preocupação se situa no contexto da grande inserção de mulheres nos grupos armados nos primeiros anos da década de 1970. Tanto no Montoneros quanto no PRT/ERP, podemos notar uma produção de representações políticas que ditavam visões de mundo e estabeleciam normas para militância. Assim, as interpretações da figura de Eva Perón pelos Montoneros e da mulher vietnamita no PRT/ERP exprimiam noções de feminilidade na luta armada e diferenciavam espaços de atuações de homens e mulheres.

⁷⁰⁵ FEDERICI, 2020, p. 6.

⁷⁰⁶ BARRANCOS, Dora. *Historia mínima de los feminismos en América Latina*. Cidade de México: El Colégio de México, 2020, p. 20.

3.2 EVA PERÓN E A CONSTRUÇÃO DA MILITÂNCIA FEMININA EM MONTONEROS

De acordo com Júlia Guivant, Eva Perón foi uma das líderes políticas mais poderosas e carismáticas da sua época, tendo alcançado uma projeção impensada para uma mulher. Seu impacto social foi tão grande que se transformou em um mito popular entre as “classes subalternas” e, posteriormente, em uma referência revolucionária entre os jovens dos anos de 1960 e 70⁷⁰⁷. Para Maryza Navarro, é indiscutível que Evita seja a figura política feminina de maior projeção na América Latina. Em sua visão, inspirou devoção, obediência e “confiança absoluta”, algo extraordinário para mulheres, especialmente em meados do século XX⁷⁰⁸.

A teórica Yvone Avelino vai mais além, afirmando que Perón se torna secundário em relação à Evita, principalmente ao se considerar a quantidade de obras produzidas sobre Eva Perón⁷⁰⁹. Pode-se acrescentar ainda que, por mais influente e importante que tenha sido Perón junto aos argentinos, Evita foi escolhida para representar uma multiplicidade de atores e de vozes sociais sem precedentes. A revista dos Montoneros é um dos exemplos dessa representatividade, a qual recebeu o nome *Evita Montonera*. No caso da revista, podemos notar a importância de Evita não apenas para a organização, mas também como uma forma de atrair o público leitor a partir do significado vinculado à sua imagem.

Além disso, até hoje se pode notar a imensa admiração dos argentinos por Evita. Nesse contexto, Paulo Renato da Silva afirma: “Eva Perón tem sido reivindicada por diferentes sujeitos e grupos político-sociais como um símbolo de justiça social e de um Estado protetor, diferente do neoliberal⁷¹⁰ que marcou o país na década de 1990, o qual teria levado os argentinos à crise”⁷¹¹. Em consonância com Silva, Rosa Maria Faria aponta:

(...) a memória popular de Evita, constitui-se como um permanente emblema de lutas por reconhecimento de classe, gênero, direitos trabalhistas e amparo social. (...) pode ser lida como uma metáfora, como um significante que adquire diversos e contraditórios significados em âmbito social⁷¹².

⁷⁰⁷ GUIVANT, Julia Silvia. La visible Eva Perón y el invisible rol político femenino: 1946-1952. *Cadernos de Ciências Sociais*, Santa Catarina, v. 5, n. 1., p. 1-65, 1985. Disponível em: <https://kellogg.nd.edu/documents/1254>. Acesso em 1º de ago. 2022.

⁷⁰⁸ NAVARRO, Maryza. El liderazgo carismatico de Evita. *Revista de Estudios de la Mujer*, v. 5, p. 27-46, 2000. Disponível em: <https://www.cervantesvirtual.com/obra/el-liderazgo-carismatico-de-evita-919322/>. Acesso em 1º de ago. 2022.

⁷⁰⁹ AVELINO, Yvone Dias. La Madre dos descamisados. Eva Perón: vida e trajetória política. *Cordis: Revista Eletrônica de História Social da Cidade, São Paulo*, v. 2, n. 13, p. 49-65, 2014. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/cordis/article/view/22713>. Acesso em 1º de ago. 2022.

⁷¹⁰ O autor se refere ao modelo neoliberal instalado na Argentina a partir do governo de Carlos Menem, em 1989.

⁷¹¹ SILVA, Paulo Renato da. Memória e história de Eva Perón. *Revista de História São Paulo*, São Paulo, n. 170, p. 146, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/82568>. Acesso em 1º de ago. 2022.

⁷¹² FARIA, Rosa Maria da Silva. Evita: imagem e memória de um corpo que não morre. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE LITERATURA, HISTÓRIA E MEMÓRIA, 14., Cascavel, 2020. *Anais XIV SLHM*.

Em razão disso, a memória de Evita ultrapassou os limites do peronismo e se transformou em um fenômeno extremamente complexo, que foi se adequando a diferentes contextos e ganhando interpretações distintas a partir do imaginário social. Dessa maneira, Evita permanece viva na política do país. Nas palavras de Silva: “Ora delatada, ora ‘santificada’, a figura de Eva Perón tem sido relida e incorporada a alguns dos principais debates político- culturais da Argentina desde meados do século XX”⁷¹³.

Diante de todas essas considerações nos perguntamos: por que Eva Perón ganhou tanta importância no contexto argentino? Quais razões explicam a escolha de Evita, uma mulher, como um dos principais símbolos revolucionários da organização armada Montoneros? E, por último, por que se torna a principal condutora do comportamento feminino em Montoneros? Para respondermos a essas questões, faz-se necessário entendermos as origens e o contexto de inserção política de Eva Perón. Por essa razão, antes de adentrar nessas discussões, é imprescindível respondermos a uma outra pergunta: quem foi Eva Duarte Perón? A resposta para esta pergunta não é simples, tendo em vista os vários significados atribuídos a seu corpo no âmbito social. Para Luciana Medeiros Teixeira, “(...) o corpo de Evita encarna valores e crenças vinculadas tanto à zona do feminino como aos modos de práxis política”⁷¹⁴.

Para se ter uma ideia dessa complexidade, o nome de Eva variou de acordo com as múltiplas identidades criadas em suas práticas políticas e sociais. Em sua primeira certidão de nascimento, chamava-se Eva María Iburguren. Seu pai, Juan Duarte, não era casado legalmente com sua mãe, Juana Iburguren e não a registrou como sua filha⁷¹⁵. Na segunda certidão, apresentada ao se casar com Perón, seu nome era María Eva Duarte. De acordo com Víctor Lemus e Rosa Maria Faria, Eva lutou para adotar o “Duarte” que seu pai lhe sonegara⁷¹⁶. A

Cascavel/PR: Unioeste, 2020, p. 2. Disponível em: <https://www.seminariolhm.com.br/site/simposios/03/1.pdf>. Acesso em 1º de ago. 2022.

⁷¹³ SILVA, 2014, p. 146.

⁷¹⁴ TEIXEIRA, Luciana Medeiros. Essa mulher: as múltiplas representações de Eva Perón. A construção do mito e as disputas políticas em santa evita de Tomás Eloy Martínez. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE LETRAS E LINGÜÍSTICA, 3., Uberlândia, 2013. *Anais do SILEL*, v. 3. Uberlândia: UFU, 2013, p. 1-11, p. 2. Disponível em: http://www.ileel.ufu.br/anaisdosilel/wp-content/uploads/2014/04/silel2013_2140.pdf. Acesso em 1º de ago. 2022.

⁷¹⁵ Segundo Yvone Dias Avelino, Eva foi a caçula dos cinco filhos que sua mãe, Juana, teve com Juan Duarte. Seu pai tinha outra família legalmente reconhecida, era fazendeiro e identificado como um homem importante. Sua mãe, Juana Iburguren, era costureira e vivia uma vida modesta. Antes de Eva nascer, seu pai abandonou sua mãe. Como os nomes significavam reconhecimento naquela época, Eva lutou para adotar o nome do pai. Juan Duarte morreu em um acidente de carro em 1926. Ao receber a notícia da sua morte, Juana decidiu ir ao seu velório com sua família. Foi a única vez em que Evita viu seu pai. Contudo, Juana e sua família foram hostilizadas e expulsas do velório pela família “legítima” de Juan Duarte (AVELINO, 2014).

⁷¹⁶ FARIA, Rosa Maria da Silva; LEMUS, Victor. Quatro Evas e um funeral. O mito de “Evita” e o campo literário argentino. *Cadernos Neolatinos*, Rio de Janeiro, v. 2, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/cn/article/view/16057/10135>. Acesso em 1º de ago. 2022.

partir do seu casamento, começou a construir uma imagem pública, em que alguns atributos foram selecionados por ela e outros lhe foram impostos⁷¹⁷. Por essa razão, Luciana Teixeira afirma que “Evita foi uma e foi muitas”⁷¹⁸.

Em conformidade com Teixeira, Maria Sofia Vassalo afirma:

O corpo de Eva Duarte e o corpo de Eva Perón se constituem em períodos temporais claramente diferenciados. O corpo de Eva Duarte aparece nas revistas entre 1934 e princípios de 1944, período que corresponde a seu desempenho como modelo publicitária e atriz de rádio, teatro e cinema. A partir de 1944, há uma mudança notável na Eva das capas de revistas: desaparece Eva Duarte e progressivamente emerge Eva Perón⁷¹⁹ (tradução nossa)⁷²⁰.

Ademais, depois do casamento, outras construções foram feitas a partir do corpo de Eva. Ela, então, transforma-se em *Evita*, em *Senhora Eva Perón* e, finalmente, na *atriz Eva Duarte*, denominação utilizada pelos opositores peronistas, que queriam sempre resgatar as origens de Eva com intuito de depreciá-la⁷²¹. A própria Eva, em sua autobiografia, fazia distinção entre as duas personalidades incorporadas por ela. Em sua obra, *La Razon de Mi Vida*, afirma:

A dupla personalidade de Perón devia corresponder a uma dupla personalidade em mim: uma, a de Eva Perón, mulher do Presidente, cujo trabalho é simples e agradável, trabalho dos dias de festa, de receber honras, de funções de gala; e outra, a de Evita, mulher do Líder de um povo que tem depositado nele toda sua fé, toda sua esperança e todo seu amor. Uns poucos dias ao ano represento o papel de Eva Perón; e nesse papel acredito que me desempenho cada vez melhor, pois não me parece difícil nem desagradável. A imensa maioria dos dias sou Evita, ponte estendida entre as esperanças do povo e as mãos realizadoras de Perón, primeira peronista argentina, e este sim resulta papel difícil, é nele que nunca estou totalmente contente⁷²² (tradução nossa)⁷²³.

⁷¹⁷ TEIXEIRA, 2013.

⁷¹⁸ Idem, *ibidem*, p. 2.

⁷¹⁹ VASSALO, Maria Sofia. Figuras de Evita em las tapas de revistas. *Revista Figuras*, Buenos Aires, n. 5, p. 2-3, 2009. Disponível em: <http://repositorio.una.edu.ar/bitstream/handle/56777/524/Figuras%20de%20Evita.pdf?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso em 1º de ago. 2022.

⁷²⁰ “El cuerpo de Eva Duarte y el cuerpo de Eva Perón se constituyen en períodos temporales claramente diferenciados. El cuerpo de Eva Duarte aparece en las revistas entre 1934 y principios de 1944, período que corresponde a su desempeño como modelo publicitaria y actriz de radio, teatro y cine. A partir de 1944, hay un cambio notable en la Eva de las tapas de revistas: desaparece Eva Duarte y progressivamente emerge Eva Perón.” ⁷²¹ TEIXEIRA, 2013.

⁷²² PERÓN, Maria Eva Duarte de. *La Razon de Mi Vida*. Buenos Aires: Peuser, 1951, p. 65-66.

⁷²³ “A la doble personalidad de Perón debía corresponder una doble personalidad en mí: una, la de Eva Perón, mujer del Presidente, cuyo trabajo es sencillo y agradable, trabajo de los días de fiesta, de recibir honores, de funciones de gala; y otra, la de Evita, mujer del Líder de un pueblo que ha depositado en él toda su fe, toda su esperanza y todo su amor. Unos pocos días al año represento el papel de Eva Perón; y en ese papel creo que me desempeño cada vez mejor, pues no me parece difícil ni desagradable. La inmensa mayoría de los días soy en cambio Evita, puente tendido entre las esperanzas del pueblo y las manos realizadoras de Perón, primera peronista argentina, y éste sí que me resulta papel difícil, y en el que nunca estoy totalmente contenta de mí”.

Portanto, a denominação *Evita* era utilizada para mostrar uma aproximação com o povo, mais especificamente com os *descamisados*. Para ganhar legitimidade das classes populares, enfatizava sua origem “ilegítima” e, assim, criava formas concretas de identificação com grupos “subalternos”. Por esse motivo, consolidou-se como o principal elo de ligação entre os trabalhadores e Perón. Dessa aproximação com os *descamisados*, como ela se referia a eles, emerge *Evita*. Em outro ponto da sua obra, explica o significado de *Evita*⁷²⁴:

Quando elegi ser “Evita” sei que elegi o caminho de meu povo. [...]. Ninguém senão o povo me chama “Evita”. Somente aprenderam a me chamar assim os “descamisados”. Os homens de governo, os dirigentes políticos, os embaixadores, os homens de empresa, profissionais, intelectuais, etc., que me visitam podem me chamar “Senhora”; e alguns incluso me dizem publicamente “Excelentíssima ou Digníssima Señora” y ainda, às vezes, “Señora Presidenta”. Eles não veem em mim mais que a Eva Perón. Os descamisados, pelo contrário, não me conhecem senão como “Evita”. Agora se me perguntassem o que prefiro, minha resposta não tardaria em sair: gosto mais do meu nome de povo⁷²⁵ (tradução nossa)⁷²⁶.

Desse modo, Eva reproduzia múltiplas imagens para distintos públicos sociais. A partir de figuras publicadas em jornais, Maria Sofia Vassalo destaca mudanças consideráveis pelas quais passou Eva ao longo dos anos 1940 e 1950. Segundo a autora, a partir de 1944, Eva não voltaria a aparecer com o corpo completo nas capas das revistas. Nesse momento, começa o processo de invisibilização de Eva Duarte atriz. Nas duas imagens a seguir, podemos notar um pouco dessas mudanças.

⁷²⁴ FARIA; LEMUS, 2017.

⁷²⁵ PERÓN, 1951, p. 67-68.

⁷²⁶ “Cuando elegí ser ‘Evita’ sé que elegí el camino de mi pueblo (...). Nadie sino el pueblo me llama ‘Evita’. Solamente aprendieron a llamarme así los ‘descamisados’. Los hombres de gobierno, los dirigentes políticos, los embajadores, los hombres de empresa, profesionales, intelectuales etc., que me visitan suelen llamarme ‘Señora’; y algunos incluso me dicen públicamente ‘Excelentísima o Dignísima Señora’ y aun, a veces, ‘Señora Presidenta’. Ellos no ven en mí más que a Eva Perón. Los descamisados, en cambio, no me conocen sino como ‘Evita’. Ahora si me preguntasen qué prefiero, mi respuesta no tardaría en salir de mí: me gusta más mi nombre de pueblo.

Figura 6 – Ilustração da revista *Cine Argentino*



Fonte: VASSALO, 2009, p. 6.

A imagem acima foi publicada na revista *Cine Argentino*, em 27 de março de 1941, apresentando o corpo de Eva completo e sensualizado. Na imagem abaixo, publicada na revista *Ondania*, em 7 de julho de 1944, Eva aparece totalmente diferente. Além de não se apresentar de corpo inteiro, transmite uma ideia de seriedade, caracterizando muito menos a Eva Duarte atriz.

Figura 7 – Ilustração da revista *Ondania*



Fonte: VASSALO, 2009, p. 8.

Como destaca Vassalo, na última imagem, acentuam-se aquelas marcas que construirão o corpo de Eva Perón, tendo no terno de alfaiate e no cabelo recolhido exemplos que aparecerão constantemente em suas fotos após o casamento e sua inserção na vida política. Na mesma direção, Teixeira salienta que, a partir de 1946, Eva se reconstrói como mulher pública, adotando o terno e o coque como marcas de identidade, seu rosto se tornando emblema da nação: “(...) era o espetáculo. Por ela milhares de argentinos cruzavam o país. Queriam vê-la ouvi-la”⁷²⁷.

Além disso, Vassalo enfatiza que Eva ingressou na política sem se masculinizar, reafirmando sua feminilidade na esposa e na maternidade simbólica⁷²⁸. A maternidade em Eva é uma outra interpretação complexa. Apesar de não ter sido de fato mãe, assumiu este papel transmitindo a imagem essencialista da mulher, ligada, portanto, à maternidade. Criava, assim, uma alternativa para justificar e legitimar a atuação feminina nos espaços masculinizados da política, alternativa que, por sua vez, permitia a presença das mulheres nos mesmos espaços dos homens sem disputá-lo.

Mesmo sem ser mãe biológica, Eva associava sua imagem ao significado de “mãe espiritual da nação”, papel que exercia a partir das suas emoções e sacrifícios pelo bem da nação⁷²⁹. Seus sacrifícios são demonstrados em vários momentos, inclusive nos últimos anos da sua vida, quando, mesmo acometida pelo câncer, não deixou de executar suas atividades. Suas longas jornadas de trabalho (no Partido Peronista Feminino e na Fundação Evita) e a atenção que dispensava às classes desfavorecidas ilustravam bem suas condutas.

No que se refere às constantes transformações que ganhavam vida em Eva, Julia Silva Guivant ressalta a transformação do seu estilo político e da sua aparência, especialmente nos anos prévios a 1949. Segundo Guivant, Eva assume um tom mais apaixonado e violento em seus discursos, além de se colocar muito mais em um papel da *Companheira Evita*, e não mais de *Senhora*. Seu enfretamento se dava contra os setores denominados “inimigos do peronismo”, ou seja, imperialistas, comunistas e oligarquia⁷³⁰. No discurso a seguir, proferido por Eva em 1º de maio de 1952, podemos notar claramente essas transformações:

(...) Se preciso faremos justiça com as próprias mãos. Eu peço a Deus que não permita que esses insensatos levantem a mão contra Perón, porque aí nesse dia, meu general, morta ou viva, eu sairei com as mulheres do povo, sairei com os descamisados da pátria para não deixar pedra sobre pedra que não seja Peronista. Porque nós não vamos deixar que nos esmague a bota oligárquica e traidora dos vendedores da pátria que

⁷²⁷ TEIXEIRA, 2013, p. 3.

⁷²⁸ VASSALO, 2009.

⁷²⁹ Idem, ibidem.

⁷³⁰ GUIVANT, 1985.

têm explorado a classe trabalhadora (...) viremos para fazer justiça com as próprias mãos⁷³¹.

A essa altura, começamos a entender como Eva foi adquirindo tanta importância no contexto argentino. Primeiramente, ela se apresentava como uma mulher simples, do povo, criando, dessa forma, fortes laços afetivos com as classes desfavorecidas, que se identificavam de forma concreta com ela. Além disso, sua aparição em um espaço exclusivamente masculino, de poder, incentivou a participação de outras mulheres em locais públicos, ainda que, a partir da lógica de Evita, a presença das mulheres nas esferas públicas significasse uma extensão do espaço doméstico. De acordo com Jessica Carvalho, Eva Perón evoca a nação como um grande lar, sem questionar os papéis de gênero designados às mulheres e, principalmente, ao utilizá-las para desenvolver tarefas de cuidado⁷³².

Julia Guivant, por outro lado, interpreta as ações de Eva a partir de uma outra perspectiva. Segundo a autora, apesar de Evita não criticar a tradicional divisão do trabalho, estimulava as mulheres a transformarem o “rol natural” do lar no espaço privado através de sua ativa politização. Nesse sentido, não via o espaço privado como um âmbito totalmente tradicional e conservador, na medida em que, a este, era dado um significado diferente: o lar incorporava um conteúdo político, nele se difundia a doutrina peronista⁷³³.

Entretanto, várias contradições podem ser identificadas no rol político exercido por Eva Perón. Por um lado, reforçava as assimetrias de gênero, quando, por diversas vezes, em seus discursos, abordava um caráter essencialista da mulher, naturalizando papéis de gênero. Por outro, não se dedicava à vida doméstica como sugestionava às mulheres argentinas. Essa contradição era cuidadosamente camuflada a partir da função maternal incorporada por ela à frente do grande lar da pátria, que, segundo Eva, o general Perón conduzia⁷³⁴.

A imagem do sacrifício incorporada por Eva também corrobora com o ganho de importância e admiração dos argentinos em relação a ela. Para Teixeira, o corpo de Evita se transforma em um altar sacrificial. Não sofre pelo câncer, e sim porque é sensível frente às injustiças sociais. Constrói-se assim, a imagem de uma “alma bela”, de um mártir⁷³⁵. A construção dessa imagem pode ser percebida através da fala da própria Evita, que Yvone

⁷³¹ AVELINO, 2014, p. 62.

⁷³² CARVALHO, Jessica Mayara de Melo. O grande lar argentino: a cidadania feminina segundo Eva Perón. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIA POLÍTICA, 1., Porto Alegre, 2015. *Anais [...]*. Porto Alegre: UFRGS, 2015, p. 1-18. Disponível em: https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/CARVALHO_J%C3%A9ssica_M-O-Grande-Lar-Argentino-I-SICP-UFRGS.pdf. Acesso em 1º de ago. 2022.

⁷³³ GUIVANT, 1985.

⁷³⁴ Idem, *ibidem*.

⁷³⁵ TEIXEIRA, 2013, p. 6.

Avelino apresenta na seguinte citação: “com voz embargada, pede aos seus ouvintes, à sua platéia: ‘Roguem a Deus para que me devolva a saúde (...) Não por mim, senão por Perón e por vocês, meus descamisados’”⁷³⁶. Avelino ainda afirma, sobre Evita:

(...) Consciente da doença que, gradativamente foi minando suas forças, não se abateu, e nem abandonou qualquer uma das suas atividades. Ao contrário, passou a agir de forma mais agressiva, mais contundente, utilizando e consultando seus colaboradores a qualquer hora do dia ou da noite. Era um *ejército* de prontidão, a serviço dos seus descamisados. Num frenesi ininterrupto, deslocava-se do atendimento no escritório, ao acompanhamento das obras públicas, às visitas aos despossuídos da sorte, nas mais distantes periferias de Buenos Aires⁷³⁷.

De acordo com Capelato, a ideia de sacrifício, reproduzida nos discursos de Evita, fez com que se tornasse um modelo de “mãe ideal: sacrificou-se pelos filhos da pátria até o martírio final”⁷³⁸. Logo, a imagem de Evita ficou identificada com o melhor do peronismo. Quando morreu, aos seus 33 anos de idade, em 26 de julho de 1952, estava, segundo Martha Díaz:

(...) no auge da veneração que lhe dedicavam as massas. (...) Durante os dias que precederam sua morte, grupos de pessoas se reuniram em frente à residência onde ela se encontrava, para rezar por sua saúde. A rádio informava, nesse dia, que, as 20 horas e 25 minutos, havia falecido a “chefa espiritual da Nação”. Durante dois dias foi suspensa toda atividade oficial. Nessa mesma noite, a CGT proclamava-a “mártir do trabalho.” Na Praça de Maio, uma multidão, com tochas ao alto, dirigiu-se até o enorme retrato de Evita ali colocado, e permaneceu longo tempo em silêncio frente a ele⁷³⁹.

Para Marysa Navarro, a imagem de Evita após sua morte ganhou uma projeção expressiva, maior que aquela que havia tido em vida. Em suas palavras:

Morta em plena juventude quando sua radiante beleza não havia desvanecido, cheia de vida e de paixão, havia desaparecido em momentos em que o peronismo iniciava seu declínio. Portanto, sua imagem ficava identificada com os melhores anos do peronismo, uma época de bonança, de mudanças, de bem-estar e alegria para o povo (...). Era o mais puro do peronismo, havia entregado sua vida por ele, era a mártir⁷⁴⁰.

Lemus e Faria enfatizam que o mito “Evita” se consolidou como ícone político e cultural argentino após sua morte. Sua representação estimulou uma grande diversidade de narrativas históricas e biográficas⁷⁴¹. Quando levamos em consideração o contexto autoritário e

⁷³⁶ AVELINO, 2014, p. 61.

⁷³⁷ Idem, *ibidem*, p. 60.

⁷³⁸ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 300.

⁷³⁹ DÍAZ, Martha Suzana. *Mulher e poder: o caso de Eva Perón na política argentina*. 2005. 228 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005, p. 101. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/10874/1/Dissertacao%20Martha%20Diaz.pdf>. Acesso em 15 de jul. 2022.

⁷⁴⁰ NAVARRO, Marysa. *Evita*. Buenos Aires: Editorial Planeta Argentina, 1994, p. 275.

⁷⁴¹ FARIA; LEMUS, 2017.

antipopular que se instalou na Argentina após 1955, compreendemos ainda mais o quanto Evita se torna representativa nos mais diversos âmbitos sociais.

Nessa perspectiva, a construção da sua imagem se torna algo complexo, sendo totalmente indefinida e dinâmica, uma vez que é reinterpretada por diversos setores sociais. Nessa acepção, como salienta Silva, as reivindicações de Evita não podem ser analisadas apenas como produto da indústria cultural ou como propaganda peronista, uma vez que distintas apropriações foram feitas com base no seu vasto significado social. Distintos sujeitos e grupos deram sentidos particulares à imagem de Evita. Assim, para o referido autor, as memórias sobre Evita podem ser analisadas como “lugares de memória”, ao passo que sua memória se entrelaça com o processo de (re)elaboração de experiências vividas em um determinado presente, dotando este “lugar” de historicidade⁷⁴².

É a partir dessa lógica que Evita assume uma representatividade aguerrida pela organização armada Montoneros, nos anos de 1970. A seguir, vamos apresentar algumas razões da escolha de Evita como um dos principais símbolos revolucionários da referida organização.

De acordo com Silva, os setores da esquerda, como o grupo Montoneros, assumiram Evita como a face mais popular, nacional e revolucionária do peronismo. Para o autor, Evita, Perón e Che Guevara passaram a dividir espaço em cartazes, faixas e panfletos de esquerda. Era a porta-bandeira da revolução. Além disso, a imagem de Evita proporcionava uma aproximação dos intelectuais da Nova Esquerda com os setores populares⁷⁴³, pois representava a resistência das classes populares contra todo o processo repressivo e antipopular instalado na Argentina após a proscrição do peronismo em 1955. Era, então, o símbolo mais puro da justiça social. Igualava-se a Che Guevara por abrir mão do poder pela defesa do povo oprimido. O padre Hernán Benítez, identificado com o movimento de Teologia da Libertação, afirma:

Excepcionais são aqueles que, uma vez tendo chegado ao cume do poder, são capazes de despojar-se de todas as conquistas para descer outra vez ao chão, à luta, a dar a vida em defesa dos oprimidos. A Argentina ostenta o privilégio de possuir dois desses heróis. Suas imagens são empunhadas como bandeira, seus nomes são lançados como gritos de guerra nas marchas revolucionárias, nos desfiles de protesto e nas rebeliões dos oprimidos do mundo. Esses heróis são Eva Perón e Che Guevara⁷⁴⁴.

Na concepção de Faria, depois de morta, Evita passa a ser de domínio público; os meios de comunicação a eternizaram. Sua figura despertava paixões e, ao mesmo tempo, repulsa por parte dos antiperonistas. O embalsamento de seu corpo permitiu que permanecesse mais viva

⁷⁴² SILVA, 2014.

⁷⁴³ Idem, *ibidem*.

⁷⁴⁴ SÁNCHEZ, Matilde. *Evita: Imagens de uma paixão*. São Paulo: Melhoramentos, 1997, p.185.

do que nunca, principalmente para as classes populares⁷⁴⁵. Os militares que assumiram o poder a partir de 1955 se esforçaram para apagar o que ainda havia restado do peronismo. Nesse contexto, para Yvone Avelino, era preciso esconder seu corpo embalsamado para que o esquecimento gerasse outros valores políticos e para o pleno exercício da ditadura. Contudo, em cada local em que escondiam o corpo, sempre amanheciam velas e flores ao seu lado⁷⁴⁶. Segundo Silva, crescia a santificação popular em torno do nome de Evita. Diante disso, em 1955, os militares, sob liderança de Pedro Eugênio Aramburu, enterraram o corpo na Itália com um nome falso, de modo que seu paradeiro foi desconhecido por quinze anos. O corpo foi recuperado somente no ano de 1970, quando a organização Montoneros sequestrou e matou Pedro Eugênio Aramburu. O corpo de Evita foi então devolvido a Perón, exilado em Madri.

A partir desse momento, consolida-se o vínculo entre Evita e a esquerda revolucionária⁷⁴⁷. Os discursos como “Evita vive”, “Evita vuelve”, espalharam-se pelas publicações da organização Montoneros, que buscava construir uma imagem de imortalização do seu principal símbolo guerrilheiro, a Evita combativa e militante. Na concepção de Navarro:

Com o contexto de lutas populares como o Cordobazo, vai se forjando pouco a pouco o mito de Evita militante, a mulher que havia nascido para a Revolução, a inimiga da oligarquia, que não se permite curvar a nada pois está disposta a "que a justiça social seja cumprida custe o que custar e caia quem cair" e a "dar a vida por Perón". Se resgatam assim suas frases mais combativas, as de seus últimos discursos, em que pede ao Povo que cuide de Perón, que o defenda de seus inimigos, que lute por ele e por sua causa, e se convertam em consignas que se adequam à estratégia do peronismo para obter o retorno de Perón à Argentina e sua volta ao poder⁷⁴⁸ (tradução nossa)⁷⁴⁹.

É importante ressaltar que a transformação de Evita em revolucionária não excluiu sua imagem de *Santa Evita*; suas duas imagens coexistiram simultaneamente. Nas revistas de Montoneros, por exemplo, é possível identificarmos ambas, cada uma utilizada com um objetivo. Mais adiante, falaremos da imagem de *Santa Evita*.

Para Teixeira, a recuperação do cadáver de Evita foi a chave dos anos 1970. Era uma representação muito cara para os militantes da Nova Esquerda. Os jovens Montoneros tinham certeza que o apoderamento do corpo de Evita era quase o mesmo que tomar o poder⁷⁵⁰. Na

⁷⁴⁵ FARIA, 2020, p. 2.

⁷⁴⁶ AVELINO, 2014.

⁷⁴⁷ SILVA, 2014.

⁷⁴⁸ NAVARRO, 1994, p. 278.

⁷⁴⁹ “Con el trasfondo de luchas populares como la del Cordobazo, se va forjando poco a poco el mito de Evita militante, la mujer que ha nacido para la Revolución, la enemiga de la oligarquía, que no se deja doblegar ante nada pues está dispuesta a ‘que la justicia social se cumpla cueste lo que cueste y caiga quien caiga’ y a ‘dar la vida por Perón’. Se rescatan así sus frases más combativas, las de sus últimos discursos, en los que pide al Pueblo que cuide a Perón, que lo defienda de sus enemigos, que luche por él y por su causa, y se convierten en consignas que se adecuan a la estrategia del peronismo para obtener el retorno de Perón a la Argentina y volver al poder”.

⁷⁵⁰ TEIXEIRA, 2013.

imagem a seguir, publicada na revista *Evita Montonera* número 1, no ano de 1974, podemos observar a imagem de Evita com os seguintes dizeres: “A Evita a trouxemos lutando os jovens peronistas”.

Figura 8 – Ilustração da revista *Evita Montonera*



Fonte: MONTONEROS, 1974, p. 25⁷⁵¹.

Na imagem acima, podemos observar uma Evita jovem, alegre e cheia de vida. Esta era a imagem que o grupo Montoneros queria transmitir dela. Com o cabelo solto e um sorriso no rosto, representava a disposição da juventude para lutar contra tudo e todos por uma “Pátria livre, justa e soberana”⁷⁵². No texto que segue ao lado da imagem na revista, a organização publica a notícia do retorno dos restos mortais de Evita à Argentina e afirma:

No 17 de novembro de 1974 os restos de nossa querida EVITA voltaram ao país. (...) Sua figura, sua presença, seu exemplo, nunca deixaram de estar no povo peronista; só

⁷⁵¹ MONTONEROS. A Evita la trajimos luchando los muchachos peronistas. *Evita Montonera*, Buenos Aires, n. 1, p. 25, dez. 1974. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0B9MUX80k_Q05NGJNT1BvdEFrZms/view?resourcekey=0-L_0MwrmDoTRLMAFheQ9_pg. Acesso em 1º de ago. 2022.

⁷⁵² MONTONEROS. A Evita la trajimos luchando los muchachos peronistas. *Evita Montonera*, Buenos Aires, n. 1, p. 24, dez. 1974. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0B9MUX80k_Q05NGJNT1BvdEFrZms/view?resourcekey=0-L_0MwrmDoTRLMAFheQ9_pg. Acesso em 1º de ago. 2022.

seus restos foram separados dele porque os gorilas acreditavam que assim o povo a esqueceria. Mas se equivocaram. Cada vez com mais força a figura de EVITA guiou nossa prática, identificou nossos inimigos, denunciou os traidores infiltrados no movimento peronista. Nem os gorilas nem os traidores se encontram tranquilos com EVITA. (...) SE EVITA ESTÁ DE NOVO NA PÁTRIA É PORQUE O POVO PERONISTA NUNCA A ESQUECEU, QUE A CONVIRTEU EM SÍMBOLO E BANDEIRA DE LUTA, EXIGIU COM FEITOS CONCRETOS DURANTE DEZENOVE ANOS ESTA REPATRIAÇÃO. (...) QUE TODO O POVO PERONISTA POSSA RENDIR SUA HOMENAJEM A EVITA E REAFIRMAR ASSIM SEU COMPROMISSO DE LUTA POR UMA PÁTRIA JUSTA, LIVRE E SOBERANA⁷⁵³ (tradução nossa)⁷⁵⁴.

Mais à frente do texto, na página 27, apresentam o último subtítulo da matéria com os dizeres: “Se Evita vivesse seria uma Montonera”⁷⁵⁵. Segue, abaixo, trecho do texto:

Evita voltou porque o povo assim o quis, e porque lutou para alcançar. Sua repatriação mostra que a presença de EVITA nas massas segue presente como no primeiro momento, e muito mais ainda, porque o calvário desses restos queridos mostrou ao povo que o ódio da oligarquia o imperialismo não era para uma mulher que lutou pelo voto feminino, como nos quer fazer acreditar a imprensa liberal, mas sim quem marcou a fogo os inimigos do povo e da Pátria. (...) E nesta larga luta para obter definitivamente a Pátria JUSTA, LIVRE E SOBERANA, que lutou y deu sua vida nossa companheira EVITA, o GENERAL PERON e tantos outros heróis populares, estarão sempre conosco. PORQUE SE EVITA VIVESSE SERIA MONTONERA⁷⁵⁶ (tradução nossa)⁷⁵⁷.

Na citação, podemos compreender claramente a representação de Evita como símbolo de luta da militância, sendo identificada como uma companheira de luta que deu a vida pela pátria juntamente com Perón e outros heróis. É interessante observarmos que a identificação de Evita como uma mulher que lutou pelo voto feminino é vista pelos Montoneros como algo negativo, como se essa causa fosse pequena e a desonrasse. Ao mesmo tempo, não reconheciam

⁷⁵³ MONTONEROS. A Evita la trajimos luchando los muchachos peronistas. Evita Montonera, Buenos Aires, n. 1, p. 24, dez. 1974. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0B9MUX80k_Q05NGJNT1BvdEFrZms/view?resourcekey=0-L_0MwrmDoTRLMAFheQ9_pg. Acesso em 1º de ago. 2022.

⁷⁵⁴ “El 17 de noviembre de 1974 los restos de nuestra querida EVITA volvieron al país. (...) Su figura, su presencia, su ejemplo, nunca dejaron de estar en el pueblo peronista; solo sus restos; fueron separados de él porque los gorilas creían que así el pueblo la olvidaría. Pero se equivocaron. Cada vez con más fuerza da figura de EVITA guió nuestra práctica, señaló a nuestros enemigos, denunció a los traidores infiltrados en el movimiento peronista. Ni los gorilas ni los traidores se encuentran tranquilos con EVITA. (...) SI EVITA ESTA DE NUEVO EN LA PATRIA ES PORQUE EL PUEBLO PERONISTA QUE NUNCA LA OLVIDO, QUE LA CONVIRTIÓ EN SIMBOLO Y BANDERA DE LUCHA, EXIGIO CON HECHOS CONCRETOS DURANTE DIECINUEVE ANOS ESTA REPATRIACION. (...) QUE TODO EL PUEBLO PERONISTA PUEDA RENDIR SU HOMENAJE A EVITA Y REAFIRMAR ASI SU COMPROMISO DE LUCHA POR UNA PATRIA JUSTA, LIBRE Y SOBERANA”.

⁷⁵⁵ MONTONEROS. Si Evita viviera, sería Montonera. Evita Montonera, Buenos Aires, n. 1, p. 27, dez. 1974. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0B9MUX80k_Q05NGJNT1BvdEFrZms/view?resourcekey=0-L_0MwrmDoTRLMAFheQ9_pg. Acesso em 1º de ago. 2022.

⁷⁵⁶ MONTONEROS, 1974, p. 27.

⁷⁵⁷ “Evita volvió porque el pueblo así lo quiso, y porque luchó para lograrlo. Su repatriación muestra que la presencia de EVITA en las masas sigue presente como en el primer momento, y mucho más aún, porque el calvario de esos restos queridos mostraron al pueblo que el odio de la oligarquía y el imperialismo no eran hacia una mujer que luchó por el voto femenino, como nos quiere hacer creer la prensa liberal, si no hacia quien marcó a fuego a los enemigos del Pueblo y de la Pátria”.

a clara contradição colocada por eles mesmos: Evita, o principal símbolo revolucionário montonero, era uma mulher. Além de dar o nome de Evita ao órgão oficial de imprensa da organização, a sua imagem aparecia estampada na capa do primeiro número da revista, como podemos ver na imagem a seguir.

Figura 9 – Ilustração da revista *Evita Montonera*



Fonte: MONTONEROS, dez. 1974, capa⁷⁵⁸.

Imagens como esta aparecem em muitos outros números de revistas organizadas pelos Montoneros, nas capas, contracapas, além de várias matérias com seções especiais de até cinco páginas dedicadas a Evita – com temas como aniversários de sua morte, 1º de maio, morte do general Aramburu, renúncia de Evita à vice-presidência, entre outros.

⁷⁵⁸ MONTONEROS, 1974, capa.

Na primeira página do primeiro número da *Evita Montonera*, explicam os objetivos da organização e por que escolheram Evita como representante do povo peronista:

NOSSA POLÍTICA E NOSSAS CONCEPÇÕES - como sempre o fez Evita NASCEM E SE ALIMENTAM DA LUTA DOS TRABALHADORES E O POVO PERONISTA, Mais ainda: MONTONEROS quer ser AUTÊNTICA EXPRESSÃO DOS INTERESSES DA CLASSE TRABALHADORA. E a partir desta profunda relação com a classe trabalhadora peronista, CONDUZIR A TODOS OS SETORES NACIONAIS NA LUTA DE LIBERTAÇÃO. EVITA MONTONERA vai a expressar essa política nossa e esse objetivo⁷⁵⁹ (tradução nossa)⁷⁶⁰.

Ainda no primeiro número da revista, o último subtítulo da apresentação traz os seguintes dizeres, “Evita Montonera é um grito de combate”⁷⁶¹. A organização explica com mais detalhes os motivos da escolha de Evita como símbolo:

Nos primeiros passos que demos para construir esta organização peronista e de combate, tomamos a EVITA como nossa bandeira. Porque ela é o povo descamisado puro, a força invencível da consciência popular. Porque enquanto viveu levou sobre seus ombros a tarefa de ser vanguarda com os trabalhadores, ponte entre o Líder e a massa peronista, implacável com a oligarquia e os traidores, a melhor vigia da revolução peronista. PERÓN foi nosso Líder y Conductor, porque para nós Perón era a Pátria e o Povo santo e o sinal da classe trabalhadora em sua luta contra o colonialismo e a exploração⁷⁶² (tradução nossa)⁷⁶³.

Nas duas últimas citações, verificamos o minucioso trabalho de reinterpretação e construção da imagem de uma Evita guerrilheira, que foi vanguarda dos trabalhadores e entregou sua vida por eles. A seguir, vamos apresentar sua outra imagem, construída pela mesma organização: a Evita condutora das mulheres montoneras. Esta será representada menos como uma guerrilheira e mais como uma mulher com atributos femininos e estereótipos de gênero, realçando, assim, uma “essência feminina”. A partir dessa apresentação, vamos responder à última pergunta colocada no início do texto: por que Evita se torna a principal condutora do comportamento feminino em Montoneros?

⁷⁵⁹ MONTONEROS, 1974, p. 2.

⁷⁶⁰ “NUESTRA POLITICA Y NUESTRAS CONCEPCIONES -como siempre lo hizo Evita NACEN Y SE ALIMENTAN DE LA LUCHA DE LOS TRABAJADORES Y EL PUEBLO PERONISTA Mas aun: MONTONEROS quiere ser AUTENTICA EXPRESIÓN DE LOS INTERESSES DE LA CLASE TRABAJADORA. Y a partir de esta profunda relación con la classe trabajadora peronista, CONDUZIR A TODOS LOS SECTORES NACIONALES EN LA LUCHA DE LIBERACIÓN. EVITA MONTONERA va a expressar esa politica nuestra y ese objetivo”.

⁷⁶¹ MONTONEROS, 1974, p. 3.

⁷⁶² Idem, ibidem, p. 3

⁷⁶³ “En los primeros pasos que dimos para construir esta organización peronista y de combate, tomamos a EVITA como nuestra abanderada. Porque ella es pueblo descamisado puro, es la fuerza invencible de la conciencia popular. Porque mientras vivió llevó sobre sus hombros la tarea de ser vanguardia con los trabajadores, puente entre el Líder y la masa peronista, implacable con la oligarquía y los traidores, la mejor vigia de la revolución peronista. PERÓN fué nuestro Líder y Conductor, porque para nosotros Perón era la Patria y el Pueblo santo y seña de la classe trabajadora en su lucha contra el coloniaje y la explotación”.

De acordo com Oberti, as organizações armadas argentinas insistiram em delimitar possibilidades e atributos às mulheres. As publicações dessas organizações mostram modos de traduzir diferenças de gênero, carregando as mulheres de definições e características peculiares⁷⁶⁴. Nesse contexto, segundo Grammático, a identidade construída para as mulheres nos anos de 1940 e 1950 pelo peronismo é recuperada e consolidada pela organização Montoneros⁷⁶⁵: a imagem de Evita como mãe da pátria peronista, mulher que vive à sombra do líder Perón, com o caráter essencialista da mulher que naturaliza papéis de gênero e entende a presença das mulheres nas esferas públicas como uma extensão do espaço doméstico.

Nesse cenário, em 1973, o grupo Montoneros cria a *Agrupación Evita de la Rama Femenina del Movimiento Peronista*. Para Oberti, “a criação da Agrupación Evita (...) encarnou a dupla função de converter Evita em montonera e, por outro lado, criar um espaço legal de trabalho com as mulheres”⁷⁶⁶ (tradução nossa)⁷⁶⁷. Nesse espaço, a organização marcava claramente os imaginários das diferenças de gênero, ou seja, ficavam evidentes as funções dos homens e das mulheres no grupo. Nas palavras de Oberti:

Talvez o específico da frente de mulheres consista, então, em una sutil diferencia. Enquanto os demais grupos se autodefinem através de una série de atributos que lhes são próprios e que tem a ver com a atividade (trabalhadores, estudantes) o com a localização e pertencimento a um espaço vital (vileiros), no caso das mulheres a definición vem imposta e está relacionada com una esencia. Porque ser trabajador —e ter una identidad, com um forte componente político, vinculado ao pertencimento à classe trabalhadora— tem una tradición e é parte de una autodefinición de longa data, a determinación do sexo como parte da identidad política pertenece, em todo caso, a um universo diferente ao aqui invocado, isto é, ao feminismo, que, como já foi assinalado, o peronismo rechazó⁷⁶⁸ (tradução nossa)⁷⁶⁹.

⁷⁶⁴ OBERTI, Alejandra. Imágenes de la militancia. Representaciones de género en la prensa de montoneros (Argentina, años 70). *Estudios de Sociología*, Araraquara, v. 20, n. 39, p. 271-289, 2015. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudios/article/view/7552>. Acesso em 1º de ago. 2022.

⁷⁶⁵ GRAMMÁTICO, K. Historia reciente, género y política: el caso de la Agrupación Evita. In: COSSE, I.; FELITTI, K.; MANZANO, V. *Los 60 de otra manera: vida cotidiana, género y sexualidades en la Argentina*. Buenos Aires: Prometeo, 2010, p. 278.

⁷⁶⁶ OBERTI, 2015, p. 276.

⁷⁶⁷ “La creación de la Agrupación Evita se produjo justamente en ese marco y encarnó la doble función de convertir a Evita en montonera y, a la vez, crear un espacio legal de trabajo con las mujeres”.

⁷⁶⁸ OBERTI, op. cit., p. 280.

⁷⁶⁹ “Tal vez lo específico del frente de mujeres consista, entonces, en una sutil diferencia. Mientras que los demás grupos se autodefinen a través de una serie de atributos que le son propios y que tienen que ver con la actividad (trabajadores, estudiantes) o con la localización y la pertenencia a un espacio vital (villeros), en el caso de las mujeres la definición viene impuesta y está relacionada con una esencia. Porque si el ser trabajadores —y el tener una identidad, con un fuerte componente político, vinculada a la pertenencia a la clase obrera— tiene una tradición y es parte de una autodefinición de larga data, la determinación del sexo como parte de la identidad política pertenece, en todo caso, a un universo diferente al aquí invocado, esto es al feminismo, que, como ya he señalado, el peronismo rechazó”.

Além da marcação das diferenças de gênero, a imagem de Evita como condutora das mulheres montoneras convoca as trabalhadoras com obrigações de mãe e esposa para atuar na organização, colocando-as em oposição às mulheres da oligarquia⁷⁷⁰. Na publicação a seguir, podemos perceber este chamado e também a consolidação do papel feminino na organização e suas justificativas:

(...) a morte recente de Evita interrompeu suas tarefas de condução das mulheres peronistas no trabalho político. Mas hoje se revela indispensável que continuemos a atividade, que nos organizemos como mulheres, como argentinas, e como peronistas para mobilizarmos solidárias junto ao conjunto de nosso Povo para fazer realidade o projeto estratégico de nosso condutor, o general Perón. (...) não temos o mesmo nível de consciência e de atividade política que os homens. Isto se demonstra no fato de que, em toda forma de se organizar que tem nosso povo, sempre há mais homens no trabalho ativo. E isso não pode seguir assim. Não pode seguir assim porque todas devemos ser soldados do exército que Evita seguirá sendo capitã. Mas há razões para que isso ocorra. Temos menos formação e educação que os homens para a vida política porque, ademais de trabalhar, temos que cumprir com nossas obrigações de esposas e mães, trabalhar no lar e educar nossos filhos. E as vezes, todo esse trabalho nos deixa tempo para ler o jornal e participar da Unidade Básica para inteirarmos sobre o que devemos fazer e como devemos nos organizar para a tarefa do momento⁷⁷¹ (tradução nossa)⁷⁷².

Podemos identificar também como existe uma preocupação em fundamentar o entendimento da organização de inferiorização da mulher, que não tem o mesmo nível de consciência e atividade política que os homens. Isso se daria exatamente porque sua função principal não é atuar no âmbito político e, sim, nos espaços domésticos. A atuação feminina no espaço público só é permitida quando cumprida sua missão no lar, e deve estar vinculada com demandas do âmbito privado, como podemos notar na citação abaixo:

(...) Nós devemos lutar pela saúde de nossos filhos, para que haja vacinas e leite para todos, para que hospital da zona funcione, ou que o hospital de nosso bairro esteja realmente ao serviço do povo que o paga. Nós devemos exigir que nos pague igual salário por igual trabalho, que se respeitem as leis de proteção à maternidade e infância, que haja jardins e creches para que possamos trabalhar tranquilas e somar

⁷⁷⁰ GRAMMÁTICO, 2010.

⁷⁷¹ MONTONEROS. Agrupación Evita de la Rama Femenina del Movimiento Peronista. *El Descamisado*, n. 19, p. 25, set. 1973. Disponível em: <https://eltopoblindado.com/opm-peronistas/montoneros/montoneros-prensa/el-descamisado-no-19/>. Acesso em 1º de ago. 2022.

⁷⁷² “(...) la temprana muerte de Evita interrumpió sus tareas de conducción de las mujeres peronistas en el trabajo político. Pero hoy se revela indispensable que continuemos la actividad, que nos organicemos como mujeres, como argentinas, y como peronistas para movilizarnos solidarias junto al conjunto de nuestro Pueblo para hacer realidad el proyecto estratégico de nuestro conductor, el general Perón. (...) no tenemos el mismo nivel de conciencia y de actividad política que los hombres. Esto se demuestra en el hecho de que, en toda forma de organizarse que tiene nuestro pueblo, siempre hay más hombres en el trabajo activo. Y eso no puede seguir así. No puede seguir así porque todas debemos ser soldados del ejército del que Evita seguirá siendo capitana. Pero hay razones para que esto ocurra. Tenemos menos formación y educación que los hombres para la vida política porque, además de trabajar, tenemos que cumplir con nuestras obligaciones de esposas y madres, trabajar en el hogar y educar a nuestros hijos. Y, a veces, todo ese trabajo no nos deja ni tiempo para leer el diario y concurrir a la Unidad Básica para enterarnos qué hay que hacer y cómo hay que organizarse para la tarea del momento”.⁷⁷²

assim nosso esforço ao de todo nosso povo que quer reconstruir e libertar a pátria⁷⁷³ (tradução nossa)⁷⁷⁴.

Fica evidente, mais uma vez, o papel que deve ser desempenhado pelas mulheres na organização. As representações dos papéis femininos nas publicações do Montoneros ditam o que pode e deve ser a mulher. Para Oberti, essas representações têm por objetivo controlar a massiva inserção feminina no grupo⁷⁷⁵.

Entretanto, mulheres como Eva Perón e Norma Arrostito⁷⁷⁶ excederam os limites estabelecidos pela organização, uma vez que suas atuações não foram restritas ao espaço doméstico. Nesse sentido, foram feitas interpretações em outros formatos para resgatar noções essencialistas de feminilidade frente às outras mulheres que faziam parte do grupo.

No caso de Norma Arrostito, pode-se notar o regaste dos papéis femininos estabelecidos pela organização na narração da morte de Aramburu, publicada em 1974 pela revista *La Causa Peronista* de número 9. Na publicação, Norma narra algumas das atividades que desempenhou:

Um oficial reformado peronista doou seu uniforme: simpatizava conosco, ainda que não soubesse para que íamos utilizar. O problema é que ficava enorme no Fernando. Tive que fazer de costureira, ajustar ao seu corpo. A boina, jogamos fora - era enorme para a cabeça dele - mas usamos o paletó e as insígnias⁷⁷⁷ (tradução nossa)⁷⁷⁸.

⁷⁷³ MONTONEROS, 1973, p. 25.

⁷⁷⁴ “(...) *Nosotras debemos luchar por la salud de nuestros hijos, por que haya vacunas y leche para todos, porque el dispensario de la zona funcione, o que el hospital de nuestro barrio esté realmente al servicio del pueblo que lo paga. Nosotras debemos exigir que se nos pague igual salario por igual trabajo, que se respeten las leyes de protección a la maternidad e inNosotras debemos exigir que se nos pague igual salario por igual trabajo, que se respeten las leyes de protección de la maternidad e infancia, que haya jardines y guarderías para que podamos trabajar tranquilas y sumar así nuestro esfuerzo al de todo nuestro pueblo que quiere reconstruir y liberar a la pátria*”.

⁷⁷⁵ OBERTI, 2015.

⁷⁷⁶ De acordo com Gillespie, Norma Ester Arrostito foi a mulher mais importante da luta guerrilheira urbana argentina. Segundo Crespo e Bacci, nasceu em Buenos Aires, em 17 de janeiro 1940. No início dos anos de 1960, militou na Federación Juvenil Comunista e, posteriormente, na Acción Revolucionaria Peronista. No fim dos anos de 1960 se integrou à organização Montoneros participando do processo de fundação desta organização, cuja condução nacional integrou até 1975. Participou ativamente da organização, opinava em decisões político-ideológicas e em questões técnicas de segurança. Realizou treinamento militar em Cuba durante os anos de 1967 e 1968 e participou da operação considerada mais importante de Montoneros, o *Aramburazo* (assassinato do ex-presidente Pedro Eugênio Aramburu). Foi casada com o chefe máximo de Montoneros, Fernando Abal Medina. De acordo com Gabriela Saidón, em 2 de dezembro de 1976, Norma foi capturada e levada a ESMA, centro de detenção dirigido pela marinha argentina (GILLESPIE, Richard. *Soldados de Perón*. Buenos Aires: Grijalbo, 1998; BACCI, Claudia; CRESPO; Leandro Diego Basanta. Norma Arrostito. *Mujer política. Su construcción subjetiva desde la militancia montonera*. *Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis*, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 89-108, 2013, p. 91-92. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5175581.pdf>. Acesso em 12 de fev. 2016; SAIDON, Gabriela. *La Montonera: Biografía de Norma Arrostito*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2005).

⁷⁷⁷ ARROSTITO, Norma; FIRMENICH, Mario. Mario Firmenich e Norma Arrostito cuentan como murio ARAMBURU. *La Causa Peronista*, Buenos Aires, ano 1, n. 9, p. 25, 3 set. 1974. Disponível em: <https://eltopoblindado.com/opm-peronistas/montoneros/montoneros-prensa/la-causa-peronista-n-9/>. Acesso em 17 de ago. 2021.

⁷⁷⁸ “*El problema es que a Fernando le quedaba enorme. Tuve que hacer de costurera, amoldárselo al cuerpo. La goma la tiramos era un gorrón, le ballaba en la cabeza pero usamos la chaquetilla y las insígnias*”.

A partir da citação acima nos perguntamos: por que Norma foi escolhida para costurar a roupa que seu companheiro usaria? Fernando, seu companheiro, não seria, teoricamente, o responsável pela organização da sua própria vestimenta? Nesse sentido, apesar de toda a atuação de Norma em espaços militares, que na prática não pertenciam às mulheres, em muitos momentos incorporava a “boa mulher”, que cuidava do líder montonero Fernando Abal Medina.

Um outro aspecto de resgate dos atributos femininos pode ser notado a partir das imagens de Eva e Norma publicadas nas revistas do Montoneros. A beleza e a juventude sempre se apresentam em suas fotos⁷⁷⁹. A publicação de *El Descamisado Extra*, em 1973, traz uma foto de Norma Arrostito nesse padrão.

Figura 10 – Ilustração da revista *El Descamisado Extra*



Fonte: EL DESCAMISADO EXTRA, 1973, p. 3⁷⁸⁰.

Além dos aspectos da beleza, pode-se identificar, ainda, uma outra marca de assimetria de gênero, uma vez que Norma é apresentada como a mulher que se coloca sempre ao lado do seu companheiro, nunca à frente. Para Alejandra Oberti:

(...) as “filhas de Evita” se apresentam igual a ela mesma, jovens vitais e com o cabelo solto reclamam seu lugar em uma organização que as recebe em igualdade, como companheiras. O modo em que as organizações armadas incluíram as mulheres como sujeitos implicou, por momentos, destacar atributos essencialmente femininos e se colocar ao serviço da revolução. As mesmas considerações se ajustam às “filhas de Evita” que foram consideradas em termos similares⁷⁸¹ (tradução nossa)⁷⁸².

⁷⁷⁹ OBERTI, 2015.

⁷⁸⁰ MONTONEROS. El Pueblo la envolvió em um abrazo montonero. *El Descamisado Extra*, p. 3, set. 1973. Disponível em: <https://eltopoblado.com/opm-peronistas/montoneros/montoneros-prensa/el-descamisado-no-extra/>. Acesso em 1º de ago. 2022.

⁷⁸¹ Idem, ibidem, p. 286.

⁷⁸² “(...)Las ‘hijas de Evita’ se presentan igual a ella misma, jóvenes vitales y con el pelo suelto reclaman su lugar en una organización que las recibe en igualdad, como compañeras. El modo en que las organizaciones armadas incluyeron a las mujeres como sujetos implicó, por momentos, destacar atributos esencialmente femininos y ponerlos al servicio de la revolución. Las mismas consideraciones se ajustan a las ‘hijas de Evita’ que fueron consideradas en términos similares”.

Nesse sentido, as imagens de Norma e Evita foram reinterpretadas pela imprensa do Montoneros a partir do modelo de “mulher” que queriam reproduzir. Logo, características de suas militâncias que rompiam com o modelo em questão foram ocultadas. Percebemos, então, mais uma tentativa de limitar a militância feminina a partir de construções sociais assimétricas de gênero. Na imprensa da organização, Norma Arrostito assumiu mais o papel secundário de esposa que o papel de um dos expoentes mais importantes daquele grupo. Assim, a imprensa apresentava as mulheres como um modelo particular no processo de atuação política, com funções especificamente determinadas.

Na citação abaixo, em mais uma publicação da revista *El Descamisado*, é possível verificar mais um exemplo de como posicionavam as mulheres na organização:

E a mulher também lutou

Fizeram-no ao lado de seus companheiros, ajudaram a pôr canos, organizaram greves, difundiram o voto em branco, protegeram companheiros perseguidos, juntaram comida para nossos presos.

Mas houve algo mais importante.

Entregaram seus filhos à luta peronista. Cada vez que um filho saía de sua casa, sabiam que talvez era a última vez que o veriam vivo. Mas aguentavam; nesse beijo de despedida, diziam a eles que tivessem forças para suportar o pior⁷⁸³ (tradução nossa, marcações do texto original)⁷⁸⁴.

No trecho, constatamos mais uma vez os “papéis domésticos” como demandas específicas das mulheres, além de dar abrigo em suas casas a militantes perseguidos e comida para presos. A função da maternidade aparece mais uma vez como a essência feminina. Apenas a mãe entregava seu filho à luta peronista, apenas ela sofria por pensar que poderia não ver mais seu filho vivo. O pai daquele filho nem mesmo é citado no texto. A força da mulher se concentra apenas em suportar a despedida do seu filho. Fica designada, portanto, a sensibilidade e a emoção do beijo da despedida como traço exclusivo da “mulher-mãe”.

Assim, a partir de tudo o que foi abordado, fica evidente a tentativa de estabelecer limites à atuação das mulheres por parte da organização. As discussões e os avanços que ocorriam em relação a pautas de libertação das mulheres nas décadas de 1960 e 1970 não foram levadas em consideração pela organização. Muito pelo contrário, a reprodução de estereótipos

⁷⁸³ MONTONEROS. *El Descamisado*, Buenos Aires, ano 1, n. 39, p. 17, fev. 1974. Disponível em: <https://eltopoblindado.com/opm-peronistas/montoneros/montoneros-prensa/el-descamisado-no-39/>. Acesso em 15 de jul. 2020.

⁷⁸⁴ “*Y la mujer también peleó*

Lo hicieron al lado de sus compañeros, ayudaron a poner caños, organizaron huelgas, propagandizaron el voto en blanco, guardaron compañeros perseguidos, juntaron comida para nuestros presos.

Pero hubo algo más importante

Le entregaron a la lucha peronista a sus hijos. Cada vez que un hijo salía de su casa, sabían que quizás era la última vez que lo veían vivo. Pero se aguantaban; en ese beso de despedida, les decían que tuvieron fuerzas para aguantar lo peor”.

de gênero foi institucionalizada a partir da emissão de documentos e das ações de dirigentes e integrantes.

No tópico seguinte, vamos apresentar a construção da imagem feminina pelo PRT/ERP. Diferentemente do Montoneros, que tinha Evita Perón como referencial feminino, o PRT/ERP idealizou a imagem feminina a partir de um modelo externo, o da mulher vietnamita.

3.3 A MULHER VIETNAMITA E A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM FEMININA NO PRT/ERP

Conforme análise de Alejandra Oberti, a experiência vietnamita é muito presente nos documentos do PRT/ERP e é tomada como seu principal referente em diversas questões⁷⁸⁵, inclusive em relação aos papéis que as mulheres deviam desempenhar na organização. Diante disso, nas páginas que se seguem, tentaremos responder aos seguintes questionamentos: por que o PRT/ERP adotou a experiência vietnamita como seu principal referencial? O que a produção documental do PRT/ERP nos diz sobre o comportamento feminino? Por que a mulhervietnamita se torna o modelo a ser seguido pelas mulheres na organização?

Para responder à primeira pergunta, apresentamos, a seguir, um fragmento do documento “Moral y proletarización”⁷⁸⁶, produzido no ano de 1972:

Se queremos fazer novos Vietnã na América Latina, como queria nosso Che, saibamos aplicar criativamente a nossa realidade aos ensinamentos da experiência vietnamita não só na prática da estratégia e a tática militar, da educação ideológica e da luta política, mas também e diante de tudo, no campo da moral revolucionária⁷⁸⁷ (tradução nossa)⁷⁸⁸.

Podemos identificar, no trecho, algumas justificativas para a adoção da Guerra do Vietnã como referencial do PRT/ERP. Primeiro, a menção e orientação do maior ícone da nova esquerda, Che Guevara, que estimula a utilização do modelo vietnamita na América Latina. Em

⁷⁸⁵ OBERTI, Alejandra. ¿Una mujer es una mujer? relatos de militancias, afectos y géneros en los 70. *Revista de Estudios y Políticas de Género*, n. 3, p. 102-122, 2020. Disponível em: <https://revistas.untref.edu.ar/index.php/ellugar/article/view/448/447>. Acesso em 01 de mar. 2022.

⁷⁸⁶ O documento “Moral y proletarización” foi publicado pela primeira vez em 1972, na revista *La Gaviota Blindada* de número 0. Era uma espécie de manual de militância do PRT/ERP. Apresentava normas de comportamento sobre a vida cotidiana e revolucionária. Várias questões são discutidas no texto, como a família, a criação dos filhos, as relações sexuais, além da temática sobre o comportamento feminino.

⁷⁸⁷ ORTOLANI, Luis. [1972]. *Moral y proletarización. Políticas de la Memoria*, Buenos Aires, n. 5, p. 94, verano 2004. Disponível em: <https://ojs.politicadela memoria.cedinci.org/index.php/PM/article/view/111/105>. Acesso em 1º de mar. 2022. Originalmente publicado com o pseudônimo Luis Parra, em *La Gaviota Blindada*, n. 0.

⁷⁸⁸ “Si queremos hacer nuevos Vietnam en América Latina, como quería nuestro Che, sepamos aplicar creadoramente a nuestra realidad las enseñanzas de la experiencia vietnamita no sólo lo en la práctica de la estrategia y la táctica militar, de la educación ideológica y de la labor política, sino también y ante todo, en el cambio de la moral revolucionaria”.

segundo lugar, a forte inspiração dos próprios militantes do PRT/ERP ao modelo idealizado a partir da perspectiva de uma guerra prolongada. Esta envolveria todos os aspectos da vida cotidiana dos militantes e seus familiares. Em outro trecho do mesmo documento, podemos perceber a ênfase dada à perspectiva da guerra e da construção da nova moral revolucionária:

A construção de uma nova moral se põe em relevo como uma ferramenta tão valiosa e imprescindível para a vitória revolucionária como a luta ideológica, econômica e política militar, está ligada a elas e inversamente essa nova moral só pode ser construída na prática da guerra. Mas entendam este termo «prática de guerra» não em um sentido limitado, como nos momentos de combate político e militar, mas em um sentido mais amplo e aprofundado⁷⁸⁹ (tradução nossa)⁷⁹⁰.

Como podemos notar, o método da guerra prolongada colocado em prática pelos vietnamitas é avaliado pelo PRT/ERP como um aspecto fundamental para o sucesso da revolução. Segundo eles, somente a partir da utilização da prática da guerra se pode construir a nova moral da militância, condição imprescindível para a vitória. Assim, o combate não deve ser pensado apenas no aspecto político e militar, mas a partir do rompimento de toda a estrutura burguesa que se manifesta na vida cotidiana. Enfim, enfatizam o sucesso dos vietnamitas a partir da conquista da mente e dos corações do seu povo⁷⁹¹.

Para Oberti, a influência da Guerra do Vietnã e a resistência do povo vietnamita se estendem também às formas específicas de luta. O trabalho nas frentes de massas adotado pelo PRT/ERP é um exemplo. Apesar das diferenças sociais e culturais em relação à realidade do Vietnã se torna um padrão preferível, principalmente quando comparado a outros, como, por exemplo, à Revolução Russa. Assim, é provável que o referencial da Guerra do Vietnã tenha relação com a construção do modelo de revolução que idealizaram⁷⁹². Ainda segundo Oberti, a partir das análises de Roberto Pittaluga:

(...) as concepções da revolução no PRT/ERP destacaram o conjunto de noções e elementos políticos e simbólicos com os quais se configurou uma concepção da revolução como guerra revolucionária. Deste modo, o modelo vietnamita se estabeleceu como uma referência válida justamente porque se trata de uma guerra⁷⁹³ (tradução nossa)⁷⁹⁴.

⁷⁸⁹ ORTOLANI, 2004 [1972], p. 94.

⁷⁹⁰ *“La construcción de una nueva moral, se pone de relieve como una herramienta tan valiosa e imprescindible para la victoria revolucionaria como la lucha ideológica, económica y política militar, se vincula a ellas y a la inversa esta nueva moral sólo podrá construirse en la práctica de la guerra. Pero entendien do este término «práctica de la guerra» no en un sentido limitado, como en los momentos de combate político y militar, sino en un sentido más amplio y profundo”.*

⁷⁹¹ ORTOLANI, op. cit.

⁷⁹² OBERTI, 2013.

⁷⁹³ OBERTI, 2013, p. 9-10.

⁷⁹⁴ *“Roberto Pittaluga (2001) ha analizado las concepciones de la revolución en el PRT-ERP subrayando el conjunto de nociones y elementos políticos y simbólicos con los cuales se configuró una concepción de la revolución como guerra revolucionaria. De este modo el modelo vietnamita se establece como una referencia válida justamente porque se trata de una guerra”.*

No que se refere às frentes de massa adotadas pela organização como método revolucionário, é importante ressaltar que representavam uma estratégia de aproximação com os setores populares. O contexto de legalização do PRT/ERP, a partir das eleições de 1973, quando Héctor Cámpora assume a presidência e encerra um longo período de ditadura civil-militar, marca um intenso trabalho dessas frentes. Inclusive, é nesse contexto que a Frente Feminina⁷⁹⁵ é criada. Para Vera Carnovale, o PRT, desde seu surgimento estimulou

(...) a formação de distintas “frentes”– expressões legais de suas alianças e acordos com diversas agrupaciones políticas, sindicais e sociais assim como com dirigentes independientes- com o objetivo de canalizar e orientar a mobilização popular e alcançar uma maior gravitação na arena política nacional. As frentes mais destacadas que impulsionaram e integraram o PRT-ERP foram a Frente Antiimperialista por el Socialismo (FAS), que realizou seis congresos entre 1972 e 1974, e o Movimiento Sindical de Base (MSB), integrado por agrupaciones sindicais e comisiones internas. No espaço da cultura conformou a Frente Antiimperialista de Trabajadores de la Cultura (FATRAC) que englobou artistas e intelectuais entre 1968 y 1971, aproximadamente. Por sua vez, organizou a Juventud Guevarista (JG), agrupación de superficie do PRT para os jovens⁷⁹⁶ (tradução nossa)⁷⁹⁷.

Além disso, a análise do periódico *El Combatiente* e da revista *Estrella Roja* também nos permite identificar aproximações entre o PRT/ERP e o modelo vietnamita. Segue, abaixo, um trecho publicado pela revista *Estrella Roja* de número 2, no ano de 1971:

(...) Que esta luta não pode ter outro caráter que o choque violento, e de guerra civil entre duas classes antagonicas: a burguesia e o proletariado e que nesta guerra o povo terá que combater não só contra um aparato repressivo nacional, a policia e o ejército, poderosamente armado e especializado, mas también contra un ejército internacional dos exploradores, muito mais poderoso ainda, dirigido e asesorado pelos yankys, como o que enfrenta o povo vietnamita⁷⁹⁸ (tradução nossa)⁷⁹⁹.

⁷⁹⁵ Mais adiante, retornaremos a este assunto.

⁷⁹⁶ CARNOVALE, Vera. La guerra revolucionaria del PRT-ERP. *Sociohistórica*, La Plata, n. 27, p. 41-75, 2010. Disponível em: http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.4876/pr.4876.pdf. Acesso em 01 de mar. 2022, p. 42.

⁷⁹⁷ “(...) la formación de distintos “frentes”– expresiones legales de sus alianzas y acuerdos con diversas agrupaciones políticas, gremiales y sociales así como con dirigentes independientes– con el objetivo de canalizar y orientar la movilización popular y alcanzar una mayor gravitación en la arena política nacional. Los frentes más destacados que impulsó e integró el PRT-ERP fueron el Frente Antiimperialista por el Socialismo (FAS), que realizó seis congresos entre 1972 y 1974, y el Movimiento Sindical de Base (MSB), integrado por agrupaciones sindicales y comisiones internas. En el espacio de la cultura conformó el Frente Antiimperialista de Trabajadores de la Cultura (FATRAC) que núcleo a artistas e intelectuales entre 1968 y 1971, aproximadamente. A su vez, organizó la Juventud Guevarista (JG), agrupación de superficie del PRT para los jóvenes”.

⁷⁹⁸ EJÉRCITO REVOLUCIONÁRIO DEL PUEBLO. Por qué luchamos... *Estrella Roja*, Buenos Aires, n. 2, p. 6-7, mai. 1971. Disponível em: <https://eltopoblindado.com/opm-marxistas/ejercito-revolucionario-del-pueblo-erp/estrella-roja-n-02/>. Acesso em 16 de mar. 2021.

⁷⁹⁹ “(...) Que esta lucha no puede tener otro carácter que el de choque violento, el de guerra civil entre dos clases antagonicas: la burguesia y el proletariado y que en esta guerra el pueblo tendrá que combatir no sólo contra un aparato represivo nacional, la policia y el ejército, poderosamente armado y especializado, sino también contra un ejército internacional de los explotadores, mucho más poderoso aún, dirigido y asesorado por los yankys, como el que enfrenta el pueblo vietnamita”.

Como podemos observar, o enfrentamento violento através da guerra civil é colocado como o único meio de vencer os exploradores, na medida em que são poderosamente armados e especializados. O emprego de uma experiência concreta, a luta do povo vietnamita, fundamenta a construção da narrativa da luta de classes e a necessidade de se levar a sério o “chamado” contra os exploradores. Nesse sentido, o povo vietnamita é apresentado como uma vanguarda na luta pela justiça social e contra esses poderosos exploradores.

Em um outro documento, também publicado pela revista *Estrella Roja* em seu número 11, no ano de 1972, é possível perceber mais uma aproximação com a experiência vietnamita:

(...) É por isso que antes dizíamos que embora as armas sejam importantes já que são instrumentos que utilizamos para combater e vencer o inimigo, o fator decisivo é o homem: sua fortaleza política e moral; como dizia o Gral. Vo Nguyen Giap, ministro de Defesa de Vietnã: “As massas populares, uma vez conscientes de seus próprios interesses convertem suas varas pontiagudas, enxadas e pás em armas, arrancam com suas mãos vazias os fuzis do inimigo, transformam armas rudimentares para lutar contra as modernas, criam muitas formas de combate e se convertem em forças invencíveis para proteger seus próprios direitos”⁸⁰⁰ (tradução nossa)⁸⁰¹.

Percebemos, mais uma vez, a estratégia de construção de um modelo baseado na experiência vietnamita. As palavras do General Vo Nguyen Giap respaldam a importância da proposta da “moral revolucionária” defendida pelo PRT/ERP. Podemos observar um chamado geral, destinado principalmente às classes populares, habilitadas a lutar a partir de suas realidades modestas. O exemplo do povo vietnamita, que lutou até mesmo com ferramentas de trabalho, torna possível a luta do povo argentino. Além disso, um outro aspecto que merece atenção na citação se refere à figura do homem, único representante da luta revolucionária. Entretanto, ao se referir à “força invencível contra o inimigo”, o sujeito “homem” se transforma em massa popular, ampliando o significado dos sujeitos da revolução.

O periódico *El Combatiente* também apresenta muitas publicações a respeito da Guerra do Vietnã. Em sua publicação de número 132, no ano de 1974, faz uma homenagem ao aniversário da morte de Ho Chi Minh, um dos principais símbolos da revolução vietnamita. A imagem abaixo foi apresentada na capa do periódico. Nas páginas 6 e 7, toda a sua história é narrada, enfatizando o processo revolucionário e sua disposição à luta revolucionária.

⁸⁰⁰ EJÉRCITO REVOLUCIONÁRIO DEL PUEBLO. Armar al pueblo. *Estrella Roja*, Buenos Aires, n. 11, p. 4-5, mai. 1971. Disponível em: <https://eltopoblindado.com/opm-marxistas/ejercito-revolucionario-del-pueblo-erp/estrella-roja-n-11/>. Acesso em: 16 de mar. 2021.

⁸⁰¹ “(...)Es por eso que antes decíamos que si bien las armas son importantes ya que son los instrumentos que utilizamos para combatir y vencer el enemigo, el factor decisivo es el hombre: su fortaleza política y moral; como decía el Gral. Vo Nguyen Giap, ministro de Defensa de Vietnam: ‘Las masas populares, una vez conscientes de sus propios intereses convierten sus puntiagudos palos, azadones y palas en armas, arrancan con sus manos vacías los fusiles al enemigo, tornan las armas rudimentarias para luchar contra las modernas, crean muchas formas de combate y se convierten en fuerzas invencibles para proteger sus propios derechos’”.

Figura 11 - Ilustração da revista *El Combatiente*

Fonte: PARTIDO REVOLUCIONARIO DE LOS TRABAJADORES, 1974, capa⁸⁰².

Como se pode notar, a influência vietnamita foi bem marcante em toda a documentação produzida pelo PRT/ERP. Essa inspiração não se restringiu apenas a métodos específicos da luta revolucionária, mas também a questões relacionadas ao comportamento e à moral.

Por conseguinte, as abordagens sobre o comportamento feminino também apresentam uma forte conexão com o modelo de mulher vietnamita. Para Paola Martínez, o PRT/ERP tomou como modelo de militante a mulher vietnamita em razão do papel que esta tinha na revolução, ou seja, como sustentação da família e do espaço doméstico⁸⁰³. Para o PRT/ERP esse papel era fundamental, pois acreditavam que as mulheres, ao se incorporarem, poderiam apoiar a luta dos seus companheiros.

Na mesma perspectiva, Ana Noguera afirma que a incorporação das mulheres em organizações armadas foi se estabelecendo como um lugar diferencial em relação aos “espaços dos homens”. Às atuações das mulheres foram se incluindo “particularidades femininas”. Para construir um ideal que desse conta do lugar desejado às mulheres no processo revolucionário,

⁸⁰² PARTIDO REVOLUCIONARIO DE LOS TRABAJADORES. *El Combatiente*, ano VII, n. 132, capa, 28 de ago. 1974. Disponível em: <https://eltopoblindado.com/opm-marxistas/partido-revolucionario-de-los-trabajadores-prt/prt-prensa-1968-1983/1974-el-combatiente-n-132/>. Acesso em 16 de mar. 2021.

⁸⁰³ MARTÍNEZ, 2015.

a organização retomou pensadores marxistas e experiências diversas, sobretudo as de Cuba e Vietnã⁸⁰⁴.

Diante dessas constatações, poderíamos nos perguntar: por que o PRT/ERP estabeleceu lugares diferenciados para a atuação de homens e mulheres? Ao levarmos em considerações o universo de questões que grupos de mulheres vinham discutindo nos anos 1970 – o trabalho doméstico não compartilhado, a sexualidade, a reprodução, a anticoncepção e outros⁸⁰⁵ –, torna-se incoerente pensar que organizações constituídas, em sua maioria, por jovens reproduziam modelos de domesticidade tradicional. O historiador Pablo Pozzi nos ajuda a pensar em algumas explicações para essa questão. Segundo ele, a cultura política do PRT/ERP tinha forte contato com a moral cristã; dessa forma, refletir sobre libertação feminina surpreenderia e causaria fortes resistências entre os homens da organização⁸⁰⁶. Além disso, seguindo o exemplo da Guerra do Vietnã, o PRT/ERP tinha como uma das principais propostas a incorporação das classes trabalhadoras na luta revolucionária. Entretanto, para Pozzi, havia nesses setores uma grande discriminação de gênero. Nesse sentido, a organização tendia a minimizar a luta pela igualdade e ao mesmo tempo disfarçar a discriminação por trás do lema: “todos somos militantes”⁸⁰⁷. O disfarce era necessário em razão da importância da incorporação das mulheres na organização, pela influência que acreditavam que tinham sobre suas famílias.

Ainda de acordo com a análise de Pozzi, em razão de toda essa discriminação, em 1973, apenas 1% das militantes do PRT/ERP era oriunda da classe trabalhadora. Ao se sentirem discriminadas, muitas dessas mulheres rejeitavam a militância dos seus maridos. No entanto, com o intuito de superar esse rechaço, a organização criou uma proposta de trabalho específica para as mulheres. Assim, em abril de 1973 foi criada uma nova frente de massas, a *Frente de Mujeres*⁸⁰⁸.

Mariana⁸⁰⁹, militante do PRT/ERP entrevistada por Paola Martínez, foi a responsável nacional pela *Frente de Mujeres*. Ela afirmou que sua criação surgiu em consonância com a linha vietnamita e que em nenhum momento tinha sido uma proposta das mulheres da organização. Nessa perspectiva, o grupo não desejava lutar por reivindicações femininas, mas

⁸⁰⁴ NOGUERA, Ana Laura. Las chichises se organizan: militancia en los frentes de mujeres del PRT-ERP y Montoneros (Córdoba, 1973-1974). *Anuario Escuela de Historia*, Rosário, n. 34, p.1-23, 2021. Disponível em: <https://anuariodehistoria.unr.edu.ar/index.php/Anuario/article/view/316>. Acesso em 20 de mai. 2022.

⁸⁰⁵ OBERTI, 2020.

⁸⁰⁶ POZZI, 2004.

⁸⁰⁷ Idem, *ibidem*.

⁸⁰⁸ Idem, *ibidem*.

⁸⁰⁹ Paola Martínez não divulga o nome completo da depoente, apenas Mariana. Em razão disso, não foi possível buscar mais informações sobre ela.

aproximar as mulheres (donas de casa e trabalhadoras em geral) da organização, com o objetivo de legitimar a militância de seus maridos⁸¹⁰.

Para implementação da *Frente de Mujeres* foram propostas algumas medidas, publicadas no Boletim Interno da organização. Foram elas:

(...) abrir em todas as regionais e zonas esta nova frente, designando um responsável; realizar um trabalho intensivo com o fim de incorporar mães, companheiras e irmãs de companheiros e designar para esta tarefa as companheiras mais experientes, com o fim de assegurar o êxito deste projeto⁸¹¹ (tradução nossa)⁸¹².

Contudo, quando a *Frente* foi colocada em prática, em abril de 1974, só se desenvolveu em duas regionais. De acordo com o Boletim Interno de número 41, citado por Martínez:

O método de trabalho da frente se baseava em reuniões periódicas, onde se trabalharia a partir das preocupações gerais e específicas das mulheres que se incorporavam nas diferentes equipes. O propósito era se vincular com as “mulheres comuns”. Em um primeiro momento, se deu ênfase no trabalho com vizinhas ou amizades de bairro, onde se trabalharia com temas relacionados ao custo de vida, a elevação de preços e o impacto na cesta básica familiar, a educação dos filhos e necessidades do bairro, como centros sanitários gratuitos e adequados, esgotos, água corrente, telefones públicos, creches e praças de jogos infantis⁸¹³ (tradução nossa)⁸¹⁴.

Como podemos perceber, o método de trabalho da frente feminina era totalmente voltado a questões familiares e de âmbito doméstico. Desse modo, as atuações das mulheres na organização eram estabelecidas a partir de atributos “essencialmente femininos”. Nas palavras de Oberti: “Ao incluir as mulheres como sujeitos da revolução o PRT/ERP buscou defini-las e ao fazê-lo, acentuou atributos essencialmente femininos que se recortam sobre o sujeito universal (neutro e masculino) representado pela vanguarda que é o partido”⁸¹⁵ (tradução nossa)⁸¹⁶.

A militante Mariana afirmou que o trabalho que desenvolveu na *Frente de Mujeres*, em Córdoba, mostrou a dificuldade de desenvolver atividades com trabalhadoras que tinham filhos

⁸¹⁰ MARTÍNEZ, 2015.

⁸¹¹ Idem, ibidem, p. 101.

⁸¹² “(...) abrir en todas las regionales y zonas este nuevo frente, designando um responsable; realizar un trabajo intensivo con el fin de incorporar a las madres, compañeras y hermanas de compañeros y designar para esta tarea a las compañeras más experimentadas, con el fin de asegurarse el éxito de este proyecto”.

⁸¹³ MARTÍNEZ, 2015, p. 103.

⁸¹⁴ “El método de trabajo del frente se basaba en reuniones periódicas, donde se trabajaría em base a las preocupaciones generales y específicas de las mujeres que se incorporaban en los diferentes equipos. El propósito era vincularse con las ‘mujeres comunes’ En un primer momento, se hizo hincapié en el trabajo con vecinas amistades del barrio, donde se trabajaría con temas relacionados al costo de vida, la suba de los precios y el impacto en la canasta familiar, la educación de los hijos y necesidades del barrio, como centros sanitarios gratuitos y adecuados, cloacas, agua corriente, teléfonos publicos, guarderías y plazas de juegos infantiles.”

⁸¹⁵ OBERTI, 2020, p. 118.

⁸¹⁶ “Al incluir a las mujeres como sujetos de la revolución, el PRT-ERP buscó definir las y al hacerlo, acentuó atributos esencialmente femeninos, que se recortan sobre el sujeto universal (neutro y masculino) representado por la vanguardia que es el partido”.

e que realizavam trabalho em domicílio⁸¹⁷. Nessa perspectiva, podemos compreender o quão eram estruturais as assimetrias de gênero. Nem mesmo o PRT/ERP, ao propor o trabalho com as mulheres, tinha a dimensão da complexidade desse processo. Para Oberti, “(...) o desenvolvimento de uma política específica para as mulheres era algo que não se podia simplesmente indicar. Razões diversas conspiraram para que a frente tivesse uma grande dificuldade para se materializar”⁸¹⁸ (tradução nossa)⁸¹⁹.

Assim, o intuito de criar um modelo baseado na mulher vietnamita evidenciava inúmeras hierarquias de gênero. As mulheres, com funções já delimitadas, estariam sempre à margem das “funções nobres” da revolução. Os homens, por já nascerem com coragem, virilidade e força, eram os únicos capazes de levar adiante o projeto revolucionário. Essa concepção se fez presente em várias publicações do PRT/ERP. O Boletim Interno de número 64, publicado no ano de 1974, expressa um pouco dessas construções hierárquicas, conforme trecho a seguir:

O exemplo da mulher vietnamita deve está sempre presente, os lemas que o partido lançou para a mulher na guerra (1º fazer que os homens sigam à frente; 2º cuidar dos filhos, anciãos e feridos; 3º garantir a economia, assim como papel de destaque nas organizações de massa e no combate de vanguarda). Isso foi o que possibilitou as grandes vitórias do povo vietnamita. No nosso caso, na medida que conseguimos efetivar uma política que conquiste as mulheres a nossa justa luta, daremos um salto muito importante na nossa influência no povo e fortaleceremos nosso P. e o exército para afrontar a nova etapa de generalização da guerra revolucionária⁸²⁰ (tradução nossa)⁸²¹.

A partir da abordagem acima, podemos compreender com mais precisão os motivos que levaram o PRT/ERP a escolher o modelo de mulher vietnamita. As “características femininas” de cuidado e manutenção do lar eram vistas como fundamentais, na medida em que criavam condições para a atuação dos “protagonistas universais da revolução”, os homens. O exemplo de sucesso do Vietnã é utilizado como forma de legitimação da inserção das mulheres com papéis e espaços definidos.

⁸¹⁷ MARTÍNEZ, 2015.

⁸¹⁸ OBERTI, 2020, p. 108.

⁸¹⁹ “*el desarrollo de una política específica para las mujeres no era algo que pudiera simplemente indicarse. Razones de naturaleza diversa conspiraron para que el frente de mujeres tuviera una gran dificultad para materializarse*”.

⁸²⁰ PRT/ERP apud OBERTI, 2013, p. 19.

⁸²¹ “*El ejemplo de la mujer vietnamita debe estar siempre presente, de los lemas que el partido lanzó para la mujer en la guerra (1º hacer que los hombres vayan al frente; 2º cuidar (sic) de los niños, los ancianos y los heridos; 3º garantizar la economía, como asimismo el papel destacado en las organizaciones de masas y en el combate de vanguardia). Ello fue lo que permitió las grandes victorias del pueblo vietnamita. En el caso nuestro, en la medida que logramos efectivizar una política que gane a las mujeres a nuestra justa lucha, daremos un salto muy importante en nuestra influencia en el pueblo y fortaleceremos nuestro P. y el ejército para afrontar la nueva etapa de generalización de la guerra revolucionaria*”.

A revista *Estrella Roja* publicada no ano de 1975, em seu número 65, também expressa conteúdo semelhante. Vejamos:

Importantes têm sido as melhorias produzidas na vida diária dos combatentes da companhia desde o momento que as companheiras foram incorporadas a suas filas. Elas têm contribuído a melhorar a ordem, a qualidade das comidas, a limpeza e a higiene em geral. O tratamento com os companheiros é de total camaradagem e respeito, são as companheiras que quando notam um companheiro preocupado ou decaído imediatamente se aproximam e perguntam o que está acontecendo, se podem ajudar. Desde a chegada das companheiras tem desaparecido as grosserias da linguagem, os companheiros são cuidadosos nas palavras que utilizam⁸²² (tradução nossa)⁸²³.

Mais uma vez, a imagem feminina é construída a partir de concepções que a vinculam apenas ao âmbito doméstico. O cuidado no sentido de proteção também pode ser identificado porque os companheiros não podiam utilizar a linguagem rude, comum entre homens. Como salienta Pasquali, a insistência no aspecto do cuidado mostra uma preocupação que se dirige apenas às mulheres⁸²⁴. Já na imagem a seguir, podemos observar o cuidado no sentido de dar assistência, que também era uma atribuição exclusivamente feminina. Apesar da “ousadia” de carregar um fuzil nas costas, a marca corporal da maternidade evidencia e hierarquiza a diferença de gênero na militância.

⁸²² EJERCITO REVOLUCIONARIO DEL PUEBLO. Las compañeras em la guerrilla. *Estrella Roja*, n. 65, p. 18, dez. 1975. Disponível em: <https://eltopoblindado.com/opm-marxistas/ejercito-revolucionario-del-pueblo-erp/estrella-roja-no-65/>. Acesso em 1º de mar. 2022.

⁸²³ “*Importantes han sido las mejoras que se han producido en la vida diaria de los combatientes de la Compañía desde el momento que se incorporaron compañeras a sus filas. Ellas han contribuido a mejorar el orden, la calidad de las comidas, la limpieza y la higiene general. El trato con los compañeros es de total camaradería y respeto, son las compañeras quienes cuando notan a un compañero preocupado o decaído inmediatamente se acercan a preguntarle que le sucede, si pueden ayudarlo. Desde la llegada de las compañeras han desaparecido las rudezas del lenguaje, los compañeros son cuidadosos en las palabras que emplean*”.

⁸²⁴ PASQUALI, Laura. Recordar y contar desde el género. Reflexiones sobre los relatos de mujeres. *Revista Izquierdas*, n. 17, p. 170-191, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=360133459009>. Acesso em 01 de mar. 2022.

Figura 12 – Ilustração de mulher vietnamita com bebê e fuzil



Fonte: EJERCITO REVOLUCIONARIO DEL PUEBLO, 1971, p. 8.

Embora o documento “Moral y proletarización” enfatize, em alguns momentos, que homens e mulheres são iguais na luta revolucionária, a documentação geral analisada expressa o contrário. Não foi identificada nenhuma imagem ou texto que fizesse associação da figura masculina ao cuidado dos filhos. Já nas publicações em que aparecem as mulheres, quase sempre estão relacionadas de alguma maneira a algum traço da maternidade ou do espaço doméstico.

Por fim, em mais um trecho do Boletim Interno de número 64, o PRT/ERP deixa claro a visão hierárquica que tinha a respeito da mulher:

(...) Pela influência da educação e propaganda burguesa as mulheres constituem um setor politicamente atrasado até o momento, tanto se nota isso na mulher que trabalha, como na dona de casa, salvo uma pequena vanguarda, produto por outra parte da falta de trabalho revolucionário sobre elas. Nesse sentido se nota que a nível partidário freiam a atividade de seus próprios cros. e incessantemente favorecem o inimigo, e no campo popular os objetivos não vão mais além de suas preocupações imediatas (a aumento do custo de vida, salários baixos, saúde, englobando tudo isso na situação particular de seus bairros com suas correspondentes carências)⁸²⁵ (tradução nossa)⁸²⁶.

⁸²⁵ PRT/ERP apud OBERTI, 2013, p. 8.

⁸²⁶ “(...) por la influencia de la educación y propaganda burguesa las mujeres constituyen un sector politicamente atrasado hasta el momento, tanto se nota esto en la mujer que trabaja, como en la (sic) ama de casa, salvo una pequeña vanguardia, producto por otra parte de la falta de trabajo revolucionario sobre ellas. En este sentido se nota que a nivel partidario frenan la actividad de sus propios cros. e incessantemente favorecen al enemigo, y en

Primeiramente, é importante destacarmos a generalização feita no início da citação. Todas as mulheres que trabalham e as donas de casa são situadas em um espaço totalmente apolítico e acrítico, como se atrasadas e influenciáveis pela propaganda burguesa. Além disso, pensam apenas em problemas imediatos, que, de alguma forma, estejam ligados diretamente às suas realidades. Em razão de tudo isso, essas mulheres representam um perigo, visto que favorecem o inimigo, precisando, portanto, ser “educadas” para não atrapalharem a “real” militância masculina. A pergunta que fazemos é: e os homens que não faziam parte do PRT/ERP? Já nasciam com pensamento crítico em relação a questões políticas? Não precisavam do trabalho de educação revolucionária? Como podemos perceber, as interpretações destinadas às mulheres são baseadas unicamente em estereótipos de gênero, não havendo nenhuma proposição baseada em elementos concretos para se chegar a tais conclusões.

Assim, a partir do conjunto da documentação, podemos constatar claramente delimitações e limites direcionados às mulheres. A particularização do feminino em relação ao modelo da revolução (masculino) trouxe implicações diretas ao processo de militância feminina. No depoimento abaixo, de uma militante⁸²⁷ do PRT/ERP, podemos notar essa problemática:

O que passa é que é um prejuízo, por que eu era boa militante ainda que eu era mais ou menos atrativa... eu era boa militante igual, o que passa é que a gente pensa que não é o perfeito modelo de militante, mas eu era boa. E nesse momento que eu já sabia que não devia andar perdendo tempo, que não devia andar (...). Era essa a disciplina e os conceitos partidários, e eu o cumpria (...) mas havia outras companheiras que eram muito bonitas e (...) claro, bom, também se cortaram o cabelo, deixaram de usarsaia curta e eu fiz o mesmo (...) tinha que se adaptar e eu me adaptei⁸²⁸ (tradução nossa)⁸²⁹.

A concepção do modelo masculino de militância trazia uma imagem feminina sempre atrasada; a mulher sempre estava em dívida por não portar características masculinas consideradas como padrão revolucionário. Em muitos momentos, as militantes tinham que negar suas próprias personalidades para serem vistas como “reais” representantes da revolução.

el campo popular los objetivos no van más allá de sus preocupaciones inmediatas (alza del costo de la vida, salarios bajos, sanidad, englobado todo esto en la situación particular de sus barrios con sus correspondientes carencias)”.

⁸²⁷ O depoimento foi retirado da obra de Laura Pasquali. A referida autora não citou os nomes dos depoentes, apenas os nomeou como varão e mulher.

⁸²⁸ PASQUALI, 2013, p. 181.

⁸²⁹ “*Lo que pasa es que ese es un prejuicio, porque yo era buena militante aunque yo era mas o menos atractiva... yo era buena militante igual, lo que pasa es que ahí esta el problema en que la gente piensa que uno no es el perfecto modelo de militante, pero yo era buena. Y en ese momento que uno ya sabía que no debía andar boludeando, que uno no debía andar... era esa la disciplina y los conceptos partidarios, y yo lo cumplía [...]. Pero había otras compañeras que eran muy hermosas y... claro, bueno, también se cortaron el pelo, dejaron de usar pollera corta y yo hice lo mismo [...] Uno se adaptaba, yo me adapté”*.

No depoimento apresentado, por exemplo, a militante precisa enfatizar por mais de uma vez que, apesar de ser mulher, era boa.

Contudo, apesar da manifestação de diversas assimetrias de gênero na documentação analisada, é importante salientar que as mulheres não foram passivas a este processo. Como nos lembra Oberti, a militância as transformou, mas elas também perturbaram as estruturas políticas e militares com seu gênero⁸³⁰.

No tópico seguinte, vamos apresentar depoimentos sobre a prática da militância dessas mulheres e suas diversas estratégias para se manterem dentro do modelo revolucionário. Tanto no Montoneros como no PRT/ERP, mulheres lutaram contra limitações impostas e pressionaram propostas estabelecidas arbitrariamente.

3.4 EXPERIÊNCIAS FEMININAS E CONFLITOS ESTRUTURAIS NAS ORGANIZAÇÕES ARMADAS

Como vimos nas seções anteriores, as narrativas produzidas pela imprensa do Montoneros e do PRT/ERP atuaram construindo modelos e espaços diferenciados de militância para homens e mulheres. Segundo Mariela Peller, as publicações da imprensa foram fundamentais para a regulamentação das condutas e crenças dos sujeitos, e atuaram persuasivamente sobre pessoas que queriam se aliar à causa revolucionária. Os corpos elaborados pela imprensa serviram como normativas para a consolidação da proposta que queriam fabricar de luta revolucionária. Dessa maneira, selecionaram “padrões” sobre o masculino e o feminino, e “modelos ideais” do militante revolucionário. O corpo que representava o revolucionário carregava armas de fogo, construía e manipulava bombas, e era capaz de se expor até a morte em um combate. Logo, a imagem do revolucionário tinha características marcadamente masculinas. Nesse contexto, as mulheres foram incorporadas na categoria “neutra” e masculina, já que não existia um outro formato revolucionário aceito⁸³¹. Sob a justificativa de que todos eram iguais, assimetrias de gênero eram camufladas e reproduzidas em diversos aspectos. Nessa lógica, Oberti nos lembra:

(...) Negar a diferença sexual é antes de tudo negar as relações sociais de gênero que constituem y legitimam a opressão sexual das mulheres e ademais negar o gênero é

⁸³⁰ OBERTI, 2020, p. 108.

⁸³¹ PELLER, Mariela. Las paradojas de la revolución. Figuraciones del cuerpo en la prensa del PRT-ERP en la Argentina de los años setenta. *Dossier Izquierdas*, n. 41, p. 77-99, 2018. Disponível em: https://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-50492018000400077. Acesso em 1º de mar. 2022.

permanecer na ideologia, uma ideologia que em forma manifesta está ao autosserviço de sujeitos generalizados masculinos⁸³² (tradução nossa)⁸³³.

Além disso, ao se negar as diferenças, não apenas as mulheres são marginalizadas, mas vários outros integrantes que não atendem ao modelo revolucionário selecionado são também colocados às margens. De acordo com Pasquali: “(...) São vários os setores que não são levados em conta no momento de falar das organizações armadas; quando notamos a força com que se imprimiu a noção socializada de como devia ser um militante, se evidencia claramente que são vários os perfis que ficam ‘fora do modelo’”⁸³⁴ (tradução nossa)⁸³⁵.

No entanto, o fato de as organizações armadas terem estabelecido normas e modelos de militância não determinou uma atuação passiva por parte das mulheres. Como enfatiza Oberti, as mulheres não aceitaram a divisão sexual hierarquizada na militância e, assim, excederam essas posições a partir de estratégias e questionamentos⁸³⁶. Em consonância com Oberti, Martínez afirma que as mulheres que participaram das frentes militares adotaram uma maneira distinta de fazer política, pois não se ajustaram aos modelos pré-estabelecidos e se caracterizaram pelo compromisso e pela valentia, seguindo o modelo dos seus companheiros⁸³⁷.

Em face do exposto, a pergunta que norteia esta seção é: até que ponto as condutas construídas para limitar o comportamento feminino impediram as mulheres de questionar seus lugares de subordinação e frear suas militâncias? Para respondermos a essa pergunta, vamos analisar depoimentos de militantes e também algumas das publicações das organizações Montoneros e PRT/ERP. Apesar de a documentação apresentar uma abordagem muito enfática da mulher atrelada aos espaços privados, é possível observar muitas contradições quando a problematizamos.

É importante lembrarmos que só o fato de estarem presentes em grande número nas organizações armadas já caracterizava uma atitude de resistência, uma vez que espaços públicos

⁸³² OBERTI, Alejandra. También nosotras seremos como el Che. In: JORNADAS DE HISTORIA DE LAS IZQUIERDAS, 1., 2000, Buenos Aires. *Anais* [...]. Buenos Aires: Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas em la Argentina, 2000. p. 2-6. p. 6. Disponível em: <http://cedinci.unsam.edu.ar/PDF/Jornadas/I%20Jornadas.pdf>. Acesso em 1º de mar. 2022.

⁸³³ “*Negar la diferencia sexual es ante todo negar las relaciones sociales de género que constituyen y legitiman la opresión sexual de las mujeres y además negar el género es permanecer en la ideología, una ideología que en forma manifiesta está al auto servicio de sujetos generizados masculinos*”.

⁸³⁴ PASQUALI, 2013, p. 174.

⁸³⁵ “*Son varios los sectores que no son tenidos en cuenta al momento de hablar de las organizaciones armadas; cuando notamos la fuerza con que se imprimió la noción socializada de cómo debía ser un militante, se evidencia claramente que son varios los perfiles que quedan ‘fuera del modelo’*”.

⁸³⁶ OBERTI, 2020, p. 108.

⁸³⁷ MARTÍNEZ, Paola. “Nuevas militancias, antiguas contradicciones...” la militancia femenina en el ERP, una primera aproximación. *E-I@tina* - Revista Electrónica de Estudios Latinoamericanos, n. 9, v. 35, p. 20-38, 2011. Disponível em: <https://publicaciones.sociales.uba.ar/index.php/elatina/article/view/6127/pdf>. Acesso em 1º de mar. 2022.

foram “vedados” às mulheres das gerações anteriores. Muitas relatam, inclusive, que só depois das experiências vivenciadas nas organizações armadas dos anos 1960 e 1970 que compreenderam a importância da luta pela emancipação feminina.

Segundo Oberti, as mulheres desenvolveram tarefas diversas em todas as frentes das organizações, inclusive as mais arriscadas e exigentes em termos físicos⁸³⁸. Paola Martinez ressalta que é inquestionável o fato de que tenham ocorrido mudanças em relação aos papéis das mulheres, principalmente quando considerada a atuação feminina nas frentes armadas. Porém, modelos genéricos também eram reproduzidos no seio dos espaços privados. Nesse sentido, Martínez conclui que os modelos masculinos e femininos

(...) estariam experimentando um processo de mudança e transição. Poderíamos começar a falar de “modelos genéricos em transição” que haviam começado a gestar nesse tipo de experiências revolucionarias. Sem embargo, esta mudança que as mulheres experimentavam na política revolucionaria seria uma das tantas manifestações de mudança que viviam as mulheres na sociedade, as quais iam em consonância com a revolução que vivia a nível social e cultural nas décadas do sessenta e setenta (divórcio, controle de natalidade, incorporação das mulheres na esfera do trabalho)⁸³⁹ (tradução nossa)⁸⁴⁰.

Desse modo, as mulheres não estariam em uma posição de opressão total, mas sofriam com problemas diversos, oriundos da estrutura hierárquica de gênero. No depoimento a seguir, citado por Luciana Seminara e Cristina Viano⁸⁴¹, a militante Verônica G.⁸⁴² explica um pouco da realidade das mulheres nas organizações armadas:

(...) as mulheres faziam um montão de coisas no trabalho de base, nas ações armadas, mas tinham pouco nível de decisão, eram elas que sempre arcavam com as responsabilidades domésticas. (...) só em ocasiões excepcionais as mulheres ocupavam lugares de direção política e quando chegavam ali, se comportavam de maneiras tão autoritárias como os varões⁸⁴³ (tradução nossa)⁸⁴⁴.

⁸³⁸ OBERTI, 2020, p. 108.

⁸³⁹ MARTÍNEZ, 2011, p. 27.

⁸⁴⁰ “(...) *estarian experimentando un proceso de cambio y transición. Podríamos empezar a hablar de “modelos genéricos en transición” que se habrían empezado a gestar en este tipo de experiencias revolucionarias. Sin embargo, este cambio que experimentaban las mujeres en la política revolucionaria sería una de las tantas manifestaciones de cambio que vivían las mujeres en la sociedad, las cuales iban en consonancia con la revolución que se vivía a nivel social y cultural en las décadas del sesenta y setenta (divorcio, control de la natalidad, incorporación de las mujeres en la esfera del trabajo)*”.

⁸⁴¹ O depoimento é citado pelas autoras Luciana Seminara e Cristina Viano no texto “Las dos Verónicas y los múltiples senderos de la militancia: de las organizaciones revolucionarias de los años 70 al feminismo”, que foi publicada no livro: *De minifaldas, militancias y revoluciones*, organizado por Andrea Andújar et al. no ano de 2009.

⁸⁴² Verónica G. nasceu no sul de Santa Fé. Seu pai era ateu e sua mãe, católica não praticante. Formou-se na Faculdade Católica de Direito em Rosário, onde iniciou suas primeiras intervenções em bairros e vilas. Em 1975, ingressou no PRT (SEMINARA, Luciana; VIANO, Cristina. *Las dos Verónicas y los múltiples senderos de la militancia: de las organizaciones revolucionarias de los años 70 al feminismo*. In: ANDÚJAR, Andrea et al. *De minifaldas, militancias y revoluciones*. Buenos Aires: Luxemburg, 2009. p. 69-86).

⁸⁴³ SEMINARA; VIANO, 2009, p.78.

⁸⁴⁴ “*las mujeres hacían un montón de cosas en laburo de base, en las acciones armadas, pero tenían poco nivel de decisión*”, o que eran ellas las que siempre cargaban con las responsabilidades domésticas. (...) sólo en

Como se pode notar, a abordagem da Verônica está de acordo com a argumentação apresentada anteriormente por Martínez, na medida em que podemos visualizar resquícios de mudança nas relações de gênero, uma vez que algumas mulheres conseguiram ocupar lugares de direção. Abaixo, no depoimento da militante Alejandra⁸⁴⁵, apresentado por Alejandra Oberti, também podemos identificar mudanças conforme a militante passa a se sentir à vontade para questionar a promoção do seu marido:

Meu companheiro e eu militávamos em pé de igualdade, fazendo as mesmas coisas e com o mesmo grau de compromisso. Sem embargo a ele o promoveram primeiro que a mim. (...) Me pareceu muito injusto e tive o atrevimento de perguntar as razões e meu responsável que era uma mulher. Me contestou que por ser homem era muito mais livre que eu⁸⁴⁶ (tradução nossa)⁸⁴⁷.

Além disso, uma outra questão que merece destaque no depoimento de Alejandra se refere à informação inicial de que ela e seu companheiro militavam de igual para igual. Isso reforça a ideia de que as mulheres não ocupavam apenas “lugares marginais” no processo de luta revolucionária.

A mesma depoente relata também conflitos que vivia para se adaptar ao modelo de militância masculino e, ao mesmo tempo, negar o que ela era:

Banimos a maquiagem, o cabelereiro, os saltos altos, a moda. Me esforçava para não me abandonar demasiado e seguia pintando as unhas, coisa que chamava muito a atenção de um companheiro meu. De todo modo ir à universidade, reuniões de organização, marchas e outras tarefas, nos reduziam inexoravelmente ao uniforme de jeans e camisa verde de homem. (...) me parece provável que esses exercícios nos assexuaram, já que o clima militar por um lado reprimia os instintos de todos, e ao mesmo tempo, assimilava às mulheres um modelo de comportamento construído desde o masculino. A máxima seria quanto mais soldado, melhor homem. Ou dito de outro modo, a igualdade se baseava em que nós mulheres devíamos ou queríamos parecer com eles⁸⁴⁸ (tradução nossa)⁸⁴⁹.

ocasiones excepcionales eran mujeres las que ocupaban lugares de dirección política y cuando llegaban allí, se comportaban de maneras “tan autoritarias como los varones”.

⁸⁴⁵ Alejandra Oberti apresenta o referido depoimento nos anais da I Jornada de la Historia de las Izquierdas. Cita apenas o nome da militante, mas não informa sua procedência.

⁸⁴⁶ OBERTI, 2000, p. 4.

⁸⁴⁷ “*Mi compañero y yo militábamos en pie de igualdad, haciendo las mismas cosas y con el mismo grado de compromiso. Sin embargo a él lo promocionaron primero que a mí. (...) Me pareció muy injusto y tuve el atrevimiento de preguntar las razones a mi responsable que era una mujer. Me contestó que por ser hombre era mucho más libre que yo*”.

⁸⁴⁸ OBERTI, op. cit., p. 4.

⁸⁴⁹ “*Desterramos el maquillaje, la peluquería, los tacos altos, la moda. Yo me esforzaba por no abandonarme demasiado y seguía pintándome las uñas, cosa que llamaba mucho la atención de un compañero mío. De todos modos ir a la Universidad, reuniones de organización, marchas y otras tareas, nos reducían inexorablemente al uniforme de jeans y camisa verde de hombre. (...) me parece probable que estos ejercicios nos assexuaron, ya que el clima militar por un lado reprimía los instintos de todos, y al mismo tiempo, asimilaba a las mujeres a un modelo de comportamiento construido desde lo masculino. La máxima sería cuanto más soldado mejor hombre. O dicho de otro modo, la igualdad se basaba en que las mujeres debíamos o queríamos parecerlos a ellos*”.

A partir do depoimento, podemos observar a força da narrativa construída sobre o corpo que se queria selecionar para a revolução. A inspiração em Che Guevara legitimava essa construção e ocultava as diferenças de gênero. Nas palavras da militante Marta⁸⁵⁰, do PRT/ERP, “(...) o Che era o modelo de militante ideal, com um profundo espírito de sacrifício, única imagem disponível para homens e mulheres, imagem que igualava as militantes como os soldados apagando qualquer presença de diferença sexual”⁸⁵¹ (tradução nossa)⁸⁵².

Contudo, como afirma Martínez, as relações entre gêneros ocuparam um espaço fundamental nas organizações armadas, uma vez que foram o “divisor de águas” para a seleção de sujeitos que teriam acesso ou não a estruturas de poder. Pelo fato de funções do âmbito doméstico não recaírem sobre os homens, estes tinham sempre mais possibilidades de se desenvolver na militância e alcançar espaços de maior poder. As mulheres, por outro lado, deviam desenvolver duplas ou triplas jornadas, o que lhes demandava muito mais esforços⁸⁵³. Sobre o assunto, afirma a militante Mariana, citada por Martínez:

(...) havia casos de muito machismo, de ‘que minha mulher, não’. (...) Isso se dava, nós percebíamos bem, estávamos falando com um companheiro e dizíamos ‘che e vos que fazes para ajudar sua companheira? Por que não a deixa sair?’. ‘Não é que eu não quero, temos três filhos, que isso, que aquilo’ (...). Havia mulheres que discutiam com seus companheiros justamente por isso⁸⁵⁴ (tradução nossa)⁸⁵⁵.

A legitimação da ideia de divisão de tarefas por gênero é marcante em muitos depoimentos de militantes do Montoneros e do PRT/ERP. Apesar de algumas mulheres assumirem espaços “destinados” aos homens na revolução e questionarem posicionamentos hierárquicos de gênero, não conseguiram eliminar totalmente essas práticas.

A perspectiva de masculinização dos corpos era tão intensa que há raríssimos casos em que as mulheres foram abordadas pela imprensa com suas próprias características femininas. Quando as publicações eram feitas, na maioria das vezes suas imagens eram associadas a estereótipos de gênero. Para Peller:

⁸⁵⁰ Alejandra Oberti apresenta o depoimento de Marta nos anais da I Jornada de la Historia de las Izquierdas. Informa apenas seu primeiro nome e que foi militante do PRT/ERP.

⁸⁵¹ OBERTI, 2000, p. 2.

⁸⁵² “(...) *el Che era el modelo de militante ideal, con un profundo espíritu de sacrificio, única imagen disponible para varones y mujeres, imagen que igualaba a las militantes con los soldados, borrando cualquier presencia de la diferencia sexual*”.

⁸⁵³ MARTÍNEZ, 2011.

⁸⁵⁴ MARTÍNEZ, 2015, p. 103.

⁸⁵⁵ “(...) *había casos de mucho machismo, ‘de que mi mujer, no’. Había que trabajar con el compañero y la compañera (...). Eso se daba, nosotros lo percibíamos bien, estábamos hablando con un compañero y decíamos ‘che ¿y vos que hacés para ayudar a tu compañera? ¿Por qué no la dejas salir?’. ‘No, es que yo no quiero, tenemos tres hijos, que esto, que aquello’ (...). Había mujeres que discutían con sus compañeros, justamente por eso*”.

Algo parecia tensionar quando se unia um corpo feminino e uma arma, era como se não houvesse espaço discursivo para mostrar esse laço. Essa impossibilidade fez com que se recorresse à incorporação de imagens de outras revoluções. Quando se tratou de mostrar corpos femininos, a imprensa reforçou os estereótipos tradicionais sobre as mulheres e seus papéis a cumprir. (...) Assim, as figuras corporais articularam uma divisão sexual e hierarquizada da militância. Por um lado, os corpos masculinos que realizavam tarefas principais da política, onde as figuras fundamentais foram as do combatente e do herói que se apresentavam carregadas de marcas tradicionais da masculinidade. Por outro lado, os corpos femininos apareceram em contadas ocasiões. Quando as mulheres guerrilheiras apareceram, ao discurso partidário lhe custou articular modos de nomeá-las no feminino, precisaram se mover em direção à figura masculina. Nesses casos o discurso exibiu uma pobreza conceitual, que lhe impediu designar as mulheres no feminino. Esta elisão foi a consequência de que a figura do homem novo – central no imaginário do PRT-ERP – só fora nomeada no masculino, não possuía uma derivação feminina⁸⁵⁶ (tradução nossa)⁸⁵⁷.

As poucas vezes em que observamos nas publicações o reconhecimento das mulheres como militantes políticas foi após suas mortes. O trecho abaixo, intitulado “Malena morreu lutando”, foi publicado em 1976 pela revista *Evita Montonera*. Nele, podemos perceber o reconhecimento recebido por Malena:

A companheira, sem hesitar, abriu fogo entrando em combate por vários minutos. Na ação conseguiu ferir vários policiais e inutilizar um patrulheiro com uma granada. A desigualdade de forças determinou que Malena, ferida, não pudesse seguir resistindo. A companheira foi liquidada quando ainda estava com uma granada na mão que não foi ativada. Seu nome, seu exemplo, o levaremos como bandeira à vitória⁸⁵⁸ (tradução nossa)⁸⁵⁹.

Em uma outra publicação da mesma revista, no mesmo ano, identificamos um trecho semelhante ao anterior. O título “No quiero entregarme viva” enfatiza a resistência da militante

⁸⁵⁶ PELLER, 2018, p. 19-20.

⁸⁵⁷ “Algo pareciera tensionarse cuando se unen un cuerpo femenino y un arma, como si no hubiese espacio discursivo para mostrar ese lazo. Quizás esa imposibilidad hace que se recurra a la incorporación de imágenes de mujeres de otras revoluciones. Cuando se trató de mostrar cuerpos femeninos, la prensa reforzó los estereotipos tradicionales sobre las mujeres y sus papeles a cumplir. Actividades de crianza, de cuidado, de apoyo. Cocinar. Lavar. Tareas de madre y esposa. Y ausencia de heroicidad cuando ellas están cerca de un arma. masculinidad. Así, las figuras corporales articularon una división sexual y jerarquizada de la militancia. Por un lado, unos cuerpos masculinos que realizaban las tareas principales de la política, donde las figuras fundamentales fueron las del combatiente y del héroe que se presentaban cargadas de los rasgos tradicionales de la masculinidad. Por otro lado, los cuerpos femeninos aparecieron en contadas ocasiones. Cuando las mujeres guerrilleras aparecieron, al discurso partidario le costó articular modos de nombrarlas en femenino, necesitó desplazarse hacia la figura masculina. En esos casos el discurso exhibió una pobreza conceptual, que le impidió designar a las mujeres en femenino. Esta elisión fue la consecuencia de que la figura del hombre nuevo –central en el imaginario del PRT-ERP– sólo fuera nombrada en masculino, no poseía una derivación femenina”.

⁸⁵⁸ MONTONEROS. La conducta revolucionaria. *Evita Montonera*, n. 12, 1976, p. 36. Disponível em: <https://eltopoblindado.com/opm-peronistas/montoneros/montoneros-prensa/evita-montonera-n-12/>. Acesso em 1º de mar. 2022.

⁸⁵⁹ “La compañera, sin vacilar, abrió fuego entablado combate a lo largo de varios minutos. En la acción logró herir a varios policías e inutilizar un patrullero con una granada. La desigualdad de fuerzas determinó que Malena, herida, no pudiera seguir resistiendo. La compañera fue rematada cuando aun tenía en su mano una granada que no llegó a activar. Su nombre, su ejemplo, lo llevaremos como bandera a la victoria”.

Moni frente a uma invasão de policiais. Ela recebe homenagem do Conselho Nacional Montonero após sua morte, conforme reprodução de trecho a seguir.

A companheira Moni demonstrou, com sua atitude frente ao inimigo, suficiente compreensão política e força ideológica para integrar nossa organização (nosso partido), como membro pleno. Esse caráter lhe foi conferido pelo Conselho Nacional Montonero, como homenagem a sua memória⁸⁶⁰ (tradução nossa)⁸⁶¹.

Também encontramos publicações como estas na documentação do PRT/ERP. Na revista *Estrella Roja* de número 23, publicada no ano de 1973, algumas militantes foram lembradas em uma homenagem feita no dia do combatente revolucionário. Segue, abaixo, alguns fragmentos do texto:

Há uma frase de Susana, sua frase preferida, que a pinta de corpo inteiro “Não fique, caralho” Assim era a gorda, si tinha que atacar “Não fique, caralho!”. “Não fique, caralho!” se tinha que militar duro. E ela nunca ficava. Sempre adiante, sempre se movendo. Sempre adiante até chegar ao destino militante que a aguardava: as balas que partiram das metralhadoras dos assassinos, as balas dos fuzileiros navais⁸⁶² (tradução nossa)⁸⁶³.

Como se pode perceber, o reconhecimento vem mais uma vez após a morte da militante. Na publicação, Susana Lesgart é apresentada juntamente com outros quinze companheiros e companheiras. Para a organização, foram consideradas verdadeiras heroínas, uma vez que deram suas vidas pela causa revolucionária.

Nesse contexto, compreendemos os motivos pelos quais muitas mulheres se sentiam mais úteis nas frentes militares. Nesses espaços podiam desempenhar funções em um “nível maior de igualdade” em relação aos homens. Segundo Martínez, com essas atuações surgia uma nova concepção de mulher, a que combatia, a que portava armas, a mulher guerrilheira⁸⁶⁴.

⁸⁶⁰ MONTONEROS. No quiero entregarme viva. *Evita Montonera*, n. 13, 1976, p. 36. Disponível em: <https://eltopoblindado.com/opm-peronistas/montoneros/montoneros-prensa/evita-montonera-n-13/>. Acesso em 1º de mar. 2022.

⁸⁶¹ “La compañera Moni demostró, con su actitud frente al enemigo, suficiente comprensión política y solidez ideológica como para integrar nuestra Organización (nuestro Partido), como miembro pleno. Ese carácter le fue conferido por el Consejo Nacional Montonero, como homenaje a su memoria”.

⁸⁶² EJERCITO REVOLUCIONARIO DEL PUEBLO. Susana Lesgart. *Estrella Roja*, n. 23, 1973, p. 17. Disponível em: <https://eltopoblindado.com/opm-marxistas/ejercito-revolucionario-del-pueblo-erp/estrella-roja-n-23/>. Acesso em 1º de mar. 2022.

⁸⁶³ “Hay una frase de Susana, su frase preferida, que la pinta de cuerpo entero “No te quedes, carajo!” Así era la gorda, si había que atacar “¡No te quedes, carajo!”. “¡No te quedes, carajo!” si había que militar duró. Y ella nunca se quedaba. Siempre adelante, siempre empujando. Siempre adelante hasta llegar al destino militante que la estaba aguardando: las balas que partían de las metralletas de los asesinos, las balas de los infantes de Marina”.

⁸⁶⁴ MARTÍNEZ, Paola. “Nuevas militancias, antiguas contradicciones...” la militancia femenina en el ERP, una primera aproximación. *E-I@tina* - Revista electrónica de estudios latinoamericanos, n. 9, v. 35, p. 20-38, 2011. Disponível em: <https://publicaciones.sociales.uba.ar/index.php/elatina/article/view/6127/pdf>. Acesso em 1º de mar. 2022.

Em razão de tudo isso, muitas mulheres deixavam claro suas preferências por atuar nas frentes militares, principalmente quando eram transferidas para as “frentes de mulheres”. Esse fato ocorreu tanto no Montoneros quanto no PRT/ERP. O caso de Mariana, militante do PRT/ERP, ilustra esta situação. Em seu relato, feito a Paola Martinez, expressa insatisfação ao ser designada a dirigir a Frente de Mulheres. Para Mariana, a referida frente era vista como um trabalho menor e não correspondia à sua maneira de ver a política revolucionária⁸⁶⁵. No caso do Montoneros não foi diferente. De acordo com Grammático, muitas militantes não queriam fazer parte da Agrupação Evita. Quando, por algum motivo, eram transferidas para a Agrupação, entendiam isso como uma punição. Grammático aborda essa questão:

Quando as jovens eram informadas sobre seu novo espaço de militância, boa parte delas reagia com raiva e irritação. Diante de seus olhos, a Agrupação Evita e sua proposta de trabalho com mulheres não resultavam nada atraentes, já que não pareciam ser o âmbito mais destacado para concretizar o projeto revolucionário⁸⁶⁶ (tradução nossa)⁸⁶⁷.

A referida Agrupação, pelo fato de não se responsabilizar por operações armadas, deixava de atrair muitas mulheres que entendiam que a luta contra o sistema era uma urgência revolucionária. Assim, sentiam que, quando atuavam na Agrupação Evita, não estavam contribuindo para a luta realmente necessária, mas apenas cumprindo um papel de fazer parte de um grupo de mulheres. Grammático descreve a relutância de uma militante montonera em atuar na Agrupação Evita: “(...) sustenta Marta que, para uma militante aguerrida, era um saco ir à Agrupação Evita, porque trabalhar com mulheres não era a mesma coisa que trabalhar com homens, porque o mundo era dos homens”⁸⁶⁸ (tradução nossa)⁸⁶⁹. A partir da fala dessa militante, fica claro como as mulheres tinham percepção de suas situações de subordinação e como tinham a pretensão de atuar nos espaços sociais de uma maneira mais ampla, buscando o cerne dos problemas sociais e mudanças concretas. Muitas mulheres como Marta lutaram para alcançar seus espaços políticos naquela sociedade masculinizada.

Ademais, é importante ressaltarmos que tanto a Agrupação Evita como a Frente de Mulheres do PRT/ERP tiveram papéis fundamentais na vida de muitas mulheres. A partir de discussões desenvolvidas nesses espaços, descobriram semelhanças em muitas situações de

⁸⁶⁵ MARTÍNEZ, 2015.

⁸⁶⁶ GRAMMÁTICO, 2011, p. 56.

⁸⁶⁷ “Cuando a las jóvenes se les informaba sobre su nuevo espacio de militancia buena parte de ellas reaccionaban con enojo y fastidio. Ante sus ojos, la Agrupación Evita, y su propuesta de trabajo con mujeres no resultaba nada atractiva, ya que no parecía ser el ámbito más destacado para concretar el proyecto revolucionario”.

⁸⁶⁸ GRAMMÁTICO, op. cit., p. 57.

⁸⁶⁹ “(...) sostiene Marta, que para una militante aguerrida era un embole ir a la agrupación Evita, porque trabajar con mujeres no era lo mismo que trabajar con varones, porque el mundo era de los varones”.

subordinação e se sentiram mais à vontade para questionar comportamentos machistas vistos como naturais⁸⁷⁰.

Para Noguera, a Frente de Mulheres do PRT/ERP, “(...) apesar de não brigar por reivindicações de gênero específicas, atendia a questões particulares do trabalho de e com as mulheres em seus espaços de trabalho ou como donas de casa, provendo a politização feminina no contexto da luta revolucionária”⁸⁷¹ (tradução nossa)⁸⁷².

Assim, a participação das mulheres nas organizações armadas possibilitou um aprendizado político e pessoal, que as levou a questionar seus próprios espaços de atuação⁸⁷³. Paola Martínez destaca que, apesar das hierarquias de gênero presentes nessas organizações:

(...) as mulheres chegaram a desempenhar importantes cargos nos níveis médios da organização (sargentos) algumas ascenderam a altos cargos dentro da estrutura de poder (como o de tenente). Isto começou a manifestar mudanças nos modelos genéricos, onde as mulheres desempenhariam tarefas distintas não relacionadas com atividades propriamente do âmbito privado. Nelas começava a se manifestar uma mudança de atitude a respeito da atividade militante onde sua função não ficava limitada a atividades de apoio, docência, cuidado de enfermos ou logística. Pelo contrário, elas se comprometeram e adotaram experiências muito mais “práticas” igual seus companheiros, como a participação em experiências onde se colocava a vida em risco a cada momento. Poderia dizer que a partir desta prática militante revolucionária as mulheres adotaram uma nova maneira de se posicionar frente ao poder nas relações primárias de gênero. (...) Isto estaria mostrando um novo protótipo feminino que surgiu a partir destas práticas políticas revolucionárias⁸⁷⁴ (tradução nossa)⁸⁷⁵.

Tudo isso nos leva a considerar que as relações de gênero construídas nesses espaços se apresentaram de forma dinâmica e subjetiva. As mulheres não foram apenas vítimas do processo de opressão sexual; diversas formas de resistência foram colocadas em prática por elas. Inclusive, a inserção feminina nas organizações armadas mostrou uma outra realidade à sociedade, a realidade de que sujeitas não nascem com atributos de gênero e que muitas

⁸⁷⁰ GRAMMÁTICO, op. cit.

⁸⁷¹ NOGUERA, 2021, p. 8.

⁸⁷² “(...) aunque sin bregar por reivindicaciones de género específicas, pero atendiendo a cuestiones particulares del trabajo de y con las mujeres en sus espacios laborales o como amas de casa, el Frente promovía la politización femenina en el contexto de la lucha revolucionaria”.

⁸⁷³ NOGUERA, op. cit.

⁸⁷⁴ MARTÍNEZ, 2011, p. 35.

⁸⁷⁵ “(...) las mujeres llegaron a desempeñar importantes cargos en los niveles medios de la organización (sargentos) y que algunas accedieron a altos cargos dentro de la estructura de poder (como el de teniente). Esto empezó a manifestar cambios en los modelos genéricos, donde las mujeres desempeñarían tareas distintas no relacionadas con actividades propriamente del ámbito privado. En ellas comenzaba a manifestarse un cambio de actitud respecto de la actividad militante donde su función no quedaba limitada a actividades de apoyo, docencia, cuidado de enfermos o logística. Por el contrario, ellas se comprometieron y adoptaron roles mucho más “jugados” al igual que sus compañeros, como la participación en este tipo de experiencias donde la vida se ponía en riesgo a cada momento. Podría decirse que a partir de esta práctica militante revolucionaria las mujeres adoptaron una nueva manera de posicionarse frente al poder en las relaciones primarias de género. (...) Esto nos estaría mostrando un nuevo prototipo femenino que surgió a partir de estas prácticas políticas revolucionarias”.

debilidades atribuídas a elas estavam relacionadas com o processo de opressão que viviam. Nessa perspectiva, eram “apolíticas” e “atrasadas” em razão de ter sido negado a elas o direito de participar do mundo político por uma questão de machismo estrutural. As divisões de tarefas por gênero enclausuraram as mulheres em espaços privados. Quando começaram a sair desses espaços, tinham que acumular tarefas de âmbito doméstico com atuações nos ambientes públicos. Todo esse processo conferiu às mulheres uma herança de atraso e, conseqüentemente, um distanciamento dos espaços de poder e decisão.

Por conseguinte, recuperar experiências e a historicidade de uma sociedade estruturada em parâmetros machistas é fundamental para romper com processos de opressão. Para Martínez, recobrar vozes ausentes nos possibilita “(...) chegar nos conflitos e contradições mais íntimas: aquelas que vivem as mulheres como parte de uma sociedade sexista”⁸⁷⁶ (tradução nossa)⁸⁷⁷.

Com o intuito de trazer para a discussão formas veladas de opressão sexista compartilhadas no meio social, no próximo capítulo, vamos apresentar especificidades das experiências femininas nas organizações armadas. A abordagem contempla situações vividas exclusivamente por mulheres em razão da sua condição de gênero.

⁸⁷⁶ MARTÍNEZ, 2011, p. 36.

⁸⁷⁷ “(...) *llegar sus conflictos y contradicciones más íntimas: aquellas que viven las mujeres como parte de una sociedad sexista.*”

4 A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DA MULHER MILITANTE A PARTIR DE SUAS PRÓPRIAS NARRATIVAS

Em razão da consolidação de estereótipos de comportamento feminino construídos a partir de normas sociais legitimadas historicamente, formas peculiares de violência são projetadas sobre corpos de mulheres. De maneira estrutural, comportamentos desviantes são punidos e experiências femininas são marcadas pela violência em toda sua gênese. A partir dessa compreensão, o presente capítulo foi dividido em tópicos que evidenciam situações de violência vivenciadas exclusivamente por corpos de mulheres.

Assim, em um primeiro momento, desenvolveremos um debate acerca da violência sofrida pelos corpos femininos ao se integrarem às organizações armadas e se assumirem como mulheres militantes. Em um segundo momento, discutiremos situações específicas de violência vivenciadas pelas mulheres nas organizações armadas a partir da prática da maternidade. No terceiro momento, analisaremos os impactos das relações de desigualdade de gênero nos aspectos de acesso a espaços de poder, isto é, as diversas formas que legitimam e naturalizam os homens nas principais funções de liderança. Por fim, buscaremos entender até que ponto as variadas formas de violência afetaram a construção social da imagem da mulher militante. Refletiremos, portanto, sobre o caráter estrutural dessa violência, isto é, as maneiras pelas quais foi naturalizada socialmente e reproduzida nos diversos espaços sociais. Por fim, com base nas particularidades reveladas pelas relações desiguais de gênero, apresentaremos algumas das formas de identidades que deram significado à ideia do *que é ser mulher na luta armada*.

4.1 A VIOLÊNCIA QUE SOFREMOS NA PELE: UMA NARRAÇÃO NO FEMININO

Como vimos nos capítulos anteriores, as mulheres passaram por todo um processo de reforço da assimetria de gênero no ambiente das organizações armadas. Para ocupar esses espaços, tiveram que assumir jornadas exaustivas, acumulando tarefas de âmbito doméstico e as próprias da militância. Contudo, esse processo foi sendo cuidadosamente invisibilizado ao longo do tempo. Por trás do gênero foram sendo instituídas obrigações consideradas “naturais” às mulheres e, simultaneamente a isso, todo um sistema delimitado de comportamentos permissivos a elas.

Para Lucía Velasco, o corpo, em sua simples anatomia, dita o que as pessoas podem ou não fazer. Está marcado por significados culturais em cada sociedade, razão pela qual se apresenta em diversidade. Logo, não são a mesma coisa um corpo jovem e outro maduro, nem

mesmo um corpo de homem e outro de mulher. Por ser constituído através de significados sociais, o corpo se situa historicamente e serve a diversos fins. No caso das mulheres, cobra-se um preço caro quando não assumem imposições culturais atribuídas a seus corpos⁸⁷⁸.

As mulheres que se envolveram nas organizações armadas da década de 1970 na Argentina pagaram com seus corpos e mentes por romperem com a ordem simbólica imperante e por se atreverem a ocupar espaços reservados “aos homens”. De acordo com Velasco, essas mulheres

(...) tiveram que mudar até as percepções que tinham de si mesmas para colocar em prática rupturas da ordem simbólica imperante. Isso não resultava simples, já que, além de combater contra o estereótipo imaginário de mulher, deviam enfrentar as críticas tanto dentro como fora do movimento que participavam. Muitas famílias recriminaram estas mulheres e suas incorporações às frentes armadas (...). (...) Ao se unirem à frente guerrilheira as mulheres aceitaram acatar a disciplina militar incluindo treinamento, marchas forçadas e o combate propriamente. Fizeram com afinco o dever de demonstrar sua capacidade frequentemente de maneira mais dura que os homens, com seus corpos menstruantes, protuberantes, sexualizados e maternizados a um tempo⁸⁷⁹ (tradução nossa)⁸⁸⁰.

Dessa maneira, a identificação das relações desiguais de gênero é fundamental para compreendermos as peculiaridades da violência sofrida na pele das mulheres. É importante ressaltarmos o caráter estrutural dessa violência, ou seja, as mulheres não foram vítimas apenas nos centros clandestinos de detenção, mas em toda a sociedade, nas organizações armadas, nas relações familiares, nos locais de trabalho, nos espaços educacionais, enfim, em todos os espaços sociais que legitimavam papéis e comportamentos específicos de acordo com o gênero.

Diante disso, as perguntas norteadoras deste tópico são: estereótipos de gênero presentes no imaginário social tornam as experiências de violência diferentes para homens e mulheres? A violência é sexualizada da mesma forma para homens e mulheres? Para responder

às perguntas mencionadas, recorreremos a depoimentos de mulheres militantes, que podem expressar especificidades acerca do contexto que cada uma delas vivenciou. A análise sob a perspectiva de gênero nos permitirá constatar formas de violência invisibilizadas que recaem

⁸⁷⁸ VELASCO, Lucia Rayas. *Armadas: un análisis de género desde el cuerpo de las mujeres combatientes*. Dissertação (Mestrado em Estudos de Gênero) – Programa Interdisciplinario de Estudios de la Mujer, Centro de Estudios Sociológicos, El Colegio de México, México, 2005. Disponível em: <https://repositorio.colmex.mx/concern/theses/4b29b626c?locale=es>. Acesso em 15 de jul. 2021.

⁸⁷⁹ VELASCO, 2005, p. 83.

⁸⁸⁰ “(...) tuvieron que hacer frente a las percepciones que tenían de sí mismas para poner en práctica rupturas respecto del orden simbólico imperante. (...) Esto no resultaba sencillo, ya que, además de combatir contra el estereotipo imaginario de mujer, debían enfrentar las críticas tanto dentro como fuera del movimiento en que participaban. Muchas familias recriminaron a estas mujeres su incorporación al frente armado (...). (...) Al unirse al frente guerrillero, las mujeres aceptaron acatar la disciplina militar incluyendo entrenamiento, marchas forzadas y el combate propiamente. Lo hicieron con ahínco al deber demostrar su capacidad frecuentemente de maneras más duras que los hombres, con sus cuerpos menstruantes, protuberantes, sexualizados y maternizados a un tiempo”.

sobre os corpos das mulheres. Nas palavras de María Sonderéguer, esse tipo de análise demonstra o impacto diferenciado da violência repressiva sobre homens e mulheres. Para a referida autora, a violência de gênero deve ser especificada como algo que deve adquirir identidade e, para isso, deve ser revelada claramente a maneira como é produzida e invisibilizada⁸⁸¹.

Em conformidade com Sonderéguer, Analía Aucía afirma:

A análise desde a perspectiva de gênero permite desmontar a ideia de que os conflitos armados ou contextos repressivos estabelecidos pelo terrorismo de Estado, são realidades neutras. Villelas Ariño adverte que esses contextos constituem "realidades profundamente marcadas pelas estruturas de gênero presentes em qualquersociedade", por isso a vivência da violência é diferente para as mulheres e homens, estejam eles localizados no lugar de vítimas ou como autores da violência ⁸⁸² (tradução nossa)⁸⁸³.

Assim, o envolvimento das mulheres em organizações armadas representava uma enorme “ousadia”, que devia ser duplamente punida, não apenas como um sujeito subversivo qualquer, mas principalmente por ultrapassar os limites estabelecidos para uma mulher naquela sociedade. Por isso, as identidades e representações sociais construídas para as mulheres trazem em seu bojo justificativas importantes para a utilização da violência em casos de desvios. Tudo isso é sentido pelos corpos dessas mulheres em suas mais diversas vivências. Ana Amado nos lembra:

(...) Distintas formas de violência (política, socioeconômica, sexual) estão inscritas nas práticas, nos discursos e textos da cultura e sua extensão abarca todos os terrenos imagináveis: a violência na família, nas relações pessoais e sexuais, nos laços públicos, nas instâncias políticas, nas cenas laborais; a violência do Estado, a dos grupos sobre outros, a de países sobre outros, a de seu exercício na língua e nas representações artísticas. (...) a violência através de múltiplos reveladores tem sido perpetrada de forma desumana e irracional sobre as mulheres é um fato incontestável que se mantém invariável, apesar das mudanças culturais e ideológicas. Por esta razão a produção crítica e teórica de gênero tem se ocupado em um regime específico de visibilidade, desde uma ampla tradição de reflexão tanto sobre as agressões e coações físicas de toda índole exercida sobre as mulheres em território doméstico ou público, como sobre os efeitos mais vastos y permanentes de sua formulação simbólica, que

⁸⁸¹ SONDERÉGUER, María. Presentación. In: CORREA, Violeta; SONDERÉGUER, María. *Violencia de género en el terrorismo de estado: políticas de memoria, justicia y reparación*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2010, p. 3-7.

⁸⁸² AUCÍA, Analía. Género, violencia sexual y contextos repressivos. In: VASALLO, Marta. *Grietas en el silencio*. Una investigación sobre la violencia sexual en el marco del terrorismo de Estado. Rosario: Cladem, 2011. p. 26- 69. p. 31.

⁸⁸³ “El análisis desde la perspectiva de género permite desmontar la idea de que los conflictos armados o contextos represivos implantados por el terrorismo de Estado, sean realidades neutras. Advierte Villelas Ariño que estos contextos constituyen “realidades profundamente marcadas por las estructuras de género presentes en cualquier sociedad”, razón por la cual la experiencia de la violencia es diferente para mujeres y hombres, ya sea que se ubiquen en el lugar de víctimas o de quien perpetra la violencia”.

funde historicamente suas raízes nas desigualdades e na discriminação⁸⁸⁴ (tradução nossa)⁸⁸⁵.

Em razão de toda esta estrutura de violência de gênero, que se origina na esteira do poder patriarcal, torna-se necessário desconstruirmos identidades essencialistas e trazer à tona toda e qualquer forma de violência, com o objetivo de proteger a vítima em sua individualidade e direito, e não a ordem social e os costumes⁸⁸⁶.

Analia Aucía afirma que, na Argentina, as práticas repressivas de violência contra as mulheres adquiriram algo a mais de hostilidade, com claro vestígio de discriminação de gênero. Segundo a concepção dos repressores, mulheres eram duplamente transgressoras. Por um lado, questionavam valores sociais e políticos tradicionalmente estabelecidos e, por outro, rompiam normas que regiam a condição feminina: as mulheres em suas condições de mães e esposas deviam viver nos âmbitos privados, domésticos, ficando reservado o espaço público/político aos homens⁸⁸⁷.

Essa divisão de atribuições por meio de relações binárias de gênero funciona como um mecanismo disciplinador dos corpos das mulheres, promovendo uma cumplicidade social e um imaginário coletivo no qual o corpo feminino passa a ser propriedade masculina. É nesse contexto que a violência sexual contra as mulheres se torna um problema moral, afetivo e de âmbito privado⁸⁸⁸. Na análise das autoras da obra *Sin tregua: Políticas de reparación para mujeres víctimas de violencia sexual durante dictaduras y conflictos armados*:

A violência sexual contra ou dirigida às mulheres é o principal mecanismo coercitivo para sustentar o sistema de dominação baseado no gênero. Ao disciplinamento dos corpos das mulheres em sua diferença sexual se soma o impacto simbólico que tem dita violência nas mulheres em seu conjunto, localizando-as de maneira permanente como sujeitos eventuais de dita violência⁸⁸⁹ (tradução nossa)⁸⁹⁰.

⁸⁸⁴ AMADO, Ana. Dossier: Escenarios de violencia. In: *Mora* - Revista del Instituto Interdisciplinario de Estudios de Género, Buenos Aires, v. 12, p. 4-174, 2006, p. 4. Disponível em: <http://repositorio.filo.uba.ar/handle/filodigital/10997>. Acesso em 15 de jul. 2022.

⁸⁸⁵ “*Distintas formas de violencia (política, socio-económica, sexual) están inscriptas en las prácticas, los discursos y textos de la cultura y su extensión abarca todos los terrenos imaginables: la violencia en la familia, en las relaciones personales y sexuales, en los lazos públicos, en las instancias políticas, en las escenas laborales; la violencia del Estado, la de unos grupos sobre otros, la de unos países sobre otros, la de su ejercicio en la lengua y en las representaciones artísticas*”.

⁸⁸⁶ SEGATO, Rita. *Las estructuras elementales de la violencia*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2003.

⁸⁸⁷ AUCÍA, 2011.

⁸⁸⁸ Idem, *ibidem*.

⁸⁸⁹ FRIES, Lorena; BARBUTO, Valeria; MOREYRA, Maria Julia; BARRAZA Cecilia Morelle; GUZMÁN, Diana Esther Rodríguez; HURTADO, Victoria; ZAVALA, Ximena; SOLÍS, María. *Sin tregua: políticas de reparación para mujeres víctimas de violencia sexual durante dictaduras y conflictos armados*. Santiago: Corporación Humanas, 2008, p. 201. Disponível em: <https://repositorio.unal.edu.co/handle/unal/52752>. Acesso em 1º de mar. 2022.

⁸⁹⁰ “*La violencia sexual contra o hacia las mujeres es el principal mecanismo coercitivo para sostener el sistema de dominación basado en el género. Al disciplinamiento de los cuerpos de las mujeres en su diferencia sexual se suma el impacto simbólico que tiene dicha violencia en las mujeres en su conjunto, ubicándolas de manera permanente como sujetos eventuales de dicha violencia*”.

Dessa maneira, diferentemente dos homens, muitas mulheres sofreram agressões sexuais como forma de disciplinar suas identidades de gênero⁸⁹¹. Um exemplo disso é a atribuição de “puta” dada às mulheres que se apresentavam como militantes. Na visão de Barbuto e Moreyra, “(...) a condição de ‘putas’ é atribuída exclusivamente às mulheres, nunca aos homens, cuja ‘traição’ tem sempre um signo de conversão ideológica ou moral, mas não de entrega ou submissão sexual”⁸⁹² (tradução nossa)⁸⁹³.

Segundo Aucía: “Durante a repressão ilegal implementada na América Latina as mulheres foram afetadas diferencialmente, entre outras coisas devido ao uso da violência sexual que lhes foi imposta nos centros clandestinos de detenção, campos, prisões, serviços policiais e militares etc”⁸⁹⁴ (tradução nossa)⁸⁹⁵. Além disso, a autora enfatiza que a “violência sexual teve um carácter rotineiro e estendido para as mulheres (...). (...) só as mulheres foram objeto de escravidão sexual, uniões forçadas com repressores, gravidez obrigatória, abortos forçados”⁸⁹⁶ (tradução nossa)⁸⁹⁷. Aucía salienta, ainda, que a violência é naturalizada,

(...) como se fossem precisamente “impulsos masculinos irreprimíveis”, em consequência, se nega a seus autores a responsabilidade por seus atos. Banaliza-se esta forma extrema de violência, colocando-a no espaço dos crimes “privados”, condena-se ao silêncio invocando razões de ‘pudor’, quando não passam de crimes contra a humanidade, cujos autores são remunerados com impunidade⁸⁹⁸ (tradução nossa)⁸⁹⁹.

Assim, muitas vítimas de violência sexual ainda se sentem culpadas por aquilo que sofreram. No imaginário social há sempre uma justificativa para o autor e a produção de uma versão que culpa a vítima com respaldo nos estigmas sociais. Dessa maneira, não há escuta à vítima e nem punição ao autor; o ato é invisibilizado e a violência reforça o sistema de dominação masculina. A agressão sexual fica em um espaço vazio, pois não há classificação

⁸⁹¹ AUCÍA, 2011.

⁸⁹² FRIES et al., 2008, p. 58.

⁸⁹³ “(...) la condición de ‘putas’ es atribuida exclusivamente a las mujeres, nunca a los hombres cuya ‘traición’ tiene siempre un signo de conversión ideológica o moral, pero no de entrega o sometimiento sexual”.

⁸⁹⁴ AUCÍA, 2011, p. 31.

⁸⁹⁵ “Durante la represión ilegal implementada en América Latina las mujeres resultan afectadas diferencialmente, entre otras cosas debido al uso de la violencia sexual que les fue impuesta en los CCD, campos, cárceles, servicios policiales y militares, etc”.

⁸⁹⁶ AUCÍA, op. cit., p. 63

⁸⁹⁷ “La violencia sexual hacia las mujeres tuvo un carácter rutinario y extendido (...). (...) sólo las mujeres han sido objeto de esclavitud sexual, uniones obligadas con represores, embarazos impuestos, anticoncepción provocada, abortos forzados”.

⁸⁹⁸ AUCÍA, op. cit., p. 38.

⁸⁹⁹ “(...) la violencia sexual como si se tratara precisamente de ‘impulsos masculinos irreprimibles’, en consecuencia, se niega a sus autores la responsabilidad por sus actos. Hay una trivialización de esa forma extrema de violencia, ubicándola en el espacio de los delitos ‘privados’, se la condena al silenciamiento invocando razones de ‘pudor’, cuando no son más que crímenes de lesa humanidad, cuyos autores son retribuidos con la impunidad”.

especifica como crime. O ato, então, é transferido para o âmbito privado, onde é ressignificado como um problema individual de competência íntima.

De acordo com Pilar Calveiro, os militares da última ditadura argentina construíram o seguinte protótipo imaginário para as mulheres militantes:

As mulheres ostentavam uma enorme liberalidade sexual, eram más donas de casa, más mães, más esposas e particularmente cruéis. No relacionamento de casal eram dominantes e tendiam a se envolver com homens mais jovens para manipulá-los. O protótipo construído correspondia perfeitamente com a descrição que fez um suboficial chileno, ex-aluno da Escola das Américas, como muitos militares argentinos: “... quando uma mulher era guerrilheira, era muito perigosa: nisso insistiam muito (os instrutores da Escola), que as mulheres eram extremamente perigosas. Sempre eram apaixonadas e prostitutas, e buscavam homens”⁹⁰⁰ (tradução nossa)⁹⁰¹.

É importante ressaltar que todas essas construções legitimavam a utilização da agressividade contra as mulheres. A produção desse sujeito feminino dotado de características negativas e que levava perigo à sociedade era parte da estratégia que dava viabilidade ao processo de violência desmedida contra as mulheres.

Podemos perceber também uma série de diferenças nas relações de gênero através de cada uma das suas identidades. Nos planos da sexualidade, o feminino corresponde às características de “honestidade” e “decência”; por outro lado, a honra marca claramente a identidade masculina nesse campo⁹⁰². Pode-se considerar, então, que a violência é sexualizada e se apresenta de forma diferenciada sobre os corpos femininos e masculinos.

Conforme a análise de Mirian Lewin e Olga Wornat, desde o fim dos anos 1970 mulheres descreveram ataques sexuais sofridos em prisões diversas na Argentina. Estima-se que a quantidade de mulheres que sofreram agressões sexuais foi muito superior aos homens, mesmo considerando o sub-registro em relação aos prisioneiros, resultado de constrangimentos por questões de virilidade masculina⁹⁰³.

Para Lewin, as mulheres eram vítimas das agressões sexuais duas vezes: como sujeitas subversivas da ordem política; e também pelo que seus corpos representavam socialmente⁹⁰⁴.

⁹⁰⁰ CALVEIRO, Pilar. *Poder y desaparición: los campos de concentración en Argentina*. Buenos Aires: Colihue, 2004, p. 58.

⁹⁰¹ “*Las mujeres ostentaban una enorme liberalidad sexual, eran malas amas de casa, malas madres, malas esposas y particularmente crueles. En la relación de pareja eran dominantes y tendían a involucrarse con hombres menores que ellas para manipularlos. El prototipo construido correspondía perfectamente con la descripción que hizo un suboficial chileno, ex alumno de la Escuela de las Américas, como muchos militares argentinos: ‘...cuando una mujer era guerrillera, era muy peligrosa: en eso insistían mucho (los instructores de la Escuela), que las mujeres eran extremadamente peligrosas. Siempre eran apasionadas y prostitutas, y buscaban hombres’*”.

⁹⁰² AUCÍA, 2011.

⁹⁰³ LEWIN, Mirian; WORNAT, Olga. *Putas y guerrilleras*. Buenos Aires: Planeta, 2014.

⁹⁰⁴ LEWIN; WORNAT, 2014, p.10.

Na mesma perspectiva, Bacci, Robles, Oberti e Skura, afirmam:

(...) A marca do impuro ou pecaminoso novamente recai sobre as mulheres que foram submetidas no cativeiro. A submissão implica assim um duplo castigo que afeta a identidade social das mulheres em particular (...). (...) Este tipo de violência tomou diferentes formas, como as agressões verbais (insultos, piadas, provocações e denominações impróprias, expressões obscenas, comentários e tons obscenos) que transformam o corpo em objeto; as ameaças de abuso sexual ou estupro, bem como aquelas referentes ao destino de gestantes e filhos; nudez forçada, revistas vexatórias e tratamento humilhante de detidos e familiares ou visitantes, manipulação e outras formas de abuso do corpo; gravidez indesejada, indução do parto, abortos causados por tortura, separação e apropriação de crianças; e submissão a formas de escravidão sexual, estupro e aplicação de tortura nos órgãos sexuais⁹⁰⁵ (tradução nossa)⁹⁰⁶.

No entanto, todo esse processo de violência não era reconhecido como tal, pois mulheres que se atreviam a ocupar espaços políticos não podiam ser consideradas vítimas. Os agressores estavam apenas cumprindo com seus papéis de ordenação social e, mais uma vez, a violência de gênero era invisibilizada através da justificativa moral. Para Wornat, uma mulher era considerada “puta” por não ser obediente, por se rebelar, por lutar contra as injustiças e por ter militância ativa⁹⁰⁷. Nesse sentido, podemos compreender o impacto da violência de gênero e também as razões pelas quais muitas experiências femininas não receberam atenção ao longo da história⁹⁰⁸.

O caso de Graciela Moreno⁹⁰⁹ no centro de detenção *El Vesúbio* mostra como a agressão era intensa sobre os corpos das mulheres:

De acordo com a informação que dispõe *Abuelas de Plaza de Mayo*, Graciela teve duas gestações em cativeiro. (...) Dois sobreviventes relatam que Graciela foi estuprada pelo repressor Ramón Erlan, conhecido como “Pancho” ou “Don Pancho”, guarda de El Vesúvio e suboficial do Serviço Penitenciário de Buenos Aires, e que

⁹⁰⁵ BACCI, Claudia; ROBLES, María Capurro; OBERTI, Alejandra; SKURA, Susana. Entre lo público y lo privado: los testimonios sobre la violencia contra las mujeres en el terrorismo de Estado. *Clepsidra* - Revista Interdisciplinaria de Estudios sobre Memoria, Buenos Aires, n. 1, p. 122-139, 2014, p. 126. Disponível em: <https://ojs.ides.org.ar/index.php/Clepsidra/article/view/479>. Acesso em 4 de mar. 2021.

⁹⁰⁶ “(...) *La marca de lo impuro o pecaminoso nuevamente cae sobre mujeres que fueron sometidas en el marco del cautiverio. El sometimiento implica así un doble castigo que afecta a la identidad social de las mujeres en particular(...). (...) Este tipo de violencia tomó diferentes formas, como las agresiones verbales (insultos, bromas, burlas y denominaciones improprias, expresiones obscenas, comentarios y tonos lascivos) que convierten al cuerpo en objeto; las amenazas de abuso sexual o violación, así como las referidas al destino de los embarazos e hijos; la desnudez forzada, las requisas vejatorias y los tratos humillantes a detenidas y familiares o visitantes, los manoseos y otras formas de abuso sobre el cuerpo; los embarazos no deseados, la inducción del parto, los abortos provocados por la tortura, la separación y apropiación de los hijos; y el sometimiento a formas de esclavitud sexual, violación y aplicación de tormentos en órganos sexuales*”.

⁹⁰⁷ WORNAT, Olga. Vivir con culpa. In: LEWIN, Mirian; WORNAT, Olga. *Putas y guerrilleras*. Buenos Aires: Planeta, 2014.

⁹⁰⁸ AUCÍA, 2011.

⁹⁰⁹ Graciela Moreno foi sequestrada em 1977 juntamente com seu companheiro, o ex-seminarista Juan Marcelo Soler Guinard, em sua casa, na província de Buenos Aires. De acordo com depoimentos de sobreviventes do *El Vesúbio*, Graciela estava grávida de quatro meses quando foi sequestrada. Informações acessadas na página online *Maternidades Clandestinas* (MATERNIDADES CLANDESTINAS. La Plata, 2015. Disponível em: <https://maternidadesclandestinas.wordpress.com/el-sheraton/embarazadas/>. Acesso em 10 de jul. 2023).

como resultado do estupro ficou grávida. (...) Durán Sáenz, disse a Elena que Graciela era uma mulher demoníaca, porque ela havia induzido um padre a deixar os hábitos, e também, havia seduzido um guarda (Pancho) no campo. Em outras palavras, para o chefe do El Vesuvio, o estupro de Graciela, como certamente todos os outros, foi causado por culpa das vítimas. (...) Insultavam Graciela dizendo-lhe que o bebê que ela esperava era o “filho do diabo” porque era produto de sua relação com um padre. Dois guardas do Serviço Prisional obrigaram o padre a comer suas próprias fezes para castigá-lo quando, por não o levá-lo ao banheiro, tinha que fazer suas necessidades no cubículo⁹¹⁰ (tradução nossa)⁹¹¹.

A análise do depoimento acima nos permite considerar a especificidade da violência cometida contra as mulheres. Além de todo o processo de agressão psicológica, é possível notar como narrativas perversas, com forte viés moral, contribuíram para punir a vítima e, ao mesmo tempo, justificar a crueldade colocada em prática nos centros de detenção.

Aos corpos das mulheres também pesaram violências em relação aos filhos. Como salientam Bacci, Robles, Oberti e Skura, em muitos testemunhos, mulheres manifestaram a angústia em relação à manipulação que os repressores faziam com seus filhos. O caso de Violeta⁹¹², narrado por Hugo Luciani⁹¹³, é uma expressão dessa forma de brutalidade. Segundo Luciani, “um guarda fez a pobre Violeta chupar seu pênis na presença do seu filho. (...) o filho de Violeta se chamava Pablo, e não tinha mais que treze anos”⁹¹⁴ (tradução nossa)⁹¹⁵.

Uma outra situação de violência foi relatada por Nora Miselem, uma trabalhadora de Honduras. Segue depoimento:

⁹¹⁰ LEWIN; WORNAT, 2014, p. 61-62.

⁹¹¹ “Según la información que dispone Abuelas de Plaza de Mayo, Graciela tuvo dos embarazos en cautiverio. (...) Dos sobrevivientes relatan que Graciela fue violada por el represor Ramón Erlan alias ‘Pancho’ o ‘Don Pancho’, guardia de El Vesubio y suboficial del Servicio Penitenciario Bonaerense, y que a raíz de esa violación quedó nuevamente encinta. (...) Durán Sáenz le dijo a Elena que Graciela era una mujer demoníaca, porque había inducido a un sacerdote a dejar los hábitos, y además, había seducido a un guardia (Pancho) en el campo. Es decir, para el jefe de El Vesubio, la violación de Graciela, como seguramente todas las demás, se habían producido por culpa de las víctimas. (...) Graciela la insultaban especialmente diciéndole que el bebé que llevaba en su vientre era ‘hijo del diablo’ por ser producto, según creían, de su relación con un sacerdote. A él, dos guardias del Servicio Penitenciario lo obligaban a comer sus propios excrementos para castigarlo cuando, por no llevarlo al baño, tenía que hacer sus necesidades en su cubículo”.

⁹¹² Irma Beatriz Marques Sayago, conhecida como Violeta, foi militante do PRT/ERP. Foi sequestrada em maio de 1977 em sua residência, juntamente com seu filho, Pablo Antônio Míguez Márquez, e seu companheiro, Jorge Antonio Cappello Davi. Violeta trabalhava em uma oficina de corte e costura com familiares. Esteve presa no centro de detenção denominado *El Vesubio*. Informação acessada no site *Pagina/12* (PAGINA/12. Recordatorios. Los recordatorios de hoy jueves 14 de mayo - Beatriz Carolina Carbonell de Pérez Weiss y Horacio Pérez Weiss, Irma Beatriz Márquez Sayago, Mónica María Candelaria Mignone, María Seoane Toimil. *Pagina/12*, Buenos Aires, 14 de mai. 2020. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/265723-beatriz-carolina-carbonell-de-perez-weiss-y-horacio-perez-we>. Acesso em 10 de jul. 2023).

⁹¹³ Hugo Pascual Luciani foi sequestrado no dia 15 de junho de 1977 em sua residência. Ficou preso no centro de detenção *El Vesubio* até agosto de 1977. Era casado com Alicia Ramona Endolz de Luciani (EQUIPO NISKOR. Causa nº13/84. Caso nº 386: Luciani, Hugo Pascual. *Derechos Human Rights*, 30 set. 2006. Disponível em: <http://www.derechos.org/nizkor/arg/causa13/casos/caso386.html>. Acesso em 10 de jul. 2023).

⁹¹⁴ LEWIN; WORNAT, 2014, p. 62.

⁹¹⁵ “(...) un guardiã se hacia chupar el pene por la pobre Violeta y que el hijo tenía que estar mirando eso. (...) El hijo de Violeta se llamaba Pablo, y no tenía más que trece años”.

Disseram que iam me esterilizar, porque eu não merecia ter filhos (...) eu tive um filho, meu primeiro, mas ele morreu com dois anos... então a tortura psicológica foi bem direcionada... Eles disseram: Você sabe por que seu filho morreu, não é? Porque você se meteu nisso tudo (...) como pode uma mulher se meter neste tipo de coisa? - Perguntaram - junto aos homens. [Eles nos diziam que] a guerra é um assunto de homens, e que lutar na guerra é algo em que apenas homens podem se envolver⁹¹⁶ (tradução nossa)⁹¹⁷.

Além do relato acima, Analía Aucía cita também depoimento recolhido em sua investigação de mulheres argentinas⁹¹⁸:

Eles zoavam um ao outro, riam pra caramba, eu tinha um problema, como estava dando de mamar, meus seios enchiam de leite, tinha que ir ao banheiro tirar e eles ficavam ali comigo e cantavam pra mim “tem mãe que abandona seus filhos inocentes”. Eu tirava o leite e o cara cantava isso⁹¹⁹ (tradução nossa)⁹²⁰.

Diante dos testemunhos citados, podemos visualizar a extensão da violência psicológica que vitimava as mulheres. Eram extremamente agredidas por renunciarem a atribuições sociais impostas a seus corpos. O processo de submissão sexual distinguia nitidamente o significado da violência para homens e mulheres.

No depoimento a seguir, Tina Meschiatti, expressa o peso violência de gênero no processo de tortura:

Cinco homens me torturaram. Eu... nunca mais fui a mesma... Não há palavras para explicar o que é um campo de concentração. A tortura é um jogo onde se estabelece claramente quem ganha e quem perde. Ganhei: não dei a eles as informações que queriam, não revelei meu endereço residencial. Mas eles me venceram em alguma coisa. Essa é uma questão que estou tentando superar agora, é a minha condição feminina. Quando me sequestraram meu filho tinha dez meses. Fazia pouco tempo que tinha parado de amamentar. Meus seios eram pesados e meio caídos. Mais do que a tortura em si, que é física, o problema é quando alguém é violentado. Eles me deixaram nua em um quarto, com o rosto coberto. Havia cerca de dez ou doze pessoas, que sussurravam. Foi muito humilhante não poder ver seus rostos. Não poder evitar seu olhar. Enquanto me torturavam diziam: "Você não raspou os pelos..." É verdade, eu não estava depilada, e isso me doeu mais, ser tocada na minha dignidade feminina, do que a tortura em si, que foi muito dura. Ainda tenho as marcas, queimaduras de terceiro grau. Mas foi muito mais doloroso ser humilhada como mulher. Para mim, o

⁹¹⁶ AUCÍA, 2011, p. 33.

⁹¹⁷ “Dijeron que me iban a esterilizar, porque yo no merecía tener hijos (...) Yo había tenido un niño, mi primero, pero él había muerto a la edad de dos años... de modo que la tortura psicológica estaba bien dirigida... dijeron: Sabés por qué murió tu hijo, ¿no? Porque te involucraste en todo esto (...) ¿Cómo podía una mujer involucrarse en esta clase de cosas -preguntaban- junto a los hombres? [Nos decían que] la guerra es un asunto de hombres, o que luchar contra la guerra es algo en lo cual sólo los hombres pueden involucrarse”.

⁹¹⁸ A autora não apresenta o nome das depoentes para preservação das suas respectivas imagens. As pessoas entrevistadas são identificadas com a letra “M” para mulheres, “H” para homens e uma numeração de 1 a 14 para mulheres e 1 a 4 para homens.

⁹¹⁹ AUCÍA, 2011, p. 33.

⁹²⁰ “Se burlaban, se cagaban de risa, yo tenía otro problema que es que estaba dando de mamar, entonces los pechos se me llenaban de leche, tenía que ir al baño a sacármela y se quedaban ahí conmigo y me cantaban ‘hay madres que abandonan sus hijos inocentes’. Yo me sacaba la leche y el tipo me cantaba eso”.

campo foi uma explosão na cabeça. Ainda estou juntando os pedaços.⁹²¹ (tradução nossa).⁹²²

Além das agressões físicas, as mulheres eram levadas a pensar que aquele sofrimento era causado por seus próprios erros, por terem abandonado suas “atribuições naturais” de mulheres. Era como se elas mesmas buscassem sua morte, a tortura, e abandonassem seus filhos e responsabilidades de mães⁹²³.

O depoimento abaixo, de Gloria Di Rienzo⁹²⁴, demonstra o peso do conservadorismo sexual sobre os corpos femininos:

Fui submetida a todo tipo de tortura: com eletricidade, me afogaram na água, em um determinado momento jogaram água quente nas minhas pernas. E ali fui estuprada por todos. Como não queria abrir as pernas, fiquei com as marcas das unhas que me cravaram para me obrigar a abri-las. (...) Me arrastaram pelos cabelos para outro quarto (...) e alguém que eles chamavam de Tio enfiou a mão inteira na minha vaginae me levantou no ar⁹²⁵ (tradução nossa)⁹²⁶.

Segundo Lewin e Wornat, em razão do acontecido, tiveram que levar Glória com urgência ao médico, com uma infecção generalizada. O indivíduo que fez o atendimento disse que havia sido violada, mas foi contestado da seguinte forma: “Não, não te violaram, porque você já não era virgem”⁹²⁷ (tradução nossa)⁹²⁸. Mais uma vez, a questão moral – da pureza feminina – é levantada para justificar o crime sexual cometido. O impuro e o pecaminoso

⁹²¹ DIANA, 1997, p. 49.

⁹²² “A mí me torturaron cinco hombres. Yo... nunca más volví a ser la misma... No hay palabras para poder explicar lo que es un campo de concentración. La tortura es un juego donde se establece claramente quién ganay quién pierde. Yo gané: no les di la información que querían, no revelé la dirección de mi casa. Pero ellos me ganaron en algo. Ese es un tema que estoy tratando ahora de vencer, es mi condición femenina... Hacia poco que había dejado de amamantar. Tenía los pechos pesados y medio caídos. Más que la tortura en sí, que es física, el problema es cuando a una la violentan. Me dejaron desnuda en una pieza, con la cara tapada. En el medio habíaunas diez o doce personas, que cuchicheaban. Fue muy denigrante no poder verles la cara. No poder evitar su mirada. Mientras me torturaban decían: “No te afeitaste los pelos... Es cierto, no estaba depilada, y me dolió máseso, que me tocaran en mi dignidad femenina, que la tortura en sí, que fue durísima. Todavía conservo las marcas, quemaduras de tercer grado. Pero fue mucho más doloroso que me denigraran como mujer. Para mí, el campo fue una explosión en la cabeza. Todavía estoy juntando los pedazos”.

⁹²³ D’ANTONIO, Débora. “Rejas, gritos, cadenas, ruidos, ollas”. La agencia política em las cárceles del Estado terrorista en Argentina, 1974-1983. In: ANDÚJAR, Andreia. *De minifaldas, militancias y revoluciones: exploraciones sobre los 70 en la Argentina*. Buenos Aires: Luxemburg, 2009.

⁹²⁴ Gloria Di Rienzo foi militante do PRT/ERP. Sequestrada em sua residência em 1975, ficou presa em uma dependência de inteligência da província de Córdoba. Tinha vinte anos no momento do sequestro (OLIVA, Alexis. *Delitos sexuales: como troféus de guerra. Comisión Provincial de la Memoria de Córdoba*, Córdoba, s/d. Disponível em: <https://apm.gov.ar/em/delitos-sexuales-como-trofeos-de-guerra>. Acesso em 10 de jul. 2023).

⁹²⁵ LEWIN; WORNAT, 2014, p. 182.

⁹²⁶ “Fui sometida a todo tipo de torturas: con electricidad, me ahogaron en agua, en un momento incluso me tiraron agua caliente en las piernas. Y allí fui violada por todos. Como yo no quería abrir las piernas, me quedaron las marcas de las uñas que me clavaron para que las abriera. (...) Me arrastraron del pelo a otra habitación (...) y uno al que le decían el Tío, introdujo su mano completa en mi vagina y me levantó en el aire”.

⁹²⁷ LEWIN; WORNAT, op. cit., p. 183.

⁹²⁸ “No, no te violaron, porque vos ya no eras virgen”.

implicam em mais um castigo para os corpos das mulheres. Assim, o silenciamento e a negação da violência são apresentados por razões de pudor⁹²⁹.

Ainda para Lewin e Wornat, a mulher militante viveu um dilema: ou era puta ou traidora. Carregava uma dupla carga que não era suportada da mesma forma pelos homens⁹³⁰. As mulheres sobreviventes de centros de detenção, por muito tempo, não foram consideradas vítimas pelos abusos sexuais que haviam sofrido, mas “putas” que sobreviveram por ter entregado seus corpos aos repressores. Foram discriminadas inclusive por seus companheiros de cativeiro e militância. Um exemplo desse tipo de situação pode ser ilustrado no seguinte depoimento de Miguel Ángel Lauletta⁹³¹, que fala da sua companheira, Laura Di Doménico⁹³²: “Seguramente a companheira não se deitou com Whamond. De outra maneira, hoje estaria aqui. E não está”⁹³³ (tradução nossa)⁹³⁴.

A partir desse depoimento, podemos notar como, no imaginário social, a sexualidade tem significado diferente para homens e mulheres. Até mesmo em situações de violência sexual se exige um comportamento “decente e respeitoso” por parte das mulheres. Mesmo sem condições para resistir ao ataque são consideradas impuras e culpadas por não se resguardarem. Nesse contexto, vale até mesmo a entrega da própria vida pela “honra e pureza” sexual.

Por outro lado, o homem que pratica a violência é o macho que não controla seus impulsos, por essa razão não é culpado. As mulheres, sim, são responsáveis pela sedução e também por se desviarem de suas funções e papéis sociais. É nessa lógica que a condição de “puta” é atribuída exclusivamente ao feminino, não existindo nenhum tipo de designação sexual degradante direcionada a “comportamentos indecentes” masculinos. Como evidenciam Lewin e Wornat, a fala de Lauletta demonstra admiração pela atitude da companheira Laura, que morreu resistindo a ter relações sexuais. As autoras nos lembram que, em outras situações, a vida é prioridade, como em um roubo, cuja orientação é que não haja nenhum tipo de resistência para resguardar precisamente a vida⁹³⁵.

⁹²⁹ LEWIN; WORNAT, 2014.

⁹³⁰ Idem, ibidem.

⁹³¹ Miguel Ángel Lauletta, também conhecido como Caín, foi um dos sobreviventes do centro clandestino de detenção *Escuela da Mecánica Armada* (ESMA). Foi sequestrado em 1976. Na ESMA, tinha a função de falsificar documentação a mando dos militares da marinha (LEWIN; WORNAT, 2014).

⁹³² Laura Susana Di Doménico Rodríguez, conhecida como Gallega Pilar, nasceu em 5 de agosto de 1949 na Capital Federal. Cursava Letras na Universidade Del Salvador. Era militante do Montoneros e foi sequestrada em 1976. Informação retirada da rede social *Facebook* (SITIO DE MEMORIA ex CCDTyE Club Atlético. *Laura Susana DI DOMÉNICO RODRÍGUES...* Buenos Aires, 24 de set. 2019. Facebook: @memoriaexatletico. Disponível em: <https://www.facebook.com/memoriaexatletico/posts/2937430179605424/>. Acesso em 11 de jul. 2023).

⁹³³ LEWIN; WORNAT, 2014, p. 109.

⁹³⁴ “Seguramente la compañera no se acostó con Whamond. De otra manera, hoy estaría aquí. Y no está”.

⁹³⁵ LEWIN; WORNAT, op. cit.

Na mesma perspectiva, Lewin e Wornat citam o depoimento de um ex-religioso⁹³⁶ que fez a seguinte afirmação: “Que os companheiros não tenham resistido à tortura, se pode compreender. Mas as companheiras... são todas putas”⁹³⁷ (tradução nossa)⁹³⁸. Na concepção do depoente, a agressão sexual vivenciada pelas mulheres não era classificada como tortura, haja vista suas condições de “putas”. Eram culpadas por serem agredidas sexualmente e se tornarem impuras. Tinham sempre uma “carta na manga”, a oferta do sexo, logo, não eram vítimas. No entanto, em relação aos homens, sua avaliação é completamente diferente: reconhece a tortura como uma dura violência, por isso não os condena, entende que a dor e o sofrimento dificilmente podem ser suportados.

Um outro caso se refere ao jornalista e ex-militante do Montoneros, Juan Salinas. Segue o depoimento: “Sempre disse que as mulheres tinham a possibilidade de entregar seus corpos em troca de não entregar seus companheiros e companheiras. Entendo quem se deita com seu carrasco para salvar sua vida ou não ter que entregar a dos outros”⁹³⁹ (tradução nossa)⁹⁴⁰. Essa afirmação demonstra, mais uma vez, a falta de compreensão da violência sexual como tal. Há uma falta de sensibilidade para entender o significado de uma agressão ao corpo de uma mulher, simplificando todo o processo de dor, sofrimento e traumas diversos vividos. O depoente julga a apropriação do corpo como uma entrega, uma possibilidade, como se as mulheres tivessem o controle da situação e pudessem negociar com os repressores.

Além disso, o amplo processo de discriminação vivenciado por essas mulheres também deve ser levado em consideração. Segundo Lewin e Wornat, mesmo após as ditaduras na América Latina, as mulheres tiveram bastante dificuldade de se reinserir socialmente⁹⁴¹. Foram discriminadas não apenas por companheiros de luta, mas pela justiça, pelas instituições sociais e pela comunidade civil de uma maneira geral. Em meados dos anos 1980, por exemplo, quando ocorria o julgamento dos repressores da ditadura na Argentina, os crimes sexuais denunciados foram considerados secundários⁹⁴².

Somente nos anos 1990 houve a incorporação da perspectiva de gênero na investigação de violações. No ano de 1998, o debate jurídico internacional tipificou essas violações como

⁹³⁶ As autoras não citaram o nome do depoente.

⁹³⁷ LEWIN; WORNAT, 2014, p. 113.

⁹³⁸ “*Que los compañeros no hayan resistido la tortura, se puede comprender. Pero las compañeras ... son todas putas*”.

⁹³⁹ LEWIN; WORNAT, op. cit., p. 113.

⁹⁴⁰ “*Siempre dije que las mujeres tenían la posibilidad de entregar su cuerpo a cambio de no entregar compañeros y compañeras. Entiendo a quienes yacieron con su verdugo para salvar su vida o no tener que entregar la de otros*”.

⁹⁴¹ LEWIN; WORNAT, op. cit.

⁹⁴² Idem, ibidem.

crime de lesa humanidade⁹⁴³. Na Argentina, as distintas formas de violência exercidas sobre as mulheres presas e detidas foram reconhecidas apenas no ano de 2005, com a reabertura dos processos judiciais por crimes do terrorismo do Estado. Antes desse momento, as denúncias por violência sexual não foram consideradas em suas especificidades, apesar de todos os delitos contra a integridade sexual⁹⁴⁴.

No entanto, mesmo depois da tipificação das violações como crime de lesa humanidade, muitas mulheres sobreviventes de centros de detenção sofreram estigmas diversos. Segundo Lewin, a hipótese geral era que as mulheres que permaneceram vivas eram deladoras ou prostitutas. Assim, carregaram um fardo intransferível, por serem mulheres eram promíscuas e, por ser militantes, traidoras⁹⁴⁵.

Para Analía Aucía, as mulheres são controladas através da sexualidade em razão da posição de negação adotada pela justiça penal. Assim, o deslocamento da culpa do acusado para a vítima retroalimenta esse sistema e mantém a dominação sexual de gênero⁹⁴⁶. É importante destacarmos, ainda, que o crime sexual é uma agressão intensa como qualquer outra, na medida em que, nas palavras de Rita Segato:

(...) causa dor física, às vezes causa lesões irreversíveis e pode causar a morte. Mas, em vez de falar sobre isso como se fosse uma agressão, falamos como uma agressão moral. Assim, a confusão entre a dimensão moral e a dimensão puramente bélica da agressão sexual, nos impede de agir e nos impede de pensar em soluções para a questão da violência de gênero⁹⁴⁷ (tradução nossa)⁹⁴⁸.

Segato também salienta que:

É preciso lembrar e reafirmar que esses não são crimes de motivação sexual, como a mídia e as autoridades sempre insistem em dizer para privatizar e, assim, banalizar esse tipo de violência diante do senso comum da opinião pública, mas crimes de guerra, de uma guerra que deve ser urgentemente redefinida, analisada sob uma nova ótica e a partir de outros modelos, e incorporada com novas categorias jurídicas no Direito e, principalmente, no Direito Internacional, ou seja, no campo dos Direitos Humanos e da Justiça Humanitária⁹⁴⁹ (tradução nossa)⁹⁵⁰.

⁹⁴³ SONDERÉGUER, 2010.

⁹⁴⁴ BACCI; ROBLES; OBERTI; SKURA, 2014.

⁹⁴⁵ LEWIN, Mirian. Mártires y prostitutas In: LEWIN, Mirian; WORNAT, Olga. *Putas y guerrilleras*. Buenos Aires: Planeta, 2014. p. 9-18.

⁹⁴⁶ AUCÍA, 2011.

⁹⁴⁷ SEGATO, Rita. La violencia sexual y el discurso del derecho. In: CORREA, Violeta; SONDERÉGUER, María. *Violencia de género en el terrorismo de estado: políticas de memoria, justicia y reparación*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2010. p. 31-39. p. 38.

⁹⁴⁸ “(...) causa dolor físico, a veces causa lesiones irreversibles, y puede causar la muerte. Pero en lugar de hablarlo como si fuese una agresión, lo hablamos como una agresión moral. Entonces, la confusión entre la dimensión moral y la dimensión puramente bélica de la agresión sexual, nos impide actuar y nos impide pensar en salidas para la cuestión de la violencia de género”.

⁹⁴⁹ SEGATO, Rita. Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres. *Revista Sociedade e Estado*, v. 29, n. 2, p. 341-371, 2014, p. 345-346. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/XSfjZV5K7f9HkTy5SLTp7jw/?format=pdf&lang=es>. Acesso em 15 de jul. 2020.

⁹⁵⁰ “Estamos frente a crímenes de guerra, de una nueva forma de la guerra. La violación y la tortura sexual de mujeres y, en algunos casos, de niños y jóvenes, son crímenes de guerra en el contexto de las nuevas formas de la

Tendo consciência de tudo isso, cabe-nos investigar e trazer à tona toda e qualquer forma de violência contra mulheres. A naturalização dessa violência nos afasta de possibilidades de justiça e reparação. O modelo tradicional agride as mulheres a partir de justificativas baseadas no modelo binário de gênero, cujas atribuições são essencialistas e universais para homens e mulheres. É preciso criar possibilidades de falar desses temas como crimes, estimulando, assim, a escuta da sociedade e reprimindo atos naturalizados de apropriação sexual dos corpos femininos.

Entretanto, de acordo com Segato, para que esse processo de violência seja desarticulado, faz-se necessário especificar rigorosamente sua origem e motivação. Segundo ela:

Se toda violência de gênero é estrutural, e tira vidas em números próximos a um genocídio sistemático e numa multiplicidade de cenários, é fundamental [...] entender que existe um tipo de violência de gênero que se gera e transita por cenários absolutamente impessoais. Em outras palavras, embora todos os feminicídios obedçam a um dispositivo de gênero e resultem do caráter violentogênico da estrutura patriarcal, o fim da impunidade depende de uma tipificação rigorosa, que transcenda o mero uso do nome “feminicídio” e que seja capaz de discriminar pelo menos dois tipos amplos ou grandes classes dentro desta classificação geral, a partir da consideração do motivo imediato que os desencadeia ou engatilha: os que podem ser referidos a motivações de ordem pessoal ou interpessoal – crimes interpessoais, domésticos e de agressores em série –, e aqueles de natureza francamente impessoal, que não podem ser referidos como desencadeadores na esfera privada, e em cuja mira se encontra a categoria de mulheres, como genus, ou mulheres de um determinado tipo racial, étnico ou social, em particular – as mulheres associadas à corporação armada antagônica, mulheres do outro bairro, mulheres do grupo tribal antagônico, mulheres em geral. Estamos frente a agressão e eliminação sistemática de um tipo humano, que não responde a um motivo ou gatilho imediato que possa ser remetido para a privacidade⁹⁵¹ (tradução nossa)⁹⁵².

Em síntese, a privatização e indistinção dos crimes contra mulheres corroboram com tendências conservadoras, que aprisionam a mulher no âmbito doméstico e invisibilizam a

conflictividad propios de un continente de para-estatalidad en expansión, ya que son formas de violencia inherente e indisociable de la dimensión represiva del Estado contra los disidentes y contra los excluidos pobres y no-blancos”.

⁹⁵¹ SEGATO, 2014, p. 364-365.

⁹⁵² “Si toda la violencia de género es estructural, y cobra vidas en números próximos a un genocidio sistemático y en una multiplicidad de escenarios es indispensable (...) entender que hay un tipo de violencia de género que se genera y transita por escenarios absolutamente impersonales. En otras palabras, aunque todos los feminicídios obedecen a un dispositivo de género y resultan del carácter violentogénico de la estructura patriarcal, el fin de la impunidad depende de una tipificación rigurosa, que trascienda en mucho la mera utilización del nombre ‘feminicidio’ y que sea capaz de discriminar por lo menos dos tipos amplos o grandes clases dentro de esta clasificación general, a partir de la consideración del móvil inmediato que los desencadena o gatilla: aquéllos que pueden ser referidos a motivaciones de orden personal o interpersonal – crímenes interpersonales, domésticos y de agresores seriales –, y aquéllos de carácter francamente impersonal, que no pueden ser referidos al fuero íntimo como desencadenante, y en cuya mira se encuentra la categoría mujer, como genus, o las mujeres de un cierto tipo racial, étnico o social, en particular – mujeres asociadas a la corporación armada antagónica, mujeres de la otra vecindad, mujeres del grupo tribal antagónico, mujeres en general como en la trata. Estamos aquí frente a la agresión y eliminación sistemática de un tipo humano, que no responde a un móvil inmediato o gatillo que pueda ser remitido a la intimidad”.

violência estrutural que acomete seus corpos. Como nos ensina Pilar Calveiro, a violência não pode ser uma ideia genérica, precisamos especificá-la, se é estatal, policial, revolucionária, de onde vem, sobre quem recai – delinquentes? Guerrilheiros? Dissidentes? Quais? E a violência contra as mulheres? Recai sobre todas da mesma forma?⁹⁵³ Entender como opera a violência, quais são seus modos e o que faz sobre corpos e mentes é fundamental para a desconstrução de processos velados de dominação e agressão contínua.

No próximo tópico, vamos apresentar experiências e desafios de mulheres que exerceram a maternidade nas organizações armadas e nos contextos repressivos da década de 1970. A discussão se orienta no sentido de entendermos as peculiaridades dessa maternidade em meio a um processo de intensa violência e instabilidade, principalmente sobre os corpos femininos.

4.2 SIGNIFICADO E EXPERIÊNCIA DA MATERNIDADE NAS ORGANIZAÇÕES ARMADAS ARGENTINAS

Segundo Lucía Velasco, no imaginário social ocidental a maternidade é o grande valor das mulheres. Não se resume em dar à luz, mas em tudo aquilo que se relaciona com a reprodução e o cuidado dos demais. Nesse sentido, extrapola o feito biológico de parir⁹⁵⁴. Através de construções culturais, os filhos são vinculados às mães de uma maneira única. A relação com o pai, por exemplo, apresenta-se de maneira diferente, não havendo obrigações de cuidado; contudo, caso aconteça, são imensamente enaltecidos. Nessa lógica, a mãe é a “responsável universal” pelo filho, independentemente de qualquer situação. Essa compreensão, no entanto, produz um acúmulo de responsabilidades e funções “naturais” para as mulheres, restringindo sua autonomia e atuação em outros âmbitos.

Para Patricia Sepúlveda, a maternidade é considerada o destino natural das mulheres, por oposição à participação no espaço público, local destinado naturalmente aos homens. Entretanto, com o aumento da participação política feminina nos anos 1970, a forma de interpretação dessas relações se modificou na Argentina. Novos modelos de maternidade

⁹⁵³ MAGALHÃES, Livia Gonçalves. Entre autoritarismos e resistências: uma entrevista com Pilar Calveiro, *Estudos Ibero-Americanos*, v. 43, n. 2, p. 482-489, 2017. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/27336>. Acesso em 15 de jul. 2021.

⁹⁵⁴ VELASCO, 2005.

entraram em conflito com setores conservadores da sociedade em geral e com as forças armadas⁹⁵⁵. Nas palavras de Sepúlveda:

Os jovens e as jovens daqueles anos aderiam aos ideais de casal que estabelecia relações autênticas, desinibidas e profundas entre seus membros. Um modelo de mulher independente, moderna e livre, que assumiu sua sexualidade e rejeitou a condição de dona de casa⁹⁵⁶ (tradução nossa)⁹⁵⁷.

Na mesma direção, Felitti afirma:

Na Argentina da década de 1970, muitas mulheres, casais e famílias desenvolveram formas de criação que questionavam o modelo tradicional de mãe cuidadora, encarregada do afeto, e de pai provedor, fonte de autoridade. Isso aconteceu como uma aposta consciente – rejeitando o modelo de família burguesa e a ideia dos filhos como propriedade privada, educando-os na ideologia da revolução, valorizando o comunitário⁹⁵⁸ (tradução nossa)⁹⁵⁹.

No entanto, o Estado, através de medidas coercitivas, tentou desarticular alguns desses ideais de questionamento. Ainda no governo de Perón, em 1974, foi assinado o Decreto nº 659, que, segundo Felitti, “(...) dispunha sobre o controle, a comercialização e venda de produtos anticonceptivos por meio da apresentação de receita triplicada, e também sobre a proibição de atividades relacionadas direta ou indiretamente com o controle da natalidade”⁹⁶⁰ (tradução nossa)⁹⁶¹. Nos fins dos anos 1970, com a tomada do poder pelos militares (1976-1983), as medidas coercitivas foram ampliadas. Além da proibição da venda livre de anticonceptivos, através do Decreto nº 3938 de 1977, incentivaram os “deveres da maternidade” como uma forte propaganda que buscava devolver as mulheres aos lares⁹⁶².

⁹⁵⁵ SEPÚLVEDA, Patricia Graciela. La maternidad y los hijos: un foco de tensión para la militancia femenina. análisis de un grupo de militantes de organizaciones político-armadas de los años '70 en Argentina, *Contenciosa*, v. 2, n. 3, p. 1-17, 2014. Disponível em: <https://repositorio.colmex.mx/concern/theses/4b29b626c?locale=es>. Acesso em 15 de jul. 2021.

⁹⁵⁶ SEPÚLVEDA, 2014, p. 4.

⁹⁵⁷ “Las y los jóvenes de aquellos años adherían a ideales de pareja que establecían relaciones auténticas, desinhibidas y profundas entre sus integrantes. Se hizo presente, sobre todo en los sectores medios, un modelo de mujer independiente, moderna y liberada, que asumía su sexualidad y rechazaba la condición de ama de casa”.

⁹⁵⁸ FELITTI, Karina. Maternidades y militancia en la Argentina de los 70s. Notas históricas para pensar las maternidades colectivas contemporáneas, *Revista de Historia Regional*, v. 21, n. 2, p. 432-458, 2016, p. 435. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/9405>. Acesso em 15 de jul. 2021.

⁹⁵⁹ “En la Argentina de los años '70, muchas mujeres, parejas, familias, desarrollaron formas de crianza que cuestionaban el modelo tradicional de una madre cuidadora, a cargo de lo afectivo y un padre proveedor, fuente de autoridad. Esto sucedió como una apuesta consciente –rechazar el modelo de familia burguesa y la idea de los hijos como propiedad privada, educarlos en el ideario de la revolución, valorizar lo comunitario”.

⁹⁶⁰ FELITTI, 2016, p. 439.

⁹⁶¹ “(...) disponía el control de la comercialización y la venta de productos anticonceptivos por medio de la presentación de una receta por triplicado, y la prohibición de las actividades relacionadas, directa o indirectamente, con el control de la natalidad”.

⁹⁶² FELITTI, 2016.

Contudo, mesmo com todas as investidas por parte do Estado, os modelos tradicionais de família foram ressignificados por muitos setores sociais. As organizações armadas apostaram nesses novos modelos. Como salienta Sepúlveda:

A maternidade das jovens revolucionárias inscreveu-se numa ideia de casal que, propunha a igualdade absoluta entre homens e mulheres, no entanto, apesar de não se concretizar plenamente, podemos afirmar, que a maternidade como destino final da condição feminina foi questionada por essas militantes, que a ressignificaram ao inscrevê-la nos ideais de igualdade, revolução e mudança social, que mostrava um aspecto político que a maternidade tradicional não incluía⁹⁶³ (tradução nossa)⁹⁶⁴.

Teoricamente, as organizações armadas propuseram uma nova realidade, cujas relações fossem mais igualitárias e mais justas. No documento “Moral y proletarización”, que estabelecia regras de comportamento para o PRT/ERP, podemos perceber um pouco dessa constatação:

Devemos banir para sempre a ideia de que criar filhos é "tarefa de mãe", mesmo em seus aspectos práticos mais elementares. Criar os filhos é uma tarefa comum do casal e não só do casal, mas também do grupo de companheiros que dividem uma casa. A este respeito, devemos promover ativamente uma nova atitude. Quando se fala em compartilhar dentro da casa comum, não só a atividade político-militar do grupo, mas o estudo, o uso do tempo livre e as tarefas comuns da vida cotidiana, essas tarefas comuns devem incluir a tarefa superior de criar os filhos dos companheiros que compartilham a casa⁹⁶⁵ (tradução nossa)⁹⁶⁶.

Em outro trecho, o documento traz a seguinte informação:

(...) formas de limitação e opressão das mulheres são manifestações da hegemonia burguesa. (...) Estas expressões devem ser ativamente combatidas. Para isso, as organizações revolucionárias devem ter entre suas reivindicações a libertação da mulher, em particular da mulher proletária. É bem visível a dupla exploração a que são submetidas sob a forma de salários inferiores, piores condições de trabalho do que os homens e até ataques a seu pudor por parte dos empregadores ou do pessoal hierárquico. Ao mesmo tempo, esta proposição obviamente só pode ser colocada em prática, na medida que ingressem às organizações revolucionárias as próprias interessadas: as mulheres proletárias⁹⁶⁷ (tradução nossa)⁹⁶⁸.

⁹⁶³ SEPÚLVEDA, 2014, p. 13.

⁹⁶⁴ “La maternidad de las jóvenes revolucionarias se inscribió en una idea de pareja que, aunque proponía la igualdad absoluta entre varones y mujeres, no terminó de plasmarse. Y podemos afirmar que la maternidad como destino final de la condición femenina se vio cuestionada por estas militantes, que la resignificaron al inscribirla en los ideales de igualdad, revolución y cambio social, lo que mostró un cariz político que la maternidad tradicional no incluía”.

⁹⁶⁵ ORTOLANI, 2004 [1972], p. 101.

⁹⁶⁶ “Debemos desterrar para siempre la idea de que la crianza de los hijos es “una tarea de madre”, aún en sus aspectos prácticos más elementales. La crianza de los hijos es una tarea común de la pareja y no sólo de la pareja sino del conjunto de compañeros que comparten una casa. Al respecto, debemos promover activamente una nueva actitud. Cuando se habla de compartir en el seno de la casa común no sólo la actividad político-militar del grupo, sino el estudio, la utilización del tiempo libre y las tareas comunes, de la vida cotidiana, estas tareas comunes deben incluir la tarea superior de la crianza de los hijos de los compañeros que comparten la casa”.

⁹⁶⁷ ORTOLANI, op. cit., p. 101-102.

⁹⁶⁸ “(...) formas de limitación y opresión de la mujer son manifestaciones de la hegemonía burguesa. (...) Estas expresiones deben ser combatidas activamente. Para ello las organizaciones revolucionarias deben tomar entre sus reivindicaciones la liberación de la mujer, particularmente de la mujer proletaria. Es bien visible la doble

A visão apresentada no documento demonstra engajamento teórico das organizações armadas com questões de igualdade de gênero. Nesse cenário, é inegável que experiências políticas, sobretudo de mulheres, foram transformadas. Entretanto, apesar de apresentarem um modelo de mulher livre, não conseguiram romper totalmente com atribuições sociais de gênero, conforme observamos anteriormente. De acordo com Sepúlveda, as responsabilidades eram diferentes para homens e mulheres, principalmente quando se levava em consideração tarefas envolvendo os filhos⁹⁶⁹.

Diante de todo esse contexto social conflituoso, em que alguns setores defendiam tendências “conservadoras” e outros, propostas direcionadas a relações mais igualitárias, mas que na prática se divergiam com costumes e normas sociais, é possível nos perguntarmos: no âmbito das organizações armadas, até que ponto o processo da maternidade interferiu na militância feminina? Como as questões de gravidez e lactância foram tratadas nesses espaços? Ocorreram planejamentos para lidar com os desdobramentos da maternidade no universo armado? A busca de respostas a essas perguntas mobilizou a análise de diversos depoimentos, principalmente de mulheres que vivenciaram em seus corpos as mais diferentes experiências da maternidade.

Tanto no universo do Montoneros quanto do PRT/ERP, ter filho(s) significava resistir ao sistema burguês. Nesse sentido, a decisão de ter um filho encontrava fundamentação no político⁹⁷⁰. Segundo Martínez, os filhos eram vistos como um ato de salvação diante de tantas mortes, pois fariam parte do mundo novo que estava sendo construído naquele momento⁹⁷¹. Assim, muitas militantes do PRT/ERP escolheram ter filhos por acreditarem que eles teriam melhores condições de vida em um país transformado pela revolução⁹⁷². De acordo com Felitti, Mario Firmenich, líder fundador do Montoneros, acreditava que “os filhos deviam ser a retaguarda da revolução. (...) assegurava que já havia passado o tempo de pensar que era melhor não ter filhos”⁹⁷³ (tradução nossa)⁹⁷⁴.

explotación a que se las somete en forma de salarios inferiores, condiciones de trabajo peores que los hombres y hasta atentados a su pudor por parte de los patronos o el personal jerárquico. A su vez este planteo sólo podrá llevarse evidentemente a la práctica, en la medida que ingresen a las organizaciones revolucionarias las propias interesadas: las mujeres proletarias”.

⁹⁶⁹ SEPÚLVEDA, 2014.

⁹⁷⁰ GÓMEZ, 2011.

⁹⁷¹ MARTÍNEZ, Paola. *Gênero, política y revolución en los años setenta: mujeres del PRT-ERP*. Buenos Aires: Maipue, 2015.

⁹⁷² SEPÚLVEDA, 2014, p. 13.

⁹⁷³ FELITTI, 2016, p. 451-452.

⁹⁷⁴ “los hijos debían ser la retaguarda de la revolución. (...) aseguraba que ya había pasado el tiempo de pensar que era mejor no tener hijos”.

No entanto, a decisão de ter filhos e assumir a maternidade em organizações armadas revelou tensões nas relações de gênero, como seria de se esperar. Mulheres se tornaram mães-militantes⁹⁷⁵. Essa nova identidade rompia com características da maternidade tradicional e, ao mesmo tempo, conservava algumas atribuições sociais de gênero. Entretanto, apesar da manutenção de algumas dessas atribuições, como nos lembra Paola Martínez, “(...) a maternidade foi um dos aspectos mais controversos, que gerou mais questionamentos e reivindicações por maior equidade no compartilhamento de tarefas entre homens e mulheres”⁹⁷⁶ (tradução nossa)⁹⁷⁷. Dessa maneira, a ideia da maternidade em organizações armadas trazia em seu bojo contestações das relações desiguais de gênero e rompia com a lógica da mãe com o papel exclusivo de cuidado dos filhos e família. Para Martínez, foi comum, nos testemunhos, a narrativa de que os pais estiveram dispostos a compartilhar tarefas de cuidado. Todavia, nos momentos mais significativos, as mulheres, na maioria das vezes, eram preteridas. Segue testemunho de Mercedes De Pino⁹⁷⁸ sobre compartilhamento de tarefas:

(...) fomos parte da geração em que havia uma paridade absoluta com os homens, e mais, fazia parte do seu orgulho serem pais diferentes, serem donos de casa diferentes, havia uma coisa de compartilhar responsabilidades, e não importava se era a questão política ou fazer as compras ou ficar com a criança⁹⁷⁹ (tradução nossa)⁹⁸⁰.

No entanto, como ressalta Pilar Calveiro, para as mulheres havia a opção de dar prioridade aos filhos e renunciar à militância, ocupando posições secundárias nas organizações, ou, priorizar a militância e dar menos atenção aos filhos. A opção mais escolhida foi a primeira⁹⁸¹. A partir daí, pode-se perceber como as “atribuições” tradicionais de gênero não foram totalmente rompidas nesses espaços. Apesar das modificações, o modelo de maternidade atrelado à “essência feminina” se manifestava mais forte que o modelo de “mulher militante emancipada”.

Nessa direção, Martínez argumenta que eram as mulheres que mudavam a vida quando tinham filhos. Embora tenha havido mudanças nas relações de gênero, essas não alcançaram

⁹⁷⁵ De acordo com Sepúlveda, não se tratou de militantes que simplesmente se tornaram mães, mas de uma forma de articulação subjetiva: “*madre, mujer y militante*” (SEPÚLVEDA, 2014, p. 7).

⁹⁷⁶ MARTÍNEZ, 2015, p. 136.

⁹⁷⁷ “(...) *la maternidad fue uno de los aspectos más controvertidos, que generó cuestionamientos y reclamos por una mayor equidad en el reparto de tareas entre varones y mujeres*”.

⁹⁷⁸ A autora não apresentou nenhuma informação sobre a militante, apenas que a entrevista ocorreu no ano de 2010.

⁹⁷⁹ SEPÚLVEDA, 2014, p. 7.

⁹⁸⁰ “(...) *fuimos parte de la generación en la que había una paridad absoluta con los hombres, es más, formaba parte de su orgullo ser padres diferentes, ser amos de casa diferentes, había una cosa de compartir responsabilidades, y no importaba si era la cuestión política o hacer las compras o quedarse con el hijo*”.

⁹⁸¹ CALVEIRO, 2004

transformações nas condutas de todos⁹⁸². O depoimento a seguir corrobora com o argumento de Martínez, uma vez que Pedro⁹⁸³ afirma que não ocorreu nenhum tipo de modificação na sua vida com a chegada do seu filho:

P: Em que modificou sua militância com a chegada de seu filho? R: Não me lembro. (...) Ela me dizia “vamos dar banho no bebê” e eu tinha que ajudar, ela exigia que eu a ajudasse, que dividisse as tarefas... mas coisa normal mas não fui eu que cuidei do menino, quem assumiu a responsabilidade foi ela. A mim modificou muito pouco, eu diria, nada ⁹⁸⁴ (tradução nossa)⁹⁸⁵.

De acordo com Sepúlveda, as experiências não variaram muito no aspecto da falta de interesse em colaborar com tarefas relacionadas aos filhos por parte dos pais, mas sim com relação ao lugar ocupado dentro da organização pelos pais e mães, sobretudo quando vivenciaram o momento da clandestinidade. Em síntese, para a autora: “O dado concreto é que os filhos compartilharam mais as atividades de suas mães que as de seus pais⁹⁸⁶ (tradução nossa)⁹⁸⁷.”

Portanto, apesar de considerarmos variações nas relações de casais, em razão das múltiplas vivências que se fizeram presentes, é possível constatar que, de alguma forma, a militância feminina absorveu impactos da maternidade vinculada à identidade tradicional essencialista de mulher-mãe. Nas palavras de Oberti, “a maternidade é um tipo de prática social que apresenta uma indiscutível marca de gênero: só as mulheres podem parir”⁹⁸⁸ (tradução nossa)⁹⁸⁹.

Essa marca da maternidade nas relações de gênero pode ser identificada através dos depoimentos a seguir, os quais evidenciam situações em que mulheres decidem abandonar a militância para proteger seus filhos. Conforme relato de Silvia⁹⁹⁰:

(...) continuei militando com os cristãos pela libertação (...) estava no meu carro e parei em uma blitz militar. Eu tinha muitos papéis no porta-malas, quando saí e eles

⁹⁸² MARTÍNEZ, 2011, p. 31.

⁹⁸³ Segundo Martínez, Pedro era militante do PRT/ERP. Desenvolveu sua militância em La Plata e ocupou importantes cargos a nível médio da organização. A entrevista foi realizada por Paola Martínez em 28 de dezembro de 2006.

⁹⁸⁴ MARTÍNEZ, op. cit., p. 31.

⁹⁸⁵ “P: *¿En qué modificó tu militancia la llegada de tu hijo? R: No recuerdo. (...) Ella me decía ‘Vamos a bañar al nene’ y yo tenía que ayudar, me exigía que la ayudara, que compartiera las tareas... pero algo normal pero no era el que me hacía cargo del chico, la que se hacía cargo del chico era ella. A mí me modificó muy poco, nada diría”.*

⁹⁸⁶ SEPÚLVEDA, 2014, p. 7.

⁹⁸⁷ “*El dato concreto es que los hijos compartieron más las actividades de sus madres que las de sus padres*”.

⁹⁸⁸ OBERTI, 2000, p. 3.

⁹⁸⁹ “*la maternidad es un tipo de práctica social que presenta una indiscutible marca de género: sólo las mujeres pueden parir*”.

⁹⁹⁰ Segundo Sepúlveda, em 1976, Silvia Maezo já tinha três filhos e estava grávida da quarta criança, quando abandonou a militância. Militou na organização revolucionária *Cristianos para la Liberación*. Foi casada com Rodolfo Ratti, integrante do Montoneros, que desapareceu em 1977.

viram minha barriga, o cara me mandou seguir, teve pena e me mandou continuar. Cheguei em casa e disse, não, não aguento mais, acabou tudo, foi muito forte isso para mim, ainda mais grávida. Não sei se o que aconteceu comigo já aconteceu com outras mulheres, isso de “querer defender a cria” como eu te digo⁹⁹¹ (tradução nossa)⁹⁹².

A partir do depoimento de Silvia, podemos fazer uma reflexão acerca das responsabilidades que são incorporadas de forma distinta para homens e mulheres, pois a reponsabilidade de proteção dos filhos é muito maior para a mãe do que para o pai. Nesse sentido, as próprias mulheres se sentem mal quando não têm o controle total da situação para proteger seus filhos.

Na mesma lógica, María Victoria⁹⁹³ expõe sua vivência a partir do momento em que engravidou:

(...) eu fiquei grávida... e bom, eu sempre digo que a gravidez me deu uma sensação de autoproteção que eu não tinha antes, sempre... a fantasia era que se alguma coisa acontecesse comigo eu seria a heroína da história, mas no momento que engravidei eu não queria mais ser a heroína da história, queria cuidar, surgiu em mim um sentimento de autoproteção (...) ⁹⁹⁴ (tradução nossa)⁹⁹⁵.

Os depoimentos acima revelam divergências entre o processo de maternidade e a prática da militância. As duas mulheres assumem o “papal social” de mãe e rejeitam a militância. Assim, podemos notar uma nítida articulação da maternidade com o espaço privado e a divergência com o espaço público. Ao compararmos essas experiências com o papel desempenhado pelo pai, entendemos as marcas de gênero carregadas pela maternidade. Por não ser sua “atribuição social”, o pai não se sente incomodado como a mãe com a proteção e cuidado do filho.

Por outro lado, também ocorreram situações de mães que permaneceram na militância e, mesmo carregando as marcas de gênero da maternidade, impuseram condições para que

⁹⁹¹ SEPÚLVEDA, 2014, p. 9.

⁹⁹²“(...) *seguí militando con los cristianos para la liberación (...) iba en mi auto y me paró una pinza militar. Yo llevaba un montón de papeles en el baúl, cuando yo me bajo y me ven la panza, el tipo me dice que siga, se condolió y me dijo que siga. Yo ahí volví a casa y dije, no, no puedo más, se terminó todo, fue muy fuerte eso paramí además embarazada. No sé si lo que me pasó a mí, le habrá pasado a muchas mujeres, eso de ‘querer defenderla cria’ como yo te digo*”.

⁹⁹³ María Victoria Rillo Pinto tem origens em uma família de classe média liberal e antiperonista. Sua formação política se iniciou ao ter contato com o PRT/ERP no curso superior de Arquitetura. Também atuou nas organizações Juventude Universitária Peronista (JUP) e Forças Armadas Revolucionária (FAR) (SOMOS NOSOTRAS. *Nosotras en libertad*. Argentina, 2021. Disponível em: <https://nosotrasenlibertad.com/libroweb/reconocerse/>. Acesso em 20 de dez. 2022).

⁹⁹⁴ SEPÚLVEDA, 2014, p. 9.

⁹⁹⁵“(...) *yo me quedé embarazada ahí... y bueno yo siempre digo que el embarazo me disparo un sentimiento de autoprotección que yo antes no tenía, siempre...la fantasía era que si me pasaba algo iba a ser la heroína de la historia, pero en el momento que quedé embarazada no quería ser más la heroína de la historia, era como que me quería cuidar, me surgió un sentimiento de autoprotección (...)*”.

tivessem possibilidades de militar. No relato abaixo, Rufina⁹⁹⁶ expressa sua reivindicação em termos de distribuição de tarefas:

(...) comecei a ter uma militância plena, comecei a sugerir que ele também tinha que cuidar da criança para eu poder participar (...). E ele teve que pagar porque a organização também sugeriu que a companheira tinha que participar, mas ele bancaria até certo ponto, no final sempre surgia entre nós a questão de que ele já estava envolvido e que o comprometimento dele era maior, porque já vinha com toda uma história (...) e por fim, sempre acabava me ferrando e aceitando porque o vivia como uma coisa certa⁹⁹⁷ (tradução nossa)⁹⁹⁸.

O depoimento de Cláudia⁹⁹⁹ também apresenta reivindicações semelhantes às de Rufina:

Houve certas atitudes dos colegas de superproteção, em geral, eu diria que uma forma ou outra de machismo e uma relacionada com a outra, por exemplo, eu tenho uma reunião. ‘E eu vou e você cuida dos meninos (...)’. Então fiz reivindicações em termos de distribuição de tempo para a militância, não fui a única, o mesmo aconteceu com o resto das companheiras (...) ¹⁰⁰⁰ (tradução nossa)¹⁰⁰¹.

A partir das reivindicações, podemos observar também como a militância se dava de maneira diferente para homens e mulheres. Bem como no imaginário social, no mundo revolucionário era “natural” que homens tivessem menos atribuições de cunho doméstico. As mulheres precisavam reivindicar constantemente a divisão dessas tarefas para que pudessem assumir suas militâncias. Certamente, essas atribuições, em algum momento, limitaram o seu desenvolvimento político. Segundo Martínez, “(...) os homens acompanhavam as mulheres na maternidade, porém, quanto mais responsabilidades tinham na organização, mais priorizavam as tarefas do âmbito político, antes dos problemas domésticos”¹⁰⁰² (tradução nossa)¹⁰⁰³.

⁹⁹⁶ Em 1970, Rufina Gastón se aproximou de setores ligados à Teologia da Libertação. Em 1972, começou sua militância na *Juventud Peronista* (JP), em Buenos Aires. Militou também no Montoneros juntamente com seu marido, Aldo Ramírez (BIBLIOTECA NACIONAL MARIANO MORENO. Testimonio de María Rufina “Rufi” Gastón / 7 de septiembre 2015. *Biblioteca Nacional Mariano Moreno*, Buenos Aires, set. 2015. Disponível em: <https://www.bn.gov.ar/micrositios/multimedia/ddhh/testimonio-de-maria-rufina-rufi-gaston>. Acesso em 15 de jul. 2021).

⁹⁹⁷ SEPÚLVEDA, 2014, p. 9.

⁹⁹⁸ “(...) empecé a tener una militancia plena, empecé a plantear que él también se tenía que ocupar de la chiquita para que yo pudiera participar (...) Y se la tenía que bancar porque la organización también planteaba que la compañera tenía que participar, pero se la bancaba hasta por ahí, pero de última entre nosotros siempre aparecía el tema de que él ya estaba jugado y que su compromiso era mayor, porque él ya venía con toda una historia (...) y finalmente, siempre me terminaba enroscando y aceptando porque lo vivía como una cosa cierta”.

⁹⁹⁹ Paola Martínez informou que Cláudia militou no PRT/ERP e tinha dois filhos pequenos. Por não divulgar o nome completo da depoente, não foi possível buscar mais informações sobre ela.

¹⁰⁰⁰ MARTÍNEZ, 2015, p. 134.

¹⁰⁰¹ “Y había ciertas actitudes de los compañeros de sobreprotección, en general, te diría que en alguna forma y en otras de machismo y una va emparentada con la otra, por ejemplo, yo tengo una reunión. ‘Y voy yo y vos hacete cargo de los chicos (...)’. Entonces yo hacía planteos reivindicativos en términos de distribución de tiempo para la militancia, no era la única, con el resto de las compañeras pasaba lo mismo (...)”.

¹⁰⁰² MARTÍNEZ, op. cit., p. 145-146.

¹⁰⁰³ “(...) Los varones acompañaban a las mujeres en la maternidad, sin embargo cuanto más responsabilidad tenían en la organización, más priorizaban las tareas del ámbito político, ante las problemáticas domésticas”.

Nos relatos abaixo, Viviana Losada¹⁰⁰⁴, militante do PRT/ERP, expõe conflitos entre a sua experiência de maternidade e sua militância:

(...) então isso me deixa ansiosa (...) tem coisas que eu quero discutir, que na Frente (Universitária) ninguém cuida das minhas filhas, o que acontece com o homem novo (eleva a voz) ‘o que acontece com o homem novo, é para os outros! Quem levanta da reunião para fazer a mamadeira louca sou eu, quem fica perdida em tudo o que falam!’ Essas coisas me deixaram louca e numa dessas discussões que eu tive sobre isso eu fui para o inferno com a discussão (...) ¹⁰⁰⁵ (tradução nossa) ¹⁰⁰⁶.

E ainda afirma:

El Negro¹⁰⁰⁷ lavava, cozinhava, toda tarefa correspondente à mulher El Negro fazia, limpava a bunda das meninas etc. Agora, El Negro saía quatro dias e não levava as meninas, mas eu também não deixaria que ele as levasse, eu digo que há uma conjunção aí, um jogo duplo (...) ¹⁰⁰⁸ (tradução nossa) ¹⁰⁰⁹.

A partir dos relatos, podemos considerar que, apesar de Viviana e Rodolfo militarem na mesma organização e assumirem importantes responsabilidades, o encargo de cuidar dos filhos era uma obrigação de Viviana. As tarefas só eram divididas quando Rodolfo estava livre das atividades do grupo. Também podemos observar, no segundo depoimento de Viviana, a marca genérica da maternidade, quando afirma que não deixaria que seu marido levasse as filhas. Nessa afirmação, fica implícito seu papel de mãe protetora, que tem origem no modelo “tradicional da maternidade”, ou seja, apenas a mãe saberia cuidar e proteger os filhos.

Patrícia Sepúlveda ainda expõe uma outra situação que ocorreu com Viviana, em que apenas ela foi punida por uma situação envolvendo as filhas:

(...) para desenvolver suas atividades de militância e trabalho proletariado em uma fábrica, deixava suas filhas aos cuidados de sua mãe. A ordem de seu responsável era levar as filhas para uma creche e quando ela recusou, seus direitos foram suspensos e ela foi rebaixada de responsável por uma frente com plenos direitos, ao posto de aspirante. Já seu marido, que dividia a responsabilidade pelas filhas, não recebeu nenhuma sanção e continuou à frente da Juventude Guevarista¹⁰¹⁰ (tradução nossa) ¹⁰¹¹.

¹⁰⁰⁴ Viviana Losada militou na Frente Universitária. Conheceu seu marido, Rodolfo Ortiz, militando na Faculdade de Arquitetura da Universidade de Buenos Aires no início dos anos 1970. Casaram-se e tiveram duas filhas.

¹⁰⁰⁵ SEPÚLVEDA, 2014, p. 10.

¹⁰⁰⁶ “(...) entonces esto a mí me genera una ansiedad (...) hay cosas que quiero discutir, que en el Frente (Universitario) nadie se hace cargo de mis hijas, que pasa con el hombre nuevo (va subiendo la voz) ‘¿qué pasa con el hombre nuevo, es para otros! ¡La que se para de la reunión para hacer la mamadera loco soy yo, la que se pierde de todo lo que hablan!’ Esas cosas a mí me volvían loca y en una de estas discusiones que tenía al respecto yo me fui a la mierda con la discusión (...)”.

¹⁰⁰⁷ El Negro era o apelido do seu marido, Rodolfo Ortiz.

¹⁰⁰⁸ SEPÚLVEDA, 2014, p. 10.

¹⁰⁰⁹ “El Negro lavaba, cocinaba, toda tarea correspondiente a la mujer el Negro la hacía, le limpiaba el culo a las nenas, etcétera. Ahora, El Negro se iba cuatro días y no se llevaba a las nenas, pero yo tampoco lo hubiera dejado que se las llevara, digo que ahí hay una conjunción, un doble juego”.

¹⁰¹⁰ SEPÚLVEDA, op. cit., p. 8.

¹⁰¹¹ “(...) para desarrollar sus actividades de militancia y trabajar proletarizada en una fábrica, dejaba a sus hijas al cuidado de su madre. La orden de su responsable fue que llevara a sus hijas a una guardería y ante su negativa, se le suspendieron los derechos y fue degradada de responsable de un frente con derechos plenos, al grado de aspirante. Su esposo en cambio, quien compartía la responsabilidad sobre sus hijas, no recibió sanción alguna y siguió siendo dirigente de Juventud Guevarista”.

Em razão de questões de gênero, em todas essas situações ficam evidentes as desigualdades nas relações. Para Felitti, a construção social tem um peso considerável sobre a maternidade, em que as mulheres são colocadas em um universo nutritivo e protetor. Nesse sentido, por serem encarregadas da gestação e da criação, as mães sentiram a limitação de se ter um filho e lutar pela revolução¹⁰¹².

Foram frequentes relatos de mulheres que demonstravam limitações em suas atuações políticas por dedicação a tarefas de âmbito doméstico. No entanto, como observamos nos depoimentos, práticas de resistência também foram acionadas. A maternidade social foi uma delas. Paola Martínez explica que foi implementada, sobretudo, nos níveis superiores da organização PRT/ERP, nos quais haviam mulheres com mais responsabilidades na militância e que já tinham filhos. A maternidade social era o ato de deixar seus filhos sob a responsabilidade de outras mulheres integrantes da organização¹⁰¹³.

Para Sepúlveda, essa prática apresentava um rompimento com a ideia de mãe que se ocupava apenas com o bem-estar de seus filhos e companheiros. Essa concepção se articulava com a ideia da nova sociedade que os revolucionários pretendiam construir¹⁰¹⁴. Além disso, Martínez salienta que esse ato revelava também a tomada de consciência de algumas mulheres da existência de problemáticas de gênero nas organizações armadas, elaborando meios de apoio às outras¹⁰¹⁵.

Até aqui, foi possível identificar como a maternidade viabilizou a legitimação de atribuições de gênero no âmbito das organizações armadas. Como vimos anteriormente, tanto o Montoneros como o PRT/ERP estimularam os militantes na decisão de ter filhos. Como afirma Oberti, haviam muitas razões para essa escolha, inclusive a de se transformarem em “homens” novos do amanhã. Por outro lado, não haveria razões para não os ter, diante da promessa do futuro e o fato de que a maternidade não se contradizia com a exigência de entrega absoluta à causa da revolução¹⁰¹⁶.

Entretanto, algumas problemáticas se colocam nessa lógica. Apesar de o imaginário da revolução defender a ideia de que os filhos eram responsabilidade de todos, na prática, vimos um distanciamento dessa teoria. Além disso, eram as mulheres que gestavam, pariam e amamentavam. Portanto, além de assumirem inúmeras responsabilidades de criação, seus

¹⁰¹² FELITTI, 2016, p. 451-452.

¹⁰¹³ MARTÍNEZ, 2015.

¹⁰¹⁴ SEPÚLVEDA, 2014.

¹⁰¹⁵ MARTÍNEZ, op. cit.

¹⁰¹⁶ OBERTI, 2015.

corpos assumiam o projeto de revolução e as duras negociações que dele irromperam – negociações consigo mesmas, com seus filhos e com o seu entorno. Os resultados nem sempre foram gratificantes¹⁰¹⁷. Segundo Oberti, no lugar do imaginário de trazer os filhos ao mundo para que fossem “homens novos”, o que se concretizou foi um grande desamparo da “coletividade” das organizações. Na hora do parto de mulheres militantes, a dor, a solidão, e o medo foram os sentimentos que mais se destacaram.

É nessa perspectiva que buscamos responder às duas últimas perguntas colocadas no início do texto, que se referem aos impactos causados nos corpos das mulheres em razão dos desdobramentos da maternidade em organizações armadas.

Para Alejandra Oberti, extrair dos corpos tudo que pudessem dar era a consígnia obrigatória da revolução para homens e mulheres, inclusive para aqueles que estiveram dispostos à maternidade e paternidade. Contudo, essa exigência tem diferenças quando se trata de corpos masculinos e femininos¹⁰¹⁸.

De acordo com Calveiro:

No contexto das organizações armadas havia um desconhecimento da maternidade como tal. Desconhecimento no sentido de não lhe dar um lugar, mas também desconhecimento no sentido de algo não conhecido, novo, sobre o qual, houve a necessidade de abrir espaços na medida que irrompeu como realidade entre nós. Acredito que nesse sentido, muitas vezes as mães militantes obrigaram a abri-los, decidida o timidamente, impondo a consideração de sus particularidades e de seus filhos¹⁰¹⁹ (tradução nossa)¹⁰²⁰.

Nesse sentido, não houve planejamento por parte das organizações para pensar os impactos oriundos da maternidade em seus universos convencionalmente conflituosos. Também não houve planejamento para fazer valer o imaginário revolucionário, que propunha a superação da mulher como a única responsável pela criação dos filhos. Para Martínez, “(...) o PRT/ERP não elaborou uma estratégia política sobre como resguardar a maternidade em tempos de combate e revolução”¹⁰²¹ (tradução nossa)¹⁰²². Isso fica evidenciado quando consideramos

¹⁰¹⁷ FELITTI, 2016, p. 451-452.

¹⁰¹⁸ OBERTI, 2015.

¹⁰¹⁹ AMADO, Ana. El orden de los cuerpos en los años 70. Entrevista a Pilar Calveiro. In: *Mora - Revista del Instituto Interdisciplinario de Estudios de Género*, v.12, p. 4-174. Buenos Aires, 2006, p. 61. Disponível em: <http://repositorio.filo.uba.ar/handle/filodigital/10997>. Acesso em 15 de jul. 2022.

¹⁰²⁰ “*En el contexto de las organizaciones armadas habia un desconocimiento de la maternidad como tal. Desconocimiento, en el sentido de no darle un lugar, pero también desconocimiento en el sentido de algo no conocido, nuevo, sobre lo que hubo que ir abriendo espacios a medida que irrumpió como realidad entre nosotros. Creo que, en ese sentido, muchas veces las madres militantes obligaron a abri-los, decidida o timidamente, imponiendola consideración de sus particularidades y las de sus hijos*”.

¹⁰²¹ MARTÍNEZ, 2015, p. 126.

¹⁰²² “*Es decir, el PRT-ERP no elaboró una estrategia política sobre cómo resguardar la maternidad en tiempos de combate y revolución*”.

os sacrifícios vivenciados pelas mulheres, principalmente nos momentos de clandestinidade, quando tinham que se distanciar de suas famílias e amigos. Muitas dificuldades foram relatadas, entre elas a falta de controle médico de rotina, exigidos no período da gravidez e a falta de segurança no processo do parto¹⁰²³.

Na concepção de Marta Vassallo, as mães das organizações armadas foram mulheres diferentes: “(...) Foram mães inéditas que conceberam e pariram filhos em situações de extremo risco; deram a vida expondo a própria”¹⁰²⁴ (tradução nossa)¹⁰²⁵. Segundo Martínez, o sacrifício dessa maternidade se justificava na subjetividade da mulher militante revolucionária, que se caracterizava pela austeridade e valentia. Eram características das mães novas que não se importavam com as dores e adversidades. Assim, a maternidade nessas condições foi eleita como forma de ser revolucionária.

Contudo, independentemente de questões eleitas como o modelo de militância revolucionária, é inegável que os corpos das mulheres vivenciaram experiências únicas com o processo de maternidade. A dor e os conflitos experimentados por elas podem ser identificados a partir dos seus inúmeros depoimentos. Na citação a seguir, Vasallo apresenta um pouco da peculiaridade dessas experiências:

As militantes que deram à luz tinham que deixar seus filhos aos cuidados de outras mulheres, parentes ou não, mas fora do cenário do confronto armado, e não houve compreensão da dor e dos conflitos que isso significou para elas. Ter deixado os filhos aos cuidados de outras mulheres tornou-se fator de rejeição familiar e social quando essas militantes retornaram à vida civil, rejeição realizada pelas mesmas pessoas que celebravam o heroísmo dos homens revolucionários, pais dessas mesmas crianças¹⁰²⁶ (tradução nossa)¹⁰²⁷.

Embora tenha havido, em alguns momentos, um esforço para modificar as relações de gênero nas organizações armadas, as estruturas da desigualdade permaneceram, tanto nas organizações quanto na sociedade. Dessa forma, os impactos sentidos pelos corpos de homens e mulheres foram totalmente distintos.

¹⁰²³ MARTÍNEZ, 2015.

¹⁰²⁴ VASALLO, Marta. Militancia y transgresión. In: ANDÚJAR, Andreia. *De minifaldas, militancias y revoluciones: exploraciones sobre los 70 en la Argentina*. Buenos Aires: Luxemburg, 2009. p. 19-33. p. 27.

¹⁰²⁵ “(...) Fueron madres inéditas que concibieron y parieron hijos en situaciones de extremo riesgo; dieron vida habiendo ya expuesto la propia”.

¹⁰²⁶ VASALLO, op. cit., p. 19.

¹⁰²⁷ “(...) las militantes que parían debían dejar sus hijos al cuidado de otras mujeres, familiares o no, pero fuera del escenario del enfrentamiento armado, y había nula comprensión del dolor y los conflictos que eso significaba para ellas. El haber dejado sus hijos al cuidado de otras mujeres se convirtió en un factor de rechazo familiar y social cuando estas militantes regresaron a la vida civil, rechazo protagonizado por los mismos que celebraban el heroísmo de los varones revolucionarios, padres de esos mismos niños”.

No depoimento a seguir, Graciela¹⁰²⁸ apresenta uma outra perspectiva de conflito experimentada pelas mulheres:

Para as companheiras que tinham filhos, foi uma pena adicional. Nós tomamos mais consciência de tudo isso com o tempo, na hora de colocar o peito. (...) Porque a tudo isso se acrescenta que tinham que recompor, e às vezes gerar, uma relação com os meninos. (...) Houve momentos em que os meninos, naquele período, não sabiam praticamente nada sobre os pais, e um belo dia aparecia uma senhora e dizia: 'Ah meu amor, eu sou sua mãe'¹⁰²⁹ (tradução nossa)¹⁰³⁰.

A estrutura social que estabelece atribuições por gênero também determina relações de maior afetividade dos filhos com as mães. Nesse sentido, as experiências das mulheres foram fortemente marcadas por situações de culpa quando renunciavam aos filhos e se dedicavam à militância. Outras não conseguiram romper laços afetivos e abriram mão de suas atuações nos âmbitos políticos. Para Paola Martínez:

No entanto, podemos constatar que deve ter sido muito difícil para as mulheres atingirem o ideal do homem novo caracterizado pelo sacrifício, heroísmo, dedicação absoluta à causa e obediência que a militância revolucionária da época propunha. A prática política mostraria a elas que mais cedo ou mais tarde esse sistema de ideias entraria em contradição com os papéis socialmente atribuídos de mãe e esposa – que as impediria de desenvolver uma militância plena¹⁰³¹ (tradução nossa)¹⁰³².

A gravidez também deve ser considerada nesse contexto, uma vez que mulheres grávidas foram expostas a várias situações em suas atuações nas organizações armadas. Patrícia Sepúlveda salienta que desigualdades foram colocadas em prática na realização das mesmas tarefas por homens e mulheres grávidas. Segundo ela, a imagem do militante neutro, ou seja, a ideia de que não havia diferenças entre homens e mulheres na luta política, acentuou a reprodução dessas desigualdades sexistas¹⁰³³. O relato a seguir, de Graciela Daleo, ilustra essa ideia e mostra como a situação das mulheres grávidas não foi levada em conta:

(...) as companheiras grávidas tinham tanto comprometimento quanto os companheiros. E diria que até, às vezes, uma exposição muito grande – por quê? –

¹⁰²⁸ Maria Rosa Gómez informa apenas que Graciela é uma ex-presa política.

¹⁰²⁹ GÓMEZ, 2011, p. 30.

¹⁰³⁰ *“Para las compañeras que tenían hijos, fue una pena adicional. Nosotras tomamos más conciencia de todo esto con el tiempo, en el momento de ponerle el pecho. (...) Porque a todo esto le sumás que tenían que recomponer, y a veces generar, una relación con los chicos. (...) Hubo veces que los chicos, durante ese lapso, prácticamente no supieron nada de sus padres, y aparecía una señora un buen día que les decía: ‘Ay mi amor, soy tu madre’”.*

¹⁰³¹ MARTÍNEZ, 2015, p. 186.

¹⁰³² *“Sin embargo, pudimos descubrir que a las mujeres les debe haber sido muy difícil poder llegar a ese ideal del hombre nuevo caracterizado por el sacrificio, el heroísmo, la entrega absoluta a la causa y la obediencia que proponía la militancia revolucionaria de la época. La práctica política les mostraría que tarde o temprano dicho sistema de ideas, entraría en contradicción con los roles socialmente asignados de madre y esposa- que les impedirían desarrollar una militancia plena”.*

¹⁰³³ SEPÚLVEDA, 2014

porque as companheiras iam cobrir tarefas com suas barrigas enormes e com os filhos nos braços e isso (...) o que eu sei, não sei se poderia dizer que atrapalhou (...) acredito que buscaram mil maneiras justamente para continuarem tão comprometidas como seus companheiros ou como elas mesmas antes de engravidar ou antes de ter filhos ¹⁰³⁴ (tradução nossa)¹⁰³⁵.

Essa atmosfera de igualdade estimulou mais atribuições para as mulheres. O fato de não serem consideradas em suas diferenças evidenciava dívidas impagáveis em suas atuações, pois sempre estavam conciliando atividades domésticas com a militância. Além disso, tinham que lidar com os desdobramentos específicos da gravidez, do parto e da lactação.

No depoimento abaixo, fica evidente a tensão vivida por Silvia¹⁰³⁶. Por um lado, tinha que obedecer às normas do PRT/ERP, por outro, não queria expor seus filhos a situações de grande perigo:

(...) Porque, claro, quem ia falar disso? Quem ia escrever: bem, querida, se você tem um filho com você, você tem que resistir mesmo que o torturem e o matem na sua frente (...) A revolução vale as crianças, mesmo que as matem, quem iria colocar em palavras? De qualquer forma, eu nunca tinha visto escrito (...). As mulheres tinham um conflito enorme com isso (...). A revolução para as crianças... bem, para mim também, e se a minha morrer? ¹⁰³⁷ (tradução nossa)¹⁰³⁸.

Essas relações de afeto entre mães e filhos, bem como a gravidez, a lactação e o parto, foram totalmente apropriadas pelos militares nos centros clandestinos de detenção. Assim, os papéis sociais impostos às mulheres representaram um forte mecanismo de tortura. Débora D'Antonio afirma que:

(...) enquanto a mulher e a maternidade eram enaltecidas na retórica pública, um corpo especializado de médicos, enfermeiras, parteiras e padres sob ordens militares realizava uma operação de extermínio nos centros de detenção clandestinos contra as militantes que eram mães, apropriando-se da linhagem de seus filhos nascidos no cativeiro ¹⁰³⁹ (tradução nossa).¹⁰⁴⁰

¹⁰³⁴ SEPÚLVEDA, 2014, p. 7.

¹⁰³⁵ “(...) *las compañeras embarazadas tenían tanto compromiso como los compañeros. Y te diría que hasta, a veces, un nivel de exposición muy alto –¿por qué?– porque las compañeras iban a cubrir citas con sus tremendas panzas y con los niños de la mano y eso (...) qué sé yo, no sé si podría decirse obstaculizó (...) yo creo que buscaron las mil formas de precisamente seguir estando tan comprometidas como sus compañeros o como ellas mismas antes de estar embarazadas o antes de tener niños*”.

¹⁰³⁶ A autora cita apenas o primeiro nome das pessoas entrevistadas; não informou suas procedências.

¹⁰³⁷ CARNOVALE, Vera. “Jugarse al cristo”: mandatos y construcción identitaria en el Partido Revolucionario de los Trabajadores-Ejército Revolucionario del Pueblo (PRT-ERP), *Entrepasados*, n. 28, p. 1-23, 2005, p. 13. Disponível em: <http://historiapolitica.com/datos/biblioteca/Carnovale1.pdf>. Acesso em 15 de jul. 2021.

¹⁰³⁸ “(...) *Porque, claro, ¿quién iba a hablar de eso? ¿Quién iba a poner en letra: bueno, querida, si vos tenés un hijo con vos tenés que resistir aunque lo torturen y lo maten delante tuyo? (...) La revolución vale los niños, aunque los maten ¿quién lo iba a poner en letra? En todo caso yo no lo había visto escrito nunca (...) Las mujeres teníamos una enorme conflictividad con esto (...). La revolución para los niños...bueno, para mí también ¿y si el mío se muere?*”

¹⁰³⁹ D'ANTONIO, 2009, p. 98.

¹⁰⁴⁰ “*mientras se enaltecía a la mujer y al maternaje en la retórica pública, un cuerpo especializado de médicos, enfermeros, parteras y sacerdotes bajo órdenes militares ejercía en los centros clandestinos de detención una operación de extermínio sobre las militantes que eran madres, apropiándose del linaje de sus niños y niñas nacidos en cautiverio*”.

Nesse processo, todo tipo de atrocidade foi colocado em prática. Os “papéis de mulher” impostos pelo imaginário social conservador (como de “boa mãe” e de mulher “bem comportada”) foram resgatados ao extremo no momento da tortura, como uma exigência de comportamento e também para atribuir culpa às próprias mulheres pela violência que sofriam. Lewin e Wornat lembram que, nos centros de detenção, eram feitas ameaças de morte aos bebês de todas as mulheres grávidas e que várias delas sofriam violência sexual¹⁰⁴¹. Além disso, muitas mulheres perderam seus bebês em consequência das duras torturas que sofreram. O depoimento de Adriana Arce¹⁰⁴² demonstra esse tipo de situação:

(...) Como eu estava grávida, eles tiveram que me fazer um aborto sem anestesia. Eu desmaiei, fizeram o aborto. Em condições bastante infelizes, sobre uma mesa de cozinha, me deram um lenço para mastigar, fervendo tudo em panelas de alumínio imundas. Essa é a imagem que eu guardei porque desmaiei depois e não sei... Mas bom, antes dessa situação me tiraram de lá uma noite para me levar ao médico porque tive muitas perdas (...). E eles tiveram que me carregar nos braços porque eu não conseguia andar porque eu tinha perdido a mobilidade das pernas por causa da tortura e tudo mais (...). Bom, aí veio o médico, o médico que me examinou, me deu umas injeções e me disse “Vou te falar a verdade, no estado que você está a única possibilidade é que você faça um aborto. Não tem condições de abortar, mas tem que fazer porque assim você vai morrer. Caso contrário, talvez você tenha sorte e seja salva. Mas você não vai ter condições sanitárias garantidas de nenhum tipo porque isso vai ter que ser feito com você onde você está”. (...) me levaram de volta para a fábrica e fizeram o aborto lá¹⁰⁴³ (tradução nossa)¹⁰⁴⁴.

Uma outra situação de tortura no período de gravidez ocorreu com Delia Bisutti¹⁰⁴⁵, conforme depoimento:

¹⁰⁴¹ LEWIN; WORNAT, 2014.

¹⁰⁴² Adriana Arce nasceu em Rosario. Trabalhou como professora e militou sindicalmente. Foi sequestrada em 11 de maio de 1978 (LEWIN; WORNAT, 2014).

¹⁰⁴³ BACCI, Claudia; ROBLES, María Capurro; OBERTI, Alejandra; SKURA Susana. “... y nadie quería saber”. Relatos sobre violencia contra las mujeres en el terrorismo de Estado en Argentina. Buenos Aires: Memoria Abierta, 2012, p. 54.

¹⁰⁴⁴ “(...) como yo estaba embarazada, tuvieron ellos que hacerme un aborto sin anestesia. Yo me desmayé, me hicieron el aborto allí. En unas condiciones bastante lamentables, sobre una mesa de cocina, a mí me dieron un pañuelo para que yo mordiera, hirviendo todas las cosas en unas ollas de aluminio todas mugrientas. Esa es la imagen con la que yo me quedé porque como después me desmayé y no sé... Pero bueno, previamente a esta situación ellos me sacaron una noche de allí para hacerme ver por un médico porque yo tenía muchísimas pérdidas. (...) Y ellos me tenían que llevar en brazos porque yo no podía caminar porque había perdido la movilidad de las piernas por la tortura y todo eso. (...) Bueno, luego vino el médico, el médico que me revisó, me aplicó unas inyecciones y me dijo “Te voy a decir la verdad, en el estado en que estás la única posibilidad es que se te haga un aborto. No hay condiciones para hacerte el aborto pero hay que hacértelo porque así te vas a morir. De la otra manera, a lo mejor tenés suerte y te salvás. Pero no vas a tener garantizadas condiciones sanitarias de ninguna índole porque esto va a haber que hacértelo ahí donde estás”. (...) Me volvieron a llevar a la fábrica, allí me hicieron el aborto”.

¹⁰⁴⁵ Delia Bisutti esteve presa/desaparecida duas vezes. Sua primeira prisão ocorreu em janeiro de 1977 e a segunda em 22 agosto do mesmo ano. Seu esposo, Marcelo Castello, está desaparecido desde 4 de fevereiro de 1977. Informações fornecidas pelas autoras. De acordo com Giuliana Sordo, da página *La Primera Piedra*, Delia foi uma líder sindical e lutou por direitos dos trabalhadores. Também foi deputada federal no ano de 2005 (SORDO, Giuliana. DDHH son ahora – Entrevista a Delia Bisutti: “Si vuelve a ganhar al neoliberalismo a ultranza que

Primeiro o terror da tortura psicológica. Repito, nessa altura estava grávida da minha filha (...). Na primeira detenção torturaram-me fisicamente no sentido de me dizerem que iam me cutucar ou que iam bater na barriga, no meio da gravidez (...). Minha filha nasceu em março de 1977 com microcefalia, o que significa que não há crescimento de células cerebrais (...). É difícil para mim falar sobre isso. Foi muito difícil porque além de ter um parto sem o pai, não é uma questão simples, e que o parto seja como foi. Primeiro que foi uma cesariana, a menina se adiantou, se adiantou bastante tempo. E nasceu com essas deficiências que eu não pude comprovar, mas tentei acompanhar o caso a posteriori e a probabilidade é que o problema tenha surgido da minha prisão, que foi no sexto mês de gravidez, a parte mais importante da a formação de células cerebrais. Mande para os geneticistas, fizemos todos os estudos, não houve nenhum problema físico ou genético que pudesse determinar algum tipo de... nem foi detectado na gravidez anterior a esta. Então há uma grande probabilidade de ter sido fruto do estresse do meu desaparecimento (...). As maiores probabilidades diziam que poderia ter muito a ver com os dias de confinamento nessa fase da gravidez (...). Minha filha viveu dez anos e morreu em 87¹⁰⁴⁶ (tradução nossa)¹⁰⁴⁷.

Como se pode observar, as experiências de violência vivenciadas pelas mulheres têm características peculiares; seus corpos foram expostos a limites extremos. Alejandra Oberti enfatiza que “(...) o parto coloca o corpo no limite entre a vida e a morte e a cena social constituída pela perseguição”¹⁰⁴⁸ (tradução nossa)¹⁰⁴⁹.

Além disso, como no imaginário social não havia permissão para atuações femininas em âmbitos políticos, repressores se sentiram aptos a dominar totalmente esses corpos. Segundo Debora D’Antonio, o castigo se apresentava duplamente, pela racionalidade política e também pela renúncia da condição natural feminina¹⁰⁵⁰. Salienta, ainda, que:

O gênero foi uma clivagem decisiva à hora de desenhar as tecnologias de dominação. O poder invisibilizou, ocultou e, às vezes, extirpou diretamente todas as formas subjetivas perturbadoras. Isso foi particularmente decisivo no caso das mulheres, pois enquanto os militares apostaram em imaginá-las e representá-las como subjetividades

representa Macri, se frenan todas las políticas de derechos humanos”. *La Primera Piedra*, Buenos Aires, 24 de ago. 2015. Disponível em: <https://www.laprimera piedra.com.ar/2015/08/ddhh-son-ahora-entrevista-a-delia-bisutti-si-vuelve-a-ganar-el-neoliberalismo-a-ultranza-que-representa-macri-se-frenan-todas-las-politicas-de-derechos-humanos/>. Acesso em 11 de jul. 2023).

¹⁰⁴⁶ BACCI; ROBLES; OBERTI; SKURA, 2012, p. 58-59.

¹⁰⁴⁷ “*Primero el terror de la tortura psicológica. Repito, en ese momento yo estaba embarazada de mi hija (...). En la primera detención físicamente me torturaban en el sentido de que me decían que me iban a picanear o que me iban a pegar en la panza, en el medio del embarazo (...). Mi hija nació en marzo de 1977 con microcefalia que significa no crecimiento de las células cerebrales (...). Me cuesta hablar de esto. Fue muy duro porque más allá de tener un parto sin el padre, no es un tema sencillo, y que el parto sea como fue. Primero que fue por cesárea, la nena se adelantó, se adelantó bastante tiempo. Y nació con estas deficiencias que, no lo pude corroborar, pero intenté hacer el seguimiento de caso a posteriori y la probabilidad está en que su problema haya nacido a partir de mi detención que fue en el sexto mes de embarazo, la parte más importante de la formación de las células cerebrales. Esto lo mandé a médicos genetistas, hicimos todos los estudios, no había ningún problema físico ni genético que determinara ningún tipo de... ni fue detectado en el embarazo anterior a esto. Así que hay una alta probabilidad de que haya sido producto del stress de mi desaparición (...). Las probabilidades mayores decían que podía tener que ver mucho con los días de encierro en esa etapa del embarazo (...). Mi hija vivió diez años y falleció en el 87.*”

¹⁰⁴⁸ OBERTI, 2015, p. 172.

¹⁰⁴⁹ “(...) el parto que coloca al cuerpo en el límite entre la vida y la muerte y la escena social constituída por la persecución”.

¹⁰⁵⁰ D’ANTONIO, 2009.

apolíticas, donas do espaço doméstico e familiar, paradoxalmente foram obrigados a encurralar muitas delas por terem abandonado o destino prescrito e ocupado um lugar chave nas lutas populares do período¹⁰⁵¹ (tradução nossa)¹⁰⁵².

Na mesma perspectiva, Bacci, Robles, Oberti, e Skura enfatizam que havia uma cegueira por parte dos militares por recuperarem uma suposta atitude feminina, “natural”. Nessa trama, diversas formas de violência específica contra as mulheres foram colocadas em prática. De acordo com as referidas autoras:

Um repertório particular de práticas repressivas foi implantado contra quem esperava filhos no momento do sequestro. Além de torturas destinadas especificamente a atentar contra suas gestações e questionar sua condição de mulheres, mães e militantes, seus corpos foram instrumentalizados para o nascimento de seus filhos que, no mesmo plano, seriam apropriados¹⁰⁵³ (tradução nossa)¹⁰⁵⁴.

Enfim, fica evidente que a experiência da maternidade teve desdobramentos avassaladores sobre os corpos das mulheres, não apenas nos centros clandestinos de detenção, mas também no interior das próprias organizações.

Como aponta D’Antônio, por contrariar a lógica do que “deveriam ser”, muitas mulheres foram perseguidas, confinadas e assassinadas em uma proporção desigual¹⁰⁵⁵. Essas mulheres demarcaram nitidamente suas diferenças em relação aos modelos tradicionais de gênero, cujas expectativas não excediam as realizações de se tornarem boas mães, boas esposas “donas” do lar.

Nesse sentido, experimentaram uma sexualidade mais livre, casamentos que possibilitavam oportunidades de relações menos desiguais, além de poderem exercer suas participações políticas em organizações armadas. A maternidade também foi ressignificada. O contexto de igualdade e transformação social oriundos dos ideais revolucionários proporcionaram, mesmo que de forma limitada, uma nova interpretação política acerca da maternidade, que se distanciava do modelo tradicional¹⁰⁵⁶.

¹⁰⁵¹ D’ANTONIO, 2009, p. 98.

¹⁰⁵² “El género fue un clivaje decisivo a la hora de diseñar las tecnologías de dominación. El poder invisibilizó, ocultó y, en ocasiones, directamente extirpó todas las formas subjetivas perturbadoras. Esto fue particularmente decisivo en el caso de las mujeres, pues mientras los militares apostaban a imaginarlas y a representarlas como subjetividades apolíticas, dueñas del espacio doméstico y familiar, paradójicamente se vieron obligados a acorrallar a muchas de ellas por haber abandonado el destino prescrito y haber ocupado un lugar clave en las luchas populares del período”.

¹⁰⁵³ BACCI; ROBLES; OBERTI; SKURA, 2012, p. 52-53.

¹⁰⁵⁴ “Un repertorio particular de prácticas represivas se desplegó sobre quienes esperaban hijos al momento de ser secuestradas. Además de torturas particularmente dirigidas a atentar contra sus embarazos y cuestionarlas en su condición de mujeres, madres y militantes, sus cuerpos fueron instrumentalizados en función del nacimiento de los hijos que, como parte del mismo plan, serían apropiados”.

¹⁰⁵⁵ D’ANTONIO, 2009.

¹⁰⁵⁶ SEPÚLVEDA, 2014.

Contudo, como ressalta Martínez, todas as mulheres, em razão de suas condições genéricas femininas, foram limitadas em seus desenvolvimentos políticos. Na prática cotidiana, persistiram assimetrias de gênero que foram interpretadas como problemas de classe, ou seja, havia reconhecimento por parte das organizações da situação de desigualdade, mas consideravam que suas causas estavam atreladas a elementos da ordem social capitalista¹⁰⁵⁷. Em consonância com Martínez, Vasallo afirma que o machismo persistiu e as mulheres funcionaram como “apoio”, fundamentalmente como cuidadoras. Isso pode ser notado em suas dificuldades para alcançar níveis altos independentemente de seus méritos¹⁰⁵⁸.

A partir dessa compreensão, no próximo tópico vamos problematizar o processo de ascensão masculina e a supressão da presença feminina nos âmbitos do poder das organizações armadas. Como é sabido, muitas mulheres realizaram atuações de grande relevância, mas foram impedidas de assumirem cargos de maior poder.

4.3 QUEM CONDUZ A “ORGA1059”? ASSIMETRIAS DE GÊNERO NAS ORGANIZAÇÕES ARMADAS

De acordo com Analía Aucía, historicamente, conflitos e contextos repressivos são representados, realizados e decididos por varões. Em conformidade com o imaginário social ocidental, são os únicos detentores de valores imprescindíveis para vencer conflitos armados. “Por natureza”, são dotados de coragem, força, decisão, desapego etc.¹⁰⁶⁰ As mulheres, em sentido oposto, representam a delicadeza, o pacifismo e a fragilidade. Por essa razão, tornam-se “incoerentes” em contextos de combate.

A partir dessas considerações, compreendemos como as desigualdades de gênero se estruturam na sociedade. O lugar considerado legítimo para a mulher envolve a distância dos principais espaços de tomada de decisão. O homem, por outro lado, exerce atividades que envolvem a racionalidade e inteligência, motivo pelo qual se encontra apto a exercer funções associadas a maior poder. Essa estruturação social também é representada pelos corpos. O corpo masculino, através da proeminência dos músculos, transmite a ideia da força e do poder, enquanto o feminino expressa o belo, a vulnerabilidade e necessita de proteção.

¹⁰⁵⁷ MARTÍNEZ, 2015.

¹⁰⁵⁸ VASALLO, 2009.

¹⁰⁵⁹ *Orga* foi um termo utilizado por muitos militantes ao se referirem às organizações armadas.

¹⁰⁶⁰ AUCÍA, 2011.

Mesmo com todo esse processo social de desigualdade de gênero, é inegável a participação de muitas mulheres nos mais diversos espaços de combate. No entanto, é importante destacarmos que a “essencialização” da guerra como espaço masculino impactou intensamente as atuações femininas. Para Aucía, essa é uma das razões que explica o fato de as experiências das mulheres não terem recebido atenção ao longo da história humana¹⁰⁶¹.

Com base nessas percepções, dirigimo-nos às problemáticas da ascensão masculina nos espaços de poder das organizações armadas argentinas. Interessa-nos explorar as diversas formas de conflito que permearam os espaços de poder e as estratégias mobilizadas por mulheres para exercer suas militâncias de forma plena. Além disso, buscamos entender também se, de alguma forma, a “mulher-militante” conseguiu romper o *status* social de “inferioridade feminina” no universo das organizações armadas.

De acordo com Pilar Calveiro¹⁰⁶², um número importante de mulheres se envolveu nas organizações armadas nos anos 1970. Para ela, apenas o fato de essas mulheres ter a intenção de participar de forma “igualitária” aos homens, em uma militância armada, marcou claramente uma ruptura com o modelo tradicional feminino. Ademais, salienta que muitas mulheres se envolveram em discussões políticas e militares, rompendo com a lógica prévia da restrição feminina a âmbitos de apoio ou cobertura dos homens militantes¹⁰⁶³.

Não obstante, a desigualdade de gênero se revelava a partir da estrutura social, mas na organização era considerada, nas palavras de Calveiro, uma “contradição menor”. Podemos tomar como exemplo a discussão do “homem novo¹⁰⁶⁴”, uma vez que não havia uma preocupação em incluir o termo “mulher nova”. As organizações armadas justificavam as desigualdades de gênero a partir de um viés de classe, conforme apontamos. Entendiam que essas discussões eram oriundas de um individualismo burguês e que, desse modo, resolveriam-se simultaneamente com o sucesso da revolução. Segundo Felitti, até mesmo algumas mulheres militantes da esquerda viam as “(...) premissas de autonomia corporal postuladas pelo feminismo como uma ‘derivação de um individualismo burguês, que reforçava a ideia de

¹⁰⁶¹ AUCÍA, 2011.

¹⁰⁶² Pilar Calveiro nasceu na Argentina, em 1953, militou na organização Montoneros e foi sequestrada em 7 de maio de 1977 por um comando da Aeronáutica em Buenos Aires. Durante um ano e meio esteve desaparecida e passou por diversos centros clandestinos de detenção na Argentina, primeiro na Mansão Seré e finalmente na ex-Escola de Mecânica da Armada (ESMA), até ser libertada em 1978, quando se exilou primeiro na Espanha e posteriormente no México, onde reside até os dias atuais (MAGALHÃES, 2017).

¹⁰⁶³ AMADO, 2006, p. 61.

¹⁰⁶⁴ De acordo com Martínez, o modelo de *homem novo* surgiu no contexto dos anos 60 e 70. Nesse contexto, os movimentos de libertação nacional e os desejos de transformação social estavam na ordem do dia. Simultaneamente a esse processo, existia também uma proposta de construção de uma nova moral revolucionária. Defendida principalmente por Che Guevara, essa nova moral daria origem ao *homem novo*, isto é, a um militante revolucionário que se caracterizaria pelo sacrifício, heroísmo, obediência e entrega absoluta à causa revolucionária.

propriedade privada – no caso do próprio corpo – e que as distanciava da luta revolucionária”¹⁰⁶⁵ (tradução nossa)¹⁰⁶⁶. É nessa perspectiva que a chegada dos filhos era vista com bons olhos por parte de alguns militantes, na medida em que representava, nas palavras de Sepúlveda, o “nós” da sociedade do futuro que queriam construir¹⁰⁶⁷.

Nesse contexto, as relações de poder não eram visualizadas dentro da lógica de desigualdade de gênero. Segundo Pilar Calveiro, o rompimento com o modelo tradicional de mulher colocado em prática pelas organizações armadas legitimava a ideia de igualdade entre homens e mulheres. Dessa forma, muitas reivindicações em relação às desigualdades não eram apresentadas em razão de não serem vistas como tais. Para Calveiro,

(...) o tema das relações de poder entre homens e mulheres foi postergado e até menosprezado na discussão, tanto por eles quanto por nós, embora no cotidiano a gente lidasse constantemente com essas relações e o impacto que tinham na nossa prática. (...) No nosso caso implicava a pretensão de participar de forma "igualitária" em práticas tão desvantajosas como a militar onde era evidente, mas de difícil assimilação para nós, que as regras do jogo igualitário, partindo de condições desiguais, não fazem nada além de aprofundar a desigualdade¹⁰⁶⁸ (tradução nossa)¹⁰⁶⁹.

Contudo, com o passar do tempo, as práticas se mostravam cada vez mais assimétricas e os impactos na militância das mulheres ficavam evidentes. A condição da clandestinidade, por exemplo, acabava exigindo o resgate dos papéis tradicionais para homens e mulheres para não chamar atenção social. Calveiro relata que “os homens saíam para trabalhar por horas fixas as mulheres ficavam cuidando das crianças”¹⁰⁷⁰ (tradução nossa)¹⁰⁷¹. Esse processo demonstra a complexidade da situação das mulheres. Conseguiram “desvencilhar” do imaginário social e atuar nos espaços políticos, mas com o processo de clandestinidade das organizações armadas, retornaram aos ambientes privados. Nessas circunstâncias, dificilmente conseguiriam militar em igualdade.

¹⁰⁶⁵ FELITTI, 2016, p. 451-452.

¹⁰⁶⁶ “(...) *premisas de autonomía corporal que postulaba el feminismo eran consideradas por algunas militantes de izquierda como derivas de un individualismo burgués que reforzaba la idea de propiedad privada – en este caso del propio cuerpo – y que las alejaba de la lucha revolucionaria*”.

¹⁰⁶⁷ SEPULVEDA, 2014.

¹⁰⁶⁸ AMADO, 2006, p. 60-61.

¹⁰⁶⁹ “(...) *el tema de las relaciones de poder entre hombres y mujeres resultaba postergado e incluso menospreciado en la discusión, tanto por ellos como por nosotras, aunque en la vida diaria lidiábamos permanentemente con las relaciones y el impacto que tenían sobre nuestra práctica. (...) En nuestro caso implicaba la reivindicación de participar de manera "igualitaria" en prácticas tan desventajosas como la militar en donde resultaba evidente, pero de difícil asimilación para nosotras, que las reglas del juego igualitarias, al partir de condiciones desiguales, no hacen más que profundizar la desigualdade*”.

¹⁰⁷⁰ AMADO, op. cit., p. 62.

¹⁰⁷¹ “(...) *los hombres salían ‘a trabajar’ a horas fijas y las mujeres quedábamos al cuidado de los niños*”.

O depoimento a seguir, de Susana Ure¹⁰⁷², demonstra sua experiência no processo de clandestinidade da organização Montoneros. Ela vivia em uma casa operativa com seu marido e outros integrantes da organização:

(...) Ele era muito, muito ocupado, tinha um alto nível na organização e eu parei de estudar e me dediquei exclusivamente à militância e à vida doméstica. Me dedicava a cozinhar e limpar a casa, coisa que ninguém fazia apesar de todos os colegas que passaram por lá. E bem, assim, eu encontrava El Flaco à noite, com outros, porque sempre tinha gente em casa. A única lembrança que tenho sozinha foi um dia que fomos a Miramar e andamos de bicicleta¹⁰⁷³ (tradução nossa)¹⁰⁷⁴.

A situação vivida por Susana revela mais uma das dificuldades encontradas pelas mulheres para atuarem com protagonismo. Podemos perceber a manutenção da divisão de atribuições por gênero quando afirma que os colegas não se sentiam responsáveis pelas atividades de âmbito doméstico. Se esse tipo de situação impossibilitava sua militância nos âmbitos gerais da organização, como podemos pensar que mulheres como Susana poderiam assumir cargos de liderança? O acúmulo de atribuições domésticas nunca a permitiria adquirir conhecimento para liderar um cargo importante no grupo.

Além disso, como salienta Calveiro, o desenvolvimento militar era extremamente valorizado pelas organizações naquele momento e as mulheres, muitas vezes, não conseguiam, por inúmeros motivos, evoluir militarmente como os homens, que já nasciam sendo preparados socialmente para o enfrentamento. Nesse sentido, para Pilar Calveiro:

(...) Entre uma mulher com excelentes habilidades políticas e habilidades militares medíocres e um homem que se destacaria militarmente, embora sua visão política fosse pobre, este último era selecionado, entre outras coisas porque suas habilidades políticas lhe permitiriam questionar uma liderança bastante limitada nesse sentido, o que te colocava de imediato na categoria de 'dissidente'¹⁰⁷⁵ (tradução nossa)¹⁰⁷⁶.

¹⁰⁷² De acordo com Oberti, Susana Ure foi integrante do Montoneros e militou nas cidades de La Plata e Mar del Plata. Em 1975, seu primeiro marido, Víctor Hugo Kein, *El Flaco*, foi assassinado. Susana estava grávida e voltou para a casa do seu pai. Após o nascimento da sua filha, voltou a militar em La Plata. Contudo, depois da morte de seus dois primos, passou a militar na clandestinidade.

¹⁰⁷³ OBERTI, 2015, p. 159.

¹⁰⁷⁴ “(...) *Él estaba muy, muy ocupado, él tenía un nivel alto en la organización y yo dejo de estudiar y me dedico exclusivamente a la militancia y a la vida doméstica. Me dedicaba a cocinar y limpiar la casa, cosa que no hacía nadie a pesar de todos los compañeros que pasaron por ahí. Y bueno, así, me encontraba con el Flaco a la noche, con otros, porque siempre había gente en la casa. El único recuerdo que tengo solos fue un día que nos fuimos a Miramar y fuimos a andar en bicicleta*”.

¹⁰⁷⁵ AMADO, 2006, p. 64.

¹⁰⁷⁶ “(...) *Entre una mujer con capacidades políticas sobresalientes y capacidades militares mediocres y un hombre que destacara militarmente aunque su visión política fuera pobre, se seleccionaba a este último, entre otras cosas porque las capacidades políticas permitieron cuestionar a una conducción bastante limitada en ese sentido, lo que te colocaba de inmediato en la categoría de 'disidente'*”.

Os depoimentos reproduzidos expressam como as diversas formas de desigualdade de gênero afastavam as mulheres dos espaços de poder. A estrutura hierárquica era mantida a partir da naturalização de comportamentos assimétricos. Desse modo, as mulheres sempre ficavam marginalizadas, independentemente de seus méritos. Na prática, as organizações não conseguiram romper com construções e imaginários sociais a ponto de incluir as mulheres em níveis de igualdade. Ademais, em razão das dívidas históricas em termos de desigualdade, seria impossível resolver todos os problemas que se colocavam. A legitimação de certas práticas ao longo do tempo criava realidades prejudiciais às mulheres e favoráveis aos homens. Por conseguinte, essas realidades corroboravam com a hegemonia masculina em espaços de poder.

O relato de Marta Álvarez¹⁰⁷⁷ expõe algumas dificuldades enfrentadas pelas mulheres quando tentavam chegar a níveis maiores de poder:

De fato, para chegar a um certo nível não era fácil. De fato, muito poucas chegaram e nem sequer chegaram a cargos de chefia, por mais brilhantes que fossem, por mais capacitadas que fossem, sempre faltava alguma coisa, sempre havia algo que faltava, “porque não pode ocupar porque você tem filhos, por isso, por outro...” como se a ocupação dos filhos fosse apenas da companheira. Mas, no entanto, era assim. “Porque não tem a força de um homem, porque é mais fraco que um homem”, sempre havia algo que era menos, embora houvesse quadros espetaculares. Porém, você está sempre lá, nunca chega a uma avaliação dizendo que como quadro político e como militante merece ser a direção. Na direção nacional não há praticamente nenhuma companheira, e era uma organização onde havia muitas companheiras, muitos quadros, pessoas altamente capacitadas. Pessoas que poderiam ter dirigido, com treinamento militar¹⁰⁷⁸ (tradução nossa)¹⁰⁷⁹.

A partir das palavras de Marta, podemos identificar uma tendência crítica em relação à marginalização feminina. Há uma percepção ou até mesmo uma reivindicação de direitos, quando afirma que, na condução, não havia nenhuma companheira. Nesse sentido, podemos perceber a existência de conflitos que permeavam os espaços de poder. Apesar de não exercerem papéis de condutoras da organização, questionavam a estrutura de desigualdade e

¹⁰⁷⁷ Marta Álvarez foi militante da organização Montoneros. Em 1976, foi sequestrada por um grupo de tarefas da *Escuela de Mecánica de la Armada* (ESMA), para onde foi levada e permaneceu até 1979. No momento do sequestro estava grávida. Seu filho mais velho nasceu no hospital naval enquanto estava detida na ESMA.

¹⁰⁷⁸ OBERTI, 2015, p. 204-205.

¹⁰⁷⁹ “*De hecho, para llegar a ser un cuadro de cierto nivel no era fácil. De hecho muy pocas llegaron y ni siquiera llegaron a puestos de conducción, por más brillantes que fueran, por más capacitadas que estuviesen siempre había algo que faltaba, siempre había algo que no llegaba, ‘porque no se puede ocupar porque tiene hijos, por esto, por lo otro...’ como si la ocupación de los hijos fuera sólo de la compañera. Pero, sin embargo, era así. ‘Porque no tiene la fuerza del varón, porque es más débil que el varón’, siempre había algo que era para menos, por más que hubiese cuadros espectaculares. Sin embargo, siempre estás ahí, que no alcanzás nunca a una valoración diciendo que como cuadro político y como militante merece ser la conducción. En la conducción nacional no hay prácticamente ninguna compañera, y era una organización donde había muchas compañeras, muchos cuadros, gente muy formada. Gente que podría haber dirigido, con adiestramiento militar.*”

buscavam alternativas para superação das suas limitações. Uma dessas alternativas foi adoção da prática da maternidade social, detalhada no tópico anterior.

Na mesma direção, Pilar Calveiro enfatiza a existência de conflitos em relação às conduções e hierarquias internas:

Minha percepção pessoal é que as mulheres foram muito mais críticas à linha “oficial”, mais questionadoras das lideranças e hierarquias internas, mais aguçadas para perceber as contradições entre o discurso das organizações e a realidade política circundante, menos disciplinadas que os homens. um fato significativo a esse respeito é que apenas uma mulher se tornou membro da Direção Nacional dos Montoneros ¹⁰⁸⁰ (tradução nossa)¹⁰⁸¹.

A intensa dedicação de muitos homens ao militarismo os distanciava, em alguma medida, das discussões políticas. Nesse contexto, algumas mulheres conseguiam ter uma visão mais crítica e questionadora da realidade em que viviam, inclusive acerca de questões de desigualdade nos espaços de poder. De acordo com Martínez:

As esposas de dirigentes – militantes – foram muito críticas com o partido e afirmaram taxativamente, que o ingresso às altas esferas estava vedado às mulheres por uma questão de machismo. Algumas delas nesse momento, fizeram ouvir sua voz de protesto, haviam começado a reclamar pelo compartilhamento de tarefas domésticas (...). Outras, admitiram ter dado conta de suas situações de desvantagem com respeito aos varões, muito tempo depois (no exílio) depois de se vincularem com organizações de ordem feminista, que lhes conferiram ferramentas de análise para poder entender esse tipo de processo social¹⁰⁸² (tradução nossa)¹⁰⁸³.

O caso de Norma Arrostito demonstra todo esse processo de conflito e dificuldade das mulheres para alcançar espaços em cargos de alto comando. Norma foi a única mulher a se tornar membro da Direção Nacional dos Montoneros. Contudo, com a morte do seu marido, em setembro de 1970, foi reconhecida como “la viuda”. Apesar da sua experiência e importantes atuações, nunca foi a número um da organização, como foram outros homens.

Em depoimento, Marta Álvarez, militante montonera, afirma:

¹⁰⁸⁰ AMADO, 2006, p. 64.

¹⁰⁸¹ “*Mi percepción personal es que las mujeres fuimos mucho más críticas con la línea "oficial", más cuestionadoras de las conducciones y las jerarquías internas, más agudas para percibir las contradicciones entre el discurso de las organizaciones y la realidad política circundante, menos disciplinadas que los hombres. Creo que un hecho significativo al respecto es que una sola mujer llegó a ser miembro de la Conducción Nacional de Montoneros*”.

¹⁰⁸² MARTÍNEZ, 2015, p.146.

¹⁰⁸³ “*Las esposas de dirigentes – militantes – fueron muy críticas con el partido y afirmaron tajantemente, que el ingreso a las altas esferas, estaba vedado a las mujeres por una cuestión de machismo. Algunas de ellas en ese momento, hicieron oír su voz de protesta, habían empezado a reclamar por un reparto equitativo de las tareas domésticas (...). Otras admitieron haberse dado cuenta de su situación de desventaja con respecto a los varones, mucho tiempo después (en el exilio) y luego de haberse vinculado con organizaciones de corte feminista, lo cual les otorgó herramientas de análisis para poder entender este tipo de procesos sociales*”.

(...) bom, Gaby Arrostito era um bronze e sem embargo não tinha nenhum tipo de hierarquia alta como podia ter outro companheiro. Participou de operações, esteve no caso Aramburu... era uma companheira que seguia sua militância, que tinha um compromisso de por vida, digamos, sem embargo Arrostito não foi mais que um oficial. É uma organização onde Firmenich havia estado na mesma operação e não acredito que tivesse maior formação que a Gaby. Sem embargo, Firmenich era o comandante e Arrostito era uma subalterna¹⁰⁸⁴ (tradução nossa)¹⁰⁸⁵.

Como explica Gabriela Saidón, Norma Arrostito foi a única montonera, juntamente com Fernando Abal Medina, que foi a Cuba para receber treinamento militar; assim, o restante do grupo tinha menos conhecimento acerca da luta armada. Norma participava ativamente do grupo, opinava nas decisões político-ideológicas e orientava nas questões técnicas de segurança, tais como uso de explosivos, entre outros. No entanto, após a morte do seu companheiro Fernando Abal Medina, chefe máximo do Montoneros, Norma não teve os mesmos espaços de atuação no grupo. Nas palavras de Saidon: “Na segunda feira, 7 de setembro de 1970, Norma Arrostito passava a ser, dentro de Montoneros, a ‘Viúva’”¹⁰⁸⁶(tradução nossa)¹⁰⁸⁷.

Dessa forma, podemos constatar que a posição de destaque alcançada por Norma não estava necessariamente ligada a seus méritos pessoais, mas à relação que tinha com o líder Fernando Abal Medina. Segundo Alicia¹⁰⁸⁸, militante do Montoneros entrevistada por Saidon: “Com algumas exceções, a maioria das primeiras dirigentes peronistas havia sido selecionada como tal desde o poder especialmente entre as esposas de funcionários e políticos justicialistas”¹⁰⁸⁹ (tradução nossa)¹⁰⁹⁰.

Além disso, após a morte de Fernando Medina, surgiram narrativas depreciativas de cunho sexual acerca de Norma Arrostito. De acordo com a companheira de militância de Norma, Antônia Canizo¹⁰⁹¹, entrevistada por Gabriela Saidon, Rodolfo Galimberti¹⁰⁹² afirmava

¹⁰⁸⁴ OBERTI, Alejandra. *Las Revolucionarias: militancia, vida cotidiana y afetividad en los setenta*. Buenos Aires: Edhasa, 2015, p. 205.

¹⁰⁸⁵ “(...) bueno Gaby [Norma] Arrostito era un bronce y sin embargo Arrostito no tenía ningún tipo de jerarquía alta como podía tener otro compañero. Haber participado de operaciones, haber estado en Aramburu... era una compañera que seguía su militancia, que tenía un compromiso de por vida, digamos, sin embargo Arrostito no fue más que un oficial. Es una organización donde por ahí Firmenich había estado en la misma operación y no creo que tuviese mayor formación que la que hubiese tenido Gaby. Sin embargo Firmenich era el comandante y Arrostito era una subalterna”.

¹⁰⁸⁶ SAIDON, 2005, p. 58.

¹⁰⁸⁷ “(...) ese lunes 7 de setiembre de 1970, Norma Arrostito pasaba a ser, dentro de Montoneros, la ‘Viuda’”.

¹⁰⁸⁸ Gabriela Saidon não apresentou informações sobre a vida de Alicia, apenas informou que foi uma militante do Montoneros e se casou com Ramón C.

¹⁰⁸⁹ SAIDON, 2005, p. 41.

¹⁰⁹⁰ “Salvo algunas excepciones, la mayoría de las primeras dirigentes peronistas había sido seleccionada como tal desde el poder, especialmente entre las esposas de funcionarios y políticos justicialistas”.

¹⁰⁹¹ Gabriela Saidon não apresentou informações sobre Antônia Canizo.

¹⁰⁹² Rodolfo Gabriel Galimberti nasceu em 1947, foi um dos líderes da organização armada Montoneros. Sua mãe se chamava Arminda Castelucci e seu pai, Ernesto Galimberti. Seu pai era servidor da marinha e pertencia a uma

em sua biografia ter tido relações sexuais com Norma ao mesmo tempo que outros homens. Esse fato foi negado por ela. Segundo Canizo, Norma Arrostito nunca suportou Galimberti e, dessa forma, essas atitudes não condiziam com o seu perfil. Assim, expõe sua insatisfação em relação a tal acusação: na sua ótica, faltou justiça a Norma, uma vez que, no lugar de mostrar sua imagem de determinação e compromisso com a luta por uma causa coletiva (o que ela realmente representou no grupo), foi compartilhada uma imagem falsa, que transmitia uma ideia ligada apenas a assuntos relacionados a sexualidade. Em suas palavras: “(...) me deu muita raiva que a colocassem no livro de uma maneira tão desagradável e que ficasse na história apenas isso: com quantos se deitou. É ignorar a imagem de uma vida de entrega e compromisso”¹⁰⁹³ (tradução nossa)¹⁰⁹⁴.

Mais uma vez, podemos identificar como os conflitos de gênero afetavam diretamente as relações de poder no interior das organizações armadas. Pelo fato de questões de cunho sexual terem significado social diferente para homens e mulheres, acabavam se transformando em um “armamento pesado” contra as mulheres. Nesse contexto, suas condutas enquanto militantes eram julgadas a partir de aspectos morais e não por meio de seus méritos e conhecimentos na militância.

Por fim, Antônia Canizo ainda afirmou que a militância ocupava todos os aspectos da vida de Norma e, por essa razão, havia decidido não ter filhos¹⁰⁹⁵. Nessa perspectiva, Norma rompia com toda a lógica social das atribuições femininas. Não quis ser mãe e nem mesmo se dedicou aos âmbitos domésticos, tornando-se, assim, uma mulher diferente em relação ao modelo tradicional.

A disposição de Norma com a luta revolucionária foi identificada no contexto da sua prisão na ESMA. Em 2 de dezembro de 1976, foi capturada e levada para a Escola de Mecânica da Armada (ESMA), onde passou os últimos 410 dias de sua vida. Segundo Saidon, foi usada como troféu pelos militares – quando chegavam os novos detidos, eram levados até ela com o objetivo de desestruturá-los psicologicamente. Parte da conversa de boas-vindas era para

família católica e de direita. Segundo Marcelo Larraquy e Roberto Caballero, Rodolfo era um rapaz violento e desde cedo havia aprendido a manejar armas. Seu pai havia sido seu primeiro instrutor (MARZIOTTA, Gisela. Rodolfo Galimberti, el chico que jugaba con armas. *Página/12*, Argentina, 19 de mai. 2020. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/266296-rodolfo-galimberti-el-chico-que-jugaba-con-armas>. Acesso em 11 de jul. 2023).

¹⁰⁹³ SAIDON, 2005, p. 96.

¹⁰⁹⁴ “Me dio mucha bronca que en el libro la pinten de una manera tan desagradable y que lo que quede en la historia sea esto: con cuántos tipos se acostó. Es ensuciar la imagen de una vida de entrega y de compromiso”.

¹⁰⁹⁵ SAIDON, op. it.

mostrar que Arrostito estava sob seus poderes¹⁰⁹⁶. Muitos militantes entrevistados por Saidon relataram a força e a tranquilidade de Norma no centro de detenção. Silvia Labayrú relatou:

Gaby, como a chamávamos lá dentro, tinha uma atitude distinta de todos os demais, parecia um morto vivo. Era uma espécie de presença fantasmagórica. Era uma pessoa muito quente, muito estranhável, muito sorridente, que transmitia a imagem de alguém que tivesse paz interior e aceitado o seu destino¹⁰⁹⁷ (tradução nossa)¹⁰⁹⁸.

Em síntese, os relatos demonstram a importância de Norma Arrostito não apenas no espaço da organização, mas também como representação de poder nas mãos dos militares. Tudo isso indica seu potencial como militante e sua dedicação à causa em que acreditava, a revolução.

No PRT/ERP, a situação de desigualdade de gênero foi bem semelhante à do Montoneros. Para Martínez, apesar de existir um grande número de mulheres no PRT/ERP, apenas duas chegaram a formar parte do órgão diretivo (Comitê Central). Além disso, elas eram esposas de dois dos principais dirigentes da organização. Eram Liliana Delfino, segunda esposa de Mário Roberto Santucho, e Susana Gaggero, casada com Luis Pujals. Martínez salienta também que se tratava de um espaço em que hierarquias eram extremamente respeitadas e, nesse sentido, certas práticas assimétricas de gênero eram mantidas. Logo, para as mulheres, era mais difícil chegar a cargos de direção¹⁰⁹⁹.

Júlia, militante do PRT/ERP, afirma: “Na realidade militávamos todos, em casal, como irmãos, não havia diferença em nosso compromisso, não sentíamos diferentes quando discutíamos. Mas nos cargos de condução se manifestava... Eu sempre me senti muito bem tratada”¹¹⁰⁰ (tradução nossa)¹¹⁰¹.

Nessa mesma lógica, militantes entrevistadas por Marta Diana afirmaram que, apesar de se sentirem reconhecidas na luta política, práticas de desigualdade de gênero se manifestavam. Para Ramona:¹¹⁰²

(...) no partido havia machismo e não gostava. Havia companheiras muito capacitadas, que manejavam armas; sem embargo não chegaram a postos altos. A mulher pode ter

¹⁰⁹⁶ SAIDON, 2005.

¹⁰⁹⁷ Idem, ibidem, p. 163.

¹⁰⁹⁸ “*La Gaby, como le decíamos ahí adentro, tenía una actitud distinta de la de todos los demás, parecía un muerto viviente. Era una especie de presencia fantasmagórica. Era una persona muy cálida, muy entrañable, muy sonriente, daba la imagen de alguien que tiene paz interior, que ha aceptado su destino*”.

¹⁰⁹⁹ MARTÍNEZ, 2015.

¹¹⁰⁰ Idem, ibidem, p. 142.

¹¹⁰¹ “*En realidad militábamos todos, en pareja, como hermanos, no había diferencia en nuestro compromiso, no nos hacían sentir diferentes cuando discutíamos. Pero en los cargos de conducción se manifestaba... Yo siempre me sentí muy bien tratada*”.

¹¹⁰² Os nomes das militantes entrevistadas por Marta Diana não são reais, nem “nomes de guerra”, mas inventados. As exceções são: Teresa Meschiatti, Liliana Callizo, Néida Augier e Graciela Daleo.

menos força física que o homem, mas vi mulheres com uma decisão e uma coragem que muitos homens não tem¹¹⁰³ (tradução nossa)¹¹⁰⁴.

Liliana Callizo¹¹⁰⁵ também relata a dificuldade das mulheres para alcançar espaços de poder:

É certo que as mulheres não passaram de quadros médios, mas se compararmos com outras áreas da sociedade atual, verifica-se que apesar da independência que muitas mulheres têm, nem sempre ocupam um cargo de gestão. Às vezes, isso é produto do machismo imperante, em outras é uma escolha inteligente por parte de mulheres que preferem não comprometer tanto suas vidas. E para mim esse tipo de decisão também tem a ver com a independência feminina. Não nego que tenha havido machismo nas organizações. Erradicá-lo foi justamente a tarefa que intentamos no novo estilo de relacionamento que propúnhamos entre um novo homem e uma nova mulher. Havia uma vontade expressa de considerar as mulheres iguais. O que acontece é que existe um problema com as crianças que é muito difícil de resolver, e tampouco nós o fizemos. Dada a relação entre o filho e a mãe, parece que por lei e direito quase tudo lhe corresponde, e isso era o que geralmente acontecia¹¹⁰⁶ (tradução nossa)¹¹⁰⁷.

Como se pode notar, boa parte das militantes reconheciam os conflitos existentes entre as relações assimétricas de gênero e suas articulações com as esferas de poder. Muitas delas resistiram a essa lógica. Além dos diversos questionamentos a suas condições, também utilizaram estratégias concretas para transformar suas realidades. Susana Gaggero foi um exemplo desse tipo de resistência. Júlia relata a luta de Susana para tornar as mulheres protagonistas na política. Para Júlia, Susana era “oportuna para interferir em todos os atos que nós realizamos, para formarmos, para nos animar (...). Nisso ela mostrava muitíssimo ânimo

¹¹⁰³ DIANA, 1997, p. 85.

¹¹⁰⁴ “*También creo que en el partido había machismo y no me gustaba nada. Había compañeras muy capacitadas, que se jugaban con las armas; sin embargo no llegaban a los puestos altos. La mujer suele tener menos fuerza física que el hombre, pero he visto mujeres con una decisión y un coraje que muchos hombres no tienen*”.

¹¹⁰⁵ Liliana Beatriz Callizo nasceu em Córdoba e, nos anos 1970, foi uma ativa militante social e política. Militou no PRT/ERP. Em 1976 foi sequestrada pelas forças de segurança nacional e levada ao centro clandestino de detenção La Perla, onde permaneceu até 1978. Exilou-se primeiro no Brasil e depois na Espanha (MEMORIA ABIERTA. Testimonio de Liliana Callizo. Córdoba, 2 de jul. 2009. Disponível em: <https://memoriaabierta.indice.ar/item/44935>. Acesso em 11 de jul. 2023).

¹¹⁰⁶ DIANA, 1997, p. 115.

¹¹⁰⁷ “*Es cierto que las mujeres no pasaron de cuadros medios, pero si lo comparamos con otras áreas de la sociedad actual, puede verse que sin desmedro de la independencia que tienen muchas mujeres, no siempre ocupan un cargo de dirección. A veces, eso es producto del machismo imperante, en otros se trata de una elección inteligente por parte de mujeres que prefieren no comprometer tanto su vida. Y para mí ese tipo de decisiones también tiene que ver con la independencia femenina. No niego que en las organizaciones haya habido machismo. Erradicarlo fue justamente la tarea que intentamos dentro del nuevo estilo de relaciones que planteamos entre un hombre y una mujer nuevos. Existía una voluntad expresa de considerar igual a la mujer. Lo que pasa es que hay una cuestión con los hijos que es un tema muy difícil de resolver, y tampoco nosotros lo hicimos. Dada la relación entre el hijo y la madre parece que por ley y derecho a ella le corresponde casi todo, y es lo que pasaba generalmente*”.

para que tomássemos a palavra, escrevêssemos e fôssemos oradoras em alguns atos”¹¹⁰⁸(tradução nossa)¹¹⁰⁹.

Apesar de pouquíssimas mulheres terem alcançado espaços concretos de poder nas organizações, através dos depoimentos foi possível compreendermos ter havido uma grande mobilização por parte delas para exercer suas militâncias. Mesmo com todas as limitações impostas pelas assimetrias de gênero, lutaram plenamente pelas causas que acreditavam. Sob esse ponto de vista, podemos considerar que diversos modos de “ser mulher” se fizeram presentes em todo o processo de atuação das organizações armadas. Nessa perspectiva, conseguiram romper com o *status* social definitivo e essencialista de “mulher-mãe” (boa esposa, boa dona de casa, “mulher comportada” etc.). Assim, outras práticas se tornaram “permissíveis” às mulheres e novas identidades se constituíram. Transformaram-se em mulheres a partir de suas construções subjetivas, distantes do “destino exclusivo e fundamental” da maternidade.

Por conseguinte, no próximo tópico, vamos discutir, através de distintas vozes, os múltiplos significados do que foi “ser mulher” na luta armada.

4.4 O QUE É SER MULHER NA LUTA ARMADA? AS VÁRIAS IDENTIDADES DA MULHER MILITANTE

Ser mulher na luta armada não tem um sentido único. As organizações armadas foram universos de experiências múltiplas e, nesse sentido, é impossível encontrar um significado que dê conta de incorporar toda a complexidade desse processo. Ademais, cada um dos indivíduos inseridos nesse âmbito carregava consigo identidades distintas, que refletiram em suas escolhas e ações. Para Lucía Velasco, a identidade “(...) é o conjunto de características que distinguem a subjetividade do sujeito em relação com o ser e a existência”¹¹¹⁰ (tradução nossa)¹¹¹¹. Destarte, é importante ressaltar que nem todas as identidades são escolhidas pelos sujeitos, algumas são determinadas pela lógica social. A identidade de gênero se situa nessa condição: os sujeitos são classificados binariamente a partir da interpretação de seus corpos, que cotidianamente confirmam tais classificações com práticas específicas de cada gênero. No entanto, é importante

¹¹⁰⁸ MARTÍNEZ, 2015, p. 83.

¹¹⁰⁹ “*Oportuna para intervenir en todos los actos que nosotros realizamos, para formarte, para que te animaras (...). En esto ella mostraba muchísimo ánimo para que tomáramos la palabra, escribiéramos y fuéramos oradores en algunos actos*”.

¹¹¹⁰ VELASCO, 2005.

¹¹¹¹ “*(...) es el conjunto de características que distinguen la subjetividad del sujeto en relación con el ser y la existencia*”.

salientar também que as identidades são lugares de conflito e tensão, principalmente por haver uma luta para dar significado às experiências que moldam essas identidades. Assim, o fato de as identidades não serem optativas não significa que são necessariamente estáticas. Segundo Scott:

(...) sujeitos têm agenciamento. Eles não são indivíduos unificados, autônomos, que exercem o livre arbítrio, mas ao contrário, são sujeitos cujo agenciamento é criado através de situações e posições que lhes são conferidas. (...) Sujeitos são constituídos discursivamente, a experiência é um evento linguístico (não acontece fora de significados estabelecidos), mas não está confinada a uma ordem fixa de significados. Já que o discurso é, por definição, compartilhado, a experiência é coletiva assim como individual¹¹¹².

Dessa maneira, nosso intuito é compreender os conflitos e tensões que permearam as mais diversas identidades das mulheres militantes, tornando visíveis situações que limitaram práticas de militância feminina, instituídas pela sociedade e também pela organização. Apesar da impossibilidade de dar conta da totalidade do processo de diversidade dos significados do que foi ser mulher nesses espaços, apresentamos algumas versões desses sentidos, partindo de experiências concretas da militância e desconstruindo visões universalizantes vinculadas exclusivamente a atribuições binárias de gênero.

Contudo, antes de nos adentrarmos à análise é importante fazermos algumas pontuações. Como nos lembra Alinne Bonetti:

A atribuição de significados às práticas sociais em geral, e às políticas em particular, ocorre em um contexto caracterizado por conflitos e relações de poder. Nesse sentido, a luta por significados e por quem tem o direito de atribuí-los não é apenas, em si mesma, uma luta política, mas é também inerente e constitutiva de toda a política¹¹¹³.

Partindo desse pressuposto, entendemos os espaços políticos das organizações armadas como locais constituídos por relações de poder. Dessa maneira, como ressalta Butler, o “sujeito masculino ocidentalizado” é quem tem legitimidade e autorização para atuar no campo do político¹¹¹⁴. Nessa acepção, é útil fazer a diferenciação de campo *da* política e campo *do* político. De acordo com Sônia Alvarez, o campo *da* política é aquele que envolve os espaços de atuação da política propriamente dita, isto é, os *lobbies institucionais*. Já o campo *do* político é aquele, em suas palavras, que se constitui em um “sentido mais amplo, que incide no cultural,

¹¹¹² SCOTT, 1999, p. 42.

¹¹¹³ BONETTI, Alinne de Lima. As arapiracas do feminismo campo político feminista, alteridades, gênero e poder. *Revista Tomo*, São Cristóvão, n. 12, p. 145-172, 2008, p. 146. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/tomo/article/view/461/377>. Acesso em 15 de jul. 2022.

¹¹¹⁴ BUTLER, Judith. Fundamentos contingentes: O feminismo a questão do “pós-modernismo”. *Cadernos Pagu* - Trajetórias do gênero, masculinidades..., Campinas, v. 11, p. 11-42, 1998. Disponível em: [https://ieg.ufsc.br/storage/articles/October2020//Pagu/1998\(11\)/Butler.pdf](https://ieg.ufsc.br/storage/articles/October2020//Pagu/1998(11)/Butler.pdf). Acesso em 25 de jan. 2023.

simbólico, e nas relações de poder/de gênero que ali se constituem e se reconfiguram continuamente”¹¹¹⁵.

Considerando esses apontamentos, compreendemos mais um dos motivos que explicam o fato de mulheres como Norma Arrostito (abordada no tópico anterior) não terem exercido a função de poder que sua capacitação permitia. Compreendemos também a adoção do modelo “pressupostamente masculino” eleito como universal no campo do político. No depoimento abaixo, Maria¹¹¹⁶ relata o significado de ser mulher no contexto político de uma organização armada:

(...) não é que antes eu não era mulher e agora sim, não, eu sempre soube que ser homem não era o mesmo que ser mulher, mas antes, naquele momento me parecia secundário (...) você me pergunta na concepção da revolução, o que ia ser, tenho que dizer que não, isso nunca apareceu. Mas tudo bem, porque tem sua lógica, nós mulheres não questionávamos, porque a coisa era, é... vamos ver... era... era... (ela ri e diz bem enfaticamente). Vou te dizer resumindo: ‘seremos como o Che...’ entendeu? E nós mulheres também queríamos ser isso, nosso modelo era esse...¹¹¹⁷ (tradução nossa)¹¹¹⁸

Ao analisarmos o depoimento de Maria, podemos notar como “posturas masculinas” são legitimadas no o campo *do* político. Sua fala evidencia a relação de poder do masculino nesse espaço. Apresentar-se como mulher seria sinônimo de inferioridade, pois apenas o masculino poderia conferir poder ao militante.

Muitas mulheres também relataram que o modo como se vestiam geravam críticas e até acusações de serem pequeno-burguesas. A ideia da representação do feminino como inferior no âmbito da política, mais uma vez, é confirmada. No depoimento a seguir, Marta¹¹¹⁹ fala da reação do seu marido quando se maquiava:

Quando meu marido é preso por conta da tomada do Comando de Saúde, comecei a visitar o presídio e fiquei com vergonha porque me maquiei, porque coloquei a melhor

¹¹¹⁵ ALVAREZ, Sonia. Feminismos latino-americanos. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 6, n. 2, p. 1-21, 1998, p. 3. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/12008>. Acesso em 15 de jul. 2022.

¹¹¹⁶ Este relato foi retirado do texto: “Contarse a sí mismas. La dimensión biográfica en los relatos de mujeres que participaron en las organizaciones político-militares de los 70” (2006), de autoria de Alejandra Oberti. A referida autora informa apenas o primeiro nome da testemunhante.

¹¹¹⁷ OBERTI, Alejandra. Contarse a sí mismas. La dimensión biográfica en los relatos de mujeres que participaron en las organizaciones político-militares de los 70. In: CARNOVALE, Vera; LORENZ, Federico; PITTALUGA, Roberto et al. *Historia, memoria y fuentes orales*. Buenos Aires: Ediciones CeDInCI, 2006, p. 48. Disponível em: <https://memoriaabierta.org.ar/wp/historia-memoria-y-fuentes-orales/>. Acesso em 15 de jul. 2022.

¹¹¹⁸ “(...) *no es que antes yo no era mujer y ahora sí, no, yo siempre supe que no era lo mismo ser varón que ser mujer, pero antes, en ese momento me parecía secundario (...) vos me preguntás si en la concepción de la revolución, de lo que iba a ser... entraba la cuestión de la mujer, yo te tengo que decir que no, nunca aparecía eso. Pero, está bien, porque tiene su lógica, las mujeres no lo cuestionábamos, porque la cosa era, eh... a ver... era...era ... (se ríe y dice muy enfáticamente) te lo voy a resumir: ‘seremos como el Che...’ ¿me explico? y las mujeres también queríamos ser eso, nuestro modelo era ese...*”

¹¹¹⁹ Paola Martínez não divulga o nome completo da depoente, apenas Marta. Também não divulga nenhuma outra informação sobre a militância da depoente.

roupa e quando entrei na prisão meu marido me tirou a maquiagem assim com as mãos porque eu era pequeno-burguesa...¹¹²⁰(tradução nossa)¹¹²¹

O fato de Marta se apresentar distante do modelo estabelecido para mulheres nas organizações armadas incomodava seu marido. O espaço da revolução deveria ser marcado exclusivamente por posturas que expressassem a ideia da masculinidade, incluindo não se maquiar.

Outra situação nesse sentido foi identificada no depoimento de Mónica¹¹²², que descreveu Susana Gaggero como uma pessoa “calada e muito feminina apesar de seus cargos importantes”¹¹²³ (tradução nossa)¹¹²⁴. Para Mónica, existia uma incompatibilidade com o fato de Susana ser calada, muito feminina e ter cargos importantes. Esse tipo de comportamento causava estranhamento, exatamente por se esperar uma “conduta masculina” de quem assumia cargos importantes, sendo a “conduta universal” que deveria ser exercida nos espaços do político.

Da mesma forma, Norma Arrostito também foi apresentada por seus companheiros de militância com “marcas de feminilidade”. De acordo com Bacci e Crespo, os militantes a descreveram da seguinte forma:

Seu perfil baixo nas reuniões se misturava à grande determinação de suas palavras ao se posicionar ou opinar sobre um tema a ser discutido. A ausência de arrogância em sua personalidade e, em contrapartida, sua acentuada humildade, costumavam ser características valorizadas por seus ex-companheiros, evidenciando assim também sua fragilidade na hora de comandar e dar ordens. Essa falta de autoritarismo foi lidapor alguns como falta de liderança. (...) Sua doçura no trato com os outros, a delicadeza no vestir e a simplicidade na gestão do cotidiano parecem estar longe da conceitualização de sua figura definida como a mulher ‘guerrilheira’¹¹²⁵ (tradução nossa)¹¹²⁶.

¹¹²⁰ MARTÍNEZ, 2015, p.77.

¹¹²¹ “Cuando a mi marido lo detienen por el copamiento del Comando Sanidad yo empiezo hacer visitas en la cárcel y yo era la vergüenza de la cola porque me pintaba, porque me ponía la mejor pilcha y cuando entraba a la cárcel mi marido me sacaba la pintura así con las manos porque yo era pequeño-burguesa...”

¹¹²² Paola Martínez não divulga o nome completo da depoente, apenas Mónica. Também não divulga nenhuma outra informação sobre a militância da depoente.

¹¹²³ MARTÍNEZ, 2015, p. 82.

¹¹²⁴ (...) *cálida y muy femenina ‘apesar que andava en cargos importantes’*”.

¹¹²⁵ BACCI, Cláudia; CRESPO; Leandro Diego Basanta. Norma Arrostito. Mujer política. Su construcción subjetiva desde la militancia montonera. *Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis*, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 89-108, 2013, p. 91-92. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5175581.pdf>. Acesso em 12 de fev. 2016.

¹¹²⁶ “Su perfil bajo en las reuniones se mimetizaba con la gran determinación de sus palabras a la hora de dar su postura u opinión sobre un tema a discutir. La ausencia de soberbia en su personalidad y en contraste, su marcada humildad, suelen ser características valoradas por sus ex compañeros, mostrando así también su debilidad a la hora de mandar y dar órdenes. Esta falta de autoritarismo supo ser leída por algunos como una carencia de liderazgo. (...) Su dulzura en el trato con los demás, la delicadeza en la forma de vestirse y su sencillez a la hora de desenvolverse en la vida cotidiana parecen estar lejos de la conceptualización de su figura definida como ‘la mujer guerrillera’”.

Nesse contexto, Bonetti explica que o jogo político é marcado por “sentidos” compartilhados culturalmente¹¹²⁷. Assim, o sujeito ocidental masculinizado atrela sentido de gênero ao jogo político, atribuindo a ele regras e códigos culturais a serem seguidos. Essas regras e códigos são associados exclusivamente ao masculino, a partir de atributos como força, agressividade e virilidade, conforme já descrevemos.

Em razão desses sentidos e significados sociais, mulheres como Norma Arrostito não eram vistas como o modelo ideal para assumir a liderança da organização. Na mesma lógica, podemos compreender também o estranhamento causado por Susana Gaggero a militantes como Mónica, que não entendiam o fato de uma liderança ter características distintas do modelo ocidental masculinizado.

Para Lucia Velasco, as mulheres viviam uma tensão constante entre a representação do modelo cultural da mulher e elas mesmas, enquanto sujeitos históricos reais¹¹²⁸. Uma situação que ilustra esse tipo de situação pode ser percebida no relato de Olga¹¹²⁹, citado por Rosa Gómez:

No ano de 63 me afiliei, sempre fui militante. Tinha um rapaz que era contador num emprego que eu tinha numa casa de música e ele me dizia ‘você sempre com política e nunca com namorado’. (...) Quando eu tinha vinte e poucos anos, as pessoas pensavam assim. Primeiro, que era mais difícil para uma mulher ser tão independente e depois, como ela vai entrar na política?¹¹³⁰ (tradução nossa)¹¹³¹

A cobrança por parte do amigo de Olga tem relação com a representação social da mulher naquele contexto; seu destino deveria ser exclusivamente casar e constituir família, o destino fundamental das mulheres, fonte de realização pessoal e felicidade¹¹³². Dessa forma, ao participar da política, Olga expressava uma imagem estranha, uma espécie de erro, ocupava um universo que não era coerente com seu papel social enquanto mulher.

Apesar das cobranças sociais e das dificuldades e medos vivenciados, Olga enfatiza a sua determinação na militância:

Eu vivi – a fase do golpe – como militante, com medos, alguns resguardados, mas nunca me freou na militância, nunca deixei de fazer algo por medo, fiz conscientemente. Não chegou a me afetar a ponto de me anular. Pelo contrário,

¹¹²⁷ BONETTI, 2008.

¹¹²⁸ VELASCO, 2005.

¹¹²⁹ María Rosa Gómez explica que, em virtude de questões pessoais, que dizem respeito à privacidade das militantes, estas foram apresentadas apenas por seu primeiro nome. Olga foi, desse modo, apresentada apenas como militante política.

¹¹³⁰ GÓMEZ, 2011, p. 27.

¹¹³¹ “*En el año 63 yo me afilié, siempre fui militante. Había un muchacho que era contador en un trabajo que tuve en una casa de música y me decía ‘vos siempre con la política y nunca con novio’. (...) Cuando yo tenía veintipico de años la gente pensaba así. Primero, que la mujer era más difícil que fuera tan independiente y después, que cómo va a meterse en política*”.

¹¹³² SEPÚLVEDA, 2016.

percebo que sou uma pessoa que, quanto mais dificuldades eu tenho, mais eu luto, mais força isso me dá¹¹³³ (tradução nossa)¹¹³⁴.

Assim como Olga, Alicia também deixa claro a importância da sua militância e a expectativa de transformar a realidade em que vivia:

Tínhamos muito claro quais eram os motivos que nos levaram a entrar na militância... a ideia de poder mudar ou tentar mudar a situação do país naquele momento. Estávamos imersos diretamente na militância, o que para nós era uma coisa... era ótimo... e era o que tínhamos que fazer¹¹³⁵ (tradução nossa)¹¹³⁶.

Tanto Olga como Alicia tinham posicionamentos sólidos em relação à revolução e, em seus depoimentos, expressam coragem e disposição para lutar por seus ideais. Esses posicionamentos podem ser analisados também sob o ponto de vista simbólico do político, que exige, como traços fundamentais, coragem e valentia – obviamente, traços associados ao masculino. De acordo com Bonetti:

(...) Para se estar ali, faz-se necessário ser valente e ter coragem para enfrentar as disputas; angariar prestígio para estabelecer alianças e articular politicamente. (...) o atributo da coragem parece ser um importante traço que compõe o repertório simbólico do fazer político nesse campo e que perpassa as diferentes inserções dos sujeitos que o compõem¹¹³⁷.

Por ser um espaço construído a partir de características atribuídas ao masculino, muitas mulheres ressignificaram suas experiências para que suas atuações fizessem sentido naquela lógica. Pilar Calveiro afirma:

Não acredito que o que fizemos tenha sido uma “teatralização da masculinidade” mas sim que procuramos encontrar um novo lugar enquanto mulheres, rejeitando a atual distribuição de papéis masculinos e femininos e, conseqüentemente, penetrando em áreas e práticas consideradas masculinas. A tentativa de reformular o lugar da mulher não foi uma tarefa fácil, nem o é agora¹¹³⁸ (tradução nossa)¹¹³⁹.

¹¹³³ GÓMEZ, 2011, p. 26.

¹¹³⁴ “Lo viví – la etapa del golpe – como una militante, con los miedos, algunos resguardos, pero nunca me frenó en la militancia, nunca dejé de hacer algo por miedo, lo hice consciente. No llegó a traspasarme tanto de modo que me amulara. Al contrario, yo me doy cuenta que soy una persona que, cuantas más dificultades tengo, más la peleo, más fuerza me da”.

¹¹³⁵ GÓMEZ, op. cit., p. 26.

¹¹³⁶ “Teníamos muy claro cuáles eran los motivos que nos hacían ligar a la militancia... la idea de poder cambiar o tratar de cambiar la situación que se vivía en el país en esos momentos. Estábamos inmersos directamente en la militancia, que par nosotros era una cosa... era lo grande... y era lo que teníamos que hacer”.

¹¹³⁷ BONETTI, 2008, p. 153.

¹¹³⁸ AMADO, 2006, p. 60.

¹¹³⁹ “Yo no creo que lo que hayamos hecho fuera una ‘teatralización de la masculinidad’ sino que tratábamos de encontrar un lugar nuevo como mujeres, rechazando la distribución de roles masculino y femenino vigente, y penetrando, en consecuencia, en ámbitos y prácticas considerados masculinos. El intento de reformular el lugar de la mujer no fue una tarea fácil, como tampoco lo es ahora”.

O depoimento de Calveiro demonstra a necessidade de nos distanciarmos de interpretações binárias para pensar as experiências dos sujeitos em organizações armadas. O fato de mulheres em alguns momentos assumirem “papéis masculinos” não significou que se transformaram em homens propriamente ditos, muito pelo contrário, adaptaram-se aos códigos e regras estabelecidos pelo campo *do* político.

Nessa perspectiva, Pilar Calveiro afirma:

Se o espaço político é tradicionalmente “estranho” para as mulheres e, nesse sentido, desvantajoso, o militar é muito mais. (...) O militar não te remete apenas à força ou à fraqueza, mas às habilidades básicas que os homens aprendem desde a infância, aquela habilidade de lançar uma bola (ou uma granada) e colocá-la no lugar certo, aquela coordenação de certos movimentos que para nós é muito mais difícil. Sem ir mais longe, as armas, por exemplo, são feitas à medida dos corpos masculinos. Isso seria o mais elementar, mas também existem outros aspectos, como a “valentia”, por vezes temerária, ou a capacidade de responder rapidamente a uma situação de violência, que estão socialmente mais desenvolvidos nos varões. De maneira que o militar implicava uma pressão muito maior sobre nós¹¹⁴⁰ (tradução nossa)¹¹⁴¹.

Levando em consideração esse jogo político com viés masculino, as mulheres buscavam reconhecimento e legitimidade constantemente, pois seus “papéis sociais de gênero” não eram “naturais” como os de seus companheiros. Dessa maneira, havia uma pluralidade de formas de “ser mulher” nas organizações armadas, de modo que as disputas e as tensões apresentadas conferiam vitalidade e dinâmica a esse universo¹¹⁴².

Nesse cenário, além das atribuições masculinas incorporadas por parte de algumas mulheres, em algumas circunstâncias do dia a dia elas assumiam também “atribuições femininas”, coerentes com a lógica social. Segundo Calveiro:

(...) na vida cotidiana, que pode aparecer como masculinização a partir de uma análise apenas de “superfície”, que tem sua importância, mas é insuficiente. Não acho que nas relações, na sexualidade, na maternidade, no vínculo com outras mulheres tenha havido uma fuga do feminino, mas sim a tentativa de ressignificá-lo. Mas ainda no terreno desse “signos externos”, o papel que as mulheres frequentemente desempenhavam na guerrilha urbana era o de “chamariz”, usando e enfatizando sua aparência frágil ou sedutora para se aproximar de um posto de vigilância, por exemplo, e tomá-lo puxando uma arma de um lugar imprevisível. Nem sempre, mas muitas vezes desempenharam papéis que tinham mais a ver com engenhosidade do que com força ou alta formação militar, ou seja, a parte que no imaginário tradicional

¹¹⁴⁰ AMADO, 2006, p. 63.

¹¹⁴¹ “Si el espacio político es tradicionalmente “extraño” para las mujeres y, en ese sentido, desventajoso, el militar lo es muchísimo más. (...) Lo militar no te remite sólo a la fortaleza o la debilidad, sino a esa habilidad básica que los hombres aprenden desde chicos, esa capacidad de lanzar una pelota (o una granada) y colocarla en el lugar correcto, esa coordinación de ciertos movimientos que para nosotras es mucho más difícil. Sin ir más lejos, las armas, por ejemplo, están hechas a la medida de los cuerpos masculinos. Eso sería lo más elemental, pero también hay otros aspectos, como la ‘valentia’, a veces temeraria, o la capacidad para responder con velocidad a una situación de violencia, que están socialmente más desarrollados en los varones. De manera que lo militar implicaba una presión mucho mayor para nosotras”.

¹¹⁴² BONETTI, 2008.

seria considerada mais feminina que, por vezes também, era aquela que salvava¹¹⁴³ (tradução nossa)¹¹⁴⁴.

A utilização de “atribuições de gênero” como estratégia da luta política demonstra como diversos mecanismos foram acionados para resolver situações conflituosas que se apresentavam às mulheres. Em situações em que lhes faltava a força física, ou até mesmo uma reação rápida diante de um combate, mulheres recorriam a “artimanhas” que conferiam êxito a suas ações. Esse contexto legitimava novas possibilidades de luta a partir de uma lógica diferente da convencional, além de alterar a configuração de poder, de modo que avançavam em relação à demarcação de seus próprios espaços no âmbito do político. Nesse sentido, como salienta Velasco, a mulher essencializada e naturalizada

(...) não é cada mulher de carne e osso. Devemos distinguir a Mulher e as mulheres. As segundas são a mulher de todos os dias, que, como mulher, se vale dos atributos e atribuições que a cultura lhe exige, mas que tem sua história, sua identidade, seu modo de vida e seus projetos. Essas são as mulheres moldadas pelas diversas tecnologias de gênero expressas nas relações e nos discursos sociais. Elas tanto se compartilham como se distanciam do modelo cultural da Mulher, embora estejam sempre sujeitas às suas características tradicionais justamente pelo fato de viverem em sociedade¹¹⁴⁵ (tradução nossa)¹¹⁴⁶.

Nessa acepção, é impossível estabelecermos elaborações essencialistas para definir o que foi ser mulher na luta armada. Além da subjetividade de cada militante, as experiências vivenciadas em cada espaço e condição proporcionavam comportamentos e ações diversas. Nas palavras de Calveiro: “Se poderia dizer, então, que nossa militância entrava em tensão com o que o imaginário tradicional registrava como feminino, em certos sentidos o recusava, em

¹¹⁴³ AMADO, 2006, p. 60.

¹¹⁴⁴ “(...) en la vida cotidiana, que puede aparecer como masculinización desde un análisis sólo de ‘superficie’, que tiene su importancia, pero es insuficiente. No creo que en las relaciones de pareja, en la sexualidad, en la maternidad, en el vínculo con otras mujeres haya habido una fuga de lo femenino sino el intento por resignificarlo. Pero aun en el terreno de esos “signos externos”, el papel que con frecuencia desempeñaba la mujer en la guerrilla urbana era el de ‘sensual’, usando y enfatizando su apariencia frágil o seductora para acercarse a un puesto de vigilancia, por ejemplo, y tomarlo sacando un arma de un lugar imprevisible. No siempre, pero muchas veces jugaba roles que tenían más que ver con el ingenio que con la fuerza o el alto adiestramiento militar, es decir, hacia la parte que en el imaginario tradicional se consideraría más femenina que, a veces también, fue la que la salvo”.

¹¹⁴⁵ VELASCO, 2005, p. 20-21.

¹¹⁴⁶ “(...) no es cada mujer de carne y hueso. Hay que distinguir entre la Mujer y las mujeres. Las segundas son la mujer de todos los días, que abreva en tanto mujer de los atributos y asignaciones que la cultura le exige, pero que tiene su historia, su identidad, modo de vida y proyectos. Estas son las mujeres conformadas por las diversas tecnologías de género expresadas en las relaciones y en los discursos sociales. Ellas tanto comparten como se alejan o pueden alejarse del modelo cultural de la Mujer, aunque siempre estén sujetas a sus características tradicionales tan sólo por vivir en sociedad”.

outros o reproduzia e em outros mais, o utilizava para obter maior segurança.”¹¹⁴⁷ (tradução nossa)¹¹⁴⁸.

Nesse sentido, podemos considerar que as militantes das organizações armadas se moveram entre distintos atributos de gênero e negociaram novas relações de poder para se afirmarem naqueles espaços. Desse modo, como salienta Bonetti, “(...) é possível vislumbrar a existência de diferentes vozes no campo político, as quais insistem em embaralhar as formulações consolidadas sobre relações de gênero e de poder”¹¹⁴⁹. É nessa perspectiva que compreendemos o dinamismo das relações de gênero e poder, sempre em construção e com bases permanentemente instáveis.

Por essa razão, romper com as relações binárias entre homens e mulheres é uma tarefa fundamental, principalmente quando se pretende investigar as origens do sistema de desigualdade marcado por relações de poder e gênero¹¹⁵⁰. Assim, buscamos seguir o caminho traçado por Adriana Piscitelli, que concebe a ideia de mulher como algo sem sentido definido, algo a ser descoberto. As pistas, segundo ela, estão emaranhadas na historicidade e na rede complexa de características que não são pressupostas, mas reveladas pelo processo¹¹⁵¹.

¹¹⁴⁷ AMADO, 2006, p. 64.

¹¹⁴⁸ “*Se podría decir entonces que nuestra militancia entraba en tensión con lo que el imaginario tradicional registraba como femenino en ciertos sentidos lo rehusaba, en otros lo reproducía y en otros más lo utilizaba para obtener una mayor seguridad*”.

¹¹⁴⁹ BONETTI, Alinne de Lima. Entre femininos e masculinos: negociando relações de gênero no campo político. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 20, p. 177-203, 2003, p. 203. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332003000100007>. Acesso em 15 de jul. 2022.

¹¹⁵⁰ BONETTI, 2008.

¹¹⁵¹ PISCITELLI, Adriana. Re-criando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, Leila Mezan et al. *A prática feminista e o conceito de gênero*. Campinas: Textos Didáticos, 2002, p. 35. Disponível em: <https://sociologiajuridica.files.wordpress.com/2015/03/adriana-piscitelli.pdf>. Acesso em 3 de jun. 2022.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises realizadas na presente tese, consideramos cada vez mais a importância de nos debruçarmos sobre as problemáticas de gênero. Por se tratar de um problema estrutural, não demanda apenas soluções de ordem legal, mas todo um processo de desconstrução de práticas que, sob o “disfarce” da naturalização, não se apresentam como formas de opressão de gênero. Nesse sentido, para que haja reconhecimento dessas práticas se torna necessário evidenciar a condição social feminina. Em outras palavras, reconhecer que as categorias homem e mulher são construções políticas e não elementos neutros, dissociados de relações de poder.

Em razão disso, ao longo dos quatro capítulos, procuramos ressaltar e problematizar desigualdades estruturais presentes nas relações de gênero, com interferências diretas em ações políticas das mulheres. Ao se incluírem nos espaços das organizações armadas, construídas historicamente como locais destinados aos homens, as mulheres vivenciaram enormes desafios e sofreram profundamente as consequências das desigualdades de gênero. Mas o fenômeno não parou por aí, uma vez que essas desigualdades também foram reforçadas por aqueles que são responsáveis por contar a história. Muitos ignoraram a existência e atuação política de mais de um terço da composição das organizações armadas. Ao negligenciarem a presença das mulheres nesses espaços e, principalmente, ao não utilizarem o gênero como uma ferramenta de análise metodológica, contribuem na manutenção e naturalização das relações de desigualdade. Dessa maneira, o caráter da historicização das diferenças sexuais é deixado de lado e a oposição binária hierárquica é legitimada como uma realidade dada e inquestionável. Como afirma Joan Scott, “os conceitos normativos tomam a forma de uma oposição binária que afirma, de forma categórica e sem equívoco, o sentido do masculino e do feminino. (...) a história é escrita como se essas posições normativas fossem o produto de um consenso social e não de um conflito”¹¹⁵².

Ao analisarmos a documentação produzida por Montoneros e PRT/ERP, foi possível percebermos como os modelos eleitos para fazer a Revolução eram constituídos por características atribuídas socialmente ao masculino. Havia uma preocupação, por parte desses materiais, em diferenciar atribuições por gênero. As imagens dos homens estavam sempre relacionadas a aspectos militares e a funções de liderança. As mulheres, em oposição, eram apresentadas a partir de perspectivas ligadas ao cuidado e a demandas dos espaços domésticos, sendo responsáveis por criar condições para manutenção das ações dos homens. Essa

¹¹⁵² SCOTT, 2019, p. 67.

preocupação se explica a partir do aumento da inserção das mulheres nas organizações armadas a partir dos anos 1970. Esse tipo de preocupação se dava exatamente em função da condição da mulher presente na sociedade: por natureza, eram consideradas frágeis, irracionais, não tinham nenhuma habilidade para desempenhar ações armadas. Esse tipo de imagem jamais poderia fazer parte do modelo de militância que as organizações queriam divulgar. Diante de tal impasse, construíram modelos de militâncias particulares por gênero.

Contudo, a partir da proposta desta tese de confrontar a produção documental das organizações armadas com depoimentos das mulheres militantes, deparamo-nos com inúmeras situações de conflito entre os espaços que foram reservados às mulheres e as experiências militantes propriamente ditas. A partir das narrativas dessas mulheres, foi possível notarmos a criação de inúmeras estratégias para superar limites estabelecidos pelas organizações e pela sociedade. O questionamento a condições de subordinação se fez presente em todo o processo. Estereótipos de gênero foram rejeitados, sendo reforçados posicionamentos individuais, fruto da especificidade e da individualidade propriamente dita de cada ser. Nessa acepção, a diversidade de posicionamentos e atuações também ajudou a “colocar em xeque” a criação de um modelo homogêneo de atuação feminina proposto pelas organizações armadas.

No entanto, se por um lado ainda havia na sociedade visões conservadoras em relação a questões de gênero, por outro, havia também movimentos políticos diversos, protagonizados por mulheres, que contestavam lógicas de opressão feminina. Por mais que nas organizações não existissem “espaços oficiais” de debate das questões de desigualdade de gênero, é indiscutível o fato de que todas essas movimentações sociais tenham impactado de forma direta nas práticas dos grupos armados.

Nesse contexto, as organizações também se viram pressionadas, em alguns momentos, a se adequarem a demandas de igualdade de gênero, até porque se identificavam como um projeto novo em relação às antigas práticas de se fazer política. Seria, portanto, incoerente defender projetos que tinham como referência a imagem da juventude em Che Guevara e Fidel Castro, bem como as manifestações estudantis, o Maio de 1968, os festivais de música e o “amor livre”, além de várias outras expressões de mudança e transformação em relação a estruturas conservadoras, e, ao mesmo tempo, defender perspectivas de restrição das mulheres aos espaços políticos. Porém, de uma maneira geral, o que constatamos foi uma sofisticação nos processos de desigualdade de gênero. Apesar de uma abertura para a militância feminina nas organizações armadas, também foram criadas regras que limitaram suas atividades nesses espaços. Assim, as mulheres permaneceram lutando e resistindo a processos de dominação de gênero. Como afirmam Miguel e Biroli, “(...) os diferentes padrões de dominação e de

discriminação não estão apenas sobrepostos, se entrelaçam e produzem padrões novos, específicos”¹¹⁵³. Isso significa que as problemáticas de desigualdade de gênero devem ser pensadas em sua complexidade. A inserção das mulheres em espaços políticos não significa necessariamente o rompimento das estruturas assimétricas de gênero. Por outro lado, não se pode negar que todo esse processo proporcionou transformações na condição social feminina. A incorporação de um grande número de mulheres nas organizações armadas pressionou limites sociais impostos às mulheres. Suas vivências nos espaços armados contestavam cotidianamente sentidos e premissas convencionais do masculino e do feminino. Nesse sentido, podemos afirmar que as formas de ver e pensar o mundo se modificaram em alguma medida, inclusive para os sujeitos e sujeitas envolvidos naquelas experiências.

Contudo, sabemos que as relações de gênero atravessam toda a lógica social, como reitera Biroli e Miguel. São “um dos eixos fundamentais que organizam nossas experiências no mundo social”¹¹⁵⁴. Dessa forma, legitimam a nossa compreensão desigual do mundo. Logo, em razão da complexidade estrutural das relações de gênero, seus reflexos não são restritos apenas às mulheres, mas a toda a sociedade.

Em vista disso, ao evidenciar desigualdades de gênero nas organizações armadas, refletimos também questões que transcendem esse universo, por se tratarem de temas que estão constituídos na nossa base social. Podemos citar, como exemplo, o problema social das mulheres se constituírem como um grupo de maior vulnerabilidade: tanto nas organizações como na sociedade mulheres são penalizadas em diversos aspectos.

Primeiramente, na divisão do trabalho doméstico, são responsáveis por praticamente todo o trabalho de casa, inclusive pela criação dos filhos. Essa situação implica, além de outros aspectos, atrasos profissionais e também em assuntos políticos, que impactam diretamente em suas realidades. Essa lógica desigual alimenta todo o sistema assimétrico de gênero, uma vez que a maioria das mulheres nunca têm acesso a espaços de decisões e oportunidades para atuarem de forma igualitária aos homens. Estes, ao contrário, podem dedicar todo seu tempo a atividades mais valorizadas socialmente, ocupando espaços de privilégio e poder em relação às mulheres. É esse processo que produz sentidos e estereótipos atrelados às categorias homem e mulher, alimentando expressões como: “mulheres não entendem discussões políticas”, “mulheres não têm liderança”, “mulheres são irracionais”, “mulheres não podem exercer determinadas atividades”.

¹¹⁵³ BIROLI; MIGUEL, 2014, p. 8.

¹¹⁵⁴ Idem, *ibidem*, p. 151.

Em segundo lugar, mulheres são expostas a situações de constrangimentos que homens não vivenciam, uma vez que corpos masculinos e femininos são compreendidos a partir de significados sociais diferentes. Os corpos das mulheres, por exemplo, são compreendidos nas sociedades ocidentais a partir da condição de mães e esposas e, nesse contexto, devem se manter restritas aos espaços privados. O corpo feminino se torna, então, uma espécie de propriedade masculina. Se houver um posicionamento contrário a essa lógica, a violência contra esse corpo é legitimada, pois é justificada por expor um problema de ordem moral. A mulher, por natureza, deve ser honesta e decente. O mesmo não acontece com os corpos masculinos.

As construções sociais a respeito da maternidade também impõem condições específicas às mulheres. A vinculação dos filhos com a mãe é diferente dos vínculos estabelecidos com o pai. Este último não tem obrigações de cuidado; por outro lado, a mãe é a “responsável universal” pelo filho. Essa compreensão, no entanto, produz um acúmulo de responsabilidades e funções “naturais” para as mulheres, restringindo, em muitos momentos, sua autonomia e possibilidade de atuação.

Partindo desses pressupostos, podemos considerar que o modelo binário de gênero, que dita atribuições essencialistas e universais para homens e mulheres, naturaliza desigualdades e violenta os corpos femininos.

Nas organizações armadas, a resistência das mulheres aos processos de opressão de gênero e a ocupação de espaços “destinados a homens” trouxeram grandes consequências para seus corpos. Mulheres tiveram que provar constantemente que eram capazes de realizar ações, ao passo que a homens não era necessário comprovar suas habilidades. Ademais, as mulheres tinham que provar isso lidando com várias outras atividades concomitantes, reservadas apenas a elas, como o cuidado dos filhos. Assim, como na sociedade, nas organizações eram responsáveis por praticamente todo o trabalho de âmbito doméstico. Muitas vezes tinham que reivindicar as divisões das tarefas para assumir seus postos na militância. Podemos afirmar, então, que nas organizações armadas não houve planejamento para fazer valer o imaginário revolucionário, que propunha a superação da mulher como a única responsável pela criação dos filhos e manutenção da harmonia do lar.

Por fim, os esforços feitos a partir dessa pesquisa ofereceram elementos para a percepção do caráter diverso da militância feminina. Nesse sentido, é impossível definirmos um significado que dê conta de incorporar toda a complexidade do que representou ser mulhernas organizações armadas. Todavia, a multiplicidade das experiências apresentadas demonstra algumas versões desses significados, as quais, com bases sempre instáveis, podem ser compreendidas apenas sob a lógica da historicidade.

Por essa razão, esta pesquisa se apresenta como um pontapé inicial para pensarmos novas problematizações e perspectivas a fim de explorarmos aspectos da condição da mulher nos espaços políticos. Esperamos que as discussões aqui desenvolvidas despertem o interesse de outros pesquisadores, para que as nossas formas de ver o mundo sejam pautadas em filtros sociais mais igualitários e democráticos.

REFERÊNCIAS

Livros e capítulos

ADAMOVSKY, Ezequiel. *Historia de las clases populares en la Argentina (1880-2003)*. 2. ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2012.

ANDÚJAR, Andrea. Historia, memoria y género: testimonios de militancia. In: DOMINGUEZ, Nora et al. *Historia, género y política en los '70*. Buenos Aires: Feminaria, 2005. p. 495-520.

ANDÚJAR, Andreia; D'ANTONIO, Débora; LOZANO, Fernanda Gil; GRAMMÁTICO, Karin; ROSA, María Laura. *De minifaldas, militancias y revoluciones: exploraciones sobre los 70 en la Argentina*. Buenos Aires: Luxemburg, 2009.

ANZORENA, Oscar R. *Tiempo de violencia y utopia*. Buenos Aires: Contrapunto, 1988.

ARAÚJO, Maria Paula. Esquerdas, juventude e radicalidade na América Latina nos anos 1960 e 1970. In: FICO, Carlos et al. *Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV, 2008. p. 247-273.

ARRUZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. *Feminismo para os 99%: um manifesto*. São Paulo: Boitempo, 2019.

AUCÍA, Analía. Género, violencia sexual y contextos repressivos. In: VASALLO, Marta. *Grietas en el silencio*. Una investigación sobre la violencia sexual en el marco del terrorismo de Estado. Rosario: Cladem, 2011.

AYERBE, Luis Fernando. *A Revolução Cubana*. São Paulo: Unesp, 2004.

BARRANCOS, Dora. *História mínima de los feminismos en América Latina*. Cidade de México: El colegio de México, 2020,

BARRANCOS, Dora. *Mujeres en la sociedad argentina*. Buenos Aires: Sudamericana, 2010.

BARRANCOS, Dora. *Mujeres, entre la casa y la plaza*. Buenos Aires: Sudamericana, 2008.

BARTH, Frederik. Introdução. In: *Los grupos étnicos y sus fronteras*. México: Fondo de Cultura Económica, 1976

BELEJ, Cecilia; HUERTA, Silvia Escanilla; MARTÍN, Ana Laura; SILVEIRA, Alina. Muestra gráfica mujeres en acción. Política y feminismos en la década de 1970. In: DOMINGUEZ, Nora et al. *Historia, género y política en los '70*. Buenos Aires: Feminaria, 2005. p. 524-531.

BELLUCCI, Mabel; RAPISARDI, Flavio. Identidad: diversidad y desigualdad en las luchas políticas del presente. In: *Teoría y filosofía política: la recuperación de los clásicos en el debate latinoamericano*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2001. p. 193-207. Disponível em:

<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/se/20100613045508/14bellucci.pdf>. Acesso em 3 de jun. 2016.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. *Feminismo e política*. São Paulo: Boitempo, 2014.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CALVEIRO, Pilar. *Política y/o violencia*. Una aproximación de la guerrilla de los años 70. Buenos Aires: Norma, 2013.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 300.

CARNOVALE, Vera. *Los combatientes*. História del PRT/ERP. 2. ed. Buenos Aires: Siglo XXI, 2018.

CORMICK, Federico. Fracción Roja Debate y ruptura en el PRT-ERP. *El topo blindado*, Buenos Aires, 2012, p. 18. Disponível em: <https://eltopoblindado.com/wp-content/uploads/2017/02/libroFR.pdf>. Acesso em 3 de jun. 2020.

CONNEL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito, *Estudos Feministas*, Florianópolis, n. 21, v. 1, p. 241-282, abr. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/cPBKdXV63LVw75GrVvH39NC/?lang=pt>. Acesso em 12 de jul. 2023.

COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma; MORAES, M. Teresa Porciúncula (Org.). *Memórias das mulheres do exílio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CRUZ, Rossana Reguillo. *Emergencia de culturas juveniles*. Bogotá: Norma, 2000.

D'ANTONIO, Débora. "Rejas, gritos, cadenas, ruidos, ollas". La agencia política em las cárceles del Estado terrorista en Argentina, 1974-1983. In: ANDÚJAR, Andreia. *De minifaldas, militancias y revoluciones: exploraciones sobre los 70 en la Argentina*. Buenos Aires: Luxemburg, 2009.

DESTUET, Graciela; VALLE, María Rosa. La visibilidad de la mujer en la creación política. In: DOMINGUEZ, Nora et al. *Historia, género y política en los '70*. Buenos Aires: Feminaria Editora, 2005. p. 407-432.

DIANA, Marta. *Mujeres guerrilleras*. Buenos Aires: Planeta, 1997.

DI TELLA, Torcuato S. *História social da Argentina contemporânea*. Brasília: FUNAG, 2010.

- FERRO, Lilian. Mujeres y participación política en los 70. El caso de Santa Fe. In: DOMINGUEZ, Nora et al. *Historia, género y política en los '70*. Buenos Aires: Feminaria, 2005.
- FORACCHI, Marialice Mencarini. *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo. Pioneira/Edusp, 1972.
- FORACCHI, Marialice Mencarini. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1977.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I. A vontade do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- GEBARA, Ivone. *O que é teologia feminista?* São Paulo: Primeiros Passos, 2017.
- GENÉ, Marcela. *Un mundo feliz: imágenes de los trabajadores en el primer peronismo. 1946-1955*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2005.
- GILLESPIE, Richard. *Soldados de Perón*. Buenos Aires: Grijalbo, 1998.
- GOTAY, Samuel Silva. *El pensamiento cristiano revolucionario en América Latina y el Caribe*. Puerto Rico: Huracán, 1989.
- GRAMMÁTICO, K. Historia reciente, género y política: el caso de la Agrupación Evita. In: COSSE, I.; FELITTI, K.; MANZANO, V. *Los 60 de otra manera: vida cotidiana, género y sexualidades en la Argentina*. Buenos Aires: Prometeo, 2010.
- GRAMMÁTICO, Karin. Las mujeres políticas y las feministas en los tempranos setenta: ¿Un diálogo (im)posible? In: DOMINGUEZ, Nora et al. *Historia, género y política en los '70*. Buenos Aires: Feminaria Editora, 2005.
- GRAMMÁTICO, Karin. *Mujeres montoneras: una historia de la agrupación Evita*. Buenos Aires: Luxemburg, 2011.
- GRAMMÁTICO, Karin. Obreras, prostitutas y mal venéreo: un Estado en busca de la profilaxis In: LOZANO, Fernanda Gil; INI, María Gabriela; PITA, Valeria Silvina et al. *Historia de las mujeres en la Argentina*. Buenos Aires: Taurus, 2000.
- HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOROWICZ, Alejandro. *Los cuatro peronismos*. Buenos Aires: Edhasa, 2015.
- IGLESIAS, Margarita. Los desafíos del Cono Sur desde las perspectivas de las mujeres. La democratización de la democracia o la reinención de una democracia latinoamericana. In: WOLFF, Cristina Scheibe; PEDRO, Maria Joana et al. *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Mulheres, 2010.
- KIMMEL, Michael S. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 4, n. 9, p. 103-117, 1998.

JAMES, Daniel. *Resistencia e integración: el peronismo y la clase trabajadora argentina (1946-1976)*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2010.

JELIN, Elisabeth. *Los trabajos de la memoria*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2002.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LEWIN, Mirian; WORNAT, Olga. *Putas y guerrilleras*. Buenos Aires: Planeta, 2014.

LOBATO, Mirta Zaida. Lenguaje laboral y de género en el trabajo industrial primera mitad del siglo XX. In: LOZANO, Fernanda Gil; INI, María Gabriela; PITA, Valeria Silvina et al. *Historia de las mujeres en la Argentina*. Buenos Aires: Taurus, 2000.

MANGIONE, Mónica. *El Movimiento de Sacerdotes para el Tercer Mundo*. Santa Fé: Último Recurso, 2004.

MARTÍNEZ Paola. *Género, política y revolución en los años setenta: mujeres del PRT-ERP*. Ituzaingó: Maipue, 2015.

MATTINI, Luis. *Hombres y mujeres del PRT-ERP de Tucumán a la Tablada*. Buenos Aires: Editorial de la Campana, 1988.

MCCLINTOCK, Anne. *Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Campinas: Unicamp, 2010.

MIGUEL, Luis Felipe. A identidade e a diferença. In: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. *Feminismo e política*. São Paulo: Boitempo, 2014.

MIGUEL, Luis Felipe. Gênero e representação política. In: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. *Feminismo e política*. São Paulo: Boitempo, 2014.

NARI, Marcela Maria Alejandra. Maternidad, política y feminismo. In: LOZANO, Fernanda Gil; INI, María Gabriela; PITA, Valeria Silvina et al. *Historia de las mujeres en la Argentina*. Buenos Aires: Taurus, 2000.

NAVARRO, Marysa. *Evita*. Buenos Aires: Editorial Planeta Argentina, 1994.

OBERTI, Alejandra. *Las Revolucionarias: militância, vida cotidiana y afetividad en los setenta*. Buenos Aires: Edhasa, 2015.

OBERTI, Alejandra. Contarse a sí mismas. La dimensión biográfica en los relatos de mujeres que participaron en las organizaciones político-militares de los 70. In: CARNOVALE, Vera; LORENZ, Federico; PITTALUGA, Roberto et al. *Historia, memoria y fuentes orales*. Buenos Aires: Ediciones CeDInCI, 2006. p. 38-50. Disponible em: <https://memoriaabierta.org.ar/wp/historia-memoria-y-fuentes-orales/>. Acesso em 15 de jul. 2022.

- OYÈRÓNKÉ , Oyèwùmí. *A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.
- PEDRO, Maria Joana. Narrativas do feminismo em países do Cone Sul (1960-1989). In: WOLFF, Cristina Scheibe; PEDRO, Maria Joana et al. *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Mulheres, 2010. p. 115-137.
- PEÑA, Milcíades. *Historia del pueblo argentino*. Buenos Aires: Emecé, 2012.
- PERDÍA, Roberto. *Montoneros el peronismo combatiente en primera persona*. Buenos Aires: Planeta, 2013.
- PERÓN, Maria Eva Duarte de. *La Razon de Mi Vida*. Buenos Aires: Peuser, 1951.
- PETRONE, Talíria. Prefácio. In: ARRUZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. *Feminismo para os 99%: um manifesto*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- PISCITELLI, Adriana. Re-criando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, Leila Mezan et al. *A prática feminista e o conceito de gênero*. Campinas: Textos didáticos, 2002. Disponível em: <https://sociologiajuridica.files.wordpress.com/2015/03/adriana-piscitelli.pdf>. Acesso em 3 de jun. 2022.
- POZZI, Pablo. *Por las sendas argentinas: el PRT-ERP, la guerrilla marxista*. Buenos Aires: Imago Mundi, 2004.
- RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: UNESP, 1993.
- ROLLEMBERG, Denise. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001. p. 1-80.
- RUPAR, Brenda. *Dirán hubo gigantes aquí: izquierda, peronismo y clase obrero en los '60 y '70*. Quilmes: Extramuros, 2017.
- SAIDON, Gabriela. *La Montonera: Biografía de Norma Arrostito*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2005.
- SÁNCHEZ, Matilde. *Evita: Imagens de uma paixão*. São Paulo: Melhoramentos, 1997.
- SARLO, Beatriz. *A paixão e a exceção: Borges, Eva Perón, Montoneros*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2005.
- SEGATO, Rita. *Las estructuras elementales de la violencia*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2003.
- SEGATO, Rita. La violencia sexual y el discurso del derecho. In: CORREA, Violeta; SONDERÉGUER, María. *Violencia de género en el terrorismo de Estado: políticas de memoria, justicia y reparación*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2010.
- SEMINARA, Luciana; VIANO, Cristina. Las dos Verónicas y los múltiples senderos de la militancia: de las organizaciones revolucionarias de los años 70 al feminismo. In: ANDÚJAR, Andrea et al. *De minifaldas, militancias y revoluciones*. Buenos Aires: Luxemburg, 2009.
- SEPÚLVEDA, Patricia Graciela. *Mujeres insurrectas: condición femenina y militancia en los 70*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2015.

- SILVA, Izabel Priscila Pimentel da. Nuestra América: a Revolução Cubana e o internacionalismo das esquerdas revolucionárias na América do Sul. In: SALES, Jean et al. *Revolução Cubana: Ecos, Dilemas e embates na América Latina*. Aracajú: IFS, 2019.
- SONDERÉGUER, María. Presentación. In: CORREA, Violeta; SONDERÉGUER, María. *Violencia de género en el terrorismo de Estado: políticas de memoria, justicia y reparación*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2010.
- SOUSA, Janice Tirelli Ponte de; GROppo, Luís Antonio Groppo (Org.). *Dilemas e contestações das juventudes no Brasil e no mundo*. Florianópolis: UFSC, 2011.
- TCACH, César. Golpes, proscriciones y partidos políticos. In: JAMES, Daniel. *Nueva historia argentina: violencia, proscrición y autoritarismo: 1955-1976*. Tomo 9. Buenos Aires: Sudamericana, 2007.
- TORRE, Juan Carlos. *Ensayos sobre movimiento obrero y peronismo*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2012.
- VASSALLO, Alejandra. 'Las mujeres dicen basta': Feminismo, movilización y política de los setenta. In: DOMINGUEZ, Nora et al. *Historia, género y política en los '70*. Buenos Aires: Feminaria, 2005. p. 61-88.
- VASSALLO, Alejandra. Entre o conflito e a negociação. Os feminismos argentinos no início do Conselho Nacional de Mulheres 1900-1910. In: LOZANO, Fernanda Gil; INI, María Gabriela; PITA, Valeria Silvina et al. *Historia de las mujeres en la Argentina*. Buenos Aires: Taurus, 2000. p. 172-191.
- WITTIG, Monique. Não se nasce mulher. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
- WOLFF, Cristina Scheibe. Machismo e feminismo nas trajetórias de militantes da esquerda armada no Cone Sul dos anos de 1970: um olhar do exílio. In: WOLFF, Cristina Scheibe; PEDRO, Joana Maria et al. *Relações de poder e subjetividades*. Ponta Grossa: Todapalavra, 2011, p. 37-38.
- WOLFF, Cristina Scheibe. O gênero da esquerda em tempos de ditadura. In: WOLFF, Cristina Scheibe; PEDRO, Maria Joana et al. *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Mulheres, 2010. p. 138-155.

Artigos, dissertações e teses

- ALVAREZ, Sonia. Feminismos latino-americanos. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 6, n. 2, p. 1-21, 1998. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/12008>. Acesso em 15 de jul. 2022.
- AMADO, Ana. Dossier: Escenarios de violencia. *Mora - Revista del Instituto Interdisciplinario de Estudios de Género*, Buenos Aires, v.12, p. 4-174, 2006. Disponível em: <http://repositorio.filo.uba.ar/handle/filodigital/10997>. Acesso em 15 de jul. 2022.
- AMADO, Ana. El orden de los cuerpos en los años 70. Entrevista a Pilar Calveiro. *Mora - Revista del Instituto Interdisciplinario de Estudios de Género*, Buenos Aires, v.12, p. 4-174,

2006. Disponível em: <http://repositorio.filo.uba.ar/handle/filodigital/10997>. Acesso em 15 de jul. 2022.

AVELINO, Yvone Dias. La Madre dos descamisados. Eva Perón: vida e trajetória política. *Cordis: Revista Eletrônica de História Social da Cidade*, São Paulo, v. 2, n. 13, p. 49-65, 2014. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/cordis/article/view/22713>. Acesso em 1º de ago. 2022.

AVEIRO, Martín; GRABOIS, Roberto. El proceso de nacionalización del movimiento estudiantil argentino (1955 – 1970). *Revista Práxis Educacional*, n. 38 v. 16, p. 219-242, 2020. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/5998>. Acesso em 1º de ago 2022.

BALLESTRIN, Luciana. Feminismos subalternos. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, n. 25, v. 3, p. 1035-1054, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/gW3NgWK4bpj9VHJCNTxx96n/>. Acesso em 23 de fev. 2022.

BACCI, Claudia; CRESPO; Leandro Diego Basanta. Norma Arrostito. Mujer política. Su construcción subjetiva desde la militancia montonera. *Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis*, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 89-108, 2013. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5175581.pdf>. Acesso em 12 de fev. 2016.

BACCI, Claudia; ROBLES, María Capurro; OBERTI, Alejandra; SKURA, Susana. Entre lo público y lo privado: los testimonios sobre la violencia contra las mujeres en el terrorismo de Estado. *Clepsidra Revista Interdisciplinaria de Estudios sobre Memoria*, Buenos Aires, n. 1, p. 122-139, 2014. Disponível em: <https://ojs.ides.org.ar/index.php/Clepsidra/article/view/479>. Acesso em 4 de mar. 2021.

BACCI, Claudia; ROBLES, María Capurro; OBERTI, Alejandra; SKURA Susana. “... y nadie quería saber”. Relatos sobre violencia contra las mujeres en el terrorismo de Estado en Argentina. Buenos Aires: Memoria Abierta, 2012.

BIAGI, Orivaldo Leme. Juventude e rebeldia nos anos 60 e 70 do século XX – A problemática do conceito de contracultura. *Revista Técnico-Científica das Faculdades Atibaia*, v.1, n. 11, p. 93-112, 2017. Disponível em: <https://momentum.emnuvens.com.br/momentum/article/view/43>. Acesso em 1º de ago. 2022.

BOFF, Leonardo. O perene desafio da Teologia da Libertação. *Horizonte*, Belo Horizonte, v. 11, n. 32, p. 2175-5841, out.-dez. 2013. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/P.2175-5841.2013v11n32p1323/5840>. Acesso em 15 de jul. 2020.

BONETTI, Alinne de Lima. As arapiracas do feminismo campo político feminista, alteridades, gênero e poder. *Revista Tomo*, São Cristóvão, n. 12, p. 145-172, 2008. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/tomo/article/view/461/377>. Acesso em 15 de jul. 2022.

BONETTI, Alinne de Lima. Entre femininos e masculinos: negociando relações de gênero no campo político. *Cadernos Pagu*, Campinas n. 20, p. 177-203, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332003000100007>. Acesso em 15 de jul. 2022.

BUCHBINDER, Pablo. El movimiento estudiantil argentino: aportes para una visión global de su evolución en el siglo XX. *Archivos*, n. 12, 2018.

BUTLER, Judith. Fundamentos Contingentes: O Feminismo a questão do “pós-modernismo”. *Cadernos Pagu - Trajetórias do gênero, masculinidades...*, Campinas, v.11, p. 11-42, 1998. Disponível em: [https://ieg.ufsc.br/storage/articles/October2020//Pagu/1998\(11\)/Butler.pdf](https://ieg.ufsc.br/storage/articles/October2020//Pagu/1998(11)/Butler.pdf). Acesso em 25 de jan. 2023.

CALIFA, Juan Sebastián. La represión a las universidades y al movimiento estudiantil argentino entre los golpes de Estado de 1966 y 1976. *Revista de História Iberoamericana*, n. 2, v. 9, p. 10-38, 2016. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7052673>. Acesso em 1º de ago. 2022.

CAPEROCHIPÍ, Macarena Orellana Caperochipi. Utopías generacionales. de la radicalización política a la lucha armada. jóvenes en el surgimiento del prt-erp (argentina), mir (chile) y mln-tupamaros (uruguay). 1960-1970. *Revista Divergencia*, ano 1, n. 2, p. 91-110, 2012. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4245702>. Acesso em 1º de ago. 2022.

CARNOVALE, Vera. La guerra revolucionaria del PRT-ERP. *Sociohistórica*, La Plata, n. 27, p. 41-75, 2010. Disponível em: http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.4876/pr.4876.pdf. Acesso em 01 de mar. 2022.

CARNOVALE, Vera. “Jugarse al cristo”: mandatos y construcción identitaria en el Partido Revolucionario de los Trabajadores-Ejército Revolucionario del Pueblo (PRT-ERP), *Entrepasados*, n. 28, p. 1-23, 2005. Disponível em: <http://historiapolitica.com/datos/biblioteca/Carnovale1.pdf>. Acesso em 15 de jul. 2021.

CARREÑO, Luciana. Los caminos de la Reforma Universitaria. Sociabilidad y vida estudiantil en los centros de estudiantes de la Universidad de Buenos Aires (1900-1918). *Quinto Sol*, v. 22, n. 1, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.19137/qs.v22i1.1231>. Acesso em 25 de jun. 2023.

CARRIZO, Yanina Solange. Análisis de la revista Evita Montonera. Qué vínculos se establecen entre las propuestas políticas-ideológicas de la revista y la organización de la imprenta clandestina en el sitio histórico “Casa Mariani - Teruggi”. In: FORO LATINOAMERICANO DE TRABAJO SOCIAL, 3, 2016, La Plata. *Anais [...]*. La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2016. Disponível em: <http://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/65338>. Acesso em 1º de mar. 2022.

CARVALHO, Jessica Mayara de Melo. Jessica Mayara de Melo. O grande lar argentino: a cidadania feminina segundo Eva Perón. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIA POLÍTICA, 1., Porto Alegre, 2015. *Anais [...]*. Porto Alegre: UFRGS, 2015, p. 1-18. Disponível em: https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/CARVALHO_J%C3%A9ssica_M-O-Grande-Lar-Argentino-I-SICP-UFRGS.pdf. Acesso em 1º de ago. 2022.

COSTA, Adriane Vidal. *Intelectuais, política e literatura na América Latina: o debate sobre revolução e socialismo em Cortázar, García Márquez e Vargas Llosa (1958-2005)*. 2009. 413

f. Tese (Doutorado em história) - Departamento de História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

COSTA, Cláudia Lima (Org.). Debate colonialidade do gênero e feminismos descoloniais. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, vol. 22, n. 3, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/qNnTL8TXntRD55pTsqWVq7g/>. Acesso em 23 de fev. 2022.

DIAS, Luiz Antônio; SOUSA, Rafael Lopes de. Modos de ser da juventude ocidental. *Revista Lumen et Virtus*, n. 13 v. 6, p. 86-115, 2015. Disponível em: https://www.jackbran.com.br/lumen_et_virtus/numero_13/PDF/juventude_ocidental. Acesso em 1º de ago. 2022.

DÍAZ, Martha Suzana. *Mulher e poder: o caso de Eva Perón na política argentina*. 2005. 228 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/10874/1/Dissertacao%20Martha%20Diaz.pdf>. Acesso em 15 de jul. 2022.

DIP, Nicolás; GHILINI, Anabela. Experiencias de “peronización” en la Universidad de Buenos Aires entre la dictadura de Onganía y el gobierno de Cámpora (1966-1973). *Revista Izquierdas*, n. 25, p. 196-209, 2015. Disponível em: <https://journals.openedition.org/izquierdas/518?lang=en>. Acesso em 1º de ago. 2022.

EMMERICK, Rulian. *Corpo e poder: um olhar sobre a o aborto à luz dos direitos humanos e da democracia*. 2007. 200 f. Dissertação (Mestrado em Teoria do Estado e Direito Constitucional) – Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/teste/arqs/cp063091.pdf>. Acesso em 15 de jul. 2021.

ETULAIN, Carlos Raul. *A esquerda e o peronismo*. 2001. 336 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000218831>. Acesso em 15 de jul. 2014.

FARIA, Rosa Maria da Silva. Evita: imagem e memória de um corpo que não morre. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE LITERATURA, HISTÓRIA E MEMÓRIA, 14., Cascavel, 2020. *Anais XIV SLHM*. Cascavel/PR: Unioeste, 2020, p. 2. Disponível em: <https://www.seminariolhm.com.br/site/simposios/03/1.pdf>. Acesso em 1º de ago. 2022.

FEDERICI, Silvia. Na luta para mudar o mundo: mulheres, reprodução e resistência na América Latina. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, n. 28, v. 2, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/MqrkMq7hHybFzZcgTwPbvqd/?lang=pt>. Acesso em 1º de ago. 2022.

FELITTI, Karina. Maternidades y militancia en la Argentina de los 70s. Notas históricas para pensar las maternidades colectivas contemporâneas, *Revista de História Regional*, v. 21, n. 2, p. 432-458, 2016. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/9405>. Acesso em 15 de jul. 2021.

FELITTI, Karina. Sexualidad y reproducción en la agenda feminista de la segunda ola en la Argentina (1970-1986). *Estudios Sociológicos*, v. 28, n. 84, p. 791-812, 2010. Disponível em: <https://estudiossociologicos.colmex.mx/index.php/es/article/view/201>. Acesso em 15 de jul. 2014.

FRIES, Lorena; BARBUTO, Valeria; MOREYRA, Maria Julia; BARRAZA Cecilia Morelle; GUZMÁN, Diana Esther Rodríguez; HURTADO, Victoria; ZAVALA, Ximena; SOLÍS, María. *Sin tregua: políticas de reparación para mujeres víctimas de violencia sexual durante dictaduras y conflictos armados*. Santiago: Corporación Humanas, 2008. Disponível em: <https://repositorio.unal.edu.co/handle/unal/52752>. Acesso em 01 de mar. 2022.

GARBERO, Vanesa. ¿Lo personal es político? Mujeres: militancia y feminismo en los setenta en Argentina. *Revista Universitaria Digital de Ciencias Sociales*, p. 44-64, 1 de jul. 2012. Disponível em: <http://virtual.cuautitlan.unam.mx/rudics/?p=256>. Acesso em: 17 de jun. 2016.

GARRIDO, Hilda Beatriz; SCHWARTZ, Alejandra Giselle. Las mujeres en las organizaciones armadas de los '70 Montoneros. *Gênero*, Niterói, v. 8, n. 2, p. 103-128, 2008. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/30916/18005>. Acesso em 17 de jun. 2020.

GEBARA, Ivone. A Teologia da Libertação e as mulheres. *Sociedade e Cultura*, Goiás, v. 23, p. 1-36, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fcs/article/view/61023>. Acesso em 3 de mar. 2022.

GUIVANT, Julia Silvia. La visible Eva Perón y el invisible rol político femenino: 1946-1952. *Cadernos de Ciências Sociais*, Santa Catarina, v. 5, n. 1, p. 1-65, 1985. Disponível em: <https://kellogg.nd.edu/documents/1254>. Acesso em 1º de ago. 2022.

GÓMEZ, Salustiano Alvarez. A Teologia da Libertação na América Latina. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v. 10, n. 13, p. 24-44, 2008. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/942/911>. Acesso em 17 de jun. 2020.

GÓMEZ, María Rosa (Org.). *Cuadernos de la memoria: 5: Memoria de mujeres: relatos de militantes, ex-presas políticas, familiares de desaparecidos y exiliadas*. Buenos Aires: Instituto Espacio para la Memoria, 2011. Disponível em: <http://cdi.mecon.gov.ar/bases/doc/espmemoria/5.pdf>. Acesso em 3 de mar. 2022.

INSUELA, Julia Bianchi Reis. *Visões das mulheres militantes na luta armada: repressão imprensa e (auto) biografias (Brasil 1968/1971)*. 2011. 220 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Filosofia) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1478.pdf>. Acesso em 15 de jul. 2022.

LAGO, Cláudia; LAGO, Mara Coelho; MARTINEZ, Monica. Situação dos Estudos de Gênero em Comunicação na América Latina: Breve Olhar a Partir do Brasil. In: OLIVEIRA PAULINO, Fernando et al. (Org.). *Tradiciones de investigación en diálogo: estudios sobre Comunicación en América Latina y Europa*. Bogotá: Alaic, 2020. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4404339/mod_resource/content/1/America%20Latina%20-%20Revisado%20LLM.pdf. Acesso em 15 de jul. 2022.

LENCI, María Laura. La radicalización de los católicos en la Argentina. Peronismo, cristianismo y revolución (1966-1971). *Cuadernos del CISH*, La Plata, n. 4, p.174-2000, 1998. Disponível em: http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.2716/pr.2716.pdf. Acesso em 17 de jun. 2020.

MADEIRA, Felícia Reicher. Os jovens e as mudanças estruturais na década de 1970: questionando pressupostos e sugerindo pistas. *Cadernos de Pesquisa*, n. 58, p. 15-48, 1986. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1317>. Acesso em 1º de ago. 2022.

MAGALHÃES, Livia Gonçalves. Entre autoritarismos e resistências: uma entrevista com Pilar Calveiro, *Estudos Ibero-Americanos*, v. 43, n. 2, p. 482-489, 2017. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/27336>. Acesso em 15 de jul. 2021.

MARCHESI, Aldo. Geografías de la protesta armada: nueva izquierda y latinoamericanismo en el cono sur. El ejemplo de la Junta de Coordinación Revolucionaria. *Revista Sociohistórica*, n. 25, p. 41-72, 2009.

MARQUES, Gabriela Miranda. *Mulheres, feminismos e igreja católica no Cone Sul: algumas relações (1970-1988)*. 2011. 202 f. Dissertação (Mestrado em História Cultural) – Departamento de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/95221>. Acesso em 9 de ago. 2021.

MARTÍNEZ, Paola. Aproximaciones a la construcción del devenir de la(s) mujer(es) y a la aparición de formas alternativas de subjetividad femenina en la historia reciente. *Memórias*, Bogotá, v. 13, n. 23, p. 67-69, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.16925/me.v13i23.1081>. Acesso em 4 de mar. 2017.

MARTÍNEZ, Paola. “Nuevas militancias, antiguas contradicciones...” la militancia femenina en el ERP, una primera aproximación. *E-l@tina - Revista electrónica de estudios latinoamericanos*, n. 9, v. 35, p. 20-38, 2011. Disponível em: <https://publicaciones.sociales.uba.ar/index.php/elatina/article/view/6127/pdf>. Acesso em 1º de mar. 2022.

MARTINS, Ercilio da Silva. Das palavras às armas: PRT-ERP e Montoneros através da imprensa militante na Argentina das décadas de 1960 e 70. *Revista Epígrafe*, São Paulo, v. 6, n. 6, p. 43-66, 2018.

MILLAN, Mariano. El movimiento estudiantil y la violencia política en Argentina, 1966-1976. *Cuadernos de Marte*, n. 18, p. 89-137, 2020. Disponível em: <https://publicaciones.sociales.uba.ar/index.php/cuadernosdemarte/article/view/5659/html>. Acesso em 1º de ago. 2022.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Da luta armada ao feminismo: memórias dos anos 70 no Brasil. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 30., 2006, Caxambu/MG. *Anais [...]*. São

Paulo: ANPOCS, 2006, p. 1-14. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-30-encontro/gt-26/gt09-16/3290-mmoraes-da-luta/file>. Acesso em 1º de ago. 2022.

NAVARRO, Marysa. El liderazgo carismatico de Evita. *Revista de Estudios de la Mujer*, v. 5, p. 27-46, 2000. Disponível em: <https://www.cervantesvirtual.com/obra/el-liderazgo-carismatico-de-evita-919322/>. Acesso em 1º de ago. 2022.

NOGUERA, Ana. La participación de las mujeres en la lucha armada. Córdoba, Argentina, 1970-1973. *Taller* (Segunda Época), Buenos Aires, v. 2, n. 2, p. 9-22, jul. 2013, p. 19.

Disponível em:

https://ri.conicet.gov.ar/bitstream/handle/11336/101372/CONICET_Digital_Nro.4c6c4bc3-2689-4a94-a82a-cf0431700485_A-10-23.pdf?sequence=5&isAllowed=y. Acesso em 4 de mar. 2020.

NOGUERA, Ana Laura. Las chichises se organizan: militancia en los frentes de mujeres del PRT-ERP y Montoneros (Córdoba, 1973-1974). *Anuario Escuela de Historia*, Rosário, n. 34, p.1-23, 2021. Disponível em:

<https://anuariodehistoria.unr.edu.ar/index.php/Anuario/article/view/316>. Acesso em 20 de mai. 2022.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993. Disponível em:

<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>. Acesso em 4 de mar. 2016.

OBERTI, Alejandra. Las mujeres en la política revolucionaria. El caso de PRT-ERP en la Argentina de los años '70. *INTERthesis*, Florianópolis, n. 1, v. 10, p. 6-36, jan.-jun. 2013.

Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2013v10n1p6>. Acesso em 3 de jun. 2020.

OBERTI, Alejandra. Imágenes de la militancia. Representaciones de género en la prensa de montoneros (Argentina, años 70). *Estudios de Sociología*, Araraquara, v. 20, n. 39, p. 271-289.

Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudios/article/view/7552>. Acesso em 1º de ago. 2022.

OBERTI, Alejandra. ¿Una mujer es una mujer? relatos de militancias, afectos y géneros en los 70. *Revista de Estudios y Políticas de Género*, n. 3, p. 102-122, 2020. Disponível em:

<https://revistas.untref.edu.ar/index.php/ellugar/article/view/448/447>. Acesso em 1º de mar. 2022.

OBERTI, Alejandra. También nosotras seremos como el Che. In: JORNADAS DE HISTORIA DE LAS IZQUIERDAS, 1., 2000, Buenos Aires. *Anais [...]*. Buenos Aires: Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas en la Argentina, 2000. p. 2-6. p. 6. Disponível em: <http://cedinci.unsam.edu.ar/PDF/Jornadas/I%20Jornadas.pdf>. Acesso em 1º de mar. 2022.

PALERMO, Alicia Itatí. El acceso de las mujeres a la Educación Universitaria. *Revista Argentina de Sociología*, v. 4, n. 7, p. 11-46, 2006. Disponível em:

<http://www.scielo.org.ar/pdf/ras/v4n7/v4n7a02.pdf>. Acesso em 25 de jun. 2023.

PASQUALI, Laura. Mandatos y voluntades: aspectos de la militancia de mujeres en la guerrilla. *Revista Temas de Mujeres*, Tucumán, n. 4, p. 49-75, 2008. Disponível em: <http://ojs.filo.unt.edu.ar/index.php/temasdemujeres/article/view/23>. Acesso em 4 de mar. 2016.

PASQUALI, Laura. Recordar y contar desde el género. Reflexiones sobre los relatos de mujeres. *Revista Izquierdas*, n. 17, p. 170-191, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=360133459009>. Acesso em 1º de mar. 2022.

PELLER, Mariela. Las paradojas de la revolución. Figuraciones del cuerpo en la prensa del PRT-ERP en la Argentina de los años setenta. *Dossier Izquierdas*, n. 41, p. 77-99, 2018. Disponível em: https://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-50492018000400077. Acesso em 1º de mar. 2022.

PEDRO, Joana Maria; SOIHET, Rachel. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 27, n. 54, p. 281-300, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v27n54/a15v2754.pdf>. Acesso em 15 de jul. 2016.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história: descobrindo historicamente o gênero. *CNT Compostela*, p. 7-58, 2012. Disponível em: <http://www.cntgaliza.org/files/rago%20genero%20e%20historia%20web.pdf>. Acesso em 15 de jul. 2014.

RETA, Marina Alejandra. El Frente Estudiantil Nacional (FEN): juventud y estudiantado en el proceso contestatario de los años sesenta en Argentina. *Revista Antíteses*, n. 4, v. 2, p. 1077, 2009.

ROCHA, Marina Maria de L. *Uma onda de lama e sangue ameaça cobrir a República: os discursos sobre a violência no governo de Isabelita Perón (junho de 1975 - março de 1976)*. 2011. 207 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Filosofia) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011. Disponível em: www.historia.uff.br/stricto/td/1479.pdf. Acesso em 15 de jul. 2014.

SALES, Jean Rodrigues. *O impacto da revolução cubana sobre as organizações comunistas brasileiras 1959-1974*. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

SANTILLI, Sandra. La prensa clandestina: un estudio de caso sobre el PRT-ERP. *Revista Razón y Palabra*, Quito, v. 79, mai.-jul. 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1995/199524411026.pdf>. Acesso em 3 de mar. 2022.

SCOTT, Joan. [1989]. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

SCOTT, Joan. Experiência. In: SILVA, Alcione Leite da; LAGO, Mara Coelho de Souza; RAMOS, Tânia Regina Oliveira (Org.). *Falas de gênero: teorias, análises, leituras*. Florianópolis: Mulheres, 1999, p. 21-55. Disponível em:

http://historiacultural.mpbnet.com.br/feminismo/Joan_Scoot-Experiencia.pdf. Acesso em 23 de fev. 2022.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. *E-cadernos CES*, Coimbra, n. 18, p.106-131, dez. 2012. Disponível em: <http://journals.openedition.org/eces/1533>. Acesso em 10 de dez. 2019.

SEGATO, Rita. Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres. *Revista Sociedade e Estado*, v. 29, n. 2, p. 341-371, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/XSfjZV5K7f9HkTy5SLTp7jw/?format=pdf&lang=es>. Acesso em 15 de jul. 2020.

SEPÚLVEDA, Patricia Graciela. La maternidad y los hijos: un foco de tensión para la militancia femenina. análisis de un grupo de militantes de organizaciones político-armadas de los años '70 en Argentina, *Contenciosa*, v.2, n. 3, p. 1-17, 2014. Disponível em: <https://repositorio.colmex.mx/concern/theses/4b29b626c?locale=es>. Acesso em 15 de jul. 2021.

SEPÚLVEDA, Patricia Graciela. Relatos de militancia femenina em los años '70, cuando todo pareció a punto de cambiar. *Testimonios*, Rosário, n. 5, p. 66-89, 2016. Disponível em: <https://revistas.unc.edu.ar/index.php/testimonios/article/view/18535>. Acesso em 3 de jun. 2016.

SILVA, Izabel Priscila Pimentel da. Páginas Revolucionárias: A Revista Che Guevara e a Defesa da Luta Armada e do Internacionalismo Latino-Americano na Década de 1970. *Revista Dia-Logos*, v. 8, p. 75-86, 2014. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/dia-logos/article/view/23300>. Acesso em: 20 de fev. 2020.

SILVA, Paulo Renato da. Memória e história de Eva Perón. *Revista de História São Paulo*, São Paulo, n. 170, p. 143-173, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/82568>. Acesso em 1º de ago. 2022.

SOUZA, Camilla Fontes de. *La acción cambiante: da luta armada aos direitos humanos nos cartazes argentinos (1973-1984)*. 2013. 158 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-06012014-122402/publico/2013_CamillaFontesDeSouza.pdf. Acesso em 10 de fev. 2021.

SOUZA, Ingrid Souza Ladeira de. La voz de la mujer: um periódico de mulheres para mulheres (Argentina-1896-1897). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 29., 2017, Brasília. *Anais [...]*. Brasília: UnB, 2017, p. 1-10. Disponível em: https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502636598_ARQUIVO_TrabalhoCompletoANPUH-IngridSouzaLadeiradeSouza.pdf. Acesso em 15 de jul. 2020.

TELES, Gabriel. Movimento estudantil e lutas sociais na década de 60: a experiência do Cordobazo argentino (1969). *Revista Lutas Sociais*, n. 42 v. 23, p. 189-203, 2019. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/47446>. Acesso em 1º de ago. 2022.

VELASCO, Lucia Rayas. *Armadas: un análisis de género desde el cuerpo de las mujeres combatientes*. Dissertação (Mestrado em Estudos de Gênero) - Programa Interdisciplinario de

Estudios de la Mujer, Centro de Estudios Sociológicos, El Colegio de México, México, 2005. Disponível em: <https://repositorio.colmex.mx/concern/theses/4b29b626c?locale=es>. Acesso em 15 de jul. 2021.

VIGNOLI, Marcela. El Consejo Nacional de la Mujer en Argentina y su dimensión internacional, 1900-1910. *Travesía*, San Miguel de Tucumán, v. 20, n. 2, p. 121-147, 2018. Disponível em: http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2314-27072018000200006. Acesso em 17 de jun. 2020.

WOLFF, Cristina Scheibe. Gênero e maternidade nos movimentos de resistência contra as ditaduras no Cone Sul, América do Sul. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2016, Natal. *Anais* [...]. Disponível em: http://www.encontro2016.ms.anpuh.org/resources/anais/27/1364648266_ARQUIVO_Generoematernidadeanpuh2013.pdf. Acesso em 3 de jun. 2016.

WOLFF, Cristina Sheibe. Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul, 1968-1985. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, n. 54, p. 19-38, 2007, p. 23. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/6nTzhqFjZkMvtRV5d7ydHHr/>. Acesso em 3 de mar. 2022.

Documentos

ARGENTINA. *Decreto-ley 4.161, del 5 de marzo de 1956*. Prohibición de elementos de afirmación ideológica o de propaganda peronista. Buenos Aires, 1956. Disponível em: <https://www.elhistoriador.com.ar/decreto-ley-4161-del-5-de-marzo-de-1956-prohibicion-de-elementos-de-afirmacion-ideologica-o-de-propaganda-peronista/>. Acesso em 11 de jun. 2015.

ARGENTINA. *Ley 5.291*. Trabajo de Mujeres y Menores. Buenos Aires: Cámara de Diputados de la Nación, 1907. Disponível em: <https://www4.hcdn.gob.ar/dependencias/dip/wdebates/Ley.05291.Debate.Trabajo.de.Menores.y.Mujeres.pdf>. Acesso em 11 de jun. 2015.

ARGENTINA. Maria Eva Duarte de Perón, primeira-dama (1946-1955: Juan Domingo Perón). *Discurso pronunciado el 23 de septiembre de 1947 en Plaza de Mayo con motivo de la sanción de la ley que otorgó el derecho al voto a la mujer argentina*. Buenos Aires, 23 de set. 1947. Disponível em: <https://www.elhistoriador.com.ar/anuncio-de-la-ley-del-voto-femenino-evita/>. Acesso em 15 de mar. 2016.

ARGENTINA. Presidente (1946-1955: Juan Domingo Perón). *Discurso de Juan Domingo Perón en Plaza de Mayo – 15 de abril de 1953*. Buenos Aires, 15 de abr. 1953. Disponível em: <https://www.elhistoriador.com.ar/discurso-de-juan-domingo-peron-en-plaza-de-mayo-15-de-abril-de-1953/>. Acesso em 12 de fev. 2016.

ARROSTITO, Norma; FIRMENICH, Mario. Mario Firmenich e Norma Arrostito cuentan como murio ARAMBURU. *La Causa Peronista*, Buenos Aires, ano 1, n. 9, p. 25, 3 set. 1974. Disponível em: <https://eltopoblindado.com/opm-peronistas/montoneros/montoneros-prensa/la-causa-peronista-n-9/>. Acesso em 17 de ago. 2021.

CASTILLO, Raul Flores. Depoimento. *Projeto Cone Sul: ditaduras, gênero e feminismos (1960-1990)*. Entrevista concedida a Joana Maria Pedro e Cristina Sheibe Wolff [digital]. Chile, 27 de jun. 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/220939/Raul%20Flores%20Castillo%20.pdf>. Acesso em 03 de mar. 2022.

EJÉRCITO REVOLUCIONÁRIO DEL PUEBLO. Las compañeras em la guerrilla. *Estrella Roja*, Buenos Aires, n. 65, p. 18, dez. 1975. Disponível em: <https://eltopoblindado.com/opm-marxistas/ejercito-revolucionario-del-pueblo-erp/estrella-roja-no-65/>. Acesso em 1º de mar. 2022.

EJÉRCITO REVOLUCIONÁRIO DEL PUEBLO. Susana Lesgart. *Estrella Roja*, Buenos Aires, n. 23, 1973, p. 17. Disponível em: <https://eltopoblindado.com/opm-marxistas/ejercito-revolucionario-del-pueblo-erp/estrella-roja-n-23/>. Acesso em 1º de mar. 2022.

EJÉRCITO REVOLUCIONÁRIO DEL PUEBLO. *Estrella Roja*, Buenos Aires, n. 2, mai. 1971. Disponível em: <http://www.ruinasdigitales.com/estrella-roja/listado-de-numeros/>. Acesso em 16 de mar. 2020.

EJÉRCITO REVOLUCIONÁRIO DEL PUEBLO. Armar al pueblo. *Estrella Roja*, Buenos Aires, n. 11, p. 4-5, mai. 1971. Disponível em: <https://eltopoblindado.com/opm-marxistas/ejercito-revolucionario-del-pueblo-erp/estrella-roja-n-11/>. Acesso em: 16 de mar. 2021.

EJÉRCITO REVOLUCIONÁRIO DEL PUEBLO. Por qué luchamos... *Estrella Roja*, Buenos Aires, n. 2, p. 6-7, mai. 1971. Disponível em: <https://eltopoblindado.com/opm-marxistas/ejercito-revolucionario-del-pueblo-erp/estrella-roja-n-02/>. Acesso em 16 de mar. 2021.

EL ORTIBA. Documento del Retorno Frustrado de 1964. *El Ortiba – Colectivo de Cultura Popular*. Buenos Aires, s/d. Disponível em: http://www.elortiba.org/retorno.html#El_retorno_frustrado_de_1962_. Acesso em 16 de mar. 2016.

EL TOPO BLINDADO. El topo blindado: Centro de documentación de las organizaciones político-militares argentinas. Argentina, 2010. Disponível em: <https://eltopoblindado.com/>. Acesso em 23 de fev. 2023.

GÓMEZ, María Rosa (Org.). *Cuadernos de la memoria: 5: Memoria de mujeres: relatos de militantes, ex presas políticas, familiares de desaparecidos y exiliadas*. Buenos Aires, Instituto Espacio para la Memoria, 2011. Disponível em: <http://cdi.mecon.gov.ar/bases/doc/espmemoria/5.pdf>. Acesso em 3 de mar. 2022

GRAUER, Diego; CASARES, Rafael. Entrevista a Moriana Hernández. *Archivo Sociedades en Movimiento*. Uruguai, 31 de out. 2019. Disponível em: <https://asm.udelar.edu.uy/items/show/1852>. Acesso em 11 de nov. 2021.

MARIA. [carta]. Persona (Primera Época). *América Lee*. Buenos Aires, 1974, n. 0, p. 27. Disponível em: <https://americalee.cedinci.org/wp-content/uploads/2016/07/PERSONA-3.pdf>. Acesso em 15 de ago. 2020.

MONTONEROS. *El Descamisado*, Buenos Aires, ano 1, n. 39, p. 17, fev. 1974. Disponível em: <https://eltopoblindado.com/opm-peronistas/montoneros/montoneros-prensa/el-descamisado-no-39/>. Acesso em 15 de jul. 2020.

MONTONEROS. Agrupación Evita de la Rama Femenina del Movimiento Peronista. *El Descamisado*, n. 19, p. 25, set. 1973. Disponível em: <https://eltopoblindado.com/opm-peronistas/montoneros/montoneros-prensa/el-descamisado-no-19/>. Acesso em 1º de ago. 2022.

MONTONEROS. El Pueblo la envolvió em um abrazo montonero. *El Descamisado Extra*, p. 3, set. 1973. Disponível em: <https://eltopoblindado.com/opm-peronistas/montoneros/montoneros-prensa/el-descamisado-no-extra/>. Acesso em 1º de ago. 2022.

MONTONEROS. Cuarta campaña militar del ejército montonero. *Evita Montonera*, Buenos Aires, n. 14, 1976. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0B9MUX80k_Q05N3kzOVNkeFRFMjg/view?resourcekey=0-vQHvf3_vzxlWoqnyQbsd_A. Acesso em: Acesso em 16 de mar. 2020.

MONTONEROS. No quiero entregarme viva. *Evita Montonera*, n. 13, 1976, p. 36. Disponível em: <https://eltopoblindado.com/opm-peronistas/montoneros/montoneros-prensa/evita-montonera-n-13/>. Acesso em 1º de mar. 2022.

MONTONEROS. La conducta revolucionaria. *Evita Montonera*, n. 12, 1976, p. 36. Disponível em: <https://eltopoblindado.com/opm-peronistas/montoneros/montoneros-prensa/evita-montonera-n-12/>. Acesso em 1º de mar. 2022.

MONTONEROS. Rodolfo Rey Peronista e montonero. *Evita Montonera*, Buenos Aires, n. 2, 1975. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0B9MUX80k_Q05VjlfWG5talFOUVE/view?pli=1&resourcekey=0-We9ZbXFVEN7Rd3I6G_FnPA. Acesso em: Acesso em 16 de mar. 2020.

MONTONEROS. A Evita la trajimos luchando los muchachos peronistas. *Evita Montonera*, Buenos Aires, n. 1, dez. 1974. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0B9MUX80k_Q05NGJNT1BvdEFrZms/view?resourcekey=0-L_0MwrmDoTRLMAFheQ9_pg. Acesso em 1º de ago. 2022.

MUSEO CASA ROSADA. Alicia Moreau de Justo. *Argentina.gob.ar*, Buenos Aires, s/d. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/secretariageneral/museo-casa-rosada/iconos-argentinos/moreau-de-justo>. Acesso em 12 de mai. 2020.

OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de. Mini-biografia. Entrevista concedida a Joana Maria Pedro [digital]. *Acervo LEGH/UFSC*. Cárceres, MT, 14 de out. 2004. Disponível em: <https://archive.org/details/EntrevistaComEleonoraMenicucciDeOliveira>. Acesso em 3 de mar. 2022.

ORTOLANI, Luis. [1972]. Moral y proletarización. *Políticas de la Memoria*, Buenos Aires, n. 5, p. 94, verano 2004. Disponível em: <https://ojs.politicadela memoria.cedinci.org/index.php/PM/article/view/111/105>. Acesso em 1º de mar. 2022.

PARTIDO REVOLUCIONARIO DE LOS TRABAJADORES. *El Combatiente*, ano VII, n. 132, capa, 28 de ago. 1974. Disponível em: <https://eltopoblindado.com/opm-marxistas/partido-revolucionario-de-los-trabajadores-prt/prt-prensa-1968-1983/1974-el-combatiente-n-132/>. Acesso em 16 de mar. 2021.

PARTIDO REVOLUCIONARIO DE LOS TRABAJADORES. Capa. *El Combatiente*, n. 63, nov. 1971. Disponível em: <https://eltopoblindado.com/opm-marxistas/partido-revolucionario-de-los-trabajadores-prt/prt-prensa-1968-1983/1971-el-combatiente-no-63/>. Acesso em: Acesso em 16 de mar. 2020.

PARTIDO REVOLUCIONARIO DE LOS TRABAJADORES. *El Combatiente*. Buenos Aires, n. 51, jan. 1971. Disponível em: <https://eltopoblindado.com/opm-marxistas/partido-revolucionario-de-los-trabajadores-prt/prt-prensa-1968-1983/1971-el-combatiente-no-51/>. Acesso em 3 de mar. 2022.

SEOANE, María. Cámpora, Háctor J. *Enciclopèdia Latino Americana*. Boitempo: São Paulo, s/d. Disponível em: <http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/c/campora-hector-j>. Acesso em 11 de jun. 2015.

TREBISACCE, Catalina. Persona (Primera época). *América Lee*. Buenos Aires, 2018. Disponível em: www.americalee.cedinci.org. Acesso em 01 de mar. 2022.

Redes sociais:

MENOSMALQUE Existen. *SILVIA GATTO...* 13 de março de 2021. Facebook: Grupo HEROES DEL PRT-ERP. Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/391023777997419/posts/1203357476764041/>. Acesso em 3 de mar. 2022.

SITIO DE MEMORIA ex CCDTyE Club Atlético. *Laura Susana DI DOMÉNICO RODRÍGUES...* Buenos Aires, 24 de set. 2019. Facebook: @memoriaexatletico. Disponível em: <https://www.facebook.com/memoriaexatletico/posts/2937430179605424/>. Acesso em 11 de jul. 2023.

Sites:

BIBLIOTECA NACIONAL MARIANO MORENO. Testimonio de María Rufina “Rufi” Gastón / 7 de septiembre 2015. *Biblioteca Nacional Mariano Moreno*, Buenos Aires, set. 2015. Disponível em: <https://www.bn.gov.ar/micrositios/multimedia/ddhh/testimonio-de-maria-rufina-rufi-gaston>. Acesso em 15 de jul. 2021.

HEROES del PRT-ERP. Delfino Liliana Marta. *Heroes del PRT-ERP*. Argentina, 2021. Disponível em: <https://heroesdelprterp.blogspot.com/2020/08/delfino-liliana-marta.html>. Acesso em 20 de out. 2021.

MATERNIDADES CLANDESTINAS. La Plata, 2015. Disponível em: <https://maternidadesclandestinas.wordpress.com/el-sheraton/embarazadas/>. Acesso em 10 de jul. 2023.

MARZIOTTA, Gisela. Rodolfo Galimberti, el chico que jugaba con armas. *Página/12*, Argentina, 19 de mai. 2020. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/266296-rodolfo-galimberti-el-chico-que-jugaba-con-armas>. Acesso em 11 de jul. 2023.

MEMORIA ABIERTA. Testimonio de Liliana Callizo. Córdoba, 2 de jul. 2009. Disponível em: <https://memoriaabierta.indice.ar/item/44935>. Acesso em 11 de jul. 2023.

PAGINA/12. Recordatorios. Los recordatorios de hoy jueves 14 de mayo - Beatriz Carolina Carbonell de Pérez Weiss y Horacio Pérez Weiss, Irma Beatriz Márquez Sayago, Mónica María Candelaria Mignone, María Seoane Toimil. *Página/12*, Buenos Aires, 14 de mai. 2020. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/265723-beatriz-carolina-carbonell-de-perez-weiss-y-horacio-perez-we>. Acesso em 10 de jul. 2023.

PLANETA DE LIBROS. Roberto Perdía. Planeta de Libros. Buenos Aires: Grupo Planeta, s/d. Disponível em: <https://www.planetadelibros.com.ar/autor/roberto-perdia/000034882>. Acesso em 20 de out. 2021.

SOMOS NOSOTRAS. *Nosotras en libertad*. Argentina, 2021. Disponível em: <https://nosotrasenlibertad.com/libroweb/reconocerse/>. Acesso em 20 de dez. 2022.

SORDO, Giuliana. DDHH son ahora – Entrevista a Delia Bisutti: “Si vuelve a ganhar al neoliberalismo a ultranza que representa Macri, se frenan todas las políticas de derechos humanos”. *La Primera Piedra*, Buenos Aires, 24 de ago. 2015. Disponível em: <https://www.laprimera piedra.com.ar/2015/08/ddhh-son-ahora-entrevista-a-delia-bisutti-si-vuelve-a-ganar-el-neoliberalismo-a-ultranza-que-representa-macri-se-frenan-todas-las-politicas-de-derechos-humanos/>. Acesso em 11 de jul. 2023.